

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO

MARCELO CAON

CIDADE E PATRIMÔNIO:  
ESTUDO DOS INVENTÁRIOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL EDIFICADO NO BRASIL E ARGENTINA- CIDADES DE  
CAXIAS DO SUL E LA PLATA

PORTO ALEGRE  
FEVEREIRO 2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CIDADE E PATRIMÔNIO:  
ESTUDO DOS INVENTÁRIOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL EDIFICADO NO BRASIL E ARGENTINA- CIDADES DE  
CAXIAS DO SUL E LA PLATA

MARCELO CAON

Tese de Doutorado apresentada como  
requisito para obtenção do grau de  
Doutor em História pelo Programa de  
Pós-graduação em História pela  
Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul

Área de Concentração: História das  
Sociedade Ibéricas e Americanas

Linha De Pesquisa: Imagem, Culturas  
Urbanas e Cidades

Orientador: Professor Doutor Charles  
Monteiro- PUCRS

Co-Orientadora: Professora Doutora  
Marília Conforto

PORTO ALEGRE  
FEVEREIRO 2016

C235c

CAON, Marcelo.

Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil e Argentina – cidades de Caxias do Sul e La Plata / Marcelo Caon. - Porto Alegre, 2016  
395p.

Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, 2016.

1. Cidade. 2. Patrimônio histórico. 3. Arquitetura.  
4. História da preservação do patrimônio I. Título

CDU - 719

Elaborada pela Bibliotecária Clarissa Padovani CRB 10/1775

Nome: CAON, Marcelo.

Título: CIDADE E PATRIMÔNIO: Estudo dos Inventários de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado no Brasil e Argentina – Cidades de Caxias do Sul e La Plata

Tese apresentada em 28 de março de 2016 à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em História como requisito para obtenção do grau de Doutor em História.

Aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Professor Doutor **Charles Monteiro** – Orientador  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

---

Professor Doutora **Klaus Peter Kristian Hilbert**  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

---

Professora Doutora **Zita Possamai**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Professora Doutora **Vania Beatriz Merlotti Herédia**  
Universidade de Caxias do Sul – UCS –RS

---

Professora Doutora **Carolina Martins Etcheverry**  
PNPD - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Ao meu pai, Alceu (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Existem situações em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas, especialmente quando se trata da realização de um sonho. Os agradecimentos nessa abertura são extremamente importantes, pois se trata de uma trajetória extraordinária da minha vida acadêmica na qual estive envolvido comigo da forma mais intensa.

Assim para a conclusão deste trabalho pude contar com várias pessoas. E a essas prestarei, através de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos:

Ao professor Dr. Charles Monteiro, orientador deste trabalho, pelo conhecimento, suporte, competência e sua boa vontade. Além de incentivador, me conduziu com respeito, amizade e sobretudo, compreensão em um momento tão difícil de minha vida pessoal. Sua orientação me proporcionou conquistas intelectuais e sua escuta, uma herança humana fundamental;

À Professora Doutora Marília Conforto, por me co-orientar em momentos de inconstância e ser de vital estima para me dar segurança e convicção para persistir;

Ao professor e arquiteto Alfredo Conti, singular presença nesta caminhada por seu auxílio, apoio, estímulo e longas conversas sobre o mundo da preservação patrimonial na Argentina e por me ceder parte de seu trabalho, principal fonte de pesquisa utilizada nessa tese;

À Professora Doutora Zita Possamai, por seu essencial auxílio na busca pela compreensão do universo patrimonial;

À professora Doutora Eloísa Capovilla, pelas indicações, conversa e amparo prestados em minha banca de qualificação para ampliar minha escrita sobre patrimônio cultural;

Aos professores do curso de pós-graduação da PUC com quem aprendi e desenvolvi minha capacidade intelectual, bem como os funcionários pela atenção franqueada;

Aos professores do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul, em especial a professora Doutora Vania Beatriz Merlotti Herédia pelo diálogo constante e por ter me apresentado à Marshall Berman e David Harvey; e a professora Doutora Luiza Iotti, pelo apoio contínuo desde meu processo de produção do projeto que deu origem a esta tese, até os conselhos em nossas conversas sobre o mundo da história;

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami em Caxias do Sul e Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Porto Alegre, pela presteza;

Aos funcionários da Biblioteca Pública de la Universidad de La Plata, em especial os da sala La Plata, onde absorvi quase toda sua coleção;

Aos funcionários do Archivo Histórico de la provincia de Buenos Aires “Ricardo Levene”, instituição que me amparou em boas descobertas;

Aos funcionários da Biblioteca da legislatura de la provincia de Buenos Aires, em La Plata, na qual me ajudaram no processo de pesquisa no último dia de minha estada, onde encontrei valiosas fontes para essa pesquisa;

À colega Laura de Leão Dornelles, pelo suporte, diálogo e apoio em minha estada na cidade de La Plata;

À CAPES, por ter me proporcionado condições para a realização de meu doutorado;

Aos colegas, supervisores, direção e amigos do Colégio La Salle Carmo de Caxias do Sul;

Aos colegas e companheiros do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul;

Aos amigos e alunos, que foram importantes no alento necessário para a conclusão deste texto;

Aos familiares, meu sogro e sogra Mário e Arlete com quem compartilho esta vitória, e, em particular à minha mãe Diane e minha irmã, Karen, duas lindas lutadoras que sempre acreditaram em mim;

Incluo nesse agradecimento, minha companheira do coração, namorada de amor e esposa de vida, Morgana Larissa Säge, que além de me proporcionar uma diversidade de debates intelectuais, de auxiliar na correção da língua portuguesa e na organização das ideias da Tese, divide comigo a intensidade da vida e fazendo dela cada dia mais iluminada. Além disso, agradeço por escutar meus desabafos, minhas ansiedades e comemorar comigo meu entusiasmo. Sem seu apoio, tudo teria sido difícil. Com ela, divido essa conquista.

Por fim, e não menos importante, faço menção aqui à Professora Doutora Núncia Santoro de Constantino, não mais presente entre nós. Foi quem aceitou a empreitada dessa tese, orientando durante pouco tempo, mas de forma brilhante, enérgica, carinhosa e profissional. Agradeço sua atenção e dedicação, ficando aqui minhas lembranças aos seus familiares. Terá sempre um espaço na memória de minha caminhada.

*“O anjo da história tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros. Uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade.”*  
(Walter Benjamin)



## RESUMO

Em decorrência das alterações do projeto moderno, as cidades se tornaram resultados das projeções do ser humano na busca da realização das suas potencialidades. Entretanto, dentro da descoberta dos limites deste projeto, os movimentos preservacionistas criaram-se, primeiramente, na busca da identificação nacional e, mais tarde, na salvaguarda da memória como fator de oposição frente à aceleração hipermoderna da última metade do século XX. Em um primeiro momento, este trabalho dedica-se a analisar comparativamente o discurso produzido nos primeiros estudos morfológicos e inventários sobre a preservação do patrimônio cultural arquitetônico das cidades de La Plata, na Argentina e de Caxias do Sul, no Brasil. Por fim, particulariza-se ao meditar sobre o caso de cidades que tiveram suas origens no processo de imigração italiana no Brasil e Argentina, especificamente na área de preservação do patrimônio edificado como um exemplo de resistência da memória frente às alterações econômicas e culturais do século XX, potencializadas a partir do processo de aceleração da (hiper) modernidade. O presente trabalho, ao comparar a preservação do patrimônio edificado na região nordeste do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul) – Brasil e na província de Buenos Aires (La Plata) – Argentina, durante o final do século XX, examina os primeiros movimentos sobre o tema, bem como os respectivos debates nas intervenções nacionais e as peculiaridades regionais através de análise textual qualitativa. Trata-se de localidades oriundas de núcleos de imigrantes provindos da Itália no final do século XIX, mas que tiveram povoamentos e construções urbanas distintas, bem como símbolos diferentes em sua preservação patrimonial edificada.

Palavras-chave: Cidade. Patrimônio Histórico. Arquitetura.

## RESUMEN

En resultado de las alteraciones del proyecto moderno, las ciudades se tornaron síntesis de sus potencialidades. Todavía, dentro de la descubierta de los límites de este proyecto los movimientos de preservación se crearon, primeramente, en la búsqueda de la identificación nacional y, más tarde, en la salvaguardia de la memoria como factor de oposición frente a la aceleración híper moderna de la última mitad del siglo XX. En primer momento, este trabajo se dedica en hacer un análisis comparativo del discurso producido en los primeros estudios morfológicos e inventarios sobre la preservación del patrimonio cultural arquitectónico de las ciudades de La Plata, en Argentina y de Caxias do Sul, en Brasil. Por fin, se particulariza al meditar sobre el caso de ciudades que tuvieron sus orígenes en el proceso de emigración italiana en Brasil y Argentina, específicamente en el área de preservación del patrimonio edificado como in ejemplo de resistencia de la memoria frente a las alteraciones económicas y culturales del siglo XX, potencializadas a partir del proceso de aceleración de la (híper) modernidad. El presente trabajo, al comparar la preservación del patrimonio edificado en la región nordeste de Rio Grande del Sur (Caxias do Sul) – Brasil e en la provincia de Buenos Aires (La Plata) – Argentina, durante el final del siglo XX, examina los primeros movimientos sobre el tema, bien como los respectivos debates en las intervenciones nacionales y las peculiaridades regionales a través de un análisis textual cualitativa. Se trata de localidades oriundas de núcleos de emigrantes provenientes de Italia en final del siglo XX, pero que tuvieron poblamientos y construcciones urbanas distintas, bien como símbolos distintos en su preservación patrimonial edificada.

Palabras clave: Ciudad, Patrimonio Histórico, Arquitectura.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Descrição da terra de Cocanha, 1606, *Discriptione del paese di cuccagna* (terra da fartura), Capa do disco *Mérica, Mérica* - Cantos populares da imigração italiana in Revista Eletrônica da USP. Acesso em [www.revistas.usp.br/revusp/article/download/28431/30289](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/28431/30289).

FIGURA 2 - A terra de Cocanha – 1567 Pieter Bruegel. Diferentemente de Bruegel, o *Ethos* do trabalho na região de colonização Italiana produziria uma representação afastada da preguiça. Acesso em [www.slideboom.com/presentations/371943/Pieter-Bruegel](http://www.slideboom.com/presentations/371943/Pieter-Bruegel).

FIGURA 3 - Xilogravura por Ambrosius Holbein-Utopia-1518. Livro: *El Quadrado Roto*, La Plta, 1989.

FIGURA 4 - Cidade do sol de Campanella-1623. *El Quadrado Roto*, La Plta, 1989.

FIGURA 5 - Diferentes concepções Renascentistas da cidade ideal: 1. La Sforzinda de Filarete (1460 – 1465); 2. Fra Giocondo (Giovanni of Verona), 1433 – 1515; 3. Girolamo Magi (1523 – c. 1572); 4. Giorgio Vasari (1598); 5. Antonio Lupicini (c. 1530 – c. 1598); 6. Daniele Barbaro (1513 – 1570); 7. Pietro Cattaneo (1537 – 1587); 8/9; Francesco di Giorgio Martini (1439 – 1502). *El Quadrado Roto*, La Plta, 1989. Livro: *El Quadrado Roto*, La Plta, 1989.

FIGURA 6 - Cidade ideal de Henrichemont Salomon de Brosse, 1608. Livro: *El Quadrado Roto*, La Plta, 1989.

FIGURA 7 - Palmova projeto Racionalista. Livro: *El Quadrado Roto*, La Plta, 1989.

FIGURA 8 - Palmova atualmente. Acesso [whc.unesco.org](http://whc.unesco.org).

FIGURA 9 - Vista de Manchester na área rural de Kersal Moor, Inglaterra, Wiliam Wild, 1857. The National Gallery of Art USA.

FIGURA 10 - Place Saint-André-des-Arts (pré-Haussmann) - Charles Marville. The National Gallery of Art USA.

FIGURA 11 - Charles Marville, o Rio Sena- Pont du Carrousel Vista para Notre Dame, 1853, The National Gallery of Art USA.

FIGURA 12 – Mapa do Partido de La Plata, Livro *Conhecendo La Plata*.1982, Acervo: Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 13: Plano Fundacional da cidade (casco urbano) de La Plata “Vista de La Plata” - 1882. Acervo: Arquivo Municipal Dardo Rocha-LP.

FIGURA 14: Imagem aérea da cidade (casco urbano) de La Plata – 2001, Acervo: Municipalidad de La Plata.

FIGURA 15: Mapa da cidade de La Plata, Folder promocional da Secretaria de Turismo de La Plata, Acervo: Municipalidad de La Plata.

FIGURA 16: O Eixo Monumental, Livro La Plata, Uma Obra de Arte, 1982, Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 17: Teatro Argentino de La Plata, 1975. Livro La Plata, Ciudad Milagro. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 18: O incêndio do Teatro Argentino, 1977. Jornal El dia. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 19: Demolição do Teatro Argentino. Jornal El Dia - 01/07/1979. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 20: Coliseu Podestá, La Plata, 2013. Fotografia: Marcelo Caon.

FIGURA 21: Casa Curutchet, 2013. Fotografia: Marcelo Caon.

FIGURA 22: Início do Eixo-Monumental com a Igreja Catedral e Praça Moreno. La Plata, Uma Obra de Arte, 1982. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 23: Palácio Municipal (Prefeitura de La Plata) Municipalidade de La Plata. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 24: Casa de Gobierno (Sede do governo da província de Buenos Aires). Fotografia: Marcelo Caon.

FIGURA 25: Palácio de La Legislatura (Sede do poder legislativo da província). Fotografia: Marcelo Caon.

FIGURA 26: Retirada da urna de 1882. Centenário de La Plata. Fonte: La Plata 100, 1982. Filme promocional do Centenário de La Plata. Acesso em <https://youtu.be/nOYSYGwMfYo>.

FIGURA 27: Autoridades descobrem simbolicamente objetos fundacionais restaurados. Fonte: La Plata 100, 1982. Filme promocional do Centenário de La Plata. Acesso em <https://youtu.be/nOYSYGwMfYo>.

FIGURA 28: La Plata. Fonte: Livro La Plata, Uma Obra de Arte, 1982. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 29: La proliferación de las torres. Fonte: El cuadrado Roto de Alain Ganier, 1992. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 30: Traçados de La Plata. Fonte: El Cuadrado Roto, Alain Garnier, 1992. Acervo: Salão La Plata, Biblioteca Universidade Nacional de La Plata.

FIGURA 31: Plano de estudo morfológico-urbano. Fonte: ESTUDO MORFOLÓGICO. Fotografia: Marcelo Caon. Acervo: Arquivo particular de Alfredo Conti.

FIGURA 32: Ocupação do casco fundacional. Fonte: ESTUDO MORFOLÓGICO. Arquivo particular de Alfredo Conti.

FIGURA 33: Tipos de edificação inventariados e fotografados. Fonte: ESTUDO MORFOLÓGICO. Arquivo particular de Alfredo Conti.

FIGURA 34: Zoneamento de áreas de conservação da cidade. Fonte: ESTUDO MORFOLÓGICO. Arquivo particular de Alfredo Conti.

FIGURA 35: Localização de Caxias do Sul. Fonte: Construindo uma cidade de Maria Abel Machado.

FIGURA 36: Mapa da divisão das léguas/região, 1875 Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 37: Planta da Sede Dante. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 38 - Entroncamento da Avenida Júlio de Castilhos com Rua Dr. Montaury, em frente à Praça Dante Alighieri. Caxias do Sul, 1947 Fotógrafo: Reno Mancuso Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 39 - Hotel Bela Vista, localizado na Rua Marechal Floriano esquina com Rua Sinimbu. Caxias do Sul, década de 1940. Fotógrafo: não identificado Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 40 - Prédio do Banco do Estado da Província, localizado no entroncamento da Avenida Júlio de Castilhos com Rua Marquês do Herval. Caxias do Sul, 1947 Fotógrafo: Reno Mancuso Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 41 - Vista da fachada do Café Central, antigo prédio da Intendência Municipal. Localizado na rua Dr. Montaury, entre Avenida Júlio de Castilhos e Rua Sinimbu. O estabelecimento era de propriedade dos irmãos Zors. Caxias do Sul, 1908 Fotógrafo: Domingos Mancuso Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 42 – Vista da Fachada da Casa de Cultura Percy de Vargas Abreu e Lima. Localizado na rua Dr. Montaury, entre Avenida Júlio de Castilhos e Rua Sinimbu. Caxias do Sul 2009. Fotógrafo: Daniela Xu Acervo: Marcelo Caon O café que fica na entrada do Centro de Cultura está locado para a empresa MC Donald.

FIGURA 43 – Casa de Pedra. Obra da primeira intervenção de restauração. Caxias do Sul, 1974. Fotógrafo: Wanderley Rocha. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 44 – Casa de Pedra. Prefeito Mário Bernardino Ramos na inauguração do Museu Casa de Pedra. Caxias do Sul 14/02/1975. Fotógrafo: Basílio Scalco. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 45 - Casa de Pedra. Caxias do Sul. Dezembro de 2005. Fotógrafo: Sayonara Guaresi. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 46 – Monumento ao Imigrante. Caxias do Sul. Janeiro de 2006. Fotógrafo: Daniela Longoni. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 47 – Hospital Beneficente Santo Antônio. Caxias do Sul. 13/06/1931. Fotógrafo: Giácomo Geremia Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 48 – Antigo Hospital Carbone. Mesmo prédio do Hospital Santo Antônio. Caxias do Sul. 1979. Fotógrafo: Não identificado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 49 – Antigo Hospital Carbone após restauro funcionando como Arquivo Histórico Municipal. Fotógrafo: Mário André Coelho. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 50 – Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, aprox.1935. Fotógrafo: Não identificado Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 51 – Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, aprox.1985. Antes de sua demolição. Fotógrafo: Não identificado Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 52 - Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, Outubro de 1988. Fotógrafo: Antônio Carlos Galvão Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 53 – Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, Fevereiro de 2006. Fotógrafo: Daniela Longoni. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 54 - Cantina Luiz Antunes. Caxias do Sul, Fevereiro de 2006. Fotógrafo: Sayonara Guaresi. Inventário dos Bens edificados de Caxias do Sul Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

FIGURA 55 – Edifício Parque do Sol. Reprodução no Álbum do Centenário da Imigração Italiana, 1975. Fotógrafo: Não identificado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 56 - Construção do teatro Apollo. Década de 1920. Caxias do Sul. Fotógrafo: não informado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 57 - Cine Teatro Ópera. Década de 1980. Caxias do Sul. Fotógrafo: Não Informado. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 58 – Encarte produzido pelo Arquivo Municipal Histórico João Spadari Adami. Início da década de 1990. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 59: Movimento pela preservação: o Abraço ao Ópera em 3 de setembro de 1991. Fonte: Gilmar Gomes, banco de dados do jornal Pioneiro.

FIGURA 60: A fachada do Ópera no final dos anos 1960. Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 61: Edificação abandonada, 1993. Fotógrafo: Giancarlo Mantovani, Divulgação.

FIGURA 62: Mesmo sem destino definido, propriedade começa a ser cercada por tapume. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 63: Estrutura do teatro antes do incêndio, 1994. Fotógrafo: Gilmar Gomes. Divulgação.

FIGURA 64: Capa do Jornal Pioneiro dia 26/12/1994. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 65: Teatro após o incêndio. Às vésperas da demolição em 1995. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

FIGURA 66 – A garagem Ópera. 2007. Caxias do Sul. Fotógrafo: Marcelo Caon Acervo: Marcelo Caon.

## LISTA DE SIGLAS

CEDODAL - Centro de Documentação de Arquitetura Latinoamericana

CEDOC – Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul

CELS - Centro de Estudios Legales y Sociales (Buenos Aires)

CEPA - Centro de Estudios y Proyectos del Ambiente (Buenos Aires)

CGAM – Coordenação Geral de Acervos Museológicos (Brasil)

CICOP - Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio (Argentina)

CNMMLyH – Comisión Nacional de Museos, Monumentos, Lugares y de Bienes Históricos da Argentina

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural (Argentina)

CODESI - Comisión del Sitio de la Ciudad de La Plata.

COMPAHC – Conselho Municipal de Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural de Caxias do Sul

CPAMU- Comisión del Patrimonio Arquitectónico, Monumental y Urbanístico de La Plata

ECIRS – Projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias no Nordeste do Rio Grande do Sul.

E.C.T.A.S.E.- Ente de Construcción Teatro Argentino Sociedad del Estado (Argentina)

Familiares - Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas (Argentina)

FNPM – Fundo Nacional Pró-Memória – Ministério da Cultura (Brasil)

GAMAPLAN – Gabinete Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

ICOMOS/Argentina - Consejo Internacional de Monumentos y Sitios

IPHAN/SPHAN/SPAN/Pró-Memória–Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura. Trata-se de instituto do Estado Brasileiro, responsável pelas práticas oficiais sobre o patrimônio cultural desde 1937 tendo alterado sua nomenclatura em diversos momentos da história nacional.

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - Ministério da Cultura

ISBIEP – Instituto Superior de Estudos Ítalo-Brasileiros (Brasil)

LINTA - Laboratorio de Investigaciones del Territorio y el Ambiente ( La Plata, Argentina)



SADE La Plata - Sociedad Argentina de Escritores – Filial La Plata

SAERGS – Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul

SEAAQ – Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul

SEP - Sociedad de Escritores de la Provincia de Buenos Aires

SPHAN- Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Ministério da Cultura

UBA- Universidade de Buenos Aires

UCALP- Univesidad Catolica de La Plata

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo

UNLP - Universidad Nacional de La Plata

UPAK - Universidad Popular Alejandro Korn (Argentina)

YPF - Yacimientos Petrolíferos Fiscales (Argentina)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
1.1 APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTOS.....	23
1.2 TEMPO, MÉTODO E CONCEITOS.....	28
1.2.1 Recorte Temporal.....	28
1.2.2 Metodologia.....	30
1.2.3 Conceitos.....	32
1.2.4 Fontes/Estrutura.....	38
<b>2. A MODERNIDADE, CIDADE E MEMÓRIA .....</b>	<b>41</b>
2.1 A MODERNIDADE .....	41
2.1.1 O Devir moderno no século XIX: uma construção prévia.....	47
2.1.2 Visões de mundo, discordâncias sobre o devir.....	52
2.2 URBANISMO E CIDADE MODERNA.....	54
2.2.1 Urbanismo como antídoto? .....	57
2.2.2 A literatura como retrato da modernidade.....	60
2.2.3.Imigração, Literatura e Utopia.....	63
2.3 AS CIDADES.....	67
2.3.1 A Idealização da cidade.....	67
2.3.2 Cidade Moderna e a Utopia.....	72
2.3.3 Cidade industrial.....	74
2.3.4 A cidade em perspectiva .....	78
2.3.5 Cidade Hipermoderna: as mudanças na cidade.....	82
2.3.6 Cidade hipermoderna e patrimônio americano.....	88
2.3.7 Patrimônio na cidade de La Plata e Caxias do Sul.....	93
<b>3. O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>96</b>
3.1. O PATRIMÔNIO EDIFICADO EM TEMPOS MODERNOS.....	96
3.1.1 O patrimônio urbano no século XIX.....	99
3.2 O PATRIMÔNIO NA ARGENTINA E NO BRASIL.....	102
3.2.1 Os Primeiros Departamentos de Preservação.....	106

<b>3.2.2 Preservação na Argentina: História Política preservada.....</b>	<b>107</b>
<b>3.2.4 A Ação do Estado sobre o campo preservacionista .....</b>	<b>115</b>
3.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL.....	118
<b>3.3.1 Preservação no Brasil: a preservação pelo Estado.....</b>	<b>120</b>
<b>3.3.2. A preservação no Brasil no final do Século XX.....</b>	<b>126</b>
3.4 A PRESERVAÇÃO E A EMERGÊNCIA DA MEMÓRIA.....	127
<b>3.4.1 A experiência como patrimônio.....</b>	<b>129</b>
<b>3.4.2 Patrimonialização na hipermodernidade.....</b>	<b>131</b>
3.4.2.1 A Inventariação como forma de conhecimento e proteção Cultural .....	133
<b>3.4.3 Hipermodernidade e Patrimônio: Caxias e La Plata.....</b>	<b>136</b>
3.4.3.1 Caxias: retomada do processo preservacionista .....	138
3.4.3.2 A influência dos organismos internacionais em Caxias do Sul .....	142
<b>3.4.4 La Plata e os organismos internacionais de preservação.....</b>	<b>147</b>
3.4.4.1 A fundação de La Plata como símbolo de cidade moderna.....	149
3.4.4.2. A Preservação de La Plata: quando um teatro salva outro .....	151
<b>4. A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DE LA PLATA (1982-1989).....</b>	<b>157</b>
4.1 O TEATRO ARGENTINO E O PENSAMENTO PATRIMONIAL.....	163
<b>4.1.1 O Teatro o ponto de partida à preservação.....</b>	<b>163</b>
4.2 CENTENARIO DE FUNDAÇÃO DE LA PLATA.....	176
<b>4.2.1 Os estudos acadêmicos da UNLP sobre de La Plata.....</b>	<b>176</b>
<b>4.2.2 A recuperação do Eixo-Monumental como símbolo do centenário.....</b>	<b>180</b>
<b>4.2.3 A comemoração política do centenário platense.....</b>	<b>187</b>
<b>4.2.4 O traçado como ingresso na internacionalização patrimonial.</b>	<b>191</b>

4.3 A BUSCA PELO CONCEITO DE PATRIMONIO CULTURAL.....	198
<b>4.3.1 As publicações a legislação patrimonial: além do Pitoresco...</b>	<b>204</b>
<b>4.3.2 Democracia, discurso preservacionista e morfologia.....</b>	<b>213</b>
<b>4.3.3 Novas leis e um horizonte de expectativa.....</b>	<b>223</b>
4.4 OS ESTUDOS MORFOLÓGICOS E INVENTÁRIO.....	229
<b>4.4.1 Patrimônio: novos problemas, novas análises.....</b>	<b>232</b>
<b>4.4.2 A Primeira Etapa: A forma urbana como discurso metonímico.....</b>	<b>233</b>
4.4.2.1 Urbe, Morfologia e Vestígios.....	234
<b>4.4.3 A Segunda Etapa: Diagnóstico morfológico como detenção de elementos de valor histórico, cultural e ambiental.....</b>	<b>247</b>
4.4.3.1 Área de zoneamento como bem cultural: uma orientação de política pública .....	249
4.4.3.2 A criação de área de zoneamento como bem cultural....	253
<b>5. CAXIAS DO SUL: O PATRIMÔNIO EM PROCESSO.....</b>	<b>257</b>
5.1 A RENOVAÇÃO URBANA E A CONSERVAÇÃO.....	261
5.2 O CENTENÁRIO DE CAXIAS E GERAÇÃO PATRIMONIAL.....	270
<b>5.2.1 A festa e o mito.....</b>	<b>271</b>
<b>5.2.2 A cidade pensada pelos estudos acadêmicos.....</b>	<b>271</b>
<b>5.2.3 A casa de pedra: de monumento ex-nihilo à histórico.....</b>	<b>278</b>
<b>5.2.4 O Imigrante como Monumento: legitimação política.....</b>	<b>286</b>
5.3 PATRIMÔNIO CULTURAL, LEGISLAÇÃO E NÚCLEO PRESERVACIONISTA EM CAXIAS .....	289
<b>5.3.1 O arquivo histórico municipal.....</b>	<b>289</b>
<b>5.3.2 Cantina Antunes: um projeto cultural .....</b>	<b>301</b>
<b>5.3.3 O surgimento do Compahc e a legislação patrimonial.....</b>	<b>308</b>

5.4 O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DISCURSIVO NA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL.....	314
<b>5.4.1 Edificações como um olhar voltado à autenticidade.....</b>	<b>317</b>
<b>5.4.2 A instauração da catalogação dos bens culturais.....</b>	<b>326</b>
<b>5.4.3 Inventário como preservação jurídica das áreas históricas.....</b>	<b>328</b>
5.5. TEATRO ÓPERA: O PONTO DE CHEGADA?.....	334
<b>5.5.1 A tentativa de atribuição de valor cultural.....</b>	<b>334</b>
<b>5.5.2 A edificação como elemento cultural de identidade <i>versus</i> a cultura do capitalismo empreendedor.....</b>	<b>339</b>
<b>5.5.3 O último ato ou a afirmação de uma sociedade sem espetáculo..</b>	<b>343</b>
6. CONCLUSÃO.....	360
REFERÊNCIAS.....	373

## 1. INTRODUÇÃO

Em decorrência do projeto da modernidade, que imprimiu novas formas de organização que se deram inicialmente através da atividade racional, científica, tecnológica, intelectualização na ruptura com o finalismo da religiosidade, e ainda a destruição dos laços sociais tradicionais produzindo novas mediações sobre o conhecimento humano, as cidades se tornaram resultados das projeções do ser humano na busca da realização das suas potencialidades. Entretanto, dentro da descoberta dos limites desse projeto, os movimentos preservacionistas criaram-se, primeiramente, na busca da identificação nacional e, mais tarde, na salvaguarda da memória como fator de oposição frente à aceleração hipermoderna da última metade do século XX.

O conjunto de mudanças atribuída ao episódio da hipermodernidade produziu discursos que disseminaram a ideia de haver uma tendência inerente à natureza e ao homem ao atravessar uma sequência regular de etapas de desenvolvimento no passado, presente e futuro, sendo as etapas mais recentes superiores às mais antigas. Em outras palavras, havia a crença de que se avançava de um estágio inferior para o superior, uma ideia de progresso.

Mas, também incidiu a postura contrária a essa visão de mundo. Para o sujeito que habitava a cidade acontecia um altíssimo grau de modificações do espaço urbano que por vezes o aliena desta modernidade. Em um primeiro momento, este trabalho dedica-se a comparar o discurso produzido nas publicações oficiais sobre o centenário das cidades, neste caso La Plata, na Argentina e Caxias do Sul, no Brasil como maneira de desvelar o sentido do progresso defendido por estes agente em pleno momento hipermoderno; pretende também analisar os inventários produzidos no mesmo período histórico, averiguando se houve contradição na preservação patrimonial diante da aceleração hipermoderna, cujo efeito fragmenta a confiança dos seres humanos em um futuro afortunado. Em decorrência disso, buscou-se avaliar a possível influência cultural dos imigrantes italianos no patrimônio local, já que, em ambos os casos, houve um massivo povoamento das cidades por este contingente populacional provindo da Europa no final do século XIX. Dessa forma, pretende-se aqui ir além da acepção espacial de “patrimônio” em que a análise histórica desfaz as amálgamas e confusões semânticas sobre o tema. O presente trabalho, ao comparar a preservação do patrimônio o final do século XX examina os primeiros movimentos sobre o tema, bem como os respectivos debates nas intervenções nacionais e as peculiaridades regionais através de análise comparativa.

Sendo o objeto desta Tese *a forma como surge o processo de preservação do patrimônio edificado nas cidades de Caxias do Sul e La Plata*, cabe então investigar quais foram as práticas e representações vinculadas ao processo de preservação do patrimônio através dos primeiros inventários das referidas cidades. Verificar de forma acurada se os primeiros inventários serviram de instrumentos legais de preservação patrimonial e, nesse contexto, aferir através das práticas se os instrumentos de inventariação, se serviram, ou não à políticas públicas de preservação do patrimônio cultural arquitetônico cuja função é (1) estruturar e resguardar elementos pertencentes à memória histórica da imigração e formação da cidade (2) configurar uma prática da conservação dessa mesma herança cultural, proporcionada pelos grupos regionais e suas motivações em relação ao que pode ter sido deixado à “própria sorte” e, portanto, ficou fadado ao desaparecimento.

Contudo, o objetivo geral deste trabalho é o de *analisar as práticas e representações consubstanciadas nos primeiros inventários produzidos, por sua vez, no processo de preservação do patrimônio edificado nas cidades de La Plata e Caxias do Sul na fundação da memória cultural urbana, no final do século XX, por ocasião do ressurgimento dos debates sobre a morfologia urbana e o planejamento das cidades*. Foram pensados os seguintes objetivos específicos: (1) *Como mais detalhadamente esse inventários serviram de instrumentos legais de preservação patrimonial e consistiam em políticas públicas de preservação dos poderes executivos municipais?* (2) *O que esses inventários propuseram sobre as edificações de cada cidade? Houve algum exemplar de edificação que teria resultado da proposta desses estudos?*

## 1.1- APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTOS.

De acordo com as transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram no mundo ocidental, países como Brasil e a Argentina estiveram circunscritos no processo de expansão capitalista do século XIX. Em decorrência desse fenômeno e frente às novas formas de produção que eram implementadas, ocorreu, no final do século XIX e início do XX, o fenômeno migratório, que deslocou vultoso contingente humano da Europa para a América (BJERG, 2010, p.29).

Incluso neste processo de transformação, havia a necessidade de mão de obra livre para sustentar a construção econômica dos países da América do Sul. As cidades de Caxias do Sul, no Brasil, e La Plata, na Argentina, fizeram parte desse episódio, primeiramente por terem sido organizadas e planejadas em um curto espaço de tempo para abrigar tal

contingente de pessoas; em outro momento por serem habitadas majoritariamente por imigrantes italianos e, mais tarde, por estarem associadas às transformações de caráter modernizador.

Embora as cidades fizessem parte de países fronteiriços, cabe ressaltar o aspecto identitário em que estes imigrantes estiveram incluídos, pois estava em curso um novo arranjo de formação da ideia de nação, na construção dos respectivos Estados Nacionais bem como a legitimação daqueles Estados. Isso serve como uma espécie de aviso, na medida em que os projetos urbanos e a valorização ou não das características culturais dos grupos de imigrantes eram ou não valorizadas dentro de tal processo.

A cidade de La Plata (1882-1884) estava inserida no processo de reorganização política da Argentina que culminou na federalização da cidade de Buenos Aires funcionando como capital federal da república e capital da província. No ano de 1881 uma espécie de arranjo político do então governador da província, Sr. Dardo Rocha, que almejava tornar-se presidente da república, ocorreu a organização do projeto de construção de uma nova capital para a província de Buenos Aires em um acelerado espaço de tempo. La Plata foi construída próxima à cidade de Buenos Aires e representava um acordo mútuo entre o projeto de modernidade importado dos países europeus e necessária absorção da mão de obra para erigi-la e habitá-la, também advinda da Europa: uma cidade construída **por** imigrantes italianos.

Por outro lado, embora o espaço urbano de Caxias do Sul (1875) não tivesse sido criado para substituir a capital da província do Rio Grande do Sul, ele estava inserido em um pacto entre os Estados Nacionais para a utilização da mão de obra mais variada em atividades produtivas, incluindo o povoamento das terras do Império, localizadas na região nordeste da província. Diferentemente do restante do país, onde os imigrantes substituíam a mão de obra escrava nas fazendas, o caso de Caxias do Sul principiou como uma espécie de assentamento nas terras devolutas do Império, em unidades conhecidas por colônias, onde o trabalho do imigrante também era fundamental, e ligava-se ao aumento da produtividade agrícola. Assim, o traçado dessas colônias lembra a forma de ocupação do oeste dos Estados Unidos, onde a divisão dos territórios e das propriedades não seguia a linha tradicional das fronteiras naturais, traçadas a partir de paralelos e meridianos (GIRON, 1992, p. 62.): nesse caso, uma cidade feita **para** italianos.

Ambas organizações urbanas foram realizadas sobretudo com um grande contingente de imigrantes italianos, que trouxeram uma identidade nacional pouco homogênea. A conturbada e recente unificação italiana no final do século XIX não abrandou as várias frações políticas que haviam surgido naquele processo e tampouco havia resolvido os



problemas econômicos da Itália que se mantinha como uma nação agrária, atrasada, de baixo desenvolvimento econômico, um dos fatores que gerou a emigração. Dessa forma, os imigrantes levavam consigo modelos distintos de características culturais, tais como língua, religião, costume, tradições, sentimentos de “lugar” que eram partilhados por determinada parte população. Essas etnias (HALL, 1992, p. 62) constituíram parte das formações urbanas e talvez tenham sido relevantes na formação ou expressão cultural de cada núcleo urbano. Caberia essa pesquisa investigar até onde isso foi projetado na materialidade dessas cidades ou se os projetos dos respectivos Estados Nacionais não obliteraram as heranças de tais populações que contribuíram no povoamento e no desenvolvimento das respectivas cidades.

Diante da constituição da ideia de nação da Argentina e Brasil, houve semelhanças, tais como um esforço das elites locais (SÁ, 2013, p. 14) que, confrontadas com uma variedade de culturas, de interesse regionais e com a diversidade étnica, inventaram a ideia de nação como o único argumento capaz de ordenar a sociedade e garantir seu controle sobre ela. Dessa maneira, durante parte do século XX, houve a implementação de um discurso nacionalizante, que, em boa medida, se converteu em legitimação política do Estado contemporâneo. Esses fatores, bem como os conturbados processos políticos, incidiram sobre a pouca importância dada às etnias imigrantes e, conseqüentemente, sobre a contribuição que ela poderiam oferecer na constituição cultural destes países.

No que tange as distintas contribuições na formação do campo do patrimônio cultural, isso não foi diferente. No Ocidente, em especial na América Latina, houve uma mudança considerável entre a década de 1970 e início de 1980 após uma relativa diminuição dos poderes nacionais, constituídos nas ditaduras militares que veio somar-se aos debates culturais originados Unesco durante o mesmo período. As novas disputas sobre o campo cultural abriram a possibilidade de analisar as contribuições das mais variadas etnias na formação cultural de diversos países, incluindo o Brasil e a Argentina. Ainda, buscou-se apontar a multiplicidade cultural, bem como seus vestígios, como compreensão das variações culturais que compuseram as identidades da América Latina.

Os aspectos integrados ao patrimônio edificado fazem parte desse processo e coube, nesta pesquisa, utilizar a formação de núcleos urbanos formados em momentos paralelos de formação nacional de Brasil e Argentina, na mesma medida em que tivesse em seus grupos de formação, habitantes envolvidos em situações econômico-culturais semelhantes diante e, próximos a uma nova forma de organização mundial. Foi necessário pensar como, após um século da formação urbana, os vestígios foram preservados e se, em caso positivo, quais suportes ideológicos são utilizados para mantê-los preservados ou destruídos. Assim, surgem

Caxias do Sul e La Plata, que serviram como metonímias comparativas entre Brasil e a Argentina, verificando se as políticas e as práticas de preservação se dão da mesma forma, se se contrapõem ou se se complementam de alguma forma.

Frente a uma nova forma de pensar o antigo projeto da modernidade, conhecido como “hipermodernidade”<sup>1</sup>, o patrimônio edificado, lido através das preleções sobre a morfologia urbana, revela novos embates sob a mercantilização da etnia, prática da indústria cultural, ou o consumo ou a homogeneização da alteridade. Parte da produção oficial que fora escrita durante a comemoração dos centenários de ambas cidades dão conta de inferirem certo caráter evolutivo as suas respectivas cidades, porém também são os próprios organismos que criam leis, orientam pareceres e documentos que demonstram a deterioração da urbe, incluindo edificações que trazem consigo o emblema do progresso. Muitos dessas fontes acabaram sendo apagadas no decorrer do tempo à proporção que as agremiações políticas se modificaram. Entretanto, através de uma pesquisa relativamente minuciosa, conseguiu-se suporte documental que dá conta de afirmar como esse originou-se esse embate. A partir de tal estreitamento com as publicações comemorativas, leis, relatórios municipais foi possível contrapor documentos que iam contra a corrente do “desenvolvimento a qualquer custo”. Sobre elas foi possível propor importantes perguntas relatadas anteriormente que tem uma boa constituição de *cópus* teórico.

---

<sup>1</sup> O pensamento dominante durante o período moderno era o de que o homem era o que ele fazia, e, portanto, quanto melhor a produção condicionada pela ciência, à tecnologia ou à administração, melhor seria a organização da sociedade, pois regulada pela lei transforma a vida que passa a ser animada pelo interesse de se libertar de todas as opressões. Por meio do progresso, a humanidade avançava simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e a felicidade e escapa às formas tradicionais, permitindo ao estado de felicidade. Porém, pós-década de 50, houve mudanças substantivas nos campos da ciência, da tecnologia, indústria e trabalho, iniciando-se análises que levaram ao questionamento da eficácia do projeto moderno. A expressão pós-moderno (Jean-François Lyotard) foi utilizada por alguns intelectuais do Ocidente, tendo sido o conceito demarcatório deste período. Outros autores, que também teciam suas análises a partir da década de 60 demonstravam que havia um novo contexto cultural, na qual surgiam novas questões sobre os processos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos. Embora nem todos os intelectuais do período caracterizado de pós-moderno tivessem o mesmo escopo, existia uma tênue linha de raciocínio que perpassava suas análises resultando na “conclusão” de que: havia o desaparecimento da sociedade como sistema integrado e portador de um sentido geral, definindo em termos de produção, significação e com uma verdade objetiva. Como as categorizações sociais eram novas, em alguns casos elas apresentaram-se incertas. Todos os autores versaram em suas respectivas áreas sobre as grandes alterações na vida das sociedades modernas ocidentais e, denominam de maneiras diferentes: hipermoderno (Gilles Lipovetsky), modernidade líquida (Zygmunt Bauman), alta modernidade (Anthony Giddens), modernidade tardia (Alain Touraine) e modernidade (Habermas). Não cabe aqui esmiuçar as diferenças entre esses pensamentos, e sim assinalar sua semelhança que tratava sobre as rápidas mudanças econômicas, políticas, culturais no Ocidente do final do século XX. Para Lipovetsky a hipermodernidade seria uma potência superlativada dos efeitos trágicos da modernidade, acompanhada de desregulamentação financeira, de ímpeto técnico-científico, da substituição da rigidez disciplinar da sociedade por um modelo medido pelo efêmero, da renovação permanente. O universo do consumo e da comunicação de massa aparece como um sonho jubiloso e inerente a ele está a novidade e a tentação consumista como organização do presenteísmo, cujos efeitos são tão carregados de perigos, quanto de promessas.

Boa parte das publicações comemorativas centenárias das respectivas cidades apontam para a formação patrimonial significativa. Em muitos casos, a produção da imagem cria um contexto no qual as cidades são exibidas como produto da engenhosidade dos seus habitantes acompanhado do crescimento contínuo. Essa proposição se associa ao desenvolvimento produtivo, comercial e industrial, apresentado como sinônimo da modernidade e apresentado como vetor de transformações urbanas e arquitetônicas. Embora se situem em diferentes locais, as cidades se encontram em semelhantes condições quando apresentadas pelos álbuns comemorativos de seu centenário, ou seja, tem como marco seu crescimento urbano e/ou desenvolvimento industrial.

De igual maneira, o poder público municipal, em ambas as cidades, propunha a elaboração de estudo sobre a morfologia urbana e sua respectiva representação nas edificações urbanas o que não apenas serve de apontamento como análise econômica e política do fenômeno urbano, como também faz pensar que as cidades estão desprovidas de referências simbólicas. A legislação elaborada sobre a proteção desses referenciais, através do conjunto de estudo sobre as mudanças nas formas urbanas e os inventários, articulados com fim de localização para ação e proteção pública sobre esses vestígios, abrem caminho para pensar como as experiências culturais contribuíram na formação dos imaginários e das identidades locais, resistentes ao processo de globalização: a preservação do patrimônio não busca perpetuar o passado. Segundo Poulot, a preservação representa um patamar de referência, um conjunto de permanências por meio das quais as sociedades se reconhecem, se identificam, constroem e reconstroem os seus valores e sua trajetória (POULOT, 2009. p. 19).

Se, por um lado, as publicações festivas denotam uma espécie de núcleo da memória que estabelece um imaginário constituído por lugares, personagens e acontecimentos produzindo um ordenamento da história do lugar e a pacificação do conflito, por outro, através dos inventários, é possível perceber as atividades classificatórias como modo de manter protegido um sentimento de pertença, e até de resistência, diante de um mundo que não seduz mais e que evidencia um fase de esgotamento de seu projeto moderno.

## 1.2 TEMPO, MÉTODO E CONCEITOS

### 1.2.1 Recorte Temporal

O recorte temporal proposto para esta tese corresponde ao período específico de 1986 quando os inventários foram finalizados. Entretanto, se faz necessário recuar e avançar no tempo utilizando essa flexibilização para compreender de que forma eles foram produzidos, qual sua relação com as comemorações centenárias de 1975 e 1982 e de que forma eles foram utilizados posteriormente a sua publicação. O ano de 1975 serve como ponto de partida para compreender como se deu o processo inicial de preservação no município de Caxias do Sul, na medida em que a data tornava-se um marco do centenário da chegada dos imigrantes italianos e, portanto, foi utilizada ideologicamente na organização na valorização excessiva da cultura italiana regional semelhante ao da cidade de São Paulo, da década de 80 onde, segundo a Profa. Maria Clara Mocellin, ocorreu o “surgimento de um discurso preocupado em transmitir uma imagem desenvolvida e moderna da Itália, por parte dos representantes do governo e empresários italianos”<sup>2</sup> (MOCELIN, 2008, p. 3). Dessa maneira, contrapunha-se à figura antiga do imigrante, tida como sinal de atraso, um modelo distintivo, moderno, substituindo a expressão “imigrante” por “*italiani all estero*” como símbolo da modernidade. O que ocorreu na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, com ênfase na cidade de Caxias do Sul, foi o reforço da ideia de modernização da economia regional como implicações no plano simbólico, no que diz respeito à produção das representações locais em torno da italianidade. No plano arquitetônico, a cidade iniciava seu processo de verticalização ao mesmo tempo em que surgiam sutis estudos sobre a morfologia urbana transparecendo no primeiro inventário um indício de apreensão quanto a preservação de algumas edificações.

Já em 1982, ocorreu o centenário da cidade de La Plata, quando, com a finalização do processo ditatorial, surgiu em toda a Argentina uma ampla investigação de conservação cultural das mais distintas etnias na formação da cultura do país bem como um aprofundamento sobre o quesito patrimonial, pois poucas edificações de distintas etnias haviam sido preservadas. Na realidade, segundo Schávelzon (2008, p. 15), dos quase 200 edifícios listados como monumentos históricos nacionais declarados nenhum era uma

---

<sup>2</sup> O objeto desse estudo seria a produção de um discurso que circula na sociedade local e regional através de informativos, jornais, literatura local e espaço de manifestações culturais que se apropria de símbolos do passado – o imigrante italiano e os relaciona o sucesso atual com as agruras do início da imigração. O discurso acionaria questões étnicas e de interesses regionais vinculados ao grupo de descendentes “bem-sucedidos”, seja em nível econômico, caso dos empresários ou em nível cultural, os intelectuais locais.

universidade, hospital, escola ou teatro, incluindo o Teatro Colón (SCHÁVELZON, 2008, p.17). Era o momento mais propício para que os arquitetos e historiadores de La Plata pudessem ir a campo abordar os estudos sobre a urbe, bem como sua arquitetura. Nesse momento, a Universidade Nacional de La Plata inicia uma diversidade de intercâmbios e estudos sobre a história da própria cidade em diferentes campos: arquitetônico, político, econômico.

Para abranger o objeto de análise, entretanto, em ambos os casos, lidamos com uma periodização que põe em consideração a década de 1980 e 1990, com algumas digressões temporais para aquém ou além desses períodos. No caso de Caxias do Sul, o primeiro inventário encontrado data do início dos anos 1980, enquanto na cidade de La Plata, um estudo sobre a morfologia urbana na metade da mesma década.

Quanto aos anos de 1990, ambas as cidades produziram novos inventários, com inúmeras alterações em relação aos primeiros levantamentos. Em Caxias do Sul, houve um intenso debate frente ao modelo de preservação (ou destruição) organizado nessa década que revogou antigas políticas que vilipendiavam a preservação na cidade. No caso platense, ocorreu um sério debate sobre a possibilidade da cidade se tornar patrimônio mundial pela UNESCO o que preparou um novo inventário para servir de base para a postulação da cidade como patrimônio da humanidade. Além disso, a Faculdade de Bellas Artes da Universidade Nacional de La Plata lançou um projeto com novas abordagens valorativas sobre o patrimônio traduzidas pela recuperação sensível das edificações para sua proteção legal.

As abordagens visuais apresentadas nas publicações comemorativas do centenário das cidades têm uma função distinta dos inventários. No primeiro caso, trata-se de veículos de informação que tem o objetivo de produzir em seu receptor a elaboração de uma cidade em expansão, sem contradições, ordenada, com novos espaços de sociabilidade. Entretanto, um novo tipo de prática de leitura, mais rápida e dinâmica, foi criada. Segundo Monteiro (2007, p. 174), as imagens parecem dizer “foi assim que aconteceu”, permitindo gerir novos significados do processo de modernização que, embora sejam mais rápidos, são mais superficiais e menos reflexivos (MONTEIRO, 2007, p.174).

Nesse sentido, o inventário traz consigo um outro tipo de forma de leitura, compreendendo a ampla necessidade de reconhecer os bens culturais e as ações necessárias para a salvaguarda do patrimônio. Essa ferramenta se torna mais elaborada e técnica, considerando os signos contidos neles pela sociedade. Se a complexidade dos inventários deve acompanhar a desenvolvimento do conjunto urbano, é fundamental uma compreensão mais precisa das normas valorativas que servem de base para o processo de preservação e

valorização do patrimônio. Diante de uma nova escala de interesses públicos e privados, na hipermodernidade e, sobre o mundo urbano, vale realizar uma análise mais complexa sobre as verdadeiras possibilidades propostas pelos inventários, para que não se tornem meros apanágios de um tipo de preservação ilusória que torna o urbano em pastiche ou cria uma nova fonte de renda para a indústria cultural.

### **1.2.2 Metodologia**

O principal referencial analítico escolhido para esta tese tem uma perspectiva da comparação proposta por Marc Bloch. A constituição do objeto se dá a partir do presente como forma de iluminar o passado por meio de uma nova interpretação ressaltando uma nova singularidade. Uma “história-problema” pode se constituir como “história-problema comparada” na medida em que o problema afeta dois recortes espaciais que se inserem em uma mesma temporalidade (BARROS, 2014, p.49).

Sendo assim, sem perder de vista as relações entre o local, nacional e internacional, dentro das especificidades, buscou-se realizar uma comparação entre duas cidades arquitetadas, concebidas e planejadas no final do século XIX pelo poder central de seus países com fins políticos específicos. Mais ainda, procuravam-se modelos urbanos que abrangessem em seu povoamento original, imigrantes italianos, e, subsequentemente, em seus centenários comemorativos, que possuíssem uma preocupação análoga quanto à salvaguarda patrimonial de tais populações.

Contudo, existia ainda a preocupação de comparar o problema preservacionista de forma que estivesse conexo aos debates internacionais que, sob efeitos da globalização e da hipermodernidade do final do século XX, transformava incessantemente a morfologia urbana indicando problemáticas mais profundas na identidade da cidade. Surgem, nesse ínterim, Caxias do Sul e La Plata, unidos por um problema em comum pois, a partir de um mesmo recorte temporal, tendo em vista suas especificidades em dois recortes espaciais, é possível pensar uma terceira dimensão sobre o patamar de referências representadas pela preservação do patrimônio.

Cabem ser mencionados alguns aspectos: as duas cidades são resultados de engenhos políticos criados no final do século XIX, tendo em vista que fazem parte de modelos modernos de constituição urbana; em seu grupo populacional formador há um grande contingente de imigrantes italianos; grupos ligados às áreas de preservação de ambas cidades

estiveram envolvidos com projetos de exaltação nacional relativos ao seu aspecto cultural: Caxias em 2007 tornou-se a capital da cultura nacional, e La Plata, em 2004, postulou, perante a UNESCO, a possibilidade de tornar-se patrimônio mundial. No caso de ambos, a prática demonstrava-se diversa.

Uma atividade inicial, unida ao referencial de Bloch e diante das fontes recolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa, conta, sem dúvidas, com o objetivo de desvelar significados, produzir inferências a partir de uma abordagem interdisciplinar. Nessa ocasião, vale lembrar Bloch, quando escreve: “aquilo que o texto expressamente nos diz deixou de ser o objetivo preferido da nossa atenção”, para enfatizar que o maior empenho deveria ser o que o texto nos dá a perceber, sem ter a finalidade de fazê-lo (BLOCH, s.d., p.59). Dessa maneira, outra metodologia auxilia-nos ao investigar sobre o próprio texto que é conhecida por alguns como “análise de conteúdo ou análise textual qualitativa” e que produz, dentre seu conjunto técnico, algumas indagações respeitáveis sobre nosso *corpus*, tais como: como e por que foi produzido? Para quem foi enviado? Qual o efeito causado por ocasião da publicação? Enfim, sendo uma construção social e expressão da existência humana, o texto elabora e desenvolve representações em determinados momentos históricos (BARDIN, 2011, p.42).

Com o intuito de realizar a análise comparativa através de documentação oficial auxiliar, foi necessário ter em mente os diferentes momentos históricos o que serviu para compreendê-los como resultado de valores e visões em constante mudança (MORAES, 1994, p.109). Em uma experiência arriscada, a operação proposta por essa metodologia ofereceu, através de cuidados minucioso, possibilidade de inferir sobre a construção do objeto de pesquisa.

Cabe ressaltar, de forma breve, que o *corpus* encontrado para esta pesquisa contempla dois tipos de documento que parecem se complementa: o escrito e a imagem. No contexto cultural hipermoderno, é imperativa a atenção, a legitimação e a recepção sobre a circulação das imagens, pois estão associadas à formação ou à manutenção da memória, ao imaginário, às convicções pessoais, à cultura visual e, portanto, à indústria cultural de massa (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.100) que será abordada no decorrer desta tese.

### 1.2.3 Conceitos

Para dar amparo a esta análise, alguns conceitos foram muito importantes<sup>3</sup>.

Inicialmente diversos autores trataram do estudo da MODERNIDADE, como Baudelaire, Giddens, Weber, Ortiz, Kosseleck, Le Goff. Dentre suas declarações, a noção de modernidade está ligada ao conjunto amplo de modificações estruturais ocorridas no Ocidente a partir do século XVII, resultando na racionalização da vida em esferas econômicas, políticas e sociais, associadas à mudança da forma de pensar do homem daquele século, o que deu início a um processo dinâmico de transformação de si e do que estava ao seu redor. Não obstante, o objetivo era o de usar o conhecimento acumulado para a emancipação humana e para o enriquecimento da vida diária, em que poderiam ser reveladas as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade; insurgiram-se movimentos de contestação indicando os efeitos contrários do proposto pela luz da razão.

Em um segundo momento, foi necessário avaliar e situar as experiências vividas dentro das cidades sob este fenômeno durante os séculos seguintes, em espacial, no caso do final do século XX, quando ocorria uma mudança abissal das práticas culturais, bem como político-econômicas vinculadas à emergência de novas maneiras pelas quais se experimentam o tempo e o espaço. Diversos intelectuais nomearam tal período de maneira distintiva dos anteriores. Dentre eles, Lyotard (1979), tratou do impacto das transformações, incluindo as tecnológicas sobre os diversos campos do conhecimento, nomeando esse período como a PÓS-MODERNIDADE (LYOTARD, 2008, p. 45). Entretanto, no conjunto dos debates oferecidos durante as últimas décadas, novos conceitos foram tomando espaço para novos problemas que iam além dos debates sobre a incredulidade perante o metadiscurso universalizante. Assim, trabalhou-se com o conceito de MODERNIDADE e HIPERMODERNIDADE. No primeiro caso, encontra-se a ênfase dada por Harvey (1989) cortejando a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano; porém, dialeticamente, isso ocasionava um turbilhão de mudanças que passaram a ver na transitoriedade, no fugidio e no fragmentário, a condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado (HARVEY, 1996, p.23). De semelhante maneira, para Berman (1982), o processo de desenvolvimento traduziu-se no turbilhão da “criação destrutiva”, isto é, a formação de um mundo temporal da individualização e do vir-a-ser, um processo destruidor da unidade, em que a afirmação do eu

---

<sup>3</sup> Para organizar essa seção, serão destacados em letras garrafais os conceitos norteadores desta tese.



seria fundamental, mesmo diante das implicações que isto podia causar. Perante o complexo debate sobre a superação ou não da Modernidade, defendido como projeto a ser implementado, era necessário considerar que o final do século XX trazia consigo a emergência de formas flexíveis de acumulação de capital, porém elas não anulavam as precedentes; ao contrário, alargariam o efeito da transitoriedade. Esse novo momento, chamado por Lipovetsky (1983) de HIPERMODERNIDADE (LIPOVETSKY, 1990, p. 98), seria a segunda modernidade agora em uma potência superlativa acompanhada de desregulamentação desenfreada, de ímpeto técnico-científico e de uma fuga para adiante, cujos efeitos são tão carregados de perigos, quanto de promessas.

O conceito de progresso, fonte de estudo de Robert Nisbet, trouxe um papel basilar para avaliar as sustentações de grande parte das visões de mundo que foram se constituindo, fornecendo um traço importante para a elaboração das identidades e para a autodefinição das sociedades, grupos sociais e indivíduos no Ocidente (NISBET, 1985, p. 33). Esse conjunto de ideias inventava uma série de apologias acerca da natureza perfectível do ser humano, na qual o empenho de cientificar a sociedade, serviriam a um ideal emancipatório, características fortes da modernidade, que perderam seu efeito deslumbrante. A visão de mundo do “devir”, descrito por Baumer, buscava incessantemente a manutenção da infinidade do progresso (BAUMER, 2000, p. 167).

Dentro do estudo dessas noções, a presente está em conformidade com a abordagem da modernidade assinalada por Koselleck ao ressaltar que o projeto moderno Iluminista vê sempre a história como uma marcha constante em direção à liberdade (KOSELLECK, 2006 p.267). Tal noção se articula à realidade ou à idealização de elementos diversos utilizados nas cidades, porém ficou refém do resultado da hipermodernidade, pois comprometeu o modelo de identidade universalista, como veremos adiante.

Sobre a leitura da URBE, discorre-se primeiramente sobre o conceito reservado de cidade enquanto um conjunto denso e definido de edificações; afinal, primeiramente, há a predominância sobre o campo, adensamentos periféricos, distritos industriais, vias expressas, periferias e subúrbios. Entretanto, é possível ampliar para uma noção de CIDADE-ESCRITA que ganha uma dimensão nova. Além dos textos produzidos pelos cidadãos da cidade, como documentos ou ordens que fixam a memória, a própria arquitetura urbana e o conflito sobre sua regulação cumprem o papel de apropriação, uso, significação e identificação por meio do espaço como condição de realização da vida humana.

Novos escritos sobre a cidade de Ana Fani Alessandri Carlos (2007) utilizam uma abordagem capaz de fundar a compreensão das visões do mundo contemporâneo a partir dos

conflitos da cidade a partir de sua indissociabilidade do tempo, que nos remete à “longa duração” e à análise quando ao uso impondo as contradições da “curta duração” (CARLOS, 2007, p.33). Nessa dimensão espacial, origina-se um ambiente para o desenvolvimento das ideias. Em suas edificações, é possível encontrar interesses coletivos, crenças e mitos inventados pelo discurso da própria sociedade. A partir desse, é possível ler as representações coletivas, provindas do imaginário da população, permitindo a abertura de um campo muito profícuo, no âmbito do cotidiano, cuja integração disciplinar reúne diversos olhares sobre o mesmo fenômeno.

Na medida em que a cidade como espaço produzido ganha novos sentidos, conferidos pelos modos de apropriação do ser humano, conduz-se sobre ela um *locus* que produz referência para o sujeito e, dessa forma, um lugar que constitui identidade que comporá os elementos de sustentação da memória. Sobre a noção de APROPRIAÇÃO, dois autores revelam-se pertinentes. Em primeiro lugar, Henri Lefebvre (1970), o qual assinala que a produção de imagens, signos, textos acaba lançando um ambiente ambíguo pois permite sonhar, porém garante apenas tranquilidade através da simulação.

A incorporação dos espaços antes desocupados e possíveis de serem utilizados como integrantes da cidade histórica perde para a reprodução capitalista que, através da apropriação eletrônica, permite que os cidadãos alterem sua compreensão de espaço real para espaço virtual. Tal fenômeno inicia, para o próprio autor, a partir da década de 1960 no Ocidente. Da mesma forma, a apropriação, segundo Chartier (1986), adquire importância uma vez que a técnica ou seu resultado está nomeado de finalidades. Dessa maneira, outro conceito abordado pelo autor, o de REPRESENTAÇÃO é empregado, pois as estruturas materiais da cidade, no caso as edificações, antes investidas de identidade, vão sendo apagadas ao mesmo tempo que essa ausência é substituída por uma “imagem” que busca reconstituir em memória ou figurar tal vestígio (CHARTIER, 1990, p.21).

É necessário destacar ainda os conceitos relativos ao campo de PATRIMÔNIO propriamente dito, onde merece proeminência os estudos de Françoise Choay (1992, p.17). Existe um reconhecimento urgente sobre a mudança de orientação na rede patrimonial que se relacionam com o futuro das sociedades. Isso se dá, sobretudo, na proteção dos bens culturais como maneira de garantir esse futuro e a reflexão sobre as cidades coincide com tal campo, pois trata da apropriação do espaço no tempo. Avançando um pouco mais, o autor avalia o patrimônio para além do ambiente construído pelas sociedades humanas, afastando-se da acepção monossêmica para descobrir-se possuidora de estatuto antropológico.

Sendo o patrimônio edificado um universo de escolha, deve-se ter em conta que as operações realizadas sobre as edificações implicam em uma seleção dos elementos culturais que serão alvo das práticas de preservação, incluindo a inventariação. Nesse sentido, o conceito de CAMPO, estruturas ou rede de relações objetivas, com interesses e investimentos em comum. Esse conceito será utilizado para se referir ao espaço em que se realiza a disputa de enunciação com sentidos discursivos, dentre eles a noção de patrimônio, estabelecendo debates referentes aos bens culturais no qual se incluirá nesse estatuto por agentes públicos (BOURDIEU, 1996, p.261). Nesse sentido, os discursos tratam de uma narrativa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, P.243) no sentido de interpretação ou de um posicionamento sobre o passado, expressado quer pela documentação oficial, quer pelos agentes do poder público executivo das referidas cidades ou daqueles que nela produzem uma fala sobre seu patrimônio dentro do campo preservacionista.

A compreensão de RESSONÂNCIA, E AURÁTICO pensada por José Reginaldo Gonçalves (1988), são as mais novas e relevantes contribuições para a reflexão proposta no decorrer desta análise. O autor propõe que a ressonância de um bem cultural proporcione um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, com capacidade de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. Nesse sentido as instituições de patrimônio com seu intuito de preservar um determinado bem podem acabar incorrendo na eliminação de categorias sensíveis que teriam mais poder de representação de determinada comunidade, ficando essa frente ao um bem que não produz esse reconhecimento ressonante.

Outro viés se apresentará no momento em que, a despeito do que propõe o Estado como patrimônio a ser preservado, as comunidades podem eleger para si o que pensam ter significado de sua história, ou até mesmo reconstruírem determinados objetos, daí seu caráter *aurático*, pois produzem uma cultura de autêntica mediação entre o subjetivo do grupo que a indica, de maneira que passam a exigir do Estado seu reconhecimento jurídico. É disso que abordará essa tese.

Nesse sentido, é bastante ousada a noção de que cada vez mais no mundo moderno o domínio do imaginário social por meio da produção visual consiste na forma de promover a aceitação do processo de modernização que se impõe. Utilizando tal esquema, pode-se propor que a valorização de uma gama de elementos urbanos seriam a única forma de ingresso às possibilidades oferecidas pela sociedade hipermoderna, tal como ocorrera desde o final do século XIX – sob o título de progresso ou modernidade. Assim, o uso das novas técnicas de mídias e da tecnologia serve a propósitos semelhantes em ambas as cidades. Constituindo-se a

intenção de agir sobre o imaginário social por meio da produção visual, parece, inicialmente, que isso incidiu em um fenômeno: por meio da realidade, constituiu-se como apelo à ação, ou seja, imprimindo determinada forma de comportamento o modelo de cidades sintonizadas com o desenvolvimento industrial e, portanto, modernizadas.

Através do dispositivo imaginário como esquema interpretativo, foi possível notar inicialmente que a utilização das mensagens dos textos publicados serviu para inserir um determinado sistema de valores que, por meio de sua interiorização pelos indivíduos, modelou a visão de mundo dos grupos sociais, arrastando-os para uma ação comum. Foi nesse sentido que as publicações comemorativas contribuíram com a ideia de um progresso linear, desenvolvimentista e acumulador de experiências, provocando o momento de arremate, como ponto de chegada traduzido no centenário, exatamente no período hipermoderno. A partir dali, inicia-se um questionamento profundo sobre a necessidade de preservação do tecido urbano, uma vez que a tecnologia fotográfica se tornava a justificativa do discurso tecnocrata sobre a garantia identitária pelo acesso pitoresco ao passado com arquivos fotográficos, sem maior necessidade de preservação de vestígios edificadas; ou a preservação poderia ser estabelecida desde que não atrapalhasse o empreendedorismo urbano.

Se Caxias do Sul e La Plata passaram por momentos de invenção e celebração, cabe uma abordagem sobre os distintos discursos a respeito da temática da cultura patrimonial, inclusos nas publicações, e de que forma demonstraram a incompatibilidade entre a celebração, ligada ao progresso e à preservação, acusada de retrocesso. Ainda, é importante investigar se o processo esteve vinculado ao estabelecimento de novos arranjos sociopolíticos com afirmação ou não de seus respectivos líderes. Acredita-se que a legitimidade veio de distintas maneiras, contudo incluiu-se aí o simbólico, da mesma maneira que Baczko explica, operando nesse universo, que o poder instituído busca formas de legitimação.

Em ambos os processos analisados, ainda pairam as questões relativas à memória coletiva e de parâmetros para a invenção de uma comunidade de sentido. Dessa forma, o conceito de memória, visto como uma operação seletiva e sempre acionada por interesses, foi fundamental para compreender as intenções em torno da produção visual, então levada a efeito. Nas edições comemorativas dos centenários, foram produzidas fotografias e gravuras, com intuito de viabilizar a construção das cidades como um processo evolucionista, ligado ao progresso e, sobretudo, como resultado do avanço do negócio capitalista. Em certa medida, busca conjecturar as temporalidades passado, presente e futuro, interligadas pela reprodução imagética a qual busca fundar uma memória coletiva (HALBWACHS, 2006, p. 29-37).

Como sugeria o conceito de ROMPIMENTO com a ideologia do progresso linear de Walter Benjamin, através da “história a contrapelo”, os inventários sobre a forma urbana e também publicações oficiais do poder público servem como alusão à incongruência do poder sobre o urbano. Institui-se, assim, a falência moderna composta sobre o urbano, isto é, pela mutação morfológica e do surgimento de grupos sociais preocupados em salvaguardar as edificações como uma atitude de permanência frente à confusão hipermoderna. Como afirma Le Goff (2003, P.426), esses agentes tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

Contudo, os bens culturais devem ser compreendidos em determinado contexto. Nele, o BEM CULTURAL é entendido como um organismo vivo, dinâmico, acumulador de culturas que se apropriam de seu passado e que vão se sucedendo, traçando a história da sociedade, construindo um tipo de identidade, que é contínuo. Nesse sentido, a complexidade de um inventário completo é constituída da busca direta de ações de preservação somada ao conjunto de profissionais que expressam a identificação de modos, formas e valores de ver o mundo investidos nas peças preservadas.

As teorias e os conceitos sobre a preservação das edificações e a busca por metodologias e técnicas que abonem a salvaguarda do patrimônio têm sido motivo de estudo e sua importância se torna cada vez mais expandida. Os inventários aparecem neste entremeio como uma ferramenta preservacionista, um documento sobre o bem cultural utilizado não apenas para conhecimentos, mas para desenvolver as ações de preservação.

Dentre os vários tipos de dados coletados em inventários, podem estar inclusos levantamentos físicos, as considerações geográficas, climáticas, históricas, socioculturais, econômicas, políticas e urbanísticas, o arrolamento quantitativo de edificações tombadas, conjuntos preservados, edifícios relevantes, espaços livres, a infraestrutura e equipamentos, arquiteturas pitorescas (CARVALHO, e AMARAL, 2011, p.6)<sup>4</sup>. Junto dessas informações é necessário que estejam mencionadas as formas de preservação, o estado de conservação, as políticas de uso e ocupação do solo, a evolução demográfica e territorial. Porém, se não forem apreciados em contorno mais crítico pelo público especializado e se envolverem a opinião de outros setores da sociedade que se reconhecem naquele tipo de bem cultural, os dados podem se tornar apenas gráficos, mapas temáticos ou dados infinitos sem qualquer entendimento da preservação de suas edificações.

---

<sup>4</sup> Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento.

Assim, é imperativo compreender a relevância do inventário, os tipos de ações tomadas a partir dele, a relação estabelecida sobre a morfologia urbana e seus respectivos interesses políticos, culturais e econômicos. É possível uma leitura mais acurada do espaço urbano através de uma nova abordagem para os inventários, haja vista o agravante da celeridade hipermoderna que, na cidade, sobrepõe arquiteturas, paisagem urbana e combina diferentes momentos, diversos estilos arquitetônicos, mas nem sempre preserva suas características mais singulares.

Contudo, de acordo com CHOAY (1992), os INVENTÁRIOS criados como uma ferramenta para avaliar a herança recebida das classes do Antigo Regime (Nobreza e Clero) para a França revolucionária, tiveram suas características renovadas de acordo com os períodos históricos que suceream. Fazia-se necessário identificar de forma acurada os bens do espólio que havia sido nacionalizado, caracterizá-los e descrever o seu real estado de conservação. A partir de então passou a ser uma preocupação do homem ocidental, moderno, identificar, classificar, ilustrar os edifícios e objetos escolhidos para uma maior atenção incluindo a confecção metódica de uma lista contendo os referidos bens. No caso brasileiro, séculos mais tarde, esse reconhecimento foi relevante para uma posterior preservação efetiva através do instrumento jurídico do Tombamento, no qual foram regulamentadas as ações de preservação por um Decreto-lei no Estado Novo (1930). Na Argentina, o formato assemelhou-se e na sequência desse percurso, sob novas concepções de patrimônio e cultura, em especial a partir das décadas de 1970 e 1980, principiaram as iniciativas de elaboração dos “inventários de conhecimento” que somar-se-iam as investigações aprofundadas e, quando possível, a preservação através de legislação local. A análise desta Tese, tem a intencionalidade de avaliar quando surgem os primeiros inventários – de conhecimento- nas cidades modernas de Caxias e La Plata, revelando as formas de seus sujeitos históricos pensarem o seu passado, a sua memória, a sua cidade e seu futuro, por vezes com, outrora sem patrimônio.

#### **1.2.4 Fontes**

A comparação entre Caxias e La Plata contou com diferentes fontes bibliográficas referentes ao tema do patrimônio, no âmbito internacional e na constituição do próprio campo através da transformação dos conceitos e valores sobre preservação cultural. Inicialmente, foi abordada a bibliografia internacional e, após, o desenvolvimento do patrimônio no âmbito do

Brasil e da Argentina a partir do século XIX e seu aprofundamento no final do XX. Assim, a partir do maior conhecimento sobre as realidades é que o estudo se debruçou. Realizou-se uma vasta pesquisa bibliográfica e de fontes que permitiu transitar com relativa cautela sobre pontos menos conhecidos, trazendo subsídios inovadores.

Na Argentina, devido ao quesito tempo, desenvolveu-se a pesquisa em três momentos distintos: uma viagem a Buenos Aires em julho de 2012, e mais duas viagens a cidade de La Plata durante os meses de julho, nos anos de 2013 e 2014. Na primeira, consultaram-se, especialmente, os acervos do Instituto de Imigração Italiana, Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio (CICOP), no Centro de Documentação de Arquitetura Latinoamericana (CEDODAL), no Instituto de Arte Americano e Investigações Estéticas, na Sociedad Central de Arquitectos e no Instituto Histórico da cidade de Buenos Aires. Em La Plata, foram de particular importância para a tese os acervos encontrados no Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, na Universidad Nacional de La Plata<sup>5</sup>; pesquisou-se na Facultad de Bellas Artes, Facultad de Arquitectura, Instituto de Investigaciones - praxis de Arquitectura e Urbanismo e nas Biblioteca Central. Além disso, na Legislatura da Província de Buenos Aires, no Museo y Archivo Dardo Rocha, Dirección de Patrimonio de La Provincia de Buenos Aires, Dirección de Patrimonio de La Municipalidad, no Digesto-Archivo de Leyes da Municipalidad, Fundación Centro de Estudios y Proyectos del Ambiente(CEPA), Colégio de Arquitectos e Museo Coliseu Podestá.

Embora tenha sido percorrido muitas instituições para pesquisa, de onde foi possível encontrar fontes de naturezas diversas, tanto textuais como imagéticas (leis, artigos, periódicos, livros comemorativos, projetos arquitetônicos, vídeos e inventários patrimonial atualizado), nenhuma conservava os primeiros inventários sobre o processo de preservação patrimonial da cidade de La Plata, componente essencial para realizar a análise proposta. Nesse caso, deve-se ter em conta a importância das entrevistas coletadas, em especial duas: do Professor Doutor Daniel Schávelzon, arqueólogo urbano da Universidade de Buenos Aires, que relatou sobre as questões de identidade dos imigrantes na Argentina; e a entrevista do professor Arquiteto Alfredo Conti, da Universidade Nacional de La Plata, que não só participou dos primeiros projetos de preservação da cidade de La Plata como possuía em seu arquivo particular o primeiro estudo sobre a morfologia urbana, além de uma relação das primeiras edificações indicadas à preservação da cidade.

---

<sup>5</sup> A biblioteca central da Universidade, além da sala de referência, mantém uma sala especial, denominada La Plata, na qual se encontra uma ampla bibliografia sobre a história da cidade.

No Brasil, tratando-se de Caxias do Sul, boa parte da documentação já havia sido coletada e organizada durante o período do mestrado, quanto se abordou a legislação local sobre a preservação patrimonial. Durante o período desta tese, aprofundaram-se as pesquisas no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, na documentação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural, no Arquivo da 12ª Secretaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, na cidade de Porto Alegre, no Instituto de Elementos da Arquitetura Colonial – ECIRS, Instituto de Memória Histórica da Universidade de Caxias do Sul, no Centro de Documentação da Universidade (CEDOC) e na Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul e por fim nas Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS e da Pontifícia Universidade Católica-PUCRS, mais especificamente no setor de teses e publicações.



## 2 A MODERNIDADE E CIDADE

*Transformar caminhada em progresso é  
elaboração ideológica das elites.  
(Maurice Meleau-Ponty)*

Este capítulo apresenta alguns conceitos que estão intrínsecos ao campo do patrimônio. O desenvolvimento da modernidade foi importante na afirmação da transformação da urbe desde o século XVIII. Após a Revolução Industrial, a cidade esteve em permanente objeto de escolhas político-econômicas dos agentes que a administravam. Diante da proposta do projeto moderno, surgem grupos que tentaram limitar sua lógica destrutiva apoiando a elaboração de uma nova cidade vinculada às sociedades passadas. À medida que a mutação da cidade moderna dá espaço à cidade contemporânea, efêmera, fragmentada, fugidia, os objetivos da preservação das edificações tornam-se forma de garantir as identidades regionais. No final do século XX, sobre a cidade, produz-se o desmoroamento dos vestígios, provocando o surgimento de novos grupos preservacionistas. No entanto, decorre a existência de uma clivagem sobre o terreno da preservação: de um lado, há a preservação como garantia de memória coletiva, identidade em que podem ser revelados novos fatos históricos; de outro, surge o fortalecimento dos mitos que conjugados à indústria cultural apaziguam as ruínas, alienando-as.

### 2.1 A MODERNIDADE

A representação do mundo, após o século XIX, através de sua espacialidade nem sempre esteve ligada a uma novidade integral. Tampouco seu passado foi elaborado como uma narrativa do vivido, pois os homens modernos pensaram durante muito tempo o presente como algo absoluto. A representação do mundo e suas mudanças no espaço urbano construído ligava-se também ao desaparecimento das antigas estruturas políticas, sociais, como uma espécie de desejo de modernização que devia ser implementada a qualquer custo. A complexa cadeia de eventos que inaugura uma cultura que discorre o passado com distanciamento ver-se-á ligada ao termo aqui assinalado, Modernidade, cujo histórico detém-se à ideia de projeto (HABERMAS, 1992, p. 99-123) que entrou em ação durante o século XVIII pelo esforço dos iluministas. Em tese, visava-se desenvolver a ciência positiva, a moralidade, as leis universais e a arte autônoma nos termos de uma lógica própria. Este conjunto amplo de modificações estruturais ocorridas no Ocidente resultou na racionalização da vida em esferas econômicas,

políticas e sociais, associadas à mudança da forma de pensar do homem daquele século, iniciando um processo dinâmico de transformação de si e do que estava ao seu redor.

Pode-se dizer que as transformações efetivas no continente europeu perpassam alguns eventos que, em um processo maior, geram mudanças significativas em sua cultura. As Grandes Navegações, a Reforma, o Renascimento são alguns destes exemplos, porém, sem considerá-los estágios específicos para um *telos*, eles acabam por engendrar novas mentalidades. As revoluções burguesas foram mudanças culturais que indicaram a multiplicidade de novas maneiras de enxergar o mundo e, mais tarde, a Revolução Industrial decompôs a compreensão que o indivíduo tinha de si e do mundo. As variações das concepções tradicionais da sociedade tiveram um ápice no final do século XIX, devido à explosão das ciências, marcando a concepção ocidental de liberdade do homem e o grau de transformação tecnológica da sociedade em que vivia.

A partir deste conjunto de fatores, surgiu um novo terreno da história, em que o homem pensava-se com a capacidade demiúrgica de ditar o Devir. A partir dali as modificações da natureza, base da sua condição humana, passaram a ser elementos fundamentais para a compreensão de seu pensamento e de sua organização. A essa produção, que se pode chamar de “cultura”, convencionam-se novos pontos de partida para investigações e interpretações históricas.

Nesse contexto, com a formação do mercado de produtos culturais durante o século XIX, os objetos passaram a guiar-se pela competição de mercado que viria a reforçar as mudanças dentro do campo estético. Surge a reprodução em larga escala de produtos industrializados, que gerou uma gama de produtos orientados pelas circunstâncias competitivas.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento traduziu-se no turbilhão da “criação destrutiva”, isto é, na formação de um mundo temporal da individualização e do vir-a-ser, um processo que deslocaria a concepção positiva de unidade, na qual a afirmação do *eu* era fundamental, tendo resultado nem sempre previsíveis e por vezes diante de desfechos fadados à tragédia. Afinal, um novo mundo só poderia ser criado se varresse boa parte do que viera antes (BERMAN, 2007, p. 15). Paradoxalmente a concepção e as consequências contradiziam-se, na medida em que:

[S]er moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaçam tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: pode-se dizer que a

modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos um turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido se desmancha no ar”. (BERMAN, 2007, p. 23)

O pensamento dominante durante o período moderno era o de que o homem é o que ele fazia, e, portanto, quanto melhor a produção condicionada pela ciência à tecnologia ou à administração, melhor seria a organização da sociedade, pois, regulada pela lei, transformaria o cotidiano, considerado um modelo de vida animada pelo interesse de se libertar-se de todas as opressões. Supunha-se que por meio do progresso, a humanidade avançaria simultaneamente em direção à abundância, à liberdade e à felicidade, permitindo ao homem um estado de felicidade, distinto da visão de mundo tradicional.

Diante da nova concepção do projeto modernista, o artista tinha uma posição bem especial, em que “eterno e mutável” não era mais pressuposto, e o artista detinha um papel criativo a desempenhar na definição de uma nova humanidade. A “destruição criativa” era uma condição *sine qua non* da modernidade, na busca pela “autorrealização individual”, associando-se ao transitório, ao fugidio, ao contingente; é uma metade da arte, sendo a outra, o eterno e o imutável, nas palavras de Baudelaire (BAUDELAIRE, apud HARVEY, David. op. cit. p. 26).

A preocupação em excesso com o Devir, sem causar qualquer espanto, não considerava o passado como relevante na projeção dos homens ocidentais. Para representar a mudança nas áreas de literatura e arquitetura, a modernidade utilizava-se da linguagem como forma de representar verdades eternas, isto é, representar o eterno ao congelar no tempo todas suas qualidades transitórias. A inovação urbana que sucedeu foi o ponto de partida para a modernização da cidade tradicional, tornando-a o palco para os eventos posteriores.

As consequências desse pensamento consolidaram-se no mundo Europeu Ocidental onde a razão e a ciência passaram a assumir o protagonismo da história. As contribuições de Descartes, na primeira metade do século XVIII, formaram os pilares desse novo tempo iniciado com o Iluminismo. O homem era um ser racional que, pela ciência, podia dominar o mundo, enquanto a história passa a ser o lugar da ordem, na qual segundo ARANHA (2003, p.141): “a evolução é a realização no tempo daquilo que já existia em forma embrionária e que se desenvolve até alcançar o seu ponto final”. Portanto, os valores científicos estiveram intrinsecamente ligados à formulação do pensamento cultural, na representação espacial que a sociedade produzia para si tal como a própria concepção de cidade.

As novas possibilidades que se abriam diante deste panorama remetem ao novo papel que a cidade europeia recebia. Embora fosse claro que nos demais territórios houvesse tipos distintos de organizações coletivas e zonas de urbanização, interessa que, para a análise, seja feito um recorte mais específico: a cidade europeia após a Revolução Industrial, caracterizada por um espaço não restrito apenas a um conjunto denso e definido de edificações que demonstrava predominância da cidade sobre o campo. Nele, a condição de movimento incessante formou periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas que por vezes absorveram as áreas agrícolas devido ao constante movimento da urbanização. Esta fase urbana foi a representação da cidade moderna, de caráter inovador e, ideias cultivadas em outras regiões do globo que ainda estavam sob o efeito dos processos coloniais.

O modelo de organização urbana da América, posse colonial europeia durante três séculos, formara-se sob efeito de um processo dialético no qual: por um lado, os países colonizadores encontravam-se na decadência de um mundo medieval buscando reorganizar seu espaço territorial, quando não a divinização da reconquista do próprio território, no caso espanhol; e por outro, onde países ibéricos buscaram implantar uma missão de espectro utópica da ocupação política e econômica do novo continente.

Inicialmente, a organização do espaço nas Américas se deu na tentativa de controlar e ordenar o território invadido. Como sugere Sérgio Buarque de Holanda (1995.p. 96) nos processos de ocupação e organização dos traçados urbanos, se o retilíneo, em que se direciona a vontade a um fim previsto e eleito, manifestando o controle sobre a conquista e utilizando as minúcias burocráticas para enumerar, definir e reger a fundação das cidades na América.

Inicialmente essas escolhas ofereceram uma inexistência de estilos arquitetônicos, suplantado mais tarde pela preferência do barroco como símbolo de desenvolvimento, baseado na economia agroexportadora e disposto sob as premissas culturais eurocêntricas que marginalizavam os valores locais da própria realidade indígena. O contexto econômico, baseado no latifúndio e na escravização de populações locais ou advindas do tráfico negreiro, mantiveram-se sob a mesma perspectiva de modelo urbano e, no caso brasileiro, sem transformações bruscas mesmo após a troca de seu *status* político para Império. Em seus aportes sobre a propriedade moderna na América, BOVI e TERUEL (2009, p. 217) revelam que historiografia agrária latino-americana, ocupada em analisar as transformações dos direitos de propriedade territorial do século XIX, enfatizou que sob áreas de forte base demográfica indígena houve um processo de desamortização e desvinculação das terras de comunidades indígenas, ponto crucial para estabelecer o modelo urbano europeu.

O modelo de cidade americana alterou-se novamente a partir do efeito da Ilustração e do processo de modernização-industrialização. As repercussões político-econômicas travaram-se nos processos de independências o que não tardou a ecoar nas reformas urbanas. As alternativas sobre as futuras reformas ou a construção de novas cidades vieram recheadas de um sentimento anti-hispânico, em especial após a metade do século XIX, o que significava que o estilo barroco seria associado ao um modelo de sociedade atrasada.

A organização institucional e política da dominação espanhola na América que entrava em crise, logo seria substituída pela modelo de inspiração iluminista que germinava nas cidades de maior porte do continente americano. O desfecho das independências nos países americanos, que abarcava um ciclo de quase 20 anos a partir de 1810, quando os países do Rio da Prata proclamaram sua independência, gerou uma certa negação de sua história de 300 anos, promovendo uma inicial produção arquitetônica que levava em conta novas premissas culturais nos modelos franceses, ingleses e estadunidenses. Entretanto, como os novos grupos dirigentes não tinham claramente um modelo de nação independente, ocuparam-se de tentar imitar alguns estilos em suas cidades.

Segundo GUTIERREZ (1984, p. 365), as primeiras gerações do século XIX encontravam-se, improvisadamente, com a responsabilidade de formar uma nação e de rearticular o modelo tradicional que, visto como atraso, passou a ser odiado, a ser considerado incômodo, de modo que o estilo de cidades coloniais ligava-se cada vez mais ao modelo arcaico de sociedade. Essa crise pós-independência foi a origem de uma dualidade que, por um lado, negava a essência histórica e, por outra, procurava uma personalidade nova que estaria longe de ser concluída.

Diante das projeções mais diversas realizadas sobre o plano urbano moderno, seus dirigentes europeus pensaram a trama de maneira que ela representasse o desejo da modernidade, o que de fato não ocorreu, pois nem todas as idealizações foram possíveis de serem praticadas.

As apologias acerca da natureza perfectível do ser humano, os fundamentos progressistas do tempo histórico, os esforços de cientificar a sociedade, a prática da razão e da ciência como ideal emancipatório, características fortes da modernidade, tiveram seu ápice no transcorrer do século XIX. O conhecimento acumulado deveria ser o principal objetivo para que houvesse a emancipação humana e determinado enriquecimento da vida diária. Por outro, esta perspectiva teve sua validade exaurida em pouco tempo pois seu efeito deslumbrante padecia frente a realidade social que se produzia nos grandes centros urbanos. Distante da concepção de uma sociedade de qualidades universais, eternas e imutáveis, insurgiram-se

movimentos de contestação indicando os efeitos contrários do proposto pela luz da razão, tal como grupos com visões de mundo paralelas às mudanças culturais de então.

O pensamento do homem moderno europeu do século XIX não era unívoco, embora a grande maioria da sociedade vivesse sob a configuração moderna, em especial na cidade. Entretanto, dar-se conta de que parte dos intelectuais divergia da crença em um futuro longo, organizado e frutífero não significava recusar que alguns aspectos os integravam, prolongando-se pelo século XX, tal como aconteceu com a velocidade.

Nesse aspecto, a percepção do tempo pelo homem moderno se altera se constituído de otimismo em relação à razão, às realizações crescentes e ao contínuo aperfeiçoamento da produção com possibilidades de um futuro triunfante. Para tal, o espaço também irá se alterar na medida em que nele se apresentará a concretização deste *Utopos*<sup>6</sup> moderno.

Para ilustrar as contradições entre um horizonte de expectativa e o que de fato ocorre pode sugerir a análise realizada por Marshall Berman (1982, p. 44) sobre a Modernidade através da obra “Fausto”, de Goethe, de 1830. Na obra, segundo o autor, são apresentados os principais dramas e traumas da história da era moderna: conturbações entre condições sociais ainda medievais e condições materiais da revolução industrial. O impulso, designado como “desenvolvimento”, encarnado na figura do personagem Mefistófeles, era a força virtual que incluiria o processo dinâmico das experiências humanas no tempo. Pleno de aventuras, o homem utilizar-se-ia do tempo para construir mais sobre o espaço físico e social, ressoando na vida política, econômica e cultural. O principal artifício de Mefistófeles, personagem goetheano, a espantosa velocidade, adapta-se às figuras dos seis cavalos que o guiam em todas as direções, lembrando o leitor que, a expansão intelectual, moral, econômica e social do ser humano deveria se mover com rapidez a todos os lados.

Contudo, como se trata de uma obra romântica carregada de crítica à modernidade, a noção de espaço se desenvolve na composição incessante do tecido social e físico, recriando uma tragédia na qual as pessoas, no caminho do progresso, são classificadas e descartadas como obsoletas. Será deste incessante movimento que diversos grupos intelectuais europeus tentarão responder, através de suas visões de mundo, à ideia de uma viragem da história que poria fim ao seu caráter escatológico religioso para dar lugar a uma confiança no progresso

---

<sup>6</sup>Termo criado por Thomas Morus em sua obra *Utopia*, significando literalmente “lugar nenhum” (gr.ou:negação, topos:lugar) para designar uma ilha perfeita onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os cidadãos seriam iguais e viveriam em harmonia. A alegoria de Thomas Morus serviu de contraponto através do qual ele criticou a sociedade de sua época, formulando um ideal político-social inspirado nos princípios do humanismo renascentista.

humano embora permanecesse a uma universal, angustiante e moderna questão: para onde a humanidade estaria se dirigindo?

### 2.1.1 O Devir moderno no século XIX: uma construção prévia

A possibilidade de combinar o momento em que todo o pensamento europeu ajusta-se a uma única ideia de modernidade torna-se raro. A arguição talvez verse que esta unicidade de pensamento seria difícil devido à "tomada de consciência" da população sobre o momento que atravessava. Por outro lado, este tema, por vezes complexo, foi apropriado para alguns campos de estudos como a história das ideias, dos intelectuais e do pensamento moderno esquadrihando uma análise mais aprofundada.

Para que se pondere sobre o projeto, em construção, da Modernidade, ressalva-se a necessidade do ser humano em acumular um conjunto de experiências completamente diferentes daquilo que ele já havia presenciado. Dentre os aspectos mais relevantes, apresenta-se a questão da velocidade e os conceitos de tempo e espaço, fundamentos proeminentes da era moderna que, reconstruídos pelo homem, distinguiram-se de períodos anteriores. São alicerces de uma nova percepção de mundo que serviram para romper fronteiras que impedia o ser humano de viver em ambientes controversos, e que a partir daquele momento impulsioná-lo-ia em diferentes eventos e novos antagonismos.

Com vistas ao que se propõe estudar aqui, cabe a escolha da modernidade após a Revolução Industrial que conglomerava uma série de elementos pertinentes para análise dos acordos do homem moderno em sua crença um *telos*<sup>7</sup> específico: o progresso. Trata-se de pensar o momento histórico em que o homem, além de "aparelhagem mental", para citar uma expressão de Fernand Braudel, possui as ferramentas técnicas para sustentar definitivamente suas possibilidades de construção do devir histórico.

Evidentemente que isto pode ser uma soma de alguns acontecimentos que figuraram através do evento das Grandes Navegações, sobrevivendo das Reformas Religiosas e do Renascimento que culminariam nas mudanças políticas do século XVIII, em especial a convulsão social francesa dos anos de 1780. Embora o processo revolucionário francês se dê em um breve tempo, ele não foi específico ao seu território mas, muito menos, implantando

---

<sup>7</sup> "Telos" é uma palavra grega que corresponde a "fim". "Teleológico" – algo que aponta para um fim a ser atingido. No modelo histórico do mundo judaico-cristão onde o tempo é linear e os acontecimentos pré-definidos. O acontecimento só se torna único quando é relacionado ao futuro escatológico. Adaptado a outras ideologias, no caso Iluminista, o fim acaba sendo o progresso, independente do desempenho dos seres humanos.

em toda a Europa, devendo-se considerar que o conjunto de transformações sociais ocorreria nos séculos seguintes.

As reflexões filosóficas anteriores a esses acontecimentos que se constituíram como fator de mudança discursavam sobre a natureza do homem, a vida em sociedade, a história, o pensamento religioso. Parte dessas reflexões permaneceu junto à constituição do pensamento do homem moderno, ou seja, comportava a tradição em sua forma de ver o mundo, mantendo oscilações que perpassaram a esteira da Revolução Francesa até o século XIX, denominado de “era do progresso”.

Com o surgimento e desenvolvimento da noção de progresso (BARROS, 2013, pg. 67), a maior parte das visões de mundo no Ocidente foi sendo construída provendo um traço acentuado na elaboração das identidades e na autodefinição das sociedades, grupos sociais e indivíduos. Esses movimentos nem sempre poderiam ser desocupados de conflitos sociais já que mesclavam objetivos diferentes, embora o pensamento universalista tivesse uma explicação maior que dava conta de tais abismos sociais.

Foi no século XVIII, que o destacado pensador iluminista, Immanuel Kant, propunha um novo discurso sobre a sociedade. Dentre distintos pensadores modernos Inicialmente, o projeto Iluminista via na história a possibilidade do indivíduo caminhar em direção à liberdade, encadeando-se à produção das visões de mundo sustentadas pela noção de progresso. Entretanto, esta marcha também acabou por produzir a exclusão e a violência junto ao espaço urbano contaminando-se pela fragmentação e desunião modernas. Este “motor da história” conduziria os homens a um pródigo futuro que mais tarde agregou aos interesses do Estado-Nação amenizando o discurso libertador para um tom mais conservador. Dentre um dos formuladores de uma perspectiva nova sobre o projeto iluminista, Hegel manteve suas características teleológicas, racionais, otimistas e idealistas quanto ao devir.

Este processo de “se tornar”, em uma expressão *un voie de se faire*, tinha maneiras diversas de expressão. Com isso, creditava-se ao movimento contínuo e iluminista um tipo de produção material que, sendo bem direcionada, resultaria no futuro próximo o mundo do progresso. Com a inovação das técnicas, com o desenvolvimento industrial, com as mudanças de mentalidades, com o aumento da produção das massas populacionais surge um propício debate acerca das inúmeras possibilidades, da visão de mundo que contemplava o devir histórico.

A possibilidade do devir histórico se constituiu em parte quando a mentalidade da população se distanciou do *telos cristão* que durante muito tempo fora uma ferramenta poderosa de opressão. Concomitantemente, a longa duração das estruturas políticas e



institucionais estava em seus derradeiros momentos, sobretudo ao se incrementarem novas relações sociais, antes defendidas pelo Iluminismo (CHARTIER, 2009, pg.247). Na medida em que a razão passou a ser exercida pelos homens na compreensão da realidade e na composição de outro futuro, a opinião pública se mobilizou a uma nova realidade social. Por um lado os antigos regimes europeus e suas economias passaram por remodelações que se ofereciam na mesma medida em que ocorria a desintegração dos laços sociais tradicionais (HOBSBAWN, 2010, pg.59). Dessa forma, era impossível de serem mantidos os “grilhões do poder produtivo das sociedades humanas”, segundo Hobsbawn, o que acabou eclodindo na Revolução Industrial e a afirmação de seus efeitos no século XIX.

As possibilidades ocasionadas pelo consequente debate intelectual no século XIX sobre a Modernidade circunscrevem inúmeras áreas culturais, tais como as artes, a literatura, a política, a sociedade. O ideal proposto era a importância na racionalização da vida em esferas econômicas, políticas e sociais, associadas à mudança da forma de pensar do indivíduo que iniciara um processo dinâmico de transformação de si e do que estava ao seu redor. Isso era claro quando se objetivava usar o conhecimento acumulado para a emancipação humana e o enriquecimento da vida diária, em que poderiam ser reveladas as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade. A tentativa era de tornar o século XIX o período do *Devir*, quando os aficionados do poder criativos e possuíam em comum um prognóstico otimista.

É imaginável que tal variante tenha unificado positivistas, hegelianos, filósofos radicais e socialistas utópicos, sobretudo em relação ao um futuro imaginativo. Porém, se “a Humanidade superou as velhas instituições e as velhas doutrinas”, segundo Stuart Mill(1995, p.201), ela ainda não havia adquirido novas formas. Também era possível de afirmar que determinadas regras do pensamento moderno não eram consensuais nem válidas para todas as nações ou classes sociais. Havia um conjunto de visões de mundo que acentuava seus contrastes naquele período devido às transformações sociais e permaneciam sob o véu “crítico e revolucionário” tanto quanto o período que o sucedera.

Dentre as diversas formas de pensamento, pode-se destacar o cientificismo que se deparou com o movimento romântico, os neoidealistas e espiritualistas; a teologia, mesmo com suas modernizações, que diminuiu seu poder; a filosofia que disputava espaço com as novas ciências; a psicologia que se tornava autônoma; e a história que se concentrava no indivíduo, em seu particular e menos nas leis gerais. Essa crescente fragmentação do conhecimento representava que a modernidade que começava a procurar leis invariáveis estava cavando sua própria sepultura (BAUMER, 2000, p. 15).

Essa era a essência do espírito moderno, um turbilhão em um perpétuo estado de vir-a-ser e, tanto no tratamento das vertentes de pensamento quanto na prática do homem moderno, a solidez e a estabilidade deixaram de ser perseguidos como objetivos, tornaram-se sinônimos da tradição. Porém, a aceleração do ritmo cotidiano, característica relevante do mundo moderno, produzia uma incômoda sensação sobre o indivíduo que interpretava tais fenômenos em divergentes feições de pensamento.

A partir do século XIX, constituiu-se uma nova relação do homem com o tempo e espaço, através da diária confrontação dos avanços tecnológicos e da composição de novas formas de pensamento. Se antes o tema relativo ao futuro tinha pouca repercussão, de um modo geral devido à teleologia cristã, a partir dali novas relações sociais foram estabelecidas e suscitadas pelo cientificismo e pela industrialização. Nesse aspecto, esse movimento intelectual foi um ensaio das relações homem-tempo que viriam a se tornar mais agudas no século XX, quando a máxima se tornaria “tempo é dinheiro”, configurando as edificações e motivando novas noções de arquitetura, tais como os enclaves sociais<sup>8</sup>.

Embora o pensamento arquitetônico também tivesse o objetivo de resolver os problemas sociais de forma libertadora, possuía limitações na medida em que suas ações devessem coincidir com o exercício da liberdade. Na síntese do pensamento de Michel Foucault, sobre o papel da arquitetura, elucidasse que tratava-se de uma área que procurava, no século XVIII, se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo no mesmo tempo em que era utilizada como uma forma de arte para responder, sobretudo, à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. Se antes da era capitalista, a arquitetura ainda era mais ligada à sua capacidade funcionalista, deixando apenas as grandes construções como expressão sensível do poder, após o capitalismo, tal poder se infiltrava nas cidades, nos bairros, nas casas. A reflexão sobre o campo arquitetônico era enfatizada como um instrumento de poder, uma técnica governamental para um tipo de intervenção, embora fosse bastante claro para Foucault (1994, p. 139), que uma edificação não poderia obrigar os homens a praticar quaisquer tipos de atos.

Não compete realizar um aprofundamento da concepção filosófica foucaultiana sobre arquitetura, mas avaliar a nova engenharia do espaço do século XIX, de modelo controlador e de vigilância, personificado no projeto panóptico de Benjamin Bentham, à luz da hipermodernidade do século XX, quando ocorreu intensamente a constituição do espaço

---

<sup>8</sup> A noção de enclaves sociais está relacionada aos espaços fortificados, espaços privados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho no final do século XX que, sobretudo em função do medo da violência, vêm atraindo as classes média e alta, enquanto a esfera pública das ruas se destinaria aos pobres.

arquitetônico de acordo com novos períodos econômicos. No momento em que os administradores urbanos tomam consciência da incapacidade de efetuar um controle sobre as cidades ou seu crescimento, a máxima do panóptico foi reformulada de diversas maneiras, como, por exemplo, nos enclaves sociais. Sua lógica inverte-se: devido à falência do modelo controlador de Bentham, dos projetos urbanos e arquitetônicos modernos, aquele que vigia está dentro das “celas”, cerrado em sua rede de fios, cercas, câmeras, muros e, agora, não apenas atenta para punir, mas, em uma versão hipermoderna, mas também vigia para manter o ser humano excluído da arquitetura dos favorecidos. Ilustrando essa realidade, em uma de suas narrativas, o autor português José Saramago (2000, p.92) evidencia tal momento da arquitetura em uma cena na qual um personagem chamado Cipriano Algor, morador da periferia, ao ir à cidade vender seus produtos manufaturados, nota no caminho a emblemática frase “VIVA EM SEGURANÇA, VIVA NO CENTRO”, como se a cidade-shopping, o centro econômico, funcionasse como instância decisória da vida, tal como uma “mão da Providência”.

Neste ponto de vista, o escritor português, através de seus personagens, retrata a sociedade do supérfluo e destrutivo, que fomenta as mais variadas necessidades de consumo reificado e fetichizado, impossibilitando que os verdadeiros criadores da riqueza usufruam, em qualquer medida, do universo restrito e manipulado das compras. É como se estivessem coisificados nos espaços do consumo; e a arquitetura e a rede que a abraça transforma-se em uma unidade simbólica que do final reproduz a ideologia dominante.

Dessa maneira, servindo como fonte de análise, o pensamento e sua materialidade na urbe do século XIX por vezes se complementava, outrora se contrapunha; sem falar diretamente em uma unidade, um aspecto semelhante entre o pensamento desses grupos era o senso de liberdade e a procura por novas descobertas que empurravam o indivíduo para além das normas tradicionais, isto é o *Devir*.

Diante das transformações culturais e tecnológicas que dominava o cotidiano das populações, foi possível notar o clima de efusão em relação ao futuro quanto ao seu caráter constitutivo, pois ainda se encontrava em solo fértil. Esse tema se firmava gradualmente na primeira metade do século XIX, haja vista que antes o “ser” era a única certeza e o presente, a “forma absoluta” condizente às expectativas do indivíduo. Assim, com o advento da Industrialização, do cientificismo e das mudanças culturais das grandes massas populacionais, o progresso tornava-se o *Telos* do homem Moderno.

### 2.1.2 Visões de mundo, discordâncias sobre o devir

As formas predominantes de pensamento consideravam o progresso como uma meta a ser alcançada e, a partir dele, o desenvolvimento de pensar a realidade e de controlá-la. Procurando evitar essa linha de entendimento, o Romantismo continha certa aura que ligava a religião e a metafísica, embora fosse uma religião que nada tivesse a ver com as promessas do cristianismo, pois defendia uma nova concepção de natureza humanizada e espiritualizada. Sua eficácia perpassava considerável parte do pensamento europeu entre o final do século XVIII e início do XIX (1780 e 1830) e não ambicionava exatamente as promessas do progresso já que possuía um lado emocional e irracional ao tratar da natureza humana e do destino dos homens, distinguindo-se de outros pensadores mais pelas diferenças do projeto iluminista do que pelas semelhanças.

A ciência como redentora da humanidade era, segundo grupo de intelectuais classificados como “neo-iluminismo”, uma nova maneira de ver o mundo, o qual se pode classificar de otimista em relação ao futuro. Segundo sua percepção, seria possível controlar o mundo moderno e conseqüentemente alcançar um futuro mais brilhante. Seus representantes, jovens hegelianos da 1ª geração, uniam aspectos religiosos à filosofia considerando a visão da natureza uma composição da metafísica e da religião que glorificava o homem e seus feitos heroicos. Assim, mantiveram suas duras críticas à religião tradicional e serviram de fonte para as ideologias liberais e socialistas. Em última estância, a doutrina do progresso não servia como aspiração, mas como uma espécie de lei geral que abarcava métodos de desenvolvimento do pensamento, conhecimento, justiça social e razão.

Com uma influência mais abrangente, outro grupo de pensadores conhecido Darwinismo/Evolucionismo teve suas ideias mais compartilhadas e influentes naquele período histórico. Seus principais autores vivam o apogeu do agnosticismo<sup>9</sup> e desenvolviam uma série de reflexões talvez mais sóbrias que o neo-iluminismo, pois assinalavam o pensamento inovador como um estímulo que levava o homem a produzir sobre a natureza. O intenso debate sobre a ciência e a teologia se misturava com o “mecanicismo sem alma” apresentado na obra *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, um dos mais expoentes nomes que ajudou a moldar o pensamento ocidental a partir do século XIX. Essa linha de pensamento foi poderosa e determinava grande parte da visão de mundo europeia na medida

---

<sup>9</sup> Visão filosófica de que o valor de verdade de certas reivindicações, especialmente afirmações sobre a existência ou não existência de qualquer divindade, mas também de outras reivindicações religiosas e metafísicas, é desconhecido ou incognoscível.

em que reinterpreta o iluminismo de forma que se moldasse às novas propostas do darwinismo.

Dentre esses três primeiros grupos, pode-se dizer que os românticos foram os primeiros a colidirem ao darwinismo. Mesmo tendo surgido do espectro Iluminista, não seguiram seus aspectos mais conservadores, tampouco aqueles que se somaram ao darwinismo e à industrialização. Em princípio, foi o primeiro grande protesto contra as certezas proclamadas pelo “mundo moderno”.

No entanto, as grandes vozes dissonantes da modernidade do século XIX vieram do chamado *Fin-de-Siècle*. Essa expressão tinha conotação com *Degeneração* ou *Decadência*. (BAUMER, conforme capítulo 1, p. 129). Talvez fosse um grupo menos fácil de ser caracterizado, fosse por sua unidade ou pelo ambiente de ceticismo que compunha suas opiniões frente a noção de progresso. Alguns elementos que os unificavam eram suas fortes dúvidas em relação ao positivismo; outro aspecto foi o de que exprimiam uma nova cultura da personalidade, do subjetivismo e da experiência. Sua capacidade de observar as lacunas do mundo moderno, em especial o papel desempenhado pela irracionalidade da natureza humana, indicava o Mito na história e na vida política, além de proclamarem a morte de Deus.

Tal parcela de pensadores detratava a ideia de constante progresso, expresso na confiança científica e na razão. Seu foco de análise, evidentemente, observava a desorientação, ou a tentativa de protelar a imperfeição do mundo moderno. Paradoxalmente, continha uma espécie de semente para outra modernidade na qual não caberia o progresso como fim. Em parte, o que constituía o pensamento desses autores desafiava as premissas básicas no mundo industrial, moderno, científico e racional. Seu mundo estava em revolução constante e seu resultado, a desorientação, provinha de uma sensação de incerteza, para além da própria mudança, de não saber o que o futuro podia trazer.

Dentre as vozes desse reduzido grupo de pensadores, esteve Friedrich Wilhelm Nietzsche, que, dentre suas afirmações, oferecia incerteza em relação ao futuro. O caráter de desorientação, segundo a metáfora de Nietzsche, era a de que os europeus tinham se desorganizado, afastando-se do seu passado, queimando as pontes atrás deles e fazendo-se ao mar (futuro). Se fossem surpreendidos pela saudade da terra firme, sentir-se-iam em sérias dificuldades, porque tal terra já não existia mais.

Em geral, os intelectuais do *Fin-de-Siècle* eram contra o Positivismo, o racionalismo, o progresso, os padrões de valores e as convenções burguesas que acabaram por ordenar a sociedade. Aliás, o convencionalismo burguês, segundo suas ideias, era parte da desorientação social vivida nos grandes centros urbanos e, na mesma medida, um convite a novas

experiências. Se em períodos anteriores o patíbulo, o manicômio, as prisões serviam de mecanismos através dos quais se impunha o poder, a partir de então o processo de modernização e urbanização relacionam-se aos projetos novos projetos políticos. Defendiam que, se o mundo se fazia com mudança e fluxo, suas angústias poderiam ser ingredientes para a libertação das estruturas tradicionais e constituíam as fontes primárias de seu poder criativo, embora isso fosse um longo caminho a percorrer.

A desilusão em uma sociedade em desenvolvimento era um dos aspectos relevantes do grupo pessimista do *Fin-de-Siècle*. Eles acreditavam que a sociedade em que estavam circunscritos era incompatível à felicidade e tampouco oferecia respostas às chamadas “questões perenes”.

Distinta do positivismo, outra posição do *Fin-de-Siècle* propunha a possibilidade de a sociedade construir respostas às questões de maneira menos racional. Henri Bergson assinalava que ideias distintas sobre a modernidade eram possíveis quando se tratava da natureza humana, não vendo problemas na atuação da ciência, apenas no culto dela, pois podia acarretar determinado impedimento da liberdade. Para tal, o conhecimento deveria ser mais subjetivo e ilusório, e a direção para a história, menos previsível. A intuição, uma nova forma de pensar o instituto científico, deveria auxiliar a ciência em seus objetivos, alargando sua compreensão sobre as coisas, bem como a própria utilidade prática. Para Bergson, o instinto iria sempre ao ponto e cabia à ciência legitimar os resultados através das análises dos campos selecionados. Confirmava-se, então, que o que unificava *Fin-de-Siècle* era a reação contra o culto da ciência ou a imagem de mundo projetada apenas no racionalismo.

Nesta transição entre o século XIX e o XX, dividem-se as opiniões sobre o que os homens podiam fazer com a racionalidade, já que boa parte das manifestações produzia insegurança quanto aos níveis de desenvolvimento prometido. Contudo, o ponto de vista hegemônico era a promessa totalizadora provinda da concepção da ciência como criadora de um futuro universalizante. O mundo do “ser” passou a ser governado pelo mundo do “devir” descrito por Baumer, o que confiava na infinidade do progresso (BAUMER, op.cit. p. 167). O modo de pensar do homem alterava-se, não tendo mais em vista o que o mundo poderia se tornar embora sua crença se mantivesse a mesma. O aparecimento do conceito de “modernidade” constitui-se sempre na relação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial (LE GOFF, Op. Cit, 1990, p. 173).

Esse movimento secular procurou desmitificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de sua servidão, isto é, romper com a história e a tradição rumo ao progresso e ao futuro. Na medida em que ele também saudava a

criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, a Modernidade gerou um metamorfismo na sociedade europeia onde a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário eram condições necessárias para a realização de seu planejamento (HARVEY, 1996, p.23).

Os conceitos importantes, tal como de “tempo” e “espaço”, passaram a ser interpretados de outra forma pelo homem moderno, desconsiderando lentamente as noções até então consideradas como princípios. Tal como o tempo, o espaço deixou de existir em si mesmo e foi pensado através das expectativas produzidas pelo discurso da objetividade, da vinculação do racionalismo o mundo das certezas. Distintamente de períodos anteriores, a transformação do espaço passou a ser o reflexo do novo estatuto do homem e de sua ação construtiva do mundo: um repertório técnico-construtivista reduzido a pragmaticidade. De outro lado, segundo Touraine (2000, p. 77), a racionalização impôs a destruição dos vínculos tradicionais com vista a elucidar um futuro livre e sem limites. O espaço, neste caso da cidade, passou a ser a materialização dessa idealização, inicialmente considerada uma utopia, depois uma distopia que demonstrava rápido esgotamento gerando, assim, um novo campo de estudo: o Urbanismo.

## 2.2 URBANISMO E CIDADE MODERNA

Seria possível que o mito da cidade de Babel fornecesse alguma possibilidade comparativa à moderna cidade do século XIX? E seus efeitos poderiam ser sentidos sob a atomização hipermoderna no século XX? Essas inquirições não têm o propósito de tecer uma finalidade para o urbanismo; de um lado, porque não se trata de uma disciplina em expansão e contínuo desenvolvimento, por outro, porque isto já foi proposta de análise de inúmeros trabalhos. Antes disso, trata-se de pensar a cidade através do sentido que foi atribuído ao seu planejamento, sua execução, suas possibilidades e suas descontinuidades, de forma que texto arquitetônico, da cidade moderna e industrial, seja visto como alegórico.

A mitológica Babel representa o homem em estágio de sedentarização, organizando seu espaço de vida. Entretanto, sobre os inúmeros povos que a construíam, recaía uma divisão irremediável, já que seus idiomas foram embaralhados, impossibilitando a comunicação daqueles que a erigiam. O resultado foi, segundo o mito, o fracasso na tentativa de oferecer uma obra coletiva, inviabilizada devido a seu fundamento linguístico, necessário para a compreensão e realização do trabalho.

Sobre a cidade projetada a partir do século XIX, o objetivo daqueles que a idealizavam, fossem administradores, construtores, arquitetos, era a capacidade de transformar e organizar o espaço de vida dos seus habitantes, transfigurando em símbolo do desenvolvimento infinito a Europa como modelo a ser adotado. Assim como a construção da identidade urbana da América, o Brasil também se fez a partir do olhar estrangeiro. No espaço urbano, a sua evolução e a sua transformação tomaram como arquétipo o estrangeiro articulando-se em uma ordem permanente para um progresso linear.

Algumas cidades assumiram o caráter de metrópole tornando sua gestão mais complexa e sua função mais política e econômica. As relações entre esfera pública e privada redefiniram-se distinguindo os interesses daqueles que na cidade viviam e que passaram desenvolver a difícil tarefa, para usar o exemplo de Babel, de comunicação linguística. Isto se deu porque, na medida em que o capitalismo se ampliava, o crescimento demográfico se expandia, o solo urbano ganhava função de permuta. O texto arquitetônico, uma forma de representação sob a qual era possível transparecer distinções entre seus habitantes, motivo pelo qual os administradores urbanos mantiveram sob sua tutela as possibilidades criativas. No entanto, nem tudo era controle, já que os projetos modernos articulados para as cidades imaginadas não resolveram os problemas suscitados pelo seu próprio desenvolvimento, nem mesmo alcançaram peculiaridades culturais que resultaram no insucesso de inúmeras gestões urbanas e na insurgência de grupos sociais que reclamavam uma cidade democratizada.

O projeto da racionalização moderna continha em sua ação um aspecto essencial no fazer da cidade que servia como um elo entre o setor produtivo moderno, a funcionalidade, a criação sua aplicação: a velocidade. Com uma nítida confiança no futuro, os administradores urbanos incluíam ao conjunto modificações nas formas de habitat e ampliação das redes de serviços, gerando novas modalidades de vivência. A segurança ligada à ideia de que o homem controlava este novo cenário, outro aspecto importante, influenciava os acordos políticos produzidos na urbe, de forma que, sobre os centros urbanos que se sucediam, se mantinham os alinhamentos induzidos pela hegemonia industrial do sistema capitalista.

As gestões urbanas eram mantidas por amplas coalizões em torno do poder político e do capital e, como se não bastasse, mantiveram a mesma lógica do mundo em desenvolvimento que incluía novos fluxos de riqueza, poder, imagem e identidade. Por um lado, os intelectuais críticos dessas gestões poucas vezes tiveram sob sua guarda o planejamento urbano já que sua visão de mundo era dissonante da proposta racionalizante. A solução de novos problemas e conflitos tampouco era uma aptidão dos partidários do progresso que, em meio ao "turbilhão de mudança", optaram por seu interesse.



O programa do urbanismo moderno explicitou em especial as questões ligadas à funcionalidade dos modos de organização e reprodução da sociedade, até com a ambição, nos casos mais radicais, de servir-lhes, também nos moldes em que a composição dos espaços afirmava os interesses de distintas classes sociais. É, pois, lido o espaço da cidade como coisa escrita, sendo seu objeto a ordem do texto (CHOAY, 2010, pg. 7) e daqueles que se pronunciaram sua visão de mundo sobre.

Assim, as cidades do século XIX e XX foram erigidas, diferente da Babel, mantendo parte da incompreensão entre aqueles que vivem nela. Em sua arquitetura, tal como alegorias, as edificações servem de um lado como fonte de análise sobre as incongruências, os jogos de poder, os projetos políticos, a burocracia, o plano totalizante; por outro, os discursos sobre ela mostram as novas formas de fazer, a criatividade de pensar o cotidiano, a fuga das regras generalizantes, as ações simbólicas revolucionárias e, ainda, os movimentos de resistência pela memória. Isso, em última análise, pode ser acompanhado diante da nova área que surgia no século XIX, o urbanismo, que lidava com as novas demandas das cidades que surgiam. Porém, esteve longe de resolvê-los.

### **2.2.1 Urbanismo como antídoto?**

Diante da composição da cidade, um aspecto do mito de Babel rondava a criação do homem moderno: homens erigiam grandes cidades idealizadas, mas, ao viver a realidade delas não se compreendiam entre si. As constantes promessas advindas de novos modelos políticos, econômicos e culturais não resolviam os problemas gerados por transformações que até então se desconheciam. Para isso, fora necessário criar diversas áreas para dar conta dos problemas provenientes da escala de mudanças sociais.

Seria importante levar em conta dois autores que tentaram propor um significado e um objetivo sobre o tema Urbanismo. Uma ideia geral sobre a complexa inscrição do termo e de suas características por vezes passa ao largo de possuir uma definição única. O primeiro autor foi Idelfonso Cerdá que em sua obra “Teoria Geral da Urbanização”, de 1860, cunhou o termo “urbanização”. Diante da tentativa de compreender como este campo se estabeleceu e quais suas acepções, Calabi (2008, p. XXI) menciona a obra do segundo autor, Bernardo Secchi, que mais tarde se esforçou em estabelecer um conjunto de características da trajetória urbanística. Inicialmente a compreensão era que havia uma mescla de práticas relativas à transformação do território, aos sujeitos que as promovem, às técnicas utilizadas, aos

resultados obtidos e às novas transformações induzidas por estas práticas. Embora não sejam de fácil separação, essas práticas possuíam determinada identificação, segundo os estudos de Secchi. Para conseguir essa aproximação, o autor sintetizou as três definições sobre este campo de estudo, cujo ponto de partida foi a urbanística italiana do século XX.

Primeiramente, nos anos 1930, a maneira de organizar o meio urbano se dava através do plano diretor de Gustavo Giovannoni, “[n]a organização das edificações de uma cidade e a previsão de seu desenvolvimento futuro, isto é, a obra concreta e coordenada da ‘técnica’ e da ‘arte’ urbanística” (GIOVANNONI apud CALABI, 2008, p.13). Para outro autor italiano, em 1937, a prática do urbanismo se dava na definição de normas para a “a organização e funcionamento de uma vida urbana, ao mesmo tempo bonita, tranquila e econômica” (PICCINATO apud CALABI, 2008, p. 18).

A tentativa de dar um conceito que percebesse ambas as formas de construir o campo do urbanismo, décadas mais tarde, passou a contar com as questões de organização do espaço onde o urbanismo era a “ciência que estudava os fenômenos urbanos em todos seus aspectos, tendo como finalidade o planejamento de seu desenvolvimento histórico” (ASTENGO apud CALABI, 2008, p. 26).

Estas composições sobre o urbanismo se assemelham na medida em que pensam na promoção do bem-estar do público, bem como em uma forma de interlocução, uso do solo e outras formas de suporte eficiente. De qualquer maneira, o urbanismo foi determinado como uma disciplina que tem como escopo o controle das variações espaciais dos assentamentos urbanos com pretensões científicas e globalizantes. Consoante a análise de Calabi (2008, p. 21), a disciplina urbanística propõe-se a resolver os conflitos sociais uma vez que organiza a cidade de acordo com uma divisão lógica dos setores públicos e privados. Em outros termos, ela é (ou deveria ser) uma disciplina autônoma com seu surgimento ligado às problemáticas causadas pela Industrialização do século XIX e pelo aumento populacional veloz em determinadas áreas do continente europeu.

A configuração do pensamento do indivíduo sobre o mundo conhecido por ele, sua ideologia, determinava os percursos, as ações e as práticas sobre o espaço físico urbano. A prática técnico-administrativa, ligada à concepção do devir histórico, igualava o urbanismo à ciência política.

O campo do Urbanismo, mais especificamente, passa a se preocupar com a funcionalidade, a forma e a decomposição social. Desde o século XV, havia uma teorização de arquitetos renascentistas preocupados com a vida cidadina considerando as necessidades sociais e econômicas. Entretanto, o campo de estudo mais apropriado que passa a analisar a

cidade ou o efeito de seu crescimento tornou-se uma realidade a partir do século XIX. Isso se deveu em parte devido a duas questões: de um lado, a inquietação em lidar racionalmente com os problemas advindos da disputa do solo, cujo ponto de vista era a disciplina jurídica; por outro, a formação de conturbações sociais de advindas da crescente industrialização, e do despreparo dos administradores em lidarem com ela.

Assim sendo, da relação entre urbanismo e industrialização, houve mudanças estruturais nos assentamentos do território e da redistribuição dos centros urbanos. Segundo Calabi (2008, p. XX), seria um anacronismo utilizar a expressão “urbanismo” em períodos históricos anteriores por ter seu emprego ligado a diferentes áreas distintas entre si. Seu surgimento como disciplina científica estava na esteira da concentração dos núcleos produtivos e residenciais, inovações tecnológicas e sistema de comunicação entre seus indivíduos. Em alguns casos, as cidades assumiram o feitiço de metrópoles, concebendo parques, redes viárias, sistema de transporte, instalações elétricas e expansão das edificações, tudo sempre interligado às novas relações entre as esferas público e privadas.

Os administradores moviam-se por motivações, por vezes antagônicas, em relação às escolhas de projetos urbanos a serem compostos. No cotidiano da cidade, denotava-se a distinção entre seus habitantes, suas rotinas, suas preocupações, seus diferentes espaços geográficos, seus ritmos acelerados ou seus conflitos. Os protagonistas apresentavam-se como reformadores utópicos em busca de modelos ideias, alternativos à sociedade em que viviam; em oposição a isso, os técnicos recorriam a uma série de planos setoriais e de conjunto, incluindo grandes instalações higiênico-sanitaristas, projetos de estradas e habitações.

Em diversas obras literárias ou analíticas sobre a formação urbana a partir do século XIX, apresentam a cidade como uma das grandes realizações da sociedade humana. Se não a tornam o objeto central de seu enredo, no mínimo tornam a urbe um palco de onde se pode ver as novas formas de civilização. Em torno das comunidades existentes, variadas por seus marcados traços culturais cristalizaram-se conteúdos emocionais, fornecedores de poderosa afirmação do desenvolvimentismo ou progresso humano. Entretanto, algumas análises da literatura associaram aspectos negativos à cidade como lugar de ambição, barulho, mundanidade, exatamente em oposição ao campo que pertenciam ao mundo da paz, inocência e virtudes. A realidade histórica, porém é surpreendentemente variada e muitas vezes apresenta aspectos dispares as duas formas de organização social. Se tratando da modernidade, sobre a cidade se atribui a característica universalista de liberdade e transformação.

### 2.2.2 A literatura como retrato da modernidade

A cidade é o palco por excelência intelectual, e tanto os escritores como seus leitores são atores urbanos. Ao longo dos tempos a cidade tem sido motivo perene de investigações, nas angústias e na imaginação dos escritores, como um constante esforço da leitura do mundo.

Na história, dois fenômenos, escrita e cidade, incidem quase concomitantemente. A cidade-escrita ganha uma extensão transcendente, vez que se fixa na memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. A cena escrita da cidade permanece segundo alguns autores onde se defende a ideia de que mesmo quando a destruição gerada pelo “progresso” produz o apagamento da memória urbana desenhada na escrita das pedras e tijolos de suas edificações, seria possível resgatar essa memória através da literatura, lugar de inscrição do passado, frente ao que se vai transformado em ruínas.

O centro urbano do final do século XIX era cenário do impulso industrial, do desenvolvimento das técnicas, das mudanças do cotidiano, das profundas lutas sociais, das fontes de ideias e inovações, paixões, violência, angústia e medo. Tais temas estão difundidos em diversas obras literárias como os contos de Edgar Allan Poe, em poemas de Baudelaire, em romances de Charles Dickens, William Morris, Jack London ou ainda em ensaios de Georg Simmel, Friedrich Engels e Karl Marx.

Esta diversidade de autores produziu na segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX uma literatura como foram de composição das cidades. Por inúmeras causas históricas, nas cidades desenvolveram-se distintas atividades como centro do poder, de permuta cultural e intelectual. A sociabilidade do mundo urbano inscrevia em seus diversos ambientes como cafés, cabarés, revistas, editoras e galerias, novas estéticas de onde acendia movimentos de contestação e novas práticas sociais. Como pontos irradiadores destas novas formas de cultura e popularizadoras destas sociabilidades, produziram-se costumes, ideias e sociabilidades através de instituições literárias básicas, tais como editoras, bibliotecas, livrarias, teatros. Assim, as relações culturais exibidas pela literatura deste período destacavam as fronteiras das experiências: o lazer, o dinheiro, a migração populacional, o fluxo de visitantes, a dispersão de muitas línguas e a veloz câmbio de opiniões e estilos.

No contexto da América, a literatura foi apresentada a partir dos movimentos ligados a modernização dos países, acompanhado pelo processo de industrialização que tardou a ser implantado, distintamente do o padrão Europeu. Havia uma série de transformações necessárias para efetivar tal modernização no continente, não ocorrendo de forma integrada, devido à política agroexportadora atrelada à vida no campo, considerada sinônimo de

barbárie. Significa dizer que a cidade como palco novas sociabilidades ficou levemente apartada dos primeiros ensaios latino-americanos, ocorrendo inicialmente uma produção literária interpretativa da América, completamente diferente do modelo europeu. Havia a tentativa de criar uma teoria sobre os países da América, ou um sistema interpretativo, buscando equilibrar, de um lado, a defesa da modernização e da ocidentalização do país, e por outro, organizar um notável traço nacionalista, defendendo a mestiçagem herdada do período colonial, a despeito de suas convicções científico-racialistas.

No Brasil, sob esses dois horizontes políticos aparentemente contraditórios, a ocidentalização e o nacionalismo, foram constituídas interpretações literárias levando em conta a presença negra, a mestiçagem e a imigração europeia.

Essas explicações apresentaram-se em diferentes obras que serviram como interpretações do Brasil: em se tratando da representação no caso brasileiro, antes mesmo dos grandes intérpretes brasileiros como Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, havia um processo inicial de atualização intelectual. Nesse novo momento literário inscrevem-se alguns exemplos conjecturando momentos de renovação social tal como o abolicionismo, uma espécie de projeto aproximado à modernidade refletido na obra de Joaquim Nabuco, o *Abolicionismo* (1883), que se configurou, com forte conotação política claramente como uma chamada para um projeto civilizador dos trópicos. Nabuco buscou, através do recorte da escravidão, propor uma ideia de mudança para o que se considerava uma sociedade mais socialmente justa sob bases jurídicas comuns.

A extensão da escravidão propagava a necessidade de um incremento da urbanização, tendo a cidade como palco da civilização e do progresso contra a barbárie ainda existente no Brasil e ligada efetivamente à vida no campo. A mudança do modelo político para o regime republicano associado ao abolicionismo era sinônimo de prosperidade e desenvolvimento expresso nas mudanças urbanas no Rio de Janeiro no final do século XIX na *Belle Époque Tropical*. A economia passava por uma ampliação do crédito através da política do encilhamento, tema de outra obra da literatura brasileira com o mesmo nome (1893), do autor Alfredo de Taunay. Ainda sob a perspectiva literária sobre o meio urbano, destacara-se a obra *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, que tem como pano de fundo o processo de urbanização e a questão da impossibilidade de ascensão social, superação do *status quo*, universo social precário e a descrença em relação ao progresso.

Já no caso argentino, segundo Frantz Fanon (2002, p. 1), existem dois importantes "personagens" que protagonizam um número significativo de textos da literatura argentina, ambos resultados de um profundo processo de personificação: o primeiro personagem é a

casa, como espaço concreto de moradia; o outro é a cidade de Buenos Aires, de onde noções, sentimentos e desejos comandaram a produção de um sentimento de grandeza pelos seus habitantes. Muitas vezes, porém, estes dois espaços se confundem e são um mesmo personagem, na medida em que a casa é uma metáfora da cidade, aparecendo em narrativas e discursos poéticos que poderiam ser vistos como uma alegoria da história argentina.

Na produção desse amplo *corpus*, abarca-se a produção de autores latino-americanos importantes como Borges, Cortázar, Sábato, Bioy Casares, Mujica Láinez e Martínez Estrada. Em geral a particularidade dada por esses autores foi o tratamento dado à cidade nas lutas sociais, políticas e culturais em um longo período da história, como nos revela Borges (1994, p.14), em 1926, em uma citação conhecida "Ya Buenos Aires, más que una ciudad, es un país". Neste ambiente cênico da casa-cidade são imaginadas algumas das principais questões para a evolução do campo literário em sua estreita relação com o processo histórico.

Essa imagem passou a ser produzida no conjunto das transformações industriais e da modernização do continente americano. O próprio campo da urbanização considerava o crescimento da população das cidades e a diminuição da população do campo. Este conjunto mais extenso de mudanças da sociedade, desencadeou o processo de modernização econômica, social e cultural, que levaram a redistribuição espacial da população, à reorganização do sistema de vilas, povoados e à modernização e concentração da gestão e das atividades econômicas. Soares (2007, p. 291) ao analisar exemplos de migração urbana avalia que as migrações internas nem sempre são regidas por leis próprias e autônomas, por vezes seguem tendências autônomas determinadas por processo mais amplos de mudança social em curso.

O ritmo da vida que induziu ao êxodo rural nas décadas seguintes foi impulsionado pelos conflitos localizados. Pausadamente, o processo de industrialização decompôs o ritmo da vida no campo, culminando com a acentuada concentração urbana e a formação dos amplos centros comerciais. Isso fez com que as cidades se desenvolvessem sob impactos sociais, políticos e econômicos; a evolução do lugar, da cidade, da região é concebida principalmente pela ação do homem que diariamente transformava esse espaço. Esse processo dialético das necessidades de produção resultou ao longo dos anos na mudança das relações do homem entre o campo e a cidade.

### 2.2.3.Imigração, Literatura e Utopia.

Para além desse processo, Brasil e Argentina tiveram parte de seu contingente populacional formado por imigrantes italianos, produto da incapacidade da indústria da pátria recém-formada de absorver a mão de obra disponível ou ainda de incluir as camadas populares. De igual maneira, entre os países sul-americanos, os imigrantes italianos estavam circunscritos ao descarte do excedente populacional, expulsos do processo produtivo, em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção europeia, efetivado pelo recém-instaurado “Estado Unitário” (IOTTI, 2010, p. 14). Dessa forma, uma parcela significativa da população italiana foi movida pela utopia da Terra Prometida.

É necessário ponderar aqui que “A Terra Prometida”, dos italianos se aproxima semanticamente da Utopia, onde se propõe um final que é capaz de mobilizar esperanças e energias suficientes para os andarilhos suportarem os infortúnios. O caso mais emblemático no qual se faz este tipo de referência é o texto bíblico Êxodo. Nele, Iahweh aparece a Moisés e o incumbe de pedir ao Faraó do Egito para libertar os hebreus da escravidão, prometendo-lhes um território para construir uma nação forte e independente. Subjugados por um governante autoritário que impõe duras sanções, entre elas o trabalho escravo e a pena de morte às crianças do sexo masculino, os hebreus passam a construir representações mentais sobre a Terra Prometida. A partida de Ramsés, no Egito, até a “terra boa e vasta, terra que mana leite e mel”, acontece após o sacrifício dos primogênitos, que constitui a décima praga de *Iahweh* sobre os egípcios. Em uma recente análise sobre esta alegoria, ARENDT e PAVIANI (2006. p.219) demonstram que a migração não se dá, porém, sem esforços e suplícios de toda ordem, como travessia de desertos, sede, fome e batalhas sangrentas. Tais sacrifícios assumem, no seu conjunto, a forma de um rito de passagem, apresentado pelo relato bíblico como algo imprescindível para o propósito de alcançar a Terra Prometida, onde pôr fim, o sofrimento, precisa ser aceito com resignação, derivando, por sua vez, no merecimento.

Deve-se, no entanto, levar em conta as especificidades dos grupos imigratórios e as inúmeras expectativas deste grupo de homens e mulheres. Afirmar que todos estivessem movidos pela mesma oferta simbólica da terra prometida, seria algo que demandaria uma análise mais complexa. Entretanto, só existe imigração na medida em que determinado grupo pretende alcançar algo que não possui, inclusive uma vida melhor. No caso da imigração italiana para a América tratou-se de um considerável deslocamento populacional que não fora

um fato isolado, tampouco italiano e estava ligado ao conjunto das grandes transformações históricas ocasionadas pelo capitalismo inglês.

Como lembra DEVOTO (2006, p.97) dentro desse movimento, no caso argentino, boa parte da população imigrante, após sua chegada, percebeu o tipo de obstáculo que teria de transpor, na medida em que as possibilidades de ascensão eram limitadas pela elite local que reagiu com violência aos que começavam a conquistar os mesmos direitos que os cidadãos bonaerenses, habitantes da província de longa data. Contudo, apesar da exclusão, das perseguições dos grupos nacionalistas e das restrições legais, no início do século XX, o estrangeiro passava a ser o principal habitante da cidade: ocupava postos de trabalho, ingressava na universidade e começava a destacar-se no campo cultural.

Com o decorrer das décadas, alguns imigrantes conseguiram enriquecer e, aos poucos, fazer parte da nova classe média letrada na sociedade argentina, enquanto o patriciado passava a desempenhar um papel cada vez menos importante na vida econômica, política e cultural do país. No caso argentino, já no final do século XIX e início do século XX a literatura já era empregada por alguns autores, tais como Carriego, Lugones e Borges, como ferramenta de destaque histórico e fundamentação mítica da cidade afim de ajustar a realidade a uma imagem ideológica justificando a posição de destaque das elites, detentoras do poder local (FANON, In PIMENTEL, 2002, p.5).

No caso brasileiro, especificamente na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, um dos principais destinos dos imigrantes organizadas pelo Império Brasileiro, nas demarcações das zonas coloniais italianas, houve desde seu início uma busca pela modernização, paralelamente ao esquecimento do passado colonial, associado ao atrasado do campo. Algumas obras traduzem este sentimento localmente, porém apenas no final do século XX onde Caxias é apresentada como cidade, fonte de indústria e portanto, “desenvolvida.

Como efeito difundiu-se a construção de mitos locais bem como a invenção de uma história em particular. Na construção desse imaginário, a trilogia de José Clemente Pozenato<sup>10</sup> remete à representação das fases desenvolvimentistas: na obra *A Cocanha*<sup>11</sup>, inicia-se o

---

<sup>10</sup> José Clemente Pozenato é escritor romancista descendentes de italianos. Iniciou a carreira literária em 1967, participando da coletânea de poesia “Matrícula”. Em poesia, publicou ainda: “Vária Figura”, “Carta de Viagem”, “Meridiano” e “Cànti Rústeghi” (Cantos rústicos). Em 1985, saíram a novela policial “O caso do martelo” e o romance “O quatrilho”. Pozenato publicou ainda “O caso do loteamento clandestino” (1989), “O caso do e-mail” (2000), “A cocanha” (2000) e “A Babilônia” (2006).

<sup>11</sup> “A Cocanha” é um país mitológico, conhecido durante a Idade Média. Nesta terra mitológica, não havia trabalho, e o alimento era abundante; lojas ofereciam seus produtos de graça, casas eram feitas de cevada ou doces; sexo podia ser obtido livremente; o clima sempre era agradável, o vinho nunca terminava e todos permaneciam jovens para sempre. Viviam-se entre os rios de vinho e leite, as colinas de queijo (queijo chovia do céu) e leitões assados que ostentavam uma faca espetada no lombo.



processo de colonização da terra prometida e da terra da fartura; em *O Quadrilho*, a colonização se dá através da alegoria de um “jogo de cartas” econômico onde seus personagens podem enriquecer ou perder suas escassas economias; já no romance *A Babilônia*, o enriquecimento de um grupo de habitantes da cidade e a posterior invenção de um espaço urbano como símbolo desta prosperidade é o centro da obra.



FIGURA 1- Descrição da terra de Cocanha, 1606, *Discriptione del paese di cuccagna* (terra da fartura).  
Capa do disco *Mérica, Mérica* - Cantos populares da imigração italiana

Em especial, na obra “A Cocanha” existe uma recorrência à história da “terra prometida”, que serve como ponto de partida para as demais obras, neste caso como se a história da cidade estivesse em progresso contínuo, como uma linha reta que leva invariavelmente à Modernidade. A literatura serviu assim, para formar o imaginário coletivo com o poder de projetar para o futuro os sonhos e as expectativas coletivas, cumprindo a função de desafogo dos momentos de opressão política e de carestia alimentar.

É possível observar que o campo é tratado como de ponto de ascendência para um desenvolvimento que se tornará completo na urbe, tema de outra obra literária, “*O Quadrilho*” onde o imigrante se torna o empreendedor.

Assim, estas obras literárias constroem o imaginário social<sup>12</sup> fortalecendo determinados valores que ficam ainda mais implícitos em datas comemorativas e na organização da morfologia urbana, como fator preponderante de organização do poder.

<sup>12</sup> Composto por sonhos, mitos, imagens e experiências coletivas que transcendem a cultura material, o imaginário social constitui um ponto de referência no vasto sistema simbólico produzido pelas coletividades. O



FIGURA 2: A terra de Cocanha – 1567 Pieter Bruegel. Diferentemente de Bruegel, o *Ethos* do trabalho na região de colonização Italiana produziria uma representação afastada da preguiça.

A visão sobre a cidade pode tornar-se um olhar mais acurado sobre a matriz material das formas culturais, da mentalidade, da ruptura política ou dos interesses econômicos. Assim, os homens que tratavam o projeto Moderno da emancipação pensaram a materialização de sua proposta como finalidade a ser alcançada. A constante construção das cidades, além de frequente, possuía diretrizes na organização, controle e manutenção da “saúde do corpo” ora criados. Entretanto, durante o transcurso do século XIX para o XX, frente a inúmeros acontecimentos quase que instantâneos, o propósito inicial não foi alcançado. Conforme proposição de Françoise Choay (2001, p. 9), o urbanismo buscava resolver problemas de uma cidade firmada nas primeiras décadas do século XIX através de seu planejamento já que a sociedade industrial “começava a tomar conta de si e a questionar suas realizações”.

Contudo, a sociedade industrial teve como resultado o urbano e nele, implicitamente, estão os traços de identidades culturais, onde na tese aprofunda a comparação de duas cidades detentoras de uma mescla de elementos intelectuais: modernidade europeia e diferença campesina ou rio-pratense, aceleração e angústia, tradicionalismo e espírito renovador,

---

imaginário designa identidades, elabora e reelabora representações, estabelece e distribui papéis e posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, bem como constrói códigos de comportamento. Ele cumpre, em suma, a função de regular e orientar a vida social dos indivíduos, catalisando os interesses comuns dos grupos. Cf. BACZKO (1986); DURAND (1988); PATLAGEAN (apud LE GOFF, 1990); MAFFESOLI (1984, 2001).

vanguarda e identidade patrimonial. A cidade seria a perspectiva da realização de diversas utopias. Dentre elas uma tornou-se vitoriosa, a utópica racionalizadora proposta antes mesmo do Industrialismo e do Iluminismo, atravessando diversas etapas até seu período mais preocupante, quando incidiria a falta de identidade.

### **2.3 AS CIDADES**

A cidade é um complexo fenômeno em contínuo processo de transformação no espaço e tempo. Apresenta uma evolução espacial lenta, mas atravessa o tempo, no qual estão todas as outras ordens de transformações, cada vez mais velozes que a permanência. A apropriação a dominação do mundo moderno sobre este espaço por vezes fez valer mais a rápida transformação do mundo das ideias e, a partir daí, sua ação sobre o espaço; do que da reflexão sobre este mesmo espaço. Dependendo dos valores da sociedade, presentes em cada momento de sua trajetória, a redefinição do espaço sempre está ligada ao um universo da escolham e do reconhecimento de seus significados. Nas cidades os bens patrimoniais estruturam uma rede de relações sociais a partir dos lugares urbano (MEIRA, 2004, p. 15). Poderia se esperar algo diferente do mundo ocidental cada vez mais em conflito com o sentido da apropriação do espaço?

A cidade aparece a partir do século XV como um lugar novo, especialmente de projeções do novo. Algumas características que a projetaram como o lugar do progresso e do desenvolvimento já se faziam presentes na arquitetura antes mesmo do Iluminismo. Três características fundamentais do *Quattrocento*<sup>13</sup> são: o repertório antropomórfico; a centralização espacial; e a intensa realização geométrica, que formam o apoio do que será pensado na projeção utópica das cidades modernas (BRANDÃO, p. 67).

Foi então que, paulatinamente, a cidade se tornava mais intelectualizada e menos espiritualizada; seu planejamento configurou-se como uma celebração à racionalidade. A simetria e o geometrismo foram ingredientes importantes na composição das cidades que, mais tarde, somadas às utopias em distintos modelos de cidades, tornaram o espaço moderno distinto do medieval.

#### **2.3.1 A Idealização da cidade**

---

<sup>13</sup> Foram movimentos culturais e artísticos do século XV na Itália, analisados em conjunto. Engloba tanto o final da Idade Média (arte gótica e Gótico Internacional), quanto o começo do Renascimento onde os artistas voltaram-se mais às formas clássicas da Grécia e Roma. Devido a situação econômica, social e cultural das cidades havia um clima favorável ao desenvolvimento artístico.

Ao tratar de idealização, remete-se à possibilidade de concretizar o que se tem no campo das ideias, ou seja, um projeto ainda não realizado. Aquilo que ainda não existe e que poderá ser, uma espécie de utopia, aparece como tentativa de compor o real. O ato de projetar no espaço a ideia, geralmente associada a controle e a solução de problemas, tem na cidade o lugar de repouso. A maneira como representamos o espaço demonstra nossa compreensão do mundo, e a cidade passa a constituir-se de um local que acumula uma série de investimentos sob a forma de trabalho, de capital, de significados e, portanto, é o local onde por excelência manifestam-se as rupturas, as continuidades, as relações do antigo com o novo. Assim, a cidade é fruto de uma intrincada estrutura histórica.



FIGURA 3: Xilogravura por Ambrosius Holbein-Utopia-1518



FIGURA 4: Cidade do sol de Campanella-1623

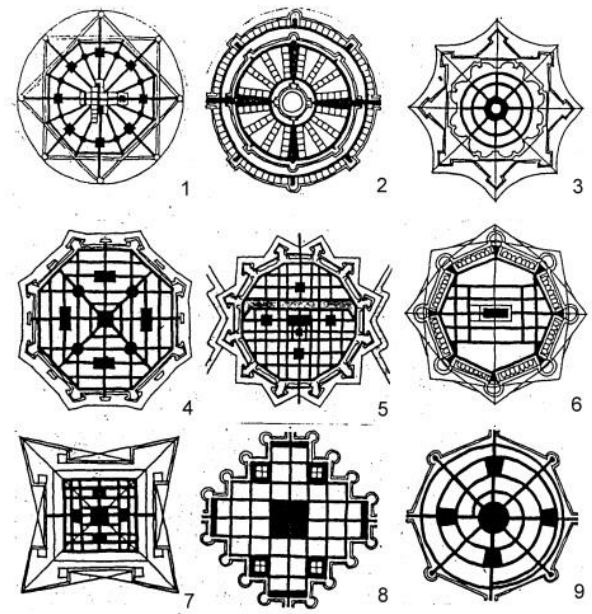


FIGURA 5: Diferentes concepções Renascentistas da cidade ideal: 1-La Sforzinda by Filarete (1460 – 1465); 2- Fra Giocondo (Giovanni of Verona), c. 1433 – 1515; 3-Girolamo Magi (c. 1523 – c. 1572); 4- Giorgio Vasari (1598); 5-Antonio Lupicini (c. 1530 – c. 1598); 6- Daniele Barbaro (1513 – 1570); 7- Pietro Cattaneo (1537 – 1587); 8/9- Francesco di Giorgio Martini (1439 – 1502).

Ao discorrer sobre o tema da cidade, a obra de Thomas Morus, “Utopia”, interliga a possibilidade do ideal ao meio urbano. Nessa obra, o autor descrevia uma ilha imaginária com uma sociedade perfeita criando a ideia de utopia. O processo de racionalização da vida, que constituía o imaginário burguês, conciliava esta obra literária às áreas da filosofia, da política e da história. O Renascimento condensou parte deste experimento, pois vagarosamente inseriu a concepção de produção do destino da humanidade, através da criação de normas de conduta que deveriam regular qualquer aspecto da vida prática. O sentido desta ideia levou à elaboração de critérios universalmente eficazes para cada atividade, com normas, regras e códigos, emergindo diversos assim diversos tratados.

Foram as mais diversas formas de pensar a cidade no decorrer da história que impulsionaram sua metamorfose. Nesse ínterim, ela sempre foi uma projeção, isto é, constantemente tratada com excesso de idealização na forma construtiva. Em especial sobre o aspecto utópico, a partir do Renascimento, entendia-se que, se a cidade podia ser pensada, possivelmente podia ser construída através do estabelecimento da racionalidade, ou ainda uma da forma da “virtú” combater as ameaças da “fortuna”. O desejo era de regulamentar a vida dos habitantes, de fazer da sociedade um minucioso alvéolo no qual cada um pudesse encontrar o seu lugar e a sua função.

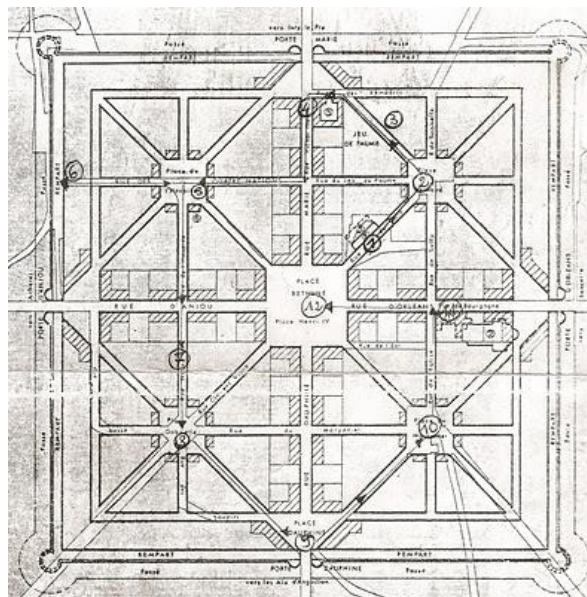


FIGURA 6: Cidade ideal de Henrichemont Salomon de Brosse 1608

Alguns projetos relevantes do período renascentista já apresentam as cidades de caráter fechado e não evolutivo, tal como o de Giorgio Vasari e Salomon de Brosse na sua

Henrichemont. Encontra-se ainda La Sforzinda de Filarete, Fra Giocondo; Girolamo Magi, Antonio Lupicini; Daniele Barbaro; Pietro Cattaneo; Francesco di Giorgio Martini (MUMFORD, 2008.p.417). Dentre outras especulações de projetos, subsistiam características utópicas que perseguiram a simetria, o equilíbrio geométrico, condições para uma harmoniosa organização humana.

Quanto à obra “Utopia”, de Morus, existe uma enfática tentativa de criar um novo ambiente de cidade que passará a substituir o modelo em decadência, na medida em que

atacava os radicais defeitos e aperfeiçoas da cidade medieval: preponderância da riqueza privada, a ultra-especialização dos ofícios e profissões numa ordem rigorosa, hierárquica, muitas vezes mutuamente hostil e não-comunicativa.(...) retirar tanto tempo quanto possível do serviço do corpo e dedicá-lo à liberdade e cultura da mente, não apenas para uma classe, mas para a comunidade inteira. (MUMFORD, 2008, p.391).

Em alguns aspectos, a “Utopia” de Morus, sem saber, faz uma espécie de crítica antecipada do que se tornará mais tarde uma forma exclusiva de organização da cidade industrial. Este tipo de apreciação não tardará a ficar restrita apenas ao ambiente europeu, na medida em que, a partir do final do século XIX, diversas cidades ao redor do globo buscaram “modernizar-se” do mesmo modo, sobretudo na questão da formatação dos costumes e estilos de vida. Essa referência continuará sendo avaliada nas cidades hipermodernas do final do século XX, onde as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade das relações



FIGURA 7: Palmanova- Savorgnan e Scamozzi- 1593

espaciais constituindo atividade prática. Nessa alusão, observam-se as distintas projeções sobre novas cidades, tornando seu caráter utópico, distópico.



FIGURA 8: Palmova contemporânea

### 2.3.2 Cidade Moderna e a Utopia

O processo de mutação social se transpôs na composição da cidade europeia, ocorrendo uma forte expansão geográfica ao mesmo tempo em que ocorria uma redução da ideia de cidade como uma simples localização dos fenômenos, como o industrial, por exemplo. A especificação burocrática europeia para o funcionamento de uma cidade se deu de maneira que os centros urbanos tiveram agregações demográficas densas com obras de engenharia, estruturas definidas de poder e divisão social do trabalho, com exércitos e população vivendo em áreas restritas. Os centros industriais especializaram-se escapando do modelo da cidade medieval corporativa e expandiam-se para o campo em busca de mão de obra onde a mecanização transformava antigas práticas; alterava-se também a paisagem uma vez que se aglomeravam populações em torno de unidades fabris.



Em um ensaio analítico, publicado postumamente na obra “Economia e Sociedade de 1921”, Max Weber (1921 p. 408) constata a cidade de um ponto de vista apenas econômico, caracterizando-se como um centro em que seus habitantes vivem apenas da indústria e/do comércio, onde sua troca não poderia ser ocasional. Era indispensável a existência de um mercado permanente, embora fosse necessário um complexo político-administrativo que traduziria uma comunidade autônoma com legislação própria e direitos ou privilégios para seus cidadãos. Entretanto, o espaço urbano não poderia se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de caráter mais amplo, a predominância da cidade sobre o campo. De alguma maneira, “uma característica essencial da cidade de qualquer tempo ou lugar, [...] [a imagem] de um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p.12), o que corrobora a reformulação do espaço e a relação entre aqueles que o ocupam, a qual se altera conforme o período histórico em que estão circunscritos.

Este modelo de cidade, cujo foco serve à análise proposta, passa a ser inserido com o advento da industrialização, pois, conforme analisou Williams (1973, p.457), não havia nada em comum entre as cidades antigas e medievais a não ser pelo nome e em parte pela função, porém nada em relação à identidade. Surge, então, uma possibilidade de combinar uma concepção cultural de cidade, pois os homens produzem diversas metáforas que apresentam sonhos, angústias e necessidades. Dessa forma, ela “se torna artefato, máquina, obra de arte ou texto” (BARROS, 2007, p.17). Nesta vida cotidiana são reveladas novas formas de conflito, por onde a morfologia urbana, relações desiguais de poder e as rupturas do ritmo do capital são traduzidos em movimentos de construção e transformação (BARROS, 2007, p. 17).

Este modelo de cidade se apresentava como um complexo fenômeno em permanente processo de transformação no espaço e no tempo. Na evolução temporal das transformações cada vez mais aceleradas, existia um confronto entre a permanência e a destruição; entre a lembrança e o esquecimento; rupturas ente o antigo e o novo. Dependendo dos valores da sociedade que estavam presentes em cada momento histórico, a definição de patrimônio vai sendo forjada. As escolhas dos elementos que podiam ser preservados desta dialética demonstravam a visão de mundo e conseqüentemente quais valores eram atribuídos às escolhas, inserindo a cidade em um texto simbólico que incluía a disputa política e o poder econômico.

As cidades sofreram adaptações e mudanças nas suas características estruturais, em função do seu próprio crescimento e desenvolvimento neste período da história.

Equipamentos foram sendo construídos, aumentou-se o número de moradias, abriram-se ruas, construíram-se pontes, ou ainda foram feitas obras de infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.). Essas transformações marcam o processo da evolução urbana e dão início ao processo mais amplo de escolha sobre os bens simbólicos de acordo com as relações sociais.

Com a Modernidade, constituem-se as novas bases do mundo Ocidental, em um primeiro momento, por meio da industrialização que produziu mudanças profundas na divisão entre campo e cidade; geraram a expansão dos centros urbanos a partir dos êxodos rurais; reformulando as práticas do cotidiano. Os primeiros estados a se debruçarem sobre a cidade Industrial, convictos das possibilidades *infinitas* da razão; assim, buscavam os modelos urbanísticos da perfeição, que viessem a responder aos ideais igualitários e ao desenvolvimento produtivo.

### 2.3.3 Cidade Industrial

A cidade, a partir da Revolução Industrial, tornou-se anônima e alienante; seus analistas a chamam de “distópica”<sup>14</sup> ou de a representação, em muitos casos, da desigualdade social que se ampliou no século seguinte (BENEVOLO, 1967, p. 573). Seu planejamento, por vezes sobre modelos antigos de organização, não absorviam as massas populacionais e, mais tarde, serviu de fonte para a especulação imobiliária junto à conformidade de seus habitantes. Em especial, citam-se Inglaterra e França, países onde a onda de crescimento da urbe se inicia e se expande rapidamente junto aos outros centros europeus.

Na proporção do aumento de número de habitantes, altera-se a distribuição territorial como efeito das transformações econômicas. Segundo Benévolo, as transformações no mundo do trabalho aceleravam o desenvolvimento e a concentração do novo sistema econômico, alterando o equilíbrio distributivo da população (BENEVOLO, 1967.p.14). Apenas como exemplo, demonstra-se o caso inglês que, através do progresso técnico, tornou possível um aumento da produção industrial, atraindo para um grande número de oficinas, milhares de

---

<sup>14</sup> Existia a busca de soluções alternativas que se constituíam em soluções revolucionárias que buscavam mudar a organização social e dos tecidos habitacionais. Entre esses pensadores estão Robert Owen, Charles Fourier, Victor Considerant, Etienne Cabet, considerados precursores do urbanismo progressista.

famílias dos distritos agrícolas o que, por sua vez, ampliou a população das cidades “antigas” absorveu este contingente populacional em novas urbes.

A associação entre indústria e cidade se consolidava, uma vez que os modelos tradicionais de relações eram substituídos rapidamente diante das novas exigências comerciais e de transporte de matérias-primas por meio de ferrovias e navegação marítima. O comércio se expandia sem precedentes e os bairros se ampliavam “desgovernadamente”. Mumford, observa que o capitalismo, negando a santidade da pobreza ou o sustento imaginativo da arte, procurada exclusivamente aumentar a quantidade de produtos de consumo e os ganhos mensuráveis (MUMFORD, p. 495).

Dentro desse exame, a liberdade das novas cidades de comércio significava liberdade das restrições municipais: liberdade para o investimento privado, para o lucro e para a acumulação privada, sem qualquer referência ao bem-estar da comunidade como um todo. Para Benevolo (1967, p. 20), os conjuntos de transformações originaram a mudança de domicílio da maior parte da população inglesa, modificando o solo e a paisagem das cidades: elas nasciam e duplicavam-se de uma geração para outra, pois iniciavam-se novos estabelecimentos, estradas, canais e minas abertas em paisagens agrestes; onde antes existiam os pináculos das catedrais, naquele instante havia altos fornos e chaminés industriais.



FIGURA 9: Vista de Manchester na área rural de Kersal Moor, Inglaterra, Wiliam Wild, 1857

As vertiginosas transformações demográficas experimentadas, sobretudo na Inglaterra e na França, resultaram no crescimento da população urbana, ampliaram as preocupações dos urbanistas do século XIX. Fora neste período que criava-se tardiamente o urbanismo, o qual serviria como mecanismo de manutenção e ordenamento da nova urbe Ocidente. Pode-se inferir que a falência das políticas urbanistas faria com que diversos Estados Nacionais, em estado de crise econômica, criassem campanhas emigratórias que transfeririam seu contingente populacional para o continente americano.

As soluções encontradas não se reduziram apenas às questões técnicas, mas passavam pelos campos político e simbólico, que dava respaldo a inserção novas medidas sobre o espaço construído. Uma nova relação Estado-espaço se produz na cidade na medida em que é nela que se exercita o poder, produzindo interditos em nome da lei e da ordem e que, em última instância, torna o projeto urbano e suas respectivas edificações o resultado das vontades e interesses.

Dessa forma, a arquitetura e o urbanismo devem ser considerados como a formação de representação social e de marcação no espaço de referenciais simbólicos, vide a reforma da cidade de Paris por Haussmann, no fim da década de 1850, que foi considerado como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno.



FIGURA 10: PLACE SAINT-ANDRÉ-DES-ARTS (PRÉ-HAUSSMANN) - CHARLES MARVILLE

O resultado do ânimo sobre as estruturas das cidades foi duplo, pois os interesses do dinheiro dominaram os interesses da terra e operavam sobre o traçado, construção e ocupação de novos bairros da cidade. As cidades ocidentais, de modelo capitalista, envolviam algumas características: segregação espacial, privatização da terra e moradia, luta pelo espaço e intervenção reguladora do espaço. Embora sobre a cidade pudesse ocorrer a efetivação do sonho iluminista, a realidade era outra; a cidade tornava-se desigual, corroída pela segregação espacial e sob o avanço da mercantilização da sociedade junto à organização do Estado Moderno. Os conjuntos de edificações passavam a representar a premência deste poder – corte, arquivos, ministérios de finanças, burocracia – no coração da cidade (ROLNIK, 1995, p.47).



FIGURA 11 : Charles Marville, o rio Sena- Pont du Carrousel Vista para Notre Dame , 1853  
The National Gallery of Art USA

A crença oitocentista no progresso transformava o mundo moderno, dentro do qual a cidade desempenhava um papel essencial. O historiador Fernand Braudel (1979, p. 471) examinou o artefato urbano como uma maneira de descerramento ou bloqueio das tendências urbanas a partir de um estudo de sua historicidade, identificando padrões mais ou menos recorrentes para cada período: *as cidades abertas, as fechadas e as dominadas*.

Através da história, inicialmente na Antiguidade, as cidades teriam um caráter aberto, opondo-se ao modelo medieval. Após o século XV, este espaço passa a ser “dominado” por sistemas políticos centralizados que controlam e moldam a sua arquitetura. Nesse ínterim, houve uma mudança no sentido da cidadania com as modernas revoltas, que, no século XIX, culminaria no último modelo urbano: o industrial. Embora aberta fisicamente, a oposição entre o rural e o urbano definem uma nova fronteira, onde a cidade passa a ter adjetivações mais apreciativas diante dos novos padrões de espacialidade, de convivência social e de desenvolvimento humano. Entretanto, foi sobre o último modelo que o pensamento crítico se insurgiu de diversas maneiras, incluindo a perspectiva preservacionista e regionalista, pois a veloz transformação da urbe, no percorrer do século seguinte, ameaçava muitas comunidades

posto que, através da destruição de seus “artefatos”, afetavam a identidade local que funcionava como uma espécie de garantia de pertencimento. Isso se daria, em última instância, como sinaliza Henri Lefebvre em diversas obras, com a transformação do espaço em mercadoria, limitando suas formas de apropriação e causando a destruição das realizações de sociabilidade entre seus cidadãos.

### **2.3.4 A cidade em perspectiva**

Sobre a cidade, no século XX era possível observar confrontações múltiplas que produziam as mais díspares divergências. Desse conjunto de conflitos, as ondas utópicas passam a pensar cidades alternativas, inspiradas, por vezes, em uma visão romântica de mundo, tal como propunha os primeiros defensores da preservação de inúmeras edificações na Inglaterra, no final do século XIX.

As expectativas daqueles que habitam a cidade, moldaram o ambiente para o desenvolvimento das ideias, ao mesmo tempo em que edificações tornavam-se a concretização dos interesses coletivos, crenças e mitos criados pelo discurso da própria sociedade. A partir da leitura das representações coletivas, provindas do imaginário da população, permitia-se o acesso a um campo muito profícuo, no âmbito do cotidiano, cuja integração disciplinar reuni diversos olhares sobre as formas específicas de organização social, do “viver urbano”. Por vezes, a cidade torna-se um “artefato”, “máquina”, “empresa”, “sistema” ou mesmo um “texto”, uma espécie de alegoria onde se expõe em documentos oficiais de diferentes grupos sociais interesses diversos e resistências às determinações de poder. Nesse contexto, despontaram inúmeros grupos que pretendiam desvendar os problemas causados pela industrialização, na medida em que propunham novos referenciais sociais e urbanos.

O próprio movimento que buscava dar ordenamento, alinhamento, recuperação dos espaços públicos e embelezamento dos bairros concebeu parte do pensamento moderno um século mais tarde. Entretanto, a crítica feita à cidade existente observava o quadro urbano com grande apreensão, mesmo quando as transformações econômico-político-sociais eram percebidas majoritariamente de modo positivo.

A idealização dos modernos implicava a ruptura com a cidade existente, buscando razão para construir uma sociedade igualitária. Para Touraine (1994, p.77), a racionalização impunha a destruição dos vínculos sociais, dos sentimentos dos costumes e das crenças chamadas tradicionais. O agente do século XX continuava sendo a razão, afinal “[A] razão não reconhece nenhuma aquisição, faz tábula rasa das crenças e formas de organização social que não descansem sem uma demonstração de tipo científico”. No entanto, a insistência na promoção do homem moderno em busca por um futuro promissor mediado pelo racionalismo e pela industrialização em que a cidade era sua materialização não obteve êxito.

A busca por soluções alternativas, segundo Leonardo Benévolo, decorre das propostas revolucionárias de pensadores do urbanismo, como Saint-Simon e Fourier, quando assinalam a necessidade de diminuir as aglomerações e as grandes cidades (BENEVOLO, op. cit. p. 567). Todavia, a rejeição à cidade existente não acontecia apenas pela proposição de uma cidade nova, e sim pela perplexidade ante o *turbilhão* produzido pelas grandes transformações econômicas, sociais e políticas que conduziam a uma resposta ao inverso: se, para uns, as grandes modificações exigem uma nova cidade; para outros, a expansão urbanística deveria ser esquadrihada nos tempos passados.

A nostalgia pelas relações existentes da cidade precedente à era industrial é representada pela valorização de uma morfologia anterior. A defesa do passado, porém, não decorre de uma eventual valorização das estruturas urbanas herdadas, e sim da negação de elementos constituintes dos novos tempos, sucedidos justamente após grandes mudanças tecnológicas e econômicas que configuravam um novo tempo que necessitou se materializar em novos espaços, exigindo assim a expansão urbana.

Os modernos pensavam a “ordem permanente”, ocupavam-se em descrever a cidade perfeita e julgavam que isto se manteria. No entanto, o projeto positivista, o tecnocentrismo e o racionalismo, associados ao planejamento das cidades, das ordens sociais e absolutas demonstrariam mais tarde que a noção do progresso linear se tornara falível (HARVEY, op. cit. p. 19), levando em conta as mudanças em diversos campos do conhecimento bem como as normas estruturadas pela política, economia e cultura.

Na primeira metade do século XX, embora grupos preservacionistas estivessem se organizando na Europa, a ideia de rompimento com o passado se fortalece transformando o espaço construído. Para CHOAY (2003, p.43), esse processo de esquecimento do passado inaugura novas formas de pensar a urbe, nas quais “preservar na construção das cidades, segundo as normas habituais, seria mais que um erro”. A revisão crítica do urbanismo progressista levou as intervenções a se preocuparem com uma cidade como organismo vivo,

que necessitava ser salubre. Não era plausível a preservação do espaço edificado já que, como afirma Choay, “a cidade não é uma múmia, a ser colocada em um museu. Referenciada a um lugar, a cidade evolui.”

Logo, o processo da urbanização, a qual se iniciou com a Revolução Industrial, colocou grande parte das cidades ocidentais sob ameaça da destruição e da readequação do espaço. Tal prenúncio foi fortalecendo-se a partir das primeiras décadas do século XX, à medida que ocorria a consolidação dos conceitos estruturantes do urbanismo vinculado ao Movimento Moderno<sup>15</sup>. Na maior parte das cidades ocidentais, os conceitos foram transformados em políticas públicas de duas vertentes claras: por um lado, a nova sociedade surgiria de uma nova malha urbana; por outro, as mudanças econômicas e sociais desenhariam a nova cidade democrática e igualitária. Os defensores da forma concebiam desenhos da cidade idealizada, enquanto para os defensores das mudanças estruturais a forma urbana não importava, já que seria adequada à experimentação em uma sociedade socialista. Dessa forma, os conceitos rompiam com a herança recebida e, por vezes, faziam tábula rasa das edificações remanescentes de período históricos caracterizados pelo ecletismo. Essa ruptura acontecia com a forma, com o espaço, com o significado, com a memória: pouco seria o acervo preservado, transformando a cidade histórica em cidade moderna.

Esse seria o ponto de partida para uma análise inicial sobre o planejamento das cidades a partir de um novo quadro teórico e seu encontro às tecnologias modernas, já em desenvolvimento no final do século XIX, e, como os centros urbanos europeus, depois de reconstruídos, forneceram modelos para implantação do urbanismo latino-americano.

No que concerne às cidades que receberam grande contingente de imigrantes, esses projetos estavam influenciados pela idealização, uma espécie de utopia na medida em que buscavam, através do racionalismo, da organização, do modelo geométrico, uma garantia de ordenamento com fins de progresso perene. A idealização sobre o planejamento das cidades permanecia como fio condutor dos administradores após revoluções liberais. A hegemonia comercial e industrial lançou as bases de mudanças da cidade que seguiam por profundas transformações impulsionadas pela revolução da tecnologia industrial.

---

<sup>15</sup> O movimento moderno repercutiu através da busca pelo domínio sobre a metrópole como totalidade, projetado de forma fechada. As táticas e condições variavam de lugar para lugar, mas havia a tendência de uma experiência de produção e planejamento em massa, como meio de lançar um vasto programa de reconstrução e reorganização. Era uma nova versão, rejuvenescida do projeto do Iluminismo para justificar o quadro teórico e as ações propostas por seu grupo de engenheiros, políticos, construtores e empreendedores. Exemplo disto foi o CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – Em 1927, o concurso para a Liga das Nações e a Exposição de Stuttgart demonstraram que um grande número de arquitetos em várias nações da Europa trabalhava com métodos similares e que suas contribuições são, com efeito, compatíveis entre si. Le Corbusier era um dos expoentes desse movimento.



Deve-se lembrar que a Inglaterra, ainda no século XVIII, foi a pioneira na criação de um novo tipo de cidade que se relacionava com a produção de bens em massa. Cabe lembrar que esta revolução teve influência na construção do ambiente urbano, sendo possível devido à grande quantidade de carvão, ao desenvolvimento comercial proporcionado pelo contato que a Inglaterra possuía com o Oceano Atlântico, pela utilização de seus rios como fonte de energia elétrica e, ainda, como meio de transporte. Outros fatores que fomentaram o crescimento industrial inglês foi o rompimento da hierarquia católica estratificada desde a Idade Média, mesmo que ainda a aristocracia tenha continuado influente, houve um cenário ideal para os primeiros inovadores da antiga classe artesã.

Os empreendimentos franqueados por vastas fontes de matéria-prima e novos mercados fora da Europa deram o salto para “o raiar da produção capitalista”, segundo Karl Marx. O capital de empreendimentos imperiais, como o algodão, tabaco e escravos, forneceu boa parte do financiamento necessário para que a ilha desse um salto de cabeça e rompesse as fronteiras do mundo industrial. Nesse ínterim, volta-se a pensar o planejamento da cidade como uma espécie de produto da ação humana em que se confrontam dois modelos: o ideal e o real.

Conforme Argan (1992, p. 73), a representação prefigura a construção da cidade ou sua remodelação, desde os exemplos mais típicos apresentados nos períodos “clássicos” da história da arte e do urbanismo. A elaboração sobre os modelos urbanos foi expressa nos trabalhos dos arquitetos renascentistas no século XV, passando pelas as idealizações iluministas em pleno século XVIII. O desejo de interferir no espaço citadino, sinal estruturante da longa duração, tinha condição relevante já que atendia às exigências econômicas, políticas e sociais. Isso animava a planificação renascentista, e não por acaso, nesse mesmo contexto, começaram a aparecer os primeiros esboços de uma teoria sobre a cidade que passa a concebê-la como expressão da sociedade.

Na esteira do raciocínio de ARGAN (1992, p.74), a cidade ideal era pensada como uma obra de arte. Todavia, revela “sempre existe uma cidade ideal dentro da cidade ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos.”

Aqueles que atuam sobre a materialidade urbana tinham um ponto de referência em comum: a aspiração; entretanto, ao definirem sua projeção, passam a divergir, pois o produto de sua imaginação contém visões de mundo distintas, por vezes incompatíveis. O que seria

uma cidade ideal positivista do século XIX não seria a mesma coisa para um romântico ou um *Fin-de-Siecle*<sup>16</sup>, mesmo circunscritos no mesmo período histórico.

Por vezes, estes arquétipos permanecem velados sob uma forma de discurso, nem sempre conscientes, e são conduzidos por intelectuais em diferentes regiões geográficas e durante determinado tempo. No momento de sua materialização, a cidade ideal torna-se ponto para medir aspectos que ainda não foram implantados e, por isso, devem ser modificados, alterados, diminuídos de acordo com a intenção do grupo que o constrói. Daí, então, surge o antagonismo entre projetos com visões distintas de mundo; na medida em que aquela sociedade vivia o mais paradoxal dos mundos, como nos revele Dickens (1859)

Era a melhor época de todas, e a pior época de todas, era a época da sabedoria e da loucura, era a época da fé, era a época da incredulidade; era a estação das Luzes e a estação da Escuridão; era a Primavera da esperança e o Inverno do desespero; tínhamos tudo a nossa frente e nada a nossa frente; íamos direto para o Céu, e em direção ao oposto do Céu; em suma, estava tão afastada da época atual que algumas das mais proeminentes autoridades mais insistiam em qualificá-la somente no superlativo, como boa ou má. (DICKENS, 2010, p. 3)

Com a cientificidade, desenvolvimento de técnicas construtivas e novas ordens teóricas sobre a sociedade e seu futuro, a premissa “indústria” passou a ser sustentada no século XIX e fortaleceu-se no século seguinte. Os males a que Dickens fazia menção seriam aqueles que provinham da falta de coordenação entre o progresso técnico-científico e a organização da sociedade; em especial a falta de políticas para melhor a qualidade de vida das pessoas decorrente das mudanças econômicas.

### **2.3.5 Cidade Hipermoderna: As mudanças na cidade**

O que ocorreu no final do século XX, durante o surgimento da chamada modernidade tardia ou hipermodernidade, década de 1960, é que as parcelas dos dirigentes políticos e da iniciativa privada mantiveram uma visão de mundo conectada ainda à ideia de expansão urbana, desenvolvimento econômico e industrial, só que, dessa vez, multiplicado em

---

<sup>16</sup> Essa expressão tinha conotação com *Degeneração* ou *Decadência*<sup>16</sup>. Talvez fosse um grupo menos fácil de ser caracterizado, fosse por sua unidade ou pelo ambiente de ceticismo que compunha suas opiniões frente a noção de progresso.

decorrência das novas tecnologias advindas da comunicação, inteligência artificial e materiais construtivos de última geração. Na mesma proporção, desenvolvem-se movimentos contrários a essa expansão exacerbada e fragmentadora. Ainda que nem todos os grupos buscassem elementos constituintes de tempos passados para pensar a cidade do futuro, utilizam-se desses vestígios para lhes dar uma sensação de conforto, de identidade e de pertencimento.

As sociedades ocidentais que ampliavam as cidades contemporâneas, conhecidas como “megalópoles”, caracterizaram-se pelos seguintes aspectos: novas formas de automatização flexível; reestruturações produtivas e eclipse dos Estados Intervencionistas ou arbitrários; declínio do papel dos partidos tradicionais e da esquerda reformista; aparecimento de novos movimentos sociais, ocasionando mudança na vida social das mulheres; reaparecimento da sociedade civil perante o Estado; surgimento de novos tais como o movimento verde, o feminismo, o movimento *gay*, entre outros.

Após a Segunda Guerra Mundial, grande parte dos profissionais da arquitetura e do urbanismo passou a acreditar que das cinzas terríveis das ruínas iriam surgir cidades racionalmente planejadas e projetadas do nada para uma nova civilização, assegurando a felicidade dos sobreviventes. Não foi em vão que houve um aumento considerável de profissionais na área. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o governo estava patrocinando não apenas formas de urbanização, como também pesquisas em profundidade sobre questões habitacionais (RYKWERT, 2004, p. 3). A visão de arquitetura, bem como de urbanização estava em nova etapa e, para tal, havia a crença mais uma vez no futuro da civilização, na retomada do progresso e no caminho da criação de um novo devir, que outrora havia sido maculado pelas guerras e pelas crises.

Por volta da década de 60, essa visão havia mudado consideravelmente. Muitos projetos ficaram abaixo do esperado e parte da população que almejava morar em cidades visionárias acumulava-se em subúrbios realizados com a atitude especulativa do capitalismo ocidental. A racionalidade e a eficiência tão proclamada pelos arquitetos do CIAM<sup>17</sup> passaram a ser questionadas por seus próprios membros, ao passo que sua dissolução aconteceu nos anos seguintes. O modelo de imagem das crenças romanas sobre o mundo, refletido nas plantas em traçado xadrez e racionalizado desde o período iluminista, estava próximo do esgotamento, como é possível de se observar em diversas metrópoles até os dias atuais. Mesmo assim, entre as décadas de 60 e 80, o conjunto de ensinamentos dos cursos e dos projetos não teve maiores alterações em relação ao projeto moderno identificado com o

---

<sup>17</sup> CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)

progresso e a modernismo, tendo influenciado outras cidades do mundo como a Cidade do México, Berlim, Canberra, Brasília, Columbia, Nova Déli e Islamabad (RYKWERT, op.cit, p.42).

Sobre esses modelos de cidade mantiveram-se as idealizações de onde seus projetos recorrem ao respeito pela razão, conhecimento acumulado e o inevitável progresso humano transposto na construção de sua imagem ou em suas edificações. Como o tecido urbano e a imagem são sempre intencionais, deliberados, a cidade nunca é passiva; e, como existe uma constante interação entre a sociedade e esse tecido urbano, sabe-se que os ajustes da cidade são os ajustes da sociedade. Na cidade, abrigam-se contradições, muitas culturas, *ethos*, religiões, classes. A cidade moderna atesta conflitos e contrastes, com diferentes faces, tais como: favelização, falta de segurança pública, difícil acessibilidade e salubridade. Diante desse cenário, a falta de uma imagem coerente e explícita produz uma virtude negativa, um problema ou um defeito, devendo os administradores ocupar-se de legitimar um ponto de convergência.

A atuação das gestões oficiais sobre o planejamento urbano está intrinsicamente envolvida em atividades transformadoras da imagem da cidade, desde a arborização até mesmo a preservação de prédios antigos. A ideia é “ajustar” a imagem, isto é, a visão que o cidadão tem de sua cidade dentro dos parâmetros que a regem, inclusive do mesmo parâmetro, se necessário. Tal colocação evidencia a classe política, bem como os interesses públicos e privados na formatação de um projeto da urbe, que contemple seus símbolos, suas formas de padronização, entre outros elementos que estão velados sob o signo do que se constrói ou se destrói. O espaço da urbe não é algo orgânico, ao contrário, desenvolvem-se mediante tumultos, contradições, frenesis de mecanismo conscientes e inconscientes sobre sua película.

Quanto à imagem da cidade na história, vale lembrar que muitas vezes sua forma era vista como o centro da corrupção, mas, a partir dos reformadores do século XV, os paradigmas sociais analisados serviram como referência para o desejo de uma cidade perfeita, um não-lugar, uma utopia. Nessas condições, a planta, a escolha dos espaços, a projeção do terreno, as regras e disposições da vida nesse espaço são reelaboradas. Entretanto, as conturbações não desapareceram.

Depois da sociedade do período de 1965 a 1973<sup>18</sup>, tornava-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao

---

<sup>18</sup> Referente ao termo pós-industrial, período pós-década de 50, quando houve mudanças substantivas nos campo da ciência, da tecnologia, indústria, do trabalho, a expressão pós-moderno (Jean-François Lyotard) foi deixada

capitalismo, transformando sua ordem. Pode-se traduzir que a economia tinha dificuldades com a rigidez dos investimentos de larga escala e de longo prazo, vide sistemas de produção de massa que impediam a flexibilidade de planejamento de crescimento. Todas as maneiras encontradas de superar esses problemas encontravam uma resistência da classe trabalhadora, o que explica a onda de greves e os problemas trabalhistas na Europa e nos Estados Unidos no período de 1968-1972 (HARVEY, 1996, p.135).

Na busca de um possível símbolo de segurança, o patrimônio histórico incorpora-se diante da constante mudança da cidade, já que a única certeza, segundo ROSSI (2001, p. 25) é a de que “podemos aprender com as cidades do passado”. Com a remodelação das cidades mediante critério de crescimento econômico e de participação do mercado, os agentes tomam suas decisões de acordo com a mesma lógica. A preocupação com o tecido urbano viu-se movida pelas forças do livre mercado e a falta de pertencimento da população em relação às novas edificações, diminuem a possibilidade de vinculá-las à memória.

Assim, a composição urbana é calculada não pela demanda de seus habitantes, mas sim por sua aparência de modo que, seu funcionamento, conduzido por agentes públicos, administradores, políticos, empresários prenuncia a lógica do lucro, poder, prestígio e *status*. Exemplo disso é a emergência da *gentrification* (gentrificação), que trata especificamente do anátema de moradores tradicionais, que pertencem às classes sociais menos favorecidas, de espaços urbanos e que subitamente sofrem uma intervenção urbana (que provoca sua valorização imobiliária (com ou sem auxílio governamental). A etapa seguinte é seguida pela capitalização dos espaços urbanos residenciais e comerciais, isto é, a substituição de lojas independentes por comércio multinacional. A partir de uma estratégia do mercado imobiliário, normalmente aliado a uma política pública de suposta “revitalização” dos centros urbanos, procura-se recuperar o caráter glamouroso da região em questão, de forma a atrair residentes de mais alta renda e recuperar a atividade econômica do local.

Isto intensificou-se com o processo de globalização e das políticas neoliberais, de onde reorganizaram-se os papéis do Estado -década de 1970-, que paulatinamente foi sendo

---

de lado por alguns intelectuais. Os autores lidos, em sua maioria, tecem em suas análises de que a década de 60 inaugura um novo contexto cultural, no qual surgem questões sobre os problemas culturais, políticos, econômicos, tecnológicos. Embora nem todos eles analisem os mesmos quadros, existe uma linha que atravessa suas análises que dá conta do desaparecimento da sociedade como sistema integrado e portador de um sentido geral, definindo em termos de produção, significação e com uma verdade objetiva. As categorias sociais são novas e apresentam-se incertezas culturais. Todos versam sobre as grandes alterações na vida das sociedades modernas ocidentais que denominam de hipermoderno (Gilles Lipovetsky), modernidade líquida (Zygmunt Bauman), alta modernidade (Anthony Giddens), modernidade tardia (Alain Touraine) e modernidade. Não cabe aqui esmiuçar as diferenças entre esses pensamentos, e sim assinalar que eles o fazem sobre as rápidas mudanças do fim do século XX.

adotado pelos governos da América Latina até seu auge na década de 1990. Junto a este diagnóstico desmancha-se os consensos e, a redução do papel do Estado, ocasiona até, um questionamento sobre a soberania da nação o que por certo fortalece as identidades regionais e locais (MEIRA, 2008, p. 2).

Com os sérios problemas no que tange à saturação dos mercados internos e com impulso para criar mercados de exportação, o Ocidente rumou à acumulação flexível de capital que se intensificaria nas décadas seguintes. A emergência do novo ciclo de organização do capitalismo acompanhava uma nova maneira de compreensão do tempo-espaço, bem como a ascensão de novas formas culturais.

Nesse período de tempo, a primazia do aqui-agora instalado nas sociedades democráticas ocidentais poderia ser compreendida como uma modernidade de novo gênero com um corpo que continha a comunicação de massa, o surto de individualização e hedonismo, a perda de fé nas grandes transformações políticas e a rápida expansão de consumo – esse novo momento a que Lipovetsky chama de Hipermodernidade (LIPOVETSKY, 1990, p. 98) seria a segunda modernidade agora em uma potência superlativa acompanhada de desregulamentação desenfreada, de ímpeto técnico-científico e de uma “fuga para adiante”, cujos efeitos são tão carregados de perigos, quanto de promessas.

Até então na primeira modernidade, o espírito de tradição perdurava nos grupos sociais tendo o ideal de nação como legitimador do sacrifício supremo dos indivíduos, e o Estado o administrador das esferas econômicas. A partir da década de 70, o Estado recua, a privatização avança até mesmo em esferas mais restritas, como a família e as religiões, e soma-se a isso o culto da concorrência econômica, da ambição técnica e dos direitos do indivíduo consumidor.

Este período garante o que pode se chamar de a “consagração do presente”. Dentre as características que envolvem esses novos tempos estão a passagem do capitalismo de produção para uma economia de subsistência e a substituição da rigidez disciplinar da sociedade por uma sociedade completada pelo efêmero, da renovação permanente. O universo do consumo e da comunicação de massa aparece como um sonho jubiloso e inerente a ele, configurando-se como uma novidade e tentação de organização do presente (CHARLES, 2006, p. 144).

As eras em que o homem preocupava-se com o futuro foram sendo substituídas pelo êxtase presenteísta em que a ação das coletividades é modificada pelas felicidades privadas. Com elas, surge a cultura hedonista que implica a satisfação imediata das necessidades: consumir sem esperar, divertir-se, não renunciar a nada. Os dispositivos do consumismo e da

moda generalizada ajudaram a derrotar o legado político-ideológico da modernidade. Esse novo quadro foi fortalecido por um período de expansão inédita de renda e qualidade de vida, sobretudo no ocidente europeu e nos Estados Unidos. Além disso, o estado do bem-estar social; a mitologia do consumo; a contracultura; a emancipação dos costumes e outros fenômenos removeram o sentido trágico de futuro por um novo *Zeitgeist*, um viver aqui-agora que simulava a contestação para transformar-se em consumismo. Quando o presenteísmo da segunda geração, ou a segunda modernidade como prefere Lipovetsky, eclode nos anos 80 e 90, a revolução da informática e a globalização neoliberal dão lógica à brevidade comprimindo o “espaço-tempo”, desvalorizando as formas de espera e lentidão, pondo em cheque as visões estatais, contraindo tudo a uma lógica urgentista e impondo a “concorrência temporal” do *just in time* no cotidiano da civilização ocidental. A tecnologia é utilizada para estruturar a simulação ou colocar o passado na lógica do comerciável.

Sob o tripé, mercado, eficiência técnica e indivíduo, o mundo Ocidental é reorganizado. Ele se apresenta sob o signo do excesso, da fartura de mercadorias e de seus locais de distribuição, que, antes profanos, tornam-se sagrados e abundantes; exacerbam os hipermercados e os *shoppings centers*, cada vez maiores dentro da vida urbana, mais e mais aglomerada, superpovoada, asfixiada e que dirige seus meios eletrônicos cada vez mais para a vigilância e identificação dos cidadãos em uma nova tática de disciplina totalitária. A velocidade dá o tom da vida cotidiana em virtude do instantâneo, e a Internet potencializa o corpo do “sem-limites”, do frenesi consumista, em que se delineiam tendências contraditórias.

O sujeito, internalizado pelo individualismo persegue a maximização de seus ganhos em boa parte das esferas da vida, ao mesmo tempo em que sofre das novas formas de regulação social de comportamento constituída em patologias, distúrbios e excessos. É produzido um movimento de ordem e desordem, independência e dependência subjetiva, moderação e imoderação. Como sugere LIPOVETSKY (1990, p 12), “[N]ão se trata de ir para a pós-modernidade, mas sim de modernizar a modernidade, racionalizando a racionalização”, o que advém sobre a diminuição dos regimes protecionistas, colocando em prática o ativismo gerencial, a exaltação da mudança, a adaptação e a flexibilização de um horizonte de esperanças, porém sempre por um imperativo de eficiência e pela necessidade de sobrevivência.

Dessa maneira, a *condição pós-moderna*, definida pelo esgotamento das doutrinas emancipatórias e pela ascensão de um tipo de legitimação centrada na eficiência, faz-se acompanhar do predomínio do aqui-agora. O fracasso das visões triunfalistas do futuro e das “metanarrativas” não foram apenas o resultado das catástrofes da modernidade político-

econômica, mas tiveram efeito causado pela remodelação das mentalidades que oferecia novas perspectivas para as existências.

No campo cultural, a reformulação do passado mediante a lógica moderna de mercado transforma-o de obstáculo para culto de uma sociedade ambivalente (BAUMAN, 1991, p. 23). O impacto da racionalidade instrumental, analisado anteriormente, multiplicou as alterações em diversas áreas, dentre elas patrimônio histórico cultural. O homem à deriva do instantâneo, do agora, da consumação e do efêmero busca a identidade, a preservação de símbolos e da memória para conferir segurança diante do incerto, embora suas representações passem a ser enquadradas na lógica do mercado. Entretanto, o patrimônio edificado também é parte integrante das identidades regionais que, a partir da memória coletiva, resiste à diversidade das modificações do mundo Ocidental: apreciado, de maneira consciente ou inconsciente, ele é uma representação tangível da sociedade que ali vive e de suas inspirações.

### **2.3.6 Cidade hipermoderna e patrimônio americano**

Frente ao conjunto de práticas do homem ocidental do final do século XX, é possível identificar uma certa contrariedade: a velocidade com que ocorreram as transformações no meio técnico, científico, indústria e cultural pode estar relacionada aos comportamentos cada vez mais recorrentes de identificação com o passado ou da busca pelo novo. Dentre eles, o fetichismo se estabelece como um sintoma e avança sobre o campo do patrimônio edificado. Tentar explicá-lo conjuntamente ao acúmulo de bens patrimoniais ou contrariamente, nas propostas de superar este conjunto de objetos pode ser um ensaio sobre a persistência da afirmação da personalidade cultural do Ocidente, se é que um dia isso ocorreu. Algumas nações têm preocupações com seu capital cultural, advindo do processo de composição colonial, como é o caso de vários países na América. Entretanto, existem relativamente novas investidas, cujo capital arquitetônico e edificado ainda está em fase de apreensão, disputado entre seu valor de troca *versus* seu valor de uso, como no caso de cidades formadas no final do século XIX. Estas, nas últimas décadas, têm debatido intensamente a preservação de seus cascos históricos.

Diante disso, países como Brasil e Argentina contêm em suas narrativas alguns destes elementos passíveis de análises. Talvez isso se justifique devido à proximidade que os países tiveram diante de sua formação nacional: além de serem duas sociedades próximas no espaço, seus processos históricos também se desenvolveram no mesmo quadro temporal, o que as faz



cumprir perfeitamente dois requisitos exigidos por MARC BLOCH (In. BARROS, 2014, p.48). Além disso, apesar da disparidade de dimensões territoriais, este fator se reduz ao medir-se o espaço efetivamente ocupado durante o final do século XIX, em que as estruturas dos dois Estados, tem no seu modelo institucional, incrementos populacionais imigratórios, construção política populista, transições econômicas pós-guerra, transições democráticas e influência macroeconômica neoliberal. Contudo, suas respectivas economias possibilitaram uma proximidade no espaço e no tempo na medida em que passaram por processos de origens comuns o que sem dúvida pode ser discriminado em suas respectivas especificidades.

Certos fenômenos possuem determinada singularidade uma vez que se encontram interligados como no caso brasileiro e argentino e em especial algumas de suas cidades que tiveram sua evolução urbana em ascensão durante o século XX e que nas últimas décadas, frente às transformações globalizantes, tornam-se representações de resistência.

A velocidade e o fugidio tornaram-se poderosos adjetivos nos últimos dois séculos. O alcance das transformações cotidianas junto àquelas de escala capitalista-produtiva moldou a mentalidade do ser humano contemporâneo pois fez com que este mantivesse intacta sua concepção tradicional de progresso, exaltando um passado como período que prefigurava a extensa gama de modernizações nas mais diferentes áreas do conhecimento humanos. Nesse sentido, o último século foi um acúmulo de experiências que acabam por produzir a realização completo em escala mundial da felicidade humana vista através da esfera da tecnologia e do acumulo financeiro. Nesse caso, o modelo da sociedade atual é a continuação, em escala relativamente maior, daquele progresso inicial; e a cidade, como construto, serve de testemunho dessa hipotética evolução, na qual o ser humano exhibe-se em uma espécie de espelho refletor de toda produção material que derivou de amplas melhorias das técnicas e mecânicas durante o século XIX e XX.

Retorna-se à cidade como objeto de representação, onde um olhar acurado nota que muitas dessas asseverações tais como, tecnologia, capitais, velocidade, produtividade, se relacionam ao mundo dos últimos dois séculos, podem auxiliar em uma leitura distinta, sobretudo, no que pouco foi dito sobre a falibilidade deste projeto conhecido por modernidade. Os projetos das cidades nos continentes americanos fazem parte deste contexto sobre o qual é possível desvelar uma série de discursos, movimentos de resistências e interdições. Aqueles que se encontram na cidade transformam-na em uma fonte de onde podem ser lidas incompletudes, incoerências, contradições das ações humanas. Perpassam sobre a urbe os medos e a busca por descanso, afirmação de alteridade ou ainda a aceleração das transformações com vistas a aumentar ainda mais os efeitos da modernidade.

Em especial no final do século XX, foi possível medir um momento distinto da história, de onde o fugidio se manteve, paradoxalmente, com as turbulências do mundo hipermoderno que contavam com a soma de inúmeras tecnologias criando um novo tipo de sociedade: a da informação. A informação não foi o único tipo de modelo a ser alterado, pois as organizações sociais também tiveram avanços tecnológicos que impuseram uma escala de eventos que acabaram gerando, segundo Castells (2000, p. 25), um determinismo tecnológico, no qual a descoberta científica, as inovações tecnológicas e as aplicações sociais dependiam de um complexo padrão de interação. Foi através dessa rede que se manteve a ideia de incessante desenvolvimento das sociedades ocidentais, pois não era suficiente desenvolver-se apenas tecnológica e industrialmente, mas tratar de organizar um mundo sem fronteiras para o capital, onde ciberespaço se impõe, e o antigo *ethos* é retocado, reforçando através do ciberespaço o modelo único de normas, valores e objetos. Para LIPOVETSKY (2011.p.9) a Cultura-mundo

[D]issemina-se em todo o globo a cultura da tecnociência, do mercado, do indivíduo, das mídias, do consumo; e, com ela, uma infinidade de novos problemas que põem em jogo questões não só globais (ecologia, imigração, crise econômica, miséria do terceiro mundo, terrorismo) mas também existências (crenças, crise dos sentidos, distúrbios de personalidade, identidade)

Nessa mesma “cultura-mundo”, exaspera-se o poder da representação através da imagem, em especial aquela que reverbera nas redes de informação. Através dessa rede, lembrar o passado de maneira nostálgica é olhar a destruição física da arquitetura como um sacrifício necessário para a “evolução social”, trazida pela redenção tecnológica levando a um tipo de relação entre o real e o virtual onde ambos coexistem e, em alguns casos, o último passa a substituir o primeiro. De igual maneira, subsiste uma resistência, tal como em outros momentos históricos, a esta mundialização, onde seus críticos utilizam as mesmas ferramentas da era da informática para revelarem as contradições sociais desta mesma cultura-mundo.

As projeções sobre futuro e tecnologia nunca foram algo novo, apenas a sua concretização. Sobretudo quando se pensa em espaço urbano do mundo ocidental durante todo o século, os projetistas, arquitetos e engenheiros se propuseram a mudar constantemente este espaço e, evidentemente que, nessa tentativa, acabaram causando o caos urbanos, dois mundos opostos. Cidades inteiras, onde se projetava um arquétipo da *Metrópolis*, de Fritz Lang<sup>19</sup>, ficaram reféns de sua própria criação, em que partes de seus habitantes buscaram

---

<sup>19</sup> Metropolis (Alemanha, 1927), de Fritz Lang, é um filme de grande importância por sua representação da cidade e das relações de poder que nela se estabelecem. Nele estão representadas através do gigantismo das suas

questionar modelos, comportamentos, referências assim como identificar permanências como forma de manterem-se isentos dos problemas causados pela superficialidade contemporânea.

O painel que estas grandes cidades Ocidentais demonstram ainda é o do crédito em soluções fáceis e rápidas diante de uma intermitente onda de anomia social, pois ainda se manteve a idolatria na máquina e na ciência como espécie de redentora dos problemas urbanos. Nesse contexto em que rapidamente se decompõe o interesse público frente ao privado, gradualmente parte do grupo social investe em projetos que salvaguardam interesses particulares em detrimentos dos públicos, utilizando-se inclusive do poder político para garantir estes privilégios. Entretanto, muitas cidades de porte técnico-industrial não tinham o mesmo alcance de tais megalópoles durante o transcorrer do século XX.

Na realidade, muitas são consideradas cidades novas, frutos de arranjos políticos *do Fin-de-siecle* XIX ocidental e que passaram por um tipo de limbo indenitário, pois não detinham até então de elementos tradicionais, tais como as cidades históricas, fonte fomentadora de identidade nacional, ou quaisquer vínculos com a tradicional concepção de nação; tampouco detinham tecnologias suficientes para serem tomadas como exemplo de eficiência e organização representadas em grandes projetos de arquitetura moderna, traduzido pela palavra “Metrópole”. Pode-se inferir que são espécies de cidades híbridas (CANCLINI, 1997. p.292), culturas híbridas, poderes oblíquos. que possuem em seus vestígios dois enigmas que fizeram parte de seu desenvolvimento: o primeiro, citado anteriormente, tem relação com a pouca força de representação tradicional; por tratar-se de cidade nova e creditada a ser uma cidade em perspectiva, ainda formava seu capital simbólico junto ao desenvolvimento capitalista, industrial e urbano, restringindo-se ao fator *Devir*. O segundo elemento decorre do primeiro, pois a cidade híbrida se constrói na busca idealizada de *vir-a-ser* uma cidade do futuro, objetivando evoluir buscando sua autorrealização, libertação e afirmação; o problema: não era uma cidade tradicional, mas tão pouco uma cidade moderna.

Poderíamos, nesse aspecto, aventar que a cidade estava em busca de sua afirmação dentro da escala tecnológica do mundo ocidental e, portanto, a velocidade, as tecnologias eram indispensáveis como elementos constituidores de sua projeção. Após a Segunda Grande Guerra e, em especial, no último quarto do século XX, se constrói um tipo de imagem em que a urbe representa uma escala evolutiva, numa espécie de linearidade contínua que traria o progresso como forma de redenção após longos caminhos tortuosos dos grupos sociais que a dominaram. Por vezes, essa aparência, se embaralhada às questões de afirmações étnicas

---

construções e das engrenagens mecânicas que as sustentam, a ideia que remete claramente para um futuro, ainda indefinido, porém com nuances da distopia.

como ingrediente progressista e sua representação, incide especialmente em documentos oficiais relativos a datas comemorativas.

O modelo “história das cidades” são antigas e durante muito tempo eram feitas através de uma encomenda especial que tivesse vínculo ao uma data comemorativa. A ideia deste primeiro tipo de cidade sempre foi organizar uma série de fatos e organizá-los cronologicamente, dotando-o de um período de origens, junto ao acontecimento fundador que seria ligado ao um povo fundador. Como uma linha cronológica que dá um tom desenvolvimentista e progressista funde-se a ideia de evolução na medida em que os poderes locais se apropriam destas ideias para marcar seus próprios governos, o que dá simplesmente torna esta história um mesmo modelo tradicional da história política.

Um exemplo recorrente para demarcar esta dimensão simbólica são os álbuns de aniversários das cidades novas que promovem construção e legitimação de imaginários caracterizados pelas formas que a cidade possui em diferentes períodos de sua história. A relação entre o imaginário e a memória coletiva durante as celebrações pode ser determinada por elementos produzidos durante uma comemoração (materiais e imateriais) contribuindo para legitimar determinada visão da sociedade, harmonizando experiências e emoções recíprocos nos indivíduos que participam dos festejos provendo suportes que servem para auferir um corpo coletivo e estabelecem na história o progresso da urbe.

Desta maneira o modelo “história das cidades” sempre se apresentam em álbuns e documentos comemorativos. Estas cidades são antigas e durante muito tempo eram feitas através de uma consignação específica que tivesse vínculo ao uma data comemorativa. A ideia deste tipo de cidade sempre foi organizar uma série de fatos e organizá-los cronologicamente, dotando-o de um período de origens, junto ao acontecimento fundador que seria ligado ao um povo fundador. Como uma linha cronológica que dá um tom desenvolvimentista e progressista funde-se a ideia de evolução na medida em que os poderes locais se apropriam destas ideias para marcar seus próprios governos, o que dá simplesmente torna esta história um mesmo modelo tradicional da história política.

Estes exemplos talvez não se apliquem as questões europeias que por conhecidas razões são cidades que dispõe de elementos culturais antigos, bem como projetos modernos pós-revoluções burgueses. Tratando-se do caso da América isto pode ser um tanto distinto. Não se trata de tentar realizar uma lista de países que possuem estes tipos de cidades para serem enquadradas em uma espécie de hibridismos, o que possivelmente não se relacione com grande parte delas. Contudo, alguns casos são mais conhecidos, pois mesmo que industrializadas estas cidades seguiram em diferentes ritmos buscando a modernização,

procuraram referendar-se através de sua evolução tecnicista e desenvolvimentista durante o século XX, tiveram sua concepção ligadas a planos políticos propostos por seus Estados, além de inspirarem seus projetos em modelo urbanos contemporâneos e na busca por incessante imagem modernizadora.

Além dos álbuns surgem um processo análogo que destaca paradoxalmente a decomposição das mesmas cidades. Ante de um processo de esvaziamento dos vestígios edificados das destas novas urbes que foram criadas no final do século insurgem-se grupos preservacionistas que passam a criar inventários na tentativa de salvaguardar os vestígios históricos. O inventário sempre foi instrumento para a preservação dos bens culturais, pois existiu a necessidade cada vez mais ampliada de conhecer e reconhecer os bens culturais e seu acréscimo sobre as questões simbólicas. O que se verifica é de que forma a legislação tem sido modificada na tentativa de alterar o processo metodológico destas declarações de edificações, que pode sofrer alterações quanto a forma de reconhecimento patrimonial. O que inicialmente pode ser uma arma na manutenção de salvaguarda do patrimônio, pode se tornar um artifício para uma política legitimadora do esquecimento. Desta forma, a medida em que se amplia a percepção sobre o patrimônio se amplia também importância dos inventários.

De forma análoga à materialidade das cidades e aos seus inventários ocorre um outro tipo de cidade invisível que expressa em seu texto uma diversidade de tramas, envolvendo o esquecimento de parte do passado ou a retenção de memórias que através das experiências urbanas servem de elixires tranquilizadores pela angústia também produzida por esta mesma urbanidade.

O que dá suporte as novas cidades foi o estabelecimento de fazer parte de um tipo novo de civilização, de maneira que prevalecia a portabilidade de um novo urbano. Como lembra Pesavento (2007, p. 11) pertencer a estas cidades implicou viver em um reduto, no qual havia uma recriação constante de outras cidades, fosse através de rituais, por códigos ou pelas práticas cotidianas.

### **2.3.7 Patrimônio na cidade de La Plata e Caxias do Sul**

No caso do conjunto de cidades modernas organizadas em períodos políticos próximos, imaginadas através dos álbuns comemorativas e reinterpretadas através dos movimentos preservacionistas, em especial, da produção de inventários patrimoniais, pode discorrer que as cidades de Caxias do Sul, no Brasil e La Plata, na Argentina, fazem parte de

movimentos análogos, embora não se compreenda ainda sua extensão em especial são próximas e podem ser analisadas comparativamente: Caxias do Sul e La Plata.

Estas cidades possuem certas particularidades dentro do seu próprio tempo e alguns detalhes, nem sempre observados que deslegitimam a linha evolucionista da história tradicional. Um exemplo disto são as inúmeras edições de álbuns comemorativos, geralmente ligados ao aniversário da cidade onde por vezes infantilizasse a cidade-passado como uma espécie de criatura incompleta que ainda *em vias de*, ou como em outra expressão o *Devir* busca tornar-se desenvolvida.

A inclusão em determinado desenvolvimento industrial, portar uma serie de produções de mercado, representar uma diversidade de tecnologias; estas seriam algumas das características da cidade em seu “momento adulto” comemorados em seu centenário. Como adverte PESAVENTO, (2007, p.13) o crasso equívoco é pensá-las como se em todos os momentos de sua existência houvesse este *roll* de premissas e que isto estivesse aplicado a todos cidades ocidentais que serviriam de exemplo aos demais núcleos urbanos. Mais ameaçador é dar crédito a este anacronismo, pois se oferece uma representação do passado urbano de acordo com uma expectativa presenteísta e, paralelamente, utilizasse esta invenção como elemento apaziguador dos conflitos da cidade do presente. Abre-se um novo campo de leitura destas cidades que, sem dúvida embocam posição em relação ao futuro pensado de maneira e criar ou destruí sua forma de passado.

La Plata e Caxias do Sul possuem seus espaços constituídos em países que organizaram sua política republicana nos últimos 150 anos, e conseqüentemente, é inevitável deixar de pensa-las como fenômenos da urbanização ligados ao processo de crescente industrialização, acumulação do capital e formação da força de trabalho. Sobre elas também se organizou o processo de dominação e subordinação entre as classes sociais e, nelas ocorreram os conflitos das relações de classe. Seus espaços urbanísticos foram pensados de acordo com o poder estatal, organizador do território que passaria por transformações cada vez mais velozes a partir do século XIX. Muitos destes indícios funcionavam como subsídios importantes para acreditar que a cidade estaria em processo de “desenvolvimento”.

Este conjunto de eventos foi representado nos espaços cotidianos de ambas cidades, de onde se refletem determinados tipos de conduta para aprovação do o mundo como moderno. Nos álbuns em princípio, se projetou um horizonte de expectativas<sup>20</sup> em sua realização

---

<sup>20</sup> KOSSELECK, 2006, p. 57.

material significando a crescente necessidade de modernização em escala próxima aos grandes centros.

Desta maneira os centros urbanos de Caxias e La Plata são primeiramente, conjuntos de diferentes usos da terra justapostos entre si. A utilização de suas áreas é definida inicialmente como centro da cidade, áreas comerciais, de serviço e gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma ou conteúdo, já que estamos falando de cidade modernas e capitalistas; outros tipos de áreas ligadas ao um conteúdo social, de lazer e também para futura expansão. Esta aceção de espaço urbano de um conjunto social e cultural cultuado também pode ser notado como um espaço que parece nascer homogêneo, porem torna-se fragmentado.

Assim, La Plata e Caxias do Sul, dois espaços geograficamente distintos, porém sob mesmo espaço temporal tiveram sobre si modelos discursivos semelhantes: por um lado a representação moderna conferida pelos documentos oficiais produzidos para seus respectivos centenários e por outros inventários em períodos temporais próximos que revelam outro discurso oficial, o da fragmentação de sua morfologia urbana. As modificações socioculturais e econômicas que tornaram-se globais fizeram com que os espaços, apesar de distantes, convivessem com mudanças urbanas semelhantes? De que maneira o patrimônio foi inserido neste campo e de que forma lhe conferiram poder? Quem realmente pode usufruir deste tipo de patrimônio?

### 3. O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

*O verdadeiro problema hoje é continuarmos a produzir meios urbanos diferentes sob pena de perder, desta vez, não nossa identidade cultural, mas nossa identidade humana cuja diversidade de culturas é indissociável condição para tal.*  
(Françoise Choay)

Este capítulo versa sobre a constituição do campo relativo ao Patrimônio Histórico mais especificamente a partir do século XIX. Analisa de que forma ele configurou-se no continente Europeu e quais movimentos influenciaram o caso brasileiro e argentino, desde a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Sítios até a política desenvolvida no último quartel do século XX. A industrialização e a modernização urbana tiveram intenso desenvolvimento no último século, gerando mudanças cada vez mais velozes que contribuíram na formação de organizações preservacionistas. A busca pela preservação das memórias coletivas no final do século XX estruturou-se como maneira de resistir à fragmentação das cidades e de seus modelos de gestão, que privilegiam a funcionalidade arquitetônica e a especulação imobiliária em detrimento dos vestígios de como a cidade foi imaginada em momentos históricos distintos. Para compreender como o patrimônio edificado regional passou a ser considerado passível de preservação, é necessário analisar as ações da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Sítios e o surgimento dos grupos locais que estabeleceriam ações preservacionistas como resistências frente à transformação da urbe e das identidades nas sociedades ocidentais.

#### 3.1. O PATRIMÔNIO EDIFICADO EM TEMPOS MODERNOS

O tema da preservação de elementos edificados apresenta-se de forma isolada desde o século XV. Sua conduta era realizada por segmentos da sociedade e incidiram preferencialmente em dois países. Na França do século XVIII, surgiram algumas iniciativas preservacionistas, segundo os estudos de Chastel e Babelon (CHASTEL; BABELON, In: FONSECA, 2005, p. 21), que perpassavam pela ideia de preservar algumas edificações que assumiram identificação com a fisionomia da cidade. Por outro lado, na Inglaterra do mesmo período, a



sociedade de antiquários assumiu a função de conservar determinados objetos frente ao vandalismo reformista, que destruiu igrejas e, sobretudo, imagens.

Entretanto, o projeto de conservação com estatuto institucional e disciplina construtiva caracterizado como patrimônios históricos e artísticos foi uma prática característica dos Estados Modernos que, a partir de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público, denominado por vezes de Nacional. Nesse sentido, as políticas de preservação propunham-se a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva. Diante dessa prerrogativa, os discursos que costumam justificar a constituição dos patrimônios desenvolveram-se e produziram novas políticas públicas de preservação, sendo o passado percebido como herança coletiva que, segundo LOWENTHAL, (1998, p.7) dava “validade e intensificava o interesse por salvar relíquias e restaurar monumentos como emblema da identidade, da continuidade e das aspirações comunitárias.”

Após o período da Iluminismo que áreas da história, arte e patrimônio tiveram seu momento de afirmação, e os estilos passaram a designar características particulares, institucionalizando definitivamente a atividade de preservação como ação do Estado, como demonstra a história da preservação na França quando o historiador Guizot propôs a criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos no ano de 1830 (CHOAY, 2001, p. 128).

De qualquer modo, ações preservacionistas fortaleceram-se após a instauração de um novo Estado com a Revolução Francesa em 1789. A noção de patrimônio inseriu-se em um projeto mais denso de construção de identidade nacional que servia para a consolidação dos Estados e Nações Modernas. Entretanto, desde seu aparecimento, a preservação já era empregada de forma bastante ambígua. Entre o discurso e a prática ocorrida em solo francês, por exemplo, uma série de edificações foram destruídas, acompanhando o *Terror* pós Revolução Francesa, uma vez que os comitês revolucionários aprovavam a intensa campanha de mitigação de quaisquer símbolos do *Ancien Regime*.

Ainda assim, existia certo limite para o “poder simbólico” dos patrimônios, visto que, por um lado, a política de interesses era sempre conduzida por intelectuais com certo grau de especialização em determinadas áreas do saber (arte, história, arquitetura, arqueologia, antropologia); e, por outro, deveria ser composta por usuários com domínio desses códigos. Segundo FONSECA (2005, p.44) para legitimar o patrimônio, era necessária uma base de valores culturais atribuídos a partir de critérios formulados por essas disciplinas.

O modelo de preservação patrimonial fornecido pela Revolução Francesa servia o propósito de constituir os Estados Nacionais e delimitar as singularidades culturais. Passado pouco mais de meio século, foram conferidas novas significações a preservação, em função do crescimento urbano, da ruptura no modo de produzir e do viver artesanal. Havia movimentos intelectuais que, acusando a falibilidade da modernização e as mazelas produzidas pela industrialização, reforçavam a ideia da recuperação do passado, privilegiando valores da sensibilidade e o lugar do sujeito na percepção do mundo.

Na Inglaterra, a compreensão sobre o passado era de que ele servia de fonte de conhecimento e de modelos, como o do Renascimento ou o medievalismo; para não ser tornar uma época perdida, era necessário revivê-lo por meio da memória afetiva e da sensibilidade estética. O sentimento da reverência foi substituído pela nostalgia em que a obsessão pelas origens supria os movimentos nacionais, criando distinções sobre os passados nacionais remotos no continente europeu. Com isso, novas passagens foram apontadas para os movimentos de preservação do patrimônio que incluiriam a história da arte e a própria constituição da historiografia moderna.

Com a industrialização, o espaço construído teve sua lógica alterada de maneira que as diferentes formas de resistência à modernização desenfreada construíram-se sobre as narrativas utópicas às quais faziam referência.

Tal como notava BAUDELAIRE (1986, p.130) ao utilizar a expressão “moderno”, fazia referência a Modernidade como “o efêmero, o contingente, a metade da arte cuja outra metade é eterna e imutável.” Partilhando de semelhantes críticas ao mundo moderno, Ruskin e Morris, usavam preservação e valorização do passado como um caminho indissociável para uma comunidade baseada em princípios solidários. O “mundo de dantes” fazia parte do arquétipo da organização coletiva que reagia ao individualismo liberal, uma vez que, no pensamento político, permanece o duplo movimento de carregar o passado como um peso e de, ao chorar sua perda, suspirar pelo seu retorno (CHOAY, 1979, p. 239-240).

No século XIX, as especificidades utópicas dialogavam com a rápida desaparecimento dos traços da cidade e de uma reformulação da preservação do patrimônio, inseridos na redescoberta do passado e de supostas origens. Esse contexto se ancorava na Revolução Industrial e, sobretudo, na organização urbana pensada pelas comunidades de socialistas utópicos que, segundo Raymond Williams (1990, p.12), mostrava que a aglomeração da cidade podia ser notada pela perda dos sentimentos humanos comuns até o acúmulo de uma forma poderosa, irracional e explosiva da técnica.

Nesse sentido, autores que analisavam a cidade moderna assinalavam como uma comunidade perdida. O próprio William Morris<sup>21</sup> protesta o que, de certa forma, o aproxima do movimento romântico quando passa a defender valores e capacidades humanas ameaçadas, e lutar para salvar esse modo de vida específico, sua visão crítica o faz simpatizar com os despossuídos e com suas necessidades, advogando em nome da volta de um passado específico.

Assim, os românticos criticavam com muita veemência o realismo do presente. Isso permite que o grupo possa ser tachado simultaneamente de revolucionário e contrarrevolucionário; cosmopolita e nacionalista; individualista e comunitário; retrógrado e utópico; republicano e monarquista; democrático e aristocrático, abrangendo correntes artísticas, pensadores políticos e reformadores sociais (LÖVY, SAYRE, 1995, p. 261-280). Além das críticas tecidas sobre a industrialização por consequência da destruição da cidade para implantação de novos modelos modernos, tanto na Inglaterra como na França os propósitos ligados aos primórdios adquiriram novas acepções.

Contudo, a preservação ou destruição de conjuntos edificados nos centros prosseguiram como fenômenos paralelos, evidenciando o conflito de ideias estabelecidas ao longo dos anos, que versou sobre a cidade a partir da generalização do processo de urbanização no mundo. Diante de uma nova relação espaço-tempo, característica que se manterá até o final do século XX, seguiria a tentativa de análise que define este momento como a afirmação-negação do espaço como elemento explicativo do mundo moderno, ao mesmo tempo em que se utilizaria da preservação como garantidora de identidade na urbe autofágica.

### **3.1.1 O patrimônio urbano no século XIX**

Se a cidade enquanto construção humana contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro se constrói nas tramas do presente, o patrimônio evidencia muitas vezes a impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento em que se organiza seus referenciais indentityários.

Quando, no século XIX, havia o fortalecimento da ideia de preservação, ocorria uma rápida ascensão da modernidade que se apresentou de várias maneiras. No campo da

---

<sup>21</sup> William Morris nasceu em 24 de março de 1834 na Inglaterra. Foi poeta, romancista, decorador, artesão, pintor, arquiteto, designer e ativista político. Criou a oficina de artes decorativas Trabalhadores Artistas, que produzia artesanalmente móveis e objetos. Em 1887, participou da Fundação Para a Proteção dos Edifícios Antigos. Na década de 1880, tornou-se ativo militante político e em 1884 criou, com amigos, a Liga Socialista.

arquitetura, buscou livrar-se de estilo ou ornamento, tal como na França onde o burguês esclarecido Haussmann<sup>22</sup>, em seu projeto de reforma de Paris, destruiu parte das construções medievais existentes e conservou outras edificações que, segundo as autoridades reforçavam, estavam fadadas à demolição. Para atualizar a malha da cidade, já que muitos, embora defendessem a preservação do passado, concordavam em uma modernização das cidades antigas, foi realizado um inventário detalhista quanto aos monumentos que poderiam ser demolidos, visto que os antigos quarteirões eram “empecilhos” à salubridade, ao trânsito e ao trabalho, ficando alguns monumentos do passado como exemplo do que não seria necessário para uma sociedade futura.

Mesmo que o efeito moderno tenha traumatizado os românticos com suas reformas incessantes, havia certa convergência de que algumas edificações não eram consideradas patrimônio, tão pouco passível de preservação. Em parte, isso ocorria por que não consistia valor gravado em modelo específico de objeto urbano, tornando-se símbolo para referenciar datas ou momentos escolhidos (CHOAY, 2001, p. 116), uma característica que será readequada aos debates sobre preservação no final do século XX.

Assim, a noção de patrimônio que levava em conta um aglomerado de edificações e a malha urbana como objeto de preservação principiado na Grã-Bretanha, com John Ruskin, ampliou-se para outras modalidades, haja vista que a cidade possuía o estilo de revelar o sentido da vida humana em todas as dimensões, seja na acumulação de tempo, por um lado seja na possibilidade de realização da vida, por outro. No patrimônio, a cidade poderia se realizar também ligando possível, a um projeto voltado para o futuro.

A perspectiva de colocar a cidade como um objeto histórico teve seu reconhecimento tardio em virtude de uma rede complexa de relações que se estenderam durante os dois séculos; além disso, deve-se ter em conta a elaboração das zonas semânticas próprias que fizeram com que as comunidades rememorassem e recordassem acontecimentos de maneiras distintas. Isso, significa que a preservação do patrimônio, até o final do século XIX e início do XX, nem sempre teve o mesmo significado, embora a mentalidade de longa duração identificava a cidade a um nome restrito ou a uma história pessoal. Até o período de constituição da preservação histórica institucionalizada, havia uma preocupação de captar ou apreender algum objeto por meio da qual destacavam-se símbolos e monumentos, ficando a cidade em um contexto jurídico, político ou religioso. A própria história da arquitetura por

---

<sup>22</sup> Georges-Eugène Haussmann foi o grande remodelador de Paris, cuidando do planejamento da cidade, durante 17 anos, com a colaboração de arquitetos e engenheiros renomados de Paris na época.

vezes parecia ignorar a cidade, buscando apenas objetos metafóricos que poderiam evocar um passado (LE GOFF, 1998, p.143).

A partir da fase em que ocorre um maior domínio patrimonial, na Inglaterra, promovendo uma reavaliação da arquitetura industrial, surge uma nova noção de monumentos, patrimônio e práticas de conservação que extravasaram os limites da Europa. O domínio patrimonial passou a compreender aglomerações de edificações, casas, bairros, aldeias e, mais adiante, cidades inteiras. O conseqüente aprofundamento da revolução industrial possibilitou que a cidade fosse tornada objeto de conhecimento, tendo no urbanismo a função de analisar o “antigo” um contraste com o novo modelo.

Tanto o urbanismo quanto a preservação patrimonial constituíram-se campos próximos, onde o último ocorreu em oposição à crescente urbanização dominante. Segundo CHOAY (op.cit. p.139), na cidade ocorreu um processo dialético entre história e historicidade que se apresenta em três figuras: memorial, propedêutica e museal. A figura memorial apresenta-se na Inglaterra de 1860, quando Ruskin já dispara a favor da proteção da malha urbana com a proteção incondicional de determinados elementos que a formam. Para ele e outros preservacionistas, a cidade passa a ser considerada como um monumento histórico, revestido de valor de reverência. O presente é realizado a partir das cidades antigas, pré-industriais, deixando de lado a cidade historial que busca no devir, o progresso.

A segunda ideia, antagônica a opinião de RUSKIN (1992, p.7), foi a de Camillo Sitte (1843-1903) na qual a cidade torna-se obsoleta na medida em que surge o desenvolvimento da sociedade industrial. O autor afirma que a cidade contemporânea apresentava uma carência estética. Essa figura mostra que a nova cidade era influenciada pela tomada de consciência das dimensões simbólicas, técnicas e econômicas da transformação da cidade industrial e do necessário progresso que acaba moldando a visão de mundo da sociedade. De certa forma, ele se une à proposta de Viollet Le Duc<sup>23</sup> ao criticar o historicismo e o ecletismo dos arquitetos de sua época, condenando todas as formas de cópia ou imitação do passado. Também embasa

---

<sup>23</sup> Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (Paris, 27 de janeiro de 1814 — Lausana, 17 de setembro de 1879) foi um arquiteto francês ligado à arquitetura revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico. Pode ser considerado um precursor teórico da arquitetura moderna. Viollet-le-Duc foi um dos primeiros estudiosos que, ao pensar no conceito moderno de restauração, tentou estabelecer princípios de intervenção em monumentos históricos e uma metodologia para esse trabalho. Suas teorias e projetos sempre foram muito questionados, aceitos por muitos e combatidos por outros tantos. Somente muitos anos após sua morte é que suas teorias foram revistas e avaliadas dentro do contexto em que foram produzidas, evidenciando a contribuição do seu trabalho para o restauro contemporâneo, principalmente em relação à metodologia de projeto (importância dos levantamentos detalhados do edifício) e atuação calcada em circunstâncias particulares a cada projeto (princípios absolutos podem levar a um resultado absurdo).

seu trabalho de forma histórica, descobrindo nos sistemas arquitetônicos do passado que seus princípios continuam os mesmos, apenas colocados sob condições históricas novas.

Não obstante, no século XIX, Viollet-Le-Duc modificou sensivelmente sua opinião propagando a memória histórica, ainda que não tenha feito através de um discurso acusatório contra os ecletismos ou historicismos dos arquitetos que copiavam o passado. Ainda, Sitte, manifestava preocupação em preservar alguns centros antigos, com uma função apenas museal da cidade antiga, sem necessariamente militar por esse tipo de preservação ou desenvolver uma filosofia implícita dessa prática, tão criticada algumas décadas mais tarde pelos agentes do CIAM<sup>24</sup> que definiram Sitte como o inimigo declarado do urbanismo moderno.

Em um terceiro momento, o papel museal tratava de colocar a cidade em um contexto distinto da historicidade, tornando-a histórica. Essa nova concepção desenvolveu-se por grupos que pensavam o urbano como um museu e usariam seus fragmentos como conexões seguras ao desenvolvimento das novas cidades.

A noção de figura historical tratava de superar visões de Ruskin e Sitte serviu de base para todo o movimento atual sobre preservação das cidades antigas, dos centros históricos e das cidades em geral. Um dos importantes teóricos urbanistas do século XX, Giovannoni, situou a dimensão estética do estabelecimento humano na rede de organização espacial, isto é, articulou a concepção crítica da preservação dos conjuntos urbanos antigos na dinâmica do desenvolvimento. O patrimônio urbano, nomenclatura usada pelo teórico em 1931, adquiriu valor e sentido como elemento da doutrina original da urbanização. Seguindo alguns pontos levantados por Viollet Le Duc e Sitte, questionou sobre o fim da cidade densa e centralizada sugerindo que ela estaria a caminho de uma fragmentação gerando uma urbanização generalizada e difusa, antevendo um pouco o pensamento da década de 60.

Para os intelectuais do final do século XX que avaliavam o movimento frenético dos espaços, havia uma nova maneira de articular a morfologia urbana. Essas malhas urbanas antigas ganham dois novos privilégios: elas são da mesma forma que os monumentos históricos, portadores de valores artísticos e históricos; paralelamente passam a carregar um valor pedagógico e de estímulo imaginados anteriormente por Viollet-Le-Duc e Sitte, verdadeiros catalisadores do procedimento de novas configurações espaciais.

---

<sup>24</sup> No início do século XX os CIAM aplicam a ideia de tábula rasa aos centros históricos, em que rejeitam a noção de cidade histórica ou museal, e apenas a partir da década de 1960 deixa de ter força na Europa, permanecendo com suas proposições em outros continentes.

Contudo, Giovannoni avança em uma nova concepção da mutação imposta ao espaço urbano pela era industrial, tirando de sua análise a compreensão de que a cidade deve ser pensada “como um organismo estético”. Sua doutrina resume-se em três grandes princípios. O primeiro deve integrar o fragmento urbano ao plano diretor local, regional, que simboliza a relação com a vida presente. O segundo princípio requer que o monumento não fique isolado, isto é, separado do contexto das construções nas quais está inserido. Por último, deve-se respeitar a escala morfológica tomando os procedimentos adequados de preservação e restauro. Essas ideias tiveram grande resistência, mesmo que estivessem contempladas na Carta Italiana Del Restauro (1931)<sup>25</sup>. Diante desse patrimônio urbano a que se refere Giovannoni, está o campo de forças opostas, demonstrando a dialética da história e da historicidade que recupera, de certa maneira, o valor dado por Ruskin e Morris às malhas antigas, com seus paradoxos e dificuldades.

Essas foram algumas bases importantes que consolidaram, no século XIX, dois modelos de política de preservação: o modelo anglo-saxônico, com apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valorização ético-estética dos monumentos; e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno de um patrimônio de forma planejada e regulamentada, visando aos interesses políticos de Estado. Este último influenciou na primeira metade do século XX países da América Latina, como o Brasil e a Argentina. Passado um século, os problemas ganharam escala ainda maior diante da aceleração abissal das mudanças das práticas culturais, políticas e econômicas, pairando sobre o espaço construído uma nova tarefa.

### 3.2 O PATRIMÔNIO NA ARGENTINA E NO BRASIL

Dentre os fenômenos culturais disseminados pela Modernidade, pode-se levar em conta a preservação do patrimônio de onde o uso sistemático das práticas da memória são

---

<sup>25</sup> Este documento foi elaborado de forma a conservar e preservar a riqueza da arte e da arquitetura, no território nacional, o que representa, e também representou há 80 anos, um legado sem paralelo no mundo. Este é o primeiro passo que, sob a influência de Gustavo Giovannoni, tenta dar força sobre conceitos completos de valores históricos e estéticos, mas que foi utilizado pelos órgãos da "cultura oficial" do regime fascista ao sancionarem o documento. Em termos gerais buscava dar maior importância ao cuidado, manutenção e reconhecimento das obras (que retoma a ideia de John Ruskin); buscava conservados todos os elementos com relevância artística ou histórica. Com isso todos os tipos de demolição eram proibidos onde Giovannoni afirmou agir de forma menos invasiva nas edificações. É criado então o critério onde os elementos adicionados deveriam ter um caráter de simplicidade no regime de construção. Estas adições devem ser rotuladas ou com material diferente do primitivo ou através da adoção de quadros de desenvolvimento ou com a aplicação de marcas ou inscrições que forneceriam informações sobre os trabalhos de restauração realizados.

utilizadas engendrando forte efeitos sobre a realidade. A distinção entre os conceitos de modernização, modernidade e modernismo, amplamente analisado por BERMAN (1986, 28) refere-se a uma abordagem no qual modernização refere-se a um processo de desenvolvimento social com base, entre outras coisas, no melhoramento técnico e econômico; já a modernidade foi a maneira pela qual os sujeitos e a sociedade atravessam esses processos. O modernismo, por sua vez, se relaciona com as experiências estéticas de transferência das aquisições da modernidade para esferas específicas como a literatura, arte e arquitetura. Como se fosse uma revolução artística que aproxima o processo de modernidade ao Renascimento; etapas que tiveram grande influência no desenvolvimento dos valores cognitivo e artístico e que auxiliaram na organização do conceito de "monumento histórico".

Nessa percepção inicial, Choay (1992, p. 25) chama a atenção para construção da ideia de monumento histórico, fortemente ligada ao seu caráter alusivo, isto é, uma invenção bem datada do Ocidente, onde a noção não pode ser dissociada de um contexto mental e de uma visão de mundo. Nesse caso, um crescimento explosivo da memória passará a ocorrer sobre novos objetos que até então não eram passíveis de considerações de maior escala.

Significa em primeiro lugar, lembrar que a utilização da palavra “monumento”, nesse contexto histórico, referia-se aos bens considerados balizadores para os estudiosos do Renascimento, cujos resquícios da antiguidade romana serviram como fonte inestimável de conhecimento. A proteção e a manutenção de ruínas romanas, em seguida, tornou-se uma prática que, incentivada pelo governo papal, se desenvolveria ao longo do tempo. O conceito de monumentos histórico foi sendo modificado durante os séculos XVII e XIX, pois passou a considerar uma ampla gama de produtos que, como testemunhas, se somariam demonstrando o desenvolvimento humano. A partir de então, concretizava-se uma característica comum aos bens que seria o de possuírem valor excepcional ou marco importante no incremento da arte ou da fase de memórias locais, palcos de eventos históricos.

No século XIX, o romantismo prevalece como uma distinção marcante, tendo sido seria o movimento que transformou a vida e o pensamento do mundo ocidental. Dentre suas influências, o modelo de nacionalidade que foi estabelecido partiu desses arranjos e teve outras áreas com as quais se complementou, o que é evidente, por exemplo, no campo da música, no qual compositores utilizam materiais do folclore ou se danças tradicionais de seus respectivos países. No campo da arquitetura, o nacionalismo explicou o desenvolvimento da estética neogótica, considerada em países como a Inglaterra, uma espécie de autoexpressão contra o academicismo internacional. A visão romântica tendia a considerar e exaltar as identidades nacionais, para as quais a identificação e a proteção de material do patrimônio



constituía uma ferramenta singular. Nesse período, as referências memoriais e propedêuticas dos teóricos Eugène Viollet-le-Duc na França e John Ruskin e William Morris na Inglaterra, seriam retomadas para pensar a sociedade do futuro com características do passado.

O romantismo, então, passou a fazer frente a Modernidade na medida em que enfatizava um mundo distinto do que era cotidianamente construído. Em tese a modernidade produziu o sentimento que colidiu com seu próprio caráter inovador, na medida em que, segundo a visão romântica destruía das verdadeiras fontes do homem tal como a imaginação e a subjetividade (BERLIN, 2015.p.121). Essa compreensão invade o século XX, em especial, quando ocorreu a ampliação do reconhecimento de objetos, modos-de-fazer, que deixava de reverenciar determinadas “obras-primas” do gênio criativo humano e passou a avaliar um universo mais extenso, incluindo a arquitetura, complexos industriais, paisagens, rotas culturais dotadas de valores sentimentais. Junto com esta extensão conceitual, acresceu-se o público interessado e envolvido em sua preservação. Nesse sentido, surgiram diversos trabalhos sobre a institucionalização do campo do patrimônio em diferentes países além do *velho mundo*. Na América, em especial na Argentina e no Brasil, a constituição dos grupos, de uma legislação, de discursos e de organização de material se deu especialmente no século XX, embora o processo tenha iniciado ainda em períodos distintos aos da instauração das respectivas República Brasileira e Argentina. Seu processo de preservação assinalava, acima de tudo, à transformação moderna e progressista desses países que, na prática, se opunha a qualquer traço do seu período colonial.

Em ambos os países, a instauração preservacionista se deu mediante a ação do Estado. Analisando a literatura sobre a circulação e preservação de patrimônio em ambos os países pode-se perceber que os Estados utilizaram as edificações preservadas como um dos vários objetos de repertório buscando formar a identificação dos membros de uma nação. São inúmeras as narrativas por meio das quais intelectuais nacionalistas objetivavam conceber um tipo de cultura nacional, resgatando e escolhendo fragmentos para compor determinada história. Isso se dará a partir da criação do departamento de Estado responsável pela preservação dos monumentos históricos, na década de 1930.

Assim, o estabelecimento da preservação no Brasil e na Argentina tem aspectos em comum, primeiramente com a motivação em organizar a fase “heroica” de sua história política; em segundo, em função de uma escolha do legado a ser preservado, que, além de reutilizar a concepção tradicional de monumento histórico, transformou o patrimônio em um tipo de “produção que pressupôs a possibilidade da perda” (GONCALVES, 1996, p.39).

Ainda, por influência do modelo de preservação francês, ocorria nesses países o intermédio do

Estado na convocação dos intelectuais encarregados de delimitar o espaço de legitimação da ordem social por meio da invocação de fragmentos do passado. O patrimônio outorgado ofereceu pouco às demais etnias que constituíam os novos espaços urbanos, ficando por mais de sete décadas para serem apreciados como portadores de referências simbólicas. Nunca, evidentemente, de forma pacífica. Contudo isso vai na contramão da proposta de JEUDY<sup>26</sup>, quando defende que o patrimônio é preservado em demasia, tal como uma máquina onde promove apenas o marketing, pois não é esse o caso da cultural na América Latina e, talvez esteja circunscrito apenas nas questões europeias.

### 3.2.1 Os Primeiros Departamentos de Preservação

A década de 1930 foi o período relevante para a constituição de políticas públicas voltadas para essa área bem como para a formação de grupos intelectuais.

Na Argentina, entre 1938-1946, foi formada a “*Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*” (CNMMYLH), cujo presidente era Ricardo Levene,<sup>27</sup> intelectual formado pela Universidade de La Plata, um dos novos núcleos das pesquisas históricas tal como a Faculdade de Buenos Aires também o seria. No Brasil, as políticas públicas de proteção ao patrimônio iniciaram na metade da década de 1930, com a criação da Inspeção Nacional dos Monumentos, que depois passou a ser substituída pelo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, ficando para os anos posteriores as reformas administrativas da instituição, sob o controle do ministro Gustavo Capanema. Ambos institutos realizaram suas primeiras publicações com fins de corroborar as

---

<sup>26</sup> Henri-Pierre Jeudy apresenta a preservação das cidades ocidentais como um processo de espetacularização das cidades, na qual estariam indissociáveis as novas estratégias de marketing que revitalizam o patrimônio apenas para investi às cidades um tipo de grife, modelo de patrimônio homogeneizador. Nesse sentido as cidades contemporâneas teriam deixado o caráter especular das duas edificações para a manutenção do espetacular. Evidentemente parece-nos que o autor não abordou propriamente essa questão em países da América Latina, na qual as culturas dispares dos modelos estatais republicanos do Século XIX e XX estiveram atentas apenas para o caráter militar, institucional-religiosos e de simbolismo de monumentalidades estética e de arquitetura. Ainda sequer conseguiu-se preservar as culturas locais e das minorias sociais.

<sup>27</sup> Nesse contexto de preocupação com a formação da nacionalidade, a participação ativa de Ricardo Levene, presidente da *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH) entre 1938 e 1946, foi crucial. Professor de História do Colégio Nacional de Buenos Aires, Levene teve uma ampla participação na vida intelectual do país, ele atuou como presidente da *Junta de Historia y Numismática Americana* (JHNA) e posteriormente da *Academia Nacional de la Historia* (ANH), contribuindo para a construção da ideia de “Nação Argentina”. A publicação, em 1912, de seu manual *Lecciones de Historia Argentina*, destinado a alunos do ensino secundário, exerceu papel fundamental nesse processo. Em relação ao ensino da História Nacional, Levene expressava, em 1908, a necessidade de “*dar carácter eminentemente patriótico a la enseñanza*”, com o objetivo de transformar o ambiente de cosmopolitismo presente até nas escolas públicas.

políticas de intervenção para salvaguardar o patrimônio nacional.

No Brasil, o reconhecimento da necessidade de proteger o patrimônio histórico e artístico já havia sido apontada nos anos 20, época em que se registraram iniciativas locais e estaduais. Em 1936, Mário de Andrade foi solicitado a preparar um para a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio. Foi esse o documento que foi usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do SPHAN, criado afinal por decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937.

A Revista do SPHAN, cujo editorial era dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>28</sup>, ocupou um lugar de articulação com a tradição editorial brasileira, mas ao mesmo tempo inovador na temática abordada – os monumentos nacionais. Já o editorial dos Boletins da Comissão Nacional de Museus, na Argentina, percorria o mesmo sentido, buscando referenciar os símbolos nacionais que davam conta da história da Independência da Argentina.

Havia um desejo por parte do Estado, tanto no Brasil quanto na Argentina, de que a revolução política abriria tempos de mudança e proporcionaria um novo papel para a elite intelectual, que se dispunha a ultrapassar os limites da produção acadêmica. Independente das diferenças políticas, havia a crença de que determinada elite modernista seria capaz, como estrato social, de reformular o Estado e impulsionar a formação da nacionalidade. A partir dessa concepção, a preservação do patrimônio se tornou uma das ferramentas capazes de uma ação cultural mais específica, ou seja, produto de um tempo e de um espaço determinado, que tinha a pretensão de resgatar, através do patrimônio tombado pelos institutos, uma memória específica que contribuiria para a construção da ideia de Nação. Mais tarde, na segunda metade do século XX, o conjunto de pessoas que incorporaram as elites nacionais e regionais deixaram a ideia de nação de lado, tal como uma possibilidade de demarcação de patrimônio, haja vista como exemplos, as cidades aqui analisadas.

### **3.2.2. Preservação na Argentina: História Política preservada**

Para ponderar sobre a formação do campo patrimonial, faz-se necessário relacionar dois aspectos acentuados na constituição de seu campo que se associa à história política e

---

<sup>28</sup> O SPHAN estava subordinado ao Ministério da Educação, e foi o ministro Capanema quem convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir a instituição recém-fundada. Foi redator-chefe (1924) e diretor (1926) da Revista do Brasil. Na política foi chefe de gabinete de Francisco Campos e, integrando a equipe que integrou o Ministério da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas, composta de muitas pessoas intelectuais e artistas herdeiros dos ideais da Semana de 1922, comandou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), da sua fundação em 1937 até 1969. Pouco antes de sua morte, em 1969, Rodrigo ainda prestava depoimentos à imprensa e comparecia a eventos ligados à sua experiência no SPHAN.

cultural argentina: a imigração do século XIX e o projeto de modernização do país. Em meados do século XIX, o espaço efetivamente colonizado por pessoas de raízes europeias era inferior à metade do território do país, concentrando sua população nas poucas e raras cidades e vilas que existiam. A partir da década de 1880, o país passa por um intenso projeto de modernização, desempenhando um papel relevante no contexto internacional. Como país de grandes extensões rurais, a Argentina teve destacada importância na exportação de produtos agrícolas, gerando uma expansão econômica sem precedentes que acarretou a aplicação de recursos em obras para fácil escoamento de produtos, como o caso da rede ferroviária que era projetada com a finalidade de direcionar mercadorias para os portos do Rio da Prata, especialmente de Buenos Aires.

Com uma economia emergente, o projeto de modernização necessitava de um agrupamento humano de maior envergadura, que possibilitasse colonizar o vasto território para a promover diversas atividades econômicas. A solução foi iniciar o processo de imigração.

De acordo como o primeiro censo nacional argentino de 1869, o país era povoado por cerca de dois milhões de pessoas, sendo que, em 1914, a população havia dobrado. Dessa maneira, essa grande afluência de imigrantes, em especial de alguns países europeus, resultou em uma sociedade de múltiplas influencias culturais, assim como em uma eclética arquitetura, narrando o traço cultural na formação do que seria a nação argentina.

Dois fenômenos ocorriam paralelamente a esse processo: de um lado, o estrangeiro se associava à nação Argentina, independente desde 1910, e que, através do seu trabalho, compunha o desenvolvimento econômico, fosse no campo fosse na cidade; por outro, cada vez mais uma rejeição muito forte sobre quaisquer vestígios do passado que lembrasse uma herança colonial, em especial nas cidades. Isso expressaria a união de diferentes étnicas na composição de uma pátria forte e construída sob a influência da modernidade.

Sob forte influência liberal, uma quantidade considerável de edifícios do século XVIII foi demolida ou alterada substancialmente de modo que a imagem tradicional deveria ser relegada ao esquecimento, tal como a imagem do campo ou das atividades desenvolvidas naquele cenário. Nesse interim a noção da ideia de “progresso” incidia em novas edificações que se aproximavam dos modelos arquitetônicos internacionais de relativa expressão daquele momento<sup>29</sup>. Os estudiosos desse período demonstram que o Centenário da Revolução de

---

<sup>29</sup> A versão oficial da História Argentina também tendeu a legitimar o processo de consolidação do Estado levado a cabo pelos governos liberais, tanto os da primeira como os da segunda metade do século XIX, realçando seus feitos.

1810<sup>30</sup>, estimado como o ato fundador da Nação, era o ápice de uma perspectiva de sucesso de uma ideia de pátria que combinava elementos como o liberalismo, o desenvolvimento económico, o impacto social da imigração e do ecletismo cultural, bem como os primeiros sinais de um movimento operário, composto essencialmente imigrantes (CATTARUZZA, 2007, p.50).

Porém, ocorria nesse processo de modernização social uma multiplicidade de linhas de conflito, nas quais onde as próprias ações do governo incidiam em determinado controle social. Em relação aos imigrantes, por exemplo, sua integração ao processo de modernização ocorreu com a Lei 1.420, de 1884, que previa ensino primário obrigatório, gratuito e secular, em que claramente a educação era um instrumento de unificação da diversificada sociedade.

Ocorria, por isso um intenso debate sobre o que significava ser argentino. Em 1910 um grupo de intelectuais nacionalistas como Manuel Galvez, Ricardo Rojas e Leopoldo Lugones herdeiros de uma tradição cultural, se insurgiam contra o cosmopolitismo da burguesia nacional e o impacto da imigração (TERÁN, 2008, p. 36).

Talvez a figura paradigmática desse grupo de intelectuais foi o escritor Ricardo Rojas, que, em 1909, tinha publicado seu ensaio “A Restauração Nacionalista”<sup>31</sup>, derivado de um estudo encomendado pelas autoridades nacionais de educação. Rojas defendia que a identidade nacional havia sido ofuscada pelo impacto da imigração e pediu uma mudança profunda na situação através da educação. Ele concluiu seu ensaio com uma série de recomendações que, em suma, tendiam a voltar as raízes da cultura nacional, em oposição às tendências ecléticas e cosmopolitas vigentes à época.

Nesse contexto, ocorre o tema preservação patrimonial. Propunha-se a organização de seminários e conferências sobre o tema “nacionalidade argentina”. Paralelamente às frentes de estudo e publicações sobre proteção dos monumentos históricos e arqueológicos de valor nacional. Entretanto, o ponto basilar era demarcar o significado de uma cultura nacional em um país relativamente jovem, onde grande parte da população era composta de imigrantes que chegaram recentemente e sequer conheciam a realidade local, tampouco um profundo conhecimento nacional. De certa forma, a geração do Centenário da Independência se

---

<sup>30</sup> A Revolução de Maio foi um movimento social e político ocorrido no início do século XIX que visava a emancipação do vice-reinado do Prata, (parte de cujo território hoje é a Argentina), da Coroa Espanhola. Todos os acontecimentos da semana de maio partem da discussão do 22 de maio de 1810, quando parte dos expoentes manifestavam a necessidade de proclamar a independência da Espanha e criar uma nova nação livre e independente tanto econômica quanto politicamente.

<sup>31</sup> Em 1908, o governo enviou o escritor Ricardo Rojas à Europa com a missão de avaliar o processo de ensino da História Nacional em diversos países. Esta pesquisa resultou no livro *A Restauração Nacionalista*, escrito em 1909, cujo objetivo era a definição de um processo no qual a educação, e dentro dela o aprendizado da história e da língua, era essencial para a formação da nacionalidade argentina.

vinculou à ideia de uma cultura nacional específica que, em que a cultura espanhola teria sido assimilada e adaptada ao espaço geográfico e social específico produzindo a conceito de “argentinidade”.

Por volta do Centenário da Revolução de Maio<sup>32</sup>, em 1910, o desenvolvimento material manifestava-se na modernização das principais cidades (Buenos Aires, Rosário e Córdoba), através de ações que pudessem torná-las em *cidades europeias na América*. Dessa maneira, o governo quis adicionar àqueles centros urbanos espaços representativos do Estado Moderno, tal como os oficiais (tribunais e edifícios governamentais, locais destinados à alta burguesia passeios, museus e teatros. Era possível, através dessas edificações alcançar uma espécie de cenografia do espaço público, tornando-o monumental com vistas à demonstração do que o progresso fazia nas cidades.

### 3.2.3. O nacionalismo visto através do Patrimônio

Ainda que a Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Sítios tenha sido criada pelo Estado no final da década de 1930, foi a “geração do centenário da nação argentina” (1910), o grupo que se propôs a procurar e declarar os primeiros símbolos da história nacional<sup>33</sup>. A proposta era construir uma identidade nacional, mas para isso era necessário recorrer a emblemas, ideias, objetos preexistentes aos quais ao qual se daria sentido, heroísmo, passado e futuro (FRANCO, 2000, p. 57). A institucionalização de políticas nacionais voltadas à construção de uma representação de nação, entretanto não significou um pensamento patrimonial, simplesmente porque não existia como tal, já que grande parte das cidades estava sendo edificada de acordo com a arquitetura internacional, relegando qualquer esboço ativo ao mundo colonial.

---

<sup>32</sup> Em 25 de Maio de 1810, se produz a *Revolución de Mayo*, passo para a Independência Argentina declarada em 9 de julho de 1816 na cidade de Tucumán.

<sup>33</sup> “Campanhas do Deserto”, significava a efetiva execução da ocupação dos territórios existentes entre as zonas pecuaristas ao sul das províncias de Buenos Aires, Córdoba, San Luis e Mendoza, e o rio Negro. Em 26 de abril de 1879, com as confederações indígenas arrasadas, alguns dos principais caciques foram presos. Em um mês foram ocupadas quinze mil léguas, assassinados aproximadamente 15.000 indígena, cujas ações resultaram na quase eliminação da presença indígena nos pampas e nos Andes argentinos. Aos sobreviventes, restou a fuga rumo à morte ou à prisão. O resultado: Aos presos, os rumos eram diversos: os caciques foram enviados à ilha-prisão de Martín Garcia, no rio da Prata; aos guerreiros o destino era a Marinha; aos homens em idade produtiva, os engenhos canavieiros do Tucumã; e às mulheres e crianças, a “civilização” em Buenos Aires. Enquanto as mulheres se tornaram empregadas domésticas, as crianças foram adotadas por famílias selecionadas para que pudessem se cristianizar, abandonar os costumes indígenas e serem inseridas na sociedade argentina.in TERNAVASIO, Marcela. Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organizacion federal a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880. Buenos Aires: UNIPE Editora Universitaria, 2013.p.257.

Dessa maneira, a invenção da nacionalidade necessitava também desesperadamente de um museu de história que representaria o novo modelo de nação. Depois do genocídio da “Conquista do Deserto” e do desaparecimento indígena não havia nenhuma instituição que pudesse ser utilizada e considerada mantenedora de um passado jubilante, heroico, sólido e indiscutível. Para alcançar o propósito, a geração política-intelectual como Mitre, Roca, Lamas, Zeballos preocupados com o centenário da nação, via a necessidade de localizar edifícios, ruínas e objetos materiais para deixar de herança às futuras gerações. Assim, o que ocorrera no ano do centenário da independência havia sido o resultado da criação, ainda em 1889 na cidade de Buenos Aires, do Museu Histórico da Capital com a finalidade de manter as tradições da revolução de Mayo e da guerra de independência que demonstraria o interesse nacional (SCHÁVELZON, 2008, p.43).

Nos anos seguintes, seguiu-se uma política de acumulação de objetos que pudessem ter significados para a vida nacional unindo-se a práticas de organização de eventos que honravam determinadas figuras políticas provindas do meio militar. A designação de Adolfo Carranza como diretor do Museu se manteve anos mais tarde com Antonio Dellepiane, que mantinha pouca abertura a debates sobre a possibilidade de ampliar o escopo de estudo sobre outros grupos formadores da concepção de nação.

Outra instituição que foi criada pelo Estado, para a recuperação e conservação do patrimônio Histórico foi o Arquivo Geral da Nação, servindo para centralizar documentos que se compreendia ter valor histórico, além de documentos necessários para a administração governamental, já que, devido à guerra, muita documentação havia sido extinta<sup>34</sup>.

A chegada da União Cívica Radical ao poder, em 1916<sup>35</sup>, estabeleceu uma atmosfera favorável para o desdobramento de uma conjuntura com tendências nacionalistas. A extensão de Ricardo Rojas e outros pensadores nacionalistas imprimiu ampla influência sobre o campo da arte e arquitetura na Argentina, bem como no modelo a ser adotado na preservação do patrimônio histórico. Embora exista algum tipo de esboço sobre preservação no século XIX bem como determinadas publicações sobre arquitetura nacional estudos sistemáticos de

---

<sup>34</sup> Embora seja discutível o conteúdo desses arquivos, devido à escolha e seleção dos documentos, sabe-se que muitos deles perderam-se nas políticas privatistas do Governo de Menem, na década de 1990, quando se comprovou a perda de muitos arquivos, a destruição de documentação e a transferências de muitas coleções para arquivos privados.

<sup>35</sup> Grupos nacionalistas, aliados aos liberais, promoveram um golpe de estado durante a segunda presidência de Hipólito Yrigoyen, da *Unión Cívica Radical*, já que consideravam a transição do governo democrático à instalação de um governo de esquerda como uma certeza. O golpe de setembro de 1930 estabeleceu a presidência do general José F. Uriburu, mas este foi substituído em 1932 por uma coalizão encabeçada pelo general Agustín P. Justo que, com o intuito de controlar a sucessão presidencial em 1937, promoveu eleições fraudulentas.

arquitetura colonial começaram a ser desenvolvidos apenas a partir de 1915 (DE PAULA, 1987.p.65). Nesse grupo, estaria incluso o arquiteto húngaro Juan Kronfuss, que residia na província de Córdoba e autor de um dos primeiros textos publicados sobre o tema na década de 1920. Durante aquele período, foi produzida uma série de publicações da Academia Nacional de Belas Artes, em alguns casos pelos principais arquitetos da época, como Anjo ou Guido Martin Noel, difusor dos basilares temas e exemplos da arquitetura colonial do país.

No ano de 1924, Ricardo Rojas publicou a obra *Euríndia: a estética das culturas americanas*, na qual recorreu a uma expressão nacional em diferentes ramos como a literatura, a arte e a arquitetura, contrariando tendências cosmopolitas prevalecentes. Em seu livro, Rojas, aborda diferentes expressões culturais e artísticas como formadoras do desenvolvimento na Argentina, definindo, de forma negativa, o período pós-independência é aludido com o adjetivo “cosmopolita”. O próprio nome do livro resumiria a fusão de fontes europeias e ameríndias, numa clara tentativa artística que refletisse uma identidade nacional vinculada ao heroísmo indígena, também retratado no modernismo brasileiro. Esse é um dos exemplos que se contrapunham a expressão moderna que já era visível na construção das novas cidades argentina, incluindo La Plata. Com pouca aceitação pelo universo político a preocupação se dirigia a produção da modernidade, vista na literatura, universidades e centros cívicos, o que transborda para o meio arquitetônico.

Dessa maneira, muitos edifícios coloniais foram demolidos durante o século XIX e, especialmente no início do século XX, em parte devido as transformações a que estiveram submetidos os grandes centros urbanos, destacando-se às pressões econômicas provindas da especulação imobiliária e de alterações culturais que influenciaram tanto na renovação de algumas cidades como na construção de novas cidades.

Com a exceção de determinados edifícios, especialmente igrejas, apenas alguns edifícios coloniais permaneciam nas paisagens das metrópoles argentinas, sendo que praticamente nenhum centro exibia áreas homogêneas, tampouco locais de arquitetura característica do século XVIII. No entanto, a arquitetura colonial ainda podia ser encontrada em áreas rurais ou em cidades mais isoladas dos principais centros urbanos o que não atendiam às demandas preservacionistas de inclinação nacionalista e progressista.

Para isso, a campanha da Comissão Nacional de Museus e Monumentos e Sítios tinha como objetivo investigar o aspecto histórico, arquitetônico e artístico dessas edificações que, embora modesto, poderia servir de fonte de influência para a arquitetura do momento. Porém, a busca se dava sobre edificações que tivessem relação com os aspectos nacionalistas e modernistas. Isso ocorria desde as últimas décadas do século XIX, quando ideias advindas da



cultura europeia, principalmente, francesa influenciavam a América Latina, constituindo um dos fatores que levou a antiga arquitetura colonial ao gradual esquecimento, em especial, nas capitais e nos centros mais desenvolvidos.

Ao analisar a documentação da Comissão Nacional de Museus e Documentos e Lugares históricos, de 1939, é possível deduzir que monumentos nacionais foram idealizados, em seguida, para desempenhar o papel de símbolos tangíveis da história nacional e para promover a conscientização da identidade cultural (URIBARREN, 2008, p. 28). Como é de se supor, a prioridade esteve ligada ao plano político, institucional e econômico, deixando as pesquisas relativas à constituição étnico-cultural em um segundo plano<sup>36</sup>.

A orientação, segundo o próprio boletim, demonstra a pesquisa de fatos relacionados à independência, organização nacional e projeto de modernização, além de destacar de eventos significativos destes processos. Durante o período em análise, praticamente inexistem referências a instrumentos jurídicos legais de proteção de monumentos artísticos ou arquitetônicos. Essa ideia de uma história baseada na efetivação de episódios políticos ou militares altamente significativos e de exaltação da personalidade não era novo ou original, pois se tratava de algo comum na Europa; alguns estudos têm indicado como os grandes feitos políticos foram explorados na historiografia durante o século XIX como uma componente essencial da representação da sociedade (POULOT, 2006, p. 93).

Dessa maneira, não impressiona que o primeiro marco histórico nacional declarado foi a residências de Domingo F. Sarmiento<sup>37</sup>, na cidade de San Juan. Essa edificação, modesta do ponto de vista arquitetônico é uma típica casa colonial de classe média que passou a ser celebrada como um monumento nacional devido à figura de Sarmiento, considerado uma personalidade na modernização da Argentina, cujo centenário de seu nascimento ocorreu em 1911. Parece claro que o presente ato de proteção se deu em um momento de reverência para com a ideia de progresso promovido pela geração de 1880, utilizando o personagem como figura metonímica para a ideologia de modernização.

A homenagem à José de San Martín<sup>38</sup> teve sua correlata preservação com uma lei de 1915, embora, neste caso, ao contrário do local de nascimento de Sarmiento, ocorreram

---

<sup>36</sup> Na Argentina, desde a Lei Nacional de no. 9.080/13, a preservação patrimonial se voltou mais para a proteção de bens arqueológicos e paleontológicos, devido às riquezas que o país possui nestes âmbitos. Em 1999, esta visão é claramente ampliada, a partir da Lei Nacional no 25.197/99, que designa o universo de bens culturais de valor arqueológico, histórico, artístico, científico ou técnico excepcional, como aqueles que constituem o patrimônio cultural argentino.

<sup>37</sup>Foi Jornalista e Presidente da Argentina em 1868.

<sup>38</sup> José Francisco de San Martín y Matorras (1778 -1850) foi um general sul-americano cujas campanhas foram decisivas para as declarações de independência da Argentina, Chile e do Peru. O ano de seu nascimento é discutido, e não existem documentos de batismo sendo que outros (tais como passaportes, arquivos militares,

alguns problemas evidentes no ato preservacionista em relação ao local e a condição da construção. Com efeito, a Lei de 9655, sem mencionar a proteção oficial do monumento, autorizou o Poder Executivo a *adquirir en propiedad la manzana de terreno ocupada por las ruinas de la casa que fue del General D. José de San Martín, en Yapeyú, con el objeto de restaurarla y conservarla como un monumento de gratitud nacional* (SCHÁVELZON, 2008.p.149)<sup>39</sup>.

Depois da preservação do local de nascimento de Sarmiento, há uma série de indicações de preservação de monumentos históricos nacionais até 1928, quando as igrejas de São Francisco, em Mendoza, e La Merced, em Tucumán, passaram a serem preservadas. As razões pelas quais essas igrejas foram poupadas não seria tanto por suas características arquitetônicas, mas pelo fato de que em ambas existiam imagens religiosas que misturavam os protagonistas da independência, General José de San Martín<sup>40</sup> e Manuel Belgrano<sup>41</sup> junto da Virgem Maria. Durante os anos 1930, outros personagens e edifícios históricos foram declarados monumentos nacionais, incluindo o edifício do Governo de Buenos Aires, o Cabildo<sup>42</sup>, ícone da Revolução de Maio (1933); San José Palace, residência do general Justo José de Urquiza (1935); o Cabildo de Salta e do Colégio Montserrat de Córdoba (1938), este último ligado ao movimento da Reforma Universitária. Em 1939, também foram preservados monumentos na província de Buenos Aires que comemoravam a chamada “Revolución de los Libres del Sur” que havia confrontado um século antes o governador Juan Manuel de Rosas, simbolicamente um representante do período colonial.

Embora o *Cabildo* de Buenos Aires tenha sido parcialmente demolido e alterado de seu projeto original, foi mantido como marco histórico nacional em 1933 devido à sua relevância em relação à nação argentina. Outro ícone da formação da representação de identidade nacional que não aparece na lista de monumentos nacionais preservados teria sido

---

casamento, etc.) são inconsistentes quanto à sua idade. A maioria desses documentos apontam para o ano de seu nascimento como 1777 ou 1778.

<sup>39</sup> Adquirir a propriedade de terra ocupada pelas ruínas da casa que foi do General José de San Martín em Yapeyú, a fim de restaurar e preservá-lo como um monumento de reconhecimento nacional.

<sup>40</sup> José de San Martín (1778-1850), militar argentino, é conhecido como o Libertador da América. Apoiou a causa da independência americana do domínio espanhol, deixando de lado as lutas para a formação de um Estado nos territórios do ex-Vice-reinado do Rio da Prata.

<sup>41</sup> Manuel José Joaquín Belgrano foi um intelectual, economista, jornalista, político, advogado, militar crioulo e porteño de desempenho excepcional no Rio de la Plata durante as duas primeiras décadas do século XIX. Participou da defesa de Buenos Aires, capital do Vice-Reino do Rio da Prata, nas duas invasões inglesas -1806 e 1807 e promovido a emancipação da América Latina com relação à Espanha. Foi um dos principais patriotas que dirigiram a Revolução de Maio que depôs o vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros e criou a Primeira Câmara, que substituiu o governo e juntou-se como um membro. Teve participação na Guerra da Independência da Argentina contra os exércitos realistas. Ele era o chefe da expedição militar ao conselho de Buenos Aires enviou ao Paraguai. Em 1812 ele criou a bandeira da Argentina.

<sup>42</sup> Instituição que, na época da colônia, administrava as questões legais, jurídicas e militares das vilas, também é o nome que recebe sua correspondente tipologia arquitetônica.

a casa de Independência, na cidade de Tucumán. Aparentemente parece ter sido demolida, com exceção da sala onde se reuniu o congresso declarando a independência nacional.

Esses símbolos do nascimento da Argentina seriam o foco de grandes intervenções no final de 1930. Em resumo, tal procedimento de identificação e proteção patrimonial ocorrido entre as décadas de 1910 e 1940 foi claramente voltado para a celebração de episódios e protagonistas provenientes de um tipo de historiografia identificada com a história política da Argentina, com aproximação de figuras importantes para o exército. Esse tipo de representação tinha em conta o processo de independência como a construção de um país moderno e progressista. Mesmo que, ainda em 1910, tenha surgido uma lei de proteção dos sítios arqueológicos, os testemunhos pré-hispânicos da Argentina ficaram em um segundo plano para serem considerados patrimônio nacionais.

### **3.2.4 A Ação do Estado sobre o campo preservacionista**

A Comissão Nacional de Museus e Monumentos e Sítios foi criada pelo Estado por um decreto em abril 1938 e pela lei nacional 12.665 de 1940. Traço característico dos Estados Latino-Americanos que procuravam instalar uma identidade nacional utilizando-se do campo patrimonial como instrumento de manutenção dessa ideologia através da identificação, preservação, conservação e restauro dos monumentos históricos.

Foi no ano de sua criação, que a Comissão apresentou uma primeira lista de monumentos para preservação, ação que seria ampliada nos anos subsequentes. Numa primeira fase, o inventário de monumentos nacionais se focava tanto em exemplos da arquitetura colonial, especialmente aqueles localizados nas províncias de Córdoba e do noroeste da Argentina, como nos edifícios mais modestos, não apenas os mais importantes que se tornaram parte da lista de ícones da identidade nacional.

A instauração desse trabalho de identificação e avaliação do patrimônio cultural recebeu algumas mediações importantes do arquiteto Mario J. Buschiazzo, que havia iniciado a sua carreira como arquiteto no setor privado, passando a trabalhar em organizações governamentais. Sua atuação o levou, em 1933, para o ensino da história da arquitetura e, no ano seguinte, a iniciar uma série de publicações sobre estudos da arquitetura latino-americana. Além disso, passou a promover a formação de arquitetos e um circuito de pesquisadores latino-americanos culminando, em 1936, na organização de uma grande conferência na

celebração da cidade de Buenos Aires<sup>43</sup>. Na ocasião, dentre a diversidade de intelectuais que participaram do evento, a figura do mexicano Manuel Toussaint, em especial, foi expressiva já que ele introduziu um auxílio sistemático na gênese ideológica do recém-criado grupo de pesquisadores latino-americanos. Esse grupo passou a tratar sobre a arquitetura e patrimônio assim como o papel importante na comunidade argentina, onde estava inserido Buschiazzo. A atividade desse arquiteto de Buschiazzo esteve atrelada às intervenções em edificações que se supunha representar a origem argentina, ou uma tentativa de reconhecer os diversos aspectos culturais que compuseram a realidade do país indígena e espanhola traduzido no colonial. Dentre esse conjunto, as edificações elementares para a função de caracterizar a nação independente foram o Cabildo, de Buenos Aires, e a Casa da Independência, em San Miguel de Tucumán.

Em geral, essas edificações que demonstravam as instituições de poder local ficavam em frente as principais praças nas capitais provinciais de maneira que acabaram sendo parcialmente preservadas. Já em cidades do interior, as edificações serviram as administrações governamentais locais e, mais tarde, passaram por usos diversos, resultando no comprometimento das edificações. Esse fato ocasionou a demolição de dezenas de edificações entre o final do século XIX e o início do século XX, em várias cidades argentinas, como por exemplo San Miguel de Tucumán e Santa Fé<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Buschiazzo, que foi arquiteto da CNMMyLH, desde sua criação até 24 de junho de 1947, e responsável por obras pioneiras de restauração do órgão, preocupou-se com a realização da pesquisa em arquivos para não deixar dúvidas sobre a autenticidade dos fatos descritos, apontando falhas em relação ao método investigativo, caso as detectasse nas obras pioneiras ou até contemporâneas. Exemplo disso foi a dura crítica feita por ele ao trabalho de Martín Noel, outro pioneiro em *“el estudio del arte virreinal”*, atribuindo-lhe a elaboração de um discurso grandioso, mas esvaziado de conteúdos precisos. Buschiazzo questionava concretamente a historiografia da primeira geração que se importou com a história da arquitetura da Argentina exigindo *“ahora hay que ir a los archivos, a investigar, documentarse [...] o por lo menos visitar el edificio acerca del cual se ha de escribir”*.

<sup>44</sup> Entrevista cedida por Alfredo Conti em julho 2013, La Plata. Arquiteto (La Plata, 1977). Urbanista e coordenador da comissão sobre o patrimônio urbano e arquitetônico de La Plata (1977-1991). Diretor de Patrimônio Preservação em La Plata (2004-2006). Desde 1991, pesquisador em conservação urbana e moderna na Comissão de Investigación Científica da Província de Buenos Aires. Foi consultor no Comissão Nacional de Monumentos e Sítios históricos e professor da Universidade de La Plata. Colaborou com ICOMOS Argentina em 1982, onde foi Secretário-Geral (1996-1999), Vice-Presidente (1999-2007) e presidente do Comitê Nacional desde abril de 2007. Representante da Comissão Nacional de ICOMOS no Comitê Argentino de Patrimônio Mundial (2007-2008). No ICOMOS participou das Assembleias Gerais, atuou como membro do Comitê de Resoluções (México, 1999), Secretário-Geral da Assembleia (Madrid, 2002), relator adjunto da Assembleia Geral (Victoria Falls, 2003) e relator de uma das sessões do Simpósio Científico (Xi'an, 2005). A partir de 2000, ele representou ICOMOS em missões de avaliação e monitoramento para de Bens do patrimônio na América Latina e na elaboração e acompanhamento do relatório periódico sobre a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial na América Latina e no Caribe (2002-2007). Em 2007-2008 atuou como Conselheiro do ICOMOS para a avaliação das candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial. Eleito membro do Comitê Executivo em 2008, ele ocupou a Vice-Presidência no período 2010-2011. Desde março de 2010, ele preside o Grupo de Trabalho do Patrimônio Mundial ICOMOS.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, para contribuir com as festividades do Centenário da independência da Argentina, acolhendo a revolução de 1810, o Cabildo de Buenos Aires teve um significado especial, pois tinha sido o local de onde fora despejado o vice-rei espanhol e de onde passou a funcionar o primeiro governo local da independência. O edifício já tinha sido objeto de uma intervenção em 1879, que consistiu em uma nova planta arquitetônica adicionando uma torre à construção original, um claro um modelo de ornamentação italiana, típica corrente arquitetônica em voga naquele período, constituindo uma imagem austera. Alguns anos mais tarde, a torre foi demolida devido à anormalidade e pelo perigo de desabamento, tal como as asas laterais do prédio, que, longe de apresentarem riscos, atrapalhavam a abertura das ruas diagonais que convergem na Plaza de Mayo.

A tentativa de Buschiazzo era a de manter na edificação preservada as dimensões reais que possuía na época de sua construção original, eliminando qualquer traço decorativo ou reconstrutivo da referida torre, sem levar em conta que essas dimensões seriam menores, já que parte do edifício havia sido destruída para dar espaço às avenidas. (Fig. 2)

O edifício do congresso, de onde foi declarada a independência em 1816, era uma típica casa de arquitetura do século XVIII, na cidade de San Miguel de Tucumán, também havia sido preservado devido a seu caráter histórico-político. A residência privada foi vendida para o governo em 1874, uma vez que a condição era realmente precária. Assim, a demolição parcial do edifício foi decidida, com exceção do salão onde se declarou a independência. Um novo edifício, que conteria essa sala histórica, foi construído para abrigar, mais tarde a estação de correios na cidade. No início do século XX, todo o edifício estava em ruínas, e por isso, foi demolido e substituído por um dossel para proteger o que sobrara do salão da Independência. O trabalho de Mario Buschiazzo na intervenção em 1940 consistia na reconstrução do edifício, com base nos documentos existentes e incursões arqueológicas no local, que expôs os fundamentos do edifício original. (Fig. 3)

A influência do processo de intervenção francês com fins de manter as edificações características locais, declarado por Viollet Le Duc, sem dúvida tiveram grande influência nesse conjunto de arquitetos e construtores, tendo em Mario Buschiazzo, um de seus precursores no experimento junto ao Estado Argentino. Tal movimento foi uma tentativa de instituir uma identidade nacional. Havia ali a soma de novas técnicas de intervenção aprimoradas, ideologia restauradora francesa e o desejo de construir uma identidade através de símbolos oficiais locais.

Foi nesse sentido que houve uma procura sobre edificações que poderiam se tornar históricas e preserváveis, como o Convento de São Francisco, em Santa Fé, onde também

houve a meta de levar a propriedade em sua aparência original, às vezes usando modernas técnicas e materiais que não eram aparentes nas imagens daquelas edificações. Segundo Alfredo Conti<sup>45</sup> “ essas abordagens conceituais não se encaixam na teoria contemporânea de preservação, na qual a autenticidade do material e consideração por todas as fases da vida e da evolução dos monumentos de substâncias são pilares conceituais básicos”. Porém, deve ser entendida por meio do contexto e da ideologia e das necessidades do tempo, que tornaram esses prédios imprescindíveis provas materiais da identidade nacional servindo de espelhos para os cidadãos argentinos.

De acordo com um texto publicado por Buschiazzo em 1959 (URIBARREN, *Op. Cit.* 2008, p. 74), no qual ele explicava sua abordagem na restauração de monumentos históricos, embora existisse abundante literatura sobre preservação, as questões na Argentina fizeram com que as intervenções escapassem às regras básicas de restauro. Para ele, por existirem escassas edificações no país, muitas construções foram alteradas expressivamente perdendo completamente seu valor estético. A Argentina certamente não era o único local onde isso foi realizado, como se pode avaliar hoje nas questões relativas à preservação patrimonial na América Latina. Tal como ocorrera na Argentina, em outros países o papel do patrimônio em boa parte do século XX, original ou não, serviria como instrumento de outorga no fortalecimento das identidades nacionais, o que necessariamente nem sempre foi fecundo. Isso ocorreu também no Brasil.

### 3.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

A produção de um universo simbólico tem relativa importância na medida em que este é produzido pelos intelectuais para a construção dos patrimônios culturais. Como citado anteriormente, dentre os desafios articulados no Brasil, após a criação do SPHAN<sup>46</sup>, o campo

---

<sup>45</sup> Entrevista cedido por Alfredo Conti em julho 2013, La Plata.

<sup>46</sup> Neste trabalho é adotada a sigla IPHAN. O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – foi criado oficialmente em 1937. Com as administrações, o nome foi alterado para IPHAN. O atual IPHAN teve várias denominações ao longo do tempo: SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937 a 1946); DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946 a 1970); IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970 a 1979); Fundação Nacional Pró-Memória e SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979 a 1990); IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990 a 1994) No governo Collor, passou a denominar-se IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural unindo outro órgão que trabalhava com patrimônio, como o CNRC e o Fundo Nacional Pró-Memória; e, novamente IPHAN, a partir de 1994. Cf. PESSOA, José. Introdução: o que convém preservar. In: (Org.). Lucio Costa: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. p. 11-19. p.11.

de atuação dedicou-se à seleção de bens que construíssem uma representação da nação levando em conta o universo cultural que funcionava para reforçar a identidade.

Em princípio, a promessa do movimento modernista<sup>47</sup> era fazer uma revolução artística, o que na prática demonstrou-se distinto de uma aceitação consensual. Havia, desde seu início, uma relação entre cultura e política tendo como tema principal a identidade nacional. A preocupação de nacionalizar a cultura acabou reduzindo conteúdos culturais a uma função instrumental. A seleção de determinados bens que se vinculavam à memória coletiva não buscou realmente algum tipo de raiz popular; pelo contrário, produziu culto a símbolos e figuras políticas do Estado no qual o autoritarismo estava prestes a constituir-se.

Os intelectuais operam, dessa forma, como mediadores simbólicos, uma vez que atuam no sentido de fazer ver determinados ambientes como universais, infligidos como um aspecto de lugar no espaço social. Esses processos de seleção, regulados por leis, costumam ser conduzidos por agentes com um perfil definido<sup>48</sup>. No caso do Brasil, o papel político que é exercido pelos homens de cultura desde o período colonial até a geração mais recente de preservacionistas, tem sido, no mínimo, ambíguo quanto à ação preservatória. Como já estudado no texto de Fonseca (1997, p. 48), as decisões desses intelectuais foram imprescindíveis na orientação de políticas no campo patrimonial. Segundo a autora, foi apenas a partir da década de 1970 que a política de preservação começou a ser criticada e seu caráter nacional contestado, por se referir apenas às produções de determinadas elites. Alguns intelectuais viram na área das culturas marginalizadas um *locus* propício a uma nova conjuntura das políticas estatais, um espaço de resistência ao regime autoritário. Foi por esse novo caminho que houve uma oportunidade de cingir novos bens simbólicos no campo da preservação.

As cartas patrimoniais são documentos produzidos que geraram diferentes perspectivas no campo da preservação de patrimônio, o que se dilatou com a orientação da

---

<sup>47</sup> O modernismo brasileiro foi um amplo movimento cultural que repercutiu fortemente sobre a cena artística e a sociedade brasileira na primeira metade do século XX, sobretudo no campo da literatura e das artes plásticas. O movimento no Brasil foi desencadeado a partir da assimilação de tendências culturais e artísticas lançadas pelas vanguardas europeias no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, como o Cubismo e o Futurismo. As novas linguagens modernas colocadas pelos movimentos artísticos e literários europeus foram aos poucos assimiladas pelo contexto artístico brasileiro, mas colocando como enfoque elementos da cultura brasileira. Considera-se a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922, como ponto de partida do modernismo no Brasil.

<sup>48</sup> “[O] poder simbólico [...] como poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física e econômica), graças ao defeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz a crença”. (BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 8-9.)

política cultural desenvolvida pelos Estado durante o século XX<sup>49</sup>. Os últimos documentos produzidos no final do século tinham como proposta a ampliação da noção de patrimônio e estimulou a participação social, uma vez que procurava estabelecer uma relação de colaboração entre Estado e sociedade. Nas cartas estavam instituídas noções básicas de preservação segundo a ideia de que cada bem, para ser salvaguardado e preservado, necessita ter uma função junto à comunidade onde está instalado. A utilização do bem cultural o distancia da deterioração e do esquecimento<sup>50</sup>.

Dentro desses critérios cabe ressaltar que muitos desses símbolos funcionavam como abstrações de tal forma que se distanciavam da identificação da população, já que eram estranhos ao imaginário e à memória coletiva, o que, por fim, gera uma pragmática maneira de conservação, enquanto as novas formas de culturas tiveram maiores potenciais de assimilação em suas comunidades regionais. Exemplo disso pode ser citado o caso da preservação do Teatro Colón em Buenos Aires, que ao final da ditadura não estava relacionado como bem cultural preservado, enquanto diversas outras edificações militares estava, preservada pela Comissão Nacional de Sítios.

A dificuldade de diminuir a distância entre as tradições culturais regionais, as identidades coletivas e a memória nacional construídas pelo Estado fez com que as novas recomendações não alterassem significativamente a questão preservacionista. Isto se dá efetivamente a partir da Carta de Paris em 1972 na convenção sobre salvaguarda do patrimônio pelo Unesco, também conhecida como Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que preconizava claramente os direitos vinculados à preservação. Naquele documento, a educação e a formação pessoal passaram a ser canais de perpetuação das memórias e dos bens culturais. Além disso, esse documento previa que os Estados signatários fizessem com que o bem cultural tivesse uma função na vida da coletividade, além de estar integrado a um plano mais amplo de programas e estratégias urbanas. De acordo com seus os assinantes: identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir eram os princípios básicos da cooperação internacional que visava a salvaguarda dos bens.

---

<sup>49</sup> Cartas são formadoras de princípio. As Cartas Patrimoniais são recomendações no que diz respeito, entre outros temas, àqueles ligados à preservação e conservação dos chamados Bens Culturais. Estes documentos, produzidos durante o século XX, foram firmados internacionalmente, representando tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais. Sua publicação oferece ao público interessado (geralmente especialistas – ainda não se popularizou ou democratizou a discussão sobre os bens culturais) um panorama das diferentes abordagens que a questão da preservação mereceu ao longo do tempo, registrando o processo segundo o qual muitos conceitos e posturas se formaram, consolidaram e continuam orientando estas ações, até os nossos dias.

<sup>50</sup> Carta de Veneza de 1964. Documento produzido pelo ICOMOS. Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Cartas Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos históricos.



### 3.3.1 Preservação no Brasil: A ação do Estado na preservação cultural

Embora o recorte deste trabalho incida sobre a década de 80 e 90, quando o foco torna-se a análise comparativa entre a representação produzida em inventários de preservação das cidades de Caxias do Sul e La Plata e as relações com a instituição patrimonial ligada às respectivas ações estatais, é importante resgatar também alguns aspectos da trajetória do Instituto de preservação no Brasil. Por isso, faz-se necessário salientar sua importância e sob que condições foram desenvolvidas suas políticas de preservação, as ações referentes à região de imigração no nordeste do estado sul-riograndense, mais especificamente Caxias do Sul, e suas implicações durante o período referido a partir de sua subsecretaria no Rio Grande do Sul.

A constituição do patrimônio histórico e artístico nacional versa sobre o poder dos Estados Modernos que, por meio de seus agentes e ordenamentos jurídicos específicos, recrutam intelectuais que atuam sobre um conjunto de bens simbólicos no espaço público. A proteção que esses objetos recebem serve para atuar no reforço da identidade coletiva, bem como na educação dos cidadãos. Claramente o desenvolvimento dessas práticas tem um limitador, visto que se dirige a toda uma nação e requer um grau de especialização de seus agentes, bem como critérios vinculados a definição de valores culturais que dão legitimidade ao processo de tombamento. A ação política tem, assim, o objetivo de construir esse universo e o seu inverso também produz outra urbe. Evidentemente que, em aspectos regionais, o reconhecimento da comunidade pode ser mais fácil; entretanto, não se pode esquecer que a construção simbólica deve funcionar na medida em que gera um sentimento de pertencimento, o que, em último grau de análise, só poderá acontecer se, de alguma maneira, despertar nos grupos sua memória coletiva.

No entanto, algo que, por vezes, passa despercebido e deve servir de objeto de análise é a maneira que este *pertencimento* é construído e sobre quais valores isso é feito, afinal, tais valores são usados na educação e na cidadania dos habitantes, uma vez que são transmitidos a partir do patrimônio que nem sempre incorpora a diversidade e o consenso. Em outro contexto, seria o de desvelar as representações depositadas em documentos que pretendem legitimar a preservação de determinadas edificações, pois nem sempre isso tem ressonância (GONÇALVES, 1999, p.19) junto da população local. No contexto brasileiro, as decisões dos intelectuais tiveram relevância nas ações preservatórias, pois a função das edificações teve papel político em determinados períodos, por vezes autoritários.

A partir da década de 1920, já estavam em funcionamento os grandes museus nacionais que ainda não eram protegidos com uma legislação mais abrangente, ao mesmo tempo em que muitas culturas regionais ainda não eram levadas em consideração pelos critérios intervencionista do Estado. Essa temática foi o que impulsionou no Congresso Nacional brasileiro amplo debate que conduziu à instalação de um serviço destinado a proteger obras de arte e história no país. O movimento modernista e o Estado Novo, em 1937, passaram, então, a especificar a vida cultural no país.

Em geral, o movimento teve diversas posições ideológicas, além de incorporar recursos de vanguarda em relação à identidade nacional. Muitos dos movimentos tinham em comum críticas aos modelos políticos e culturais da Velha República e buscavam a mudança como ponto de partida para uma nova sociedade. Nesse momento, os intelectuais que foram os precursores do modernismo escolheram o colonial a ser preservado, ou a herança lusa, visto que consideravam o ecletismo um modelo de estrangeirismo, logo não havia maiores preocupações em preservá-lo. Na busca de equacionar e inventar a brasilidade criando um caráter nacional, ou seja, a comunidade imaginada, as demais comunidades estavam excluídas desse processo.

No Brasil, portanto, as políticas de preservação iniciaram com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, que tinha por finalidade: “[...] organizar a proteção do patrimônio histórico e nacional”<sup>51</sup>. O projeto foi solicitado pelo Ministro Gustavo Capanema, sob o qual a definição de patrimônio histórico e artístico passou a ser:

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> A análise do Anteprojeto fundador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (13), de autoria de Mario de Andrade, e sua comparação com o Decreto-Lei n. 25 de 1937, que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, sugere novos enfoques e levanta perguntas que reabrem a discussão sobre a história da proteção do patrimônio no Brasil, oferecendo uma nova inserção à Instituição no campo da discussão intelectual de seu tempo.

<sup>52</sup> Decreto Lei de 25 de novembro de 1937. “...os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

O anteprojeto de Mário de Andrade<sup>53</sup> serviu de base para as políticas do recém-criado órgão; seus intelectuais de vanguarda instalaram um plano, buscando conciliar valor das camadas cultas em nome do interesse público e formando, assim, uma identidade nacional. Essa foi considerada a “fase heroica” do SPHAN, a qual durou apenas três décadas devido à falta de recursos, de estrutura e pessoal especializado e assim como à quantidade de trabalho a ser realizado. Coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade a direção do SPHAN, tendo sido formado pela equipe que era basicamente os intelectuais modernistas oriundos do Movimento de 22, entre eles, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Manuela Bandeira, Oscar Niemeyer, entre outros.

Nesse período, a relação entre cultura e política tinha por função a mobilização das massas, tendo as instituições oficiais que criar símbolos que invocassem a pátria brasileira, como a bandeira e os hinos, servindo de incentivo às atividades cívicas. A arquitetura, por exemplo, vinculava-se ao passado e procurava cristalizar valores “eternos” característicos da tradição mediterrânea de gregos e latinos e retomados no *Quattrocento*. A predominância nos anos subsequentes na escolha do Patrimônio Histórico Nacional recaía sobre a monumentalidade construída em “pedra e cal”<sup>54</sup>. A prática privilegiava as construções religiosas, os militares, as residências senhoriais e os palácios que ostentavam um poder centralizado e oligárquico com características luso-colonial e barroca.

Dentro do projeto sobre a questão da institucionalização do patrimônio, o conceito de tombamento cria uma situação complexa, devido ao direito individual à propriedade e à defesa do interesse público pela preservação de valores culturais. Diversos projetos de tombamento foram recusados pelo Congresso, devido ao direito de propriedade (FONSECA, 2005, p. 104). A legitimação deveria ser conquistada, uma vez que o tombamento incorria em ressarcimento econômico o que, muitas vezes, tornava-se oneroso ao estado dependendo do tipo de valor-troca.

Nessa fase, o processo de decisão sobre os bens que seriam tombados era de responsabilidade dos funcionários da instituição e seus colaboradores. Existia a preocupação

---

<sup>53</sup> Um dos principais expoentes da Semana de Arte Moderna de 1922, movimento que revolucionou os cânones da arte e da cultura brasileira, junto com Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Tarcila do Amaral, Anita Malfatti e uma verdadeira plêiade de artistas e intelectuais. Teve como projeto o resgate de um Brasil de feição mestiça e desgarrado dos padrões europeus de então, mais indígena, mais africano, mais caboclo e caipira, iniciando uma nova síntese cultural que procura abarcar as múltiplas faces da brasilidade e da modernidade. Su proposta era a de velar essas concepções ao Instituto.

<sup>54</sup> Termo é comumente utilizado na bibliografia especializada na área de patrimônio histórico e arquitetura, para designar a supervalorização que foi dada aos imóveis coloniais, com marcas de estilos arquitetônicos bem explícitos e de supremacia barroca, no momento de definição do patrimônio histórico brasileiro, com vistas ao processo de tombamento, para preservação e conservação.

do SPHAN de elaborar referenciais para orientar a seleção de bens, assim como criar classificações para ordenar o conhecimento acumulado. De certa maneira, a preocupação em qualificar a produção do conhecimento procurava evitar interpretações possíveis do órgão, tal como direcionar a ação preservacionista para propaganda do instituto ou direcionamento dos trabalhos para que viessem a legitimar a ideologia do Estado. Então, SPHAN procurou orientar-se inicialmente pelo modelo de preservação francês que possuía uma série de critérios que levavam em conta a pluralidade cultural na constituição patrimonial. Entretanto, sabe-se que depois do projeto nacionalizante de Vargas, pelo menos até a década de 1960 o projeto pioneiro de Mário de Andrade ficaria perdido.

Após um hiato e com o rápido processo de industrialização verificado nos fins da década de 50 e por toda a década de 60 cresceu tamanho às cidades, bem como seu valor imobiliário, fazendo frente à política de tombamentos que se direcionava à preservação dos conjuntos e não mais às construções individuais. Com a necessidade de fortalecimento da identidade nacional, foi dada prioridade aos monumentos criados especificamente para tal fim, sendo, no período da ditadura militar, o momento em que a preservação tornou-se novamente pauta das políticas públicas em nível nacional, no bojo de várias ações culturais. Diversas instituições foram criadas como a FUNARTE, Conselho Federal de Cultura, Embrafilme, Concine, Secretaria de Assuntos Culturais (ORTIZ, 1994, p. 138) a fim de organizar um novo modelo para a cultura nacional, levando em conta toda o debate que ocorria no âmbito internacional.

Com a conturbação do cenário político internacional no último quartel do século XX, a economia brasileira foi reformulada. Já na década de 1970, inicia-se o processo de flexibilização, como observa Frederic Jameson, no qual emergem os movimentos negros pelos direitos civis, a contracultura nos EUA, a descolonização no Terceiro Mundo e a “morte do sujeito”, na filosofia europeia, que se caracterizaram como a “crise da modernidade”. As culturas tornam-se formas de resistência que utilizam as memórias coletivas frente à progressiva globalização e à ampliação da Indústria cultural, que atua sobre a produção artística e de bens preserváveis.

No Brasil, os anos da “distensão” coincidiram com a crise econômica internacional, em função da questão do petróleo. Nesse período, as contradições do modelo econômico do regime militar começaram a ficar evidentes, e o regime, assim como a modernização por ele instaurada, começou a enfrentar também uma crise de legitimidade.

Foi a partir da década de 70, após o esgotamento do regime militar, que a política foi criticada por se tratar de uma produção para as elites, o que, por fim, gerou uma revisão dos valores e

conjuntos de políticas relativos à preservação. Nesse aspecto, foi implantado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (OLIVEIRA, 2002, p. 28), no Nordeste, em 1973, com uma soma elevada para a preservação e conservação do patrimônio. No ano de 1975, surgiu a proposta de expansão do Projeto para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A partir de 1975, a instituição começaria a redirecionar os rumos até então tomados.

A fundação do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural –, que primeiramente era independente do IPHAN e tinha como propósito o traçado para um sistema de referencial básico para a descrição e análise da cultura brasileira, tinha suas características basicamente concentradas em adequação às condições específicas do contexto cultural do país; flexibilidade na descrição dos fenômenos que se vinculam às raízes culturais do Brasil; e explicitação do vínculo entre o embasamento cultural e a prática das diferentes áreas, ciências e tecnologias. O conceito-base dessa instituição, segundo Oliveira, seria o de que a construção

[...] cultural no Brasil continua restrit[a] aos bens móveis e imóveis [...] existe uma gama de bens, sobretudo do fazer popular que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais, nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. [...] valores autênticos de uma nacionalidade.

Objetivando a percepção e o estímulo de adequação às alternativas regionais (OLIVEIRA, 2002, p. 46-47), esse projeto tinha o objetivo de retomar as questões organizadas por Mário de Andrade, em 1936, com escopo de colocar as discussões a respeito das variantes culturais como tema importante e necessário a ser pensado no quadro de políticas culturais. Organizado por Aloísio Magalhães<sup>55</sup>, o CNRC desenvolveu programas que acabaram sendo interrompidos no final da década de 1970 com a extinção do convênio que havia entre o governo do Distrito Federal, a CNPq, o Ministério da Indústria e o Banco do Brasil. Esse período se configura como uma retomada, de modo geral, de novos objetos e estudos sobre o patrimônio, sobretudo levando em conta aspectos antropológicos e etnográficos. Nesse meio, apareceram novos produtores do campo patrimonial que debateram mais aprofundadamente o patrimônio.

---

<sup>55</sup> É considerado pioneiro na introdução do design moderno no Brasil, tendo ajudado a fundar a primeira escola superior de design neste país, a Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro (ESDI). É normalmente considerado pela crítica um dos mais importantes designers gráficos brasileiros do século XX. Além de designer, foi artista plástico e secretário de cultura do Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Foi diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e esteve sempre ligado a questões próprias da cultura brasileira.

Circunscritos nesse meio, Brasil e Argentina passam por processos semelhantes quanto ao modelo de desenvolvimento que levavam em conta um intenso processo de valorização de novos solos, objetos práticos e proteções de bens culturais.

### **3.3.2. A preservação no Brasil no final do Século XX**

Durante a gestão de Renato Soeiro, houve ações de descentralização das ações da preservação; primeiramente, a partir de reuniões com os Governadores dos Estados. A partir desses encontros, intensificou-se a promulgação de leis de tombamento em estados e municípios<sup>56</sup>. O culto ao passado tem uma conotação de reverência, e a ênfase nos monumentos nacionais é semelhante ao mecanismo invocado no nível educacional no qual a moral e a cívica eram mecanismos de disciplinamento. O patrimônio era visto como um reprodutor de tradição e não como referência para a construção das identidades regionais.

Nas ações de Renato Soeiro à frente do IPHAN, algumas modificações são realizadas com objetivo de abarcar culturas diferentes para a composição da identidade brasileira. Entretanto, a mudança acontece de forma mais intensa em 1979, quando é nomeado Aloísio Magalhães para assumir a responsabilidade e dar continuidade aos objetivos da Fundação Pró-Memória. Estavam mantidas as condições iniciais sobre as diretrizes de patrimônio a serem perseguidas, isto é, o sistema de ideias e a metodologia resgatada no projeto de Mario de Andrade a partir do CNRC estavam garantidos. Por meio da unificação entre o SPHAN-PCH e o CNRS-Pró-Memória, a “tradição” recebia um sentido transformador, característica produzida pelos modernos ainda no início da Instituição.

O trabalho realizado por Magalhães foi interrompido com sua morte em 1982, deixando o instituto praticamente paralisado, demonstrando que, para o Estado, a preservação não tinha relevância, pois, além de o nacionalismo estar enfraquecido com o fim da ditadura militar, o instituto não dispunha de profissionais especializados para dar conta da demanda no país.

A retomada, em 1985, incorpora o SPHAN-Pró-Memória ao Ministério da Cultura; inicia-se uma reestruturação lenta que na constituição de 1988 retoma os conceitos e a proposta de

---

<sup>56</sup> COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Cultura, Rio de Janeiro: MEC, n° 34. Abril- 1970 p.112.

Mario de Andrade sobre patrimônio cultural, abarcando diferentes modelos de legados a serem incluídos no ato de tombamento.

A globalização e a nova política econômica liberal, característica da década de 90, marcou uma nova interrupção sobre o que havia sido realizado até então nesse campo. Implantadas no governo Fernando Collor de Melo, o IPHAN-Pró-Memória foi reestruturado passando a se chamar de IBPC – Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, subordinado à secretaria da Presidência da República. Além da extinção do FNPM/SPHAN, uma parte dos servidores experientes foi afastada e a mão de obra qualificada de restauro, demitida<sup>57</sup>; exemplo disso ocorreu na cidade de Antônio Prado onde o escritório do Instituto foi fechado. As novas atribuições escondiam o discurso político paternalista e autoritário: em relação à administração do Instituto pelo Estado, pouco avanço nas questões relativas à preservação do patrimônio cultural brasileiro foi feito; além disso, havia pouco fomento à participação dos grupos sociais na sua definição. A Lei Rouanet, cuja continuidade foi dada, talvez fosse um dos únicos aspectos importantes desse período, uma vez que, a partir dos investimentos do setor privado na área cultural, a instituição do Programa Nacional de Cultura manteve-se como aporte financeiro em termos de política cultural (OLIVEIRA, 2002. p. 30).

Na trajetória do Instituto, o decreto nº 3351 de 04 de agosto de 1988 concretizaria as propostas enunciadas da Constituição que tinham papel fundamental na instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o qual se tornou Patrimônio Cultural Brasileiro.

### 3.4 A PRESERVAÇÃO E A EMERGÊNCIA DA MEMÓRIA

No Ocidente, no último quarto do século XX, passou a ocorrer um fenômeno cultural e político denominado como a “emergência da memória”, tendo o campo do patrimônio edificado um dos mais produtivos para o aparecimento de intensos debates, sobretudo, quanto à preservação edificada. O patrimônio passou rapidamente para objeto de estudo por parte do conjunto de especialistas, sendo incluído nas agendas políticas, nos planos de gestão e nas agências específicas, governamentais ou não, para a sua proteção e divulgação. Em muitos casos, ocorreu um desdobramento de profissões dentro desse campo de estudos ocorrendo

---

<sup>57</sup> Durante o Programa das Cidades Históricas em 1979-1980 já havia sido percebida a escassez de mão de obra capacitada para realizar restauro. Informação prestada pela Arquiteta Briane Bicca na Banca de Qualificação de Doutorado de Ana Lúcia Goelzer Meira – faculdade de Arquitetura UFRGS em 17 de agosto de 2007.

políticas de treinamento para associações civis que se relacionam com o tema (CHUVA, 2012.p.157).

Através de organismos internacionais, como a UNESCO, instituiu-se a organização de lista de Patrimônio Mundial, que faria jus, de forma universalizante, aos diferentes povos levando aos seus *lugares de memória* reconhecimento, revestindo a ação desses grupos como um personagem, e atribuindo-lhes um valor particular e uma aura especial.

No momento de sua adoção, em 1964 pela UNESCO, o documento conhecido por “Carta de Veneza”, relativo a conservação e restauro de monumentos, sítios de natureza histórica ou artística, urbanas ou rurais, tinha o escopo de oferecer à humanidade o testemunho de como os objetivos materiais da civilização passaram a representar a evolução ou progresso de acordo com seus feitos durante episódios históricos. Nesse conjunto de intenções, eram incluídas não só grandes obras, mas também obras modestas que se tornaram, ao longo do tempo, significativas culturalmente.

Para além da mudança de conceitos habituais como monumento para patrimônio, havia um aprofundamento de seu significado levando em conta sua intensidade como ideia de testemunho ou significado cultural. Supondo que, em diferentes contextos culturais, os patrimônios foram interpretados de acordo com suas especificidades culturais locais, as Cartas Patrimoniais seria um instrumento através da qual ocorreria a gestão e o reconhecimento, não mais do Estado, mas de um organismo responsável pela universalidade dos bens, mesmo que esses bens possuíssem até então reconhecimento regionalizado.

Até então, o mundo havia preservado seu patrimônio de acordo com os interesses dos Estados Nacionais, sem relativa alteração durante o século XX. O papel dos Estados, entretanto, deveria mudar realizando a identificação através de uma nova atribuição de valores históricos e culturais, antes formados pela ideia presente de nação, identidade nacional. Incide a partir do reconhecimento de organismo internacional sobre a materialidade dos grupos um reconhecimento dos contextos culturais como valores universais que ocorreu paralelamente a nova produção historiográfica em diversos países. A atribuição de valores históricos e culturais como forma de identificação das edificações contribuiu para um aumento de pesquisas no campo das ciências sociais permitindo novas abordagens de tempo e seleções mais ricas para compor o quadro analítico da preservação mundial.

Nessa situação, parece conveniente discorrer como no final do século XX o campo do patrimônio, que envolve proteção e conservação, caracterizou-se a um giro ao passado. O que ocorreu foi a conscientização de determinadas comunidades sobre o valor e importância de objetos próprios que foram determinantes para sua identidade cultural ou através de práticas



de Estado que reorganizam suas ações de acordo com o modelo proposto pela UNESCO, ressaltando a ideia de “passados presentes” (HUYSSSEN, 2000.p.9). Sobre esse passado, os conceitos do campo do patrimônio são reorganizados, projetando-se sobre determinadas heranças culturais novas estimas e significados. Mas o que revelaria a herança desse passado? O que ela seria e para que serviria? Na busca por uma explicação, o silêncio permanece.

Para uma resposta simplista bastaria evocar várias definições, que compreendem os documentos produzidos pela Unesco, tal como as cartas patrimoniais. Considerados clássicos produzidos e divulgados por diversas organizações intergovernamentais e não-governamentais de prestígio internacional, elas ainda não produziram todo o sentido quando se trata de investigar os critérios que determinados grupos locais produzem sobre sua herança, seu maior bem.

Mas é inevitável, para desvelar atentamente qualquer dúvida expressa na questão central: É realmente tão clara a noção de patrimônio cultural nas comunidades? Quem decide quais objetos, locais ou sítios do patrimônio fazem parte do acervo? Em que condições os valores atribuídos aos objetos da herança são comunicados ao grupo social? Por fim, qual o papel dos novos inventários na contribuição da preservação desses grupos sociais? Possivelmente isso seja razoável de ser avaliado a medida em que esses grupos produzem acervos ou inventários onde expõem suas representações sobre critério, valores e relevâncias culturais preservadas. É possível estabelecer uma comparação através das experiências vivenciadas pelos grupos na medida em que democraticamente vão constituindo seus registros patrimoniais.

### **3.4.1 A experiência como patrimônio**

O Patrimônio, nos processos sociais dos quais se alimenta, é marcado pelas dinâmicas dramatizações da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja situar como perene e eterno. Assim, não se deseja pensar o patrimônio como uma coleção estática de objetos, nesse caso de edificações, e sim, como uma maneira de entendimento dos sentidos construídos em determinadas culturas e nas construções político-econômico-culturais que a formam.

No Brasil, essas interpretações foram difundidas pelas Ciências Sociais, que redefiniram o conceito de patrimônio, norteado pelas políticas de Estado, estabelecendo as regras preservacionistas no mesmo tempo em que formavam intelectualmente os agentes do campo do Patrimônio como arquitetos, historiadores e cientistas sociais.

De maneira semelhante na Argentina do final do século XX, de modo geral, a ideia de patrimônio cultural se dava como construção social, que não existe naturalmente, tampouco era pensada por toda a sociedade. Em parte, essa herança é alçada em determinado grau de relevância sempre que, em certos períodos históricos, possibilitava-se a troca entre contextos culturais próprios, servindo a grupos específicos. Na análise desses casos o campo do patrimônio é um lugar de disputa, sem neutralidade onde a escolha de determinado bem cultural de patrimônio é uma ação política cabendo compreender os critérios que evocaram em determinados objetos materiais sua referência para a formação identitária de determinada comunidade.

Os estudos preliminares do processo de institucionalização do patrimônio são muito semelhantes em ambos os países, pois trazem uma concepção de patrimônio cultural subordinada ao Estado. Essa reconstrução acabou tecendo uma rede de significados reforçada pelo discurso social, à medida que reforçou determinados laços comuns transformando-os em ícones. Esse ato em si também foi uma escolha, na elegibilidade de alguns bens e no esquecimento de outros levando em conta que o Estado no início do século XX tomaria esses bens como inscrições que tornavam o presente significativo, devendo apontar para um tipo de futuro, nem sempre previsível.

Nos países do Brasil e Argentina, ocorreram eventos sobre a preservação patrimonial onde se pode reconstruir pontos de vista, pluralizando e tornando o conceito mais abrangente. Essas modificações foram subordinadas às condições materiais vivenciadas em certo contexto histórico de onde se estabeleceram diferentes conotações e atribuições de significados por meio de discursos, os quais estiveram presentes em legislação, publicações específicas, desígnio para preservação através de inventários e, efetivamente, em as declarações de tombamento.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, a seleção dos bens culturais preserváveis pelo Estado, no início do século XX, foi arbitrária, organizando os mecanismos de escolha sob valores sociais que nem sempre incluíam a maioria da população. A realidade demonstrava que havia certa submissão, já que a valorização de determinadas características materiais se deram dentro de um quadro complexo de referências de orientação estatal. Para sacralizar sua escolha, utilizava-se do ritual do tombamento, que recriou no bem patrimonial, fatos que acompanhavam linearmente a história das respectivas repúblicas dos países de maneira positiva, tal como se realmente tivesse assim ocorrido.

Essas narrativas estiveram ligadas às políticas oficiais que institucionalizaram a preservação e a definição dos bens passíveis de serem preservados como patrimônio. Dessa

maneira, os temas convergiam para a formação de uma “identidade nacional” com a ação intervencionista e disciplinadora do Estado. Essas “capitais culturais” (BOURDIEU, 1992) possuíam uma espécie de hierarquia desigual em sua constituição, que se apresentava na formação do patrimônio. Os bens patrimoniais eram apropriados diversamente pelas distintas fatias sociais, em situações e momentos específicos que eram empregados como sinal da individualização de certos grupos.

A partir da institucionalização do patrimônio e de suas regras específicas, o Estado, através de suas práticas, buscava definir táticas que abrandassem as contradições e possíveis conflitos decorrentes do crescimento urbano. O que ocorreu décadas mais tarde foi um fenômeno representado pelo resgate da memória como movimento de resistência frente ao processo de globalização; uma comercialização crescente de memória; e a reavaliação do respectivo passado nacional, regional ou local através de uma crítica coletiva que redefiniu a importância da maioria dos bens passíveis de preservação.

### **3.4.2 Patrimonialização na hipermodernidade**

No final do século XX, dois fenômenos culturais são possíveis de serem observados dentro do campo cultural do patrimônio cultural edificado. Ocorria uma “patrimonialização” europeia em demasia, que se pode relacionar-se com todo o desenvolvimento de recuperação de bens culturais no Ocidente; e, por outro lado, havia a inexistência de patrimônio Oriente. No primeiro caso, ocorria a “patrimonialização” efervescente dentro dos grandes centros urbanos que prometia a estetização das cidades ou de parte de seu conjunto. A própria forma de transparecer ou demonstrar a espetacularização dos espaços tido como heranças culturais pelos grupos sociais que incluem poder público, arquitetos, estudantes, designers, em geral setores ligados evocava um tipo de sentimentos regionalizado, sobretudo frente ao avanço da globalização ou de políticas neoliberais. Contradição à parte, pois em diversas localidades brasileiras o que ocorreu foi uma profusão de locais de memória que nem sempre estiveram sob um rigor metodológico e que, embora tivessem como pano de fundo uma reutilização de espaços como garantia protecionista contra o esquecimento, por vezes o fizeram através de práticas que mantiveram os vestígios protegidos.

Esse “dever da memória” também pode ser associados a um sentimento de culpa ou um a um simples desejo de esquecer. Na medida em que as sociedades ocidentais e, nesse

caso, as do sul da América, buscam a conservação patrimonial promovendo duras críticas ao progresso, nota-se a retomada do debate do final do século XIX. Entretanto, até onde muitos desses projetos não serviram para utilizar a compensação patrimonial como compensação nostálgica, fortalecendo um poder tradicional das “raízes do passado” para anular a vida presente? Um outro caminho era tornar esse imenso potencial patrimonial como um meio de sobrevivência diante do mundo da aceleração presenteísta, buscando no próprio processo de Reflexividade (JEUDY, 2005.p.20) encontrar um sentido mais profundo para a estratégia da conservação e restauro.

Talvez nesse projeto existisse uma sociedade que se via e se projetava através de uma imagem especular, isto é, um espelho (JEUDY, 2005, p.20). Para sonhar sobre o futuro, procura desprender-se de seu sono profundo da ideologia hipermoderna que, na sociedade pós-1960, fortaleceu-se como mundo alternativo das explicações metanarrativas, porém se tornou um modelo de mundo que passou já no século XIX, de mistura a arte com o mercado, ampliando o consumo das massas, a realização pessoal e a hiperindividualização em uma estetização constante do mundo (LIPOVESTSKY, 2015.p.15).

Outro distinto caminho de promoção de heranças de um mundo passado como alegoria para pensar o futuro não trata as edificações como parte de uma sociedade do espetáculo, mas antes parece encontrar um sentido antropológico e etnográfico. As tentativas se dão em espécie de ímpetus contra as confusões institucionalizadas por uma nova aproximação do ambiente construído, que funde patrimônios antigos, recentes e possibilidades futuras, mas também passa a incluir patrimônios imateriais mostrando a própria habilidade humana em preservar algo que não está relacionado com um mundo industrial-tecnicista.

Seja o debate ou escolhas que poderiam ser feitas, isso se inicia juntamente com a “Carta de Veneza”, de 1964, e com as recomendações de Paris, onde países como Brasil e Argentina iniciam lentamente esse novo processo, pois, diferentemente do que ocorria na Europa, o patrimônio ainda era preservado mediante sua aproximação com figuras institucionalizadas nas esferas políticas, religiosas e militares. Assim, pensar o patrimônio nesses países a partir da década de 1980 é avaliar tanto a tomada de consciência que mobilizaria tantas profissionais da área da arquitetura, antropologia, sociologia, história, quanto a população em geral que, afastada do processo de reflexividade, era mantida no modelo preservacionista de simples arranjo institucional ou hierárquico.

A história e gestão do patrimônio modificaram-se primeiramente a partir da própria uso corrente da expressão “patrimônio histórico” que data dos anos de 1960, quando ainda existia fortemente um modelo de visão das camadas hierárquicas de poder que pensavam as

edificações como um monumento de simples função simbólico-nacional-religiosa com o fim de lembrar crenças ou regras sociais para a manutenção dos comportamentos em geral. Tratava-se da herança do “arranjo criativo” que moldou as políticas dos Estados Nacionais e de onde é possível ler na catalogação dos inventários produzidos em ditaduras militares de ambos países.

A essa visão adiciona-se outro conceito que seria o de monumento histórico, como um artefato intencional para fins memoriais, cujo *corpus* ficaria para a valorização histórica fosse da política, das técnicas ou, até mesmo, da arte. Cabe ressaltar que esses são conceitos constituídos e mantidos desde a antiguidade e que foram definidos apenas do início do século XX por Aloïs Riegl em 1903 em seu *Projet de legislation des monuments historiques*<sup>58</sup>

Sob um outro panorama de visão preservacionista, havia a clara compreensão de que o campo do patrimônio sempre fora modificado, e isto se revelava das mudanças de estatuto ao próprio campo lexical, em que uma nomeação dos “bens de herança” gerava a palavra “patrimônio”, que foi frequentemente utilizada na Revolução Francesa, mas também conceitos que foram deixados de lado por sua ambiguidade, sendo novamente reapresentada para o campo de estudos a partir de dos anos de 1960. Dentre essas mudanças foram incluídas o caráter da inventariação.

#### 3.4.2.1 A Inventariação como forma de conhecimento e proteção cultural

A ideia de um “inventário geral”, segundo CHASTEL, é antiga. Teria surgido no período Iluminista com objetivo de organizar todo o aparato cultural de determinado grupo naquele contexto histórico. Sob a coordenação das academias eram elaboradas diretrizes gerais fazendo menção aos aspectos econômicos, agrícolas, às obras históricas e as belezas naturais. Seria talvez aquele o momento em que o homem se percebe numa condição de tempo distinta de outros períodos, de onde mereceria uma atividade reparadora, uma atividade de catalogação histórica? A construção da memória moderna? Mais do que isso, a atividade de inventariar destacaria que a sociedade estaria perdendo algo e, portanto, seria necessário, principiar um olhar de permanência sobre determinadas partes (escolhas) de grupos em relação aos demais.

---

<sup>58</sup> Riegl foi nomeado, em 1902, presidente da Comissão central dos monumentos históricos austríacos (ativos de 1856). Estava distribuído em três partes: teórico, legislativo e aplicação das leis. O projeto global foi publicado em 1903, sem o nome do autor, pelas edições da Comissão Central.

O inventário dos bens culturais surgia assim, de acordo com CHOAY, na criação de um inventário de herança “deixada” pelas classes hegemônicas do Antigo Regime (Nobreza e Clero) para a França revolucionária. Fazia-se necessário identificar precisamente os bens do espólio que havia sido nacionalizado, caracterizá-los e descrever o seu real estado de conservação.

Embora parecesse insignificante, representava uma inovação, na medida em que não era costume na antiga França atribuir aos edifícios e obras de arte uma importância mais do que anedótica. A atribuição de uma lista, demonstrava que se as coisas se modificaram nos últimos tempos, devia-se ao fato da existência de uma foi devido a uma “reparação” cultural para a qual uma iniciativa como o Inventário geral sem dúvida contribuiu.

Segundo, CHASTEL, após 1792, os cidadãos acharam-se no direito de suprimir os emblemas da monarquia das portas das cidades, das praças, dos edifícios públicos, sem falar das estátuas derrubadas, dos túmulos profanados. Mas sobreveio uma dificuldade, que um decreto arranjado em setembro de 1792, enunciou: “é preciso destruir os símbolos do despotismo, mas preservar e conservar honradamente as obras primas das artes, tão dignas de ocupar o ócio e embelezar o território de um povo livre”.

Sobre a ideia de inventário acumularam-se inúmeros artefatos com a consignação de monumentos e antiguidades, poupados e consagrados pelo tempo, guardando interesses para que outros estudos, mais tarde, se voltassem à consulta das artes, de uma curiosidade ou de uma suposta inspiração que os objetos poderiam conferir gerando uma espécie de existência ao passado. Para além disso, a catástrofe dos aniquilamentos fez o sentimento de urgência ampliar-se; fosse com a guerra, indústria, ou a modernização que reconstruíam cidades. Na Carta de Atenas, que reúne as conclusões da conferência da antiga Sociedade das Nações, realizada em 1931 para tratar da proteção dos monumentos culturais, já se preconizava a publicação, pelos Estados, de um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e informações.

Dessa forma, passou a ser uma preocupação do homem ocidental, moderno a identificar, classificar, ilustrar os edifícios e objetos escolhidos para uma maior atenção incluindo um recenseamento metódico. No caso brasileiro, Tombamento e vigilância foram regulamentados pelo Decreto-lei n. 25 de 1937, na qual instituía-se a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” instituindo, inclusive, atribuições ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ocorre, entretanto, uma diferenciação entre o ato de tombamento, o que protege o bem cultural, e a inventariação que não inclui a proteção efetiva, mas uma chamada para o olhar com objetivo de repercutir com o propósito

de conhecimento e procedimento de ressonância para exigir que o Estado intervisse em sua efetiva proteção jurídica (tombamento).

Desta forma, Lúcio Costa em seu *Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN*, escrito em 1949, ano no qual assume a direção da citada divisão, assinalava a necessidade de um “acervo histórico-monumental de interesse artístico que nos incumbe preservar”. Mesmo que sob uma influência da visão historicista que privilegiava os bens do passado colonial brasileiro como passíveis de serem preservados Lúcio destaca a necessidade de apropriar-se de um instrumento para efetivar tal encontro com os objetos da história brasileira.

Foi na França de 1962 que instituiu-se o decreto do Inventário geral, ou mais exatamente da “Comissão nacional encarregada do Inventário geral dos monumentos e obras de arte da França”. Embora os inventários contassem com grande quantidade de material, servia juntamente com as iniciativas da UNESCO na tentativa de abarcar novos estudos históricos que ampliavam a historiografia europeia, já que pós-segunda guerra, iniciaram-se uma diversidade de análises sobre objetos, lugares, contextos em distintos continentes, em espacial, a África e a América do Sul.

Na Argentina, sob a tutela da Comissão Nacional de Monumentos Históricos aplicou-se até o final de década de 1970 a inventariação de inúmeras praças, edifícios, personalidades que tivessem relação com a história política-nacional e do exército na “nação argentina”, mostrando que o campo do patrimônio é um campo em conflito e estão diretamente ligadas às escolhas de cada tempo e de acordo com os objetivos dos Estados envolvidos em determinados cenários políticos.

Dessa maneira, foi efetivamente no final do século XX, o contexto no qual um bem cultural foi compreendido como um organismo vivo, dinâmico, acumulador de culturas que se apropriam de seu passado e, no qual, se sucederia a história da sociedade, de forma contínua.

Nessa perspectiva, a complexidade de um inventário com o fim de desenvolver ações de preservação necessitaria de um campo profissional para identificação os novos valores culturais, que ainda estavam em fase de aprofundamento epistemológico

Dentre elas, os levantamentos físicos, as considerações geográficas, climáticas, históricas, socioculturais, econômicas, políticas e urbanísticas, o levantamento do quantitativo de edificações tombadas, conjuntos preservados, edifícios relevantes, espaços livres, a infraestrutura e equipamentos, arquiteturas pitorescas, as formas de preservação, o estado de conservação, as políticas de uso e ocupação do solo, a evolução demográfica e territorial, dentre outros tantos pontos necessários, podem se tornar apenas gráficos, mapas temáticos ou

dados infinitos se não apresentarem uma leitura crítica por profissionais habilitados em suas categorias direcionados no entendimento da preservação dos bens culturais.

Porém, entendido a sua relevância, a inventariação passa a ser um instrumento qualificado capaz de direcionar as ações de preservação com respeito mútuo não apenas aos monumentos, mas a toda essa malha que se relaciona e não são independentes. Essa nova abordagem para os inventários se tornou cada vez mais necessária com a rápida transformação que as cidades estiveram circunscritas, sobrepondo arquiteturas e paisagens urbanas, nas quais a leitura do espaço urbano se altera, provocando a perda de suas características singulares.

A figura do inventário enquanto sistematização de conhecimento ou identificação, consolidado historicamente vai dando espaço a um novo circuito de compreensão do patrimônio inserido na própria mudança dos conceitos desse campo. Seguindo esse percurso, a partir da década de 1970 e 1980 principiaram as iniciativas de elaboração de “inventários de conhecimento” para mais adiante instalarem-se os inventários de investigação, preservação. Contudo, a constituição de inventários se traduziu de duas maneiras muito específicas: a primeira, a ação de inventário para conhecimento e posterior tombamento, dependendo da intencionalidade do poder político de cada município, estado ou nação. A segunda, de identificação cultural para proteção ou inventário de acordo com o caráter de ressonância da comunidade que deseja ser representada nas políticas públicas de cultura.

### **3.4.3 Hipermodernidade e Patrimônio: o Caso de Caxias e La Plata.**

Deve-se ter em conta alguns aspectos específicos nos quais se circunscrevia o novo momento da preservação cultural de edificações no final do século XX antes de uma análise mais detalhada dos processos de La Plata e Caxias do Sul.

Na década de 1960-70, ocorria a emergência de um novo modelo de capitalismo, que tratava da flexibilidade dos mercados de trabalho (HARVEY, 1989), mas sobretudo na autonomia do capital financeiro nos próprios circuitos de produção material que moldariam parte das experiências dos grupos humanos do Ocidente: como vivenciavam e imaginavam o tempo e, sobretudo, o espaço. Esse fato está complexo com o fenômeno da institucionalização do patrimônio, bem como da luta que seria travada entre esse campo frente ao advento de especulação imobiliária e turística.



Na medida em que o adjetivo “cultural” entrava em harmonia com o patrimônio<sup>59</sup>, a adjetivação de cultura passava a ser de interesse do Estado e era pensada para além da institucionalização do “monumento histórico”. Claramente, havia a vitória de um distinto modelo de gestão patrimonial que substituíra as expressões “monumento” e “monumento histórico” por um outro léxico que se consagraria: “patrimônio cultural”. Como exemplo desse processo, em 1964, o Estado francês cria o Serviço de Inventário do Patrimônio, avalizado em 1978 pela organização da Direção de Patrimônio, influenciando os demais países europeus. A UNESCO elaborou a aliança entre os conceitos em 1972 quando passou a fundir sob o título de patrimônio a essência de monumentos e monumentos históricos.

Entretanto, também sob a modernidade ocidental, realocaram-se sobre o patrimônio contornos semânticos específicos, sendo formalizados pelos próprios documentos da UNESCO, em 1970. A noção sobre o patrimônio, mencionada por GONCALVEZ (2003, p.25), trata a ideia de agrupamento de bens materiais, coleção e proteção como um tipo de categoria de pensamento, o que promove um original entendimento dos grupos humanos através da sua vida social e cultural. Nesse caso, todo e qualquer grupo de pensamento humano exerceria um tipo de atividade de colecionamento de objetos, cujo efeito demarcaria domínios subjetivos em relação ao outro. Porém, sobre essa categoria poderiam se sobrepor limitações precisas tal como a fusão de categorias como economia e propriedade.

Levando em conta as modificações econômicas e culturais que passavam a existir no último quarto de século XX, vivenciado pelos países da América Latina, havia também o panorama político de intenso conflito, haja vista as ditaduras civil-militares. Mesmo assim, é possível averiguar que, entre 1970 e 1980, são criados novos fóruns de debates sobre a constituição dos sentidos a que seriam atribuídos os bens edificados, bem como sua ordem simbólica. Inicialmente, a proposta era preservar, tomar consciência, fortalecer ou criar um estatuto próprio desse campo que podia estar dentro do circuito mercadológico, ou ainda verificar novos valores simbólicos.

Para explicar essa reação, pode-se tomar como responsável o *sentimento de pertença* dos locais de onde se produziriam novos contornos semânticos capazes de entender as culturas como fatores formativos da comunidade, auxiliando na formação das políticas de preservação. Mesmo com suas especificidades, a investigação parte do surgimento de grupos

---

<sup>59</sup> O termo foi lançado na Europa por André Malraux, quando era Ministro de Estado da Cultura, redigindo um decreto que reconhece a política cultural como questão de Estado. Para Malraux e seus sucessores, a cultura não podia ser reduzida a um privilégio de classe social. Entretanto, a cultura passa a ser também um objeto de consumo que poderia distribuir de forma igualitária e englobaria as comunidades regionais, nacionais ou supranacionais.

locais que possuíam uma visão de mundo de preservação mais antropológica, e mais adiante dos inventários instituídos que serviram em um primeiro momento para preservar as heranças edificadas da ameaça de destruição. Propõe-se que isso ocorria no contexto no qual ainda se encontra o homem moderno junto de convicções escatológicas (LE GOFF, *Op. Cit*, 2003.p.323)<sup>60</sup>: confiança no progresso da humanidade. Entre progredir e desenvolver-se intensamente através de suas realizações, imerso em uma crença instituída na história da longa duração, estendida pelo advento da industrialização, o homem do final do XX se depara com o resultado de sua própria experiência: a ameaça pela perda de sentido de sua própria continuidade.

Assim, as memórias passam a ser valorizadas intensamente e colocadas à disposição seja por sua singularidade, seja pela segurança que produz nesse homem. Na busca por identidade frente à hipermodernização, Argentina e Brasil, seguem diversas diretrizes na afirmação das políticas preservacionistas. Em especial La Plata e Caxias do Sul, as cidades têm em comum uma atualização do passado, primeiramente como dever cívico, depois de caráter cultural como uma maneira de dar ordem à expressão do seu próprio patrimônio, demarcando certa identidade frente à globalização que articula novas apropriações do espaço. Resta saber se quando o patrimônio passar a ser produzido para a satisfação das massas, já não passa a fazer parte de uma prática social da comercialização do patrimônio; ou se reatualiza, no domínio das mentalidades expressas no patrimônio, sentimentos de esperança frente à violenta angústia provinda do turbilhão de mudanças e do achatamento do seu poder criativo.

#### **3.4.3.1 Caxias do Sul e a retomada do processo preservacionista.**

Como abordado anteriormente, no século XV, existia um modelo de patrimônio histórico estabelecido sob o nome de “antiguidade”, que criava em suas peças uma espécie de instalação no tempo, a qual servia como referência para os povos da antiguidade. Com o advento iluminista, a definição de monumento histórico provoca uma ruptura da arte ocidental e da arquitetura que passou a se referenciar no tempo como devir, como história, contrariando a tradição cristã. Os conceitos de *monumento*, *cidade histórica*, *patrimônio arquitetônico* e *urbano* e suas figuras esclarecem de forma privilegiada como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade, com a memória e como construíram sua identidade. Mais adiante, a partir do constructo icônico das antiguidades surgiu a

---

<sup>60</sup> Doutrina dos fins últimos do indivíduo e da humanidade.

concretização no tempo histórico, e a edificação da imagem de si mesma foi enriquecida pela genealogia. Os estudos sobre a representação iconográfica demonstram que esses novos textos desvalorizaram o testemunho da palavra e da escrita, contribuindo para que os edifícios sirvam para o estudo das formas plásticas e do seu desenvolvimento como uma civilização da imagem: instrumento de análise do mundo e suporte da memória.

No século XIX, foi cunhada a instituição do monumento histórico com estatuto temporal diferenciado, conferindo presença concreta ao passado. A partir do trabalho historiográfico e das mudanças impostas pela Revolução Industrial, as relíquias transformaram-se em lembrança de um mundo perdido. Devorados pela técnica, os edifícios da era pré-industrial tornaram-se objetos de estudos, por consequência, receberam um papel de memória, tornando o conceito da palavra “patrimônio” mais complexo. De modo geral, o conceito de patrimônio remete à herança associada ao paterno ou à pátria, opondo-se diretamente ao mundo natural. Sob o ponto de vista jurídico, está vinculado ao “conjunto de relações jurídicas que tiveram valor econômico para uma pessoa” (SOUZA FILHO, 1999, p. 51) podendo ser de propriedade pública ou privada. As legislações de 1937, 1988 e as cartas internacionais de preservação da UNESCO realinharam o campo do patrimônio cultural como histórico, artístico ou paisagístico e se agrega ao adjetivo *nacional*.

Dessa forma, por não poder ser considerado fora de uma rede simbólica, o patrimônio é necessariamente um conjunto de bens que revela uma cultura e que se constitui seu patrimônio. Ao estar ligada à cultura e à memória, sua definição mais apropriada, nesse caso, é a da UNESCO, em que o patrimônio cultural edificado é “um corpo de signos materiais que acumulados pelo passado servem de ponto de identificação de cada cultura.”<sup>61</sup>

As formas e os objetos de culto modificaram-se devido às áreas de difusão do seu *corpus* e de seu público, depois lentamente passaram a integrar uma condição que estava ligada ao turismo. A transformação do patrimônio edificado em monumento histórico individualizado foi um advento assumido pelo estado, cujo modelo jurídico, administrativo e técnico foi criado pela França e transportado a toda a Europa. A metamorfose quantitativa sofrida pelo patrimônio histórico que reforçou a política cultural do Estado teve impacto na década de 1960. Isso se deve à expansão dos valores e de referências do mundo ocidental. Simbolicamente isso pode ser visto na Assembleia Geral da UNESCO de 1972, em cujo texto o conceito de patrimônio cultural universal de monumento histórico é um conjunto de

---

<sup>61</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. CARTAS PATRIMONIAIS. Brasília: IPHAN, 1995. p. 175.

edifícios, sítios, e monumentos que apresentavam “um valor universal do ponto de vista da arte ou da ciência”<sup>62</sup>.

A partir daquele momento, estava oficializado o sistema ocidental de pensamento e dos valores produzidos quanto ao tema. Essa convenção criou um conjunto de obrigações relativas à “identificação, proteção, conservação, valorização, e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações”.<sup>63</sup> Contudo, situou uma pertença comum, uma solidariedade internacional para proteção desse patrimônio, no qual a comunidade encarregava-se de socorrer os objetos com os quais se identificava. Na mesma proporção que esse novo cenário cria uma “religião” patrimonial, ocorreu uma nova investida sobre o inventário que dava a determinado estado certo prestígio, pois a convenção de 1972 foi ratificada e aceita por 21 países distribuídos em cinco continentes.

Na medida em que o passado tornava-se cada vez mais próximo do presente, os produtos técnicos da indústria ganharam os mesmos privilégios de conservação que as obras de arte arquitetônicas, realizadas no período de produção artesanal. Muitas peças, graças à expansão tipológica, receberam *status* de *corpus* patrimonial, durante a segunda metade do século XIX e XX, quando as novas formas de edificações, retratos de um mundo em industrialização, são integradas à prática conservatória, de tal forma que as próprias áreas abandonadas, pela desenfreada modernização da urbe, passam a ser consideradas como alvos preserváveis. De certa maneira, essa efusão patrimonialista acaba por criar uma onda preservatória que se associava a uma maneira de compreender a preservação de acordo com a indústria cultural.

A ambição moderna de eliminar as diferenças e os privilégios dos valores intelectuais e artísticos acabou se aliando ao desenvolvimento da sociedade de consumo de massa, tornando os monumentos históricos fontes de consumo e audiência que se alastrou por todo o mundo. No caso francês<sup>64</sup>, como alerta CHOAY (op. cit, p. 208-209) o Estado promoveu e

---

<sup>62</sup>*Idem*, p.175-192. Texto da Convenção do Patrimônio Mundial. UNESCO, 1983. O patrimônio cultural era definido por: (I) os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham valor universal do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; (II) os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em razão de sua arquitetura, de sua unidade ou de sua integração na paisagem, tem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; (III) os sítios: obras do homem combinadas com a natureza, assim como as zonas, inclusive sítios arqueológicos, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. O valor excepcional é um critério vago, difícil de aplicar, segundo Françoise Choay em sua obra “A Alegoria do Patrimônio”. A autora questiona por que, no caso dos sítios, o adjetivo “científico” é substituído, de certa forma, por etnológico e antropológico.

<sup>63</sup> Carta de Paris. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, 1972. UNESCO.

controlou os recursos a serem utilizados pelos seus poderes, criando ritos oficiais do patrimônio histórico.

O próprio termo “cultura” é ampliado após a Segunda Guerra para dar formato a diferentes grupos de cultura: popular, pobre, erudita. Logo, a cultura transforma seu invento de realização pessoal e torna-se empresa, indústria e, a partir dali, os monumentos e patrimônios históricos contêm um duplo sentido: proporcionar prazer e saber a todos que os desejem; dessa forma, tonam-se produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. Parece que a trajetória da preservação do patrimônio urbano misturou-se com o próprio urbanismo e com a gestão das cidades que tinham determinadas edificações seculares.

O vasto empreendimento público e privado a serviço de grande número de “agentes do desenvolvimento” tinha a tarefa de explorar os monumentos por todos os meios, com a finalidade de multiplicar o número de visitantes, o que, em síntese, transformou o valor de uso em valor econômico, como se percebe no discurso do Ministro do Turismo Francês: “Nosso patrimônio deve ser vendido e promovido com os mesmos argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões” (SILVA, FONTES, MENEGUELLO, 2009, p. 2).

No caso brasileiro, no século XX, desde o início da institucionalização houve diferença quanto à ação preservacionista. Em 1937, com a instituição do SPHAN e com a lei de tombamento, procurou-se primeiramente dar manutenção à identidade nacional utilizando-se das cidades com vestígios do período luso-colonial. No Rio Grande Do Sul, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que administrou a fase “heroica” do patrimônio, de 1937 a 1967, foram tombados dezessete bens edificados, dos quais doze no período em que Getúlio Vargas era Presidente da República.

A busca de outras formas culturais passíveis de preservação, como é o caso de Caxias do Sul, para compor o mosaico nacional, proposto por Mario de Andrade, ainda em 1937, foi reassumida por Aloísio Magalhães, em 1979. Após o processo de democratização nos anos 1980, os movimentos sociais passam a ocupar um espaço cada vez maior nas decisões sobre as cidades. Mas a maior parte dos tombamentos acontece a partir de 1985, após a fim da ditadura militar na gestão de José Sarney (MEIRA, (2009) *op. cit.* p. 290).

As noções de patrimônio histórico e artístico nacional constituído no âmbito da formação dos Estados-Nações e da ideologia do nacionalismo foram sendo alteradas, conforme o contexto e as indicações dos organismos internacionais que priorizavam o patrimônio cultural. Isso significa que as intervenções de edificações/monumentos, que

expressavam um passado heroico ou uma expressão artística, readequavam seus critérios para representações culturais, o que abarcava outras comunidades no arranjo da nação brasileira, contemplando diversas regiões.

Existia um sentimento favorável ao reconhecimento da contribuição das áreas de distintas etnias provindas da imigração do século XIX, acolhendo uma construção coletiva que equiparava as edificações de diversas etnias como monumentos a ser tombados. Nas palavras de Lygia Martins, funcionária do DPHAN,

[É] justo o pedido de proteção de conjuntos ou remanescentes arquitetônicos de colonização não-portuguesa no Sul do País, [...] De fato o IPHAN ainda tem muito a fazer no setor, e pelo que se vê não pode adiar sua atenção desse capítulo de nosso patrimônio cultural.<sup>65</sup>

### 3.4.3.2 A influência dos organismos internacionais em Caxias do Sul

No caso de Caxias do Sul, além desses aspectos, da imigração como fonte para a construção de uma identidade, serviram para reforçar a ideologia da tríade mitológica distintiva, colono-trabalho-sucesso, pois de certa maneira a preservação estava longe de ser considerado relevante. O efeito da indústria cultural sobre as edificações de maneira mais ambiciosa é reforçado em meados de 1980 e na década de 1990, quando a globalização, as novas diretrizes mundiais de preservação e as realidades regionais dão conta de unir a preservação ao turismo, privilegiando o aspecto das economias locais. Segundo MURTA E ALBANO (2002, p.10-11):

Numa cultura globalizada, que busca entretenimento a todo custo, é fundamental tocar a emoção, provocar as pessoas, estimular novas formas de olhar, de ver e apreciar. [...] É tempo de consolidar entre nós a prática da interpretação do patrimônio para propiciar o desenvolvimento cultural das comunidades e fortalecer o turismo sustentável.

Com a modernização, a flexibilização, a aplicação de novas tecnologias construtivas e devido à pressão das forças políticas e econômicas, quase sempre irresistíveis, esse processo

---

<sup>65</sup> *Idem*, p. 305-306. Informação n° 27/05/1975, de Lygia Martins Costa para o Sr. Renato Soeiro. Arquivo Noronha Santos Geralmente, acredita-se que essa ampliação do conceito de bens culturais aconteceu apenas com Aloísio Magalhães. Porém, segundo a coordenadora da 12ª IPHAN em Porto alegre, Ana Lúcia Meira, foi na gestão de Renato Soeiro que a preocupação com os remanescentes do patrimônio cultural das áreas de imigração foi priorizada.

de preservação, que se seguiu na década de 1990, tornou-se, no mínimo, ambíguo. De um lado, o critério que valoriza o patrimônio histórico contém, igualmente, a conotação de encanto, beleza, sem perder de vista as conotações econômicas; de outro, a preservação cultural, que aborda peças importantes na reconstituição de cenários passados.

Da incompatibilidade entre dois sistemas de valores e estilos de conservação, uns defendem regras rigorosas para a utilização pela indústria cultural, dentre eles alguns mais radicais a ponto de defender o estado original das ruínas para que não sirvam de mera ilusão<sup>66</sup>. Já outros propõem a utilização de recursos e técnicas da conservação de determinado bem, mesmo que esse não tenha significado para a comunidade como um todo, sob o signo da rentabilidade e do prestígio o corte edificado, inclusive com patrocínio dos Estados e de instituições privadas (CHOAY, op. cit. p. 213). No cenário dos últimos anos 30 anos, observa-se um combate desigual e incerto devido ao efeito das autoridades, sejam elas prefeito, engenheiro, arquiteto ou administrador, que podem mudar o destino de uma edificação, um monumento, ou de uma cidade.

Por ter, por vezes, um significado ambíguo, o patrimônio sofre alterações mediante o valor conferido a ele. Isto é, desde o restauro até a reutilização, passando pela teatralização e animação cultural, a valorização da edificação mistura-se ou confunde-se com a prática econômica. Isso se apresenta, sobretudo, porque diversas intervenções são de baixa qualidade, pois servem apenas ao turismo e à força da indústria que tomam diversas localidades por produtos a serem comercializados.

Para ter chance de sobreviver, muitas edificações entram em programas de entretenimento, perdendo sua característica principal, já que são usadas novas técnicas de apresentar a arte urbana, sob outro ângulo, tornando-se um simples dispositivo secundário. É o caso da utilização da iluminação e do som em shows ou espetáculos, cujo objetivo final é apenas entreter o espectador; não sobre as edificações, mas sobre a recriação de um ambiente, que permanece em um plano secundário. A luz artificial tira grande partido da sombra, fazendo com que dela surjam imagem jamais vistas; enquanto o som, associado à iluminação, atua sobre o espectador distraíndo e divertindo-o. Esta *mise-en-scène* faz parte do átrio que transforma o patrimônio edificado em um espaço consumível em que uma complexa rede de efeitos especiais reconstitui cenas históricas imaginárias, reorganizando, de forma passiva, a memória coletiva da comunidade a que se circunscreve.

---

<sup>66</sup> Cristina Meneguello. Professora de História da UNICAMP SP. Seminário proferido pela Profa. Cristina em maio de 2008, como disciplina do curso de Mestrado da PUCRS.

A cidade de Caxias do Sul, a partir da década de 1990, utiliza esse modelo de apresentação cênica. Sobre os simulacros das vilas que foram construídas em 1975, projetam-se os shows de luz e som que tanto chama a atenção da população (RIBEIRO, 2002, p. 216-218). A mediação que acontece a partir dos comentários e das ilustrações alimentam a passividade do público, dissuadindo-o de decifrar com seus próprios olhos, deixando escapar o sentido diante de expressões vazias. O monumento transforma-se em teatro ou em cena; o edifício entra em concorrência com um espetáculo que o neutraliza pelo ruído, invadindo sua autonomia. Pode ser ressaltado ou reduzido a outras categorias de apresentação.

Na Europa, isso se tornou comum em diversas edificações famosas, que, nesse caso, não trata de dar impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador (CHOAY, op.cit. p. 215). Além de colocar o mesmo desvio de atenção, insere o presente no passado, ou seja, dá ao passado uma escala de valores presentes, no caso os presentistas hipermodernos (LIPOVESTKY, Op. Cit, 2004, p. 30).

Dessa maneira, o patrimônio passa a ser comum a todas as modalidades de valorização que se estendem desde a locação de edificações, monumentos para a utilização de suporte publicitário, associando-os à venda de produtos de consumo em geral. As edificações, em nome da revitalização, recebem todo o tipo de complemento que nem sempre destaca a edificação<sup>67</sup>. As formas e as edificações são semelhantes a qualquer parque de diversão que preveem a rentabilidade pela facilitação do acesso.

Sobre esses elementos é que a palavra revitalização ou reutilização<sup>68</sup> emerge. A reutilização (integração na vida contemporânea), que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. A edificação, ou o conjunto delas, é poupada de riscos do desuso para ser exposta à corrosão e usurpações do uso, ou seja, geralmente escapa ao domínio da indústria cultural, visto que sua reutilização levanta escalas de edifícios diferentes. Por um lado, os edifícios isolados que são de fácil adaptação para utilização, constituindo uma condição histórica e uma sadia economia logística, têm seu valor afetivo de memória para aqueles que, por muitas gerações, tinham nesses territórios um documento sobre uma fase da civilização industrial.

---

<sup>67</sup> Em grande parte das edificações, as placas publicitárias cobrem todas as fachadas das edificações, impossibilitando qualquer leitura da arquitetura histórica, artística ou cultural das diferentes cidades existentes na urbe.

<sup>68</sup> Guia Básico de Educação Patrimonial. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2004. A reutilização (integração na vida contemporânea), que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu ou a uma casa comercial. É certamente a forma mais paradoxal, audaciosa da valorização do patrimônio.



Outro tipo de prática e da reutilização pode ser da pedagogia especial que deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que varia de país para país. No entanto, grande parte dos centros encontra dificuldades de preservação, já que as contradições da valorização do campo do patrimônio arquitetônico, em geral, causam confusões e reinterpretações que nos discursos tergiversam com interesses de integrá-los na vida contemporânea. Assim progressivamente, a letra e o espírito museal das Cartas Patrimoniais da UNESCO, bem como os aspectos abordados por Mário de Andrade são descartados mediante as novas noções de valorização, são colocados a serviço de um conceito que serve para tudo – o desenvolvimento.

No último quartel do século XX, esse problema gera na cena internacional uma preocupação com os conjuntos históricos e a rivalidade à vida coletiva de nossa “época”. O documento da UNESCO de 1976, organizado na cidade de Nairóbi, adotou uma recomendação de proteção aos conjuntos históricos tornando-se um documento que funda, pela primeira vez, a conservação viva dos conjuntos antigos. É a partir desse documento que as edificações são apresentadas como um meio de lutar não apenas pela proteção de particularismos étnicos e locais, mas também contra o processo planetário de banalização e estandardização das sociedades em seu meio. São casos que nem sempre devem ser comparados, vide os exemplos de grandes e pequenas cidades, sendo em muitos o resultado seja da crise da cidade, seja das economias prósperas, em que o patrimônio não passa de um elemento de prestígio; em outras, ele constitui seu principal recurso, como o caso da cidade de Antônio Prado<sup>69</sup> no Rio Grande do Sul.

O aspecto da cidade histórica, assim como o monumento individual, de ser transformada em produto de consumo cultural, ser destinada a fins econômicos que ao mesmo tempo beneficiam-se simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial, mas que a ele nunca se subordinam. Os documentos internacionais dão conta dessa preocupação:

Constatam que a introdução de esquemas consumistas e de modo de vida estranho a nossas tradições, que advêm graças aos múltiplos meios de comunicação, favorecem a destruição do patrimônio cultural por facilitar o desprezo de nossos próprios valores, particularmente nas pequenas aglomerações.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Tese de mestrado do Prof. Bernardo Lewgoy UFRGS, 1992. O tombamento pelo IPHAN de 48 casas da cidade de Antonio Prado, registros das primeiras edificações da colonização foi complexo, era rechaçado pela comunidade local, por compreender que eram “casas velhas” ou ainda que perdessem sua propriedade. No final do processo muitos se convenceram de que o tombamento seria motivo de orgulho para os moradores da cidade, além de ativar o turismo local.

<sup>70</sup> DECLARAÇÃO DE TLAXCALA – 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental – Revitalizações das pequenas aglomerações- ICOMOS – México. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1982. Conclusões – parte 5.

No momento de fragmentação e de confusão, o campo do patrimônio, dentre outros serve ao homem ora para garantir a tranquilidade de uma identidade, ora como a expansão de um mercado de consumo. O projeto moderno, que pretendia emancipar o ser humano, tornou-se um desafio aos seus sonhos de libertação e a busca de si mesmo como um ponto de identificação, assim como um centro de ambiguidades que colocou a condição humana em uma direção oposta (SIMMEL, In. BAUMAN, 1999, p.198).

A indústria cultural em grande parte do mundo e no Brasil já representa uma parte significativa do orçamento e da renda das nações significando para muitos estados, regiões e municípios sobrevivência e perspectiva econômica. No entanto, esse tipo de empreendimento apresenta efeitos perversos, já que tal embalagem tem em vista o consumo cultural, além de ser alvo de investimentos imobiliários que tende a excluir partes das representações locais que não detêm determinados privilégios (BAUMAN, 2001, p.113-115). No caso do patrimônio europeu, o grande problema é o desgaste trazido pela quantidade de visitantes nos centros e bairros preservados. No Brasil de forma díspar, muitas vezes o patrimônio está no campo de disputa para garantir a permanência das memórias coletivas em determinadas localidades.

Em outros casos, como o patrimônio colonial português, a configuração é outra, uma vez que existe certa deterioração: o “novo” patrimônio tombado a partir da década de 60, por vezes, recebe reformas, nem sempre de qualidade, para garantir a sobrevivência do turismo regional. Nesse nicho, já se compreende a que o patrimônio deve servir: “[...] essência do visitante, levando uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro a incorporação do patrimônio como atração turística” (GOODEY, In MURTA, e ALBANO, Celina, 2002, p.13). Uma das consequências da grande visitação é que os centros antigos estão banalizados e a função, destacada pela recomendação de Nairóbi<sup>71</sup>, é a de que os elementos estariam sendo perdidos. Com a ampliação dos visitantes do passado cada vez maior, devido ao culto da indústria e ao fluxo transbordante, só é possível resistir a essa espécie de destruição, quando se impõem as ações das autoridades<sup>72</sup>. Esse fenômeno pode ser complementar ao pensamento de Ruskin sobre o século XIX, quando observava a destruição elitista que afastava os edifícios daquilo que eles realmente significavam, traduzindo para o este caso específico, algo que jamais significarão.

---

<sup>71</sup> DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI. UNESCO Novembro de 1976. In Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995, p. 252.

<sup>72</sup> Isso se aplica mais às cidades históricas europeias do que as brasileiras, embora o contingente de visitantes e a depreciação, incluindo o descaso da comunidade e do poder público, esteja se ampliando.

A análise do patrimônio edificado na Europa e nos demais países de maior tradição é de que a exploração está fadada ao esgotamento. Para muitos especialistas, esse patrimônio continua sendo, um vasto campo de pesquisas e de descobertas, em que a depredação pode representar um entrave. Quando o patrimônio passa a ser para o grande público apenas uma distração, uma vez que esse mesmo público é, em geral, enganado pela indústria cultural, seus artefatos passam a vender ilusões à guisa dos valores prometidos.

A visão sobre a preservação aponta para um exame. Nesse campo, a memória apoia-se e é substituída, devido à velocidade do mundo contemporâneo, pelas próteses cada vez mais potentes, reduzindo a abstração por memórias artificiais, o que conduz ao terreno de perda de um quadro de referências que podem dar ao edifício, ou ao monumento, um significado histórico.

As finalidades simbólicas são obstruídas pelas edificações, ora consideradas sublimes, deixando de ser apreendidas e percorridas fisicamente. Em outras palavras, a percepção visual é isolada e o diálogo perde-se frente a esses deslocamentos<sup>73</sup>. Dessa maneira, a frustração do grande público interessado no valor histórico e artístico dos conjuntos acaba entrando nos efeitos perversos da industrialização da cultura de preservação do patrimônio. O turismo cria a cidade patrimonial invertida: de um lado, iluminada, maquiada, paramentada para fins de embelezamentos midiáticos; de outro, palco de festivais, festas, comemorações, congressos, verdadeiros e falsos *happenings* que multiplicam o número dos visitantes em função da engenhosidade dos animadores culturais e constroem a imagem midiática da cidade, de que se tornam o emblema e o símbolo.

Em Caxias, poderá ser visto os dois tipos de visão em relação à preservação do seu patrimônio. De um lado, a utilização na forma tradicional, com vistas a ampliar sobre diversos elementos da cidade, buscando uma arqueologia urbana, analisando as projeções de uma cidade-futuro nas construções que resistiram ao tempo; por outro, a visão destruidora dos elementos da cidade como fase necessária da modernização e, que, mais tarde, flexibilizam-se ao imperativo da indústria cultural, em que a cidade é usada como afirmação do seu potencial industrial econômico.

#### **3.4.4 La Plata e a influência dos organismos internacionais de preservação.**

---

<sup>73</sup> As edificações hoje podem ser interpretadas de diferentes maneiras. Tratadas como textos a serem lidos, todo o conjunto passa a ter importância, independentemente de ter grande valor simbólico ou artístico, podendo a partir deste adquirir uma posição criadora de sentido.

Se o debate sobre a preservação patrimonial passou a integrar o cenário do século XX, em aspectos gerais com a Conferência Internacional de Atenas, em outubro de 1931, e em aspectos mais específicos na formação dos Estados Nacionais, foi também através dos documentos internacionais da década de onde se aprofunda a concepção de patrimônio possibilitando novas orientações sobre o tema. Sob fortes governos ditatoriais, entretanto, Brasil e Argentina necessitaram de um tempo maior de dedicação e esforço para uma reestruturação das diretrizes que estavam em foco após o referido documento.

Por outro lado, os encontros internacionais promovidos pela Unesco influenciaram e geraram determinada pressão na América Latina. Caxias do Sul, cidade da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, não possuía maiores objetos em um determinado quadro preservacionista; La Plata, capital da Província argentina de Buenos Aires, também estava situada sob o impacto de ser uma cidade nova e ainda, tal como o restante do país, longe de ter proteção sobre a produção artística que possuísse maior ligação entre os valores regionais e nacionais. A cidade de La Plata havia sido construída no final do século XIX, no ano de 1882, com o fim de tornar-se a capital da Província de Buenos Aires. Sua área havia sido projetada pelo engenheiro Pedro Benoit, e tornou-se famosa durante o século XX por ser a “cidade das diagonais”, embora em momento algum esse traçado tivesse qualquer tipo de proteção legítima do próprio estado, fosse municipal, estadual ou nacional.

Dessa maneira, a preservação do seu patrimônio cultural, e ambas as cidades, começou a ser pensada apenas a partir da década de 1980. A legislação preservacionista em La Plata ocorre na década de 1980 com a primeira Ordenança, número 5338 exatamente, criada no ano centenárias da cidade, 1982. Após isso, surgem as declaratórias de espaços, normas declaratórias de bens, seus componentes. Em geral, no início, elas dispunham de proteção sobre edificações construídas antes da década de 1930, isto é, impediam demolições, amolações ou quaisquer tipos de mudanças sobre o bem indicado.

Para tal, era necessário que houvesse a permissão de uma comissão especializada, que avaliaria o risco para a preservação do bem em questão. Afim de que isso fosse administrado de acordo com o interesse cultural da cidade, foi criada a Comissão de Preservação da cidade conhecida como Comisión de Preservación del Patrimonio Arquitectónico, Monumental y Urbanístico de La Plata (CPPAMU)<sup>74</sup>. Fruto de pressões de da sociedade civil organizada, a Comissão passou a criar normas para organização e manutenção dos espaços públicos que

---

<sup>74</sup> Mudou sua nomenclatura para Dirección de Preservación del Patrimonio Urbanístico de La Plata (DPPU) em 2004.

acabaram se estendendo para outras locais desde propriedades do município com as áreas verdes, praças e grandes avenidas. Foi no ano de 1999, que a Fundación Centro de Estudios y Proyectos Del Ambiente (CEPA) indicou a cidade de La Plata para se tornar Patrimônio Cultural da Humanidade, garantia dada pela UNESCO. Esse teria sido outro momento se intenso debate na cidade sobre a questão patrimonial, já que a mesma não havia sido aceita como patrimônio devido a uma série de modificações arquitetônicas e paisagísticas nas últimas décadas. Esse foi um passo importante na formação de novas ideias sobre a defesa do patrimônio cultural da cidade, de onde se propagou uma diversidade de grupos patrimoniais.

Aproximando-se de uma abordagem mais antropológica, tal como Caxias do Sul, instituiu-se em La Plata, através da Ordenança Municipal no. 9103/99, uma comissão responsável especificamente para planejar a preservação do patrimônio urbanístico e arquitetônico da cidade, que se referendou através da aprovação da Ordenança 9232 de 2000. A busca por uma cidade ideal desencadeou em La Plata uma série de leis, conhecidas como ordenanças e declaratórias que localizavam e determinavam a relevância de determinada edificação, praça, rua, zonas, ou ainda, protegia determinado patrimônio da cidade.

Entretanto, embora possa parecer que a cidade possuísse um grande arsenal de legislação preservacionista, na prática ocorria uma série de mudanças no terço da cidade que quase sempre contavam com a incúria pública. Pode-se dizer que a cidade não conheceu no século XX um Código de Planejamento Urbano que fosse determinante no clareamento das questões relacionadas à proteção arquitetônica e à projeção cultural da cidade. Isso ocorreu apenas no ano de 2001, com a criação do primeiro Código de Planejamento Urbano<sup>75</sup>. Naquela ocasião a incúria chegou ao ponto de o próprio departamento de preservação ficar três anos sem direção tendo chegado no final de 2010 ainda em fase de concretização da legislação sobre preservação patrimonial. Passou a ser criado um novo modelo de planejamento de zonas específicas a para serem preservadas, bem como diferente tipo de preservação sobre o bem edificado e o seu entorno.

#### **3.4.4.1 A fundação de La Plata como símbolo de cidade moderna**

Todo o patrimônio de La Plata é imigrante. Quando se funda a cidade em 1882, os construtores se dividiam em dois grupos: de um lado, poucos argentinos que haviam realizado suas formações fora do país, integrando conceitos e modelos arquitetônicos da Europa; de

---

<sup>75</sup> Ordenanza no 9231. La Plata. Código de Planejamento Urbano. Novembro de 1999.

outro, profissionais que são contratados para produzirem o espaço da nova cidade e, portanto, vêm carregados de ideias ligadas aos grupos da Modernidade, de maneira que a cidade produzida é uma tentativa de moldar-se ao modelo de cidades europeias do século XIX. O que não se vê em La Plata seria a tradição local, ao contrário de outras cidades onde há uma persistência de uma tradição do século XVIII, mas isso não ocorre em La Plata.

A cidade que se constrói talvez possuísse uma raiz com a tradição, afinal adotam-se alguns aspectos das cidades espanholas, como o traçado quadriculado, muitas praças, determinada manutenção dos símbolos de poder sejam eclesiástico, administrativo ou das forças armadas; porém, a realização da cidade, seu modelo de traçado diagonal das ruas, a excessiva quantidade de praças, os espaços de passeio, as ruas arborizadas, a biblioteca era uma espécie de transplante de ideias de cidades modernas da Europa, sobretudo na França, Inglaterra, Áustria, mas não espanhol. Em síntese, La Plata configura-se como uma cidade da Modernidade do século XIX.

Tratando especificamente da influência de imigrantes na arquitetura da cidade, não se pode dizer que ele tenha uma vinculação mais precisa. Não há uma evidência da extensão italiana como um estilo a ser adotado pelos construtores da cidade, mesmo que a maioria dos trabalhadores fossem necessariamente de maioria provinda do europeu. Precisamente a Itália recém havia sido unificada e difícil seria definir um estilo próprio nacional; também os funcionários que gerenciavam as obras da cidade no final do século XIX vinham de Buenos Aires, o que resulta em uma cidade sem uma identidade, propriamente dita com o imigrante italiano que a edificava. O que inicialmente se deduz era que a cidade era imigrante, mas não possuía um estilo próprio que refletisse acurado caráter nacional.

Após vinte e cinco anos da fundação de La Plata, a população continuava sendo majoritariamente estrangeira<sup>76</sup>, de maioria italiana, entretanto, sobre o espaço urbano central se operou certa diversidade de modos construtivos: os trabalhadores italianos, franceses, argentinos; os engenheiros argentinos, franceses, belgas e alemães; e os estilos neorrenascentistas jônicos ou dóricos, neocolonial holandês, renascentista, neoclássico. Contudo, nos bairros populares, as casas tinham características simples, não por desejo dos imigrantes, mas por que utilizavam o material que dispunham para construir e viver.

Esse modelo arquitetônico produzido em La Plata igualava-se aos modelos modernos europeus e seria sobre ele que, às vésperas de seu centenário, seria tratado o tema de sua preservação, sobretudo porque a cidade moderna planejada do século XIX não tinha mais

---

<sup>76</sup> Censo de La Plata 1909.

relevância para os planejadores, defensores da verticalização ou da especulação imobiliária. Ocorria, no transcorrer do século XX, uma agregação urbanística sucessiva e acidental, de casas, ruas, praças, que nem sempre seguia o “esquadrinhamento” original; mesmo assim eram fonte de vestígios importante que tinha ressonância entre seus habitantes, ainda que não houvesse sequer legislação protecionista.

#### **3.4.4.2. A Preservação de La Plata: gênese (quando um teatro salva outro)**

As primeiras normas sobre como deveriam ser as construções de La Plata foram criadas no ano de 1949, por meio de um código de edificação<sup>77</sup> que tinha como finalidade reger o plano, os traçados urbanos, bem como as construções da cidade, pois, até aquele momento, sequer existiam quaisquer ordenanças do uso do solo, tampouco sobre preservação patrimonial. Tratava-se de normas que especificavam como deveriam ser realizadas as construções e, dentre seus artigos, encontra-se uma breve citação em que o traçado de La Plata, conhecido como casco urbano, é definido como “histórico” e que, como tal, não poderia ser modificado. Configurando-se como a primeira medida que versaria sobre o patrimônio e mantido até a atualidade, demonstra o primeiro momento oficial que se demonstra certa preocupação em preservar, embora o termo utilizado no código tenha sido “proteger”.

Trata-se de documento importante que revela em que momento e que noção de patrimônio era pensada pelo poder público da cidade. Evidentemente que segue os princípios que utilizam o monumento histórico como poder e expressão política da história local. Se tratava de um momento no qual havia uma clara demarcação do poder do Estado, nesse caso o municipal, na invenção do patrimônio da cidade, ou se se trataria de uma demanda social levada a cabo pelo município. De qualquer forma, esse documento demarca a primeira ocasião em que a noção de proteção de edificações foi defendida e planejada. A CNMMYLH, responsável pela preservação de bens de importância nacional na Argentina, a partir da segunda metade do século XX, apontou a necessidade de preservação de algumas edificações que teriam, valor nacional, porém muito pontuais; não havia uma clara preocupação com aspectos mais regionalizados, tal como o caso da preservação da casa, transformada em

---

<sup>77</sup> Lei - Ordenanza 1943/49, “nuevo código de edificación mantiene los criterios generales de la ordenanza de 1932 e introduce un principio de conservación al especificar que el trazado urbano de La Plata es histórico y no podrá modificarse quedando obligado el ejecutivo a velar por su conservación”.

Museu de Pedro Bonifácio Palácios, do poeta Amafuerte. Nesse caso, sua casa não possuía valor arquitetônico, e sim um valor de pertencimento ao quadro cultural da cidade e até mesmo do país.

A ideia de organização de uma corrente de pensamento sobre preservação na cidade de La Plata ocorreu um tempo depois do referido código, parecendo ter relação direta com o centenário da cidade em 1982: o momento parecia ser o fator relevante que tornou a preservação um debate em ascensão na cidade de La Plata, sobretudo ao se analisar a farta publicação de textos que se referem ao centenário da “cidade das diagonais”. Porém, houve um fator mais importante que influenciou o fortalecimento de agentes desse campo. Aqueles que se envolviam com a temática patrimonial eram grupos pequenos, pois não havia interesse do governo, nem estava na agenda dos políticos, do conhecimento da sociedade e sequer da atuação profissional dos arquitetos. Em geral, o campo profissional da arquitetura sequer existia uma difusão do assunto, ao contrário, era algo incomum aos profissionais atenderem-se à pauta preservacionista, sendo esse um tema marginalizado.

Se havia alguma aproximação com o assunto, era em aspecto mais geral com interesse mais restritos à História da Arquitetura, ficando difundido o mesmo discurso da máxima “preservar *versus* desenvolver”, como se fossem coisas opostas, nas quais o interesse do arquiteto por preservação significava um profissional que não construía, que não projetava edifícios, isto é, sem sucesso em sua carreira.

Entretanto, no final da década de 1970, um episódio teve impacto sobre o ressurgimento da temática da preservação. Embora de maneira incipiente, mas relevante, a sociedade se comove com o incêndio o Teatro Argentino<sup>78</sup>. Analisando-se jornais daquele período, nota-se que se tratava de um importante edifício para a comunidade platense, haja vista que ali se localizara um ponto cultural da cidade. Além de apresentações das mais diversas, que incluía balés, teatro e concertos, era um edifício de arquitetura imponente e fazia parte de um conjunto de bens do conhecido “Eixo” da cidade. Considerado um importante edifício da cidade, era um lugar que produzia cultura, concertos, apresentações de balés, além contribuir com relevante importância arquitetônica para a sociedade platense. No entanto, foi no ano de 1977 que um incêndio destruiu parte do Teatro Argentino; havia um intenso debate sobre a possibilidade de derrubá-lo construindo um novo teatro ou realizar uma restauração da sua estrutura e construir a parte que havia sido destruída. Entretanto, o fato de uma parte ter

---

<sup>78</sup> Jornal El Dia. La Plata 1° de junho de 1979.



sido incendiada não obrigava necessariamente a uma demolição, já que a estrutura do edifício não havia sido prejudicada.

Assim, foi organizada uma série de reuniões entre a Prefeitura, arquitetos locais e comunidade artística, o que não significaria avanço para os defensores da preservação, com o intuito de preservar e restaurar o teatro. Havia a intenção de muitas pessoas em preservar a edificação, tendo sido, possivelmente aquele momento em que surge a expressão patrimônio como algo que transcendia “a pedra e cal” e se ligava ao sentido antropológico do termo, já expresso em diversos documentos internacionais. Ali, principiam-se os debates sobre a preservação na cidade de La Plata, já que a demolição daquele edifício transparecia a perda de um símbolo representativo da cultural local.

Contudo, a Argentina estava sob uma forte ditadura militar, onde não havia espaço para manifestações, mobilizações de rua, tampouco protestos. Assim, os cargos do estado e do município era indicações do Governo da União. Foi assim, que a decisão de demolição do edifício ocorreu de forma muito rápida e sem a possibilidade de quaisquer tipos de resistência por parte da população favorável à preservação. Os chamados “conselhos deliberativos” ou “câmaras municipais” sequer existiam para formular uma proposta de reutilização do edifício.

A decisão de demolição do teatro gerou um “ato de despedida”, quando a comunidade artística platense organizou uma série de atividade culturais, apresentações de orquestra, pequenas peças de teatro. Houve uma participação de parte considerável da sociedade o que era algo difícil de realizar, devido ao período político daquele momento. Assim, todo aquele embate para preservação do teatro acabou motivando a participação e um certa tomada de consciência que realocou a temática da proteção aos edifícios históricos locais na pauta de discussões e, mais adiante, na demanda por leis para proteção patrimonial. Isso veio a somar-se com o centenário de La Plata quando havia um desejo pela manutenção da história local que se projetava nas edificações ainda construídas.

A herança do processo de demolição fez com que o poder público municipal, às vésperas do centenário, em 1981, adquirisse o prédio, para fins de preservação, do Teatro Coliseu Podestá. Essa edificação tinha sua construção datada do início do século XX e era propriedade de uma família que havia mantido o edificio fechado por quase 90 anos, pois, segundo alguns depoimentos, o edifício estava em situação bastante precária. Entretanto, devido à demolição do Teatro Argentino e, às vésperas de seu centenário, o poder público municipal realiza a aquisição do teatro e anuncia que iria restaurá-lo, utilizando de justificativa que se tratava do teatro mais antigo da cidade e importante para a história do

teatro na Argentina. Isso também fazia parte de mais um ato que preparava a sociedade para um debate mais profundo sobre a preservação em La Plata.

Ao aproximar-se do centenário de La Plata, em 1982, aparecem iniciativas em relação a novas pesquisas e publicações que abordam a história da cidade. Havia uma carência de publicações sobre La Plata, e o que se localiza sobre essa temática datava das décadas de 1950 e 1960<sup>79</sup>. Foi a partir do final da década de 1970, que se reiniciam estudos diversos para compor o quadro comemorativo da cidade, elemento que desatou o debate mais direto sobre a preservação. De certa maneira, a compreensão sobre o traço construtivo da cidade na segunda metade do século XX perdia a aura de Modernidade, de forma que a ideia presente era de que ela possuía uma arquitetura própria do século XIX, não constituindo muitos valores em suas edificações, pelo menos não relativos à Modernidade do final do XX<sup>80</sup>.

Assim, entre o fim de 1970 e o início de 1980, surgem motivações para novas propostas de estudo sobre a história da cidade; a evolução urbana enfim tornava-se um objeto de estudo, sendo o momento em que surge o tema do patrimônio, devido às características particulares de sua fundação. A Direção de Planejamento Urbano da Municipalidade (CODESI) sob orientação do poder do prefeito, que parecia motivado com o tema Centenário passa a se interessar sobre o tema da preservação. O primeiro decreto<sup>81</sup> do ano de 1981, era uma espécie de norma do poder executivo, por não haver poder legislativo, que impunha que se realizasse um plano de preservação de patrimônio da cidade. Nesse documento institui-se a preservação, bem como seria a primeira vez que esses conceitos apareceriam em documentos oficiais. Dessa forma, ações concretas são tomadas ainda em um período conturbado da história política da Argentina, e, em se tratando de La Plata, estão envolvidas nos festejos que promoveram o desenvolvimento da temática patrimonial na sociedade.

A partir dessa data, coloca-se em marcha um plano de preservação, no qual é criado pelo governo local uma Comissão de Preservação de Patrimônio, onde participavam representantes de três secretarias da prefeitura de La Plata: Direção de Planejamento, Direção de Arquitetura, Direção de Espaços Verdes; representantes da Universidade Nacional de La Plata, Universidade Católica de La Plata e os Colégios de Arquitetos e Engenheiros. O primeiro organismo que tinha como tema principal pensar o patrimônio arquitetônico de La Plata, deveria criar um inventário das edificações para salvaguarda. Porém, devido à ausência de levantamento sobre as edificações ou valores para se estabelecer como critérios necessários

---

<sup>79</sup> Pesquisa realizada Salão La Plata. Biblioteca da Universidade Nacional de La Plata.

<sup>80</sup> Brasília era moderna naquele momento. La Plata era antiga.

<sup>81</sup> Decreto n° 17211/82 4 de novembro de 1982. Intendente (Prefeito) Abel Dias Roman.

para uma futura proteção edificada era necessário buscar acordos com os profissionais da área da arquitetura.

A Municipalidade realizou um acordo com as faculdades de Arquitetura com a proposta de instituir um inventário do patrimônio de La Plata. O Arquiteto Alfredo Conti, que trabalhava na prefeitura naquele momento, foi um dos indicados para iniciar o planejamento, que também contava com um conselheiro muito respeitável na localidade que representava a Faculdade de Arquitetura, Prof. Júlio Morosi, que havia sido um dos pensadores preservacionistas com quem Alfredo teve contato ainda na Faculdade nos anos 70.

Assim, a tarefa foi dupla: por um lado havia a necessidade de escolha sobre quais edificações necessitariam ser preservadas; por outro para evitando a destruição automática, era imperativo que se criasse algumas ordenanças para ter um certo controle da situação. Em uma dessas leis existia a menção que era proibido a destruição de quaisquer edificações construídas antes de década de 1930, havendo a obrigatoriedade em caso de demolição de uma autorização especial da Comissão de Preservação de Patrimônio, bem como quaisquer alterações mais complexas<sup>82</sup>.

Enquanto o trabalho ordenava a constituição dos valores que seriam atribuídos as edificações com fins de preservação, eram sinalizados os primeiros conflitos entre os proprietários e a necessidade do poder público municipal com a preservação.

Esses inventários tratavam em seu escopo basilar de instrumentos para a preservação dos bens culturais. Assim, se até o período dos festejos do centenário da cidade não havia sequer envolvimento do poder público em preservar quaisquer edificações, deve-se levar em conta os interesses políticos atribuídos pela *Municipalidad* na organização desse levantamento. Mesmo que *a priori* houvesse participantes de outras instâncias, deve-se fazer um estudo mais acurado do processo metodológico do inventário, perfazendo uma análise acurada das alterações sofridas no reconhecimento do patrimônio.

Se a necessidade se ampliava com o intuito de conhecer ou reconhecer os bens que a cidade de La Plata e de Caxias do Sul possuíam, cabe investigar as intervenções de preservação, suas demandas simbólicas que possivelmente cumpriram ou não as medidas necessárias para a salvaguarda do patrimônio. Contudo, se a percepção sobre o patrimônio se expande, será com os inventários que essa noção será aplicada como proteção jurídica das

---

<sup>82</sup> A documentação desse período inexistente na Prefeitura da Municipalidade. Dessa forma a pesquisa passou a concentrar-se em levantamentos feitos pelos profissionais que trabalhavam na prefeitura. O objetivo era tentar resgatar quaisquer fontes documentais sobre o período de inscrição das edificações para a preservação. Encontrou-se um estudo sobre a Morfologia urbana de La Plata, cujo arquiteto, Alfredo Conti organizou na década de 1980 a pedido da Municipalidade e que serve de como fonte fundamental para essa análise. No próximo capítulo se fará uma avaliação mais sistemática do documento.

escolhas. O dispositivo jurídico se torna uma poderosa ferramenta para a preservação dos bens e, através de sua sofisticação técnica, considerando os signos incluídos neles pela sociedade, pela economia, pela história, pode-se fazer com que sua integração arquitetônica leve em consideração novos entendimentos sobre o próprio conceito de patrimônio, na medida em que considera outras experiências relevantes para a formação do corpo social.

Se a complexidade dos inventários acompanha o desenvolvimento do contexto urbano levando em conta os aspectos econômico, cultural e social, é possível, através da análise desse instrumento, ler as propostas de preservação e valorização do patrimônio como visões de mundo, categorias de pensamento incluídas em determinado contexto histórico que, por vezes, colocam em evidência o planejamento da cidade, questionando se nele se incluem algum tipo de sensibilização, fortalecimento de laços, preservação de memória, política cultural e a educação das memórias. Resta avaliar sua construção, sua permanência e se isso causa algum tipo de indução ou ressonância nos grupos examinadas. É o que será proposto no próximo capítulo.

#### 4. A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DE LA PLATA (1975-1997)

*É possível apreciar como transcorreu uma noitada animada dando uma olhada na posição final da louça.*  
Walter Benjamin

Ao considerar a formação do núcleo urbano a partir de uma associação de células sociais básicas, como família ou outros agregados elementares que dariam origem às formações mais complexas correspondentes às “instituições”, ou ainda, como indica simbolicamente Lewis Mumford (1998, p.491) um mundo novo, La Plata e Caxias do Sul foram exemplos satisfatórios para seus planejadores. Entretanto, os motivos que levaram a essa formação não foram os mesmos; o fenômeno urbano, um tanto diverso, que buscava a realização do progresso pela via da planificação.

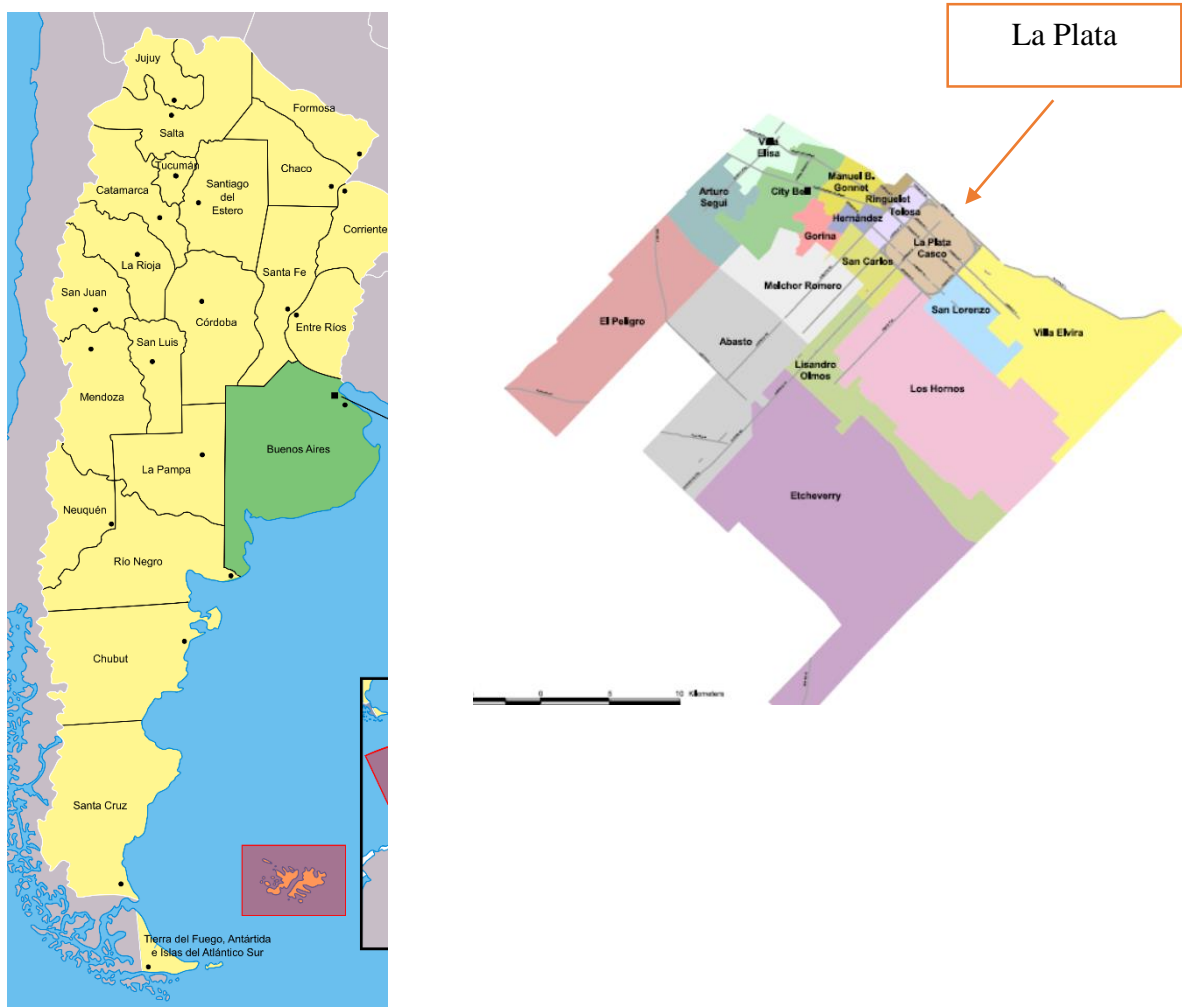


FIGURA 12 – Mapa da Argentina (à esquerda com destaque à província de Buenos Aires em verde) e do Partido de La Plata (à direita, região dentro da província de Buenos Aires- com a cidade de La Plata ao centro)

Fonte: Livro Conhecendo La Plata.

A criação da cidade de La Plata foi o resultado de uma articulação que objetivava a reordenação política e a formação do estado nacional Argentino. Com a federalização da cidade de Buenos Aires, iniciou-se um processo de disputas regionais de lutas civis o qual resultou, após 1880, na estabilidade do regime republicano da Argentina junto à construção de uma nova capital para a província (DEVOTO e FAUSTO, 2004, p.137). Assim, La Plata, vizinha à capital Buenos Aires (55 Km) foi a tentativa de se tornar uma nova Buenos Aires, de maneira que sua construção se tornou um momento marcado pelo planejamento.

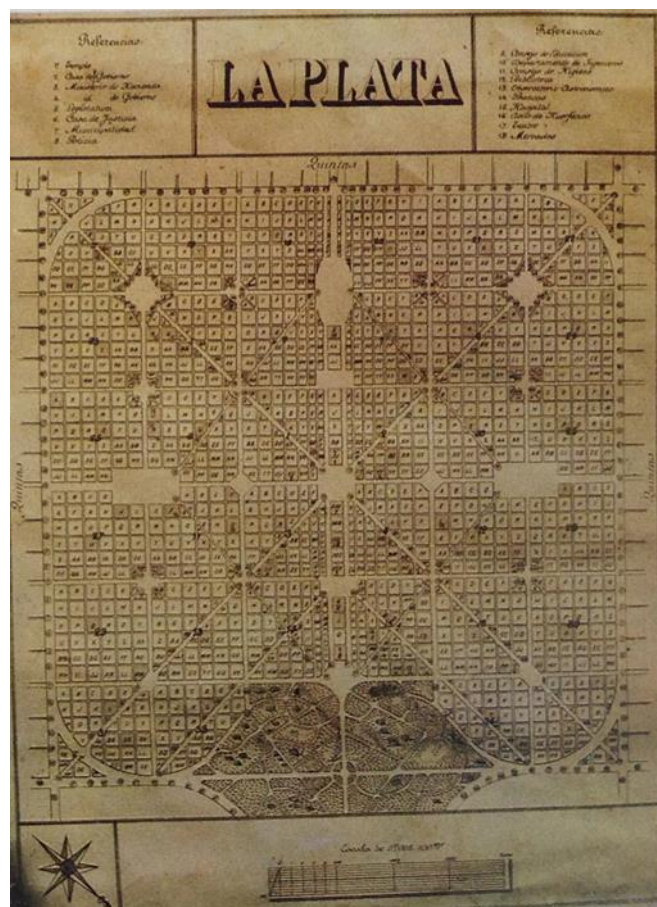


FIGURA 13: Plano Fundacional da cidade (casco urbano) de La Plata-  
“Vista de La Plata” -1882

Fonte: Litogravura conservada no Museu e Arquivo Municipal Dardo Rocha-LP.

A nova sede, construída em 1882-1884, era imaginada, sonhada, desejada e planejada e necessária, nos próximos anos, do povoamento de seu território (PAULA, 1987, p.51). A cidade de La Plata, conhecida como *Casco Urbano*, está na cabeceira do partido<sup>83</sup> de

<sup>83</sup> O “partido” trata-se de uma região, uma subdivisão territorial dentro dos territórios estaduais chamados de “províncias” na Argentina. Não há correspondência no Brasil desse tipo de subdivisão. Pode-se brevemente

La Plata, região que se localiza no nordeste da província (estado) de Buenos Aires e faz fronteiras com o partido de Berisso e Enseñada, ficando a sudeste Magdalena, ao sul de Brandsen, a sudoeste San Vicente e ao norte com Berazategui e Florencio Varela.

Diferente de La Plata, Caxias esteve ligada ao projeto oficial do governo imperial que, em 1875, juntamente com o governo provincial, decidiu povoar a região de terras devolutas situadas na encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Seu desenvolvimento urbano (MACHADO, 2001, p. 38) seria realizado mais tarde, no início do século XX, buscando se tornar uma cidade planejada e embelezada, adequando-se à estética das cidades progressistas.

Em ambas as cidades, contudo, o potencial da idealização serviu como categoria adjacente ao programa de organização das cidades, tendo sido representado um século mais tarde, em seus processos de preservação, pela gênese de seus núcleos urbanos para intervenções preservacionistas.



FIGURA 14: Imagem aérea da cidade (casco urbano) de La Plata – 2001  
Fonte: Municipalidad de La Plata.

Em um primeiro momento, ao analisar a preservação do patrimônio edificado em La Plata nos anos anteriores de seu centenário de fundação, 1982, observam-se vestígios de

---

compreender como uma região metropolitana. O estudo proposto nesta tese versa especificamente sobre a cidade (o casco urbano) de La Plata. No restante do partido, encontram-se as cidades de Villa Elvira, Tolosa, Ringuelet, Manuel B. Gonnnet, José Hernández, Joaquín Gorina, Los Hornos, San Carlos, Citi Bell, Altos de San Lorenzo, Villa Elisa, El Peligro, Arturo Seguí, Melchor Romero, Abasto, Lisandro Olmos, Ángel Etcheverry, Eduardo Arana.

diferentes períodos da cidade, devido se tratar de uma criação histórica particular, com início num dado momento da evolução social, e que no decorrer do processo de urbanização acaba sendo alterada radicalmente (BENEVOLO, 1993, p.9).

Pelo método histórico, é possível avaliar as políticas de preservação de uma cidade ideal que assiste, através de seu traçado original do final do século XIX, a um horizonte de expectativas que possa estabelecer identidade dando ao lugar ao raro, ao diferente, ao único.

Por outro lado, a cidade real (ARGAN, 2005, p. 75) se concretiza através de mudanças urbanas aceleradas pela hipermodernidade do final do século XX, tendo dificuldade de ser compreendida, pois sua estrutura material se caracteriza pela descontinuidade, difícil na tentativa de efetivar uma síntese de valores. Assim, quando o discurso é global, o investimento no passado é sempre medido pelo único, não raro pelo “exótico” (MENEGUELLO, 2002, p.2).

A maneira como essas visões são interpostas está representada na documentação de estudos morfológicos, de inventários e de artigos produzidos sobre o patrimônio da cidade durante a véspera do centenário de fundação e durante a indicação da cidade a patrimônio mundial da UNESCO em 1999. Contudo, as primeiras correntes preservacionistas, as leis, os códigos, as edificações e as ações de onde partiu a preservação em La Plata ocorreram de fato às vésperas de seu centenário. Entre o final de 1970 e início de 1980, os discursos do campo de preservação se utilizam da preferência e da inventariação como ferramenta a fim de pressionar autoridades políticas locais para criar legislação própria com o objetivo de proteger áreas de edificações. Em síntese, é a história da maneira como a sociedade platense constrói seu patrimônio.

Para avaliar o processo de patrimônio, entretanto, é relevante pensar o planejamento no qual foram inseridos seus primeiros edifícios. O modelo de fundação, de ocupação e de assentamento se baseava na utilização de uma trama quadrangular, de avenidas regulares, como grade de base, com praças e avenidas diagonais como estruturantes. Na parte central, ficavam estabelecidos os poderes institucionais de onde emanariam as redes de controle e onde ficariam, localizando os edifícios dos poderes instituídos que, sobre um eixo de importância fundamental na reprodução dos domínios e na promoção de uma imagem de cidade, simbolizariam as ideias-chave do século XIX: o progresso, a ciência e a técnica.

A iniciativa dos planejadores foi valorizar o traçado da cidade seguido dos edifícios públicos que foram construídos no eixo conhecido como *Eixo Cívico-Monumental*. Esse foi o ponto de partida para as primeiras proposições quanto à importância histórica e à conservação da cidade. Os idealizadores projetavam a urbe como um símbolo da cidade progressista e



neoclássica, contendo um espaço monumental, ideal, equilibrado e simétrico. As principais avenidas eram dimensionadas para a passagem de um futuro motor, alinhando-se às grandes perspectivas de edifícios públicos. Assim, a sociedade seria um reflexo de seu projeto urbano que, como acreditavam seus planejadores, teria à sua disposição calçadas espaçosas, arborizadas, iluminadas, suficientemente limpas e prontas a fim de receber seus moradores para encontros e passeios.

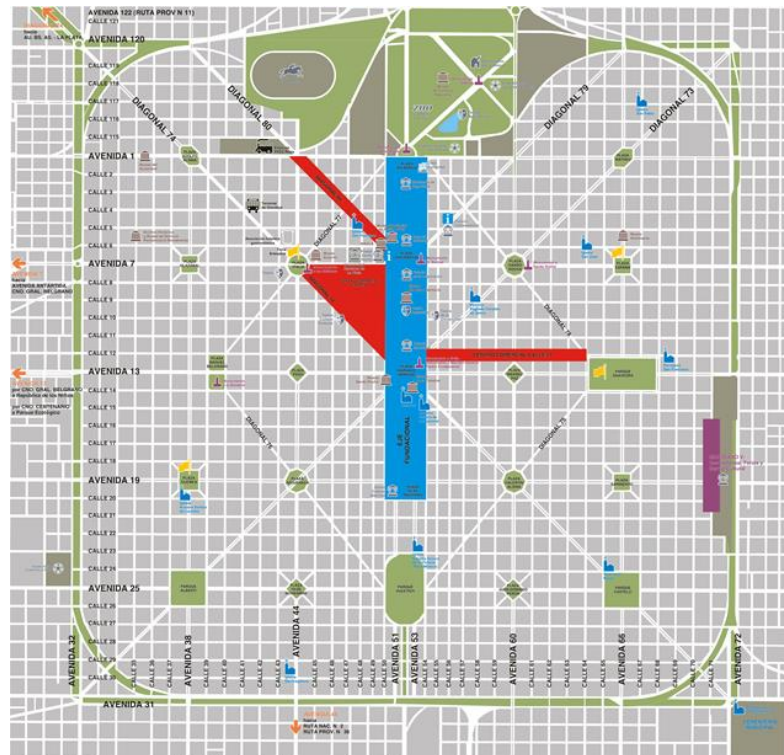


FIGURA 15: Mapa da cidade de La Plata. Em azul o Eixo-Monumental  
Fonte: Folder promocional da Secretaria de Turismo de La Plata.

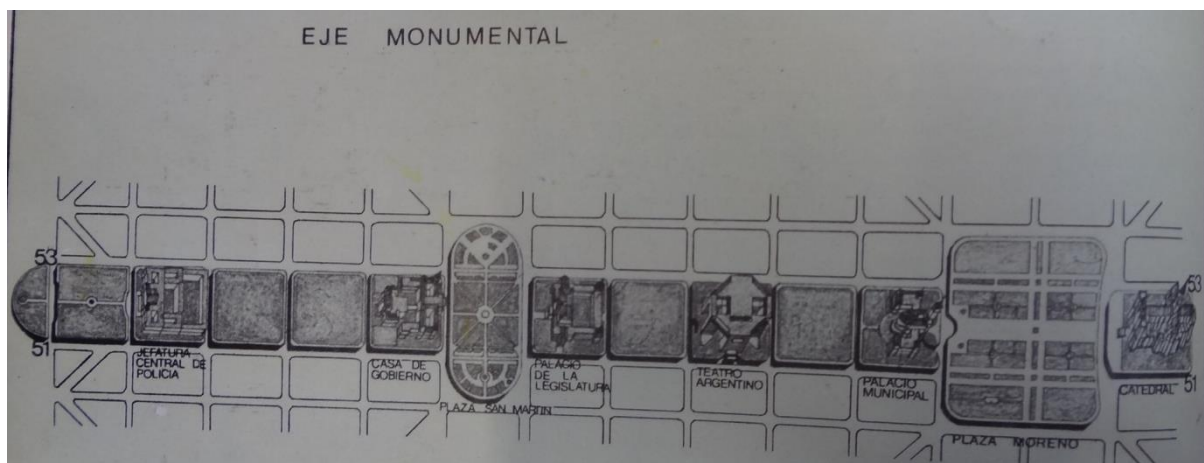


FIGURA 16: O Eixo Monumental com a identificação dos primeiros edifícios:  
Palácio da Polícia, Casa do Governo Provincial, Praça San Martín, Palácio da Legislatura, Teatro Argentino, Palácio Municipal, Praça Moreno e Catedral.  
Fonte: Livro La Plata, Uma Obra de Arte, 1982.

Um século mais tarde, essa demarcação espacial e suas edificações passaram a serem reinterpretadas com uma nova rede de significados, na qual, como sugere GERTZ (1978), tratam-se de uma alusão cultural motivados por grupos sociais em determinada tempo da história da cidade, nesse caso La Plata. Esse aspecto permitia repensar o caráter monumental do Eixo, para seu aspecto cultural, procurando, assim, outras contribuições de novos agentes para a história local (GEERTZ, 1978, p.15). Esse foi o primeiro passo para a perspectiva preservacionista em La Plata que é escopo deste capítulo através do discurso produzido pelo primeiro ESTUDO<sup>84</sup> morfológico das áreas edificadas da cidade, bem como uma versão do processo que antevio sua escrita.

Para contemplar essa proposta de compreender o processo em que a inventariação foi realizada, esse capítulo se dividiu em quatro partes.

De início, analisa-se como surge a ideia preservacionista no sentido de ressonância, isto é, ação da dos cidadãos platense em preservar edificações que tivessem relação com seu cotidiano e que ainda estavam sem leis específicas para a proteção de edificações. O símbolo, nesse sentido foi o episódio desencadeado com o incêndio do antigo Teatro Argentino. Em um segundo momento, estuda-se como a preservação foi tratada e organizada a partir de um núcleo acadêmico da Universidade de La Plata o qual oferecia assessoria teórica ao poder público para a organização da legislação e para manutenção de pesquisas sobre a preservação do patrimônio em La Plata no momento de seu centenário, em 1982.

Na sequência, verifica-se como esse processo gerou uma legislação específica da cidade de La Plata, parte importante para referendar quaisquer inventários que poderiam ser produzidos com o intuito de preservar determinado conjunto de edificações.<sup>85</sup> Por fim, o capítulo analisa o primeiro estudo morfológico da cidade que comporta em seu conteúdo uma elaboração técnica do fenômeno urbano, além de apresentar indicadores de área para proposição de preservação patrimonial e recomendação de uma lista contendo mais de 70 edificações para preservação patrimonial. Foi importante avaliar como esse inventário/diagnóstico resultou em outras abordagens em defesa da preservação patrimonial, tal como a formação de um grupo de estudos, a existência de publicações e a indicação da

---

<sup>84</sup> O trabalho de pesquisa sob título Estudio de la evolución de lo partido de La Plata contendo um diagnóstico sobre a morfologias urbana com a produção de um inventário na sua parte final será chamado nesse capítulo de ESTUDO/ INVENTÁRIO. Anexo/Quadro 9.

<sup>85</sup> Dessa maneira, a avaliação desse quadro se deu através da realização de entrevistas, pesquisas em fontes primárias produzidas entre 1970 e 1990 e de bibliografia específica patrocinada por políticas públicas de cultura dos poderes públicos do município e da província, no contexto das comemorações do centenário da cidade de La Plata.

cidade de La Plata para patrimônio mundial da UNESCO. Nesse sentido cabe fazer uma referência importante sobre a preservação em La Plata, na qual foram criadas as primeiras legislações nos códigos de ordenamento dos anos de 1932 e 1949, como veremos adiante, quando o poder público municipal indicava a relevância da preservação dos edifícios históricos da região central da cidade, em especial, as construções do referido Eixo.

#### 4.1 O TEATRO ARGENTINO E O PENSAMENTO PATRIMONIAL

##### 4.1.1 O Teatro o ponto de partida à preservação

Sendo a cidade hipermoderna, do final do século XX, o lugar do dinamismo da econômica e da cultura (BERMAN, 1986, p.323), em que se aniquila tudo o que se cria, como ambientes físicos, instituições sociais, visões artísticas, valores morais, muitos defensores da preservação atêm-se à ideia de controle, de organização, de inspiração nas edificações mais antigas. Como se a cidade fundacional tivesse se tornado a cidade ideal e perfeita, que justifica o futuro e a produção do espaço como algo centralizado, numa clara visão romântica. Desse confronto de modelos ou de sua justaposição, algumas edificações vão sendo lentamente objeto da ideia de conservação com forte valor simbólico, em que são utilizadas como discurso que confronta o transitório e o sempre cambiante mundo dos objetos.

O caso do Teatro Argentino<sup>86</sup>, de 1977-1979, foi um modelo de patrimônio de ressonância sem necessariamente sê-lo oficialmente, pois, em primeiro lugar, inexistia legislação patrimonial e, em segundo momento, se mencionava preservação apenas ao se tratar do traçado de La Plata. Pode-se inferir que a edificação ou as ruínas do Teatro tiveram mais ressonância de parte da população que estimava o prédio como lugar de memória e de cultura integrando a arquitetura e o espaço construído ao cotidiano, isto é, da prática física do espaço a uma prática imaginária<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> A cidade de La Plata foi fundada pelo Dr. Dardo Rocha em 19 de novembro de 1882 com o objectivo de se tornar a capital da Província de Buenos Aires. O arquiteto Pedro Benoit foi responsável pelo planejamento urbano, incluindo a imposição de edifícios públicos, mas não previa a construção de um teatro. Consciente da necessidade, um grupo de moradores formaram o argentino Theater Company Limited, em 1885, que se encontrava provisoriamente entre as avenidas 51 e 53 e ruas 9 e 10, com o objetivo de construir um teatro. O projeto foi contratado para o italiano Leopoldo Rocchi, que inventou uma planta em forma de ferradura, de acordo com o modelo peninsular, e ajustada com os cânones estilísticos renascentistas. O edifício do teatro foi construído em 1890.

<sup>87</sup> Em uma das interpretações em que utiliza Henri Lefebvre, seria a partir do corpo humano que se vive no espaço e este recebe uma carga semântica qualquer. Esta é a operação mínima, necessária e indispensável para a investidura de um léxico sobre o tecido espacial. A primeira atribuição semântica a um espaço se faz assim a

El caso del Teatro Argentino tiene la particularidad de que desapareció el antiguo edificio. La construcción de este edificio neorrenacentista italiano comenzó en 1885 y fue inaugurado el 19 de noviembre de 1890. En él se desarrolló una importante actividad teatral y lírica[...].<sup>88</sup>

Conforme Conti<sup>89</sup>, o surgimento de uma consciência de conservação dos edifícios em La Plata teria iniciado de forma muito incipiente durante o final da década de 1970 através da influência de um de seus professores, Júlio Morosi<sup>90</sup>. Morosi influenciara Conti a pensar o traçado urbano de maneira distinta das correntes modernistas, estabelecendo novos padrões de procedimento ao tratar da preservação edificada em cidades, como o caso de La Plata.

Pode-se dizer que o traçado de La Plata já era efetivamente comentado e pesquisado, todavia parece que sua importância chegava a certo limite, uma vez que o plano era exaustivo e hegemônico. A intenção do campo de pesquisadores seria promover um olhar para as edificações que estavam dentro do traçado, isto é, para os atores que definiam as estratégias dessas edificações assim como para ressonância que elas poderiam possuir junto à sociedade.

---

partir de uma prática do espaço. Toda prática se realiza em uma rede simbólica no qual se inclui um imaginário, um projeto de cidade. In. COELHO NETTO, 2012, p.118.

<sup>88</sup> “O caso do Teatro Argentino é único em que o antigo edifício desapareceu. A construção deste edifício neorrenascentista italiano começou em 1885 e foi inaugurado em 19 de novembro de 1890. Nele se desenvolveu uma importante atividade teatral e lírica.” (Tradução Nossa). In. PAULA, 1987, p.255.

<sup>89</sup> Entrevista realizada com Alfredo Conti em julho de 2014. Sr. Alfredo Conti, arquiteto e urbanista. É necessário fazer referência que esteve no grupo que organizou a frente de preservação do Teatro Argentino na década de 1970 e organizou o trabalho de listagem do patrimônio de La Plata na década de 1980. Foi coordenador da comissão sobre o patrimônio urbano e arquitetônico de La Plata (1977-1991). Diretor de Patrimônio Preservação em La Plata (2004-2006). Desde 1991, é pesquisador em conservação urbana e moderna na Comissão de Investigação Científica da Província de Buenos Aires. Ele é consultor na Comissão Nacional de Monumentos e Sítios históricos e professor da Universidade de La Plata. Ele começou a colaborar com ICOMOS Argentina em 1982, onde foi Secretário-Geral (1996-1999), Vice-Presidente (1999-2007) e presidente do Comitê Nacional desde abril de 2007. Representante da Comissão Nacional de ICOMOS nas Assembleias Gerais, atuou como membro do Comitê de Resoluções (México, 1999), Secretário-Geral da Assembleia (Madrid, 2002), Assistente do relator da Assembleia Geral (Victoria Falls, 2003) e relator de uma das sessões do Simpósio Científico (Xi'an, 2005). A partir de 2000, ele representou ICOMOS em missões de avaliação e monitoramento para Mundial Bens do patrimônio na América Latina e na elaboração e acompanhamento do relatório periódico sobre a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial na América Latina e no Caribe (2002-2007). Também atuou como Conselheiro do ICOMOS para a avaliação das candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial. Desde março de 2010, ele preside o Grupo de Trabalho do Patrimônio Mundial ICOMOS.

<sup>90</sup> Júlio Morosi era professor de Arquitetura da Universidade Nacional de La Plata. Foi um dos primeiros analistas do processo urbanístico da fundação de La Plata em 1882 e, mentor de diversas análises do traçado urbano da cidade, promovendo a investigação no planejamento físico com relação ao território da Província de Buenos Aires. Junto de Hilario Zalba, professor e arquiteto, iniciou ainda na década de 1970 seus estudos urbanos, onde conheceu Fernando de Terán, arquiteto provindo da cidade de Madrid (Espanha). Juntos desenvolver intenso trabalho sobre a radiografia urbana de La Plata e, alguns anos mais tarde, em 1991, criaram o Laboratório de Investigação do Território e Ambiente, o LINTA, avaliando diversos assuntos sobre o espaço urbano de La Plata. Segundo Conti, Morosi, foi um dos incentivadores da análise do desgaste promovido pelo desenvolvimento urbano em La Plata, bem como um incentivador da conservação da cidade.

Nesse contexto, pensava-se como a reabilitação dessas áreas de edificações poderiam ser incluídas nas cidades do futuro.



FIGURA 17: Teatro Argentino de La Plata, 1975

Fonte: La Plata, Ciudad Milagro.

A intenção de conservar a edificação do Teatro evidenciava a lógica preservacionista inicial em La Plata, onde sua prática era exercida como forma de manter livre de dano ou perigo de desaparecimento. Essa disputa prosseguiria e a preservação ganharia novo sentido, já que o patrimônio edificado era o meio essencial de uma teatralização social de valores, uma vez que consagra as próprias imagens das memórias coletivas para além da temporalidade da vida cotidiana (JEUDY, 1990, p.5).

Isso principiou a destruição de parte do Teatro Argentino por um incêndio, episódio que ocorreu dia 18 de outubro de 1977, quando a cidade de La Plata, segundo os periódicos locais, experimentou um dos dias mais dramáticos de sua história<sup>91</sup>. Segundo os relatos, à tarde, durante um ensaio de balé, o incêndio eclodiu no palco e destruiu a sala do Renascimento, permanecendo apenas o *foyer* e paredes do perímetro.

---

<sup>91</sup> Inúmeros textos foram produzidos sobre o teatro fazendo referência ao trauma ocorrido para a cidade. O jornal *El día*, foi um dos que noticiaram intensamente sobre o incêndio. Outras publicações serviram de fonte numa tentativa de compreender o evento na memória local, dentre elas *La Plata-Ciudad Milagro*; *La Revista de La Universidad-Documentos para a História del Teatro Argentino*; *Livro El Día 100 anos de La Plata*; *Livro La Plata-Crônicas del Siglo-1882-1982*.



FIGURA 18: O incêndio do Teatro Argentino, 1977

Fonte: Jornal El día - LP

A consternação demonstrada nos discursos sobre o incêndio do prédio o investia de uma aura que o tornava a cada dia patrimônio edificado, além de reacender as memórias da vida cultural da cidade. Pedro Mario Albarracin, jornalista, ao escrever sobre o teatro inicia saudoso:

[A]quella majestuosa mole, rodeada de jardines, enclavada en el corazón de la ciudad que sustentara su existencia, ha desaparecido [...] esa sala de deslumbrante belleza que fue orgullo legítimo de la ciudad, son ya sólo un nostálgico recuerdo. Las llamas primero, y las herramientas y modernas máquinas de demolición después, convirtieron tanta maravilla en cenizas y polvo.<sup>92</sup>

Vê-se aqui que o teatro foi tomado como exemplo das transformações urbanas pelas quais a cidade passava, das demandas culturais, aparecendo na percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano, e da expressão de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.

O material jornalístico era extenso e informava a população sobre a condição da edificação, mantendo conexões entre o significado que a edificação possuía com o fator do desenvolvimento da cultura local.

<sup>92</sup> “Essa massa majestosa, rodeado por jardins, localizado no coração da cidade sustentara sua existência, desapareceu [...] que sala deslumbrante, foi orgulho legítimo da cidade, são agora apenas uma memória nostálgica. As chamas primeiros, e ferramentas e máquinas modernas após, converterão tanta maravilha em cinzas e poeira” (tradução nossa). La Plata Ciudad Milagro, 1982, p.291.

El Incendio del Teatro Argentino de nuestra ciudad no solo consternó al público platense, sino al del país enterro amante de las manifestaciones culturales, que vio desaparecer em pocas horas uno de sus bienes más preciados, con una tradición que se remontaba hasta fines del siglo XIX.<sup>93</sup>

É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, torna-se portador de um significado e de uma memória; uma premissa para considerar um edifício um patrimônio, antes mesmo de qualquer legislação específica para sua proteção.

Al amanecer del día siguiente, el jardín de la paz circundava los macizos mutos desnudos abrazando montañas de humeante ceniza. No fue larga su agonía. Tampoco estuvo solo. Millares de rostros mudos de espanto contemplaban el final de la obra destructora y soñaban em vano co el milagro de la resurrección. Y nosotros estuvamos ali.<sup>94</sup>

A destruição patrimonial oferece crise, que passa pela reconstrução da identidade. Nesse caso, ao considerar o progresso como uma visão de mundo, potencialmente qualifica-se alguma parte de atrasada. Em nenhum momento, parece que a queima do teatro foi nomeada de *fim de uma parte velha da cidade*, tampouco parece existir qualquer expressão da distinção entre velho e novo.

Em uma das crônicas diárias sobre a perda do Teatro Argentino, ocorre um sentimento de perda

El 18 de octubre se produce un trágico incendio que destruye por completo una de las joyas más preciadas de nuestra ciudad, por sus valores arquitectónicos y culturales, el Teatro Argentino.<sup>95</sup>

Parece que a palavra qualifica. Nesse sentido, são os processos mentais de representação da realidade que permitem inventar o passado e construir o futuro (PESAVENTO, 2007, p. 15), estabelecer as distinções das práticas em relação a edificação que podem tornar as cidades, como La Plata, turísticas, rentáveis, sustentáveis ou fontes de cultura. A população se comovia, sobretudo ao indicar que o edifício se tornava uma alegoria

<sup>93</sup> “O fogo no Teatro Argentino de nossa cidade não só chocou o público platense, mas aos amantes das manifestações culturais do país inteiro, que viu desaparecer dentro de horas em um dos seus maiores trunfos, com uma tradição que remonta ao final do século XIX. Jornal *El Dia*, 18 de agosto de 1979.

<sup>94</sup> Na madrugada do dia seguinte, o jardim da paz circundava os vira-latas abraçando montanhas nuas de vapor de cinzas. Não foi longa agonía. Tampouco esteve só. Milhares de rostos silenciosos de horror assistiram ao fim da destruição e sonhavam em vão com o milagre da ressurreição. E nós estávamos ali. ” (Tradução nossa) Testemunhas do Incêndio em Jornal *El Dia* em 18 de novembro de 1977.

<sup>95</sup> La Plata –Crônicas de uma Siglo (1882-1982), 1982, p. 216.

representativa do caráter cultural, indicando que sua perda seria muito sentida pela comunidade, pois

El Teatro Argentino, cuya recuperación esperamos ansiosos todos los platenses, marcó um hito em nuestra tradicional cultura<sup>96</sup>.

O próprio presidente da Argentina, o General Jorge Rafael Videla<sup>97</sup>, cedeu entrevista na qual se dizia impressionado com a destruição do teatro ao mesmo tempo em que decretava seu futuro. Diz ele que “*Asi como su destrucción fue una perdida, su reconstrucción es um desafio*”.<sup>98</sup>

Projetado como teatro lírico desde a sua fundação, o teatro Argentino foi construído no Eixo Monumental dos edifícios das ruas n° 51 e 53, sendo palco de inúmeras vicissitudes políticas da cidade; como edificação, foi assombrada pelas ditaduras militares que sobre ela estenderam suas atenções aos estudantes, em especial na *Noite dos Lápis*<sup>99</sup>.

Pelo teatro, haviam passado espetáculos de todo o tipo, desde malabaristas e mágicos até os grandes intérpretes de música lírica. Tinha uma sala semicircular, de excelente acústica; embora estivesse com problemas de visualização do palco, era sem dúvida o teatro mais importantes de La Plata.

---

<sup>96</sup> La Plata *idem*, 1982, p. 218.

<sup>97</sup> Jorge Rafael Videla Redondo foi o general argentino que ocupou de fato a presidência da Argentina entre 1976 e 1981. Em 24 de março de 1976, uma nova sublevação militar derrocou a Presidenta María Estela Martínez de Perón instalando uma ditadura de tipo permanente (Estado burocrático autoritário) autodenominada “Processo de Reorganização Nacional”, governada por uma Junta Militar integrada por três militares, um por cada força. Pela sua vez a Junta Militar escolhia um funcionário público com o título de “presidente”, com funções executivas e legislativas. A Argentina foi governada por quatro juntas militares sucessivas: 1976-1980: Jorge Rafael Videla, Emilio Eduardo Massera e Orlando Ramón Agosti, 1980-1981: Roberto Eduardo Viola, Armando Lambruschini, Omar Domingo Rubens Graffigna, 1981-1982: Leopoldo Fortunato Galtieri, Basilio Lami Dozo e Jorge Isaac Anaya, 1982-1983: Cristino Nicolaides, Rubén Franco, Augusto Jorge Hughes. Em cada uma destas etapas, as juntas designaram como «presidentes» de fato a Jorge Rafael Videla, Roberto Eduardo Viola, Leopoldo Fortunato Galtieri e Reynaldo Benito Bignone respectivamente, todos eles integrantes do Exército. Bignone, foi o único "presidente" que não pertenceu à junta. Em seu período no poder, Videla, esteve marcado por violações aos direitos humanos. A democracia foi restaurada no país em 1983 e, em 22 de novembro de 2010, Videla foi julgado, condenado à prisão perpétua e destituído da patente militar pela morte de 31 prisioneiros que ocorreram após seu golpe de estado.

<sup>98</sup> Revista Somos, 24 de agosto de 1979. Sobre a entrevista do General Videla em 18 de outubro de 1977.

<sup>99</sup> *La noche de los lápices* é o nome pelo qual se tornaram célebres os procedimentos repressivos ocorridos durante o mês de setembro de 1976, quando foi sequestrado na cidade de La Plata um grupo de estudantes secundaristas como parte da repressão ao movimento estudantil. A cidade é concedida até hoje pelos constantes massacres realizados a estudantes pela Ditadura de Videla. Pesquisas recentes abordam o assunto, como o texto “Memórias e representações dos estudantes secundaristas desaparecidos durante a última ditadura civil-militar argentina”, de Marcos Tolentino - UNICAMP, 2014.



Em outubro de 1977, um problema elétrico acabou se expandido pelas cortinas do cenário, iniciando um rápido incêndio que, devido à fácil combustão do material da sala, espalhou-se rapidamente ao restante do Teatro.<sup>100</sup>

Através de vídeos em Super 8<sup>101</sup>, foi possível constatar que houve, naquela tarde, a tentativa rápida do corpo de bombeiros de salvar as partes internas da edificação, além de se observar curiosos que testemunharam a destruição de metade do prédio que ficava virado para rua nº 53, ficando a outra metade do edifício, de frente para a rua nº 53 ainda edificado, uma imagem oportuna que fora utilizada por cronistas ao compará-lo às ruínas do Coliseu em Roma.<sup>102</sup>

Foi a partir daquele momento que se principiou o debate o qual, embora já “definido por Videla, demonstrava a intenção de reconstruir a parte destruída pelas chamas mantendo o mesmo Teatro<sup>103</sup>. Dali, segundo cronistas de La Plata<sup>104</sup>, muitos profissionais de arquitetura junto da comunidade se envolveram e organizaram um grupo favorável à reconstrução do Teatro. A necessidade cultural era tanta que os admiradores de ópera tiveram de organizar grupos para ir a Buenos Aires assistir a esses tipos de espetáculos, pois a cidade estava sem casas que pudessem substituir o “Argentino”<sup>105</sup>. Esses profissionais também fizeram parte da organização criada pelo poder público estadual para avaliar as condições do Teatro e produzir alguma alternativa de reutilização do mesmo, o *Ente de Construcción Teatro Argentino Sociedad del Estado*.

De maneira quase geral, a sociedade avaliava que se tratava de uma edificação que ia além das questões técnicas de funcionamento, sendo uma fonte da história local.

---

<sup>100</sup> Crônica de Ricardo Soler: Los tristes años de 70. Publicado na coletânea de texto intitulada Cien Años de Vida Platense. Sociedad Impresora Platense, 1982, p.239.

<sup>101</sup> Vídeo publicado em Super 8 sob título Teatro Argentino, de Haroldo Gustavo Torre. Acesso em [https://youtu.be/xH4\\_SAmcNCA](https://youtu.be/xH4_SAmcNCA).

<sup>102</sup> Jornal El día, 24 de junho de 1979, p.8.

<sup>103</sup> Crônica de Ricardo Soler, *idem*, p. 239. Não existe certeza absoluta sobre os danos causados pelo fogo sobre a edificação. Alguns especialistas diziam que havia sido apenas uma das salas e que, portanto, era possível recuperar e reconstruir o Teatro; outras autoridades (e isso aparece apenas em matérias de periódicos) diziam que o fogo se espalhou por quase toda a parte interna do edifício, danificando-o substancialmente. Teria permanecido apenas o “casco” que se volta para a Rua nº 53. Entretanto, as formas de intervenção não foram abertamente debatidas, pois, mesmo que houvesse um dano de grandes proporções na parte interna, segundo os especialistas em reforma e restauro, o Teatro poderia ter sido reconstruído. Assim defendiam os preservacionistas, dentre eles o Prof. Alfredo Conti.

<sup>104</sup> Devido à fragilidade de fontes escritas sobre o caso do Teatro Argentino, não foi possível avaliar a extensão do grupo preservacionista em sua totalidade. Entretanto, através das crônicas e das reportagens de periódicos, foi possível levantar elementos que demonstram o surgimento desse grupo. Sabe-se que três figuras importantes que estavam envolvidos foram o Prof. Alfredo Conti, o arquiteto Alberto Leonforte, que até 2013 era diretor do Teatro Coleseo Podestá; Patrícia Correbo, diretora de patrimônio da Província de Buenos Aires; e o professor da UNLP e arquiteto, Jorge Gazaneo.

<sup>105</sup> Apelido dado ao teatro pelos profissionais e pela população em geral que assistia às apresentações na referida edificação, segundo o Diretor da Orquestra, prof Armando Giovambattista.

El incendio del Argentino fue muy doloroso para la ciudad; con él moría toda a tradición brillante, no solo referida a la música de cámara, sino también al género popular, al teatro y a al desfile de personajes que décadas atrás dictaron conferencias, sin olvidar tampoco que em los primeiros años de la ciudad la sala fue usada para reuniones de carácter social.<sup>106</sup>

Dentre as possibilidades sugeridas pela pode público provincial, estava, de um lado, recuperar o edifício, de outro, demolir a edificação e fazer um centro cultural. Depois de quase um ano envolvido no debate da reconstrução do Teatro, o grupo preservacionista recebeu a notícia de que governo militar (SEONE, NÚÑES, 2011, p. 153), apesar das fortes reivindicações da ocorridas de organizações culturais de Buenos Aires e de organizamos internacionais para a reconstrução do edifício, decidiu demoli-la.<sup>107</sup>



FIGURA 19: Demolição do Teatro Argentino

Fonte: Jornal El Dia - 01/07/1979

<sup>106</sup> “O incêndio do Argentino foi muito doloroso para a cidade; ele morreu com toda a tradição brilhante, não só se referindo à música de câmara, mas também à popular, gênero, teatro e desfile de personagens que deram palestras décadas atrás, sem esquecer que nos primeiros anos era utilizado para encontros sociais”. (Tradução nossa). In. Ricardo Soler, *idem*, p. 240.

<sup>107</sup> O “prefeito” (comissário) era o Capitão Oscar Maccelari, interventor no período do Governo Militar de Jorge Vidella. Atuou no chamado “processo” buscando em La Plata, cobrindo posições do governo com a velocidade necessária na chamada “restauração da ordem”. Durante seu mandato, mais de 500 funcionários municipais foram demitidos por “pertubar o funcionamento da administração”. Muitos deles foram seqüestrados e ainda estão desaparecidas. Acesso in <http://mesadeescrache.blogspot.com.br/>.

Segundo De Paula (1987, p.256), “*sin embargo, se decidió demolerlo en su totalidad. Esta decisión generó fuertes polémicas, dado que su estructura había quedado intacta*”<sup>108</sup>. Isso ocorria no momento em que arquiteto Jorge Gazaneo trazia até a cidade de La Plata um especialista inglês em restauro patrimonial (DORNELES, 2015, p.2), Sr Worskett Roy<sup>109</sup>. Ao analisar a edificação, o professor Roy, que tinha experiência com restauro de edificações destruídas na Segunda Guerra Mundial, admirava-se, pois a estrutura do Teatro ainda era ótima, sugerindo apenas que se reconstruísse a área danificada, evidentemente com a tecnologia da época. Segundo ele

[L]o que se incendió fue la sala, entonces lo que hay que hacer es una nueva sala. Eso incluso se puede aprovechar para hacer a una sala más moderna, con la tecnología de hoy, adaptadas a lo que son las producciones teatrales actuales. Miren, quédense tranquilos, porque ningún funcionario se va animar a firmar la demolición de ese edificio [...]<sup>110</sup>

O grupo envolvido na tentativa de preservar o Teatro e reconstruir a parte destruída pelo incêndio, conhecido por *Nostálgicos Platenses*<sup>111</sup>, manteve-se esperançoso quanto à mudança da decisão sobre o futuro da edificação, propondo que se reestruturasse o antigo Teatro, afinal pois se tratava de um símbolo importante da comunidade.

Apesar das fortes reivindicações da Argentina e da comunidade internacional para a reconstrução do edifício, o governo militar da época decidiu demoli-lo<sup>112</sup>. O que, entretanto, foi alcançado é que

[L]as autoridades decidieron levantar en su lugar un moderno complejo cultural, por considerar imposible la restaración del que había sido centro de irradiación cultural de la ciudad y del país.<sup>113</sup>

<sup>108</sup> “No entanto, foi decidido demolir na sua totalidade. Esta decisão gerou forte controvérsia, porque sua estrutura foi deixada intacta” (Tradução Nossa).

<sup>109</sup> Professor membro do conselho *The Architectural Heritage Fund's council of management*, que empresta fundos para projetos de restauração. Trabalhava com legislação de conservação patrimonial, tendo escrito um de seus primeiros livros sobre o “O Caráter de Cidades: Uma Abordagem para conservação em 1969”. Ao longo de sua carreira, trabalhou em uma série de projetos importantes para a conservação, bem como receber várias comissões de preservação do Reino Unido e de países estrangeiros. Ele ajudou a orientar o Conselho a adotar uma lista local de importantes edifícios da cidade em 2011, e estava trabalhando em propostas para uma nova área de conservação.

<sup>110</sup> “O que incendiou foi a sala/área então o que você faz é uma nova sala. Ele ainda pode ser aproveitado para fazer um espaço moderno, com a tecnologia de hoje, adaptado o que são usados em produções teatrais atuais. Olha, fiquem calmos, porque nenhuma autoridade oficial irá incentivar a demolição do prédio”. In. DORNELES, *idem*, p.2

<sup>111</sup> Jornal El Dia, *idem*, p.3.

<sup>112</sup> O Governo militar, através do “Prefeito” Comissário, Sr. Aberto Tettamanti Domingo convocou um concurso para construção de um novo centro cultural na localização do Teatro Argentino. O trabalho começou em 1980, com uma estimativa de quatro anos para a conclusão, mas sofreu constantes atrasos e paralisações.

<sup>113</sup> Jornal El Dia, *idem*, p.4.

Mesmo que a demolição do edifício tenha sido rápida<sup>114</sup>, o conjunto de acontecimentos que envolveram o evento tornaram o Teatro uma alusão na aproximação da comunidade com sua cultura local, aqui observada como bem cultural. A forma como o grupo preservacionista passou a se envolver com a questão da preservação partia do princípio de que as edificações respondiam às necessidades da vida da cidade e de seu desenvolvimento.

Os defensores afirmavam que era necessário repensar as questões ligada à memória, à cidade e às suas edificações. Isso acarretou a força política empreendida pela sociedade platense somada aos profissionais que formaram o grupo pela preservação do Teatro Argentino e, ainda, a aproximação da data do centenário de fundação da cidade em 1982, parece ter sido o suficiente para que o poder público tomasse medidas tão rápidas quanto a própria demolição do Teatro Argentino.

Um elemento muito importante naquele momento foi que inexistiam quaisquer leis que fizessem referências a conservação, preservação ou revitalização de áreas ou de edificações. Também não existia nenhum conjunto de relações jurídicas que tivessem valor de lei sobre as práticas de conservação e preservação patrimonial de maneira mais detalhada, exceto os códigos de ordenamento urbano que tratavam da conservação do Eixo Monumental.

Mas o desgaste político com a destruição do Teatro Argentino foi proeminente para forçar o poder público a “resolver” a questão cultural da cidade. Em 1981, através de encontros dos grupos preservacionistas de La Plata junto ao poder Municipal, representado pelo prefeito Alberto Tettamanti Domingo<sup>115</sup>, conseguiu-se recuperar uma herança cultural edificada. A municipalidade adquiriu uma edificação específica de propriedade privada, que se encontrava fora do *Eixo Monumental*, declarando-o como interesse público. O prédio Teatro Coliseu Podestá<sup>116</sup> era uma antiga casa de espetáculos abandonada, onde foram encontrados vestígios das diversas atividades como circo e apresentações de teatro. Seu antigo picadeiro ainda estava coberto por outro pavimento quando foi encontrado um túnel que serviu de fonte para uma escavação arqueológica urbana.

---

<sup>114</sup> Jornal El Dia, 1º de junho de 1979, p.3. Matéria sob título “Comenzó la Etapa final de demolicón del Argentino”.

<sup>115</sup> Foi nomeado prefeito da cidade de La Plata em março de 1979, como o sucessor do interventor, Capitão Oscar Maccelari. Atuou como prefeito até junho de 1981.

<sup>116</sup> José Juan Podestá nasceu em Montevideo, Uruguai. Sua família se estabeleceu anos mais tarde em Buenos Aires e La Plata. Desde jovem iniciou sua carreira de ator circense e de teatro. Além disso, foi bailarino e um dos primeiros a iniciar o movimento do teatro em La Plata.



FIGURA 20: Coliseu Podestá, La Plata, 2013.

Fonte: Marcelo Caon

Juntamente a esses episódios, o início da década de 1980 foi bastante importante para o pensamento preservacionista de La Plata, pois foi criada a Comissão da Preservação do Patrimônio Municipal que assumiu a responsabilidade de reformar e dirigir o edifício do Teatro Coliseo Podestá<sup>117</sup>, desenvolvendo uma série de princípios retirados das Cartas Internacionais de patrimônio cultural.<sup>118</sup>

A partir de então, o poder público, embora não dispusesse de ferramenta jurídica do tombamento, conhecida na Argentina como *Declaratoria*, determinou as reformas necessárias para sua revitalização e transformação em sala de apresentações<sup>119</sup>. É importante destacar a distância das ações políticas em relação às diferentes edificações. Por um lado, havia a incerteza e imposição da destruição do Teatro Argentino; por outro, constatava-se a rápida

<sup>117</sup> O Teatro Municipal Coliseo Podesta está na Rua 10, n°. 733, na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires. Casa de espetáculos de modelo italiano inaugurado pelo uruguaio Carlos Zehndorf, foi originalmente chamado Politeama Olimpo inaugurado em novembro de 19 de 1886 com a ópera de Rossini, O Barbeiro de Sevilha. No ano seguinte, foi adquirida por Juan Jose Podestá (Pepe Podestá) tornando-se sede das representações do teatro platense. Teve seu nome modificado para Teatro "Apollo", com capacidade para 500 pessoas. Depois de ser local de referência à casa de espetáculos acabou sendo fechadas algumas décadas depois e tornando a ser reaberta nos anos de 1980. Dessa forma, foi adquirida pelo poder público para “substituir” o Teatro Argentino, tornando-se local para novas apresentações e ponto cultural da cidade.

<sup>118</sup> Marco Teórico de Intervención-Puesta em Valor. Carta Internacional para a conservação e restauração dos monumentos-Veneza, 1964.

<sup>119</sup> Lei provincial n°10514 de 1987 declarando Monumento Histórico e bem cultural incorporado definitivamente ao Patrimônio Cultural da Província de Buenos Aires.

capacidade política de resolver as demandas por cultura ou pela sua carência, nesse caso, com a promoção de uma edificação como novo Teatro da cidade.<sup>120</sup>

Esse foi um caso evidente de que o Estado detinha o poder do monopólio da “nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem” BOURDIEU, 2001, p.149). Isso decorre do forte movimento social que, para além da materialidade, tratava a edificação por sua representação, evocação ou determinada memória acionada como portadora de referências para a sociedade.



FIGURA 21: Casa Curutchet, 2013.

De estilo modernista, a edificação (à direita) faz divisa com edifício em altura da década de 1980.

Fonte: Marcelo Caon

Até então de modo geral, não era comum a sociedade platense oferecer às suas edificações critérios históricos ou artísticos mesmo que a cidade fosse repetidamente comentada nos editoriais que a considerava distinta de outras cidades argentinas<sup>121</sup>. Porém, a conceituação de cidade moderna foi movida para outro modelo de arquitetura e urbanismo desenvolvido no decorrer do século XX. Segundo Conti, preocupar-se com La Plata não era conveniente, pois era uma cidade do século XIX, portanto “vieja”, ficando o termo “moderno” reservado às edificações relativamente novas e para os arquitetos das correntes

<sup>120</sup> Comparando ao caso do Teatro Argentino, no primeiro não havia a necessidade de adquirir o imóvel de particulares, pois o terreno era do município de La Plata, enquanto o Teatro Podestá estava em mãos de particulares, o qual fora adquirido pelo executivo municipal que o tornou de interesse público, devido à ausência de legislação específica para proteção patrimonial.

<sup>121</sup> LA PLATA, Ciudad Nueva, Ciudad Antigua. História, forma y estructura de un espacio urbano singular. Universidad Nacional de La Plata/Argentina e Instituto de estudios de Administracion Local/España. La Plata, UNLP, 1982, p.7.

modernistas como Oscar Niemayer ou Le Corbusier,<sup>122</sup> criticados por traduzirem em sua arquitetura o *fim diálogo* ou a ideia do “*nada mais a fazer*” (BERMAN, 2007, p.14).

Nesse contexto, o debate sobre a preservação havia se iniciado de maneira que o episódio do Teatro Argentino foi categórico em demonstrar as nuances sobre a compreensão de patrimônio e cultura na sociedade platense. Significava que a percepção (CASTELLO, 2007, p.13) dos seus habitantes sobre suas edificações aferia um significado simbólico e inovador, pressionando o poder municipal a criar dispositivos jurídicos e democráticos para proteger essas edificações<sup>123</sup>. Dessa maneira, o poder público também era cobrado para iniciar a tarefa de organizar um inventário das edificações para a proteção e reconhecimento, decorrente do processo de apropriação (CHARTIER, 1991, p.178), sendo investidas de intenções por parte de seus cidadãos. Esse foi o ponto de partida para a realização de pesquisas nas quais se abordariam o traçado, as vias urbanas e os marcos históricos. Essa empreitada seria uma tentativa de reinventar a cidade através da imaginabilidade urbana (MENEZES, 1997, p.20).

Foi nesse contexto, entre 1980 e 1981, que ocorriam as preparações para a comemoração dos cem anos de fundação da cidade de La Plata a qual reforçaria o discurso de proteção aos edifícios históricos locais, bem como a criação de legislação para a referida área. Ainda, denotou-se o problema da falta de bibliografia sobre a cidade de La Plata, que era quase nula, despertando certa urgência na formação de pesquisas diversas sobre a história de La Plata, a qual se estendeu em artigos de periódicos locais, produções patrocinadas pelo poder público e iniciativas das Universidades locais nem sempre produzidas com o devido rigor<sup>124</sup>.

Contudo, o caráter preservacionista e a constituição de legislação de patrimônio em La Plata sucederam a conjunção de episódios importantes, tais como a demolição do Teatro Argentino e o aniversário de comemoração do centenário de fundação da cidade (1882), o que possibilitou a promoção de diversos estudos pela Universidad Nacional de La Plata. Na área

---

<sup>122</sup> A casa Curutchet é uma casa projetada pelo famoso arquiteto Le Corbusier construído na cidade de La Plata, capital da Província de Buenos Aires na Argentina entre 1949 e 1953. Depois de insucesso tentando construir uma obra na América do Sul, Le Corbusier manteve uma forte relação com os profissionais da América Latina, dentre eles, o argentino Amancio Williams, quem encomendou a construção da casa Curutchet. O histórico se dá quando o cirurgião e inventor de instrumentos cirúrgicos CURUTCHET, Pedro Domingo, decidiu estabelecer-se em La Plata, e, em 1948 encomendou planos para uma casa de Le Corbusier. Hoje a edificação é de interesse turístico da província e foi transformada em marco histórico nacional em 1987. Além disso, o Senado de Buenos Aires aprovou uma lei declarando a propriedade "de utilidade pública e sujeitas a expropriação" para "preservar, valorizar e divulgar o patrimônio cultural, histórico, arquitetônico e urbano."

<sup>123</sup> As relações entre as pessoas e os espaços, além da evidente correspondência física que forçosamente entre elas se estabelece, têm um forte componente psicológico. As pessoas se sentem melhor em certos espaços. Diz-se então que esses espaços são percebidos como lugares pelos usuários, permitindo distinguir um lugar de um espaço. Em última análise, a identificação do lugar é instituída pela expansão dos fenômenos percebidos pelo usuário em suas experiências existenciais.

<sup>124</sup> BADANES, Daniel. *Op, Cit* 2012, p. 33.

específica de arquitetura e urbanismo, destacam-se a atuação do professor Júlio A. Morosi sobre o espaço urbano de La Plata e os textos da *Revista de Arquitectura, Urbanismo y Plánificación*. Esses eixos foram importantes na organização do primeiro estudo da evolução<sup>125</sup>, e ocupação do território de La Plata que trará uma lista de bens patrimoniais a serem preservados.

## 4.2 CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DE LA PLATA

### 4.2.1. Os estudos acadêmicos da UNLP sobre a fundação de La Plata

A década de 1970 em La Plata iniciou de maneira imprevista com os estudos sobre a cidade quando, em 1975, Hilario Zalba, professor da Faculdade de Arquitetura, havia deixado a assessoria do Ministério de Obras Públicas da Província de Buenos Aires indicando para sucedê-lo outro professor, Júlio Morosi, que passou a realizar os levantamentos sobre urbanização naquela província. No mesmo ano, o Ministério acolheu uma reunião promovida por um famoso urbanista espanhol, que sugeriu, depois de diversas viagens à cidade, propor o projeto de análise sobre a cidade de La Plata<sup>126</sup>. Tratava-se de Fernando de Terán<sup>127</sup>, arquiteto

---

<sup>125</sup> Em nossas pesquisas, as últimas publicações sobre a temática da história de La Plata datam das décadas de 1930-40 como *Fundacion de La Ciudad de La Plata (documentos editos e inéditos)* de 1932, produzido pelo poder público da província de Buenos Aires; outras trabalhos a serem citados são: produzida pela Municipalidade de La Plata o *Álbum Bodas de Oro*, de 1932 sobre o Cinquentenário da cidade de La Plata; o livro *La Plata a su Fundador*, de 1939; a revista *El Escudo de Armas de La Ciudad de La Plata* de 1941; a obra *Ciudad Ideal*, de 1941. É possível encontrar mais algumas publicações sobre a cidade, mas apenas como componente coadjuvante na formação da província de Buenos Aires, sem incorrer em questões específicas, tampouco em estudos sobre a morfologia urbana. No decorrer da pesquisa, o objetivo era tentar encontrar nas publicações locais qualquer menção sobre o caráter histórico das edificações ou que suscitasse a preservação em La Plata, o que não foi encontrado, haja vista ter o escopo voltado ao traçado e aos edifícios públicos. Assim, além de não serem localizadas citações sobre a preservação patrimonial, ficou claro que, na segunda metade do século XX até a véspera de seu centenário, inexistiam publicações de aprofundamento histórico, abrindo lacunas em determinados períodos e deixando espaço apenas para matérias jornalísticas que repetiam o modelo laudatório da história de La Plata ilustrada pela reprodução fotográfica dos álbuns Tomás Bradley como ênfase nos registros tomados como “fidedignos”; uma clara alusão da interferência da Ditadura Militar nas publicações ( ver pesquisa *Un Pasado para La Plata: Producción editorial y disputa de sentidos sobre la historia de la ciudad en su centenario-1982* de Daniel Badanes, FAHCE-UNLP). Sobre o tema cidades imaginadas através da reprodução fotográfica, ver Tese *Cidades-Capitais Imaginadas Pela Fotografia: La Plata e Belo Horizonte, 1880-1897* de Rogério Pereira Arruda, UNICAMP. Assim, a historiografia de La Plata inicia no final de 1970, por iniciativa do poder público que tinha interesse, sobretudo na questão da disputa pelos sentidos do Centenário de La Plata, em estabelecer parcerias entre departamentos como a Dirección de Espacios Verdes, Dirección de Planeamiento e Dirección de Arquitectura; junto dos setores privados, como o Colégio de Arquitectos e Ingenieros; a Universidad Nacional de La Plata e a Universidad Católica de La Plata.

<sup>126</sup> Reunião ente as entidades de arquitetura e grupos ligados a vida teatral de la Plata e o poder público.

<sup>127</sup> Arquiteto dedicado especificamente ao planejamento urbano, formou-se na Escola de Arquitetura de Madrid em 1961 e realizou seu doutorado em 1966. Professor emérito de Urbanismo desde 1996, também exerceu o



e diretor técnico da Área Metropolitana de Madrid, que realizava um trabalho de levantamento de distintas organizações urbanas e que tinha um crescente interesse em questões urbanas da herança espanhola na América. Levava em conta um debate bastante relevante na hipermodernidade sobre o problema da cidade e do território assim como as condições do retorno ao planejamento urbano.

Em um de seus artigos, *Planeamiento urbano en la España contemporánea* demonstrava ter uma marca teórica e influência de Bergson que o fazia notar o valor colocado na intuição. Isso seria relevante ao tratar o urbanismo como um ato criativo baseado no conhecimento histórico. Sendo assim, a cidade é uma espécie de campo de força de onde parecia possível um acúmulo de experiência, na medida em que se está em constante oscilação (TERÁN, Fernando. *El Pasado Activo* Ed. Akal. Madrid. 2009. e Revista "Cidade e Território" e "Urban", 1980). Parece notar ali um contorno distinto ao aferir à sociedade como produtora de uma série de manifestações espaciais, em que os aspectos físicos com questões políticas, econômicas e sociais estão interligados. Nesse aspecto, o espaço da cidade teria certas edificações que carregariam consigo um significado, ou vários deles, em um modelo de dispositivo que emita mensagens e que, dependendo da visão daquele que transita, poderia perceber e decodificá-las.

Foi assim que Terán organizou uma nova abordagem sobre a cidade formalizando-a em uma primeira proposta de estudos.

Na ocasião, contou com o apoio do Instituto de Estudos da Administração Local de Madrid que juntos promoveram o primeiro encontro com as autoridades do governo provincial de Buenos Aires (TERAN, 1982, p.3). Dentre as diversas visitas de Terán à cidade, descobriu-se que inexistia qualquer exame sobre o plano original do traçado, levando-o a propor iniciar os estudos urbanísticos. A principal justificativa do urbanista espanhol<sup>128</sup> era a urgência de realizar o levantamento da morfologia urbana com fins de produção de pesquisas científicas e publicações durante o período do centenário de fundação da cidade, que ocorreria nos próximos anos.

---

cargo de diretor do Departamento de Planejamento Urbano e Regional. Por três anos, atuou como diretor técnico da Área Metropolitana de Madrid (1977-1980). Também atuou como professor de Urbanismo, entre os anos de 1980-1993, na Universidade Politécnica de Madrid sendo nomeado professor emérito em 2001 La Plata, ciudad nueva, ciudad antigua, coeditado por la Universidad Nacional de la Plata em 1983.

<sup>128</sup> O projeto de Terán, foi aceito sem maiores dificuldades em relação ao poder público municipal que se engajaria em promover a cidade com fins comemorativos de seu centenário. Entretanto, como veremos em relação ao processo de preservação, uso do solo e democratização da legislação, o comportamento foi distinto.

[...] verificando com surpresa que no existían estúdios urbanísticos profundos sobre la misma y sus Orígenes, entendia que la proximidade del primer centenario de su fundación justificaba plenamente la necesidad y el deber de completarlos.<sup>129</sup>

Assim, naquele primeiro momento, junto às autoridades da província e do prof. platense Júlio Morosi, deu-se início ao projeto que viria a se tornar uma referência para outros planos sobre o urbanismo em La Plata e, com ênfase influenciaria o mundo acadêmico da Universidade Nacional de La Plata, em especial seu curso de Arquitetura e Urbanismo. O trabalho de pesquisa e organização do material urbano foi realizado durante oito anos seguintes, tendo sido publicado em *La Plata, ciudad nueva, ciudad antigua*<sup>130</sup>, uma das três obras consideradas mais relevantes sobre o urbanismo local, as quais fazem referências ao processo de destruição de um modelo de cidade, do início da verticalização, bem como a mudança da característica urbana, fonte de intensos debates nos anos que seguiram.

Para Júlio Morosi, a influência dos estudos parecia não se restringir apenas no âmbito do urbano, mas atravessava também pelo viés teórico que fazia sobre a cidade, resultando em uma nova abordagem a qual foi relevante para difundir o resultado em circuitos internacionais sobre urbanismo. O arquiteto espanhol manteve sua assessoria durante o período de identificação do traçado urbano de onde efetivamente esteve ligado aos círculos da intelectualidade acadêmica da Universidade de La Plata.

Morosi, por sua vez, passou a produzir uma diversidade de artigos sobre cada aspecto novo da urbanização de La Plata. Foi possível na soma dos trabalhos avaliar que o pensamento do espanhol havia sido introduzido na perspectiva da compreensão da preservação dos edifícios da cidade. Embora não haja necessariamente a introdução do conceito de preservação de patrimônio arquitetônico, bens culturais ou ainda, preservação de bens culturais, a ideia pode ser lida no caráter simbólico de defesa do próprio desenho urbano da cidade de La Plata.

Así, se introduce intencionada y rigurosamente el principio, explicado en nuestros días por Colin Buchanan em sua ya clásico texto “El tráfico en las ciudades” esto es, la necesidad de guardar um adecuada relación entre magnitud de la edificación y

<sup>129</sup> Com surpresa, foi possível verificar que houve estudos urbanos profundos sobre ele e as suas origens, entendido que a proximidade do primeiro centenário de sua fundação justifica plenamente a necessidade e o dever de concluí-los. (Tradução Nossa). In MOROSI, 1999, p.7.

<sup>130</sup> Produção sob direção de Júlio Morosi.

las actividades urbanas por uma parte, y la de la malla circulatoria por otra.<sup>131</sup> (Grifo nosso)

Era a promessa da cidade ideal que estava sendo reclamada; ou mais: é a cidade real sendo avaliada pelo autor. À medida que o autor a cidade de La Plata, enxerga a transformação e a dicotomia urbana, que comprometem o projeto original, embora tente harmonizar todas as partes que um dia a cidade planejada de Benoit anunciou.

Nesse artigo inicial, Morosi, tenta recriar sobre La Plata uma aura de cidade moderna de acordo com sua própria urbanística, realizando uma descrição histórica do surgimento da cidade de maneira romântica, validada pelo plano geométrico de onde, segundo o autor, se encobria uma riqueza de pensamento estilístico provindo de outras grandes cidades europeias. Evidentemente, ele se ocupa das ferramentas que dispõe para defender as edificações sem se ausentar de cotejar que, para viver esse tipo de cidade, é necessária sua salvaguarda. Para isso, sinalizava que havia uma destruição intensa de seu conjunto desde o início do século XX onde

Así, desde dentro, con la aparición de mesquinhos lotes internos y especulativas subdivisiones de parcelas y manzanas originales, y desde fuera. Con la difusión del automotor y la posibilidad consecuente de los loteos suburbanos, comienza el proceso lento pero continuo de degradación.<sup>132</sup>

Entretendo, Morosi adverte que a densidade de edificações que foram afetadas havia sido muito mais intensa e demarcada ainda no aniversário do cinquentenário da fundação da cidade, de maneira que põe como obrigação de toda a comunidade a tarefa de iniciar um projeto que já deveria estar em prática.

Pero esa es otra historia, de la que no hemos de ocuparnos hoy. Sólo no resta decir que ello es culpa de todos, por no habernos detenido a indagar em las fuentes y a aclarar a tempo los valores de la ciudad que era necessário preservar.<sup>133</sup> (Grifo nosso)

---

<sup>131</sup> Então, é introduzido intencionalmente e rigorosamente o princípio, explicadas aos nossos dias por Colin Buchanan em seu texto clássico "cidades em tráfego", isto é, a necessidade de manter um bom relacionamento entre a magnitude da construção e as atividades urbanas de um lado e por outro e a malha circulatória. (Tradução nossa). In MOROSI, Julio A. Conferência no ciclo de palestras "Cem anos de La Plata, sus realizaciones, su cultura, su gente". Datado de 1978. Arquivo dardo Rocha, p.12.

<sup>132</sup> Assim, a partir de dentro, com o surgimento de mesquinhas subdivisões internas e especulativas subdivisões em parcelas e de lote original e com a difusão do automóvel e possibilidade subsequente de subdivisões suburbanas, começa o lento, mas constante processo de degradação. In MOROSI, 1978, p.17.

<sup>133</sup> Mas isso é outra história, que não vamos nos ocupar hoje. Apenas resta dizer que isso é culpa de todos, por não termos nos perguntado sobre quais as verdadeiras fontes e esclarecer o os valores da cidade que era necessário preservar. In MOROSI, *idem*, p.18.

Para Morosi, a importância da preservação dos valores urbanístico, embora não estivesse claramente definida, se fazia necessária, como se houvesse uma segunda chance, pois segundo o autor, isso havia sido esquecido desde 1942, ano de cinquentenário.

Os debates sobre a história de La Plata eram constantemente apresentados em conferências organizadas por grupos das áreas de arquitetura, história, órgão públicos representando a municipalidade e o governo da província. De forma abrangente, valorizavam o conjunto urbano da cidade o que ia ao encontro dos levantamentos desenvolvidos pela Universidade, em convênio aos poderes municipal e estadual, definindo itens do Eixo Monumental.<sup>134</sup>

Assim, nas últimas décadas de 1970, incidiu sobre o patrimônio cultural edificado uma enorme ampliação de conceitos. O que inicialmente estava restrito ao caráter de monumentalidade passou a envolver um universo de bens que, no transcorrer da década de 1980, sairia da sua condição de *não-consagrado*. Era como se a vida moderna, criadora de impulsos e potencialidades produzisse o turbilhão de transformações econômicas, culturais e sociais que acabariam revalorizando o patrimônio arquitetônico passado como expectativa de futuro.

#### **4.2.2 A recuperação do Eixo-Monumental como símbolo do centenário**

Faz-se necessário pensar o momento do centenário de La Plata, 1982, como um ponto de convergência da rearticulação de valores sobre o passado, fenômeno que era próprio no meio urbano e que, lentamente, passou a influenciar os profissionais da arquitetura em La Plata. Isso se deu porque, no Ocidente, a novidade do final do século XX, era de uma familiaridade entre as comunidades e suas edificações eram legitimadas pelos direitos humanos (POULOT, 2009, p. 228), fazendo com que a população pudesse recusar os “falsos prestígios” de patrimônio absolutos engendrados pelos Estados Nacionais, e buscassem preservar de forma quase utópica, edifícios de acordo com a lógica da histórica regional, de maneira democrática.

Dessa maneira, as problematizações sobre o meio urbano, iniciadas dentro da Universidade Nacional de La Plata, em 1975, aprofundavam a temática urbana e os efeitos gerados pelo desenvolvimento técnico-científico. A preocupação com o urbano foi relevante

---

<sup>134</sup> Os critérios “históricos e artísticos” utilizados como referenciais europeus no traçado de La Plata eram destacados como símbolo de Modernidade, contrastando com o modelo colonial argentino.

para estimular as políticas públicas<sup>135</sup> da preservação organizada anos mais tarde, em 1983 (SANT'ANNA, 1981, p.55), em especial, após o centenário de La Plata e com a redemocratização da Argentina.<sup>136</sup>

Em se tratando de uma intensificação da função simbólica da linguagem, ancorando as sociedades em um determinado espaço cultural e temporal, os edifícios serviam apenas como um dispositivo “intencional” e, como tal, necessita de um vigilante e de um permanente diálogo (CHOAY, op.cit, p.12). Isso serve como fator para explicar certo isolamento do público com esses dispositivos após as redemocratizações, já que foram criados, tanto no Brasil quanto na Argentina, por regimes de pouca representação popular e, por consequência, com inexpressiva identificação.<sup>137</sup>

A escassez de alusões ao assunto da preservação leva a estabelecer que se tratava do início de um processo mais denso de identificação e reflexão sobre a conservação do patrimônio edificado. Além disso, era um assunto relativamente novo na América Latina, necessitando uma prática que estivesse de acordo com produção de conhecimento e um estágio de planejamento de formação científica, pois, até o momento, a identificação de edifícios se dava essencialmente pela curiosidade e pelo culto ao pastiche ou ao nostálgico.

O primeiro passo foi, então, através da Universidade de La Plata, iniciar um processo de investigação, contribuindo através dos estudos que auxiliariam na constituição de um campo da conservação e preservação edificada, para além dos prédios que já continham certo caráter de monumentalidade.<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> Conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível de discurso através de sua formulação. Assim, o plano de interesses em relação ao patrimônio é importante, pois revela os interesses de determinado grupo social. No caso do patrimônio em La Plata, também era necessária a codificação por leis e decretos como forma de políticas públicas para que quaisquer levantamentos ou estudos iniciais pudessem ser regularizados recebendo a atenção do Estado.

<sup>136</sup> Inicialmente, na literatura sobre estudos do espaço urbano de La Plata, da primeira metade da década de 1970, inexistem citações sobre a conservação efetiva, tampouco havia o conceito de preservação ou revitalização, haja vista que o que se propunha até o centenário era a constituição de monumentos, construindo uma rede de relações de identificação entre a população e o signo identitário que se torna o traçado da cidade. De um lado, isso avigorou a institucionalização dos poderes sociais daquele período histórico, reforçando as alegorias militares e o patriotismo argentino. Por outro, a partir da redemocratização, o campo patrimonial mudaria o escopo de análises.

<sup>137</sup> Esse foi o caso da preservação do Teatro Colón em Buenos Aires que sequer estava na lista de bens preservados pelo Governo Militar Argentino, que dava preferência a monumentos de reminiscência militar. No Brasil, o fenômeno era semelhante e, no caso de Caxias, servindo de exemplo o Monumento do Imigrante, cuja verba para reforma havia sido encaminhada pelo Governo, havia sempre uma questão duvidosa sobre a ressonância que o referido monumento tinha com a população já que na década de 1980 ficou sob o símbolo do abandono. (Esse assunto será abordado no capítulo 5).

<sup>138</sup> Revista de Arquitetura, urbanismo e planejamento. Publicação do Centro de Estudios y proyecación del ambiente. La Plata, Argentina: CEPA, 1982.

O trabalho foi organizado por um primeiro grupo de catedráticos que formaram o campo ligados à conservação e preservação edificada de La Plata, como o arquiteto e professor Júlio Morosi, o historiador Fernando Barba, a professora Maria Cristina Orsi e o arquiteto Ruben Pesci. Haviam colaboradores que seriam responsáveis alguns anos mais tarde pela extensão de trabalhos de pesquisa sobre a cidade, como os arquitetos Mabel Margarita Scarone, Jorge Osvaldo Gazaneo (envolvido na preservação do Teatro Argentino), Hilario Zalba, J.M. Valcárcel e A. Liberman e a bibliotecária da Escola Superior de Periódicos da UNLP, Nelly Moranzoni.



FIGURA 22: Início do Eixo-Monumental com a Igreja Catedral e Praça Moreno  
 Fonte: La Plata, Uma Obra de Arte, 1982.

As pesquisas de transformações urbanas se ampliaram no final do século XX na expectativa de encontrar novas respostas aos problemas sociais advindos do meio urbano. A teoria de arquitetura crítica buscava uma nova leitura do mundo urbano e das edificações que o compunham. O momento não poderia ser mais propício, já que se tratava de um contexto internacional extremamente relevante para a arte e para a história. Após a declaração do esgotamento das metanarrativas (LYOTARD, 1979, p.51), ocorria um excesso da modernidade, que a tornava o projeto de futuro mais superficial, cético e menos profundo. Possivelmente, La Plata estivesse dividida diante de tanta transformação, firmando-se um mundo da tradição

naquele contexto, como emblema que oferecia segurança, mas que rapidamente compreenderia que estava inserida em um panorama de rápidas transformações.

Ao estudar o fenômeno urbano, inicialmente o grupo da UNLP defendia a relevância sobre o contexto de fundação da cidade, a importância do traçado urbano como resultante de fatores urbanísticos internacionais, os principais elementos da arquitetura em uma perspectiva que coloca a cidade como uma evolução contínua<sup>139</sup>.

Nessa pesquisa, destaca-se a caracterização do fluxo comercial através das ruas que se direcionariam ao porto para rápido escoamento de sua produção, defendendo o reconhecimento de La Plata sobre seus aspectos formais e estruturais, que, segundo esses estudos, eram distintos de qualquer cidade; uma espécie de cidade harmônica. As edificações assinaladas eram as que compunham o Eixo Monumental, isto é, edificações que serviam como um elo de ligação entre os poderes instituídos, imbuídos de guiar moralmente os cidadãos platenses. Assim, nesse primeiro momento de incursão sobre os estudos urbanos e sobre as edificações, havia intencionalidade em tonar a cidade um *Monumento* de culto.

As novas interpretações críticas ao urbanismo de La Plata, alguns anos mais tarde, demonstraria que a modernidade, radicalizava seu efeito na desconstituição das antigas seguranças que a imagem de cidade moderna poderia proporcionar (CHARLES, 2009, p.22). Dessa maneira, ocorria o desenvolvimento de duas propostas de interpretação sobre o fenômeno urbano.

De um lado, os profissionais da arquitetura ainda demonstravam a cidade de La Plata como o resultado da fé inabalável no progresso constante, usando o passado para fortalecer o caráter de culto as suas realizações, mantendo as edificações do Eixo principal como únicas no processo de reconhecimento do patrimônio edificado. Isso foi comum em outras cidades modernas, sendo Caxias do Sul um exemplo, onde, nas localidades de desenvolvimento capitalista, industrial e financista, a cidade foi sendo palco para movimentos de especulação imobiliária que sucederam nas décadas seguintes resultando em desagregação social e segregação espacial, tal como a gentrificação<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> O resultado dessas pesquisas foi publicado no ano de 1983 sob título La Plata: Ciudad Nueva, Ciudad Antigua.

<sup>140</sup> As regiões estudadas nessa análise não foram casos profundos de desagregação espacial. Entretanto, observou-se que em La Plata, parte considerável dos imigrantes italianos, no período de construção urbana, residiram em regiões fora do chamado “casco fundacional” ou da “cidade das diagonais”, ficando em regiões periféricas da “utópica La Plata”, conhecidas como *Partido* onde a preservação edificada não teve alcance no final do século XX.



FIGURA 23: Palácio Municipal (Prefeitura de La Plata)

Fonte: Municipalidade de La Plata.

Por outro lado, o viés era o de buscar novos referenciais e finalidades em edificações fora do contexto oficial, olhando a cidade como possibilidade de constituir um novo devir, de onde as edificações pudessem representar a possibilidade de novas intervenções do homem de acordo com as necessidades da cultura coletiva. Assim sobre o espaço urbano, pode-se encontrar uma coleção inumerável de singularidades e uma instância aberta à criatividade, a partir desse a possibilidade de um “espaço de enunciação” (CERTEAU, 2008, p. 169).

Nesse sentido, para encontrar-se uma mentalidade preservacionista, há que se considerar os primeiros movimentos de perceber La Plata como uma cidade idealizada, tomada de novos significados sem deixar de exprimir o mesmo desejo do final do século XIX, de um espaço harmônico, progressista sem qualquer tipo de anomia. As edificações do Eixo são escolhidas pelos intelectuais da UNLP, a partir da década de 1970 como forma de representar essa idealização.





FIGURA 24: Casa de Gobierno (Sede do governo da província de Buenos Aires)

Fonte: Marcelo Caon

O patrimônio de La Plata passa a ser reinterpretado; e seu passado, transformado pelos profissionais da arquitetura e pelo poder público. Sobre esse patrimônio edificado, áreas adjacentes ao Eixo Monumental, lança-se uma luz, espécie de portadora de referências para o futuro. Deve-se ter em conta, porém, que a ideia de voltar a essa cidade ideal é distinta da ideia de sua fundação.

No final do século XIX, agia-se e pensava-se em termos de combate ao modelo urbano tradicional representado pelo colonial. Assim, o olhar para o passado no final do século XX torna-se um momento de revalorização de uma La Plata “original”, de onde sua experiência é celebrada, evidenciando claramente a transformação da mentalidade em curso na hipermodernidade.

Ao invés de negar o passado, o poder público reutiliza-o sem complexo, processo em de interpretação intuitiva, na qual quem tem o poder de atuar sobre esse passado o faz de acordo com intenções do presente.



FIGURA 25: Palácio de La Legislatura (Sede do poder legislativo da província)  
Fonte: Marcelo Caon

Nesse aspecto, tanto edificações do Eixo Fundacional, quanto as áreas que vão sendo destacadas pelas pesquisas na UNLP passam a ter uma dissensão, em que visões de mundo distintas sobre a temática da intervenção sobre o patrimônio demonstram que cidade é alvo de um jogo de interesses ressaltando a capacidade de determinados grupos políticos e econômicos de sobressaírem sua racionalidade instrumental (FREITAG, 2005, p.165). Entretanto, como mostra Pesci, a preservação é uma realidade que merece a atenção e aprofundamento teórico.

[M]ovimientos mundiales e instituciones públicas y privadas se vuelcan a conservar viejos edificios y barrios históricos de la piqueta de demolición. Ingentes presupuestos son destinados a ello: el resultado es grandioso en algunos casos y sólo escenográfico en otros. En realidad se conserva algún fragmento pero sins u función, ni la adquisición de outra más vigente.<sup>141</sup>

Na cisão das compreensões sobre o urbano, resultara a problemática da escolha dos bens a serem preserváveis, despontando que o as edificações se tornam fonte de poder, pois não se pode aumentar indefinidamente o patrimônio a ser protegido, nem estabelecer uma lista infinita de lugares históricos a se preservar. O significado desse retorno pode ser interpretado como uma mudança da visão de mundo do homem do final do século XX,

<sup>141</sup>“Movimientos mundiales e instituciones públicas e privadas estão se voltando para preservar edificios antigos e barrios históricos da demolición. Orçamentos enormes são atribuídos a ele: o resultado é grande em alguns casos e apenas cenográfico em outros. Na realidade, se conserva alguns fragmentos, mas sem função, ou a aquisição efetiva.” In PESCI, Revista do Patrimônio, 1980, p. 9.

deseperançoso dessa crença, tornando-se sensível ao passado ao mesmo tempo em que busca conservar absolutamente tudo.

O campo patrimonial em que essa ideia de conservação se constituía, às vésperas do centenário de fundação da cidade, não possuía ainda força para tornar-se regra ou pensamento único. Naquele momento, o conjunto de ideias preservacionistas relacionado à história local não era hegemônico, já que o conceito de progresso ilimitado permanecia presente no final do XX, mesmo diante de um certo esgotamento das ideias modernas. Os poderes instituídos localmente, e em especial, aqueles que projetam a cidade ou impunham seu poder político-econômico sobre ela, estavam sob os efeitos, muitas vezes contraditórios, ampliando a marca da individualização do espaço, em que Charles Sebastien (2007, p.22) ilustra que

[E]m seu contexto não há escolhas, não há alternativa, senão evoluir, acelerar para não ser ultrapassado pela evolução de maneira que o culto da modernização técnica prevaleceu sobre a glorificação dos fins e dos ideais. Se o futuro não é mais previsível, ele então deve ser mutável, flexível, reativo, permanentemente pronto a mudar, supermoderno, mais moderno que os modernos dos tempos heroicos. A mitologia da ruptura radical foi substituída pela cultura do mais rápido e do sempre mais: mais rentabilidade, mais desempenho, mais flexibilidade, mais inovação.

#### **4.2.3 A comemoração política do centenário platense**

Os festejos comemorativos de La Plata se deram especificamente no dia 19 de novembro de 1982. Os preparativos ocorreram dois anos antes da data entre os poderes públicos municipais, estaduais (província) e da União. No respectivo mês, foram organizadas atividades festivas durante dezoito dias, ficando para o último a cerimônia, que havia sido planejada como um ato político, numa celebração da unidade entre a nação argentina e a cidade La Plata. Dessa forma, a data comemorava o percurso de uma cidade que, através da solenidade, selava sua glória, seu progresso e seu desenvolvimento numa espécie de capacidade empreendedora da modernidade local.

Estava, então, marcada para o final da tarde a concentração das instituições que fariam parte do desfile cívico que partiria da praça Itália.<sup>142</sup> O plano original foi de que partiriam as delegações das escolas seguidas do esquadrão condor da polícia provincial, dos

---

<sup>142</sup> Folheto Comemorativo do centenário de La Plata.

bombeiros voluntários das regiões de Berisso e Ensenada<sup>143</sup>, logo após as associações, representantes de clubes tradicionais como os escoteiros, as Universidades – Católica e depois a Nacional –, a Federação Gaúcha Bonarense, o grupo Nativista e, por fim, os centros tradicionalistas.

Nas seis quadras de desfile, o encontro se deu na praça principal onde estavam as autoridades dos poderes públicos que, em um placó oficial, foram acompanhados da marcha de honra a cidade realizada pela Banda do 7 regimento, juntamente com as bandas da Marinha, da polícia e do serviço penitenciário. Acompanhavam as autoridades, o presidente da República da Argentina, Reynaldo Benito Bignone,<sup>144</sup> o governador Jorge Rubén Aguado, o prefeito Dr. Abel Blás Ramon e o reitor da UNLP Guillermo G. Gallo. Uma imensa torta de 400m<sup>2</sup> que imitava o traçado da cidade de La Plata, doada pelos proprietários das padarias da cidade, foi um presente para as comemorações. No momento de cortá-la, mais tarde, alguns narram que parecia ocorrer uma verdadeira batalha campal (BADENES, 2012, p.18).

Junto a essa tradicional encenação, um grupo de familiares de presos políticos e desaparecidos colocaram-se dentro da marcha para lembrar as vítimas das perseguições do governo militar. As mães dos desaparecidos colocavam lenços em suas cabeças influenciando aplausos de alguns dos espectadores, acompanhando o desfile até serem barradas na entrada da praça principal, a Plaza Moreno, por onde não podiam passar.

Quanto à população que assistia ao desfile, esse foi um tema controverso, já que milhares de pessoas foram convocadas a visitarem a cidade de La Plata na data comemorativa. No geral, a insuficiência populacional era coberta por um número incomum de turistas das cidades de Mar del Plata, Córdoba e Rosário, das regiões próximas conhecidas como partidos tal como Berisso e Enseñada e de bairros periféricos.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> Enseñada e Berisso foram transformadas em Municípios em 1957. Isso ocorreu, sobretudo, pela intencionalidade política do regime peronista instaurado em 1955, que confirmava o higienismo progressista excludente. Essas duas cidades fizeram parte da Grande La Plata ou se preferirmos do partido de La Plata. Na tentativa de tentar traduzir o significado de partido, aproxima-se de uma comparação que se tem no Brasil como região metropolitana. Na prática foram cidades que fizeram parte de La Plata posterior a década de 1950, mas que na comemoração centenária, por não fazerem parte do Casco Fundacional (cidade formada pelo traçado diagonal e demais eixos) estiveram como coadjuvantes da progressista “cidade das diagonais”. In SOLER, 1982, p.230.

<sup>144</sup> Último presidente do regime ditatorial argentino, o Sr. Reynaldo, depois a redemocratização, foi condenado a 25 anos de prisão pelo sequestro de bebês de presos políticos durante a ditadura. Essa pena foi somada a outras duas, sendo uma de 23 anos por crimes de lesa humanidade, ao participar do sequestro, tortura e execução de 58 trabalhadores durante a período ditatorial; a outra foi a condenação a prisão perpétua por crimes contra a humanidade pelo Tribunal Federal da Argentina.

<sup>145</sup> Documentário produzido em 1982 pelo 100º centenário de La Plata. Acesso em <https://youtu.be/nOYSYGwMfYo>.

Na praça, em especial, preparava-se a abertura da urna/cápsula<sup>146</sup> que fora enterrada na data de fundação da cidade, em 1882. Nela havia objetos do período fundacional, servindo para ritualização e construção de uma memória reduzida e demarcada do aspecto laudatório da cidade. Nesse mesmo sentido se afirmava a urbe como resultado do desenvolvimento e do progresso, marcadamente representado em seu traçado moderno, as diagonais, convertido em símbolo, designando a cidade mais que o próprio escudo oficial do município.



FIGURA 26: Retirada da urna de 1882.  
Fonte: La Plata 100, 1982.

Sem dúvida, trata-se de um tipo de narrativa sobre a cidade, já que a construção da memória implica o estudo das propriedades de quem narra e, naquele momento, o poder instituído construía uma imagem da cidade pacificada.

Trata-se da mesma ideia ao se referir ao campo patrimonial, de onde poucos são os discursos que destacam a incúria dos poderes instituídos na demolição do Teatro Argentino, tampouco na falta de planejamento que reconfigurava a cidade e afetava a qualidade de vida dos cidadãos platenses, adiando a idealização original de sua fundação.

---

<sup>146</sup> Foi enterrado no dia 19 de novembro de 1882, no centro da cidade uma série de objetos e documentos, que deveriam ser redescobertos após cem anos. Isso ocorreu em 1982 durante o ceremonial. As autoridades encontraram o material parcialmente arruinado devido um vazamento, e a falta de alguns documentos simbólicos da fundação da cidade. Alguns cronistas mencionam também o desaparecimento de medalhas e garrafas de bebidas finas. A abertura da câmara onde se encontravam os objetos foi realizada alguns dias antes das comemorações para a verificação. Assim, foi possível substituídos alguns elementos para manter o ceremonial. In. Soler, 1982, p.15.



FIGURA 27: Autoridades descobrem simbolicamente objetos fundacionais restaurados.  
Fonte: La Plata 100, 1982

A questão urbana e patrimonial era algo que trazia uma complexidade de relações e, portanto, merecia um debate aprofundado, o que não ocorria haja vista o limite dado à democracia. Assim, ao examinar ao mês de novembro de 1982, deve-se ter em conta que se trava de uma memória escolhida. Como sugere Bourdieu, a eficácia do poder discursivo performático é proporcional à autoridade de quem anuncia (BOUDIEU, 1992, p.36). Seria assim no campo patrimonial?

Ao encontrar no centenário de La Plata um patrimônio aprovado pelos poderes constituídos através do traçado urbano e do Eixo Monumental, decorreu-se a necessidade de avaliar se outras áreas ou edificações serviriam de portadoras de significados e se junto à comunidade teriam algum tipo de ressonância capaz de envolver novos atores, demandando uma rede de proteção patrimonial. Era necessário sair do caráter institucional e buscar encontrar novos discursos sobre o universo político-cultural da cidade. Além da questão do teatro, existia implicitamente uma denúncia da destruição da urbe pelo processo de desenvolvimento técnico-industrial o que ecoava na maneira como se constituía um passado, garantidor de identidade para os cidadãos platenses, além das edificações do “Eixo”, ou seja, era preciso pensar em uma preservação efetiva e uma legislação eficaz sobre edificações esquecidas.

#### 4.2.4 O traçado como ingresso na internacionalização patrimonial

De acordo com a corrente de valorização patrimonial estabelecida com a emergência dos discursos da memória no Ocidente a partir da década de 1960, extrapolavam-se as fronteiras disciplinares no decorrer das décadas de 1970 e 1980, pelo reconhecimento de “novos patrimônios” (POULOT, 2009, p.13). Durante o momento em que ocorre a descentralização do sujeito (HALL, 2005, p.23), o suposto fim das metanarrativas e o processo crescente da globalização, o passado passa a ser recodificado e reinterpretado.

Mundialmente, as recomendações para proteção de edifícios e seus entornos passaram a ser reconhecida por documentos internacionais, tal como Caxias, na qual a “carta internacional para conservação e restauração dos monumentos e sítios” de 1964 e a recomendação da UNESCO sobre edifícios históricos de 1976 foram influências preciosas. Assim, sob o excesso da recordação na década de 1980, o foco se deslocou aparentemente do futuro para o passado, de onde a memória se tornava a garantia de identidade, nas sociedades ocidentais, caracterizando-se esse retorno.

La Plata havia sido influenciada por esse movimento, devido a encontros de profissionais da área de arquitetura com os grupos da Universidade Nacional de La Plata desde 1975 quando se principiou as análises urbanísticas de La Plata (MOROSI, 1999, p.7).

O início do propósito de preservação não se aplicava imediatamente às edificações, mas, de maneira mais gerais, aplicava-se aos estudos morfológicos urbanos<sup>147</sup> empreendidos em que se observam alguns desafios decorrentes do próprio processo de urbanização: a obsolescência funcional, a dimensão material, a ausência de uma cultura de manutenção, a dificuldade de compreensão por parte da população sobre preservação, o foco do poder público numa prática arquitetônica modernista, e os problemas de reconhecimento e de preservação jurídica das edificações. Essas eram tendências que ocorriam tanto em países da Europa ocidental, quanto em países da América Latina (RENARD, in RIVIÉRE E MEMOLI, 2012, p.39).

---

<sup>147</sup> O conceito de morfologia urbana pode ser atribuído a geógrafos alemães e franceses no começo do século passado (XX). Consiste em compreender a lógica de formação, evolução e transformação dos elementos urbanos a fim de identificar formas mais apropriadas cultural e socialmente para intervenção na cidade. Estudos morfológicos foram amplamente usados na elaboração de planos de preservação histórica e na elaboração de projetos de renovação urbana de cidades como Bolonha, Veneza, Glasgow, São Francisco e no trabalho dos irmãos Krier para o IBA de Berlin e Poundbury na Inglaterra. Para Pier Luigi Cervellati, que estudou a cidade de Bolonha, utilizam-se os estudos de tipologia edilícia e morfologia urbana para elaborar o Plano de Conservação dos Centros Históricos, cujos objetivos seriam refrear a especulação imobiliária, melhorar as condições de moradia das classes trabalhadoras e populares e por fim, preservar o patrimônio histórico edificado.

Em uma situação bastante peculiar, cidades que comemoravam seu aniversário de fundação, como La Plata, animadas pelos contornos da celebração, apresentavam uma forte tentativa de ritualizar sua autorrepresentação iconográfica até a exaustão, além promover reiteradas manifestações em periódicos sobre o moderno projeto de cidade planejada.<sup>148</sup> Assim, fornecia-se um simbolismo à comunidade pelo poder público, que, desde seu cinquentenário, pouco havia produzido sobre sua herança urbana<sup>149</sup>. Às vésperas das celebrações centenárias, o projeto urbano da cidade de La Plata se tornou objeto de adoração, em especial saudando a realização da cidade.

Uma característica essencial da comemoração do centenário, desde o projeto, execução e publicidade, foi enaltecer o caráter da planta/traçado da cidade, de seus eixos, suas ruas, suas diagonais. As publicações do centenário coincidem quase totalmente com a celebração do traçado, seu ordenamento e seus limites onde o centro da construção da imagem de cidade tinha como emblema sua planificação (BADANES, 2012, p.126). Em suma, La Plata era festejada como uma cidade que tinha em seu traçado urbano algo completamente distinto das demais cidades argentinas, fruto de projeto urbano moderno identificado com a visão de mundo ligada aos modelos de progresso europeu. No guia turístico editado pela “Sociedade de Arquitectos”, por exemplo, isso se confirma quando se indica que La Plata

[...]es la capital da Provincia de Buenos Aires. Su característica principal es haber sido fundada especialmente para tal fin y diseñada integralmente según las teorías urbanísticas más avanzadas para su época[...]<sup>150</sup>

Além disso, envolviam-se junto ao traçado da cidade seus edifícios públicos, seus espaços verdes, suas largas avenidas como forma de rememorar o que os “antepassados” haviam planejado ocorrendo cada vez mais uma preocupação em preservar seu conjunto.

---

<sup>148</sup> “Patrimônio” parece ser um termo capaz de acompanhar frequentemente os aniversários, as comemorações, características de nossa modernidade. O acúmulo de vestígios parece responder a um tipo de implementação positiva. Entretanto, no caso de La Plata, o aspecto de monumentalidade era dado apenas ao traçado original da cidade, sem haver necessariamente preocupação com as edificações, exceto o chamado Eixo Monumental que incluía os edifícios públicos e a Igreja Matriz.

<sup>149</sup> Não foi encontrado, em geral, nenhuma referência ao aspecto arquitetônico amplo da cidade nas publicações de 1932. Ocorre apenas que no álbum chamado “Bodas de Oro”, produzido pela Revista Comunal, consta a menção da restauração da casa de Pedro Palacios que serve de “museu” sob coordenação do grupo BASES para expor a obra do poeta platense Almafuerte. Por fim, no mesmo álbum aparecem fotografias dos edifícios públicos como registro do início da cidade, sem nenhum tipo de histórico aprofundado; outras edificações são apenas como referências de moradias de pessoas públicas da cidade.

<sup>150</sup> LA PLATA 100. Guia Turístico, 1982, p. 3.



A questão da preservação patrimonial, como se observa, deixa de ser tangenciada após o caso do Teatro Argentino e, somado aos diagnósticos sobre a cidade que eram publicados pela academia e com a chegada das comemorações do centenário, o assunto tomava nuances mais delineadas. A constituição dos agentes e o debate sobre o campo patrimonial vão ocorrendo à medida que o centenário se aproximava, tomando como exemplo a reunião da “Cámara Argentina de la Construcción”<sup>151</sup>, em agosto de 1981, na qual se estreia um debate com o propósito de criar uma legislação de conservação do patrimônio histórico local. É possível distinguir diferentes ideias relevantes à conservação do patrimônio edificado, como por exemplo, os representantes do Rotary, que, no referido encontro, abordavam mais a possibilidade de homenagear a cidade através da criação de novos espaços, os quais serviriam para evocar certo patriotismo. Assim,

[F]ormalizó ante las autoridades de una “Plaza de la República” como memoración permanente del elevado espíritu de pacificación y progreso, que movió a la generación del 80 a fundar a ciudad. Dicha plaza se instalará em um predio aún no determinado y se integrará com los símbolos- bandeyra y escudo –y las flores y plantas típicas de cada una de la provincias argentinas.<sup>152</sup>

Por outro viés, que pertencia ao arquiteto Tomás Garcia<sup>153</sup>, pensava-se a cidade como um plasma de diversas manifestações da atividade humana. As obras de todas as gerações mereciam se conservadas sem, segundo o arquiteto, tornar-se uma cidade-museu. Em sua intervenção, destaca as mudanças nas formas platenses, tanto em seu traçado quanto em suas edificações, onde

[S]ubrayó la pérdida de fundamentales características del diseño original, tales como el enmarcado de los edificios fundamentales, en especios verdes y la instalaciones de

---

<sup>151</sup> Instituição criada em 1936, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do setor de construção civil na Argentina.

<sup>152</sup> Jornal El Dia, 20 de agosto de 1981. Formalizado perante as autoridades de uma "Praça da República", como uma comemoração permanente o elevado espírito de paz e progresso, que movia a geração de 1880 a fundar uma cidade. Na referida praça será instalado em uma edificação, ainda não determinado, e integrar-se-á com os símbolos- a bandeira e escudo- e as flores e plantas típicas de cada uma das províncias da Argentina. (Tradução nossa)

<sup>153</sup> Coautor do projeto de construção do Novo Teatro Argentino de 1981 que substituiu o Teatro incendiado e que fora demolido pelo poder público de La Plata.

plazas, cada seis cuadras, norma que ha desaparecido según se aprecia fuera del ejido urbano.<sup>154</sup>

Era um momento de embate sobre qual modelo de patrimônio iria ser foco nos próximos anos em La Plata, o professor Narciso Pousa<sup>155</sup> abordava o tema de um ponto de vista intrigante, evocando a questão da cultura na arquitetura como algo que se constitui na medida em que podia servir também de experiência vivida por uma comunidade para além das instituições e ideologias formais da sociedade. Para ele,

[L]a cultura tiene necesariamente que irse renovando y su renovación incluye el abandono de muchas cosas que han quedado muertas. La arquitectura es una de las artes que con más profundidad está ligada a este proceso cultural. Pienso que em la medida em que vivamos essa arquitectura, ella estará viva. Pero también hay que aceptar que muchas veces hay cosas que quedan muertas.<sup>156</sup>

Qualquer experiência coloca os homens como produtores ativos e as coisas, como formas passivas, de maneira que o centenário deveria servir de pretexto para avaliar quais partes da cidade seriam relevantes para preservação, já que eram símbolo prototípicos do desenvolvimento realizado pelo homem, servindo de referência ao grupo maior. Assim, o campo patrimonial também era parte de uma disputa sobre a representação da história de La Plata, na qual a escolha de áreas e edificações determinava um passado selecionado, na medida em que também realizava a operação de esquecimento do outro.

A seleção de elementos para a preservação passava a receber um sentido e perdia sua indiferença natural quando passou a integrar a intervenção artística do homem. Para alguns defensores da preservação, isso significava a possibilidade de ver em La Plata aspectos distintivos de seu traçado e de seus edifícios público. Entretanto, narrar La Plata através da preservação de suas edificações também é uma maneira de pensar a produção das edificações como parte da imaginação socioespacial que um grupo de cidadãos platenses pensava sua

---

<sup>154</sup> Enfatizou a perda das principais características do traçado original, como o enquadramento dos edifícios-chave, espaços verdes e das praças, cada regra de blocos seis desapareceu como visto fora da área de design urbano. (Tradução nossa)

<sup>155</sup> Professor Dr. Narciso Pousa era professor da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidades Nacional de La Plata.

<sup>156</sup> A cultura tem necessariamente de ir renovando e renovação inclui o abandono de muitas coisas que foram mortos. A arquitetura das artes uma com mais profunda está ligada a este Processo cultural. Em pensar que vivemos agora em ESSA arquitetura, ela vai viver. Mas também devemos aceitar muitas vezes há coisas que estão mortos. (Tradução Nossa)

cidade, sucedendo no conflito das memórias, nos trabalhos e nas lutas políticas em torno das significações do passado (POLLAK, 2006, p.3).

Nos primeiros estudos<sup>157</sup> sobre sua morfologia, nos quais se encontra o primeiro inventário, incluem-se determinadas escolhas sobre a memória de acordo com o que os cidadãos conjecturavam ser uma cidade que pudesse servir como emblema ao futuro afastando-se dos mesmos problemas de urbanização dos grandes centros da América Latina. Esse aspecto seria abordado mais profundamente durante a década da formação do campo de preservação, pois a cidade real trava uma luta com a cidade ideal.

Nesse sentido, voltando ao encontro da “Cámara”, outra figura que versava sobre a preservação foi o professor Daniel Almeida Curth<sup>158</sup>. Ele defendia, em sua proposta, que “*la conservacion de todo aquello que, todavia, queda, comenzando por el trazado de la ciudad*”. Em sua intervenção propunha a criação de leis que preservassem todo conjunto urbano, repousando seu argumento em Victor Hugo. Ele pedia

con las palabras que Victor Hugo pronunciara en 1830: " Una ley para los monumentos, una ley para el Arte, una ley para la nacionalidad de Francia, una ley para los recuerdos, una ley para las catedras y una ley para los grandes frutos de la inteligencia".<sup>159</sup>

Esse encontro foi uma oportunidade que diferentes setores da sociedade organizada como Municipalidade, Cámara de Construtores, representantes da Universidade de La Plata e profissionais da área de arquitetura puderam refletir como sucederia a questão do patrimônio, a partir da centenária data de fundação da cidade. Dentre outros profissionais que participaram, estava também Maria Florência Aprenda de Di Mais, titular do Museu Dardo Rocha<sup>160</sup> responsável pela recuperação do Museu no ano de 1978 com intuito de sediar

---

<sup>157</sup> Documento organizado e redigido em 1986 que sera analisado posteriormente.

<sup>158</sup> Professor e Arquiteto Daniel Almeida Curth. Consultor e Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de La Plata. Seu trabalho com arquitetura profissional ligada ao conhecimento teórico e prático sobre a construção tradicional e inovadora se refletiu em sua obra construída, e muitas de suas propostas premiadas em concursos nacionais e internacionais.

<sup>159</sup> Com as palavras de Victor Hugo pronunciadas em 1830: " Uma lei para os monumentos, uma lei para as Artes, uma lei para a nacionalidade da França, uma lei para as lembranças, uma lei para as cátedras e uma lei para os grandes frutos da inteligência ". (Tradução nossa)

<sup>160</sup> O Museu e Arquivo Dardo Rocha, foi criado em 30 de outubro, 1948, sancionada pela lei nº 5336 e promulgada pelo Decreto nº 27.365 de 13 de novembro de 1948 A Casa-Museu Dardo Rocha é uma construção do século XIX, tendo sido projetada por Pedro Benoit, onde viveu Dardo Rocha e sua família desde 1885. Seu nome é uma homenagem ao primeiro governante da cidade. Estruturas originais da residência, exceto a primeira área de pátio, foi coberto para torná-lo um Museu, preservado de forma quase intacta. O seu patrimônio inclui mobiliário, louças, roupas, obras de arte, peças de medalhísticas, documentos e fotografias. Destaca-se também seus importantes bibliotecas e arquivos materiais especializados sobre a cidade, biblioteca de mapas e arquivo.

inúmeras atividades festivas até a data do centenário, podendo servir também de referências para outras intervenções que poderiam surgir a partir das iniciativas da prefeitura municipal.<sup>161</sup>

Assim convergia uma série de episódios antes do surgimento dos projetos de preservação patrimonial da cidade. Um complemento inesperado, sob o ponto de vista de investidas reais sobre o patrimônio, foi a complementação dada pelo crescimento de publicações, algumas patrocinadas pela Ditadura Militar (BADANES, *op.cit.*, p.122), que constituíam a imagem da cidade. Em geral, eram obras diletantes que acabaram por gerar um processo de identificação da população com sua forma urbana, mesmo que instituída.

Nas crônicas e periódicos do centenário, ocorria a ilustração exaustiva de fotografias. Essa reconstrução foi capaz de articular a imagem da cidade, primeiramente, como um passado distinto, necessário para pacificar e orientar os festejos centenários. Ao juntar narrativa escrita ao conjunto de imagens da cidade, construiu-se um modelo que dava ao conjunto urbano uma aura de acordo com sua arquitetura e traçado. A planificação métrica da cidade, inspirada em modelos de cidades-utópicas, foi concebida desde o Renascimento, associou-se a um novo universo imagético e serviu aos propósitos “positivistas” dos arquitetos e administradores públicos de La Plata no final do século XX.

A fotografia, então, passa a ocupar um lugar especial quanto ao fenômeno urbano platense, pois, desde seu surgimento, esse recurso foi registrado e reutilizado para comprovar seu projeto de modernidade nacional (ARRUDA, 2011, p.108). A literatura acerca da história de La Plata se conecta a uma grande quantidade de produção fotográfica, como se a caracterizasse através da confiança do que se pronunciava, sem necessariamente revelar em que condições isso aconteceu ou quais as redes de interesses que regeram essas imagens.<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> Historia del Museo y Archivo Dardo Rocha. La Plata, 1980. Essa publicação, que conta a trajetória do edifício, foi organizada pela gestão da Associação dos Amigos do Museu Dardo Rocha em convênio com a UNESCO, Centro Internacional para Conservación del Patrimonio, Comitê Internacional ICOMOS. É importante destacar que devido a data de comemoração da Fundação da cidade, o referido prédio foi municipalizado em 22 de dezembro de 1980 e oficializado pelo Decreto n° 271 do Poder Executivo da Província de Buenos Aires em março de 1981.

<sup>162</sup> Mais uma vez aqui faz-se necessário analisar a pesquisa de BADANES que indica os objetos das publicações ligados ao poder executivo e ao Governo Militar que usaram as publicações com intuito político.



debatia questões relativas a forma, função e subjetividade na arquitetura (FRAMPTON, 2010, p.545).

#### 4.3 A BUSCA PELO CONCEITO DE PATRIMONIO CULTURAL

A combinação entre comemoração e investigação científica resultou em momento importante para a escrita sobre La Plata. A estima sobre as edificações, o traçado urbano em La Plata e a necessidade de sua conservação se consolidaram através inúmeras citações nas publicações comemorativas, bem como nas pesquisas, produzidas por profissionais do campo da preservação, arquitetura, engenharia e autoridades políticas associados à Universidade Nacional de La Plata, aos poderes públicos do Município, à Província de Buenos Aires, do Centro de Estudos e Proteção do Ambiente (CEPA) e da UNESCO, movimento que principiou nos anos finais da década de 1970 e início de 1980.<sup>165</sup> Esses eram os organismos que faziam parte do campo patrimonial, os quais eram responsáveis durante o centenário das publicações.

De qualquer maneira, a defesa pela preservação principia no mesmo contexto e sobre o Casco Fundacional. A definição do traçado foi fundamental para agir sobre seus espaços construídos mais tarde.<sup>166</sup> Na sequência de seu reconhecimento, era necessária, entretanto, tentar preservar todo casco, isto é, a cidade, e mais adiante os espaços públicos juntamente das edificações. Na descrição do traçado da cidade, os estudos eram enfáticos à medida que buscavam definir e proteger.

La Plata se inscribe em un cuadrado de una légua (5.196 metros) por lado, envuelta por un amplio bulevar de circunvalación y orientada a médio rumbo, según era el uso y la norma em el Departamento de Ingenieros. [...] ese cuadrado contiene seis avenidas de 30 metros de ancho y treinta y dos calles de 18 metros que corren de NE a SO. De NO a SE se tienden en cambio cinco avenidas de 30 metros y treinta calles de 18 metros. El cuadrado es cruzado, además, por dos diagonales principales y dos menores de 30 metros de ancho, así como por cuatro diagonales de 18 metros. La traza es, pues, de perfecta simetría axial, em torno a um doble eje central principal constituido por las avenidas 51 y 53. De esse eje parten, justamente, las diagonales de 30 metros de ancho que conducen rapidamente a la periferia y las diagonales de

<sup>165</sup> O resultado foram as publicações de obras conhecidas sobre La Plata, sendo: La Plata, uma Obra de Arte de 1982 tratada como o Livro do Centenário; La Plata – Ciudad Milagro de 1982 e La Plata-Ciudad Nueva, Ciudad Antigua de 1983. A iniciativa era coproduzida pelo Estado da Província de Buenos Aires, da Universidade Nacional de La Plata e da Prefeitura Municipal. A maneira de destacar La Plata tinha o viés comemoracionista, bem como um convite a sociedade platense para preservar seus edificios históricos. Entretanto o tom crítico era medido pelos poderes municipal e estadual (província) que atendendo ao Regime Militar não admitia questionamento mais profundos em relação a incapacidade de gestão cultural em La Plata.

<sup>166</sup> O conjunto de edificações foi sendo classificado à medida em que as transformações sobre o traçado era definida.

18 metros, que enlazan los cuatros parques principales com que la ciudad fue proyectada. Em todos los cruces de avenidas, se emplazan espacios verdes, que adquieren variada conformación, pero que también se repitem simetricamente a ambos lados del eje principal.<sup>167</sup>

Em La Plata, o resultado das pesquisas chamava atenção de maneira mais contundente para a preservação do projeto original da cidade que havia sido referenciado exaustivamente durante o centenário. Porém, os arquitetos, historiadores e profissionais do urbanismo, ligados À UNLP, apresentavam novas concepções acerca do patrimônio. Conforme Morosi,

Esta traza de La Plata há sido criticada por algunos autores, juzgándola como “rigidamente geométrica e tiranicamente regular”. Personalmente creemos que no se han detenido a analizar los finos matices y la riqueza de pensamiento que se oculta tras este esquema a primera vista rigidamente geométrico. (MOROSI, *idem*, p.2.)<sup>168</sup>

O ponto de partida para novas intervenções preservacionistas seria o traçado planejado da cidade, com novas fontes de bens arquitetônicos e edificações de cunho cultural a serem incluídas na lista do projeto que nomeava o conjunto platense como exemplar de contorno urbano inconfundível,<sup>169</sup> segundo o qual os pesquisadores afirmavam ser único exemplar na Argentina.

Em um primeiro momento, foi realizada a tarefa de identificação da trama, da construção ritmada dos edifícios institucionais e da forma como esses se encontrariam

---

<sup>167</sup> La Plata está inscrita em um quadrado de uma légua (5196 metros) de cada lado, rodeado por um amplo boulevard circular conforme o uso e a norma padrão do Departamento Engenheiros[...]. Essa praça contém seis avenidas de 30 metros de largura e trinta e duas ruas de 18 metros que correm a partir de em execução a partir de NE a SO. De NO a SE tem cinco avenidas de 30 metros e trinta ruas de 18 metros. A quadra é atravessada por duas diagonais principais e duas menores com menos de 30 metros de largura e quatro diagonais de 18 metros. O traçado é, portanto, perfeita simetria axial em torno em um eixo central principal formado pelas avenidas 51 e 53. Desse eixo partem precisamente diagonais 30 metros de largura, que levam rapidamente a periferia e diagonais 18 metros, ligando os quatro principais parques em que a cidade foi projetada. Em todos os cruzamentos de ruas, parques, se encontram espaços verdes que adquiria variada conformação, mas que também repetem simetricamente em ambos os lados do eixo principal. (Tradução Nossa). In. MOROSI, 1978, p.4.

<sup>168</sup> Este traço de prata tem sido criticado por alguns autores, considerando como "rigidamente geométrico e tiranicamente regular". Pessoalmente, acredito que eles não pararam para analisar as nuances finas e riqueza do Pensamento está por trás desse esquema à primeira vista rigidamente geométrico. (Tradução Nossa).

<sup>169</sup>. Uma das fontes impressas mais importantes sobre arquitetura, espaço urbano e planejamento de La Plata é a Revista Ambiente. Trata-se de um periódico onde eram publicados os resultados do Centro de Estudos e Planejamento sobre o ambiente (CEPA) da Sociedade Ambiente. O número 32 da revista tratava especificamente da cidade de La Plata, uma espécie de diagnóstico sobre a cidade no ano de seu centenário. Ali, foi possível notar um registro sobre a necessidade de conservação das edificações. Embora não se utiliza o termo patrimônio, seu contexto busca o mesmo viés para intervenção e salvaguarda. In. Texto de GAZZANELO, 1982, p. 55

dispostos no chamado *Eje Cívico-Monumental*<sup>170</sup>. Identificava-se ali a cidade que era paralisada e, de certa forma, condenada a ser igual a si mesma, pois o conceito de preservação ainda resultava nos critérios de monumentalidade. Seria necessário um trabalho de conservação, mas ele teria aspectos museológicos, conservação dos edifícios públicos, regulamentos efetivos. Em uma espécie de alegoria, nas palavras de Ítalo Calvino tratava-se da cidade de *Zora*.<sup>171</sup>,

Dela, no projeto original, partiriam através de bulevares, grandes avenidas, quadras, praças aos locais distantes que já haviam sido mais importantes da cidade, tais como a estação de trem, a zona portuária e a região limite entre Berisso e Enseñada. Entretanto, essas áreas, pouco lembradas em momento de ufanismo, se tornaram regiões periféricas, depreciadas pelo mercado imobiliário, estigmatizadas e condenadas a sonhar pela hipermodernidade e a se tornarem parte da cidade novamente, embora ainda possuíssem claramente patrimônio edificado a ser preservado.

Nesse caso, a outra cidade simbólica de Calvino, *Pentesileia*. Nas raras produções sobre o descaso com o patrimônio edificado, denunciava-se a *proliferación de las torres* que, de um lado a outro do Eixo, destruía a morfologia urbana inicial de La Plata destituindo o domínio que os edifícios públicos. Assim, à medida que se olhava o traçado urbano, os profissionais da arquitetura percebiam outra perspectiva. Na conclusão de um dos textos sobre as pesquisas do grupo platense da UNLP, delata-se:

[...] Así, desde dentro, con la aparición de mesquinhos lotes internos y especulativas subdivisiones de parcelas y manzanas originales, y desde fuera, con la difusión del automotor la posibilidad consecuente de los loteos suburbanos, comienza el proceso lento pero continuo de degradación. Pero esa es otra historia, de la que no hemos de ocuparnos hoy. Sólo no resta decir que ello es culpa de todos, por no habernos detenido a indagar en las fuentes y aclarar a tempo los valores de la ciudad que era necesario preservar. (MOROSI, 1978, p.9)<sup>172</sup>

<sup>170</sup> EIXO CÍVICO-MONUMENTAL.

<sup>171</sup> São 54 cidades com nome de mulher, descritas e organizadas em 9 grupos e 11 categorias (memórias, desejo, símbolos, delgadas, trocas, olhos, nome, mortos, céu, contínuas, ocultas); a cada novo grupo, uma nova categoria. E entre um grupo e outro, a conversa direta entre Marco Polo e Kublai Khan. CALVINO, Ítalo. *CIDADES INVISÍVEIS*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>172</sup> Assim, a partir de dentro, com o surgimento de subdivisões internas e especulativas subdivisões em parcelas e blocos de lotes originais e de fora, com a consequente disseminação do automóvel, a consequente possibilidade de subdivisões suburbanas, começa o processo lento, mas constante de degradação. Mas isso é outra história, que não estamos ocuparmos hoje. Nos resta dizer que isso é a culpa de todos, não havermos questionado como surgiu e esclarecer os valores da cidade que era necessário preservar. (Tradução nossa).





FIGURA 29: La proliferación de las torres

Fonte: El cuadrado Roto, Alain Ganier (pesquisa da década de 1980), publicado em 1992.

É como se ambas as partes citadas de La Plata fossem sendo extintas por uma nova cidade, que crescia à proporção que a ação do homem posicionasse pelo viés do modelo econômico-político, que desagrega, transforma e esquece. Como se uma *Leonia* de Calvino, um protótipo de cidade consumista que compra e vende o silêncio, a água, a identidade, a história, a paisagem e o solo, inundasse de resíduos hipermodernos apagando todo e qualquer vestígio de uma La Plata conhecida e de outra La Plata que sequer fora desvelada. Assim, como um mar de edifícios, a produção era cada vez mais alienada e individualizada pelo efeito da hipermodernidade.

Contudo, era necessário a partir daquele ponto, reavaliar a legislação existente e propor mudanças que estivessem de acordo com as demandas articuladas pelo grupo preservacionista, que se encontrava, em final de 1983, quando a Argentina voltou à democracia com a eleição de Juan Carlos Albertí do partido União Cívica Radical. Assim, enxergava-se uma probabilidade de aperfeiçoar as normatizações preservacionistas.

Era necessário, então, dentre as edificações, agregar a concepção de bem cultural como elemento para efetuar a preservação através da qualidade jurídica. Isso ficou claro ao dar início aos procedimentos de classificação pensados e produzidos pelos integrantes da UNLP ao destacarem o Eixo Monumental e outras edificações públicas que foram construídas, na primeira metade do século XX, nas regiões noroeste e sudeste da cidade.

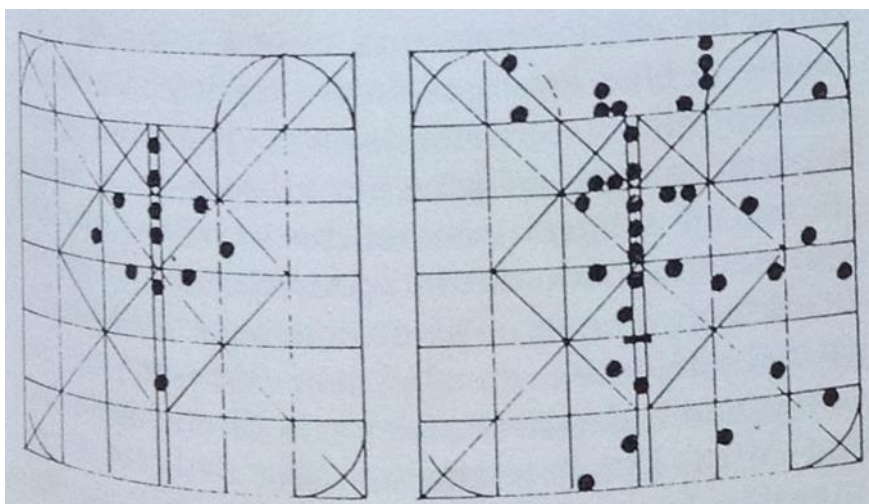


FIGURA 30: Traçados LP – Construções do Eixo (esquerda) e edificações públicas do século XX  
Fonte: El Quadrado Roto, Alain Garnier, 1992

No levantamento, encontravam-se de forma dispersa os edifícios da Polícia e dos Bombeiros; a Casa do Governo, sede do governo da província (estadual) de Buenos Aires; o Palácio Legislativo; o Teatro Argentino; o Palácio Municipal, sede da Prefeitura de La Plata; e a Catedral. Sobre outros dois Eixos secundários se localizam os demais edifícios públicos, como o Tribunal, o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda, os Bancos da Província e Hipotecário e o Departamento de Engenharia. Trata-se de um planejamento que ambicionava, através de uma composição acadêmica, utilizar a relação entre forma, programa e poder na busca por uma cidade sólida, salubre e confortável, utilizando-se da simetria, da regularidade e da simplicidade, do traçado para dar destaque aos edifícios significativos.

Mesmo avaliando uma mudança substancial na morfologia de La Plata, havia a busca por um tecido urbano prototípico, composto por sua parte arquitetônica, uma geometria genérica de superposição dos eixos em uma planta em formato de grelha o que destacava os elementos hierárquicos no traço urbano. La Plata se constituiu, assim, como uma cidade ideal, inspirada nos modelos das cidades renascentistas, porém com o urbanismo moderno do século XIX (Paula, 1987, p.36). Quanto às demais regiões e edificações “ periféricas”, seu estudo

ficaria para mais adiante quando fosse possível organizar um estudo específico para seu desvelamento.

Durante o trabalho de inventariação das edificações do Eixo, o conceito de patrimônio era aprofundado<sup>173</sup> devido ao incessante processo de reconstrução das edificações da cidade, haja vista o mercado construtivo e a especulação imobiliária. Isso obliteraria a visão da cidade como um ponto de diversidade construtiva e arquitetônica já que as ruas, avenidas, praças, bosques, estação ferroviária e jardim botânico haviam sofrido algum tipo de alteração em sua morfologia urbana. Conforme Garnier, isso era visível na interpretação da cidade. Segundo o autor, em sua pesquisa

Cien años despues de su fundación, la ciudad nueva de 1882 proporciona la imagen de una ciudad sacrificada. Las torres de veinte pisos há emplazado las casas de pátio, las exigências vahiculares han transformado las avenidas plenas de verde en pistas asfálticas, los limites de la ciudad han desaparecido y los hitos simbólicos del eje monumental han sido ahogados por el caos de las construcciones modernas. La desestructuración de la ciudad debe ser analizada bajo su doble aspecto funcional y formal. (GARNIER, 1992, p.102.)<sup>174</sup>

Avaliando seu traçado urbano fundacional, Ganier aborda apenas as áreas tão aclamadas como símbolos de La Plata. Havia, entretanto, que se considerar que se as áreas mais conhecidas já estavam com sinais de abandono, por isso era urgente apreender outras edificações no catálogo da pesquisa. Assim, em cada ensaio ou diagnóstico sobre a condição das edificações, produzia-se um espaço de enunciação (CERTEAU, 2008, p.177.), permitindo ir mais longe das representações imagéticas ou dos tradicionais dos Eixos e edifícios públicos: uma espécie de busca pelo patrimônio edificado que tivesse ressonância e servisse à qualidade de vida de seu corpo social.

---

<sup>173</sup> Inluência das ideias da UNESCO.

<sup>174</sup> “ Cem anos depois de sua fundação, a nova cidade de 1882 fornece uma imagem sacrificada. As torres de vinte andares sunstituíram as casas de pátio, as demandas transformaram as avenidas cheio de verde em pistas de asfalto, os limites da cidade desapareceram e marcos simbólicos como o Eixo Monumental foram abafados pelo caos de edificios modernos. A desintegração da cidade deve ser analisada sob o seu aspecto funcional dupla e formal” Traducao Nossa.

### 4.3.1 As publicações e a legislação patrimonial: para além do pitoresco?

Dessa problemática, é possível visualizar que os vestígios da cidade apresentam uma dialética urbana – arquitetônica: os planejadores se detêm ao ato de escrever a cidade, enunciando seu propósito de distinção estilística como referência das suas formas. Entretanto, *as formas empregadas*, para usar um termo de Certeau, são distintas do seu *modo de usar*. Esse modo de usar vem a associar-se com o patrimônio edificado que encontra na comunidade uma relação, um sentimento de pertença que poderia ser um ingrediente da compreensão de patrimônio cultural e da preservação pela execução de uma legislação eficaz.

Assim, de uma maneira direta, as publicações eram formas empregadas para afiançar a permanência das edificações consideradas históricas através do código de reordenamento, num hábil jogo de discurso sobre quais partes da cidade eram importantes, segundo a intenção do poder municipal<sup>175</sup>. Essas *formas empregadas*, entretanto, podiam tornar o passado das cidades um espaço sem permanência no presente, como se junto da história tornassem os locais pitorescos, passíveis de serem visitados, sem forças ativas dentro do presente. Podia, então, o imaginário do centenário, instituído através das publicações oficiais, ser usado para determinar o modelo de conservação já que as publicações tinham como patrocinador o poder executivo, uma espécie de editor que escolhia o conteúdo. Nesse contexto, vale a advertência de Chartier o qual lembrava que

(...)os autores escrevem textos que os outros transformam em objetos impressos. São os editores que transformam em livros e isso supõe um processo de intermediação que não é, de nenhuma forma, neutro.

Por outro lado, as pesquisas da UNLP poderiam ser pensadas como um desejo de preservação efetiva de espaço urbano através de uma legislação segura, não como forma de congelar o passado, mas em que as edificações inventariadas serviriam para interrogar através dos costumes cotidianos, dos *Modos de Usar*, isto é, das práticas consideradas por demais cambiantes para serem fixadas daqueles que constituem a construção da cidade.

Era essa a problemática, comum em determinados momentos da história de uma localidade, de La Plata que nesse caso utilizava o passado como construção de sentidos no

---

<sup>175</sup> Indicado politicamente pela Presidência da Argentina, pois as eleições não eram diretas para os cargos do poder executivo.

qual formas arquitetônicas (COELHO NETTO, 2012, p.102)<sup>176</sup> eram escolhidas e outras esquecidas, produzindo consensos e legitimação de determinados grupos, que detinham o poder sobre outros que estavam afastados dele. Porém, também de onde é possível avaliar, memórias sociais e representações auxiliavam na composição de identidades múltiplas, permitindo uma elaboração coletiva nesse entrecruzamento de objetos/edificações.

Dessa maneira, esse questionamento ainda estava constituindo-se e de acordo com o ritmo de artigos e publicações produzidos sobre La Plata onde havia ainda persistia a reiteração do caráter laudatório na bibliografia sobre a história de La Plata. Assim, era possível que a partir de determinado ponto, novas publicações auxiliassem no processo de instituição de um corpo jurídico preservacionista.

Para citar um exemplo do que se aborda, Garnier faz uma referência importante em seus estudos na tentativa de avaliar as edificações e a cidade através da sua utilização pela comunidade, sem a qual não haveria necessidade de preservar. O autor observa que “llevados por un frenesí descontrolado, han masacrado, literalmente, el equilibrio del sistema urbano platense”(GARNIER, 1992, p.120).os cidadãos de La Plata podem perder a qualidade de vida se não puderem utilizar com clareza todos os aspectos que estão envolvidos na preservação de sua cidade:

[E]l espacio urbano, a diferencia de los espacios naturales, es, ante todo un espacio construido, cultural, social e histórico, como las sociedades de las que el mismo constituye su proyección sobre el terreno. Explicar un paisaje urbano, es, pues, rendir cuenta de la transformación de un espacio por el ser humano, en un territorio de vida y acción, en función de las necesidades sociales (...), de sus patrimonios culturales (...) y de los atributos del ambiente<sup>177</sup>

Essa compreensão não era efetivamente compartilhada por todas as autoridades da arquitetura, da vida política e da população platense. Cabia ainda observar a relevância histórica da cidade de La Plata (1882)<sup>178</sup>, incidindo pelo código de ordenamento (1932 e 1949), sem deixar que isso se fixasse em algum modelo pré-estabelecido para a preservação.

---

<sup>176</sup> Para complementar esse panorama, ainda se considerava as edificações a partir de critérios artísticos ou de monumentalidade. São os “estilos” que outorgam aos edifícios a característica formal definitiva como uma totalidade que representava os programas de acordo com sua ideologia, isto é, na representação que certos homens faziam e impunham sobre os demais, das relações por eles mantidas com a realidade arquitetural, por razões de variado interesse político-social.

<sup>177</sup> O espaço urbano, ao contrário de áreas naturais, é principalmente uma construída, espaço cultural, social e histórica, como as sociedades em que o mesmo constitui sua projeção sobre si. Explicar uma paisagem urbana, portanto, ter em conta a transformação do espaço por seres humanos, em um território de vida e ação, com base em necessidades sociais (...), o seu patrimônio cultural (...) e os atributos do ambiente. In GARNIER, 1992, p. 102

<sup>178</sup> O prefeito Dardo Rocha após um concurso de projetos sobre como seria a cidade de La Plata, convidou o engenheiro Pedro Benoit. Assim, o traçado urbano de La Plata foi concebido por um grupo de técnicos do

O modelo de cidade e a afirmação de seu patrimônio edificado tiveram influência a partir das primeiras leis que versavam sobre o conceito de conservação.<sup>179</sup> Para dar um exemplo significativo, o próprio código de 1932 definia exatamente como seriam os critérios fundacionais, os procedimentos de ocupação da população imigrante, a localização dos eixos, as normas da morfologia mantendo os critérios do planejamento original.<sup>180</sup>

A concepção do plano da cidade já era reconhecida internacionalmente desde 1889 quando La Plata recebeu uma Medalha de Ouro na Exposição Universal de Paris<sup>181</sup>. Assim, o código já fazia menção sobre o caráter histórico do traçado da cidade e da responsabilidade do departamento executivo municipal de manter sua conservação. São dois conceitos que seriam relevantes para fixar um tipo de cidade e as edificações que a refletiam:

[A] partir de los años 30 se hará sentir sobre la ciudade un impulso arquitectónico renovado, totalmente imbuído de las últimas adquisiciones del así llamada funcionalismo internacional. Em una Busqueda de adaptación a los nuevos requisitos (el automóvil, la edificación em altura, una mayor densificación, el confort moderno) y em una pasión inocutable por la nueva figuración maquinista[...] Si bien se conocen y aprecian los principios de La Corbusier, parece

---

Departamento de Engenharia, liderado por Benoit, expressando do projeto da cidade modelo impregnado pelas novas ideias muito do seu tempo. Enquanto certo que sua execução incorporava representações do repertório barroco e clássico, também apresentava o traçado urbano como um novo conceito de evolução do planejamento. Como já citado o planejamento tratava de pensar a cidade de maneira idealizada através de sua simetria, grade diagonal e de ideias, do século XIX sobre uma cidade higienista. Dardo Rocha, prefeito queria fazer de La Plata um símbolo de unidade nacional, competindo com a então, federalizada, cidade de Buenos Aires.

<sup>179</sup> Segundo o diagnóstico produzido pelo ICOMOS, sobre a condição urbana da cidade, provocada pelas modificações durante as décadas (1980-1990) e o novo Código de Reordenamento Urbano de La Plata, houve uma descaracterização de parte das edificações. O documento sugere que o novo Código poderia auxiliar na conservação das edificações públicas e privadas, para sua preservação legal através dos poderes instituídos. Assim, nota-se que esses códigos, assim como a legislação de uso do solo, nunca foram alterados durante o período ditatorial, tendo ocorrido uma constante alteração devido a especulação imobiliária. In CONTI, INFORME SOBRE EL NUEVO CÓDIGO DE ORDENAMIENTO URBANO (COU) DE LA PLATA EN RELACIÓN CON EL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO Y URBANÍSTICO DE LA CIUDAD, 2007.

<sup>180</sup> Código de edificação de 1932, Ordenanza 40/1924; Ordenanza 9/1932

<sup>181</sup> Quase uma espécie de título para os administradores de La Plata durante o período de fundação tanto quanto durante o centenário. Júlio Morosi apresentou, em 1981, uma Conferência sob o título *La Plata en la exposición Universal de París de 1889*. Faz em seu artigo uma espécie de exaltação ao modelo planejado e valorizado na medida fora aceito para compor a exposição parisiense de 1889. Para o autor, tratava-se de ser um dos poucos modelos urbanos da América Latina modernos. Essa temática tem sido utilizada insistentemente pelas autoridades e cronistas de La Plata da atualidade, mostrando como o olhar europeu ainda é tido como relevante para a valorização do patrimônio local, o que causa uma espécie de confusão sobre a relevância na preservação patrimonial. Entretanto, cabe aqui situar que as exposições eram planejadas e executadas por empresários, cientistas e políticos como um local de exibição de produtos, técnicas e novas ciências, fazendo parte do fenômeno urbano que se manifestaram a partir da segunda metade do século XIX. Para Walter Benjamin, elas surgem do desejo de divertir as classes laboriosas, com o objetivo de tornar-se para estas uma festa de emancipação. Tinham ainda como propósito ostentar coleções de mercadorias, advindas de diversos locais do mundo bem como a intenção de demonstrar os avanços do progresso material. Isso está ligado diretamente ao crescimento das metrópoles, ao aumento do operariado e à industrialização, em suma a base da modernidade. In: Colegio de Escribanos de la Provincia de Buenos Aires, La Plata n 867, 1983, p. 435.

evidente que los contatos más estrechos se dan com el racionalismo alemán y la lección del Bauhaus. ( PESCI, 1982, p.58)<sup>182</sup>

Assim, os códigos sucessivos mantiveram os mesmos cuidados. Entretanto, a Ordenanza n°1943 de 1949 introduziu um princípio de conservação ao especificar o traçado urbano de La Plata como histórico sem a possibilidade de modificação, cabendo ao poder executivo a obrigatoriedade de sua conservação<sup>183</sup>.

Ainda sob período da Ditatorial, a Direção de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal (*Dirección de Planeamiento de La Municipalidad de La Plata*), sob administração do Prefeito Municipal (*Intendente*) da cidade de La Plata, Abel Blas Román<sup>184</sup> recebia uma forte pressão do conjunto de profissionais que defendiam a sua preservação. Isso não era novidade haja vista que, desde o centenário, a Direção de Planejamento (MOROSI, 1978, p.9) estava sob forte influência do pensamento de conservação patrimonial de Júlio Morosi. Isso não afetou em momento algum o governo provincial ou da União, que acompanhava os eventos na cidade de La Plata com muita proximidade. Os governos municipal e estadual não enxergavam em Morosi qualquer relação com o universo político ou com as denúncias promovidas por discentes da UNLP sobre o desaparecimento dos estudantes universitários e secundaristas pelo regime militar durante aqueles anos.

De maneira mais detalhadas, ao finalizar o governo, a Municipalidade estabeleceu, através de decreto e “ordenanza”<sup>185</sup>, a Comissão de Preservação de Patrimônio (*Comision de Preservacion Del Patrimonio*) através do decreto n° 1722/82<sup>186</sup>, na qual participariam representantes da Direção de Espaços Verdes, da Direção de Planejamento, Direção de

<sup>182</sup>Texto inédito sobre La Plata. Foi publicado na Revista Ambiente n°32 do ano de 1982, centenário de La Plata. O autor do artigo fazia parte do Comitê Diretivo da revista que, nesse número, está claramente imbuída de destacar os estilos arquitetônicos criados sobre a trama urbana de La Plata a fim de valorizar o espaço urbano em seu período de comemoração centenária.

<sup>183</sup> Ordenanza 1943/49. O princípio de conservação se dá sob o valor de monumentabilidade, colocando os edifícios da cidade como exemplos de excepcionalidade positiva. Foi a partir daquele contexto, na década de 1940, que a conservação e a tutela do patrimônio foram consideradas fundamentais na medida em que constituíam a imagem da cidade original como sua marca, sua distinção em relação as demais cidades argentinas.

<sup>184</sup> Foi Prefeito de La Plata durante os últimos anos da Ditadura Militar, tendo sido responsável por organizar as festividades do centenário da cidade. Durante seu mandato tornou-se famoso pela substituição dos espaços verdes por placas de cimento e a inclusão de pistas de patinação, quando o esporte era praticamente inexistente na Argentina. Em 1999, uma denúncia apresentada pela autoridade alfandegária, Jorge Eduardo Conosciuto na Secretaria Federal, fez com que o ex-prefeito passasse a ser investigado por suspeitas de tráfico ilegal de mercadorias na Zona Franca de Puerto La Plata, onde ocupava uma posição hierárquica.

<sup>185</sup> Inferior à lei, o decreto é uma espécie de lei ou sub-lei, promulgado pelo poder executivo. Trata-se de um ato administrativo que é emitido na maioria dos casos para situações de urgência. A Ordenanza é emitida pelo governante, mediante o decreto, sendo uma ordem administrativa municipal que acompanha ou complementa hierarquicamente o decreto e a lei.

<sup>186</sup> Decreto Municipal de La Plata n° 17192/82 Criação da Comissão de Preservação do Patrimônio do Partido de La Plata.

Arquitetura da Prefeitura de La Plata, do Colégio de Arquitetos e Engenheiros, da Universidade Nacional de La Plata, e da Universidade Católica de La Plata (Dirección de Espacios Verdes, Dirección de Planeamiento e Dirección de Arquitectura, do Colégio de Arquitectos e Ingenieros e pelas da Universidad Nacional de La Plata e Universidad Católica de La Plata). Esse tipo de decreto não necessitava de aprovação legislativa para ter força de lei, até mesmo porque, naquele período ditatorial, inexistia a Câmara de Vereadores, conhecida como “Consejo Deliberante”. Assim, o teor de seu texto apresenta uma série de particularidades que demonstra a compreensão de Patrimônio naquele contexto.

Que se há detectado que la dinámica del proceso de renovación urbana puede llevar, de no adoptarse acciones preventivas, al deterioro del patrimonio que se desea resguardar; que hasta tanto no se completen las tareas antes citadas, es necesario precisar un sistema de acciones que eviten nuevos desajustes.<sup>187</sup>

A proteção real sobre as edificações se concretizaram através de legislações como as leis urbanísticas (decretos, ordenanzas); órgãos que ofereciam uma interface com o tema, através de comissões e departamentos de proteção ativa (“tombamento”, no caso brasileiro). Para chegar a tal, era necessário examinar a morfologia urbana, as edificações sob valoração estética e histórica, oferecendo subsídios para que o bem fosse protegido institucionalmente. Porém, a proteção de interesse cultural se deu na medida em permaneceu a manutenção do seu caráter evocativo, representativo ou identificatório (FILHO, 1999, p.27) da história da sociedade humana de forma geral.

Assim, em La Plata, por parte do campo preservacionista e do poder público, havia a necessidade de ampliar a proteção de interesse cultural ao mesmo tempo em que também se precisava de uma legislação oficial atuante, com força de lei, investida pelo poder público. Esse parece ser o núcleo da questão luta pela preservação que perpassa grande parte dos centros urbanos latino-americanos no final do século XX: processo cultural e legalidade urbana.

Em se tratando de proteção jurídica, são os conjuntos de leis, os decretos as normas urbanísticas que regulam a produção do espaço da cidade. Através deles, é possível organizar, classificar, possibilitando atribuir ao bem cultural significado, noções de civilidade e normas sobre o modo de vida (ROLNIK, 1985, p. 13). Ocorria em La Plata uma discrepância entre o conjunto de edificações classificadas pelo Comissão de Preservação de Patrimônio que

---

<sup>187</sup> “O que se descobriu que a dinâmica da renovação urbana pode levar, caso medidas preventivas não sejam tomadas, a deterioração do patrimônio que se deseja salvaguardar; que, até que as tarefas acima sejam completadas, se requer um sistema de medidas que evitem novos desequilíbrios.” (Tradução Nossa)



entraria em uma categoria de bem cultural e a legislação, ainda falha, que incluía apenas determinada área como preservação edificada. Esse é o conflito analisado entre a parte da cidade original e a parte da cidade ainda fora da representatividade da manifestação cultural.

Dessa maneira, o teor das leis que seriam criadas na década de 1980 tornar-se-ia relevante na denúncia da destruição do traçado histórico e das edificações assim como na urgência em preservá-los. Assim, eram necessárias duas frentes de políticas públicas: as leis e o inventário.

Em, 1982, a Comissão de Patrimônio tinha a oportunidade de evitar que as edificações construídas anteriormente ao ano de 1930 pudesse sofrer quaisquer alterações sem a autorização da respectiva comissão<sup>188</sup>, bem como podia propor uma ampliação dessa data. Embora houvesse limitações quanto ao critério da preservação<sup>189</sup>, aquele era o momento ideal para debater novos valores, de acordo com o um propósito de cidadania, levando em conta que o direito ao bem cultural, exigindo do poder público sua manutenção e conservação, e penalizando qualquer ataque a ele.

[L]a citada Comisión podrá no autorizar aquellas demoliciones, ampliaciones, cambios de usoy/o refacciones que a su juicio alteren las características originales de las obras que presentan valores relevantes em los aspectos planteados.<sup>190</sup>

Oficialmente, a preservação patrimonial em La Plata se expressava através da aprovação da lei que, de forma imperativa, propunha uma série de mudanças no patrimônio edificado da cidade. A cidade passava por uma transformação urbana, sendo o estabelecimento de legislação uma forma de frear a velocidades dessas alterações. Inserido no corpo do texto estava afirmada a necessidade de proteção do patrimônio arquitetônico edificado frente às constantes alterações urbanas.

Dentre os objetivos apresentados no decreto para a criação da comissão, estava a tarefa de inventariar as edificações para registro das edificações, porém o poder público não possuía pessoal suficientemente formado para desempenhar a tarefa, levando-o a firmar um convênio com a Universidade Nacional de La Plata para tal fim.

---

<sup>188</sup> ORDENANZA n° 5338/82.

<sup>189</sup> Todo seu traçado era histórico, de interesse público com mais de 50 anos de existência deveriam passar aprovação de uma comissão formada pelo poder público municipal e por profissionais da Universidade de La Plata.

<sup>190</sup> “ Esta Comissão poderá não autorizar demolições, extensões, mudança de uso e/ou peças que considera alterar as características originais das obras que têm valores relevantes nas questões levantadas. ”(Tradução Nossa) In. Ordenanza °5338/82.

A composição da Comissão consistia em secretarias do município e representantes das áreas dos cursos de história e arquitetura da UNLP. A tarefa da comissão era avaliar o grau de relevância das edificações, dar assessoramento ao poder executivo e legislativo sobre o estado das edificações e orientar a execução de projetos que se relacionassem aos bens inventariados. Além disso, essa comissão poderia proibir qualquer mudança nas edificações que porventura pudessem decompor as características arquitetônicas originais, autorizar a demolição de edificações ou ainda convidar outras entidades para analisarem modificações do espaço urbano. Todas leis seriam aplicadas às construções cuja data original fosse anterior à década de 1930, exercitando um tipo preservação sobre um modelo de cidade.

Percebe-se que o poder dado à Comissão era suficiente para reformular em seu campo de experiências novas tarefas patrimoniais, encarando o patrimônio cultural edificado como patamar de referências.

Dois pontos, entretanto, devem ser considerados nas propostas de lei. Em primeiro lugar, existia a iniciativa de preservar determinados exemplares, além dos tradicionais edifícios públicos do conhecido Eixo Cívico-Monumental; em segundo, estabelecer-se-ia uma rede de valores de áreas próximas ao bem cultural, citados no corpo do texto do decreto como *intrínsecos como em su significación dentro del entorno urbano inmediato*, definindo no transcórre do artigo 4º da lei os critérios para a salvaguarda como

[A]quellas ampliaciones y/o refacciones que, a su juicio, alteren las características originales de las obras que presenten valores relevantes, ya sea em aspectos arquitectonicos y/o histórico o como conformantes de um paisaje urbano particular<sup>191</sup>. (Grifo nosso)

A compreensão do que seria relevante ser inventariado, protegido, demolido ou autorizado passava necessariamente pela inclusão do que a Comissão de Preservação entendia como de valor arquitetônico, histórico ou para a paisagem urbana. Como a sociedade platense vivia um momento de mudanças, era visível que a compreensão de seu patrimônio cultural também se modificaria.

Isso pode ser avaliado na complementação da lei conhecida por “Ordenança”. Tratava-se nela de explicitar e regulamentar como seria realizado o processo de preservação definido pelo Decreto. Na regulamentação, mantinham-se as mesmas considerações sobre a

---

<sup>191</sup> Aquelas extensões e/ou reposições que, na sua opinião, alterem as características originais dos edifícios que apresentem valores relevantes, seja em aspectos arquitetônicos e/ou históricos ou conformam um tipo de paisagem urbana em particular.

dinâmica do processo de “renovação urbana”, buscando evitar a deterioração do patrimônio edificado.

Dessa forma, a extensão de poder da comissão como aprovar demolição, mudanças ou ampliação nas edificações construídas antes de 1930 sob os aspectos arquitetônicos, históricos se manteve, porém se incluía a possibilidade de indicar outras edificações que incorporassem uma qualidade diferencial<sup>192</sup>, o que foi considerado um importante sinal da evolução urbana.

A comissão evitaria em suas ações apagar as diferenças de La Plata, mas preferir tentar uni-las a novas edificações. Levando em conta a ênfase de seu fundador, Dardo Rocha, ao demonstrar que

[L]os valores sociales, económicos, políticos y ético-espirituales, de la sociedade tradicional, sufrieron un impacto de tal magnitud que disolvió casi por completo la concepción hispánica de la vida [...] a uma conducta de este tipo, mundana, no obstante el tradicionalismo nostálgico de muchos, impuesta por el ritmo acelerado del progreso, vino a unirse también em una misma estrutura espiritual el incremento de las actividades de mayor densidade de pensamiento positivista em la cultura.<sup>193</sup>

Isso significava dizer que outras edificações poderiam constituir uma nova possibilidade de narrativa de sentido sobre a cidade. Nesse processo que o agir humano se orienta pelas representações das mudanças temporais significativas, e o ato de escolha e preservação revela uma nova prática cultural daquele campo em La Plata.

A agenda, iniciada a partir do decreto, confirmava que o campo preservacionista reescreveria a história urbana através das edificações, buscando nelas uma simbolização do passado que nunca existiu numa tentativa de constituir um horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2012, p.31), um patamar de referências para a transformação do presente e a construção do futuro.

O contexto socioeconômico e cultural daquele momento era intrigante. Internacionalmente, era o “boom da memória” (BURKE, 2009, p.25) caracterizado pelas excessivas ondas de comemoração de efemérides combinadas com o fim dos regimes de

<sup>192</sup> No caso de serem considerados expressivos para a sociedade ou segmentos dela, assim como para o ambiente construído por ela.

<sup>193</sup> Os valores sociais, econômicos, políticos e ético-espirituais da sociedade tradicional, sofreram um impacto de tal magnitude que quase dissolveu completamente a concepção latino-americano de vida [...]. Tal comportamento, mundano, contudo, o nostálgico tradicionalismo imposto pelo ritmo acelerado de progresso, também veio a juntar-se em uma estrutura espiritual do aumento da maioria das atividades de maior densidade de pensamento positivista na cultura. In. *Documentos para estudio de la Fundacion de La ciudad de la Plata*. Publicado pelo Museo e Archivo Municipal dardo Rocha, 1956, p.15.

exceção da América Latina. O papel do legislador era relevante naquele momento, pois, sensível às mudanças epistemológicas no campo das ciências humanas e motivado pelas exigências dos movimentos sociais emergente, possibilitava reintroduzir o princípio de cidadania cultural.

Havia um caminho aberto à crítica social do traçado urbano e às suas edificações, revelando-se como local de experiências e indagação<sup>194</sup>. Assim, em estado de deterioração, a intensificação dos estudos e a organização das leis sobre patrimônio edificado<sup>195</sup> permitia à sociedade a reivindicação do acesso aos bens culturais como expressão maior da sua cidadania.

No contexto nacional, nos anos de 1982 e 1983, a Comissão Nacional de Monumentos e Edifícios realizava uma inserção sobre a preservação, o que aprisionava a formação de corrente preservacionista local às propostas de âmbito nacional e às sugestões dos organismos internacionais<sup>196</sup>. Tratava-se de resguardar os aspectos regionais, como o traçado de La Plata, por exemplo frente ao desenvolvimento intenso da urbanização ocidental.

A trajetória da preservação do patrimônio edificado de La Plata inicialmente reflete, por um lado, conceitos e práticas que estavam incidindo em nível internacional e nacional utilizando instrumentos legais, definindo a institucionalização da preservação, pelo Município. De outro, havia a tentativa de imaginar a cidade, construindo representações sobre seu espaço edificado e conferindo-lhe sentido real.

Em uma definição objetiva, essas políticas públicas eram codificadas por meio de leis, decretos que visam regulamentar os limites, as instâncias e os parâmetros gerais dentro dos quais as decisões de preservação patrimonial seriam tomadas (SANT'ANNA, 2003, p.155). Esse conjunto de ações visavam a determinados objetivos e desenvolvimentos tanto no plano de sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação.

Havia, nesse conjunto de poderes dado ao Conselho, a possibilidade de alterar uma edificação considerada histórica pra La Plata, de maneira que isso poderia ocorrer de acordo

---

<sup>194</sup> Entrevista com Alfredo Conti, julho de 2013.

<sup>195</sup> Seria como se o mundo hipermoderno contivesse a exacerbação da desordem dos territórios que já teriam sido em algum momento *desajustados* e, portanto, mesmo que a concepção de patrimônio ainda não fosse clara, existe uma espécie de tomada de consciência reacional, que seria uma causa determinante, embora não a única, de um impulso do qual determinada parte da sociedade platense junto ao poder municipal institucionalizam a conservação física das edificações, promovendo-as pontos referenciais. A cidade imaginada pela via positivista do final do século XIX passa a ter no final do XX, um conjunto de edifícios dotados como patrimônio engendrada em um campo semântico mais próximo a um estatuto antropológico.

<sup>196</sup> A mudança principal foi que em governos democráticos se iniciou maior participação das comunidades nos processos de gestão de patrimônio. Sem maiores mudanças nos aspectos teóricos e metodológicos. Cada província organizava seus próprios organismos e leis sobre o patrimônio edificado.

com o diálogo entre o proprietário do imóvel e o poder municipal. Mesmo que não fosse de costume realizar uma alteração na fachada da edificação houve uma série de solicitações para modificação naquele ano, dentre elas as *viviendas*, isto é, edificações multifamiliares que atendiam ao comércio e serviço em geral. Passando a serem consideradas como históricas, surgia a necessidade de avaliar com mais acuidade, devido o cenário econômico, sem descaracterizar o bem necessariamente.

### 4.3.2 Discurso preservacionista, morfologia e legislação

A partir de 1983, inicia-se o processo de redemocratização na Argentina e o panorama político passa por mudanças. Em especial, o poder executivo de La Plata é alterado, significando assim um momento muito importante para reforçar o trabalho de inventariação das edificações, além das que já estavam por lei protegidas. Entretanto, junto de cada nova administração, foi necessário dialogar novamente com o intuito de lançar mão da seriedade da preservação e do aprofundamento das pesquisas investigatórias da morfologia urbana, dos estilos arquitetônicos e da proteção<sup>197</sup> de novos bens culturais.

Com a retomada do processo de formação e com a conscientização das figuras políticas que passaram a exercer o poder municipal após a ditadura militar, foi necessário um permanente diálogo junto ao grupo que formava a Comissão de Preservação do Patrimônio. Surgiu um departamento específico sobre patrimônio, chamado de “Área de Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico” que hierarquicamente se subordinava à Direção de Planejamento.

Em 1983, através de nova *ordenanza*<sup>198</sup>, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos não autorizava demolições, ampliações, mudanças de uso, instalações em edifícios de propriedade municipal ou em áreas verdes, praças, avenidas, *ramblas* (ruas largas com árvores, geralmente com plataforma central), bulevares sem autorização da Comissão de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Monumental e Urbanístico de La Plata.

---

<sup>197</sup> Em Buenos Aires, hacia una tendencia de preservación cultural e revitalización económica vinculada a crescentação da UNESCO que em 1977 havia organizado a Reuniao de Quito onde se pautaram as linhas de trabalho para a recuperacao de Centros Históricos e reabilitação turística. In BRACCO, Mercedes González. ENTRE LA RENOVACIÓN EDILICIA Y LA PRESERVACIÓN PATRIMONIAL: CIEN AÑOS DE PLANIFICACIÓN URBANA EN LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 2012, p.19. Trabalho apresentado na IX Jornada de Investigações do Departamento de História da Universidade de Mar del Plata (2012).

<sup>198</sup> ORDENANZA n° 5442/83

A abordagem da lei era uma complementação ao conjunto de dispositivos legais existentes, significando que o próprio poder público, que outrora não possuía um departamento com condições aprimoradas para atuar junto às intervenções, poderia fazer uma abordagem mais dinâmica, independentemente da assessoria firmada com universidades ou ONGs.

Juntamente do conjunto de legislação que se formava, nas edificações, eram reforçados dois aspectos com as publicações daquele período: o arquitetônico, resultado das investigações científicas; e o cultural, utilizando a morfologia urbana para dar significado a outras formas de usar a cidade.

No final de 1983, de maneira profícua, foram publicados diversos textos sobre os estudos do patrimônio edificado e do urbanismo platense que eram desenvolvidos desde a década anterior.<sup>199</sup> Dentre as divulgações, é possível examinar as aproximações e as divergências de pensamento que justificavam a preservação, o que não excluía ação propositiva do grupo<sup>200</sup>. Alguns autores, como Ganrier, Gazzaneo e até Morosi, mantinham, em parte, a idealização da cidade como emblema da Modernidade do século XIX. Dessa foram, versam sobre os primeiros edifícios em seus escritos, sendo possível ler um discurso do ordenamento, como conexão ao desenvolvimento e ao progresso. Evidentemente essa ideia corresponde ao contexto que enaltece La Plata e os poderes constituídos.

---

<sup>199</sup> Os textos referentes às pesquisas desenvolvidas desde 1975 pela UNLP foram publicadas no período do centenário e posterior à data, devido a seu volume, apreciação dos editores e espaço para publicação. Porém, a partir de 1983, novos textos foram reunidos e lançados, servindo de influência a um segundo grupo preservacionista, do qual Alfredo Conti fazia parte. A pauta mantinha-se sobre a questão da urbanização e da preservação edificada. Seguem os títulos com as respectivas datas de apresentação em Conferências: MOROSI, Julio A. (1978). **Reflexiones sobre el proceso urbanístico de la creación de La Plata. La Plata: Ministerio de Educación, Subsecretaría de Cultura, Dirección de Coordinación de Acción Cultural**, Museo y Archivo Dardo Rocha; MOROSI, 1980. Documento Avance No 1 “**Morfología Urbana Platense**”. La Plata: Ramos Americana Editora; MOROSI, 1980. Documento Avance No 2 “**Micromorfología Urbana Platense**”. La Plata: Ramos Americana Editora; MOROSI, 1980. Documento Avance No 4 “**Influencia del elemento vegetal**”. La Plata: Ramos Americana Editora; MOROSI, 1980. “**Algunos aspectos arquitectónicos y urbanísticos en los orígenes de La Plata**”, en Revista de la Universidad, N° 26, La Plata, Universidad Nacional de La Plata; MOROSI, 1981. “**Algunos aspectos arquitectónicos y urbanísticos en los orígenes de La Plata. II. Una faceta arquitectónica**”, en Revista de la Universidad, N° 27, La Plata, Universidad Nacional de La Plata; MOROSI, 1981. “**Los médicos higienistas en la génesis de la traza de La Plata**”, en Quirón, vol. 12, N° 1 y 2, enero/junio de 1981; MOROSI, J. e DE TERÁN, Fernando, 1981. “**La Plata: formación de un espacio urbano singular**”, en Ciudad y Territorio, N° 3, Madrid; MOROSI, 1982. Documento Avance No 3 “**Micromorfología Urbana Platense. Canales Urbanos**”. La Plata: Editorial Universidad Nacional de La Plata; MOROSI, 1982. “**Inserción de La Plata en el contexto urbanístico mundial**”, en Revista de la Universidad, N° 28, La Plata, Universidad Nacional de La Plata; MOROSI, 1984. Documento Avance No 6. “**Conclusiones Generales y Recomendaciones**”. La Plata: Universidad Nacional de La Plata; MOROSI, 1984. Documento Avance No 7. “**Bibliografía sobre La Plata**”. La Plata: Universidad Nacional de La Plata.

<sup>200</sup> Algo especialmente comum, devido ao momento de transição e aos debates sobre critérios e valores, não sendo motivo de contenda.

Lo expuesto nos habilita para sostener que, en el marco del contexto urbanístico mundial, el trazado de La Plata se caracteriza por la profundidad de su raigambre; por la singularidad del modelo urbano, de muy escasos ejemplos, que representa; por la intensidad del esfuerzo consciente por ligarla al ámbito regional en que se la implantaba y, finalmente, por lo indeclinable del vigor y consecuencia aplicados a su ejecución material. (MOROSI, 1982, p. 66)<sup>201</sup>

Sobre suas edificações, incluíram-se valores em diversos aspectos como o higienista, os conceitos de cidade ideal, obra de arte, cidade monumental, cidade humanista assim como a identidade única de seu povo. Aparentemente, aparecia um discurso enaltecendor<sup>202</sup> ao referirem-se à La Plata como um símbolo capaz de harmonizar quaisquer conflitos.

Es una revolución exitosa, entre todas as clases sociales. ¿Cuál es el secreto de este fenómeno inusual? Quizás se deba rastrear la identidad de este lenguaje purista, monocolorido, airoso, vanguardista, higiénico, cubista, em el origen mismo de nuestra ciudad. El lenguaje del ambiente platense de sua trama urbanística, de su edificación monumental (neoclásica), así como el lenguaje de su cultura humanista, clásica. Y por qué no también de las aspiraciones algo iluminista de sus pro hombres. Así como la necesidad de sus muchas razas de inmigrantes pobladores. Todos ellos necesitaban de una alternativa modernista tan purista y transferible como el código classicista que la vio nacer (PESCI, 1982, p.60)<sup>203</sup>

Aqui, no texto, mais um exemplo de linguagem que dava à arquitetura original de La Plata a capacidade idealizadora de concentrar as massas, incluir todas as partes da sociedade como um ente unificador a emanar a salvação através do seu modelo, que supostamente seria cobijado por todos os povos que necessitam de um porto moderno para se fazerem livres. A

---

<sup>201</sup> “O texto nos permite argumentar que, no contexto urbano global, o layout de La Plata é caracterizado pela profundidade de suas raízes; pela singularidade do modelo urbano; pelos poucos exemplos que representa; pela intensidade do esforço consciente para vinculá-lo ao nível regional em que está implantado e, por fim, devido ao vigor firme e, portanto, aplicado a sua execução material” (Tradução Nossa).

<sup>202</sup> A gênese dos estilos e da disposição dos edifícios nos eixos principais e da rede urbana conhecida como grelha não é algo sem propósito. Nele, está claramente a noção de centralidade, na qual os edifícios mais importantes localizam-se no centro, sem maior reconhecimento em seus limites. A localização dos edifícios se traduz em uma superposição de significados, onde as regras desse modelo urbano se baseiam na noção de que quanto mais pessoas ocupando o mesmo local, maiores as tendências à diferenciação; logo maior a necessidade de equipamentos comunitários, de serviços e de controle. Não era casual a ilusão que os arquitetos e planejadores possuíam de que era razoável construir uma máquina urbana disciplinadora, o que na prática se tornaria o oposto da cidade utópica idealizada pelos próprios fundadores de La Plata. A separação entre liberdade individual, contexto espacial e o exercício das relações sociais passa a ser um exercício arbitrário, de maneira que a arquitetura só poderia intencionar a liberdade e a idealização completa na medida em que as intenções de seus arquitetos coincidam com a prática e o desejo das pessoas em exercitar sua liberdade. Dessa maneira, o projeto que ambicionava a idealização da cidade, poderia gerar seu oposto.

<sup>203</sup> É uma revolução bem-sucedida, como entre todas as classes sociais? Qual é o segredo desse fenômeno incomum? Que se deve procurar a identidade dessa linguagem purista, monocolorida, arejada, vanguardista, higienista, cubista, na origem denossa cidade. A linguagem do ambiente platense, de seu traçado urbano, de seu edifício monumental (neoclássico), assim como a linguagem de sua cultura humanista, clássica. E porque não as aspirações do Iluminismo de seus homens. Assim como a necessidade de muitas raças de imigrantes colonizadores. Todos eles precisavam de uma alternativa modernista, purista e transferível como o código classicista a viu nascer. (Tradução Nossa).

preservação simples se misturava a um discurso fácil de que positivava o modelo idealista, servindo a vários matizes conservadores, variando do positivista à idealização cristã.

[C]on la concreción de La Plata, Ciudad Milagro, según llamaba a nuestra ciudad Ezequiel Martínez Estada [sic] no por la rapidez en que se alzó ni por los edificios magníficos que se levantaron, sino porque como los milagros, va contra las leyes naturales y tienen su realidad en la fe'. (LERANGE, 1982, p. 12)<sup>204</sup>

Em relação à institucionalização do campo preservacionista, fundiam-se a defesa das edificações pelo viés ufanista, que projeta em La Plata uma referência de arquitetura internacional, e a via perceptiva de patrimônio cultural, relacionada com os organismos internacionais, como a UNESCO, abarcando a cidade como *locus* democrático que possibilitava o acesso aos bens culturais.

[L]a protección, la conservación y la revalorización del patrimonio cultural y natural se há de considerar como uno de los aspectos fundamentales del acondicionamiento del territorio y de la planificación, em la esfera nacional, regional, e local<sup>205</sup>

A investigação sobre a cidade através de estudos técnicos ganhava adeptos quanto ao compromisso real sobre o fenômeno urbano e, conforme as orientações internacionais, indicava a proteção e restauro do patrimônio como ponto importante na qualidade de vida que resultava nesse espaço. Ainda assim, permanecia a interpretação de La Plata como caráter icônico da cidade por parte de alguns arquitetos<sup>206</sup> o que, na prática, não prejudicava a agenda preservacionista.

<sup>204</sup> Com a realização de La Plata, Cidade Milagre, segundo chamava nossa cidade chamada Ezequiel Martínez Estada [sic] não com a rapidez nem pelos magníficos edificios que se erguerão, mas porque como milagres, indo contra as leis naturais tem a sua realidade na fé. (Tradução Nossa).

<sup>205</sup> Patrimônio Cultural – Convenções Internacionais. São Paulo: USP/FAU. S.d. p.64. Recomendações da UNESCO, 1972,

<sup>206</sup> Nos diversos textos da Revista, coloca-se constantemente a cidade de La Plata como um exemplo de urbanidade e de modelo de arquitetura, considerando seu caráter distintivo de outros centros urbanos. Não cabe aqui analisar os mais de 10 artigos sobre esse assunto, mas advertir que se tratava de um viés comemorativo que não se ligava necessariamente aos festejos oficiais da cidade. Tratava-se de valorizar a cidade como um laboratório arquitetônico a céu aberto, de onde era possível observar todos os estios arquitetônicos prometidos pela modernidade. Essa era uma das características latentes na ideologia dos arquitetos platenses, sempre abarcar a cidade com racionalismo, tal como propunha Le Corbusier e a as propostas dos modernistas, que muitas vezes eram incapazes de perceber que a forma é a maneira mais direta de expressar e perceber a dimensão social da



O passo importante era vincular a ideia de patrimônio às normas gerais do uso do solo da cidade, visto que, para preservar uma edificação de propriedade privada, deveria haver a normatização que impedia no mesmo terreno ser feita qualquer tipo de construção em altura. Instalava-se assim, explicitamente, o conflito entre a especulação imobiliária e a preservação cultural; de caráter teórico-filosófico, é possível analisar esse momento (hiper) moderno dentro do processo de *dissociação*, fazendo com que a economia e o poder passassem a assumir feições da *racionalização instrumental* em detrimento do *mundo vivo* (FREITAG, 2005, p.163)<sup>207</sup>.

Dessa maneira, surge uma proposta sobre as áreas de preservação, onde as construções de edificações em altura, edifícios, deveriam ser a escala da região. O poder legislativo, ou seja, o *Consejo Deliberante*, refutou a proposta, cuja justificativa era de que não havia arcabouço teórico e levantamentos suficientes para averiguar se determinadas regiões realmente tinham importância histórica, o que poderia prejudicar os proprietários dos terrenos.

As investidas no levantamento de edifícios ou área de preservação iam contra os interesses do setor da construção civil, que já havia expandido seus negócios, no último quarto do século XX, nas áreas centrais da cidade<sup>208</sup>. Como inexistia o conceito de função social da propriedade ou um conselho de desenvolvimento urbano para repensar a urbe de

---

arquitetura. Os autores pretendem retornar a um modelo de cidade focando em sua dimensão racional, comprometida com a ideia progresso que vai se contrapor ao localismo e às tradições. Essa será uma das temáticas caras a preservação do patrimônio, onde se deve suspeitar do excessivo retorno, onde a história parece nos proteger do historicismo; das tendências de recorrer ao passado para resolver o presente. Sem ser exemplo de uma única identidade o discurso sobre o espaço urbano de La Plata passa a ser foco de novo debate, de um lado na busca por edificações que tivessem relação com sujeitos históricos operantes. De outro, a insistência do caráter operacional e funcional como critério para uma política de melhorias urbanas, numa espécie de retorno às primeiras propostas do CIAM. Isso poderia ser danoso ao patrimônio ainda não classificado, em virtude de que os planos modernistas ao serem implantadas desconsideravam habitações ou conjuntos arquitetônicos que evitassem seus preceitos. As iniciativas de valorizar o traçado original de La Plata como símbolo a ser conservado mantêm a proposta de permanência da ordenação das relações sociais sem procurar novos perfis de edificações para conservação.

<sup>207</sup> No capitalismo, ocorre a penetração da racionalidade instrumental e dos mecanismos de integração, como o dinheiro e o poder institucional, dentro da esfera dos espaços culturais, sinônimo de mundo vivido ou razão comunicativa, baseada na subjetividade e na experiência estética, opositora das transformações bruscas do mundo moderno. Essa penetração busca “reacoplar” o sistema do mundo vivido, da autonomia artística pela racionalização moderna do capital.

<sup>208</sup> Nas diversas publicações, em fotografia, foi possível observar diversas edificações em altura superior aos quatro andares permitidos das construções centrais da cidade. Filmes produzidos em Super 8, pela Difilm Archivo, também revelam uma aceleração do ritmo de construção de novas formas urbanas desde a década de 1970. Acesso <https://youtu.be/rN1Em-U9GIU> e <https://youtu.be/ox-8PGaqYoQ>. Também foi possível avaliar a quantidade de edificações em diferentes alturas, descaracterizando a cidade fundacional no documentário institucional sobre o 100º centenário de fundação da cidade, de 1982, intitulado La Plata 100. Acesso em <https://youtu.be/nOYSYGwMfYo>.

acordo com ideias de interesse socioambiental, tornava-se uma tarefa complexa fazer com que o governo municipal divergisse do poder econômico. Segundo Conti,

[L]o certo e que el poder politico nunca em minha experiencia de 30 anos em La Plata, el poder politico nunca se animo a ir contra el poder economico. Hasta hoy, ha sido siempre que carecía.<sup>209</sup>

Isso se revelou um fator prejudicial quando, à época do centenário da fundação, começaram as sugestões para indicá-la como patrimônio mundial da UNESCO.<sup>210</sup> Mas nenhuma lei sobre as construções ou uso do solo foi efetivada, embora se produzisse consciência preservacionista em parte da população.

A cada mudança de governo, o grupo preservacionista, formado pela UNLP, Arquitetos, historiadores e funcionários públicos que realizava a constante tarefa de levantamento e classificação das edificações, buscava apresentar a relevância da mudança na legislação do uso do solo, da incidência sobre áreas de preservação patrimonial e da inventariação.

Segundo o arquiteto Alberto de Paula, as mesmas normas públicas que atribuíam à composição arquitetônica certa imponência, devido a seus valores estéticos, deveriam ser utilizadas na atribuição da arquitetura privada (PAULA, 1982, p.48, In Revista Ambiente), efetivando maior grau de preservação. Para o pesquisador, isso surgia como uma nova maneira de compreender o patrimônio, através de novas indagações, diagnósticos e tentativas de respostas sobre a urbanidade, sempre tendo como menção as experiências internacionais de alguns países como Itália, França e Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, embora permanecesse inexistente a legislação do uso do solo, os grupos mantinham-se focados na intenção de provar ao poder público que o desenvolvimento operava contrariamente à preservação do *casco histórico* de La Plata.

Para pensar o patrimônio além dos critérios de estilo e de monumentalidade, que ainda eram as únicas alternativas para preservar do patrimônio arquitetônico, buscava-se o viés antropológico, por meio do qual as edificações eram caracterizadas como uma cultura local própria. Assim, criava-se, a partir dessas intervenções, um meio ambiente cultural.

---

<sup>209</sup> O certo é que o poder político em minha experiência de 30 anos em La Plata, o poder político nunca se atreveu a ir contra o poder econômico. Até os dias de hoje, sempre foi o que faltou. Entrevista cedida por Alberto Conti em 23 de julho de 2013. Faculdade de Economia da UNLP.

<sup>210</sup> Trabalho desenvolvido pela CEPA, sob organização do arquiteto Rúbem Pesci.

Trabalhar a consciência da população, evocando as forças culturais complexas e dinâmicas do cidadão platense, seria o melhor representante.

Nesse sentido, a sociedade, através de seus movimentos organizados, estava combatendo a deterioração do que considerava uma edificação que a refletisse (bem cultural), exigindo novo comportamento do Estado, não só na proteção do ambiente cultural produzido pelos conjuntos arquitetônicos, como uma adequação às normas internacionais de preservação.

Se até então os valores estéticos, simbólicos ou de monumentalidade histórica eram as únicas razões de preservar pelo poder estatal, o grupo do UNLP, CODESI e GEODESIA buscava alertar para a importância da preservação e do cuidado ao patrimônio localizado dentro do traçado platense, onde

[C]ada ciudad posee estructuras más o menos legibles o decodificables según los individuos. Ese nivel de legibilidad nos informa a la vez acerca de la estructura del paisaje observado y acerca de la experiencia cognitiva del observador (BAILLY, RACINE, SÖDERSTRÖM, p.267)<sup>211</sup>

Desse grupo, o Arquiteto Jorge Gazaneo, defensor da preservação, publicava em 1983 seus apontamentos. Os fatores que intervinham na percepção do ambiente construído relacionavam-se com o que chamavam de “psicobiologia arquitetônica”, capaz de compreender, diagnosticar e criar pautas específicas para criação de novas políticas sobre o ambiente construído, referendadas pelas comunidades envolvidas (GAZZANEO, 1982, p. 57)<sup>212</sup>. O fenômeno de encontrar novo sentido no espaço construído insere-se no contexto do choque entre distintas compreensões de patrimônio, isto é, na delimitação de determinadas memórias e identidades, categorizando-as como mais importantes e memórias que podem ser esquecidas.

Isso parece ficar cada vez mais claro aos profissionais do campo da preservação, fosse de La Plata como de outros países, pois adotaram novas posturas sobre a arquitetura a partir da memória dos cidadãos, conservando as histórias individuais e coletivas no auxílio da formação de seu patrimônio edificado. Importante destacar de forma apropriada

---

<sup>211</sup> “Cada cidade tem estruturas mais ou menos indivíduos legíveis ou decodificáveis, segundo seus indivíduos. Esse nível de legibilidade nos diz tanto sobre a estrutura da paisagem observada e sobre a experiência cognitiva do observador.” (Tradução Nossa) Revista Ambiente.

<sup>212</sup> Revista Ambiente.

o que ocorre em La Plata junto ao balanço do historiador francês Pierre Nora (2009, p.6) para o qual

[E]m todo o mundo, estamos experimentando a emergência da memória(...) Durante os últimos vinte e cinco anos, todos os países, todos os grupos sociais e étnicos, passaram por uma profunda mudança, mesmo uma revolução, no relacionamento tradicional que tem mantido com seu passado. Essa mudança tem adotado múltiplas formas (...)o culto às raízes, ondas comemorativas de sentimento, conflitos envolvendo lugares e monumentos simbólicos(...) o apego aquilo que em inglês é chamada de *heritage* e em francês de *patrimoine*; a regulamentação oficial do passado.

O olhar progressista e racionalista, nesse contexto, vai cedendo espaço de valor arquitetônico, de ressonância<sup>213</sup>, para a concepção de área de ambiente construído através da afeição e sensibilidade na variedade. Em tempos flexíveis, o olhar se volta para as fissuras do plano racional da cidade em uma revalorização das edificações como uma emergência da memória (HUYSEN, 2000, p.15), caracterizada pelas ondas excessivas de comemorações.

Assim, o discurso sobre a morfologia vai tornando-se ético, no sentido de compreender as relações da comunidade com seu espaço construído, aproximando o tema da conservação de maneira mais ampla, a qual incluiria o social, o cultural e o psicobiológico<sup>214</sup>.

A possibilidade de a comunidade interpretar através de sua construção étnica, religiosa, cultural e dos espaços através de um olhar antropológico ra uma das maneiras possíveis no último quarto do século XX, de onde surgiam novas abordagens sobre o problema da afirmação identitária local e sua relação com o fenômeno da totalizante da globalização.

Em La Plata, o discurso da conservação das edificações passa a ser uma espécie de movimento de resistência às transformações provocadas pela celeridade da especulação imobiliária e de outros tipos de mutação urbana.

[A]sí, La Plata es hoy una ciudad desfigurada. La geometria perfecta de la organización de los espacios urbanos, soñada por Dardo Rocha, no há sabido resistir las dificultades del siglo XX. El plan de 1882 há cedido al albur de un crecimiento

<sup>213</sup> Conceito de José Reginaldo Santos Gonçalves no qual aborda que o patrimônio pode ser relevante na medida em que consiste em um reconhecimento do próprio grupo social que o elege, representando efetivamente seus traços culturais.

<sup>214</sup> Embora ainda não veja nos estudos históricos como um instrumento de valorização para o campo da conservação, o arquiteto Gazzaneo propõe uma nova maneira de pensar o patrimônio platense.

incontrolado y a los apetitos voraces de la especulación inmobiliaria. Los arquitectos han abandonado la nave, las ratas la han devorado. Las consecuencias del proceso de desurbanización, del que La Plata há sico victima,. son múltiples. Las mismas afectan tanto a la vida socioeconómica y cultural de sus habitantes como a las diferentes componentes de la imagen de la ciudad (GARNIER, 1992, p.102)<sup>215</sup>

Isso podia indicar que o Estado, nesse caso a municipalidade platense, era alheio à devastação ou era seu incentivador através de sua incúria. Portanto, no processo preservacionista, era o momento de coibir a destruição do patrimônio edificado através de sua dimensão reflexiva, de autoconsciência individual e coletiva, junto à elaboração de novas normas legais de preservação. Para isso, era importante recuperar a tarefa de classificação do patrimônio, bem como a forma de expressar o direito à memória histórica<sup>216</sup> antes da dilapidação dos bens culturais.

O interesse histórico e artístico responde a um particular complexo de exigências, cuja satisfação integra os fins do Estado. É, em substância, uma especial qualificação do interesse geral da coletividade, como o interesse à sanidade, à moralidade, à ordem pública, etc (NALINI, In. FILHO, 1999, p.24). Dessa forma, no início de 1984, a comissão de preservação passou a promover novas ações para preservar as edificações do Eixo e retomar a inventariação de outras áreas pertinentes com o intuito de reconhecimento para preservação. Havia uma ambivalência do poder público que estagnava suas políticas oficiais sobre preservação, na medida em que o ritmo de construções urbana ampliava-se, ao mesmo tempo em que havia estabelecido o trabalho de listagem das áreas e das edificações, mesmo sem força de lei. Ainda assim, esse levantamento servia para pressionar o poder público municipal a tomar uma iniciativa em relação ao seu conteúdo.

Quanto ao grupo, coordenado pelo Arquiteto Alfredo Conti, se mantinha como agenda o direito à cultura, provocando um movimento de resistência às transformações na cidade. Assim, a expectativa era de, em primeiro lugar, preservar efetivamente a área

---

<sup>215</sup> Assim, La Plata é hoje uma cidade desfigurada. A geometria perfeita da organização dos espaços urbanos, imaginado por Dardo Rocha, não tem sido capaz de resistir aos desafios do século XX. O plano de 1882 dada ficou à mercê do crescimento descontrolado e dos apetites vorazes de especulação imobiliária. Os arquitetos deixaram o navio, os ratos o estão devorando. As consequências do processo de urbanização de que La Plata tem sido são múltiplas. Eles afetam tanto a vida econômica e cultural de seus habitantes e os diferentes componentes da imagem da cidade. (Tradução Nossa)

<sup>216</sup> Um dos debates sobre o direito a memória como parte da integrante da cidadania cultural foi pesquisado por José Ricardo Oriá Fernandes intitulado *O Direito à Memória* do ano de 1995 da UFCE.

correspondente ao período de fundação da cidade<sup>217</sup>, fazendo sobre ele uma arqueologia urbana através da descoberta, da classificação e da avaliação da paisagem.

A lógica da conservação relacionava a ideia da construção de uma nova fronteira cultural necessária para o novo momento para a preservação que se instituía. O patrimônio que deveria ser investigado e catalogado seria avaliado de acordo com seu aspecto cultural no qual

[L]a comprensión de estos fenómenos facilitaría el establecer pautas nuevas a ser tenidas em cuenta por los profesionales de La Plata, com respuestas de uma acertada arquitectura integrada com el médio heredade y, a la vez, expresiva de nuestra época. (GAZZANEO, 1982, p. 59)<sup>218</sup>

Dos espaços cotidianos herdados, como as áreas do Eixo Monumental, sugere-se por parte da comissão, um ponto de partida para uma observação mais plural do traçado. A planificação racional não oferecia mais justificativa efetiva à preservação, sendo necessário identificar nesse espaço construído a referência à identidade, à ação e à memória dos grupos distintos que formaram a sociedade platense, algo muito difícil frente à descontinuidade, à fragmentação, ao desconforto e à insegurança produzidos pela globalização.

Era importante acionar medidas preservacionistas sem, entretanto, instaurar uma *cristalização do lugar*, tal como havia ocorrido na cidade de Buenos Aires ainda em 1979 (BRACCO, 2012, p.19)<sup>219</sup> quando o Estado realizou intervenções de acordo com as demandas democráticas que, combinadas ao pensamento acadêmico, mostrava as carências do mundo urbano, de modo a recuperar a identificação da comunidade com sua materialidade culminando em melhores níveis de qualidade de vida (SANTOS, 2001, p.6).

Dessa forma, era inaceitável pelo grupo preservacionista que, em La Plata, não houvesse um processo de reabilitação das edificações através de programas específicos, utilizando-se de preceitos do patrimônio através do social, da memória, da revalorização da

<sup>217</sup> Ocorreu, entretanto, a manutenção de *edifícios significativos*, próprios de uma *arquitectura monumental* como força expressiva a ser preservada.

<sup>218</sup> “Entender esses fenômenos facilitou o estabelecimento de novas orientações a ter em conta pelos profissionais em La Plata, com respostas precisas sobre uma arquitetura integrada entre a herança expressiva de nossa época.” (Tradução Nossa).

<sup>219</sup> Mercedes Bracco realiza uma pesquisa de doutoramento pela Universidade de Buenos Aires sobre a renovação das edificações, a preservação patrimonial e a planificação Urbana na capital da Argentina no último século.

urbanidade. Com a inventariação e a produção de leis,<sup>220</sup> a preservação romperia também como a acepção de conservação através da cristalização do passado edificado, pois esse entendimento apenas reforçava a ideia de desenvolvimento técnico-mercantil da cidade, que, naquele momento, era exatamente o que havia tornado as edificações da cidade sem propósito e sem sentido.

### 4.3.3 Novas leis e horizonte de expectativa

A determinação de uma listagem, antecipando uma espécie de inventário, sobre as edificações que deveriam ser preservadas foi preparada a partir do ano de 1985 quando a municipalidade, através da criação de um conjunto de leis estabelece uma nova comissão para desenvolver as tarefas e estudos relacionados com o tema<sup>221</sup>. Substituindo a comissão anterior, era criada uma outra para *área de preservação do patrimônio* com a finalidade de defender as edificações e seu entorno, gerando marcos *identificatórios* da cidade e especificando os espaços a serem preservados<sup>222</sup>. O prefeito, Juan Carlos Albertí, havia sofrido pressão suficiente para se interessar pela preservação, ou em um novo cenário, isso indica que já não havia muito mais a ser feito. De qualquer forma era decretado que se constituísse a preservação e fosse organizado a comissão.

Se as edificações já haviam sido incluídas como históricas por uma rede de interesses que antecederam aquele período da história de La Plata, com suas fronteiras de poderes, diferenças culturais e sistemas hierárquicos<sup>223</sup>, significava que havia uma forte tendência na atuação das áreas de patrimônio. Existia ali uma conotação aproximada do conceito geral da UNESCO ao considerar nas respectivas áreas, os monumentos, os conjuntos e os sítios.<sup>224</sup>

Ainda assim, era necessário ajuizar, através da determinação de interesse público, quais edificações seriam arroladas em lista por áreas para efetuar sua salvaguarda.

Dessa maneira, uma lei complementar foi publicada no ano seguinte, trazendo em seu texto nova justificativa para a escolha das edificações, sugerindo “...um grupo de edifícios

<sup>220</sup> ICOMOS. Carta de Burra, 1980

<sup>221</sup> DECRETO 257/85

<sup>222</sup> DECRETO n° 1629/1985

<sup>223</sup> A determinação sobre o patrimônio nunca é ingênua, ao contrário, ela é uma escolha política, envolvida em uma rede de poder e de onde estruturalmente demonstra as ideias culturais sobre o *status sociais* que se ocupa em determinado momento e lugar.

<sup>224</sup> Os *monumentos* são obras arquitetônicas, escultórias, pinturas, inscrições em cavernas que adquirem presença monumental e que tenham especial valor arqueológico, histórico, artístico ou científico. Os *conjuntos* são grupos de construções que por sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm especial valor histórico, artístico ou científico. Os *sítios* são zonas topográficas, obra conjunta dos homens e da natureza, dotada de especial beleza e que tenham valor arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico. Recomendacoes da UNESCO-17 Conferencia Geralda UNESCO, 1972.

*de notável significação que é imprescindível preservar*”<sup>225</sup>. Através daquela complementação, foi possível pensar em um plano piloto, avaliando as modificações nas áreas urbanas e na inclusão de bens imóveis como interesse público municipal através da Declaratória de Bens<sup>226</sup>.

A urbanização de La Plata e a construção civil eram rápidas, a especulação urbana era acelerada em contraposição ao tempo da preservação. A falta de dinamismo não era uma peculiaridade da ditadura civil-militar argentina. Demorou mais de dois anos para que fosse instituída por decreto a substituição da Comissão de Preservação do Patrimônio Monumentos Arquitetônico e Urbanístico pela Direção de Arquitetura e Infraestrutura Urbana, Obras particulares e Planejamento<sup>227</sup>.

Como aponta Harvey (2001, p.174.), o poder de organizar o espaço se origina em um complexo conjunto de forças mobilizado por agentes sociais. Em se tratando de uma grande cidade como La Plata, havia um processo de formação de alianças para determinado modelo de empreendedorismo no qual os agentes era a câmara de comércio local, comerciantes, industriais, lideranças políticas e incorporadores imobiliários. Com objetivos diferentes dos preservacionistas, dirigiam a “máquina de desenvolvimento” com enfoque no investimento e no desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições culturais da população.

Ainda assim, a comissão retoma a tarefa básica de desenvolver os estudos relacionados ao patrimônio edificado e à morfologia urbana, convocando os agentes públicos com experiência reconhecida para fazer as devidas intervenções. Subdividiu-se, dentro da Direção de Planejamento, um setor específico para a preservação do patrimônio que tinham tarefa de proteger os exemplares arquitetônicos relevantes do projeto original, o Eixo Monumental e demais áreas que indicassem a incorporação de novas identidades à história local<sup>228</sup>. Recuperaram-se os antigos códigos, de 1932 e a *ordenanza* de 1949, para situar a primeira parte a ser preservada e a atribuição de valores como critério para sua preservação. As edificações se tratavam daquelas que estavam efetivamente incluídas no traçado original da cidade e que faziam parte do conjunto de bens do poder público municipal. Além disso, após os decretos de 1985, o traçado urbano, primeiramente, e os edifícios dos Eixos de La Plata, em um segundo momento, passaram a ser considerados patrimônio, pelo critério da

---

<sup>225</sup> ORDENANZA n° 695/1986

<sup>226</sup> ORDENANZA n° 6485/86. Recursos Jurídico semelhante ao Tombamento no Brasil. Trata-se de processo de autorização de intervenção no patrimônio para a aprovação de intervenção em edifícios, locais ou sítios do patrimônio

<sup>227</sup> DECRETO 257/1985.

<sup>228</sup> DECRETO 162999/1985



monumentalidade histórica e artística, concebidos por organismos internacionais, e não pela comunidade local.

A partir de então foi agregados aos documentos oficiais a justificativa dos novos conjuntos arquitetônicos através da nomeação e atribuição de valores cultural, mantendo o mesmo escopo proposto pelos grupos anteriores, de 1982 e de 1985, demonstrando em seu programa referências teóricas determinadas pela UNESCO através da Carta de Atenas na qual

En el caso de edificios públicos de alto valor histórico o arquitectónico, que sin duda serán incluidos en el Registro de edificios a proteger, los indicadores urbanísticos propuestos implican una modificación sustancial de su entorno físico, que puede incidir sobre los valores de los inmuebles protegidos. La necesidad de extender las medidas de protección de edificios monumentales a su entorno es reconocida por varios documentos internacionales, entre los que cabe mencionar la Carta Internacional para la conservación y restauración de los monumentos y los sitios <sup>229</sup>.

O documento citado comporta a influência sobre dois importantes critérios para a proteção patrimonial. Por um lado, o conceito de valor histórico, de acordo com a tradição, se associava a figuras da vida política ou aos acontecimentos oficiais como batalhas, guerras, batalhas, personagens oficiais da história ou a referenciais econômicos. No caso de La Plata, escolhia-se pela questão da originalidade, já que o projeto, realizado em 1882, era considerado o modelo plano de cidade que marchava em direção ao futuro, mas também como condição de segurança já que assumia um papel de “representação” diante da excessiva ruptura da vida urbana. Tal como indica Huyssen (2000, p.53), pode ocorrer um fenômeno em que os edifícios do *Eixo Cívico-Monumental*, determinados significados que passaram como meio de

[...]garantir a origem e a estabilidade bem como a largueza do tempo e do espaço de um mundo que se transformava rapidamente e era vivido como transitório, desenraizador e instável.

---

<sup>229</sup>No caso dos edifícios públicos de valor histórico ou arquitetônico que sem dúvida, serão incluídas no registro de edifícios protegidos, os indicadores urbanos propostos envolvem uma modificação substancial do ambiente físico, o que pode ter impacto sobre os valores de propriedade protegidas. A necessidade de alargar as medidas para proteger seus edifícios monumentais e seu entorno é reconhecida por vários documentos internacionais, entre os quais incluem a Carta Internacional para a conservação e restauração de monumentos e edifícios. In.: CONTI, Alfredo. Informe sobre el nuevo Código de Ordenamiento Urbano (COU) de La Plata en relación con el patrimonio arquitectónico y urbanístico de la ciudad. Esse documento destaca a importância da Unesco como referencial para a preservação de La Plata. No Prelo.

De outro lado, na iniciativa da elaboração de normas jurídicas e proteção a outros conjuntos arquitetônicos, cuja materialidade correspondia a variações de significado nas representações em virtude de seu desaparecimento causado pela hipermodernidade, ocorria a mudança no modo de produção refletindo na vida cotidiana e na noção de tempo e espaço da sociedade Ocidental (HARVEY, 1992, p.257).

Em relação a determinadas qualidades dadas às edificações alocadas do Eixo, mantinha-se o valor estético unido ao valor de uso social. Acreditava-se que a cidade, além de suas ruas, avenidas, parques, praças, tinha entre si uma espécie de concordância em torno dos exemplares construídos. Atribuía-se à La Plata atributos artísticos e uma aura “rigorosamente convencional, mas não arbitrária”, ou seja, tal como em outros conjuntos urbanos, ela era conduzida por convenções e balizada por referências datadas, como a habilidade técnica e a capacidade de inovação (MEIRA, 2008, p. 29)<sup>230</sup>. No diagnóstico, apresentava o contexto urbano complexo no qual se estabelecia o trabalho da comissão.

[L]a proliferación de las torres a un lado y otro del eje monumental há destruído la morfología urbana inicial, ahogando los edificios públicos cuyo papel estructurante del espacio estaba ligado a ese eje. Observamos en esta vista aérea la diagonal 79, que desemboca en la plaza San Martin. En tanto la traza de 1882 preveja una localización simétrica de los edificios públicos destacados, el desarrollo experimentado en la primera mitad del siglo XX ha perturbado ese ordenamiento disseminando esos edificios especialmente en los sectores noreste y sudeste de la ciudad.<sup>231</sup>

Mediante a ação da Direção de Arquitetura e Infraestrutura Urbana e de Obras Particulares e Planejamento, da Municipalidade de La Plata, expandiam-se os trabalhos acerca da preservação devido ao caráter de urgência, uma vez que a Comissão de Patrimônio Arquitetônico havia sido criada três anos antes e ainda não tinha sido efetivado o trabalho de inventariação das áreas e das edificações. O grande perigo para o trabalho que se reiniciava

<sup>230</sup> Aplicado aos bens arquitetônicos, o valor artístico ocorre quando se apresentarem, sob os aspectos do hábito e da criatividade, as qualidades estabelecidas há séculos para definir a beleza na arquitetura e que já foram várias vezes modificadas na sua trajetória: a disposição dos espaços, a firmeza ou excelência da construção, a coerência dos elementos constitutivos.

<sup>231</sup> A proliferação de torres (edifícios novos-em altura) de cada lado do eixo monumental destruiu a morfologia urbana inicial, sufocando edifícios públicos, cuja principal papel estrutural do espaço estava ligada a esse eixo. Notamos nesta visão aérea diagonal 79, que corre para a praça San Martin. Tanto no traçado de 1882 previa uma localização simétrica dos edifícios públicos importantes, o desenvolvimento experimentado na primeira metade do século XX tem atrapalhado esse sistema disseminando estes edifícios especialmente nas regiões nordeste e sudeste das áreas da cidade.

era que o processo de urbanização brutal das cidades poderia ter apagado marcos referenciais ainda desconhecidos da comissão.

Naquela etapa, havia um “despertar” para a questão do patrimônio histórico no Ocidente, levando em conta os valores tradicionais, a produção vernacular, as culturas alternativas e uma maior consciência dos excessos do consumismo, uma vez que ocorria ainda a carência de acompanhamento das mudanças dos programas de preservação. No caso platense, isso poderia engessar a proposta de ampliação da catalogação.

Parece, contudo, que parte da burocratização em La Plata dificultava o processo preservacionista, uma vez que, apenas em 1986, a Municipalidade efetivaria a lei que estruturou o plano piloto para corte de verificação e levantamento de um conjunto de edificações que apresentariam “notável significação” para preservação<sup>232</sup>.

Dessa maneira, o município determinava, a partir do interesse público, uma lista de edificações<sup>233</sup> sob a alegação de que se tratava de patrimônio arquitetônico que não poderia sofrer quaisquer tipos de ampliações, demolições ou reformas sem o procedimento de análise do departamento da Área de preservação. Propunha-se ainda que esses edifícios eram testemunhos de períodos da história urbana de La Plata e era necessária a preservação antes de sua deterioração.

No anexo do Decreto, indicavam-se as ações prioritárias para preservar os imóveis já que se tratava de edificações de propriedade da própria municipalidade. Dois fatores eram relevantes no documento: o primeiro era a ausência de imóveis de propriedade particular, mostrando o choque entre interesse público e a utilização particular do solo; o segundo constituía a morosidade da preservação em La Plata, que, embora existisse oficialmente há 4 anos, ainda não havia concluído o trabalho sobre os bens culturais. Não parecia ser um problema de profissionais, mas da pouca quantidade de envolvidos no processo de catalogação resultando na ausência de legislação incisiva sobre as edificações e uso do solo.

Além disso, os profissionais estavam em fase de formação intelectual contínua sobre preservação patrimonial, mas não havia grandes estímulos para que isso fosse ampliado. As inúmeras referências bibliográficas utilizadas pelos arquitetos tanto na comissão, quanto nos organismos independentes, serviam de assessoria à Comissão, como o CEPA, a qual era de responsabilidade da formação individual de seus agentes e não de uma política pública clara de preservação. Mesmo que o governo de Juan Carlos Alberti tenha sido de urgência

---

<sup>232</sup> DECRETO 695/1986

<sup>233</sup> Esse trabalho contou com a orientação do arquiteto Alfredo Conti, que realizava juntos dos demais profissionais do departamento o levantamento durante os últimos anos.

patrimonial, fica explícita a incúria pública com a sociedade civil em relação aos projetos de recuperação e proteção legal do patrimônio histórico cultural edificado de La Plata.

A responsabilização se dava tanto sobre o poder executivo quanto para o poder legislativo platense. Ainda assim, o trabalho de catalogação seria importante, não porque seria utilizado naquele momento, mas porque serviria como base estruturante de todas as políticas que viriam a ser praticadas alguns anos mais tarde pela iniciativa de organizar as áreas de preservação e estabelecer uma preservação do patrimônio, antes restrita à ação estatal, a apropriação dos cidadãos e da sociedade civil organizada.

O estudo morfológico de La Plata com um inventário em sua parte final que não foi publicado naquela ocasião, porém foi o instrumento capaz de caracterizar a importância cultural dos bens edificados da cidade, servindo de base para incorporar o dossiê que a Comissão de preservação do patrimônio de La Plata preparou para indicar La Plata como Patrimônio Mundial da UNESCO em 1999. Contudo, se todo o processo de leis e códigos ligado à preservação tivesse se intensificado de forma plena na segunda metade da década de 1990 e durante o início dos anos 2000, seu ponto de partida é o estudo de 1986. Ele serve como balizador para as experiências que consideram as edificações e seu entrono fontes da permanência identitária, não como um exemplar aurático, utilizando uma conceituação de Gonçalves (1988), mas um bem cultural que dispensa vínculo orgânico com o passado monumental, que estava no espaço do não-consagrado, e incide a ser enfatizado pelos aspectos de singularidade e permanência em detrimento da reprodutibilidade e da transitoriedade hipermoderna.

#### **4.4 OS ESTUDOS MORFOLÓGICOS E INVENTÁRIO**

Sendo a cidade um artefato cultural possuindo em si uma forma de discurso, cabe estabelecer que a preservação advém do choque entre a destruição de um modelo de cidade frente à instalação de outro. Lida como um texto, significa que a representação sobre a cidade vai sendo substituída. Entretanto, preservar toda manifestação cultural seria uma contradição já que, ao defender edificações passadas, se estaria impedindo que a cultura pudesse ser manifestada. Assim, em La Plata, ocorre uma destruição de bens culturais edificados, uns que foram inventariados, outros ainda sequer desvelados, contribuindo para o desaparecimento

das manifestações diversas representadas na sua forma urbana, edificada. Nesse contexto, impõe-se a preservação.

A criação de mecanismos jurídicos para salvaguardar foi uma das maneiras utilizadas para a permanência da cultura, faltando ainda o trabalho de inventariação que, combinado com as leis, garantiria a permanência das edificações. De critérios basicamente idealizados as edificações e o traçado passaram a portar valores de reconhecimento da comunidade que, junto do Estado, promoveriam a proteção de determinado bem cultural.

Diante da materialidade, como lembra Pesavento (2007, p. 9), realizadas ou não, as edificações se inscrevem como vontade de um pensamento sobre a cidade e, logo, constituem-se parte da capacidade imaginária de transformar o mundo. Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente.

O primeiro levantamento morfológico da cidade de La Plata, empreendido pelo poder público no início da década de 1980, não foi publicado ou encontrado nas Secretarias de Obras e de Planejamento Urbano<sup>234</sup>. No arquivo particular do arquiteto Alfredo Conti, cujo trabalho havia sido solicitado pelo poder público enquanto fazia parte da Direção de Planejamento do Município de La Plata entre os anos de 1981-1982, foi localizado um novo estudo sobre a área Urbana e de Patrimônio edificado promovido pela prefeitura da cidade alguns anos mais tarde.

Três anos após, Alfredo Conti foi convidado pela Municipalidade para retomar seu trabalho junto de outros profissionais que se alinhassem à preservação edificada (especificamente entre 1985-1986<sup>235</sup>, tendo sido o relatório final escrito em 1989). Nesse

---

<sup>234</sup> O relatório dessa pesquisa foi desenvolvido por volta do ano de 1981. Entretanto, devido a alguns entraves burocráticos, como da elaboração de nova legislação patrimonial fez com que o grupo se dispersasse, exemplo do arquiteto Alfredo Conti que passou a trabalhar no setor privado. Segundo Conti, a primeira versão do trabalho não teria sido encontrada, possivelmente, em função das mudanças das plataformas políticas na troca de prefeitos.

<sup>235</sup> O professor Alfredo Conti indicou a existência desse trabalho, uma espécie de ensaio sobre as edificações em sua entrevista, porém assinalou que depois que se exonerou da Municipalidade (poder público municipal de La Plata), todo o levantamento foi destruído. Após alguns anos, foi convidado pela Municipalidade para realizar um novo processo de análise morfológica, reiniciando todo a catalogação, cujo corpus documental serviu como fonte de análise dessa Tese. Vale sublinhar que nenhum relatório foi encontrado nos arquivos da Municipalidade e que, o *corpus* documental “Estudo Morfológico” contendo o inventário e um diagnóstico sobre a urbanização de La Plata, produzido entre os anos de 1985-86 foi cedido pelo próprio professor Alfredo. Esse documento foi entregue ao poder executivo municipal, sendo que, após a troca de prefeitos em La Plata, o processo ficou novamente paralisado, supostamente devido às mudanças no cenário político local. Ainda, coube uma análise aprofundada do conteúdo desse relatório na tentativa de compreensão do insucesso da iniciativa como política pública preservacionista. Para estudar sobre o início do processo de catalogação das edificações, foi de suma importância a entrevista com o prof. Alfredo Conti e, ainda que para afiançar as hipóteses desta tese, pesquisaram-se bibliografias sobre o centenário, a preservação e demais informações que reservassem algo sobre patrimônio edificado, a legislação municipal de patrimônio. Entrevista realizada na Universidade Nacional de La Plata em julho de 2013.

estudo, intitulado *ESTUDIO DE LA EVOLUCION DE LA OCUPACION DEL TERRITORIO EM EL PARTIDO DE LA PLATA*<sup>236</sup> sob direção da arquiteta Isabel Lopez e coordenado por Conti juntamente de outros dois profissionais da área de Arquitetura, Sra. Miriam Tinazzi, Veronica Vasquez e Sr. Mario Bishop, objetivava-se realizar um estudo técnico sobre as transformações ocorridas na cidade de La Plata levando em conta áreas específicas da arquitetura e urbanismo, tornando-se uma espécie de olhar sobre a cidade e seus edifícios com a proposta de iniciar a localização e a preservação de todo e qualquer bem edificado que comportasse o caráter histórico da cidade.<sup>237</sup>

Isso ocorria em função dos movimentos contestatórios das transformações urbanas que amadureceram nos últimos anos e que passaram a denunciar a má administração, insustentável consumo do espaço construído, à especulação imobiliária e à falta de planejamento que gerava precárias condições de vida na periferia assim como a degradação de zonas históricas da cidade que ainda não haviam sido inventariadas ou não estavam dentro do Eixo Monumental.

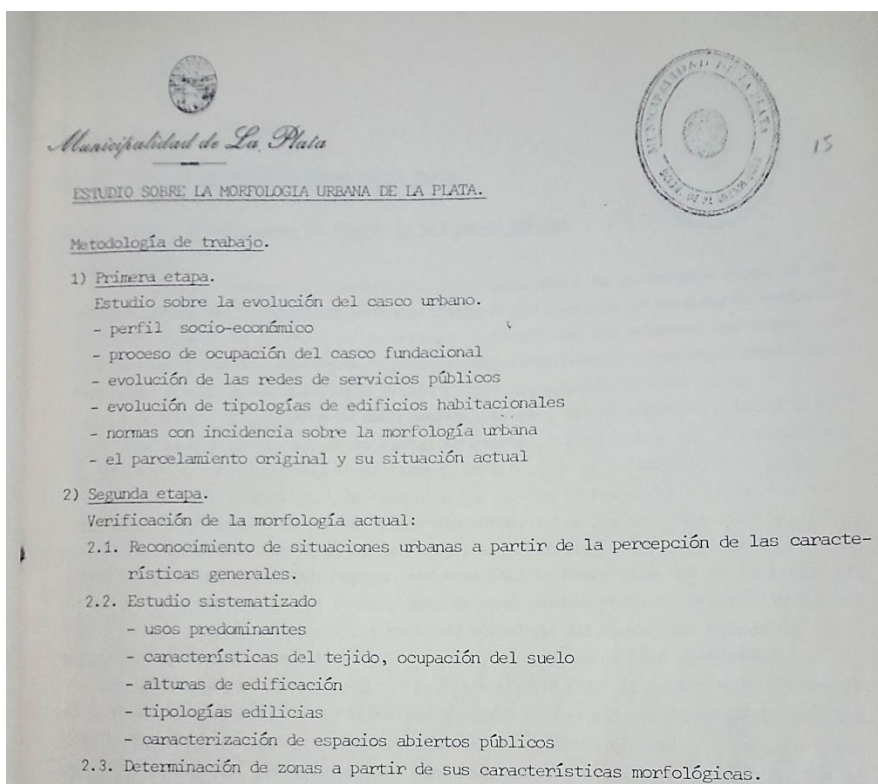


FIGURA 31: Plano de estudo morfológico-urbano  
Fonte: Arquivo particular de Alfredo Conti

<sup>236</sup> Esse documento foi relevante pois se tratou do resultado dos debates que provieram da organização do campo preservacionista e, a partir dele, introduziram-se novas nuances sobre o patrimônio local.

<sup>237</sup> Esse documento será referido a partir daqui como ESTUDO.

Através desse *corpus*, num contexto importante da preservação cultural platense, existia a tentativa de unir a denúncia da destruição do passado à proteção jurídica, gerando atitudes frente às edificações capazes de mobilizar a população e de produzir reconhecimento e legitimidade social. Isto para que, nos outros “Teatros Argentinos”, não ocorressem mais.<sup>238</sup> Entretanto, seu conteúdo não foi utilizado como justificativa para alterar a legislação.

Esse grupo de pesquisa correspondia hierarquicamente à Área de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, departamento criado por lei<sup>239</sup>, que se submetia a Direção de Planejamento e a Secretaria de Obras e Serviços públicos, conseqüentemente. Incumbidos pela Prefeitura de avaliar efetivamente as mudanças da forma edificada de La Plata, utilizavam seu resultado para realizar os inúmeros debates sobre preservação que ocorreram naquele momento e nos futuros combates travados em favor do patrimônio arquitetônico.

#### **4.4.1 Patrimônio: novos problemas, novas análises.**

A organização do trabalho da área de preservação de patrimônio arquitetônico e urbanístico se deteve em fazer uma comparação entre dois tipos de cidade de La Plata: em primeiro, a cidade ideal, conceito no qual em suas edificações se encontra o objeto de sua reflexão. A abordagem se empenha na descrição da história, traçando a sua evolução, arrolando dados, nomes, mostrando seu crescimento e sua evolução urbanística, sempre acompanhados do que isso representa nas edificações da cidade. No segundo, a cidade real é apresentada de maneira informativa não estabelecendo relação direta com o fenômeno da urbanização, assim como mantendo uma perspectiva quantitativa e evolutiva de onde sua morfologia é apresentada.

Na primeira parte do ESTUDO, a análise ocorre sobre a materialidade da cidade original, que, construída como objeto, recebe atribuição de singularidade do planejamento na ocasião de sua fundação em 1882. É o ponto de partida para mostrar o quanto a cidade foi

---

<sup>238</sup> Assim, nesse olhar, a investigação é conduzida para as condições em que esse material foi produzido, quais os interesses de quem o produziu e de que forma os institutos internacionais de preservação influenciaram essas iniciativas. Além disso, pensava-se se de alguma maneira, os produtores desses diagnósticos apresentaram alguma influência sobre as novas iniciativas patrimoniais da década de 1990.

<sup>239</sup> Decreto n° 257/85; Decreto n° 1629/85; Decreto n°695/86; *Ordenanza* n° 6485/86.

modificada. Assim, a estrutura dessa primeira parte se dividiu em avaliar La Plata através de seis eixos: (1) perfil socioeconômico; (2) processo de ocupação da cidade (Casco fundacional); (3) evolução das redes de serviços públicos; (4) evolução das tipologias de edifícios habitacionais; (5) normas urbanas; e (6) distribuição do solo. No transcorrer da narrativa, o olhar que peregrinou pela cidade para a realização da pesquisa vai sendo apresentado. Numa perspectiva tipicamente benjaminiana de *flânerie*, apresenta-se a motivação dos autores que, inquietos com as modificações de sua cidade ideal e imaginária, vão denunciando um constante desaparecimento frente às transformações modernas.

Na segunda parte, trata-se de mostrar a “outra” cidade de La Plata, a real, através dos usos cotidianos da urbe pela população, características do tecido, ocupação do solo, alturas de edificação, tipologias e determinação de zonas a partir de suas características morfológicas. Mesmo em se tratando de uma análise técnica, há de se dar “um passo para trás” e avaliar o quadro todo. Trata-se de cronologicamente de mostrar que a parte dura, difícil da modernização urbana, foi a causadora do aniquilamento da cidade ideal durante a última parte do século XX, exatamente quando se dá o aniversário de fundação da cidade, sob a sombra hipermodernidade.

Existe uma tentativa de não associar. Ainda assim, persiste a comparação entre as duas partes do trabalho que culminará nas últimas páginas do texto, o qual se assemelha com as revelações de Simmel (1976, p.12) sobre a modernidade, quando diz que

Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida.

Nesse item final, apresenta-se uma lista de áreas com edificações para preservação como difusor de cultura autêntica, no sentido de significação para a comunidade local. Ali, é possível ver que a metrópole, tida como símbolo máximo do progresso, é um mito, colocando em cena a gama de novas representações. Dentre elas, é possível ver a luta de representação entre o progresso e a tradição, isto é, uma cidade moderna é aquela que se destrói para construir (PESAVENTO, 2008, p.79), arrasando para embelezar, realizando cirurgias para redesenhar o espaço.

Dessa maneira, a partir do quadro comparativo, o estudo se ocupa em tentar realizar um esboço particularizado da área central propondo na última parte um reordenamento de



áreas de acordo com a necessidade da demanda cultural da cidade, destacando o novo conceito de patrimônio que deveria ser realizado através de lei do poder público municipal.

Percebe-se que, na linguagem que o documento carrega, existe uma transformação do pensamento preservacionista, evidenciando que esse conceito não existiu o tempo todo em La Plata, sendo uma noção dinâmica na qual diferentes significados se justapuseram no decorrer do embate entre os defensores de políticas públicas de memória e autoridades públicas do esquecimento.

#### **4.4.2 A Primeira Etapa: a forma urbana como discurso metonímico.**

A primeira etapa do ESTUDO transcorre sobre a evolução da cidade. Diante de inúmeros movimentos ligados à preservação, era necessário pensar quais partes seriam importantes. O estudo permite compreender como ocorreu o processo de ocupação dos espaços previamente pensados e planejados. Em sua introdução teórica, o discurso se ocupa em definir primeiramente que cidade é compreendida, pois “[E]n general, se considera que una ciudad es el resultado de un desarrollo al tiempo”.<sup>240</sup> Considera-se que, nessa parte do ESTUDO, se expressa, através do discurso da forma urbana e das edificações, a visão de mundo na qual os homens pensaram seu passado, tentando reorganizá-lo e lhe atribuíram novo sentido. Desse processo, produziu-se coesão e conflito com o mundo hipermoderno, num processo léxico, em que os acadêmicos nomeavam e davam significado ao espaço construído.

Nesse sentido, percebe-se que a cidade naquele dado momento, em 1986, carregava uma sobreposição de elementos para repensá-la. Eles correspondiam aos períodos, aos critérios evolutivos e a determinadas tecnologias que se apresentavam sobre o traçado, o parcelamento territorial, as redes de serviço, os espaços públicos e os edifícios públicos e privados. Entretanto, para realizar esse estudo denominado de “evolutivo”, ponderaram-se dois fatores utilizados na justificativa do trabalho proposto: o estudo histórico e a estratificação de áreas.

Ambos os conceitos tendem a compreender as áreas construídas como portadoras de uma herança de tempos diferentes e dissonantes entre si. Nesse sentido, o estudo histórico

---

<sup>240</sup> Incluir-se-ia pensar que a cidade como soma de seus elementos para a compreensão de momentos distintos de sua história.

recorre à ideia de que a cidade seria a representação de uma cidade em constante progresso e harmonia; o outro apresenta as áreas ocupadas de acordo com critérios econômicos ou distinções simbólicas.

#### 4.4.2.1 Urbe, Morfologia e Vestígios

Nas ponderações levantadas, inicialmente pelo ESTUDO, há um questionamento na sobre a motivação dos trabalhadores envolvidos na construção da cidade em 1880, já que não podiam residir na área “casco urbano” que auxiliavam a erigir dia após dia. Essas populações que estiveram circunscritas no processo imigratório se fixaram em áreas periféricas conhecidas como “partido” de La Plata ou regiões fora do “casco urbano”. Sugere-se uma resposta, pois o documento indica que a área planejada pelas autoridades e engenheiros, onde *permaneceria* a beleza estética, as largas avenidas, os bulevares, os parques e o jardim botânico deveria ser povoada por argentinos, uma vez que estava reservada ao povoamento pelos argentinos. Nesse caso, para excluir parte da população migrante, em condição de carência econômica, os planejadores de La Plata não precisaram de nenhum auxílio importado de Haussman de Paris, ou de Pereira Passos no Rio de Janeiro, pois nascia uma cidade com área periférica própria para os trabalhadores e imigrantes (PAULA, 1987, p. 63).

Nessas, outra parte de La Plata surge no discurso de proteção da “cidade original”, de maneira ainda ufanista, mas atenta aos efeitos do projeto urbano, sob a “evolução” durante o século XX. Na esteira da idealização, demonstra-se que parte fora destruída para dar lugar a outra urbe, fruto de outros modelos de cidade, onde seus planejadores tinham outra visão de como ela deveria ser

[E]se processo de ocupación, conjuntamente con la renovación de algunas áreas, refleja los cambios de criterios que se sucedieron con el correr del tiempo y se realizó, además, dejando de lado el modelo concebido por los fundadores.<sup>241</sup>

Existia, apesar das mudanças urbanas, um projeto claro dos profissionais da área de patrimônio em restabelecer um conjunto de medidas para tentar preservar um modelo de cidade original. Naquele momento, essa era a única maneira de valorizar a cidade diante da crescente desconfiguração de seu modelo original, numa mostra clara de que a cidade, sob ponto de vista do conjunto, estava fragmentada.

---

<sup>241</sup> ESTUDO, p. 15.

De outra maneira, na resenha evolutiva, aparecia novamente a apresentação da cidade através pela subdivisão do perfil socioeconômico, o processo de ocupação da cidade (casco fundacional), a evolução das redes de serviços públicos; a evolução das tipologias de edifícios habitacionais, as normas urbanas e a distribuição do solo. Através de um método descritivo, o campo preservacionista de Alfredo Conti, se empenharam em enumerar os itens em momentos cronológicos específicos de La Plata divididos por linhas cronológicas: primeira parte, a cidade entre os anos de 1882-1919; a segunda, parte os anos de 1910-1925; a terceira parte os anos entre 1935-1960; a quarta parte compreende os anos entre 1960-1978; e a última que vai de 1978 até 1987. A divisão entre esses períodos foi contextualizada por episódios marcantes da vida política e econômica de La Plata numa espécie de narrativa de sua história. Porém, atribui-se a essas datas determinadas modificações em sua matriz arquitetônica, relacionadas com sua história edificada. Esse aspecto foi utilizado na parte final do trabalho quando foi feita defesa de preservação por áreas construtivas, sem perder a ideia de totalidade.

Nessa parte do texto, começam as inferências sobre a problemática das mudanças da forma edificada. Assim, as datas que marcam o início e o final do estudo foram estabelecidas em função dos episódios da fundação de La Plata em, 1882, e da aprovação da lei 6469<sup>242</sup>, que limitava a altura para edificações construídas no chamado *Casco Fundacional*, a cidade.

Na apresentação e no desenvolvimento dos critérios envolvidos sobre a cidade de La Plata nesse período, faz-se referência a uma característica fundamental: a materialização do projeto da cidade com a consolidação do primeiro núcleo urbano. O modelo fundacional da região era formado por três elementos importantes: a cidade (casco urbano), a zona de horticultura e o porto, importante para circulação de mercadorias. Como parte integrante da cidade considerava-se a definição das vias de acesso, grandes avenidas, ruas, a superposição de diagonais sobre a trama ortogonal, o Eixo Fundacional-simbólico e os espaços verdes.

Em geral, a base populacional que trabalhava nas obras da cidade e nas construções de edifícios públicos era estrangeira e não residia na cidade (em *el casco*) de La Plata, e sim, em regiões preexistentes como Beriso e Ensenada. Além das atividades industriais, de comércio e outros itens como hotelaria e gastronomia, o estudo se volta para a

---

<sup>242</sup> ORDENANZA n° 6486/86 complementava a ORDENANZA n°4495/78 que adequava as leis platenses a lei provincial de ordenamento territorial e uso do solo. Foi a partir desse conjunto jurídico que o debate sobre o uso do solo foi inserido à agenda preservacionista. Porém sua aplicação ocorreria apenas nos anos 2000.

ocupação do espaço alertando para uma população pequena no casco e de maior concentração nas regiões periféricas, em Romero, Abasto, Villa Elisa e Los Hornos, onde se estabelecia a maioria dos trabalhadores. Para orientar a construção da cidade, eram convidados engenheiros e arquitetos estrangeiros para ir a La Plata com intuito de projetar os edifícios públicos de maior importância que serviriam de pontos de referência, ficando para os demais eixos divisórios as variantes tipológicas da edificação de propriedade privada.

Ao observar essa área da cidade, o estudo mostra que, ao contrário da intenção de homogeneidade, desenvolve-se uma variedade de tipos de construções na paisagem urbana, provas incontestes de tendências distintas de arquitetura e até mesmo adaptabilidade, já que, em alguns casos, devido à escassez financeira, se ornamentava-se as fachadas das residências, fenômeno muito comum em diversas cidades novas da América, inclusive Caxias do Sul.

Para isso a cidade constituiu um código de tentar regulamentar as edificações em La Plata com linhas de edificação, implantação, altura e aspecto dos edifícios, ainda sem nenhum critério de zoneamento da cidade.

No período que inclui os anos entre 1910 e 1935, o levantamento demonstra que os critérios construtivos permanecem os mesmos. Há, entretanto, um excesso de informações sobre o espaço urbano que estava se modificando de forma rápida, junto do crescimento das construções periféricas, o que não havia sido eleito como parte da preservação de La Plata em seu centenário, já que não se tratava de edificações monumentais que demonstrassem parte da história urbana a qual o poder público, no ano do centenário, preferia não revelar: a segregação urbana.

A descrição do acréscimo construtivo decorria do aumento populacional provindo da imigração. No geral, os novos conjuntos urbanos ficavam em áreas periféricas de Berisso, La Plata e Tolosa. As tipologias construtivas foram as mais variadas sem se incluírem, evidentemente, na estética do casco e de suas edificações, denominadas de “modernas” na década de 1930. É possível ver na cidade de La Plata o funcionamento operado pela hierarquização das classes e dos espaços de tal maneira que surgia seu primeiro o código urbano, em 1932. Diante da descrição do trabalho coordenado por Conti, ocorre um assinalamento relevante que define o modelo de cidade que se constituiu ali:

[E]l modelo de ciudad propuesto por esta norma se aparta decididamente del fundacional ao permitir, en cualquier punto de la ciudad, la implantación de edificios en alturas.<sup>243</sup>

Demonstram-se dois modelos de cidade vistas: uma influenciada sutilmente pela arquitetura moderna<sup>244</sup>, que erigia a inicial verticalização da cidade; outra, através do código, congelada, paralisada, onde nada mais poderia ser feito, pois a região central com seu eixo fundacional estava protegida pelo código. Assim, entre 1935 e 1960, verifica-se dentro do diagnóstico a que se propõe o estudo tendências de ritmos diferentes de crescimento em que, na região central, se estabelecem os edifícios cujas sinalizações pertenciam a poderes institucionalizados, de forma imponente e conservada, ficando aos demais espaços a possibilidade de variar o estilo, sem sair do código de embelezamento, evidentemente.

A partir de 1949, período pós-Segunda Grande Guerra, observa-se na ocupação da cidade um forte predomínio das atividades terciárias, dentre as quais os serviços ao governo eram o que influenciavam a ocupação acelerada da cidade. Existe, no estudo, uma transcrição breve sobre a vida boêmia e as festividades do cotidiano, tendo sempre como pano de fundo as edificações das etapas anteriores da urbanização platense.

Com o desenvolvimento financeiro, ocorre um processo nomeado de “renovação urbana”. Esse termo é utilizado amplamente no estudo, significando uma alteração da morfologia urbana, através da substituição das estruturas arquitetônicas, nas modificações das edificações e na transformação do planejamento original da cidade. Isso ocorria sem estender as apreciações para as regiões periféricas, onde pareciam ainda existir modelos de casas variadas, para um futuro exame de arqueologia urbana. Além disso, a região fundacional de La Plata foi sendo transformada conforme as novas teorias construtivas e de ornamentação, adaptando-se à estética local.

Para ajustar todo o crescimento, o poder executivo promulga um novo código de edificação<sup>245</sup> que, mantendo os mesmos princípios construtivos, resolve definir as edificações do eixo fundacionais, hierarquicamente distribuídas no espaço da cidade como elementos históricos, constituindo uma referência para a história da cidade. O documento cita que

---

<sup>243</sup> O modelo de cidade proposto por esta norma difere fortemente do modelo de sua fundação, permitindo em qualquer lugar da cidade, a implementação de edifícios em altura. (Tradução Nossa) Estudo Morfológico de La Plata, 1989, p. 10.

<sup>244</sup> Moderna aqui contrasta com a cidade colonial.

<sup>245</sup> ORDENANZA n° 1943/49

[E]s importante mencionar que em este Código se introduce un principio de preservación, al especificarse que el trazado urbano de La Plata es histórico y no podrá modificarse y que el departamento Ejecutivo queda obligado a velar por su conservación.<sup>246</sup>

Foi a primeira vez que o conceito histórico é apresentado dentro do quadro legislativo da urbe. Na sequência, o plano regulador, que o complementaria, acaba traçando as bases daquilo que em 1987 seria proposta como zoneamento de áreas.

[E]l critério de zonificación es más detallado que em el código anterior, introduciéndose, entre otras, la Zona Primera especial, que retorna la idea de jerarquizar algunas arterias del centro.<sup>247</sup>

Esse aspecto é destacado porque esse conjunto de normas passa a preservar o modelo de edificações da cidade. Para além disso, ao proceder uma leitura da época em que o estudo foi realizado, em 1987, decifram-se suas representações, ou seja, a defesa da cidade ideal no passado, da década de 1930 até a metade do século XX, quando a realidade urbana herdada servia de referencial ligada à concepção de que o passado está morto e congelado. Constroem-se sobre o conjunto de edificações, elementos de positividade, que agregam para os preservacionistas atributos e características de valor, rendendo reconhecimento social.

Decorrente de um processo de transformação econômica da Argentina (RAPAPORT, 2012, p.508) como um todo, ocorre uma concentração das atividades produtivas nos centros urbanos, em especial nas capitais da província. Em La Plata, o estudo morfológico apresenta esse processo na terceira parte da análise marcada entre os anos de 1960 e 1978. Segundo o levantamento de dados sobre o perfil econômico da cidade, ocorria entre essas duas décadas dois fenômenos: o primeiro era o ritmo acelerado de crescimento populacional da cidade enquanto nas regiões periféricas, de fora do casco, isso passou a ocorrer de forma mais lenta; o segundo fenômeno, consequência desse aumento populacional, foi que, em La Plata, houve o auge do desenvolvimento construtivo e da especulação imobiliária, desencadeado pelo aumento do PIB da cidade, em que os itens de serviços, transporte e comunicações passaram a

---

<sup>246</sup> Vale ressaltar que, neste código, se introduz o princípio de preservação, ao especificar que o traçado urbano de La Plata é histórico e não pode ser alterado e que o departamento Executivo é obrigado a garantir sua conservação. Estudo, *idem*, p.8.

<sup>247</sup> O critério de zoneamento é mais detalhado do que o código anterior, que institui, entre outros, a Primeira Zona Especial, que retorna a ideia de priorizar algumas ruas da região do centro.

representar 80% do produto local, um aumento considerável em relação aos anos anteriores quando era de 60%.

A velocidade da construção civil, a verticalização da cidade, o aumento de automóveis tornaram-se proeminentes sinais de uma sociedade em desenvolvimento tecnológico industrial e, mais uma vez, simbolizavam o desenvolvimento de uma determinada sociedade. Foi nesse período que houve a finalização do povoamento de todo o casco urbano de La Plata. A realização tão sonhada por seus fundadores ao planejarem a cidade no intuito de competir com Buenos Aires veio a ocorrer quase um século depois.<sup>248</sup> Outra vez, a denominação “renovação urbana” aparece no relatório, indicando explicitamente o processo de deterioração quando

[L]a incorporación del edificio en altura como tipología predominante en las operaciones de renovación produce el quiebre definitivo del modelo fundacional, através fundamentalmente de un cambio de escala que lleva a la heterogeneidad des paisaje urbano y la perdida de identidad en ese sector de la ciudad (grifo nosso).<sup>249</sup>

Nesse predomínio de edificações de alturas, ocorria a descaracterização do patrimônio de origem da cidade, incluindo a tipologia suburban, vista como um risco de invasão da área central da cidade, ainda intocadas pelos códigos preexistentes. A análise, ou seja, o Estudo, indica que a especulação imobiliária tinha mais ligação com a destruição excessiva e com o aumento do valor do terreno, enquanto as tipologias de edifícios com altura mínima eram um exemplo de como a população que vivia afastada do centro urbano se adaptava em seu caráter construtivo. Assim, a perda de uma paisagem e de uma identidade vem referida no diagnóstico das décadas de 1960 e 1970 como um problema. Da mesma forma que a pintura é figurativa, a arquitetura é representativa; na cidade, todos os edifícios são representativos, bem como sua destruição pode revelar uma ausência, uma contradição, uma malformação ou uma vergonha. Na finalização da primeira parte do estudo, o grupo

---

<sup>248</sup>O contexto internacional que envolvia a situação político-econômico da Argentina acompanhava um crescimento acelerado, embora houvesse oscilações em determinadas áreas da econômica. Esse crescimento foi mantido até a primeira metade da década de 1970, quando principiou uma série de transformações marcadas pelo questionamento das grandes empresas contra as políticas keyneisianas de bem-estar social. Os desequilíbrios econômicos, renunciando o fim da era de ouro do capitalismo foi fortemente propagado pelo conjunto de ideias conhecido como Neoliberalismo gerado e propagado pelo setor financeiro internacional. Em decorrência, inicia uma série de mudanças que indicavam um período menos estável da econômica e, no caso da Argentina, de sua política.

<sup>249</sup>A incorporação de construção em altura como tipologia dominante em operações de renovação produz a quebra definitiva do modelo fundacional, fundamentalmente através de uma mudança de escala que leva a heterogeneidade da paisagem urbana e perda de identidade nesta parte da cidade. (Tradução Nossa). Estudo, idem, p.10.

apresenta a destruição das edificações da cidade como um resultado da complexa relação entre a realidade social e a realidade política. Inabilidade ou não, a classe política ainda não havia produzido legislação suficiente para preservar e, socialmente, havia uma preocupação em relação ao universo cultural e histórico que se perdia diariamente.

O discurso sobre o patrimônio era uma alegoria que demonstrava a cidade em crise e em sua análise denominava um claro descontentamento sobre as mudanças das edificações da área central da cidade, como perda de sua “identidade original” aludindo à importância dos códigos de ordenamento urbano. Estava ali o resultado da burocracia que, somada aos interesses econômicos, desagregava a possibilidade de atribuição de qualquer valor.

[E]l abandono de rasgos que habían sido característicos e identificatorios de La Plata, ya que las nuevas tipologias incorporan elementos arquitectonicos, así como materiales, texturas y colores extraños al modelo original. Esta ampliación en el lenguaje expresivo contribuye, sin duda, a la identificación y al caracter de áreas de consolidación reciente, pero presenta aspectos negativos el sector céntrico, por cuanto contribuye a la heterogeneidad y confusión del ambiente urbano.<sup>250</sup>

Por um lado, mantém-se uma certa insistência em positivar as tipologias e edificações da chamada “cidade original” como algo racional, de beleza estética, arquitetônica, planejada e desenvolvida, em uma clara tentativa de fazer do passado uma guia para reordenar o presente. De outro, acusa-se o apagamento das edificações por questões econômicas, demonstrando a inabilidade cultural, a visão de mundo restrita do conjunto de forças políticas e econômicas que administram a cidade, deixando de observar com acuidade as edificações particularistas, dos grupos regionais, dos pequenos prédios, que, em síntese, resumiria o olhar sobre a história da comunidade através de seu pluralismo construtivo

---

<sup>250</sup> O abandono de vestígios que havia sido características de identidade de La Plata, se deram com novas tipologias ao incorporam elementos arquitetônicos, materiais, texturas e cores estranhos ao modelo original. Esta extensão na linguagem expressiva contribui, sem dúvida, para a identificação e caracterização de áreas de consolidação recente, mas tem aspectos negativos na área central, uma vez que contribui para a heterogeneidade e confusão do ambiente urbano. Estudo, idem, p. 11.



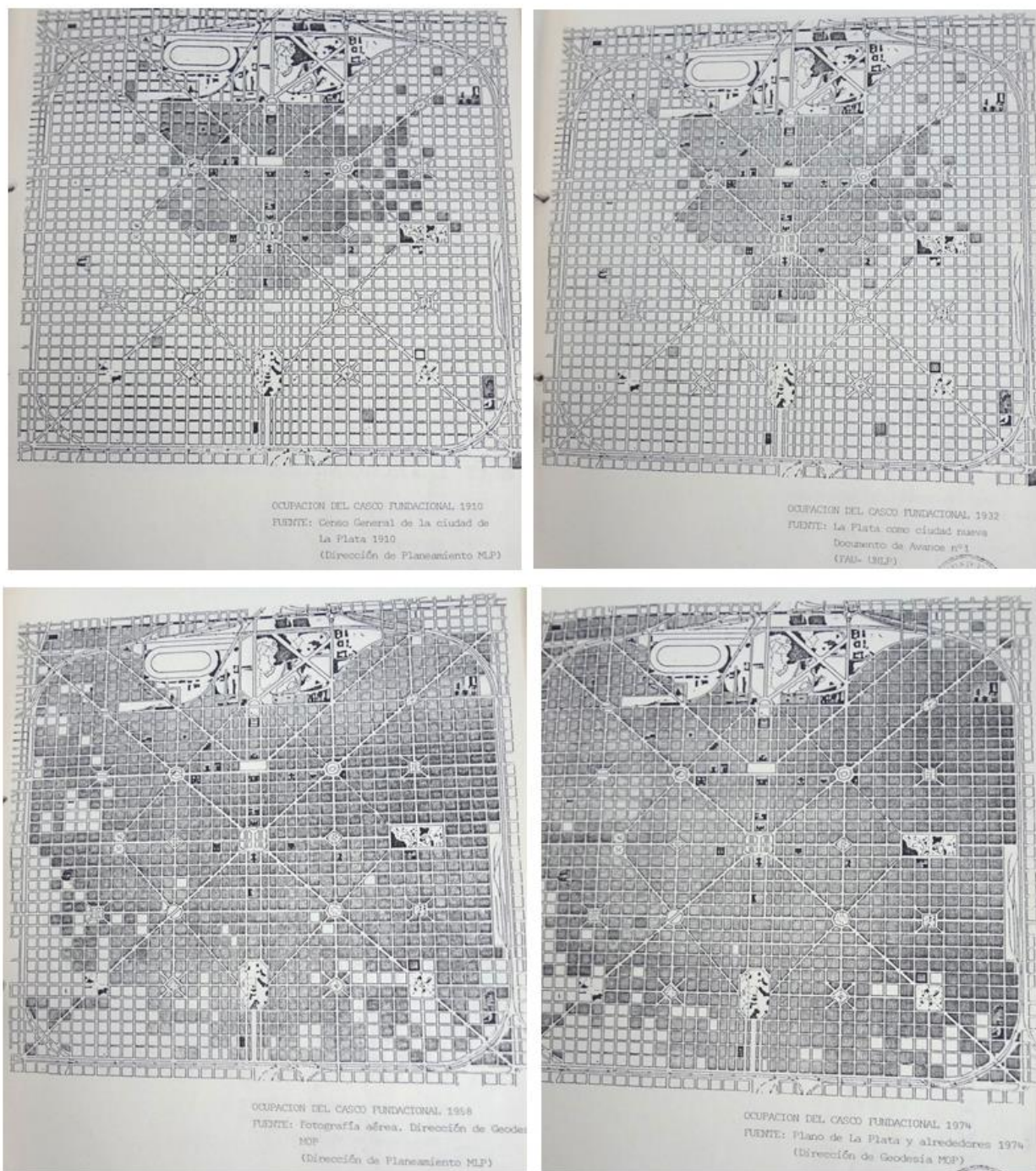


FIGURA 32: Ocupação do casco fundacional em 1910, 1932, 1958, 1974  
Fonte: ESTUDO MORFOLÓGICO

A abordagem que é realizada era uma espécie de descoberta de diferentes cidades imaginadas sob o mesmo território, utilizando-se do conceito de bem cultural, ainda em desenvolvimento, mas que auxilia na compreensão do texto urbano.

[L]a incorporación del edificio em altura como tipologia predominante em las operaciones de renovación produce el quiebre definitivo dem modelo fundacional, através fundamentalmente de um cambio de escala que lleva a la heterogeneidad del paisage urbano y la perdida de identidad em esse sector de la ciudad.<sup>251</sup> ( grifo nosso)

A multiplicidade de edificações de inúmeros períodos da história, sem necessariamente terem a legitimidade estética, parece ser a fonte luminosa que traduz para a cidade de La Plata a originalidade de tempos diversos. Entretanto, a mudança descontrolada de construções nas áreas de maior relevância histórica até o momento era o grande entrave para compreender o conjunto de edificações para sua posterior preservação. Isso ainda seria confundido alguns anos depois com o modelo da preservação turística que, inclinada ao fetiche da mercadoria, do pastiche e da volta ao pitoresco, dará à La Plata uma pobre experiência, algo semelhante ao que aconteceu em Caxias do Sul.

Dessa maneira, o documento propõe a criação de um zoneamento que deveria revalorizar a área central e as vias que davam forma a trama circulatória troncal. Isso se devia ainda pelo fato faltar reconhecimento naquela área como herança cultural. Assim, no documento, o grupo propôs traçar as áreas principais de preservação, utilizando a legislação<sup>252</sup> vigente em sua justificativa até que fosse realizado todo o levantamento das edificações presentes nas respectivas áreas.

À medida que o referido estudo contextualiza informações sobre as atividades econômicas, culturais e sociais do município, exhibe-se mais uma informação valiosa, sobretudo porque se tratava do período da véspera do centenário de La Plata, quando havia sido proposto, ainda em 1978, ao poder executivo municipal o zoneamento das áreas centrais para junto de um estudo da ocupação do solo de La Plata, incluí-la como área de preservação.

Na etapa final da primeira parte do ESTUDO, entre os anos de 1978 e 1987, foi oficializada o trabalho de zoneamento, devido à adequação do município à lei estadual (província) de ordenamento territorial e ao uso do solo. A partir daquele momento, instituíam-se os valores de ocupação do solo e os índices construtivos em cada área adequando à

<sup>251</sup> A incorporação de edifício em altura como a tipologia predominante nas ações de renovação produziu a ruptura definitiva do modelo fundacional, através principalmente da mudança de escala que leva à heterogeneidade das paisagem urbana e perda de identidade dessa área da cidade. In Estudo, 1986, p.11.

<sup>252</sup> O código de ordenamento de 1949, a ordenança de 3001 de 1963 que reafirmava o eixo fundamental como histórico, numa clara utilização do poder para fabricar monumentos e a lei estadual de 1977 que tratava do uso do solo e cuja ordenança 4495 impôs à La Plata a adequação territorial, bem como a modificação de critérios de exploração do solo, já que, desde 1932, era realizada qualquer atividade construtiva sem nenhum tipo de limitação, tornando-se o principal motivo das mudanças na morfologia urbana a qual o documento tenta indicar como descaracterizador da arquitetura e patrimônio de La Plata. Em virtude das lacunas ainda existentes pelas leis de preservação, havia necessidade de limitar o uso do solo.

densidade populacional. Houve, então, a manutenção das edificações centrais encorajando a utilização das mesmas como uso comercial e administrativo através de indicadores econômicos, fixando inclusive que esses índices poderiam diminuir nas regiões mais periféricas.

Os indicadores fixados para cada zona resultaram em uma diminuição em relação aos modelos anteriores, o que, na prática, não evitou que as construções em alturas continuassem a ser produzidas. Isso ocorreu porque nas normas não ficaram definidas as alturas máximas e mínimas das edificações, resultando, em termos de morfologia urbana, que as novas normas se tratavam de ordem quantitativa e não qualitativa.

Outra “inovação” foram as áreas de premiação, permitindo que, sobre a arquitetura, fossem realizadas alterações, descaracterizando as fachadas das edificações junto da exploração de lotes de terrenos nas referidas zonas. O resultado disso foram as inúmeras construções erigidas com mais de cinco andares na área central criando as situações como descontinuidade da linha de edificação.

Assim, a aprovação definitiva do texto de lei foi objeto de debate entre diferentes grupos que pressionaram o poder público para a modificação do conteúdo, evitando maiores prejuízos ao patrimônio cultural da cidade. Entretanto, eram os mesmos tempos do Teatro Argentino e do Centenário de La Plata, quando havia um encontro entre a construção civil, a especulação imobiliária e o poder público, fossem do final da ditadura ou do período da redemocratização. A legislação entrou em revisão, mas não foi anulada. Foi no ano de 1986 que uma norma preventiva, de nº 6469, passou a limitar a altura de edificações no casco fundacional, com exceção das avenidas, *boulevares*, praças, parques e na zona central.

Na finalização da primeira parte, o ESTUDO faz alusão a esse episódio para demarcar o momento em que, para as construções em altura nas zonas demarcadas, o referido levantamento passa a ser realizado para desenvolver diagnóstico da morfologia de La Plata e da possibilidade de sua preservação. Assim, retoma-se às ideias iniciais da apresentação em que se almeja recuperar uma cidade ideal de forma real. No entanto, o texto adverte que o processo seria difícil, pois houve alteração das tipologias arquitetônicas, o abandono de edificações datadas do período fundacional, a formação de uma linha de edificação, os prejuízos devido à mudança de critérios da ocupação do espaço urbano, a identificação do centro da cidade como centro histórico a ser preservado urgentemente a partir das variações urbanas; a recuperação da paisagem urbana e de sua heterogeneidade tipológica; a alteração das fachadas e a altura das edificações e da substituição de edifícios antigos por novos que incorporaram novos critérios para a exploração do solo.

Isso acabou produzindo uma cidade de tipologia heterogênea que destoava do planejamento original tornado La Plata uma cidade onde, segundo Conti,

[S]e caracterizam particularmente por tender al mayor rendimiento en la explotación del suelo, sacrificando a veces, frente a este espíritu especulativo, las condiciones de calidad de vida emergentes de las propuestas arquitectónicas, así como la misma calidad de diseño y constructiva de los edificios.<sup>253</sup>

Nesse relatório, a renovação se dava de duas maneiras. Por um lado, a construíam-se edificações novas para seu tempo, sem perder de vista certa correlação de estilo arquitetônico e, por outro lado, o descarte de edificações que não estavam submetidas ao processo de degradação funcional, onde a paisagem urbana ficou em situação de confusão em relação ao tecido tradicional. Para os arquitetos ,

[Q]uedan definitivamente atrás, por otra parte, algunos principios del modelo fundacional, ya que los edificios públicos, inmersos en un paisaje confuso desestructurados. [...] surge La Plata presenta una diversidad de situaciones urbanas, producto de su condición de una ciudad planificada y, a la vez, cometida a un proceso más o menos espontáneo de crecimiento y desarrollo, sometido a condicionantes de orden socioeconómico, cultural e aún político.<sup>254</sup>

Entre a cidade idealizada e a realizada, era necessário pensar a preservação de uma cidade possível, de forma que a falta de restrições urbanas durante o século XX e, principalmente, no seu último quarto, acabou produzindo a restrição de reconhecimento de outras cidades de La Plata, isto é, de outros momentos de sua história. Deixada sob de um tipo de visão de mundo, o político, o administrador, o planejador, o construtor, e o arquiteto, obliteraram outras representações. O documento enfatiza esse aspecto quando cita que

<sup>253</sup> Se caracterizaram, particularmente por ter melhor na exploração do uso do solo, sacrificando às vezes contra este espírito especulativo, as condições de qualidade de vida emergentes propostas arquitetônicas e de design de qualidade a mesmo e edifícios Construtiva

<sup>254</sup> “Foram definitivamente deixados para trás, por outro lado, algunos principios do modelo fundacional edificios públicos, inmersos en una paisagem confusa e desestructurada. [...] La Plata apresenta uma diversidade de situações urbanas, devido ao seu estatuto como uma cidade planejada e, por sua vez, atravessa um processo mais ou menos espontâneo de crescimento e desenvolvimento submetido às condições de ordem socioeconômico, cultural e até mesmo política.” In ESTUDO, idem, p. 12.

La aparición y generalización del edificio en altura sin una adecuada planificación, respecto a su localización tiene profundas implicancias en la morfología urbana, y produce una primera diferenciación básica entre el centro y el resto del casco fundacional.<sup>255</sup>

Contudo, a tarefa dessa primeira parte do ESTUDO era caminhar na cidade, catalogando sua morfologia, identificando de maneira sistemática os períodos históricos, denunciando em seu processo as inconstantes práticas da política sobre o patrimônio cultural edificado, da ação especulativa do setor imobiliário, da inclusão de La Plata na lista do crescimento desordenado das metrópoles latino-americanas. Não se via ali a cidade “de cima”, como um Ícaro voando pelas águas calmas, como tentava a bibliografia produzida nos anos anteriores, na qual a cidade era vista sempre pelo seu plano, como perfeita por sua retilinidade, traçado e racionalismo.<sup>256</sup>

Diferente de toda a geração de intelectuais que se debruçava sobre La Plata pelo projeto, esquecendo-se que o projeção era uma maneira de manter o distanciamento e que olhar para a cidade era como ver um quadro em condição para o esquecimento, o ESTUDO desenvolvido incide no olhar para as edificações como sua representatividade simbólica, de identificação das coletividades que a erigiram, e da possibilidade de preservação do patrimônio cultural. Estabelece-se, portanto, uma relação orgânica com seu passado independentemente do momento da construção das edificações, pois o que realmente parecia importar era a capacidade de autenticidade não-aurática (GONÇALVES, 1988, p.272), na qual aspectos da permanência eram enfatizados em detrimento do efêmero ou do transitório.

Não obstante, era necessário complementar essa caminhada, pois o orgulho urbano era feito pela imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada (LE GOFF, 1998, p.119). Assim, sonhada por seus habitantes e por aqueles que a traziam à luz, era necessário que o ESTUDO combinasse em sua segunda parte, o processo de organização e classificação, com a proposição final, que seria a inventariação e a proposta de novas leis para efetivar a preservação adequada.

Cabe, entretanto, ressaltar que o grupo da Área de Preservação não se propôs a uma tarefa meramente funcionalista ou administrativa, mas sim a uma verificação das características dos edifícios com o objetivo de proceder uma sistematização da informação,

---

<sup>255</sup> “O surgimento e a propagação de edifícios altos, sem planejamento adequado, respeitando a sua localização tem profundas implicações para a morfologia urbana, e produz uma distinção básica entre o centro e o resto da cidade.” In ESTUDO, Idem. P.13.

<sup>256</sup> Embora não fosse objeto de sua análise, Julio Morosi, em suas análises abarcava a cidade vista de cima e não por dentro, dando a impressão junto de trabalhos laudatórios anteriores a ele, que se tratava realmente de uma cidade ideal sem nenhum tipo de abandono ou transformação.

produzir um novo modelo de inventário e proteger a maior quantidade possível de edificações.

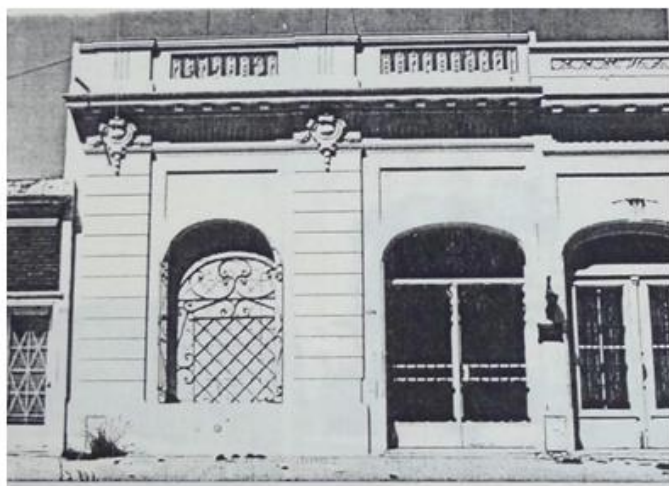


FIGURA 33: Tipos de edificação inventariados e fotografados  
Fonte: ESTUDO MORFOLÓGICO

#### **4.4.3 A Segunda Etapa: diagnóstico morfológico como detenção de elementos de valor histórico, cultural e ambiental.**

Na segunda parte do ESTUDO, houve um levantamento comparativo entre a divisão territorial original e a atual (1987), um estudo sobre o perfil socioeconômico, da localização dos territórios do partido (região) de La Plata, o processo de ocupação das redes de serviço público. Assim, a análise procurou avaliar aquilo que concerne ao casco fundacional (cidade), de la Plata, pois foi nessa parte do texto que se encontram citações envolvendo o tema da preservação, sugerindo mudanças na legislação preservacionista.

Para assegurar, a consulta sobre os censos e as resenhas estatísticas de La Plata dos anos de 1884; do censo do Plano Regulador de Ensenada de 1885, 1910, 1947 e do censo da *Dirección de Estadística* dos anos de 1960, 1970 e 1980 serviram de apoio para a análise econômica a que se deteve a comissão da área de preservação, pois indica que o crescimento do produto interno bruto da cidade, junto das atividades econômicas da segunda metade do século XX, foram fatores relevantes para compreender o processo de ocupação da cidade, a formação das redes de serviço e a transformação da morfologia da cidade como consequência. Em um anexo, existe uma sequência de mapas sobre a trama da cidade, das diagonais ilustrando o texto.

Em uma das primeiras partes da SEGUNDA ETAPA, há uma catalogação das edificações, em que o trabalho avalia a condição das edificações e das áreas. Esse trecho divide-se, primeiramente em: funções, tipologias básicas, variantes e fachadas. Não há, entretanto, uma preocupação com as construções do Eixo Fundacional de La Plata, e sim, como os modelos de casas construídas entre dois recortes de tempo, no primeiro entre os anos de 1882 e 1935 e, no segundo, entre os anos de 1935-1960. Aqui, há uma escolha do que se buscaria inventariar primordialmente, ou seja, a cidade da primeira metade do século XX.

No final da SEGUNDA ETAPA, após a separação por períodos e tipos, transcorre um texto complementando as escolhas devido ao histórico das edificações. No exame das edificações, surpreende que o estudo se propõe a avaliá-las de acordo com a ausência de proteção legal e, de acordo com a importância de serem vestígios, modelos ou marcos construtivos desde o período de fundação. Não se trata de apaziguar, mas de abordar uma história distinta, acompanhada de imagens que convidam o leitor a sensibilizar-se através de

um “passeio” na cidade<sup>257</sup>. Ocorre nas análises a dualidade em promover um exame de uma representação de cidade distinta, buscando evitar sua destruição e a utilização do cunho histórico da edificação para servir como referência para a preservação. Na linguagem da arquitetura, seria preservar pela rede de significados construtivos que os prédios apresentam.

Na terceira parte do trabalho, os pesquisadores separaram as edificações por estilos (forma) e por função, tendo como exemplo mais utilizado as “*viviendas colectiva e individua*”<sup>l</sup>. A partir disso, são feitas as análises mais específicas como casas com pátio lateral, casa compacta, *conventillo*, casa de renda, casa de *chorizo*, casa com galeria, casa com cocheira e, por fim, as fachadas que trazem estilos, indicados pelo ESTUDO, como italiano, francês, *art nouveau*, *art decó*, pintorequismo, neocolonial, similar e outro elementos. Nesse recorte, incluem-se as casas racionalistas, *chalet*, edifícios em altura com o estilismo e purismo nas fachadas. Esses estilos são detalhadamente ilustrados e caracterizados, oferecendo uma visão de cidade através de suas edificações durante parte do século XX, apontando para o fenômeno que ocorreria em 1960, quando

[E]s dable observar uan despreocupación por los aspectos estéticos de los edificios, incluyendo la calidad visual y de construcción de los mismos. Las causas podrean radicar en aspectos económicos, teniendo en cuenta el carácter comercial y especulativo de las operaciones<sup>258</sup>.(grifo nosso)

Na quarta parte, nomeada de “Morfologia Urbana Atual”, de onde sugere propostas para o poder público organizar uma rede de ações preventivas e preservacionistas, para outro conjunto de edificações além das tradicionais edificações do Eixo Fundacional. Isso produz uma comparação entre os aspectos originais da cidade, sua desagregação e a possibilidade de manter esses vestígios através da preservação e reutilização dos espaços. Nesse sentido, utilizam critérios de zoneamento para formalizar as características das distintas áreas, dividindo-as em: 1-Modos de combinação entre os elementos componentes do sistema; 2- A partir da origem e evolução das áreas.

Na quinta e última parte chamada de *Descripción de zonas en el casco fundacional de La Plata*, trata-se de uma síntese apresentada pela Área de Preservação sobre como o poder

<sup>257</sup> Retoma-se um pouco do modelo narrativo da primeira etapa do Estudo.

<sup>258</sup> “É possível observar um despreito pelos aspectos estéticos dos edifícios, incluindo a fabricação de visual e com a mesma qualidade. As causas se situam nos domínios econômico, considerando o caráter comercial e operações especulativas.” In ESTUDO, Segunda Etapa, p.6.



público pode preservar as edificações das áreas, que representavam distintos momentos históricos da cidade.

#### 4.4.3.1 Área de zoneamento como bem cultural: uma orientação de política pública

O reconhecimento de situações diferentes sobre as edificações construídas na cidade e a formação de um plano de áreas permitiriam, segundo as conclusões, um reordenamento urbano, aproveitando os critérios de qualidades ambientais, valores históricos e culturais, que foram definidores pelo grupo para criar as zonas de preservação. Em sua abordagem, explicam os critérios estabelecendo enfaticamente que o trabalho

Deban ser motivo de estúdios particularizados que conduzem a la implementación de programas de conservación.<sup>259</sup>

Assim, na conclusão, exibe-se a catalogação de acordo com os dois períodos abordados entre 1882 e 1935 e 1935-1960. Após, apresenta-se a subdivisão com o histórico desses períodos; após indicam-se os estilos e as formas preferidas das edificações do referido período e, por fim, as comparam com as construções atuais (1987), demonstrando o que já foi destruído e substituído por outra edificação, o que foi conservado e qual seu estado. Daí concluem as Zonas de proteção, conhecidas como zoneamento, servindo para a proteção de áreas maiores que contivessem diversas edificações.

Nesse sentido, algumas conclusões aparecem nessa parte final, avaliando que três situações ocorreram: (1ª) transformação da morfologia lenta, devido ao povoamento, condições técnicas e construtivas dos referidos períodos; (2ª) comparação com a atualidade, indicando a crescente renovação urbana que compreendia a substituição pontual de edifícios antigos por novas edificações e a manutenção de edifícios antigos que se tornaram casas de comércio sem alteração da arquitetura; e por último, (3ª) novamente a caracterização de renovação morfológica, porém desta vez, mais na acusação da destruição das estruturas arquitetônicas significativas ou alterações substanciais da cidade de La Plata.

Esse processo permitiu combinar os elementos estudados da morfologia com as situações de apropriação do espaço, isto é, a aparição de outras características da paisagem

---

<sup>259</sup> “Deve ser motivos de estudos particularizados qua conduzam à implementação de programas de conservação” In ESTUDO, Segunda Etapa, p.8.

urbana, formas de habitar da população em momentos distintos da história do bairro ou da zona marcada de acordo com a composição técnica como formas de ocupação de solo, fachadas, alturas, tipos de arquitetura. Assim, a identificação por áreas permitiu, em um primeiro momento, classificar as edificações através de alguns eixos como:

(1) Tecido Tradicional:

(1.1) sem renovação;

(1.2) com renovação;

(1.2.1) renovação total, dificultando a preservação;

(1.2.2) renovação parcial, sem modificação das características morfológicas gerais e com alteração das distinções gerais, dificultando inclusão na área de preservação.

(2) Tecido Novo (passível de inclusão em área de preservação, em função de encontrarem-se construções do período médio do século XX)

(2.1) em consolidação;

(2.2) totalmente consolidado;

(2.2.1) em curto espaço de tempo;

(2.2.2) em período prolongado.

Dessa maneira, a utilização dos conceitos de conservação e de preservação mantiveram-se presentes como na Primeira Etapa do Estudo defendendo a preservação por áreas culturais e históricas como forma de alcançar um novo modelo de cidade possível. Os elementos dessas áreas se circunscreviam ao traçado, divisão de área, espaços construídos, espaços livres, que produziram uma ideia de conjunto<sup>260</sup>.

A identificação parece caracterizar as áreas/zonas de acordo com o reconhecimento perceptivo que envolviam modos de apropriação tais como: o solo, a altura da edificação e os tipos arquitetônicos, sem criar nenhuma exacerbação sobre valores estilísticos como critério preservativo, e sim como resultado do próprio ato de apropriação da área.

As áreas de zoneamento seriam o resultado da percepção espaço-cultural somadas aos critérios técnicos estabelecidos tais como: seleção das ruas, reconhecimento de qualidades de setores urbanos, composição de fichas-sínteses de cada rua percorrida, organização em fichas-sínteses, organização de um plano-síntese para predeterminação de zonas e confecção de um plano final de zonas acompanhadas das características avaliadas das mesmas.

---

<sup>260</sup> Anexos. Quadros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 7 são os documentos oficiais da Secretatira onde estão os dados da Zonificação atual, tendo como base a configuração do ESTUDO.

Isso permitiria a caracterização mais minuciosa em que

El estudio de la estructura parcelaria y de la relación con espacios construidos y libres permite una mayor precisión en la definición de las zonas[...] coadyuva a la comprensión de situaciones particulares en las que, a partir de la jerarquía de las arterias, tanto a escala urbana como regional se reconoce una incidencia sobre la forma de la ciudad<sup>261</sup>.

Como resultado desse reconhecimento, assim como as observações da documentação, chegou-se a uma definição das zonas, cujos detalhes se davam a partir de uma continuidade de área, mesmo que no conjunto isso não correspondesse de maneira sucessiva. A proposta era analisar distintas cidades sem necessariamente incluí-las em uma apresentação cronológica, e sim em aspectos culturais.

As áreas foram divididas em “Zona A”, que correspondia à extensão cujo tecido urbano havia sido constituído na primeira fase de ocupação da cidade, cujas modificações ocorridas no transcorrer no século alteraram em maior ou menor grau o tecido tradicional. Por ser o limite que mais sofreu transformação, será sobre ela que se incidiram maiores cuidados de preservação.

Se trata de la zona de primera consolidación de tejido urbano en la ciudad. Pasó por procesos importantes de renovación urban con alteración de las características morfológicas generales originales. Constituye el centro de la ciudad[...]<sup>262</sup>

Nas áreas denominadas “Zonas Intermediárias”, também conhecidas como “Zona B”, compreenderiam os setores da cidade que possuíam uma parte de seu tecido urbano tradicional; entretanto, sua consolidação construtiva se deu em períodos posteriores e, assim, com tipologias construtivas novas em relação às edificações do período de fundação da cidade.

Zona originalmente con tejido tradicionak disperso. Complemento a lo largo del tempo, particularmente entre los años 30 e 50. Debido a la presencia del Ferrocarril Provincial existe un sector que presenta una concentración de edificios otogando al mismo un ambiente particular.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> Segunda Parte do estudo, p. 2.

<sup>262</sup> ESTUDO, p. 29

<sup>263</sup> Idem, p.30.

Nas áreas de tecido novo, que correspondem a “Zona C”, encontram-se as áreas que se consolidaram por último dentro da cidade. Trata-se de áreas mais heterogêneas em que conviviam com dois tipos de situações diferentes, obedecendo a períodos e modos de ocupação do espaço urbano distintos. Ocorre a consolidação do tecido urbano realizado no período dos anos de 1940 e 1950, sendo suas últimas áreas ocupadas e construídas na década de 1960 e 1970. Segundo a inventariação, são as edificações de uma zona de maior dispersão do tecido e da presença de intervenções contemporâneas.

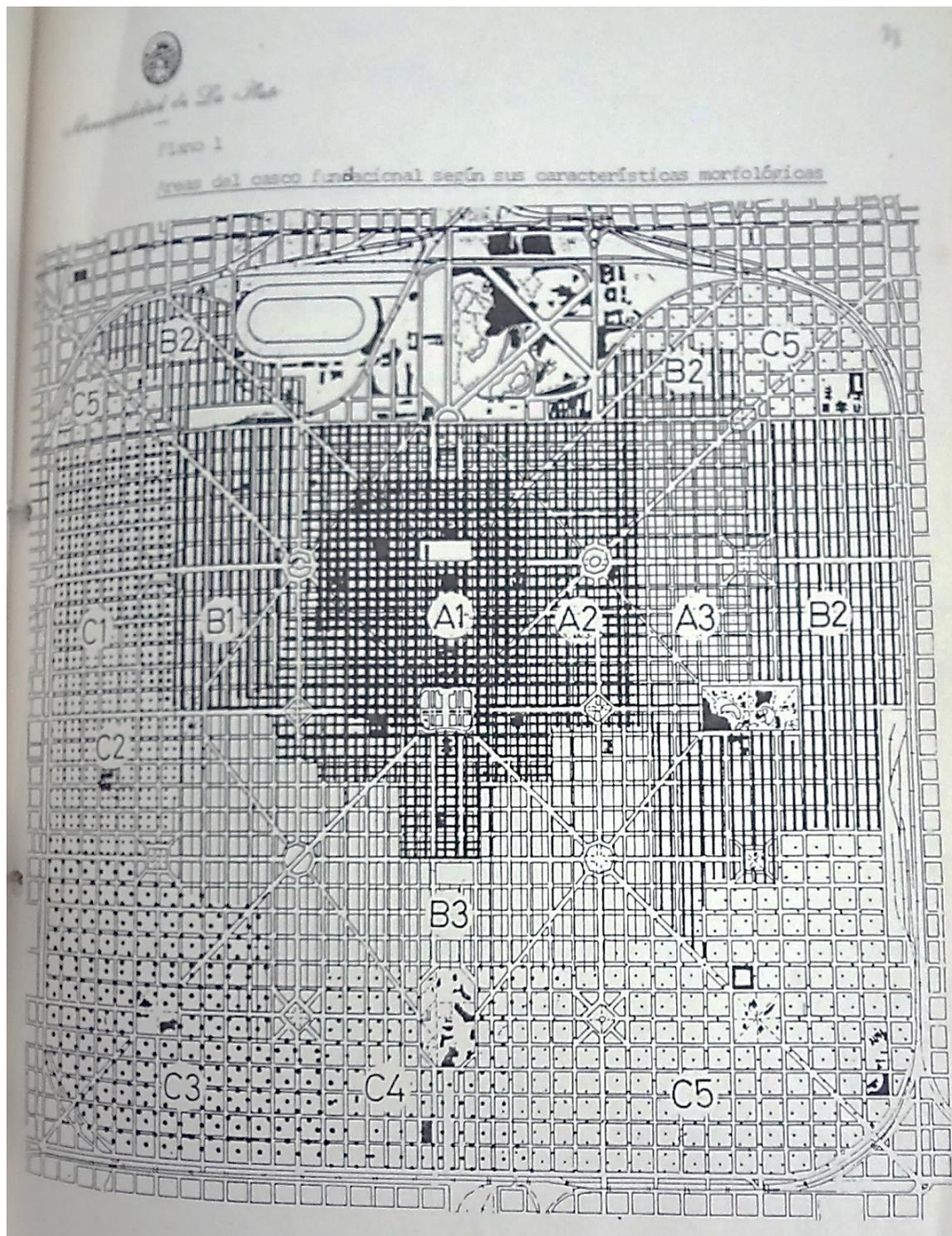


FIGURA 34: Zoneamento de áreas de conservação da cidade  
Fonte: ESTUDO MORFOLÓGICO

#### 4.4.3.2 A criação de área de zoneamento como bem cultural

A conclusão da Segunda Etapa do Estudo buscava dar um maior suporte técnico à proposta geral do trabalho que era a preservação do patrimônio cultural urbano. A realização da limitação de áreas ia ao encontro das orientações internacionais promovidas desde a década de 1960 quando se indicava a necessidade de diagnósticos para a conservação e restauração de bens culturais<sup>264</sup>. Certo de que a identificação e inventariação eram ferramentas relevantes para auxiliar tanto na manutenção, quanto no intuito de cobrar providências na área de legislação patrimonial, o grupo se ocupou em estabelecer um quadro teórico e pressupostos metodológicos de trabalho que pressupunham avaliar o conjunto histórico de La Plata, isto é, na identificação do conjunto histórico e de seu entorno.

O grupo encarregado das operações aborda em sua conclusão o objetivo de apresentar à Secretaria de Planejamento do Município de La Plata um trabalho consistente, que permitisse orientar a política pública urbana, assegurando “una alta calidad ambiental y mejores condiciones de vida”. Assim, o grupo requer a preservação das edificações do século XIX, complementando sua justificativa na defesa do modelo de cidade neoclássica planejada e modelada como um todo.

[E]sto hace que se deba considerar al centro como una area prioritária en lo que concierne a su reordenamento como a la conservación del patrimonio urbano arquitectónico.<sup>265</sup>

Nesse projeto incorporam-se à inventariação áreas marginais ao organismo central urbano, em razão de o grupo entender que simbolizavam distinta contribuição cultural de outras áreas urbanas. A consideração sobre identidade edificada de La Plata sugeria uma pluralidade construtiva; entretanto, isso significava algo mais denso, na medida em que o ESTUDO propunha, além do patrimônio histórico monumental, a preservação do patrimônio cultural. Nessa perspectiva, os valores culturais permitiriam, segundo o texto, examinar outras

<sup>264</sup> Documento da UNESCO. Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios – Veneza, 1964 In. Cartas Patrimoniais, Brasília: IPHAN, 1995.

<sup>265</sup> “ Isso faz com que se deva considerar o centro como área prioritária em relação ao seu reordenamento como a conservação do patrimônio urbano arquitetônico” (Tradução Nossa) In ESTUDO, p. 23.

realidades dentro do quadro urbano. Isso se caracterizava em uma mudança de mentalidade global iluminística, da preservação, para uma visão de lógica cultural<sup>266</sup>.

A análise dessas conclusões permite avaliar que as novas abordagens estavam conexas às influências do Colóquio de Quito<sup>267</sup>, em que se objetivava recuperar centros históricos para uma agenda turística. No caso de La Plata, a ideia de zoneamento incluía o turismo, assim como uma pauta futura, a indicação pelo Estado à “Lista do Patrimônio Mundial”<sup>268</sup> da UNESCO<sup>269</sup>.

Para efetivar a proteção tão plural e com o intuito de tornar a cidade conhecida por seu traçado, entretanto, havia entraves, e o documento recupera as problemáticas que estavam indicadas no transcorrer do próprio ESTUDO. Dentre elas, adverte-se sobre as alturas possíveis para cada área evitando a destruição do conjunto, apontando a adequação dessas alturas aos critérios de uso do solo. Assim, balizava a importância dada à legislação como um instrumento fundamental para as políticas públicas de preservação do patrimônio arquitetônico e, em particular, referia-se à alteração da legislação sobre os edifícios da esfera privada, pois também eram relevantes no quadro preservacionista.

Prevedo o debate sobre o direito privado do imóvel, tenta incidir sobre as áreas o aspecto histórico e cultural da cidade. Tratava-se da tomada de decisão estratégica, que não se resumia apenas às edificações do tradicional Eixo fundacional, mas ampliava a rede de significados numa clara tentativa de aliar o aspecto sentimental às questões de ordem legal. Nesse sentido, o grupo listava uma série de edificações dentro das áreas/zonas delimitadas pelo critério de valor histórico, cultural e ambiental, levando em conta a coerência construtiva e sua historicidade, sugerindo do texto de conclusão que a cidade pudesse encontrar novas maneiras de formar sua identidade histórico-ambiental.

Contudo, o relatório, utilizando os critérios de valoração histórico, cultural e ambiental faz uma relação de edificações nas áreas de zoneamento que deveriam ser incluídas na política pública de preservação patrimonial. A lista de edificações foi dividida em algumas

---

<sup>266</sup> Carta de Machu Picchu. Encontro Internacional de Arquitetos, dezembro de 1977. In. *Idem*, p. 273.

<sup>267</sup> Colóquio Internacional de Quito, UNESCO, 1977.

<sup>268</sup> Esse processo foi criado pela UNESCO, em 1972, na cidade de Paris, onde se produziu a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Considerava-se desde então a necessidade de adotar novas disposições que estabelecessem um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural.

<sup>269</sup> Projeto desenvolvido desde o ano de 1982 pela organização CEPA, sob coordenação do arquiteto Rúben Pesci e do poder público da Província de Buenos Aires através da Secretaria de Estado e Transporte e Obras Públicas e Subsecretaria de Ordenamento Ambiental sob Coordenação dos arquitetos Héctor Alcides Echechuri, Mabel Jimenez e Daniel Pini. O resultado desse estudo foi publicado na Revista *Preservación de La Plata*, n° 56 de outubro de 1980 indicando a análise geral do traçado urbano. Esse processo foi criado pela UNESCO em 1972, onde, na cidade de Paris, se produziu a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Considerava-se desde então a necessidade de adotar novas disposições que estabelecessem um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural.

categorias, dentre as quais havia edificações públicas, vinculadas a administração, culto religioso, educação, saúde e cultura correspondente ao período fundacional; edifícios privados, em geral ligados às casas comerciais, concluindo alguns que não cumpriram sua função original (cultural) e que deveriam ser de domínio público; e, por último, setores com edificações público-privadas que apresentavam diferentes aspectos “morfo-tipológicos”, o que pode ser traduzido como novas abordagens pelo critério de conjunto cultural. Em geral, tratava-se ainda de edifícios construídos na década de 1930, demonstrando certa preferência pelo grupo do departamento de patrimônio no qual o relatório considera

(...)que los elementos detectados deben servir como referentes para los futuros planes de reordenamento del área. Muchos de ellos son reconocidos a nivel comunitario y forman parte de la identidad de la ciudad.<sup>270</sup>

Embora as edificações da cidade fundacional, do século XIX, permanecessem como item da preservação, mudava-se a interpretação sobre essas edificações. Afinal, o conjunto de edificações era o resultado das decisões políticas tomadas em determinado contexto histórica de La Plata. Assim,

[O]tros, menos conocidos o considerados, deben ser items de un plan de difusión, a efectos que la comunidad pueda tener un conocimiento más cabal y completo del patrimonio arquitectónico de la ciudad.<sup>271</sup>

Na ampliação das análises, o inventário patrimonial que se encontrava anexado à conclusão do ESTUDO era uma lista adaptada<sup>272</sup>, em forma de registro sistematizado, podendo servir às autoridades, aos profissionais e à comunidade em geral para a elaboração de planos de reordenamento de área e preservação. Nele, constavam um total de 79 edificações considerados, pelo grupo, de valor histórico, cultural e ambiental e, para que na hipótese de mudança da legislação, incluir-se-ia automaticamente na lista de proteção oficial. Bastava, entretanto, a modificação das leis e normas. Esse seria o primeiro inventário constituído por áreas e zoneamento, com edificações que incluíam o Eixo Monumental e ampliavam a

<sup>270</sup> “(...)os itens detectados devem servir de referência para os planos futuros de reordenamento da área. Muitos deles são reconhecidos como a nível comunitário e formam parte da identidade da cidade.” In ESTUDO, 1987, conclusão, p.7.

<sup>271</sup>“Outros, menos conhecidas ou consideradas, devem ser itens de um plano de divulgação, a fim de que a comunidade pode ter pleno conhecimento do patrimônio arquitetônico da cidade.” In. Idem, p.8

<sup>272</sup>

categorização, tendo sido desenvolvido com aprofundamento técnico e defendido sob a concepção de categoria de entendimento humano, o que dava a essas edificações a perspectiva cultural, motivo pelo qual a preservação era importante.<sup>273</sup>

A comissão julgava ser interessante efetuar a proteção orgânica do patrimônio cultural de La Plata e, para isso, era indispensável dispor de uma catalogação de bens culturais edificados, pois unia-se a uma base normativa definida, em que todas seriam protegidas<sup>274</sup>. Isso esteve, até certo ponto, coordenado pelas metodologias de proteção internacional, de tal maneira que os próprios profissionais que estudavam a cidade estavam em constante formação.

Fica claro que, no texto do ESTUDO, existe uma defesa da cidade como o resultado do entrelaçamento de temporalidades e pluralidades diversas. Cada uma com termos próprios de idealização.

Como já indicado anteriormente, ele seria o ponto de chegada de uma consciência preservacionista que principiava com os primeiros códigos, mas que se ampliou com o trabalho da UNLP da década de 1970, aprofundou-se com o sentimento causado pela destruição do Teatro Argentino e esteve relacionado à ufanía do centenário do aniversário da cidade. Seria também o ponto de partida para uma nova abordagem do patrimônio histórico cultural edificado, servindo de ferramenta para exigir mudanças na legislação, aplicando a concepção de área e zoneamento ao conjunto edificado da cidade. Isso justificaria a indicação de La Plata à lista da UNESCO, mas sobretudo seria um demarcador de fronteira ao atribuir a outros elementos da cidade, em seu patrimônio edificado, novas funções de representação, que constituía uma nova memória para os platenses.

---

<sup>273</sup> Compreendida aqui como rematerialização da cultura em favor de noções abstratas como, estrutura social, sistema simbólico, às paixões, ao reconhecimento e reflexividade.

<sup>274</sup> O Trabalho de inventariação das zonas hoje, chaga há mais de 3 mil edificações.



## 5. CAXIAS DO SUL: O PATRIMÔNIO EM PROCESSO

*Jamais houve uma época que não se sentisse moderna[...] e não acreditasse estar diante de um abismo iminente.*

*Walter Benjamin*

A Colônia Caxias, surgida de um projeto oficial do governo Imperial que, juntamente com o governo provincial, decidiu povoar a região de terras devolutas situadas na encosta superior da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul ainda em 1873 (MACHADO, 2001, p.44) foi urbanizada depois da desistência do projeto eminentemente rural da região.



FIGURA 35: Mapa do Brasil (acima) com destaque ao estado do Rio Grande do Sul  
Mapa do estado com destaque a região Nordeste (abaixo) onde encontra a cidade de Caxias do Sul  
Fonte: Construindo uma cidade.

Após a divisão em léguas, o território era destinado ao povoamento, procedendo a divisão em lotes, cujas dimensões variavam com a geográfica do terreno. Assim, Caxias seria resultado de uma das 17 léguas quadradas. As léguas eram divididas em travessões e estes em linhas. O trabalho de demarcação seguia a norma de dividir os travessões, traçar as linhas dentro dos travessões que constituíam caminhos estreitos no meio da floresta e em todos os acidentes do terreno (Ibid, 2001, p.48). O terreno era dividido em lotes coloniais, de forma retangular, medindo 200 a 250 metros de frente por 1.000 a 1.250 metros de fundo.

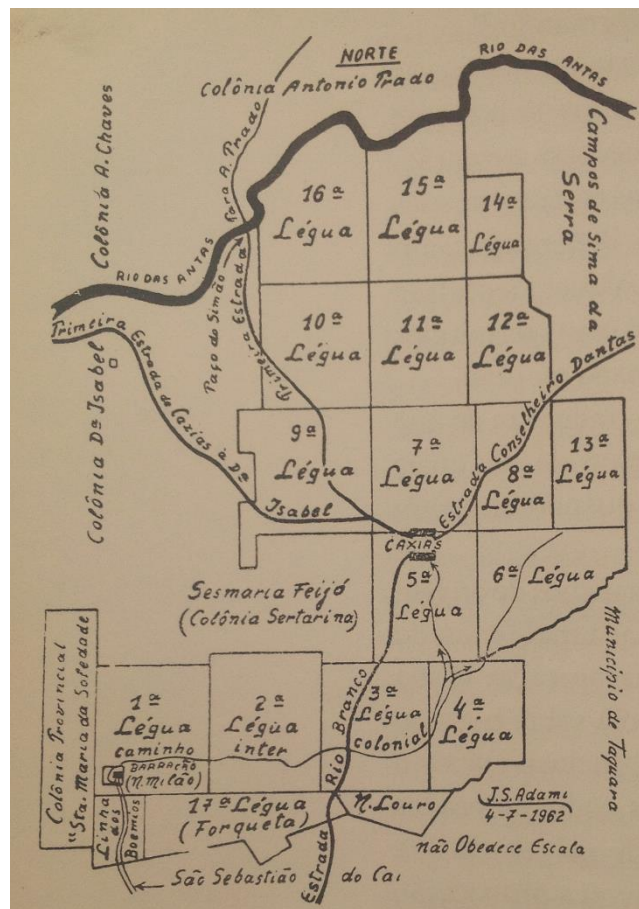


FIGURA 36: Mapa da divisão das léguas/região  
Fonte: João Spadari Adami.

Feita a instalação dos primeiros edifícios, a Diretoria da Colônia passou a administrá-la, em ajuste à legislação vigente, sem que houvesse qualquer interferência ou participação dos imigrantes nas decisões tomadas. Cabia a Comissão de Terras, órgão representativo do Governo, o cargo de planejar a formação do núcleo urbano de impositivamente. Essa relação simbólica comprova as relações de poder em que determinado grupo social aplica sobre os demais sua visão de mundo constituída, por vezes, de elementos prévios ao próprio grupo.

Desta maneira não houve sobre ele a preocupação política e cultural para substituir nenhuma outra capital ou ser referência internacional de projeto e embelezamento. Servia para

acomodar trabalhadores europeus que passaram a desenvolver em seu dia a dia a construção do espaço construído e dando contornos favoráveis em direção de uma organização urbana, que estivesse de acordo com os parâmetros da província, por vezes da capital, Porto Alegre.

O traçado original, que tinha a forma de tabuleiro, foi sendo conservado pelas autoridades municipais à medida que foram se dando as ampliações destinadas ao prolongamento das ruas já existentes e à abertura de ruas novas. Era uma cidade que ia sendo feita conforma a demanda dos agentes que a integravam. Esse tabuleiro, também conhecido como rede romana, constituía-se em ruas retilíneas e dali seriam constituídas as diversas edificações de onde cem anos mais tarde se versaria em preservá-las.

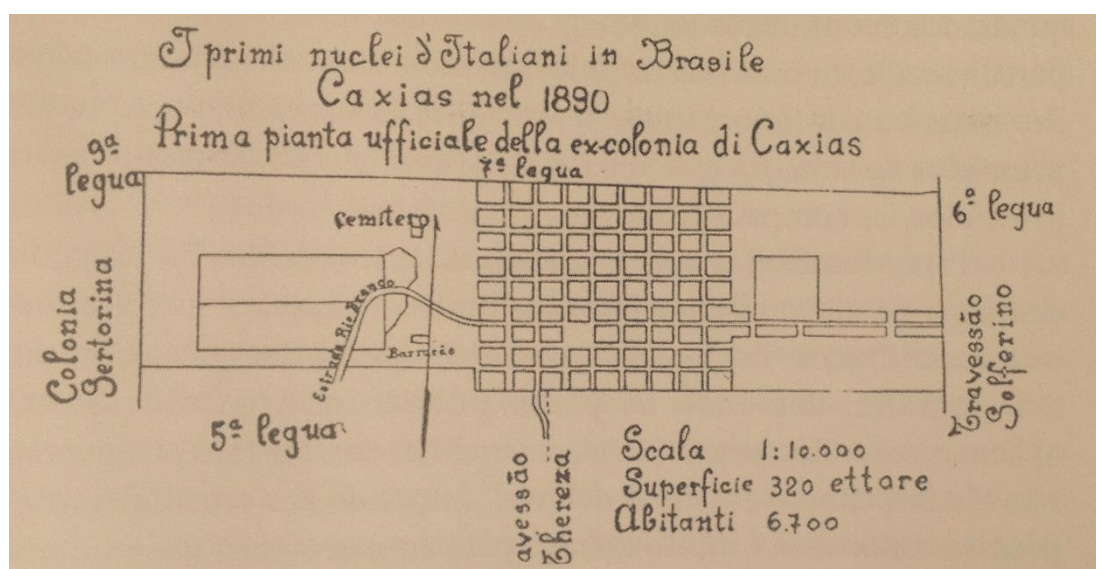


FIGURA 37: Planta da Sede Dante  
Fonte: João Spadari Adami.

Assim, a problemática da intervenção sobre os conjuntos urbanos oferecidos no modelo de inventariação das edificações do final do século XX à luz da transformação da hipermodernidade apresenta-se, como já exposto, em um conjunto de normas, organização teórica e estudo morfológico que, como modelo discursivo, serviu de instrumentos para salvaguardar **alguns exemplares** da cidade fundacional no intuito de produzir uma segurança identitária frente aos fluxos ininterruptos da lógica da mercantilização. Lógica essa avaliada sob o espectro da hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2008, p.10).

Elas, as edificações presentes no inventário de 1986, se tornaram uma forma de proceder uma leitura do mundo, que *a priori* parecia necessitar de uma âncora para determinados grupos sociais que formavam o pensamento preservacionista de Caxias do Sul na direção de um porto seguro frente ao vendaval hipermoderno.

Em outras palavras, no fim do século XX, aprofunda-se em todo o Ocidente a cultura da tecnociência, do mercado, do indivíduo, das mídias, do consumo; com ela, uma infinidade de novos problemas que põem em jogo tanto as questões globais como as existenciais, dentre elas a identidade e a crise dos sentidos, da vida social e da qualidade de vida dos indivíduos. Trata-se, contudo, de compreender a preservação do patrimônio edificado como construção cultural, com novas interpretações sobre a conservação, a preservação, o tombamento e a revitalização dos conjuntos urbanos.

O ponto de partida também equivaleu ao estudo da morfologia urbana como sugestão de intervenção e modelo de gestão da cidade para o qual o instituto do patrimônio tentou preservar as heranças chamadas de traços evolutivos. Esses elementos urbanos, de diferentes períodos históricos da cidade, tanto em La Plata, quanto em Caxias do Sul, serviram para medir como as culturas locais produziram resistências, reinterpretando seu passado na tentativa de reorganizar seu presente.

Este capítulo tem o propósito de analisar o processo da preservação do patrimônio histórico edificado da cidade de Caxias do Sul de 1974, véspera do Centenário da Imigração Italiana na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, até 1994, data em que ocorreu o incêndio do Cineteatro Ópera, um dos mais significativos símbolos da luta preservacionista na região. Inexistem referências sobre a temática da preservação de edifícios em Caxias do Sul antes de 1974, tampouco estudos aprofundados sobre o próprio aspecto da urbanização. Assim, a maneira como parte da população passa a compreender seu aspecto cultural como fator preponderante de preservação e mediante as novas gestões de cidade ocorre de forma inadvertida às vésperas do centenário de imigração que marca o povoamento do núcleo colonial<sup>275</sup>.

No final da década de 1970, entra em pauta um novo modelo de gestão de cidades onde se incluem a recuperação e a criação de determinados símbolos valorativos para efetivar uma marca. Embora a gestão de Caxias não tivesse qualquer alusão mais aguçada desse modelo, o caráter simbólico foi um elemento relevante que serviu de mecanismo para construir a imagem da cidade de Caxias do Sul como resultado de um modelo progressista de sociedade, associado à mítica do trabalho árduo, da disciplina e do ordenamento, numa quase ética protestante em uma comunidade de princípios católicos. Era necessário pensar em

---

<sup>275</sup> Cabe destacar que não foram encontradas referências sobre debates e políticas preservacionistas, embora já tivessem sido encontradas referências sobre a demolição de edificações na região central de Caxias do Sul, na década de 1960 como indica as pesquisas diletantes do pesquisador caxiense João Spadari Adami, em sua obra a História de Caxias do Sul.

alegorias e resgatar supostas origens. Nessa difícil tarefa, anterior à comemoração da fundação da cidade a partir do fenômeno imigratório, dá-se, apressadamente, a preservação e aurificação de uma edificação local: a Casa de Pedra.

Assim, o capítulo parte da análise do caso da busca do patrimônio, trazendo uma avaliação de como as políticas públicas foram utilizadas de formas distintas em relação à reforma do Monumento do Imigrante, um exemplo de monumento construído para fins de produção de um tipo de memória.

Em um segundo momento, avalia-se o processo de conscientização da preservação do patrimônio através de grupos ligados a Universidade de Caxias do Sul, ao IPHAN e a um determinado grupo ligado à secretaria de cultura do município que travaram um debate sobre a preservação de outras edificações, eleitas como portadoras de significados antropológicos para a cultura local.

Nesse sentido, coube analisar o embate pela preservação da edificação que seria mais tarde o Arquivo Histórico Municipal e do edifício da Cantina Antunes como práticas de patrimônio que reconstituiriam-se a noção de referência cultural, ampliariam a ideia de patrimônio e retomariam a sugestão de Mário de Andrade, diversificando o olhar patrimonial para os fazeres da produção cultural de grupos ainda não apreciados pelas autoridades de patrimônio até aquele momento. Foi com esse momento que se inaugurou uma nova acepção de preservação a qual iria durar até a metade da década de 1990, com a destruição do Cineteatro Ópera.

Na terceira parte, o capítulo buscou abranger como surge a legislação, qual departamento oficial foi organizado para a seleção de edificações e como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), representando o poder público da União, estabeleceu-se como influenciador das novas políticas públicas de gestão. Para isso, a última parte do capítulo pondera sobre o levantamento extraoficial sobre a morfologia urbana de Caxias, organizado pelo departamento Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) que foi utilizado como indicador para as futuras políticas públicas preservacionistas. Isso serviu para formar a concepção preservacionista, além da compreensão dos contextos políticos e econômicos que influenciavam as ações do poder público na cidade.

## **5.1 A RENOVAÇÃO URBANA E A CONSERVAÇÃO**

A experiência vivida pelos imigrantes provindos da Itália, no final do século XIX, para a região nordeste do estado do Rio grande do Sul mostrou-se adversa a utopia do país da

*cocanha*. Um século mais tarde, a visão de mundo dos grupos que planejavam e exerciam seu poder sobre a materialidade constituída da urbanização da cidade passaram a divergir sobre a função da mesma. Longe de se constituírem em homogeneidade; o pensamento sobre a preservação das edificações da fundação do núcleo colonial e do período de cidade, tiveram uma cisão.

A região, onde hoje se encontra a cidade de Caxias do Sul, iniciou sua formação urbana com a chegada do excedente populacional provindo do norte da Itália no final do século XIX (NASCIMENTO, 2009, p.80)<sup>276</sup>. A massa populacional pobre, advinda da crise econômica europeia, estabeleceu-se na encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul, sendo regida por princípios determinados pela Lei de Terras 601, de 1850 e complementados pela Lei Provincial, que constituía a carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Pode-se considerar acerca desse grupo, que se formou uma cultura híbrida (HALL, 2005, p. 89)<sup>277</sup>, se levar em conta que não buscavam recuperar a identidade da pátria da qual saíram nem pertencer à pátria que os recebeu, afinal não participaram da organização da nação recém-criada<sup>278</sup> da Itália tampouco tinham reconhecimento político do governo regional, que chamavam de brasileiros (descendentes lusos).<sup>279</sup>

Desde o início da colonização, o desenvolvimento da economia local tinha estrita ligação com o cenário nacional e internacional na medida em que o mundo capitalista ocidental gerava condições de perpetuação de um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico. Essa economia passou pelo processo clássico de desenvolvimento e adequou-se às exigências impostas pelo sistema em suas fases industrial, monopolista e flexível (HERÉDIA, In: GIRON e RADÜNZ, 2007, p. 90).

---

<sup>276</sup>As três colônias instaladas na Serra do Rio Grande do Sul tiveram “tempos” diferentes em seu processo urbanizador. As sedes tiveram desenvolvimentos desiguais, já se pode ver anteriormente. A sede da Colônia Conde d’Eu foi medida e demarcada pelo agrimensor Alfredo Augusto de Azevedo em 1876. A Colônia Dona Isabel, em 1879, ainda não tinha sua sede com planta. E a Colônia Caxias recebera o projeto que norteou a ocupação definitiva de sua sede no final de 1878.

<sup>277</sup>. Culturas que têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de natureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Estas populações são produções das diásporas criadas pelas migrações. Elas devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas. Elas não são constituídas totalmente nem pela cultura que abandonaram em sua terra de origem e também não são aceitos completamente na terra em que povoam. São novos tipos de identidades produzidas na era da modernidade tardia.

<sup>278</sup> Houve a unificação dos territórios da península itálica em 1871 e ainda iniciou o processo de formação do mercado nacional, de transformação nas relações de produção, de separação entre a atividade agrícola e industrial e da diferenciação no desenvolvimento econômico entre o Norte e o Sul da Itália. IOTTI, 2001, p.25.

<sup>279</sup> A administração do novo município nos primeiros tempos era realizada por funcionários públicos designados pelo governo provincial. A partir de 1890, criou-se a junta governativa, também composta por representantes dos imigrantes. Os primeiros intendentos de Caxias do Sul tinham que ser indicados pelo governo da província.

Sob o ritmo do crescimento comercial e industrial, mesmo que incipiente, a cidade sempre esteve associada aos melhoramentos urbanos<sup>280</sup> que geravam distinção entre seus pares. A preocupação em enfatizar a imagem de espaço moderno a partir das edificações de regiões centrais pode ser observada nos álbuns, fotos oficiais e registros diversos<sup>281</sup>, em que os agentes locais pensavam o espaço construído como símbolo da prosperidade da economia local.<sup>282</sup>

Houve diversas fases da trajetória da economia do município. A primeira caracterizou-se por um regime de subsistência e de manutenção familiar; a segunda abastecia o mercado regional e nacional; já na terceira, houve a integração dos anteriores resultando na construção de uma indústria de perfil tradicional, que possibilitava o acúmulo de capital entre os comerciantes (HERÉDIA, op.cit. p. 91). Decorrente deste, houve a ampliação da cidade, o fortalecimento de um sistema financeiro local, a criação de associações e o embelezamento da rede urbana e suas edificações.

Nesse processo de transformação da urbe como se apresentou, tratou-se de definir o modelo adotado de organização urbana, bem como as edificações que estavam nas regiões desse planejamento, demonstrando uma distinção que mais tarde estaria presente no processo de preservação patrimonial. Em relação à transformação da cidade, Caxias foi produto ao de um tipo de “Plano Discurso” (MARICATO, 2013, p.136). Se a elite brasileira possuía condições, junto poder republicano entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, de repensar o conjunto de regras urbanas que deveriam ser implantadas, pode-se avaliar que nos planos, frequentemente, ocorriam referências aos *melhoramentos* e ao *embelezamento* das cidades. Percebe-se ainda que o modelo das cidades do século XX, conforme a visão de mundo daquela época, perseguiram um modelo de visão progressista, tendo sido sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro (VILLAÇA, 1999, p.193), marcado pelo modelo da capital francesa.

---

<sup>280</sup> Relatórios da Intendência 1893, 1920, 1927, 1948. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Os diversos códigos de postura pesquisados levam em conta o embelezamento da região que hoje é o centro da cidade como fruto de uma cidade organizada e em constante progresso. A ideia, segundo o poder público, era a de que o crescimento econômico deveria se refletir no espaço urbano. Ex.: Todo o percurso da Av. Júlio de Castilhos até a Estação ferroviária tinha que ser macadamizado e pavimentado. Em alguns álbuns desse período, eram registradas fotos das edificações que naquele momento destacam o “progresso” da cidade.

<sup>281</sup> Inúmeros relatórios de intendentes e álbuns organizados sobre a Festa da Uva trazem fotografias apenas de edificações centrais da cidade com legendas que salientam a *modernidade da cidade*, como se ela estivesse em constante progresso. Pode-se inferir que as a preocupação dos habitantes era de esquecer-se do passado pobre que se apresentava nas edificações de madeira e pensar o espaço como legitimador do desenvolvimento local.

<sup>282</sup> Álbum da Festa da Uva 1954, 1958. Acervo particular. Contém diversas fotos apenas das edificações do centro da Cidade com legendas destacando a “*cidade hodierna*”.

Assim, no período imperial, o modelo de colonial estava envolvido em certas normas e padrões que privilegiavam o racionalismo, de raiz Iluminista, mas auferiu determinadas especificidades quanto ao caráter de embelezamento e do padrão funcionalista que promovia a especulação imobiliária e a ocupação privativa do solo. Essa matriz, embora de inspiração agregadora, foi capaz de destruir parte da vida cotidiana e excluir parte da população quanto do sistemático desaparecimento de seus vestígios.

De maneira geral, o processo de urbanização de Caxias do Sul estava associado aos ciclos econômicos que distinguiram sua evolução desde a fase inicial de ocupação de terras, marcada por atividades primárias, até a fase industrial e de prestação de serviços. Foi na segunda metade do século XX que a parte do dinamismo da economia local se associou às exigências do modelo desenvolvimentista brasileiro, em especial do governo Juscelino Kubitschek, balizadas pela promoção de um crescimento da economia e da industrialização (HERÉDIA, op.cit. p. 92). No Brasil, havia um empenho de internacionalização da economia representado pelo modelo econômico associativo dependente, o que estimulou a acumulação de capital e a expansão industrial, beneficiando diretamente a economia regional.

Isso explica por que a transformação da urbe ocorreu de forma constante. Frente à melhoria do espaço, fosse público ou privado, construía-se um recinto cultural frutos das relações com o meio físico: técnicas, sentimentos, valores, hábitos, costumes, utensílios, ritos e símbolos se imbricavam e se alteravam delineando o lugar (CARDOSO, 1996, p. 23).

Igualmente, Caxias do Sul tinha sua arquitetura constantemente modificada, e sua imagem constituída a um modelo de característica moderna, gerando em parte da população afirmação de uma cidade com imagem moderna. Essa imagem se constituía na medida em que as atividades culturais, associadas ao modelo de desenvolvimento econômico da cidade, organizavam um padrão de cultura, o qual era transmitido através de festividades, atos legislativos e publicações comemorativas suscitando sobre todas as partes da cidade, incluindo sobre suas edificações centrais, uma rede de significados que pela reprodução passaram a ser as únicas maneiras de representação da cidade. Sendo a cultura um sistema de concepções herdadas, suas formas de expressão simbólicas foram utilizadas para perpetuar, desenvolver e comunicar determinados conhecimentos e atitudes sobre o cotidiano, sobre a vida (CHARTIER, 1990, p.67).

Portanto, a memória sobre as edificações não era alvo de política preservacionista, quiçá nem o conceito de salvaguarda era ajuizado pois, por um lado, o controle do Estado sobre o patrimônio se dava apenas sobre as cidades que continham reminiscências do passado colonial português ou outros que, de alguma maneira tinham relação com o projeto de



identidade brasileira. O projeto de Caxias era ainda, na segunda metade do século XX, o de embelezamento. Por outro lado, a crescente modificação dos prédios que compunham a região central da cidade passou a ser requerida por seus habitantes que ambicionavam atualizar seu espaço, sem levar em conta as condições de salubridade.



FIGURA 38: Praça Central de Caxias do Sul, década de 40  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

Isso não explica por completo, mas relaciona-se com o esquecimento dos vestígios da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul até a década de 70, haja vista que o dinamismo da vida em sociedades complexas na segunda metade do século XX constitui um fator de mudanças que provocou um novo olhar para o patrimônio cultural, bem como dificultou a política de preservação.



FIGURA 39: Hotel Bella Vista, construção da década de 1930-40  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

O primeiro registro local sobre a necessidade de preservação, mesmo que principiante, encontra-se nos registros sobre a história de Caxias do Sul de João Spadari Adami (ADAMI, 1864-1970)<sup>283</sup>. Nesta, o barbeiro-historiador, que realizava pesquisas sobre diferentes aspectos de cidade de Caxias, apresenta uma visão evolucionista-progressista da urbe. Junto a uma série de fotografias dos edifícios, demonstrando a transformação de um sítio pobre para um uma localidade próspera.

Na comparação de diferentes locais em distintos momentos históricos, utiliza-se de uma linguagem laudatória junto às edificações, como se as mesmas fossem o resultado do desenvolvimento incessante de Caxias do Sul. Entretanto, o impacto gerado pela onda de modernização da cidade também suscitou uma indicação de Adami sobre a necessidade de cuidar do prédio onde ficou estabelecida a Intendência da cidade no início do século<sup>284</sup>.

A preocupação foi relatada em artigo do jornal O Pioneiro sob o título: *Mais um prédio histórico que tomba*.<sup>285</sup> Já se pode notar no título de seu artigo que a utilização do termo *prédio histórico*, comporta importantes fatores: primeiro, tal como ocorreu em La Plata, a noção de histórico remonta à percepção de tempo que a cidade já projeta em si como resultado de processos e de onde já é possível enumerar alguns desses vestígios como marcas de um determinado período.



FIGURA 40: Banco do Estado da Província, 1947  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

<sup>283</sup> 1º Tomo. Caxias do Sul, Editora Paulinas, 1971. Embora não fosse um historiador com formação nem tivesse rigor metodológico, este barbeiro foi uma das poucas pessoas que se dedicaram à pesquisa sobre a cidade. Seus relatos foram publicados em três tomos. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>284</sup> *Idem*, p. 366. A edificação foi destruída na década de 60.

<sup>285</sup> Periódico local da cidade. Jornal O Pioneiro. 30/03/68. p. 2. A expressão “tomba” neste artigo significa ser destruído. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Em um outro momento, faz menção à modificação urbana em constante processo de alteração. Aqui algo importante do padrão cultural se ressalta em ambas cidades que servem de objetos a esse estudo, pois demonstram um padrão cultural no qual existe um favorecimento ao novo, da valorização do moderno, acompanhado por certo desprezo por aquilo que é denominado de antigo<sup>286</sup>.

O tema relativo à memória sempre foi retomado de forma pueril às vésperas dos aniversários da imigração, 25°, 50° ou 75°. Ocorreu, no entanto, devido à amplitude das propostas advindas da matriz econômica, das alterações das ações dos grupos internacionais e das políticas de Estado, uma rearticulação turística que coincidiu ao centenário da “Imigração Italiana” em 1975<sup>287</sup>. Até então, a atitude de esquecer edificações de características rústicas, de material simples como as casas de madeira do período inicial do núcleo urbano, era comum entre os planejadores das “gerações modernas” da cidade, afinal a compreensão era de que a cidade deveria ser eficaz, e seus administradores deveria eliminar quaisquer vestígios que fossem tomados como inúteis ou que oferecessem perigo às obras de qualquer espécie, vinculadas à lógica do capital imobiliário. O resultado era uma cidade verticalizada dentro de um processo de fragmentação do “antigo” para dar lugar ao “novo”, correspondente ao moderno. Segundo a Profa. Maria Abel Machado,

[N]ão houve tempo para a preservação, porque o progresso tinha pressa. Uma cidade foi sendo construída em cima da outra, destruindo ou modificando a anterior e delineando uma nova paisagem. Assim, o crescimento da cidade se deu com o sacrifício do seu passado, e a leitura de sua história através das edificações se perdeu com *sua* destruição.<sup>288</sup>

Esse período marca a transição para o momento da verticalização da cidade abarcando a malha urbana e suas edificações como representações do desenvolvimento econômico.

---

<sup>286</sup> Ambas enfatizam seu caráter de memória local, em que era possível lembrar-se do passado, o que ofereceria uma imagem de estabilidade e permanência. Dessa maneira, a questão das edificações e sua relação com a memória local são retomados, na medida em que se aproxima o centenário da imigração italiana, de onde determinados grupos urbanos buscam, primeiramente, na preservação do patrimônio, o fortalecimento da identidade local.

<sup>287</sup> Embora os estudos referentes a esse assunto comprovem que o conceito de progresso é controverso, as direções políticas e a própria população envolvida com as festas, desfiles, reportagens preferem mantê-las como forma de distinção e de organização dos eventos. Possivelmente, isso esteja conectado à questão comercial, do incipiente processo da indústria cultural e turística que o poder público e a iniciativa privada criaram no decorrer dos últimos anos, levando em consideração apenas trabalhos laudatórios de posituação do mito do herói desbravador. Assim, neste trabalho, a expressão *progresso* deverá ser mantida, não porque seu autor concorde, mas porque não se trata de objeto de dissertação e o significado adotado endossará a tese acerca do discurso do patrimônio como forma de distinção entre as demais.

<sup>288</sup> MACHADO, 2001, p. 319. Trata-se da tese de doutoramento na USP com orientação da Profa. Maria Ligia Prado sobre a construção da malha urbana de Caxias do Sul de 1875 até 1950.

Desde a primeira metade do século XX, somando-se na função original de escritório ou habitação, o edifício alto era o elemento dominador na forma urbana contemporânea e torna-se elemento de identificação com o progresso<sup>289</sup>.

Possivelmente, isso se credita porque a realidade social e econômica da década de 1970 tinha nuclear representação de modernização urbana ligada à produção industrial. Foi a geração de arquitetos-construtores que, influenciadas por “proto-Brasílias” foram responsáveis por projetar incessantemente edificações como signo (hiper)moderno da realização das esperanças. Entretanto, o resultado foi o acúmulo de deficiências no mundo modernista, onde a subjetividade, a interioridade, a comunicação e o diálogo foram ameaçadas (BERMAN, op.cit, p.14). Corroborando repetição do século XIX, num cotejo a descrição de Walter Benjamin sobre o resultado do progresso e desenvolvimento, descreve em *Angelous Novus*

[O] anjo da história tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros. Uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade<sup>290</sup>

Essa citação refere-se à ruína da realização da vida moderna pela via do progresso, tornando-se uma alegoria do fenômeno urbano ocidental entre os séculos XIX e XX. Percebe-se que frente a um sentimento profundo de melancolia, ele adverte o avanço do progresso da cidade realizada que já se podia ser lida na tese IX de Benjamin na qual projetava, sobre a obra de Paul Klee, sua visão sobre o progresso destacando como um “amontoado de escombros”.

---

<sup>289</sup> Devido à sua universalidade, o edifício alto é tratado como imposição sobre as edificações vizinhas, pois se trata de uma idealização da sociedade mecanicista. Símbolo de certo progresso, era almejado por todas as cidades, desde o século XIX, visto que significava o passaporte para integrar o rol das cidades desenvolvidas. Representando poder, os edifícios altos e os automóveis foram os grandes personagens da configuração da cidade contemporânea.

<sup>290</sup> Löwy, 2005, p.87. Tese IX, Walter Benjamin.



Figura 41 – Edificação da Intendência e Café Central  
 Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

Em uma abordagem mais recente, esses “escombros” estão transfigurados em edificações ordenadas, de altura elevada na qual a mesma cidade de Paris, tomada como uma alegoria, sofre diante de uma cidade real que ameaça a condição do homem. Não se tratando especialmente de La Plata ou Caxias do Sul, esse fenômeno necessitou de crítica no sentido de compreender sua falibilidade, pois impunha seus efeitos em cidades europeias de patrimônio cultural considerável, tal como Paris de 1970 (HARVEY, 2015, p. 31).<sup>291</sup>

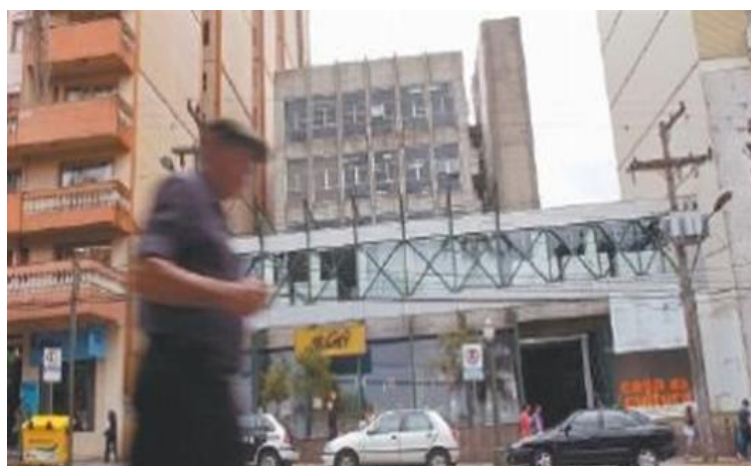


Figura 42– Edificação da Intendência deu espaço ao McCafé, 2005  
 Fonte: Jornal Pioneiro

<sup>291</sup> Os “gigantes” construídos ao redor da Place d’Italie ameaçavam invadir a velha cidade e dar as mãos à horrível Tour Montparnasse. A vida expressa proposta para a Rive Gauche, os blocos de apartamentos altos e insípidos (HLMs) no 13° arrondissement (bairro) e nos subúrbios, a mercantilização monopolizada das ruas. A total desintegração do que outrora havia sido uma vibrante vida comunitária erigida em torno do trabalho artesanal em pequenas oficinas no Marais, a desintegração estrutural das construções de Belleville, a fantástica arquitetura da Place de Voges em contiguidade com as ruas. Encontrei um cartaz que mostrava uma retroescavadeira devorando vorazmente todos os antigos bairros de Paris, e deixando fileiras perfeitamente ordenadas de altíssimos HLMs.

Expressando a conjuntura econômica para a realidade construtiva de Caxias, a concentração de ativos imobiliários passou a ser a mais elevada do estado<sup>292</sup>, o que se refletiu na especulação imobiliária (RIBEIRO, 2002, p.194), transformando as áreas rurais e próximas à cidade em bairros residenciais ou em emergentes implantações de distritos industriais tendo pano de fundo o desejo persistente de verticalização da cidade. Transformar a cidade sempre era um imperativo que se ligava à imagem de cidade moderna, reproduzida nos festivais (GUARINELLO, op. Cit, p. 970) onde se utiliza o passado para iluminar o presente e indicar normas para o futuro.

## 5.2 O CENTENÁRIO DE CAXIAS E GERAÇÃO PATRIMONIAL

### 5.2.1 A festa e o mito

Parte significativa da representação criada sobre Caxias se dava constantemente na produção das memórias de família ou de forma abrangente, em seus aniversários comemorativos. Sobre essas datas, pode-se apurar que serviram de marcos, referências de onde seus habitantes puderam olhar uma cadeia de eventos representativos de um sentido na história, comparando e averiguando seu suposto progresso técnico, científico e industrial. Afinal a data, como lembra BOSI (1992, 1992, p. 25), são números referências usuais que oferecem segurança e, onde se fixam a polifonia do tempo social, cultural e corporal sob a linha de superfície de eventos.

A combinação dessa referência ao fato urbano é fartamente comemorada e retratada em álbuns e outras publicações comemorativas, em que pouco se permite avaliar se o conjunto urbano realmente progrediu no sentido mais positivo da palavra, ou se a força propulsora do progresso também ocasionou sensíveis diferenças entre aqueles que habitavam a cidade (DUPAS, 2012, p.23). A visão otimista permanece nos registros oficiais e nas representações constantes sobre a principal data comemorativa: o Centenário da Imigração (1975) e a comemoração do início do povoamento urbano da região.

Descartada por seus administradores de qualquer ambivalência entre o progresso de Caxias e a deterioração da malha urbana ou das precárias condições urbanas de vida, associou-se o aniversário à outra festividade local: a Festa da Uva<sup>293</sup>. Foi a partir dela que surge um novo espaço imaginado de cidade, reflexo do centenário, e de onde se realizou uma

---

<sup>292</sup> Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado – RS relatório de julho de 1988.

<sup>293</sup> Uma feira agroindustrial, que além de ser tornar empresa, recebeu um novo local específico para o evento em 1975. Como não poderia ficar em segundo plano, houve a elaboração do projeto arquitetônico de vanguarda com conceitos revolucionários para o momento.

arquitetura que denotava o espírito empreendedor, utilizando-se ainda, do mito do italiano desbravador e trabalhador como figura central de modelos; associava-se a esse conjunto ideológico apenas um exemplar de edificação, defendida pela Municipalidade, como originária do período da fundação do núcleo urbano<sup>294</sup>.

Tratava-se de uma forma atenuada de reforçar a tradição unindo realidades arquetípicas do ponto de vista de um grupo perante a sociedade resultando em estabilidade e permanência identitária. Contudo, ambas foram organizadas de uma maneira a reforçarem uma rede de regras, produzindo noções, representações, formas de discurso e pautas morais (MIER, 2000, p.323) ao mesmo tempo em que exibia, em seus interiores, estandes ou museus, um acúmulo de objetos fruto do desenvolvimento tecnológico<sup>295</sup>. No discurso do prefeito, estava clara a lógica que orientava a Festa e o momento econômico da cidade:

[S]e Caxias precisava progredir, se a Festa da Uva precisava estar à altura do progresso de Caxias, ela tinha que ser administrada empresarialmente. Tinha que dar lucro porque ia dar despesas. [...] Ela passou do ciclo romântico da Festa da Uva como uma festa comunitária, para o ciclo real, de uma atividade empresarial, para poder crescer [...]. (RIBEIRO, Idem. p. 197)<sup>296</sup>

Assim, era imperativo que se desenvolvesse, cada vez mais no sentido moderno e capitalista, um aporte simbólico para garantir determinado discurso. A festa em si é uma maneira de produção social que pode gerar várias invenções, tanto materiais como comunicativos ou, simplesmente, significativas (GUARINELLO, apud ARRUDA, 2011, p.112). Essas ações, mesmo que transmitidas de forma fragmentada, passaram a orientar as memórias, as ações e os desejos dos atores sociais, incluindo a perspectiva de quais escolhas seriam realizadas alguns anos após sobre o que deveria ser preservado.

### 5.2.2 A cidade pensada pelos estudos acadêmicos

Entretanto, o ano de 1975 também pode ser considerado o balizador acerca da produção da pesquisa científica de vulto sobre o tema: colonização, povoamento,

---

<sup>294</sup> Os Pavilhões da Festa da Uva, construídos especialmente para a comemoração do centenário, foram projetados para servirem de modelo de construção moderna e estilizada, para demonstrar o suposto desenvolvimento da cidade. Paralelamente, a Casa de Pedra, foi “tombada”, para servir como molde de uma das primeiras construções da imigração; questionável sobre o ponto de vista da originalidade, devido as intervenções e, por se localizar no caminho que levava aos pavilhões, distante do centro da cidade, que era o local de onde se iniciaram as primeiras construções dos imigrantes. Além disso, parece ser uma clara estratégia turística de vincular as visitas ao Museu da Casa de Pedra com a ida ao Pavilhões da Festa da Uva.

<sup>295</sup> *Idem*, p.196.

<sup>296</sup> Depoimento do prefeito municipal de Caxias do Sul Mário Bernardino Ramos, na ocasião referente ao desenvolvimento e a orientação de modelo para administrar a Feira Agroindustrial Festa da Uva na década de 1970.

desenvolvimento econômico regional, história da cidade e da urbanização de Caxias. Ainda, no início da década de 1970, ocorria intensa movimentação no sentido da produção científica pela Universidade de Caxias do Sul, da organização de documentos sobre a história local, da possibilidade de organizar um Museu e de estabelecer uma rede de relações turísticas da cidade. Se, de um lado, as alterações econômicas tiveram a inserção do capital estrangeiro, como forma de expandir a produção das tecnologias modernas dos industriais locais, caracterizando um momento de modernização da economia regional; por outro, houve uma preocupação em analisar a memória da Imigração Italiana, manifestada em diversos espaços, dentre eles a Universidade de Caxias do Sul.

Nesse contexto, surge uma valorização excessiva da cultura italiana regional semelhante à da cidade de São Paulo da década de 1980 quando, segundo a Profa. Maria Clara Mocellin, ocorreu o “surgimento de um discurso preocupado em transmitir uma imagem desenvolvida e moderna da Itália, por parte dos representantes do governo e empresários italianos”<sup>297</sup>. Dessa maneira, na teoria contrapunha-se a figura antiga do imigrante no próprio termo “imigrante” por “*italiani all estero*” como símbolo da modernidade. O que ocorreu na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, com ênfase na cidade de Caxias do Sul, foi o reforço da ideia de modernização da economia regional como implicações no plano simbólico, no que diz respeito à produção das representações locais em torno da italianidade.

Tendo a cidade maior desenvolvimento industrial, a produção desse discurso apresentou-se por conter dois grupos bem definidos em sua produção: o empresariado, composto por industriais e comerciantes, e a Universidade de Caxias do Sul. No último grupo, surge uma produção de pesquisas acadêmicas de grande escala privilegiando os temas regionais associados à memória da imigração. A literatura contemplava obras diversas: diários e cartas de imigrantes italianos; genealogias ou histórias de famílias; obras literárias; estudos

---

<sup>297</sup> O objeto deste estudo seria a produção de um discurso que circula na sociedade local e regional através de informativos, jornais, literatura local e espaço de manifestações culturais que se apropria de símbolos do passado – o imigrante italiano e os relaciona o sucesso atual com as agruras do início da imigração. O discurso acionaria questões étnicas e de interesses regionais vinculados ao grupo de descendentes “bem-sucedidos”, seja em nível econômico, caso dos empresários ou em nível cultural, os intelectuais locais. Segundo a tese, os principais agentes que propagam os discursos são os empresários de maior destaque regional e os intelectuais ligados de alguma forma à Universidade de Caxias do Sul, que servem de produtores do conhecimento local, por meio de publicações sobre o tema regional ligado à imigração. Entretanto, é necessário lembrar que grande parte da produção de pesquisas promovidas pelos intelectuais da referida Universidade não versa sobre o assunto de forma laudatória e, além disso, parte desses agentes foram os primeiros a pensar na preservação patrimonial regional. Muitos contestaram as visões ufanistas sobre o mito do imigrante desbravador. Outros refletiam sobre uma versão menos heróica que, por vezes, era deixada de lado pelos meios de comunicação, assim como nas festividades. Dessa maneira, os meios de comunicação tiveram destaque na invenção do mito local. MOCELLIN, 2008, p.3.



históricos, sociológicos e linguísticos que tratam sobre o tema da imigração e seus desdobramentos na região. Ou seja, houve uma construção da valorização da memória.

De um lado, o poder municipal realizava os preparos para os festejos focando a realização da Festa da Uva (RIBEIRO, 2002, p. 196) como um mote de ampliação do aparato turístico para a região. Com as novas tecnologias, a feira tinha seu aspecto comercial ajustado visto que as comemorações realizadas no intervalo de quatro anos foram interrompidas, ainda em 1972, para que houvesse sua transmissão ao vivo pela televisão. A partir disso a imagem passou a ser a forma de reorganização da memória, não sendo necessário que houvesse grande materialização do que Caxias teria sido, afinal, bastava a fruição advinda das sensações causadas a partir do simulacro.<sup>298</sup> De outro, parte da produção intelectual<sup>299</sup> iniciaria os contrapontos sobre a ideia de modernização, tal como apontava o Prof. Octavio Ianni,

(...) acho que uma tentativa de análise crítica do processo migratório simplesmente como um fenômeno demográfico, um fenômeno humano, político, econômico permite, por assim dizer, desmistificar o que se entende geralmente or imigração e por façanhas dos imigrantes e permite relativizar um pouco o significado deste ou daquele nome, desta ou daquela interpretação(...) <sup>300</sup>

Como exemplo, ocorreu pelo poder público municipal a inauguração de um novo parque de exposições, a criação de um museu da imigração e de um arquivo para futuras pesquisas surgiram às vésperas do Centenário, enquanto a Universidade, por meio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob coordenação dos professores Antônio Hohlfeldt, Vitalina Frosi e Luis Alberto de Boni, promovia os estudos sobre a imigração junto da realização do primeiro fórum coordenado pelo Instituto Superior de Estudos Ítalo-Brasileiros (ISBIEP), sob direção do professor Ciro Mioranza.

Em 1974, o núcleo intelectual da cidade de Caxias do Sul amplia-se a partir dos projetos da Universidade de Caxias do Sul, iniciando os Estudos de Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (ECIRS) que tinha caráter de pesquisa antropológica, a qual buscava analisar o processo de transformação da cultura local.

<sup>298</sup> Pode ser compreendida como cópia, reprodução imperfeita ou grosseira; ou ainda, falsificação ou imitação. Na entrada dos pavilhões da Festa da Uva foi criado, em 1974, um simulacro das primeiras casas de madeira dos imigrantes, já que não havia mais nenhuma edificação daquele período. A ideia era criar uma “sensação” produzida por essa réplica.

<sup>299</sup> I Fórum de estudos Ítalo-Brasileiros de 1975. Organizado pelo Instituto Superior de Estudos Ítalo-Brasileiros (ISBIEP) e pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

<sup>300</sup> Anais do I Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. 1975, p.13.

Esse núcleo abrangia a arquitetura civil e religiosa; mobiliário; arte sacra e iluminação doméstica; decoração e artes decorativas; arte cemiterial; vestuário; utensílios domésticos; alimentação e bebidas; caça e pesca; criação de animais domésticos; agricultura em geral; meio de transporte; artesanato; indústria doméstica; comércio; práticas religiosas; ciclo de vida; funerais; jogos; literatura oral; medicina doméstica e crenças médicas a partir do período da imigração e desenvolvimento urbano. Esses estudos ganharam mais tarde, na década de 80, uma sistematização, uma criação de inventário e registros das manifestações culturais regionais como forma de ampliar as pesquisas a partir dos canais já existentes.

A partir desses levantamentos, uma parte dos intelectuais locais organiza-se por intermédio de suas ações, em defesa da memória regional, uma vez que muitos atuavam nas secretarias e centros de cultura dos municípios da região, às vezes em comissões especiais de eventos regionais, promovendo projetos sobre as questões já ressaltadas. Diferente da abordagem de João Spadari Adami, surgem os movimentos preocupados com a preservação das edificações nas áreas urbana e rural.

Como um paralelo aos estudos e diagnósticos da cidade de La Plata, sob coordenação do Prof. Júlio Morosi; em Caxias do Sul, também sobrevém a concepção de trabalhos sobre a mesma temática. No campo dos trabalhos laudatórios, foram duas pesquisas que se tornaram peculiares na identificação do patrimônio edificado da imigração. O primeiro, do professor Júlio Posenato, realizado em 1982 (p.35), com financiamento da Fondazione Giovanni Agnelli de Turim Itália, tinha como proposta elencar os programas arquitetônicos, elementos construtivos, técnicas construtivas e elementos decorativos das edificações da zona rural dos imigrantes italianos. Submerge daqueles trabalhos uma linguagem laudatória, além de equívocos históricos na tentativa de positivar as edificações regionais como “a melhor arquitetura popular já produzida no Brasil”.

Entretanto, um aspecto é valioso de ser analisado. Nesse documento, dentre a excessiva manifestação sobre a arquitetura local é possível, sob o discurso de Posenato, notar a necessidade da preservação como reforço da memória local, devido ao acelerado processo de destruição da identidade seja pela insensibilidade dos poderes constituídos, seja pelo efeito do consumo:

Em nível de comunidade, este sentimento leva à derrubada das antigas capelas, ante a indiferença dos bispos, que não enxergam na destruição de suas raízes, a erosão dos conceitos de virtude [...] a penetração de sentimentos de incerteza, induzindo ao consumismo, conduz a uma urbanização em subemprego e sub-habitação. (Grifo nosso).

Sua posição revela uma preocupação com aquilo que considera o *registro da memória de uma população* que até então não era fonte de pesquisas mais aprofundadas. Apela para a conscientização da população como forma de preservar tal patrimônio e, embora apresente a figura do imigrante como uma figura de distinção, conclui que a arquitetura de tal personagem é capital para a compreensão do país como um todo. Vai de encontro a ideia de que o patrimônio depende apenas da vontade e decisão política de uma agência do Estado. Trata-se de justificar a salvaguarda dos bens culturais de acordo com o reconhecimento junto a determinados esferas da população. Posenato apresenta ainda uma apreensão com a influência do capital estrangeiro e da falta de comprometimento dos governantes com a preservação. Aborda essa proposta em seu tecto.

[...] enfim, em nível de opinião pública, houver conscientização pela preservação do patrimônio cultural da imigração italiana, que não seja demasiado tarde, [...] Que a comunidade disto se mentalize e que Deus nos dê um dia governantes não comprometidos com as Multinacionais, mas com o povo, e que efetivamente busquem o bem de nossa gente. (grifo nosso)

Muitas das preocupações apresentadas por Posenato nesse trabalho descritivo da arquitetura regional, foram as mesmas que motivaram o debate sobre a preservação da arquitetura urbana naquela década. Eram visíveis as contradições que existiam entre a compreensão sobre progresso, incumbindo pelo setor acadêmico e comunitário na acelerada crítica ao discurso hegemônico do desenvolvimento, onde ocorre uma transformação da estética urbana com os novos padrões construtivos e com a especulação imobiliária.

Isso volta a ser tema em outra produção, do prof. professor Paulo Bertussi sobre o patrimônio da imigração, na qual a representação em torno do mito do imigrante, foi uma das maneiras de ponderar e resistir ao processo de destruição hipermoderna que se aplicava à morfologia da urbe logo após o centenário de Caxias (BERTUSSI In Weimer, Günter (org.), 1983, p.121)<sup>301</sup>. Seu ensaio, publicado em 1983, abrangia a arquitetura civil e religiosa, cujas características peculiares tinham a marca, segundo o autor, de uma *cultura híbrida* que tomou forma no início da colonização e encerra-se em 1950 por razões de *ordem socioeconômica*.

Por razões óbvias, o texto discorre sobre o contexto histórico e as alterações na arquitetura regional, bem como as questões técnicas e o emprego de diferentes materiais. Não conclui sobre especificidades da preservação, visto que o levantamento já estava incluso no

---

<sup>301</sup> A arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. p. 122. Foi um trabalho organizado em pesquisas iniciadas desde 1972 que se desenvolveram até 1980. Segundo o autor, o estudo passou por uma sistematização ao fazer parte de amplo projeto de pesquisa desenvolvida pela Universidade de Caxias do Sul, intitulado Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (ECIRS).

projeto do ECIRS, que tinha como objetivo identificar e preservar traços das antigas colônias. Contudo, o autor expõe que: “[...] este patrimônio cultural imenso encontra-se em rápido e inexorável processo de deterioração e extinção”.

De forma perspicaz, essa revelação apresenta a consciência sobre o conceito de preservação e, em seguida, o processo de destruição da fonte das primeiras manifestações dos imigrantes provindos do norte da Itália<sup>302</sup>. A preocupação com a preservação do patrimônio urbano teve desdobramento a partir das políticas do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ECIRS e o conhecimento da formação de Comissões Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural, como o caso da cidade de São Paulo<sup>303</sup>. As ações desses organismos marcaram a atuação simbólica da preservação por meio de eventos como a Preservação da Casa de Pedra em 1975, do edifício conhecido como “antigo Hospital Carbone”, iniciado na década de 70, e se prolongaria por vários anos.

Dessa maneira, estava se criando junto do centro de pesquisas, IPHAN, ECIRS, UCS e alguns profissionais autônomos, um campo<sup>304</sup> destacado na elaboração dos enunciados discursivos produzidos para as disputas em torno da imputação de valor a alguns objetos culturais (BOURDIEU, 1996, p.261).

Diante da sensação da incerteza e do sentimento de ruptura com o passado, era necessária a criação de políticas oficiais de preservação aos *lugares de memória* (NORA, 1993, p.22). Sem um conjunto de leis, ficaria complexo pensar qualquer modelo de “raízes” locais. A partir desse contexto, os grupos preservacionistas passaram a preocupar-se com a criação de um museu municipal e um arquivo histórico. Paralelamente e às vésperas do centenário, a Municipalidade buscava suprir a escassez de objetos para o museu, solicitando, por meio do periódico local, subsídios dos habitantes da cidade em doações de artefatos para compor seu arranjo museológico.<sup>305</sup>

---

<sup>302</sup> Mesmo que não seja objeto desta pesquisa, o discurso sobre a preservação da zona rural de Caxias do Sul aborda subsídios que são relevantes para a compreensão do processo de preservação na zona urbana: a especulação financeira, a preservação da memória local, o papel do poder público e a representação da modernização.

<sup>303</sup> Entrevista cedida pela Profa. Liliana Alberti Henrichs, em novembro de 2009 para esta pesquisa. No período referido a Profa. Liliana fazia parte da Coordenação do Museu Municipal de Caxias do Sul. Parte da entrevista foi utilizada como fonte da dissertação de mestrado em 2010 que avaliava o início da preservação em Caxias do Sul.

<sup>304</sup> Conforme mencionado no 1º capítulo, aborda-se o conceito de campo.

<sup>305</sup> Jornal O Pioneiro, 14 de dezembro de 1974, p. 11. Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. CEDOC. Foram diversos os apelos as vésperas do Centenário da Imigração para a formação de um Museu como atrativo. Este chamou a atenção pelo seu título “MUSEU DA COLONIZAÇÃO QUER AJUDA [...]”

Na sequência, o executivo municipal cedeu seu antigo espaço administrativo, para abrigar o museu, ainda inexistente na cidade<sup>306</sup>. Esse prédio, desde 1953, servia para atender às funções comerciais de produto vitivinícola e industrial. Nesse local, foram fundidos dois grupos de escultóricos de autoria de Vasco Prado, e em sua parte interna Aldo Locatelli executou um mural denominado *Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira*.<sup>307</sup> Entretanto, na modificação das estruturas administrativas, as obras foram retiradas e desapareceram, não sabendo seu paradeiro até os dias atuais.

Outro aspecto a ser considerado no surgimento da preservação foi a organização dos fóruns de Estudos Ítalo-Brasileiros e do Projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias no Nordeste do Rio Grande do Sul, que tinham como escopo o aprofundamento teórico das questões relativas à memória e à preservação do espaço construído. Assim, os movimentos, por vezes contraditórios versavam sobre o mesmo aspecto: a memória coletiva. Diante dos processos de afirmação do Conselho de Patrimônio, bem como da constituição do Museu Municipal vão sendo organizados os movimentos urbanos em favor da preservação diante da lógica da modernização local.

Durante as três décadas que seguiram, entre diversos projetos executados com êxito ou frustrados, e entre discursos nem sempre contínuos sobre o patrimônio, destacaram-se três situações de aspectos significantes que foram ímpares sobre as questões da memória e dos espaços respectivos para sua salvaguarda. Isso se seguia aos debates frente à preservação patrimonial no Brasil envolvendo o IPHAN. Esses exemplos refletiram os anseios da população que, em suma, circunscrevia-se nas questões da memória do homem moderno. O primeiro estudado foi a favor da preservação do prédio da Casa de Negócios de Vicente Rouvea, conhecido como Antigo Hospital Carbone. Na sequência, havia o caso do conjunto arquitetônico da cantina Luiz Antunes, símbolo da indústria vinícola na região. O último e emblemático foi o do Teatro Apollo conhecido como Cineteatro Ópera.

Sob os debates da sociedade acerca da preservação das edificações, configurou-se uma gama de relações sobre as quais foi possível ressaltar os antagonismos, as discordâncias e, por vezes, as convergências parciais dos segmentos sociais. Assim, questiona-se o que se busca

---

<sup>306</sup> Com a construção dos Pavilhões da Festa da Uva, Feiras Agroindustriais, em uma área periférica da cidade, a edificação que servia como parque de exposição passou a ser a sede da Prefeitura até a atualidade. Dessa maneira, a edificação que serviu como Prefeitura durante mais de 60 anos passou a ser o Museu Municipal da cidade de Caxias do Sul.

<sup>307</sup> Aldo Locatelli nasceu em Villa Dalma, Bérghamo Itália, em 15 de agosto de 1915. No seu país, deixou traços na Igreja de Santa Croce, de Nossa Senhora do Romédio, no Santuário de Della Guarda (Gênova) e N. S. do Pompéia (Milão). Veio para o Brasil em 1948, a convite de D. Antonio Zattera, Bispo de Pelotas, para decorar a Catedral daquela cidade. Terminado o trabalho, permaneceu no Brasil, deixando várias obras, especialmente murais, de valor artístico.

no passado merecedor de preservação e, se nesse passado, não estaria intrínseco um modelo de planejamento da cidade que estivesse paralisando o olhar dos grupos preservacionistas.

De toda forma, o que se analisa nos primeiros embates sobre a preservação em Caxias, tal como em La Plata, é como as sociedades contemporâneas da América do Sul, em especial no Brasil e na Argentina, lidaram com o seu passado e sua memória utilizando do instituto patrimônio como produtor de novos significados. Como essas sociedades demarcam no tempo histórico e na historicidade dos processos sociais, fazem dos inventários dos bens culturais o porta-voz de um novos patrimônio, servindo de enunciados discursivos capazes de atribuir novos valores aos objetos culturais (CHARTIER, 1991, p.184). Assim, festa, mito, intelectualidade e comunidade convergiram para a ideia de exercer a cidadania através do patrimônio, designando bens de valor cultural como uma forma de constituir a cidade, ressignificando seus vestígios.

### **5.2.3 A casa de pedra: de monumento ex-nihilo à histórico**

A mutação urbana, seguida pela industrialização e pelo avanço do comércio e das mudanças do cotidiano do ser humano, envolve todas as peças que a constituem. A cidade de Caxias do Sul tal como em outras localidades, desde cedo ampliava sua transformação urbana, impulsionada pela modernização ao redor de empreendimentos comercial ou industrial.

Na primeira metade do século XX, o usual era a utilização da madeira em construções chamadas *casas de morar* (CORREIA, 2004, p. 67), devido ao preço. A acessibilidade para a população possuir casas todas feitas de alvenaria era algo dispendioso, e a solução, por vezes, era misturar os materiais com o objetivo de tornar a moradia mais salubre e cômoda. Nas áreas centrais da cidade, a situação era oposta, uma vez que havia a preocupação em indicar uma cidade em permanente evolução, o que era apresentado nas edificações, às vezes mais elaboradas. O valor atribuído às reformas, na região central, era a tema do aperfeiçoamento da cidade como ponto a ser perseguido desde seus primórdios. Isso era regulamentado nas alterações dos códigos de postura que almejava a organização e ordenação com fins de embelezamento

Art.13-Não conservar limpa de hervas ou lixo a frente das casas e terrenos que ocupar. – multa de 5\$000. [...] art. 14- arborizar as ruas ou praças sem ouvir o arruador, prejudicando o embellezamento e o transito. – Multa de 5\$000.<sup>308</sup>

Dentre as diversas modificações urbanas trazidas pelos códigos uma das preocupações era obstruir as construções em madeira, visto que depreciavam, principalmente, a região central, enfatizada naquele momento pelo *status* de certa opulência, graças ao comércio:

[D]as construções de madeira art.207. A partir da data da promulgação deste Código, a Intendência Municipal não admitirá construção de prédios de madeira, seja para que fim fôr, nos pontos da cidade que forem especificados por edital. [...] parágrafo 1: As edificações de madeiras já existentes nas ruas e praças já incluídas na proibição do artigo anterior não poderão ser reconstruídas, nem reformadas, nem aumentadas, sob pena de demolição da reforma ou do aumento feito.<sup>309</sup>

Dessa forma, não era algo novo para as administrações inteirarem-se das tecnologias que surgiam. Na euforia da busca de uma imagem moderna perante outras localidades, a urbe era transformada rapidamente, e a região central, vista como símbolo de atualização e sendo o “cartão postal” da cidade, vinha recebendo destaque na elaboração de seu espaço; portanto, manter as edificações de madeira era visto como sinal de atraso ou de um período difícil da qual se queria esquecer. O automóvel, a luz, o esgoto, o telégrafo, o trem, o cinema, a praça central, tudo fazia parte de um *ethos* em busca de afirmação da modernização local, de tal forma que, a partir de 1927, o caminho entre a região central e a estação férrea da cidade, símbolo do seu *progresso*, recebeu mais preceitos ordenadores:

[F]icam terminantemente proibidas as construções com fachadas de madeira em quadras que já tiveram cordões e sargetas. Ao infracto desta disposição será imposta a multa de 500\$000. Levo ao conhecimento de todos que quaisquer modificações que queiram fazer nas fachadas de suas casas devem solicitar com bastante antecedência a permissão desta Intendência por meio de requerimento, sem que incorrerão nas multas previstas por lei. Caxias do Sul 16 de fevereiro de 1927. Napoleão Ferraro. Diretor interino.<sup>310</sup>

E determina ainda qual será o caminho onde as casas não poderão desobedecer tal ao decreto:

De ordem do Dr. Celeste Gobato, Intendente Municipal, faço público que a partir do dia 20 do corrente ficam expressamente proibidas construções de prédio de madeira dentre os perímetros abaixo determinados (grifo meu): A partir do entroncamento da

<sup>308</sup> Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. Decreto nº10 de cinco de março de 1893. Capítulo: “As construções”. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>309</sup> Código Administrativo do Município. Promulgado por Acto do Intendente Municipal, Coronel J. Penna de Moraes, sob nº9, de sete de dezembro de 1920 que o declarou em vigor de 1º de janeiro de 1921 em diante. 1922. Capítulo: “Construções e Demolições”. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>310</sup> Código Administrativo. Prefeitura Municipal de Caxias. Directoria Geral de Obras e Viação. Parte Referente a Construções. Prefeitura Municipal de Caxias Edital fevereiro de 1927. Anexo. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

estação Viação Férrea, pela Avenida Rio Branco até a praça 11 de Março, rua Feijó Júnior, subindo pela Rua Andrade Pinto até a rua Dr. Borges de Medeiros, continuando por esta até a Sinimbu, por esta até a Alfredo Chaves, descendo a mesma até a Pinheiro Machado, seguindo está até a Feijó Junior. [...] Caxias do Sul, 22 de junho de 1927.<sup>311</sup>

Ainda no mesmo ano, foram definidas as quadras paralelas às ruas citadas, pois elas já estavam em fase de consolidação de construções *hodiernas*:

De ordem do Dr. Celeste Gobato, Intendente Municipal, faço público que ficam proibidas construções de casas de madeira nas seguintes ruas: Dr. Montaury, desde a Pinheiro Machado até Bento Gonçalves; Visconde de Pelotas idem supra, Bento Gonçalves entre Visconde de Pelotas e Dr. Montaury; em qualquer das faces das referidas ruas. Caxias do Sul, 6 de agosto de 1927. Napoleão Ferraro. Diretor Interino.<sup>312</sup>

Desse modo, durante as décadas seguintes, o que se pode observar a partir de registros fotográficos e relatórios dos intendentes foi que a ampla maioria da cidade ainda não tinha capital suficiente para transformar-se em uma localidade de edificações de alvenaria, visto que o custo econômico em construções de madeira<sup>313</sup> eram menores. Havia cooperativas ligadas aos negócios que abasteciam as localidades mais afastadas do núcleo urbano, ficando reservada à região central, as obras de maior relevância urbana como o rebaixamento das ruas, as alterações na praça e a gradual construção de edificações em estilos e materiais distintos.

Nos anos da década de 60, os hábitos comerciais passam por mudanças, instigados por novos meios de consumo. Surge a televisão, os supermercados iniciam o alcance comercial ocupado pelo comércio denominado “secos e molhados”, o automóvel passa a ser um produto mais acessível para parte da população e, evidentemente, a região central recebe a influências dessas alterações. A praça, local de encontro, começa a ser o espaço de novo comportamento e de isolamento entre aqueles que contam com diferente poder aquisitivo. As edificações, já

<sup>311</sup> Código Administrativo. Prefeitura Municipal de Caxias. Directoria Geral de Obras e Viação. Parte Referente a Construções. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>312</sup> Edital agosto de 1927. Prefeitura Municipal de Caxias. Directoria Geral de Obras e Viação. Código Administrativo. Parte Referente a construções. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>313</sup> Vistas com restrições pelas autoridades municipais que, se possível restringiam sua construção no centro urbano (onde a preferência recaía sobre edifícios de alvenaria), as casas de madeira formaram um extenso cenário na paisagem de Caxias do Sul. Tal como em outras cidades do país, foi na virada do século XX, com a mecanização da indústria madeireira, que possibilitou mais peças que serviram de exemplares para construção. Apesar dos limites impostos pelos legisladores, foi com os códigos de posturas da década de 1920 e 1930 que a legislação dificultou ainda mais a construção de casa com madeira na área central. Para tanto criou-se um subterfúgio: casas com fachada em alvenaria e fundos em madeira, na medida em que as Posturas exigiam que apenas a face coltada para a rua fosse em material de alvenaria. De qualquer forma, as casas de madeira são resultado também, da influencia cultural dos imigrantes europeus e, a madeira, a despeito de sua simplicidade, era utilizada em projetos da elite em várias cidades brasileiras.



em processo de franca verticalização em altura maior de quatro andares, pois não havia legislação para uso do solo, dividem espaços com as edificações artdecò que tanto fizeram parte do cenário central de Caxias na segunda metade do século XX.

Na proximidade no Centenário da Imigração Italiana, em plena década de 1970, surge uma demanda: a busca de símbolos que retratassem os primeiros momentos da cidade. Além de edificações relativas ao período da instalação dos imigrantes provindos da Europa que se distribuíram pela América, havia a necessidade da criação de um museu, que até aquele momento inexistia. Também não havia um arquivo para guardar a documentação relativa ao processo histórico da cidade e de sua área rural.

A crise da matriz modernista/funcionalista que alimentou o planejamento urbano de Caxias, no século XX, dá sinais de perda de terreno frente à aceleração hipermoderna. A *práxis* urbana que seguiu a inspiração racionalista da dominação econômica, política e ideológica parecia perder seu sentido homogêneo, pelos seus cidadãos. Trata-se, entretanto, de lembrar que ainda é uma ideologia romântica frente ao positivismo progressista, isto é, um *Davi* perante um *Golias*. Tal como no *fin-de-siècle*, os modelos que reproduziam alienação à realidade cultural passam a ser percebidos de outra maneira: o local, o interior, a zona rural ocorre a ser sutilmente valorizado como um aspecto importante na configuração da cultura cidade. Concomitantemente, havia a questão da memória, da preocupação em comemorar e lembrar. Entretanto, os edifícios centrais do período da chegada dos imigrantes, improvisadas com material rude, já haviam sido demolidos, por não inspirarem progresso, afinal os centros urbanos eram as sedes do setor financeiro, representavam o setor da construção civil e utilizados através de imagens em periódicos e publicações locais como o centro do desenvolvimento local onde a mente é estimulada a olha para a construção de uma cidade moderna.

A identidade, fruto de construção histórica, era influenciada pela impressão, da rápida convergência de imagens; nesse caso ressaltando as novas edificações como depósito das qualidades do homem urbano. A solução encontrada para preservar foi, por um lado, revestir de valor histórico algumas edificações como a sede da prefeitura daquele período (1974), transformando-a em Museu, enquanto a casa da administração foi transferida para o prédio de estilo modernista construído em 1954, que servia de palco das feiras agroindustriais, conhecida como Festa da Uva; de outro, inventava-se novas possibilidades de identificação sobre outras edificações existentes.

Diante dos preparativos, como já mencionado, ocorria o problema sobre a escassez de artefatos para composição de um Museu, onde se empreende uma campanha para arrecadar

objetos, fotos, obras de arte que apresentassem ligação com o processo imigratório. Impressionante que em parte do processo de confecção do álbum comemorativo do centenário de Caxias, empreendido pelo poder público, não houve um cuidado no sentido de pensar a memória coletiva, sobre os grupos ou famílias que estiveram inseridas no processo de transformação social, o que era comum em edições anteriores.

Desde a preparação do Álbum, parece que, além da falta de vestígios na sua composição, a ideia do texto que apresentava a cidade centrou-se em apresentar aspectos de empreendedorismo deslocado da questão da memória. São escassas as imagens que reproduzem fatores culturais, grupos familiares ou trabalhadores rurais. Isso se justifica, pois em anúncios publicitários em 1974, em periódico local, se oferecia “à venda” espaços no “Álbum do Centenário da Imigração Italiana” para empresas interessadas em promover seu empreendimento e apresentar seus produtos.<sup>314</sup>

Assim, a preocupação com o Centenário da Imigração por parte dos agentes públicos não era necessariamente uma busca de referencial nos grupos sociais e suas realizações produzidas durante o século XX. Denota que o ideário civilizador escolhido pelo poder público não tinha preocupação em apresentar de forma consistente o processo cultural que envolvia Caxias do Sul.

O exemplo dessa confusão atinge o campo do patrimônio arquitetônico. A *Casa de Pedra*, passa então a figurar entre as escolhas que permitiam inserir uma edificação do período fundacional na temporalidade, além de servir como ponto turístico para a programada Festa da Uva.

Em 07 de agosto de 1974, mesmo sem legislação municipal de tombamento ou preservação de edificações, o poder público desapropria<sup>315</sup> da família Tomazzoni sua residência já em péssimo estado de conservação, e a transforma no espaço construído que serviria de modelo de vida dos primeiros habitantes estrangeiros: A Casa de Pedra.

---

<sup>314</sup> Jornal O Pioneiro, 20/11/1974, p. 2. Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. CEDOC. Não foi uma publicação efetivamente ligado a operação de resgate de passado, mas servia como um dispositivo de preenchimento da “vazio” da própria modernidade, isto é, o historicismo e a reprodutibilidade técnica estiveram à disposição da manutenção de um projeto de construção identitária sem conexão aos vestígios da imigração. Em oposição a isso, recuperava através das imagens de máquinas industriais e empresas da cidade, estabelecer um sentido de progresso, um movimento através do qual se procederia a recuperação de uma tradição perdida, como um mecanismo inconsciente, próprio da memória coletiva e, portanto, capaz de se manifestar através de sintomas, nesse caso o álbum se trata de um mecanismo publicitário e anacrônico. Essa análise foi aprofundada em um artigo meu para o Seminário de Imagem e História: Reflexões teóricas e metodológicas ministrado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Lúcia Kern, sob título “*Um discurso da imagem sobre a imigração italiana*”.

<sup>315</sup> DECRETO n° 3712 de 07 de agosto de 1974. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Caxias do Sul.

Os antigos moradores, ao contrário do esperado, tinham dúvidas quanto à preservação de sua memória durante o processo<sup>316</sup>. Diversas pessoas os aconselharam a demolir a edificação para garantir a propriedade do terreno, o que demonstra que nem todos tinham uma preocupação com a memória. Em virtude das precárias condições da casa, houve uma reforma em foi demolida a parte de madeira que traduziria melhor as contingências da moradia dos primeiros moradores da região, de forma que a parte de pedra, a qual restou, era algo ainda difícil de ser encontrado nas residências centrais do núcleo em 1875.

Assim, da mesma forma que o museu municipal, após a reforma, a casa de pedra seria transformada em museu da colonização, sendo ela própria um documento da arqueologia urbana, além de receber os artefatos doados pela população, que, naquele momento, estabelecia um painel de semelhanças (HALBWACHS, 2006, p. 109), atrelando sua memória individual à memória histórica. Havia, portanto, o reconhecimento da comunidade nas imagens sucessivas e nos objetos que mudava o panorama da história oficial. A memória coletiva evocada no grupo social pela edificação, operava na função de representação de suas memórias. Existe ali uma mediação entre o passado e presente, como mostra dona Odila ao apreciar a edificação.

[E]u me dá uma impressão que ela (a casa de Pedra) é minha irmã que sempre ficou ali e não vai morrer. Eu tenho um pedacinho de pedra ali [...] e eu ajudo a cuidar porque ali não é meu, nem teu. É de todo mundo.<sup>317</sup>

Na placa de inauguração do dia 14 de fevereiro de 1975, conta:

[N]este local, adquirido este ano em homenagem ao centenário da imigração italiana, recuperou-se uma peça rara e valiosa. Cada pedra desta casa, cuja construção data do último quartel do século XIX, é testemunha silenciosa do trabalho gigantesco do louro e bravo do imigrante. Ao urbanizarmos esta área, construímos um monumento à saga emocionante da imigração. Mário Bernardino Ramos Prefeito Municipal (grifo nosso).<sup>318</sup>

A memória criada pelo poder público estabeleceu naquela edificação um princípio ideológico, que recorria ao discurso da distinção laudatória, além de inferir que a urbanização salvou a casa, quando na realidade, a edificação é o resultado do próprio fenômeno urbano.

<sup>316</sup> MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°4, 2003, p. 40. Coordenação Machado, Maria Beatriz Pinheiro. A pesquisa realizada e publicada que esta contida nestes cadernos foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>317</sup> Entrevista concedida pela Odila Debastiani De Carli, vizinha dos proprietários, a família Tomazzoni. Gravada em 09/03/2000. E 10/09/2001. Segundo o depoimento, pouco antes da transformação em Museu ela participava da rotina da Casa, cozinhando o pão no forno que existia do lado de fora dela. Banco de memórias do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>318</sup> O museu foi criado legalmente com o decreto n° 4046 de 05 de agosto de 1976.

Tratou-se de uma preservação e revitalização antecipada a todo o processo de constituição efetiva do campo patrimonial da cidade, buscando frente ao transitório, estabelecendo um conjunto representativo de valores permanentes. Resguardado o período realizado pelo poder público mesmo sem existir uma legislação própria para tal, com intenções bem definidas, houve um movimento de salvaguardá-la, indicando que o poder político sempre teve grande influência na produção de símbolos, bem como poder para efetivar a proteção que bem escolhesse.

Contudo, ocorre que o valor patrimonial e as funções históricas conferiam aquela edificação menor, paradoxalmente, ao discurso do desenvolvimento, verticalização e progresso da cidade, uma proteção simbólica a um objeto de menor expressividade arquitetônica, artística ou de monumentalidade e demonstrando certo detrimento de uma visão urbanística global e hipermoderna.



Figura 43 – Casa de Pedra, 1974. Restauração  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

Sendo ou não original, trata-se de um *habitat* histórico pobre que passa a ser preservado, não seguindo as “razões de ordem superior” de Giovannoni. Também era notável que a edificação é promovida como um símbolo de progresso cronológico, ligado à humildade construtiva, ao desenvolvimento, à economia e às especulações da vida moderna. Tudo depende de quem tem o poder de produzir o discurso, para quem essa mensagem será enviada e se o receptor conseguirá decifrá-la.

Portanto, ao mesmo tempo em que os velhos centros urbanos se oferecem como verdadeiro desafio ao urbanismo moderno, inicia-se o processo de análise da história de

Caxias através das pesquisas sobre a história da imigração, das festividades do centenário da cidade e efetivamente da preservação, *avant la lettre*, da Casa de Pedra que, mesmo sem legislação preservacionista, desperta o debate sobre a cidade.



Figura 44 - Casa de Pedra, 1975. Inauguração no ano do centenário de Caxias do Sul  
Fonte Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.



FIGURA 45 – Museu Casa de Pedra, 2007  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

### 5.2.4 O Imigrante como Monumento: legitimação política

Um típico exemplo de criação deliberada cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata pelos poderes constituídos (CHOAY, 2006, P.25)<sup>319</sup> de tal maneira que sua função, mesmo com o fim das comemorações do Centenário da Imigração Italiana, manteve-se *a posteriori*: é o monumento do imigrante, cuja exemplo trata da produção de imagem vinculada ao mito de fundação. A partir do caso da reforma do Monumento do Imigrante,<sup>320</sup> em 1984, pode-se observar a clivagem do que se considerava patrimônio e as passagens para preservá-los. Trata-se de um caso à parte pois demonstra claramente o poder de Estado em relação ao culto ao monumento, que se utilizava das ferramentas jurídicas disponíveis para efetivar escolhas e intervenções.

Naquele ano, o debate foi travado na Câmara de Vereadores da cidade. O ponto principal tratava da manutenção do referido monumento, que teria um custo elevado. Isso foi na contramão dos acontecimentos, já que havia uma disputa sobre a possibilidade de realizar intervenções urbanas criando uma rede de edificações a serem protegidas, sob o olhar mais antropológico. Ocorria, por exemplo, a prática de inventariamento, que, como veremos, não dava ênfase apenas às construções de cunho religioso ou político, mas tratava de pensar o patrimônio sobre o viés cultural.

Eram tempos de chumbo e, convencionalmente, ainda se preferia antigas práticas de intervenção que não levavam em conta a decisão coletiva na efetivação das políticas públicas. Parte do propósito de reformar o Monumento do Imigrante partiu do vereador Mário

<sup>319</sup> Monumento, diferença por Alois Riegl.

<sup>320</sup> Após a Segunda Guerra, as autoridades locais tiveram a ideia de construir um monumento em homenagem àqueles que, com seu trabalho, modificaram o espaço e povoaram a região da Encosta Superior do Nordeste, consolidou-se paralelo às comemorações ao 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, em 1950. A obra, executada sob a coordenação da comissão comunitária, ganhou repercussão nacional ainda antes de ser inaugurada, em função do concurso lançado para sua concepção. O vencedor foi o escultor pelotense Antonio Caringi, mesmo autor da Estátua do Laçador, um dos símbolos da capital gaúcha. Em fevereiro daquele ano, durante a VI Festa da Uva, numa cerimônia presidida pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra, foi lançada a pedra fundamental do monumento. Sob a liderança de uma Comissão Executiva, diversos setores da sociedade engajaram-se na concretização da homenagem. A concretização da obra que lançaria as bases da identidade local necessitou da contribuição de vários setores do governo federal. Este já havia inaugurado a Estrada Federal e, no ano de 1954, no dia 28 de fevereiro, o Presidente da República, Getúlio Vargas, inaugurava o monumento que ajudou a construir. O casal de imigrantes tem cinco metros de altura, forma moldadas em gesso, no ateliê de Caringi, no Rio de Janeiro, e fundidas em bronze na Metalúrgica Abramo Eberle, sob a coordenação de Tito Bettini. O conjunto tombado em 2007 se constitui também da torre com os três baixo-relevo em cimentos nela fixados, além de base feita em alvenaria de pedra, elementos edificados sob a coordenação do construtor Silvio Toigo. A base compreende as escadarias de gesso, a cripta e o altar que se encontra em seu interior, além das portas de acesso em bronze, em que se vê a representação de Luiz Antonio Feijó Junior, agente da imigração, recebendo uma família de colonos, complementada por versos do jornalista e poeta ligado ao movimento modernista, Cassiano Ricardo. Porém, quando da inauguração em 1954, a cripta ainda não apresentava as paredes revestidas com mármore branco, sendo este trabalho efetuado em 1955.

Gardelin, presidente do PDS caxiense, que enviou correspondência<sup>321</sup> endereçada ao Coronel Sérgio M. Pasquali em Brasília, informando sobre a precariedade que se encontrava o monumento e apontando a falta de responsabilidade de determinados setores quanto ao processo de tombamento. Além disso, e apela para uma solução definitiva em virtude da realização da Festa da Uva e a visita do Presidente da República. Uma cópia do referido documento foi endereçada ao Deputado estadual pelo Partido Democrático Social (PDS), Sr. Vitor Faccioni, solicitando apoio na concretização da reforma.

Era de conhecimento da população que havia um movimento do legislativo caxiense em favor da reforma do Monumento. Entretanto, as conexões com Brasília foram mais intensas, já que o Deputado Faccioni enviou dois Telex<sup>322</sup>, um endereçado ao Tenente Coronel Piero Ludovico Gobbato, natural de Caxias do Sul, que era Assessor Chefe Especial da Presidência da República o qual repassando a solicitação ao Ministério da Cultura, solicitava providências; o outro endereçado ao General Ruben Ludwig, Ministro Chefe Casa Militar da Presidência da República<sup>323</sup>. De modo mais incisivo, solicitava a interferência para a solução definitiva junto ao governo, descrevendo que se tratava de importante monumento, um símbolo representativo do progresso local, abandonado pelas políticas federais<sup>324</sup>.

---

<sup>321</sup> Correspondência do dia 08/02/1984 enviada pelo Presidente Regional para Cel. Sérgio Secretaria Geral. Arquivo da 12<sup>o</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>322</sup> Telex é um sistema internacional de comunicação escrita que prevaleceu até ao final do século XX. Consistia numa rede mundial com um plano de endereçamento numérico, com terminais únicos que poderia enviar uma mensagem escrita para qualquer outro terminal.

<sup>323</sup> Correspondência do dia 15/02/1984 enviada pelo Deputado Vitor Faccioni para Tenente Coronel Ludovico, Assessor-Chefe Especial da Presidência da República. Palácio do Planalto Brasília DF. Gobbato repassou para o Ministério da Cultura. No referido documento esta escrito à mão: A secretaria da Cultura, da ordem, solicitando resposta URGENTE. Arquivo da 12<sup>a</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>324</sup> Correspondência do dia 15/02/1984. Encaminhada pelo General Ruben Ludwig. Ministro-Chefe Casa Militar Presidência da República. Encaminhada a Luiz Henrique Abreu de Moraes e para o Professor Marcos Vilaça – Secretaria de Cultura Brasília DF. Arquivo da 12<sup>o</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.



FIGURA 46 – Museu Casa de Pedra, 2007  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul.

As demandas surtiram efeito rapidamente. No início do mês de março houve um contato entre o Prof. Marcos Vilaça, da secretaria de Cultura em Brasília, e o Coordenador da Delegacia regional do SPHAN<sup>325</sup> em Porto Alegre, informando sobre a reunião que seria feita entre o Instituto, a Universidade de Caxias do Sul e o Coronel Sérgio Pasquali para reorganizar uma comissão com fins de recuperação do monumento, além da destinação de verbas pelo próprio Ministério para o restauro, a instalação de Museu e a urbanização das áreas próximas com o assessoramento de técnicos do SPHAN.<sup>326</sup>

<sup>325</sup> Trata-se de um Instituto ligado ao Governo Federal, mas que pelas mudanças políticas tendo seu nome e ações alterados em diversos momentos da história brasileira. Assim se fala nessa tese do Instituto ou de sua Sigla de acordo com período em que este circunscrito. Em 1946 - O SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); 1970 - O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 1979 - O IPHAN é dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo; 1990 - A SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); 1994 (6 de dezembro) - Medida Provisória nº 752 transforma o IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em 2000 instituiu-se de acordo com o Decreto nº 3.551 o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; e em 2006 (fevereiro) - Por ocasião da mudança de direção do IPHAN, entrando o arquiteto Luiz Fernando de Almeida, o Programa Monumenta, o qual ele coordenava e continua coordenando, passou a ser integrado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>326</sup> Correspondência de Sérgio Pasquali, aos cuidados do Senhor Curtis, diretor da 10ª DR SPHAN RS. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.



### 5.3 PATRIMÔNIO CULTURAL, LEGISLAÇÃO E NÚCLEO PRESERVACIONISTA EM CAXIAS

#### 5.3.1 O Arquivo Histórico Municipal

Ao contrário do Monumento ao Imigrante, que possuía admiradores das altas cúpulas de poder da cidade, ou da Casa de Pedra, que fora instituída às pressas como símbolo da Imigração Italiana, o Arquivo Histórico Municipal, também chamado de “Hospital Carbone” ou ainda “Casa de negócio Vicente Rouvea”, foi a primeira edificação selecionada pelo campo patrimonial que se constituía desde 1974 em Caxias do Sul.



Figura 47 – Casa Comercial deu lugar ao Hospital Beneficente, 1931  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Exemplo de monumento histórico ele foi resultado do combate entre as confusões institucionalizadas e a busca por uma aproximação do ambiente construído como uma alegoria ao *direito à cidade* anteriormente referido, permanecendo como fundamental registro da luta pela preservação. Em um dos discursos proferidos por uma das personalidades inseridas no campo da preservação do patrimônio histórico cultural de Caxias do Sul, o professor Juventino Dal Bó<sup>327</sup>, é possível notar as condições que alinharam o complexo

<sup>327</sup> Depoimento In: MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°1, 1999, p. 3. Professor Juventino Dal Bó, durante a década de 80, coordenou o Museu Municipal, e o Arquivo Histórico Municipal. Durante grande parte da década de 90 devido às mudanças políticas ficou à parte da condução das políticas de preservação, retornando apenas em 1997, após a eleição para Prefeito de Caxias do Sul de Gilberto Spier Vargas do Partido dos Trabalhadores, quando foi diretor do Departamento de Memória e Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Caxias do Sul.

debate que levou a edificação a ser tombada<sup>328</sup> e, mais tarde, transformada no Arquivo Histórico Municipal. É possível notar que o processo, o qual durou duas décadas, foi complexo e, portanto, não há suavidade em seu tom:

[...] a luta para preservar este prédio foi longa e ferrenha. Lutou-se contra o capital, a ignorância e o esquecimento. Lutou-se contra os que acham só quatro paredes de um galpão sem importância; até aqueles que achavam mais importante construir casas nos bairros e dar assistência aos pobres do que preservar um prédio para deleite de alguns. Quantos enganos! Como não percebem que o bem e o progresso econômico e social devem andar de mãos dadas com a cultura e o lazer, afinal, são vasos comunicantes! Depois de vinte anos de desencontros, aí está o velho casarão preservado a dizer para a cidade, que é uma casa de todos e que quer guardar a memória de todos, dos que a conhecem, dos que a amam e dos que a elegem como seu lugar. <sup>329</sup>(grifo nosso)

O que se observa é a apresentação sem eufemismos do que muitas vezes motivou o descaso do patrimônio na cidade como também fora dela. Em seu texto, o Prof. Juventino, elege a assimilação capitalista do espaço como uma das causas da destruição do patrimônio e mostra que existiam diferentes representações sobre o ambiente construído, sendo precária a valorização da edificação pelo viés artístico e, portanto, considerada por algumas personalidades como um “um galpão sem importância”. Para o prof. Juventino, entretanto, tratava-se de edificação que revelava uma parte da urbanidade de Caxias do Sul, concepção cara àqueles que se preocupavam com uma preservação de caráter antropológico.

Essa compreensão dá um tom de crítica ao progresso onde a questão cultural deveria estar ligada, e em que a edificação pode ser lida no conjunto urbano como um texto em que se pode encontrar a história local. Diante da possibilidade de resguardar outras edificações espalhadas pela cidade, a casa de negócio Vicente Rouvea consistiu na escolha que a interlocução da consciência preservacionista.

Por se tratar de uma das primeiras construções de alvenaria da cidade do início do século XX, que já havia servido de moradia, casa de saúde, hospital beneficente e habitação coletiva, ela foi tratada como um documento a ser preservado, de caráter cultural, que abrangia elementos de estilo eclético predominante na arquitetura os quais se apresentavam

<sup>328</sup> TOMBAMENTO: Arrolar, inventariar, registrar os bens culturais, reconhecendo-os como integrantes do patrimônio nacional, estadual ou municipal. A palavra tomar é uma herança do direito português, que tem como sinônimo demarcar. É também o registro, o arquivo e a catalogação de documentos públicos ou históricos. Educação Patrimonial Departamento de memória e Patrimônio de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Maneco, 2004 p. 20.

<sup>329</sup> MIRANTE. Revista do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, nº1, 1999. A pesquisa realizada e publicada que está contida nesses cadernos foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo era publicar um resumo da história de determinados bens que foram preservados e parte do seu processo de preservação.

nas edificações centrais da cidade de Caxias. Os estilos transitavam entre o *Art Decó*, o *Protomoderno* e o moderno e derivavam do encontro do que Segawa (1995, p. 7) define “modernidade pragmática” – difusa, sem programa definido, mas que se alimentava de uma vontade de exprimir ideias novas, de tentar ser moderno mesmo sem ter clareza de qual modernidade. Já em fase precária e sob ameaça de demolição, desencadeou a inquietação de parte da sociedade na tentativa de mantê-lo completo, com a argumentação de ser um objeto que trazia a *memória coletiva* da cidade, numa função de articulador da expressão identitária de um grupo social em determinado tempo histórico em Caxias.

[U]ma parte daquilo que fora construído pelos antepassados, a representação de sonhos e desejos, era destruída, ou pela ação do tempo ou pelas mãos do homem que não valorizou a caminhada dos pioneiros desta terra.<sup>330</sup>

Embora fossem diversos os argumentos utilizados para defender a preservação, sem que houvesse uma conformidade de critérios, parece haver uma linha tênue que os liga, sendo este a noção de patrimônio cultural presente num processo de materialização da noção de “cultura”, já que na intencionalidade de rever o passado, incontrolavelmente ele se implica, à nossa revelia, em práticas e representações (GONÇALVES, 2005, p.20). Ocorre que a diferença foi o aspecto de ressonância, que cada grupo teve ou não na sua prática preservacionista, perante o conjunto social e as políticas públicas.

Para um grupo, em especial ligado à classe política e ao Executivo Municipal, a construção do passado, em meados de 1970, estava fortemente marcada pelo caráter da afirmação da memória regional, como um símbolo de progresso com uma linha graduada em um tipo de evolucionismo, num rever do final do século XIX, posto na celebração das rotas históricas de mão única escrita pelos “vencedores” e da inevitabilidade da vitória dos que “triunfaram.”

Essa é uma ponderação semelhante sobre as cidades pesquisadas nessa tese: do planejamento da malha urbana, da tentativa de organização do espaço, da delimitação através dos códigos de ordenamento urbano e dos códigos de postura. Uma característica do pensamento evolucionista, que permite a alteração da cidade quando está de acordo com as alterações nas atividades econômicas, na composição tecnológica, nas relações de trabalho, nas transformações cotidianas. Sobre as edificações escolhidas, muitas vezes paira um sentido etapista, como se a soma desses resultassem no desenvolvimento urbano. Como uma sombra

---

<sup>330</sup> Revista MIRANTE. Produzida pelo Arquivo Histórico Municipal. *op. cit.* p. 31. Texto produzido por Elenira Prux e Maria Beatrís Gil da Silva.

do pensamento de Spencer ou Comte, os termos de evolução, desenvolvimento e progresso passavam a ter o mesmo sentido, sempre associados a evolução tecnológica, sendo a cidade a testemunha desse processo, de tal forma que Caxias é constantemente representada imagéticamente como uma cidade moderna traduzida na expressão “que deu certo”.

Contudo, é fundamental sublinhar outro aspecto do embate preservacionista, presente na visão que o segundo grupo, ligado à preservação no sentido cultural, se utiliza na reinterpretação do texto urbano. Assumindo a constatação essencial de que cada presente abre uma multiplicidade de futuros possíveis relativiza a noção de progresso numa crítica cultural. Nesse episódio, a comunidade passa a se perceber portadora de bens culturais que demarcam sua condição na formação da cidade e, portanto, tratando de pensar o processo de realização e não um caminhar rumo ao infinitamente futuro progressista que os espera. Tal como o Pensamento de Walter Benjamin, denuncia a quantificação, a mecanização da vida, a reificação das relações sociais.

Nesse sentido, se o Estado (poder municipal) promove determinado foco em suas escolhas de salvaguarda, vale lembrar que o patrimônio como categoria de pensamento se forma na experimentação, na apropriação ou na percepção cotidiana, tendo na comunidade uma ressonância que faz salvar o bem como se preservasse a subjetividade, ou como se oferecesse um modelo de cidade frente ao avassalador poder dos negócios e do ritmo frenético do padrão de cidade-metrópole-progressista (SIMMEL, 1973, p.12).

Nesse sentido, o aspecto indicado durante esse processo, que ameaçava as edificações centrais consideradas de valor histórico, era a crescente especulação imobiliária, também sendo o prédio do antigo Hospital Carbone o marco inicial de uma nova etapa de preservação da história de Caxias do Sul que se voltava à preservação da memória coletiva e da luta por ela. Em 1979, os profissionais que trabalhavam no Museu Municipal e no Arquivo Histórico Municipal deram início a uma campanha para sua preservação, formando um grupo que contava com estudantes, artistas locais, professores, arquitetos, engenheiros, estudantes secundaristas, do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho e da Coordenaria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – CPHAE.<sup>331</sup>

Perante tantas movimentações do movimento urbano que buscava garantir a preservação do prédio, o legislativo caxiense em outubro de 1979 criou o COMPAHC, a “Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico de Caxias do Sul”, que tinha por objetivo estudar as possibilidades de preservação do prédio, mantendo contato com a comunidade,

---

<sup>331</sup> Revista MIRANTE, *op.cit.* p. 32.

com o Executivo Municipal e com os advogados representantes dos proprietários<sup>332</sup>. Essa possibilidade advém de alguns fatores que cabem ser mencionados: a preservação da Casa de Pedra, a formação de seminário sobre a Imigração dentro na Universidade de Caxias, a formação de uma consciência preservacionista, o contato com profissionais responsáveis por intervenções e preservação como o COMPAHC de Porto Alegre<sup>333</sup>, o IPHAN<sup>334</sup>, o IPHAE que já atendiam em seus programas de restauração e preservação, as indicações da Convenção Geral das Nações Unidas relativa à proteção do patrimônio mundial e a lei que dispunha de criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.<sup>335</sup>

Naquele mesmo ano, o assunto ganhava visibilidade maior quando o Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho publicou no jornal *Correio do Povo* um manifesto no qual faz uma dura crítica aos defensores da demolição da edificação:

Parte da memória caxiense principia a ser destruída pela picareta iconoclasta, que não respeita os documentos do passado. Mais uma vez triunfou a especulação imobiliária contra a tradição e a história. Os prédios antigos são páginas abertas da história de uma comunidade, além de serem exemplares arquitetônicos de épocas determinada [...].<sup>336</sup>

Verifica-se na análise do manifesto, a utilização, se utiliza de uma linguagem romântica visando sensibilizar a comunidade em defesa das memórias locais junto à questão nacional abordando a visão de mundos antagônicos. Abre-se aquilo que Henri Lefebvre (2001, p.92), na década de 1960, vem traduzindo como “dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana da sociedade.”

---

<sup>332</sup> LEI n° 2.515 de 15 de outubro de 1979. As entidades eram: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul (SEAAQ), Associação de Bairros, Centro de Ciências Humanas e Artes e Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul, Diretório Central de Estudantes (DCE), além de outros que estavam envolvidos com o processo de preservação. O Executivo Municipal era representado pelo Prefeito Mansueto de Castro Serafini Filho. Essa lei foi revogada na sequência devido novas providências sobre o tema da preservação. Revogada pela Lei n° 2.917, revogada pela Lei n° 5.006 de outubro de 1988, revogada pela Lei n° 5.657 de junho de 2001, revogada pela Lei 5.872 de julho de 2002 e pela Lei n° 6.035 de julho de 2003.

<sup>333</sup> Em Porto Alegre o COMPAHC foi criado pela lei n° 4.139 de julho de 1976 possuindo representação, designada pelo prefeito, dos membros do IPHAN, do Instituto Histórico e Geográfico, do Instituto de Arquitetos do Brasil, da Sociedade de Engenharia e da Associação Rio-Grandense de Imprensa. Foi em 1979 que o Conselho efetivou a preservação dos primeiros bens. Isso teve ressonância no caso em Caxias, porque havia, diante da luta pela preservação do Hospital Carbone, havia intenso contato entre os grupos.

<sup>334</sup> Em 1970 - O DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>335</sup> Decreto n° 80.978 de 12 de dezembro de 1977 da Presidência da República sobre proteção patrimonial mencionando as indicações da ONU e, a Lei n°6513 sobre a criação de áreas de interesse.

<sup>336</sup> Manifesto do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho. Publicado no jornal *O Correio do Povo*, 23/06/1979. s.p. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

Somos um país em formação, que está diante de uma encruzilhada: ou aceita os valores pragmatistas de uma sociedade de consumo ou se volta para os autênticos representados por um imenso cabedal, que nos foi legado por nossos maiores. Quanto mais destruímos tais valores, tanto mais corremos o perigo de perdermos nossa consciência nacional e nos transformarmos em meros robots das multinacionais da cultura, que cada vez mais bombardeiam com os seus produtos, visando a enterrar a alma brasileira. (LEFEBVRE, 2001, p.92) (grifo nosso)

A crítica cultural à civilização capitalista, se traduzia em uma exigência nas linhas do manifesto, tratava-se de encarar a crise nos olhos e inventar uma vida urbana alternativa com menor grau de alienação, mais significativa e divertida, porém, como sempre conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates e à eterna busca de uma sociedade incognoscível, isto, é idealizada.

Entretanto não havia, por parte do poder público Municipal uma recomendação de acionar qualquer dispositivo legal para a proteção, tocando lembrar que em 1975, mesmo sem legislação específica ocorreu a preservação da antiga Casa de Padra com as devidas prerrogativas. Trata-se, antes de tudo, de estabelecer medidas diferentes que dependiam da ambição política. Diante do entrave em que estava a situação, isto é, na relevância de um terreno de enorme valor econômico, a comissão tentou sensibilizar a comunidade, chamando a atenção para a necessidade de preservação do bem cultural.

Foram organizados por artistas locais sarais culturais e produções artísticas variadas sobre a edificação. Essas produções foram colocadas à venda e o valor revertido para a campanha. Além disso, foram realizados atos em frente ao prédio com cartazes referente à preservação, além de distribuição de panfletos para a comunidade e reuniões periódicas no Museu Municipal. Em uma das manifestações realizadas em favor da preservação da memória individual, ocorriam entrevistas de pessoas da comunidade que demonstravam sua afeição pela história da edificação: “Além do aspecto pessoal pelas recordações que ele me traz, conforme a história contada pela minha mãe, se trata de uma obra de inegável valor histórico”.<sup>337</sup>

A campanha teve mais repercussão ainda em nível estadual, chamando a atenção de outros grupos intelectuais. Dentre eles, o destaque do professor e filósofo, Gerd A. Bornheim.

Costuma-se dizer que o grau de civilização de um povo está no cultivo da própria memória. E realmente, é já na preservação de uma certa paisagem que uma cidade consegue definir até mesmo a sua identidade, o seu perfil mais característico [...] tanta dificuldade em aceitar essa ação civilizatória mínima que consiste na preservação do passado, que seja necessário fazer campanhas para defender conceitos que soam de modo abstrato, ou que se confundem com boa intenção que parece não ir além da futilidade alheia ao peso do progresso [...] Isso explica

---

<sup>337</sup> Depoimento de Maria Rovea Pruneli. Uma das antigas proprietárias das casas antigas do centro de Caxias do Sul. Banco de memórias do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. In: MIRANTE *op.cit.* p. 33.

que a preservação do passado se tenha tornado em nosso tempo, uma necessidade vital, quase sinônimo de sobrevivência.<sup>338</sup>

Embora ainda não houvesse o dispositivo legal do tombamento normatizado, até mesmo porque o Conselho recém havia sido formado, não se deixava de ser atribuída a responsabilidade do poder público municipal de utilizar as formas de anos anteriores, já que havia ressonância entre parte considerável da população sobre o significado da edificação. A preservação já incluía pensar em formas de garantir certo grau de segurança, através da



Figura 48 – Luta pela preservação da edificação, 1979.  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

rearticulação do discurso da identidade local. O que era atribuído pela população às edificações inaugurava uma memória coletivizada e, na fala do Prof. Bornheim, apresenta-se a clivagem entre as concepções de progresso e de modelo de cidade.

Municipal

<sup>338</sup> Revista MIRANTE. *op.cit.* p. 33. Lecionou filosofia inicialmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo cassado pela ditadura militar em 1969. Residiu alguns anos na Europa, e quando retornou ao Brasil fixou-se no Rio de Janeiro, sendo professor de filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Filósofo e crítico de Arte, foi professor de uma geração de filósofos do Brasil, como Leandro Konder e Ernildo Stein. Dedicou diversos trabalhos à filosofia moderna e contemporânea, destacando-se por seus estudos sobre Jean-Paul Sartre e Martin Heidegger. Apontado na *História da Filosofia Contemporânea* de J. Hirschberger como um dos expoentes da filosofia brasileira, é também um dos responsáveis pela recepção do pensamento de Heidegger em seu país, como vemos na biografia de Heidegger assinada por Rüdiger Safranski (2000). Outro de seus importantes interesses foi o teatro, ao qual dedicou livros (um deles, à estética de Bertolt Brecht) e artigos de jornal. Bornheim faleceu em 2002, no Rio de Janeiro. Banco de memórias do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Foi de grande destaque o depoimento enviado pelo professor devido sua importância no meio acadêmico local daquele período e, segundo a publicação, serviu de fonte como um grande manifesto em favor da preservação do referido edifício.

Na prática esses movimentos urbanos reivindicavam o direito a uma cidade que ainda sobrevivia à destruição criativa da (hiper)modernidade; uma cidade que ainda estava por ser descoberta; uma cidade utópica, de onde era possível conferir novas interpretações sobre seu texto frente ao fenômeno global de gentrificação e transformação da morfologia urbana que ocorria em escala mundial.

Nesse contexto, as alterações dos *espaços de memória* deixaram de serem consideradas algo fútil, para se tornarem e sim a fonte de vida para determinado povo, cabendo lembrar que ainda havia muito trabalho a ser realizado.

O “nosso tempo”, ao qual se refere Bornheim, é o período da desconfiança sobre o progresso, sobre a fragmentação e o fugidio, sobre a confusão do homem frente ao próprio desenvolvimento e que, por conseguinte, apaga sua memória, gera esquecimento, atentamente analisado no primeiro capítulo. É nesse contexto que a convenção relativa à preservação do patrimônio da UNESCO influencia os organismos locais que estavam ainda em fase de organização de uma matriz preservacionista, adotando medidas para sua salvaguarda. Conforme o documento havia a possibilidade de se perder as múltiplas formas de interpretação da vida moderna urbana, se não houvesse fonte para avaliações futuras e,

[C]onstatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pelas mudanças da vida social e econômica (grifo nosso), que as molestam com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis; [...] <sup>339</sup>

O documento também observa a cooperação entre a comunidade e o Estado:

Considerando que, a amplitude e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, cabe à coletividade internacional, como um todo, tomar parte na proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, mediante a prestação de uma assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complete eficazmente; [...] <sup>340</sup>

Diante de intensidade dos debates e a partir da mobilização, a atenção da imprensa foi ampliada. Todas as partes da sociedade reivindicavam essa “cidade”. Isso gerou uma luta *a priori* que procurava definir a palavra “direito” e “propriedade” como objeto de disputa, pois, a partir dali, se conseguiria materializar uma outra urbe. Perante as tratativas

<sup>339</sup> CONVENÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Conferencia Geral das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura. 17ª sessão – 16 de novembro de 1972. UNESCO, Paris. Esta convenção, aprovada na respectiva data foi apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 1977 pelo Decreto legislativo nº 74 e, promulgado pelo Presidente da República Ernesto Geisel em 12 de dezembro de 1977 pelo Decreto nº 80.978.

<sup>340</sup> Revista MIRANTE. *op.cit.* p.36.



entro o COMPAHC e parte da iniciativa privada local, o prédio e o terreno foram adquiridos em 12 de setembro de 1979, realizando a permuta com o Poder Público Municipal. A doação pelo poder público deveria levar em conta que a edificação teria a preservação de suas características arquitetônicas originais, com fins de tornar-se um local de espectro cultural. Em carta aberta, as empresas que adquiriram o imóvel transitam sobre o conceito novo de patrimônio e apresentam-se como grupo preocupado com essa preservação:

A comunidade quis fazer do velho edifício um monumento que simbolizasse o despertar para a valorização de nosso patrimônio histórico-cultural. A sensibilidade e o espírito comunitário de empresas de Caxias do Sul permitiram que isso se realizasse: Madezorzi, Eberle, Madezatti, Pratavieira, Agrale, Fras-le, Marchioro, Bertussi, J.J.Eberle, Peteffi, Madeireira Pisani, Madal, Basa, Magnabosco, Metalúrgica Sulriograndense, Pastifício Caxiense, Randon, Sulenge, Triches, Gazola.<sup>341</sup>

Entretanto, não segue a mesma proposta de preservação na carta de intenções que, em troca da doação, ficou firmado em lei que no restante do terreno poderia ser construído um prédio em forma de “L” com altura superior àquela permitida para a zona em questão<sup>342</sup>. Dessa maneira, as concessões dadas pelos agentes que realizam a produção capitalista do espaço nunca são concretizadas em estilo abnegativo. O acordo fora praticamente pouco comentado entre os participantes do “negócio”, pois o caráter especulativo dos investimentos urbanos deriva da capacidade de atrair fluxos de produção em um mundo de volatilidade econômica. Por vezes, a “parceria público-privada” equivale a conceder subsídios às empresas afluentes e às atividades de controle importantes para que elas ampliem seu poder sobre as cidades, mesmo que às custas do consumo coletivo.

Após a consolidação da preservação do prédio, o Museu Municipal e o Arquivo Histórico Municipal iniciaram outro momento que seria transformar a edificação em um centro de documentação, já que milhares de documentos estavam arquivados em condições precárias no anexo do museu da cidade. Mesmo legalmente existindo<sup>343</sup>, o arquivo histórico não dispunha de local oficial para o acondicionamento adequado de todo o material ainda existente.

---

<sup>341</sup> Jornal de Caxias. 7 de setembro de 1979.s.p.

<sup>342</sup> Lei nº 2.750 de 22 de setembro de 1982 e Lei nº 2.899 de 17 de agosto de 1984. A escritura pública de doação do imóvel foi lavrada em 25 de outubro de 1985.

<sup>343</sup> O Arquivo histórico havia sido criado a partir do decreto nº 4047 em 05 de agosto de 1976. Contudo, ele começou a ser formado um ano antes do centenário da imigração italiana. A documentação continha milhares de documentos entre eles: relatórios, requerimentos, jornais, passaportes, fotografias e outros registros.



FIGURA, 49: Após 20 anos de debates, restaurado e transformado em Arquivo Histórico Municipal  
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

No entanto, O SPHAN produziu, mais especificamente, uma investida na preservação em Caxias do Sul. Grande parte do núcleo intelectual local mantinha frequente contato, a partir da década de 1970, com o Instituto, devido à necessidade de arranjo sobre as políticas nacionais e internacionais de proteção dos bens culturais. Dessa maneira, observa-se a elaboração e a divulgação de uma nova noção de patrimônio, produzindo debates referentes aos bens culturais, portadores de qualidades e passíveis de salvaguarda. A própria postura do órgão era fundamental para reforçar as ações tomadas no âmbito regional. Em ofício da diretora do Museu de Caxias do Sul, Nelly Zatty, encaminhado à 9ª delegacia regional do IPHAN sobre a preservação do edifício Carbone, afirmando que

[T]odos os esforços dispendidos no intuito de salvar o prédio histórico hospital Carbone foram inúteis [...]. Salientamos que seu apoio foi de grande valia no desenrolar da campanha. Diante dos novos acontecimentos infelizmente somos obrigados a solicitar nova manifestação de sua parte.<sup>344</sup>

A ação do Museu Municipal era tentar preservar as edificações de valor histórico de modo que a solicitação ao Instituto era um dos recursos necessários, devido a seu reconhecimento. Sua prática ia no sentido de incorporar noções de sentimentos e significados com a finalidade de criar uma relação com elementos imagéticos e redefinir um outro modelo de cidade. Muitos dos intelectuais ligados à Universidade de Caxias do Sul, à Secretaria de Cultura e ao Museu pensavam a preservação nos moldes desenvolvidos pelo SPHAN e Fundo

<sup>344</sup> OFÍCIO n° 30/79 do Museu Municipal para Diretoria Regional do IPHAN Porto Alegre em 19/06/79. Arquivo da 12ª Subsecretaria do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional RS.

Pró-Memória, demonstrando que o poder executivo trabalhava de maneira paralela já que mantinha como prioridade somente em organizar os festejos da empresa FESTA DA UVA, garantindo o caráter apenas turístico da história da imigração e tratando de dar amplitude a essas o que fortalecia o discurso laudatório em jornais, álbuns, periódicos e entrevistas.<sup>345</sup>

Por falta de legislação municipal, a preservação se mostrava limitada; e a condição do poder executivo, contraditória; visto que, de um lado, existia uma consagração das origens da cidade através de atividades que debatiam a imigração, por outro, acabava consentindo na destruição do patrimônio edificado, sob a propaganda da modernidade. Pode-se referir que a orientação e eficácia do trabalho com o patrimônio dependem do projeto de sociedade e do tipo de relações que se deseja instaurar entre seus habitantes (MENEZES, 1992, p. 23), sendo o processo de modernização da cidade e de seus artefatos, um complexo jogo de interesse daqueles que a governam. Assim, em uma espécie de esquizofrenia cultural, “produzia-se” cultura sem preservar seus vestígios.

Em relação à edificação do Hospital Carbone e da transferência da documentação que estava esquecida pelo poder público, ainda permanecia a necessidade de outras ações no sentido de dar continuidade a sua valorização, pois a prédio precisava de uma melhoria em sua estrutura para se tornar de fato um ponto cultural da cidade. Durante quase dois anos, esse local foi sede para ensaios de peças musicais de coral e orquestra sinfônica e para a iniciar a reforma durou mais um ano, já que tudo dependeu da aprovação de um convênio entre a prefeitura e a Secretaria de patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Foi apenas com a lei nº 2.946, de 26 de dezembro de 1984, que o poder executivo autoriza a Secretaria Municipal de Cultura firmar convênio com junto a subsecretaria do SPHAN para iniciar as devidas melhorias na edificação, em que 80% do financiamento da restauração da cobertura eram garantidos pela Fundação Pró-Memória.<sup>346</sup> No relatório da Arquiteta Lúcia Ana Meira, enviado ao Sr. Curtis, diretor da 10ª delegacia regional do SPHAN-Pró-Memória, destaca-se a participação dos agentes locais para que o acordo fosse efetivado

---

<sup>345</sup> Jornal Pioneiro. 1974 - 1975. Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC). Com frequência havia reportagens sobre os preparativos da Festa Nacional da Uva. Praticamente todos os dias havia publicações sobre o tema bem como as avaliações após seu encerramento. A partir da linguagem laudatória de jornalistas seguidamente enaltecia-se aspectos relevantes ao suposto trabalho do imigrante como transformador da região em uma das localidades mais prósperas do país.

<sup>346</sup> A Fundação Pró-memória era oriunda do antigo Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975, pelo Ministério da Cultura. Em 1985 seus projetos foram unificados ao do SPHAN-Pró-Memória.

[...] o que torna o objeto museológico ou as fontes existentes num arquivo histórico vivas, é o trabalho de pesquisa, interpretação análises sobre elas. A comunidade é protagonista e a ela deve reverter o resultado e o sentido do resgate.<sup>347</sup>

Entretanto, entre a remessa dos valores e o início da obra, ocorreu um hiato de mais dois anos, ficando para o ano de 1987 o respectivo envio dos valores do convênio e o respectivo início da reforma.<sup>348</sup> A perspectiva era de que, além da reforma efetiva da edificação, houvesse a preservação da documentação sobre a história da cidade que se encontrava em condições de degradação em um arquivo improvisado pela Prefeitura.

Especialmente no que diz respeito à proteção do patrimônio arquivístico do município de Caxias do Sul, manifestamos nosso interesse, empenho e colaboração para que sua nova sede – antigo Negócio de Vicente Rouvea e também antigo Hospital Carbone – venha a ser concluída. Assim, os milhares de documentos de origem pública e privada, milhares de documentos visuais – fotografias e cartões-postais, centenas de periódicos [...] ficarão realmente protegidos e assegurados às novas gerações.<sup>349</sup>

Mesmo com as obras das instalações, iniciada em 1987, ainda assim a alteração do arquivo municipal foi interrompida devido à paralisação da reforma ainda no ano de 1987. Isso ocorreu devido ao incêndio no edifício da Prefeitura, que transformou o ainda inexistente Arquivo Municipal em sede da secretaria da cultura no ano de 1992.<sup>350</sup> A conclusão da obra só foi realizada após 1996, com a transferência definitiva da secretaria para outro local e a finalização da reforma em todo o prédio, junto do arquivamento da documentação.

Apesar do atraso, o processo instalado desde a década de 70 acabou gerando um debate sobre a preservação do patrimônio cultural edificado, que se intensificava mais diante da possibilidade de proteção de outras edificações que estavam sendo alvo de políticas de reorganização das secretarias municipais. Dentre elas, ocorria a demanda por parte da comunidade de um centro de cultura, ideia que surgiu da ação da direção do Museu e do

---

<sup>347</sup> Comunicado Interno do SPHAN-Pró-Memória. 18 de agosto de 1986. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>348</sup> O convênio determinava que dois terços do valor de Cz 199.000,00 (cento e noventa e nove mil cruzados) financiados pelo Instituto, seriam para o restauro da edificação. Diante deste número é possível confirmar que os valores destinados a outras atividades relativas a preservação sempre foram de vulto, pois em alguns casos se aproximavam ao valor que fora destinado ao hospital Carbone.

<sup>349</sup> Depoimento de Luiz Antonio Volcato Custódio – Diretor da 10ª Delegacia Regional – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação Nacional Pró-Memória. Porto Alegre, 10 de março de 1989. In. MIRANTE, *op. cit.* p. 36.

<sup>350</sup> Em relatório do Iphan, é anotado que o Instituto fez uma série de recomendações sobre o uso diário do prédio para que não tivesse seu patrimônio destruído. Em 1992, foi realizada uma vistoria que sugeria que a edificação fosse utilizada como espaço cultural e não administrativo, e destacam que a mesma edificação estava sujeita ao descaso da administração e deteriorada pelo tempo de utilização além do inconcluso restauro iniciado em anos anteriores.

Arquivo em conjunto com uma série de visitas e relatório promovidos pelo SPHAN, ainda na década de 80.

Ocorria que, dentro do serviço público de Caxias havia um grupo coeso, engajado com a temática da preservação, que realizava suas ações independentemente da ação do poder público, embora nem sempre estivesse sob o mando do mesmo partido político ou prefeito. Dessa forma o grupo não parecia preocupar-se com quem era o prefeito, de forma que sua iniciativa era tomada dentro da Secretaria de Cultura e Educação e em geral se focava nas ações frente ao Museu e Arquivo Municipal. Tal como La Plata, o poder público municipal não dissentia da especulação imobiliária.

Entretanto, nem tudo tratava-se de uma liberdade, pois o Estado assume, em princípio, a tutela do patrimônio, mas o embate vai se dar na definição das estratégias, assim como os valores e conceitos subjacentes. São aqueles que conseguem ler o fenômeno urbano: ora especialistas da memória e da história, ora o cidadão comum, aquele que passeia cotidianamente e que, nesse processo, vai construindo uma identidade mais ampla, que tenderá a proceder uma nova categoria ao patrimônio consagrando um “nós” com vínculos de responsabilidade perante os lugares sociais e afetivos.

### **5.3.2 Cantina Antunes: um projeto cultural**

Tal como já indicado, após a década de 60, houve constante modificação no cenário econômico internacional. Isso se fez sentir na modificação dos hábitos, costumes das sociedades, bem como na emergência de novas maneiras pelas quais as sociedades experimentam o tempo e o espaço. Na região nordeste do Rio Grande do Sul, entre 60 e 80, surge a crise da vitivinicultura, cuja decadência foi causada: pelo baixo consumo do vinho no Brasil; pela qualidade inferior dos vinhos nacionais comparando-os com os internacionais; redução de investimentos; pela defasagem tecnológica; e pelo aumento do consumo de refrigerantes e cervejas no país e particularidades nas administrações das grandes cantinas (FRIZZO, 1997, p.127).



Figura 50 - Cantina Antunes, aprox. 1935  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

Essa nova etapa da modernidade ocidental ampliou-se a partir dos mercados, da fabricação de novos produtos, bem como sua distribuição e as modas; os estilos, o mercado de entretenimento foi utilizado como meio de potencialização de diferentes formas de aproveitar esse novo tempo. Ocorria problema com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam a flexibilidade de planejamento e crescimento do mercado de consumo.

A crise atingiu parte das empresas de Caxias, algumas a ponto de buscar fora do estado capital suficiente para solucionar parte do problema. No caso do setor da vitivinicultura, a Luiz Antunes S/A, tradicional empresa caxiense, teve que colocar seu patrimônio à venda, em virtude da perda de espaço no mercado, bem como seus empréstimos a bancos.

Houve uma tentativa não concretizada de fusão entre as empresas Luiz Michelin Agricultura, Indústria e Comércio (Cantina Antunes) e E. Mosele (Cantina Mosele), sem sucesso, o que ocasionou o encerramento de ambas. No caso da cantina Antunes, em dezembro de 1984, as dívidas com a União aumentaram de forma que os maquinários, bens móveis e pipas foram retirados do local e leiloados. O espaço da Cantina foi cedido pela União à Prefeitura em 1988, enquanto o prédio da E. Mosele foi demolido para reutilização do espaço pela União.



Figura 51 - Complexo antes da destruição, 1985  
 Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

Foi assim que, diante dos estudos sobre o Centro Histórico da cidade, do constante debate sobre a temática da origem de Caxias, da produção científica e da insurgência contra o poder executivo por parte dos grupos preservacionistas e da comunidade, ocorreu outra mobilização que resultou na Lei nº 2.927 de 7 de novembro de 1984, determinando que a localização onde ficava o conjunto arquitetônico da antiga Cantina Antunes ficaria como área de preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Caxias do Sul. Desse modo, o imóvel não foi arrematado em leilão, ficando para a Fazenda Nacional. Existia claramente a tentativa de salvar o patrimônio edificado e documental por parte de alguns órgãos públicos e entidades civis, embora as ideias dificilmente se concretizassem após a aprovação da lei. Enquanto o processo se realizava, muitos documentos, fotografias e objetos foram furtados daquele complexo.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul (COMPAHC) encaminhou, em 1983, à Prefeitura Municipal uma proposta elaborada pelo próprio Conselho, Museu municipal, Arquivo Histórico Municipal e o Gabinete Municipal de Administração e Planejamento (GAMAPLAN) sobre a possibilidade de revitalização do espaço da Cantina. No documento, assevera-se que a Cantina era

[...] um espaço produtivo pronto para ser reativado em toda sua capacidade de produção e geração de empregos. [...] A proposta principal é a de que o conjunto seja recuperado e a cantina volte a funcionar novamente abrigando uma estação experimental. Os pavilhões restantes poderiam abrigar atividades voltadas para o lazer e a cultura regional: restaurante, teatro de arena, salas de aula e reuniões e o arquivo

geral da uva e do vinho, que abrigaria convenientemente os acervos das companhias vinícolas da região.<sup>351</sup>

A partir da entrega do projeto, houve a vistoria por parte do GAMAPLAN sobre o material que havia ainda nas dependências da vinícola, havendo a solicitação da Prefeitura à União para a respectiva doação do imóvel. O Núcleo do IAB, da SEAAQ, da SAERGS encaminhou sugestão para que o órgão elaborasse um plano de recuperação e reciclagem da edificação. Por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal, a UCS, a UNISINOS, com a supervisão de profissionais do ECIRS/UCS, IAB, SAERGS, SEAAQ, SPHAN/Pró-Memória e da Prefeitura Municipal, foi realizado um levantamento físico cadastral da área, constando materiais, funcionamento original e adaptações, estado físico geral, aspectos tipológicos.

O processo iniciado em 1985 foi entregue em janeiro do ano seguinte ao executivo municipal, tendo como ambição cobrar medidas urgentes para a preservação do patrimônio, mesmo com resultados insuficientes. Diante da incúria pública, parte do complexo foi danificada e perdeu-se nos registros importantes da história local, como consta na perícia técnica sobre a Cantina Antunes:

Tendo em vista a velocidade com que se processam as transgressões, sem que se tenha conseguido até o presente momento apurar as responsabilidades, decidiu o grupo de professores convidados e de estudantes tomar duas decisões: Encaminhar à Promotoria de justiça providências para a abertura de inquérito civil com o objetivo de apurar as responsabilidades da União e/ou Município [...]; Elaborar a presente perícia técnica informando oficialmente a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, a Receita Federal, a Universidade de Caxias do Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a comunidade caxiense, dos danos de que estão sendo passíveis as edificações componentes da Cantina Antunes.<sup>352</sup>

Juntamente da documentação, havia uma parte intitulado “Laudo Técnico” assinalando como questão de urgência, devido à complexidade que envolvia sua utilização sendo enviada junto do processo oficial de solicitação ao Prefeito Municipal, Sr. Victório Trez sobre as medidas a serem adotadas referente àquele ao bem cultural. Passaram-se dois meses para que a resposta do executivo retornasse

[A] Cantina Antunes é de propriedade da União. Existe um processo tramitando no Serviço de Patrimônio da União, em que a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul solicita a doação ou cedência por 99 anos, ainda pendente de decisão. Não cabe e nem

<sup>351</sup> Revista MIRANTE: Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, nº5, 2003, p.74.

<sup>352</sup> PROCESSO Nº 4.370/86. Arquivo Geral Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.



compete ao Município investir em imóveis que não lhe pertencem. Aguardar decisão Federal.<sup>353</sup>

Transcorreram mais três anos e mais da metade do complexo já havia sido destruído, quando, em 1988, antes que o restante fosse demolido, a área foi definitivamente cedida à Prefeitura<sup>354</sup> definindo o prazo de mais três anos para concretizar as propostas enviadas à Prefeitura (ainda no ano de 1983) pelo COMPAHC. Os projetos originais nunca foram encontrados, transparecendo a verdadeira intenção do poder público com a edificação, onde dos 18.900m<sup>2</sup> de terreno repassado a Prefeitura, 16.000m<sup>2</sup> foram destinados à construção do Foro da Comarca de responsabilidade do Governo do Estado, permanecendo parte da edificação naquele local.



Figura 52 - Complexo em processo de destruição, 1985  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

O bem cultural edificado, contudo, também necessitaria de uma complexa gama de subsídios para reformar sua estrutura para a reutilização do prédio. Foi mais um embate sobre as intervenções no restante do patrimônio edificado, restando dúvidas ainda sobre onde fora colocado parte do material das edificações que foram destruídas nos anos anteriores.

Ao poder Municipal, “não competia” mais intrometer-se na questão. A resposta foi localizada em documento interno corroborando que o destino havia sido o estoque do banco de material<sup>355</sup>. Em 1991, quando a área foi liberada o GAMAPLAN, foi informado que:

<sup>353</sup> REVISTA MIRANTE *op.cit.* p. 80.

<sup>354</sup> Portaria nº 299 de 19 de setembro de 1988. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

<sup>355</sup> Cópia do OFÍCIO nº 38/89 – GAMAPLAN – 02 de agosto de 1989. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

“[C]entenas de famílias foram beneficiadas com o material de lá retirado” para que pudessem reformar parte de suas residências.<sup>356</sup>

Dos seis prédios que restaram, para reorganizar e dar andamento ao projeto, entre 1997 e 1999, foi retomado o investimento pelo poder executivo municipal a partir de seu orçamento juntamente com a Lei de Incentivo à Cultura que teve participação de empresas da cidade.<sup>357</sup> Ainda assim, a execução das obras retornou em ritmo lento e, apenas em 1997, o projeto do complexo foi retomado pela nova administração municipal<sup>358</sup>. Parte do terreno já havia sido ocupada por uma empresa particular que o desocupou mediante uma ação de reintegração de posse, já que as tratativas convencionais não tiveram o resultado esperado.



Figura 53 - O que foi possível preservar tornou-se um Centro de Cultura, 2000  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

<sup>356</sup> Cópia do OFÍCIO nº52/91 – 12 de junho de 1991. Enviado pela Secretaria de Habitação do Município de Caxias do Sul. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>357</sup> Cerca de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de Reais) do Orçamento Participativo e R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) da LIC das empresas Marelli, Sultêxtil, Vidroforte e Lojas Arno. In: MIRANTE *op.cit.* p. 85.

<sup>358</sup> Em 1996, foi eleito para Prefeito Municipal Gilberto Spier Vargas pelo Partido dos Trabalhadores. Foram convidados para fazer parte da Secretaria da Cultura, os profissionais que na década de 70 e 80 trabalharam no Museu Municipal e no Arquivo Histórico Municipal; núcleo que naquele momento deu início ao debate sobre a preservação do Patrimônio em Caxias do Sul.



Figura 54 - Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho, 2002.  
Fonte: Revista Mirante. Arquivo Histórico

Após as devidas reformas, um prédio de propriedade particular foi transformado em uma casa noturna e os demais, de posse do poder público, foram transformados definitivamente no Centro de Cultura Municipal Henrique Ordovás Filho e inaugurado em 2001.<sup>359</sup> Diante do envolvimento frequente entre o SPHAN-Pró-Memória, (nesse período IBPC), é possível notar a influência sobre a constituição do outro conceito de revitalização que se abrigava além das questões que tangenciaram a identidade local pela via do progresso do imigrante. Assim, a nova proposta ia de encontro a utilizar o espaço para concentrar iniciativas sobre a pluralidade cultural, aproximando-se do anteprojeto de Mário de Andrade, retomado pelo SPHAN na década de 70 por meio de Aloísio Magalhães. Ainda que na década de 90 a política do IBPC tenha sido precária referente ao que havia sido construído, os agentes locais já tinham sua formação influenciada por uma preservação ampla da cultura. A Secretária de Cultura à época da inauguração, Tadiane Tronca, traduz isso em seu discurso

[...] a ideia de revitalizar parte da área e do espaço físico utilizado pela antiga Cantina Antunes, criando o Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás

<sup>359</sup> Inaugurado em 2001, o Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho é um amplo espaço totalmente destinado a promover a cultura em toda sua diversidade. Teatro dança, cinema e artes plásticas são apenas algumas das manifestações artísticas que fazem parte do dia a dia deste grande complexo cultural. Por sua história, localização geográfica e dimensões, o antigo prédio da Cantina Antunes demonstrou ser um excelente ponto para o desenvolvimento de atividades culturais. Em pouco tempo tornou-se uma referência para o público, produtores e artistas da região. O Centro oferece a Sala de Cinema Ulysses Geremia, o Salão de Artes (espaço com palco para apresentações), a Sala de Exposições de artes plásticas, salas para oficinas, Memorial da Cantina Antunes, Zarabatana café-bar e o Tele-Centro com acesso gratuito à internet. Ainda nas dependências do Centro funciona o AMARP – Acervo Municipal de Artes Plásticas, a Unidade de Música, que atua nas ações da Orquestra Municipal e pelo Coral Municipal, a Unidade de Teatro, a Companhia Municipal de Dança, a Escola Preparatória de Dança e a Academia Caxiense de Letras. Acesso em <http://www.caxias.rs.gov.br/centrodecultura/centro.php> acesso em 23/11/2009.

Filho, surgiu especialmente pela carência de espaços culturais dinâmicos e polifuncionais, de caráter público, na cidade. Além disso, outros fatores, tais como: seu conteúdo histórico, sua localização geográfica e suas dimensões, fazem com que o Centro Municipal de Cultura seja hoje um dos principais pontos de referência para as atividades culturais em Caxias do Sul. Inúmeras atividades diárias, desde espetáculos artísticos, exposições, projeções de filmes, lançamento de livros, oficinas, solenidades oficiais, ensaios, reuniões caríadas, até um delicioso *happy hour* no Café, ao som de boa música, [...] prova ainda mais: dentre as políticas públicas, necessariamente a cultura deve ser inserida, para que realmente se construa um mundo onde todos vivam com dignidade.”<sup>360</sup> (grifo nosso)

A compreensão de revitalização parece estar intrincada como uma alternativa dentro contexto urbano. Assim, é possível compreender na lógica da preservação local que a cidade tinha outra dimensão e que um *centro de cultura* poderia alavancar alternativas na vida de seus habitantes. Desperta, nesse contexto, a formação de uma outra *visão de mundo* progressista voltada para outros horizontes tão esquecidos pelo homem moderno. Entretanto, surgiria um movimento forte de contra-ataque.

### 5.3.3 O surgimento do Compahc e a legislação patrimonial

O tema dos bens culturais se tornara cada vez mais significativo nos tempos globalizantes. Parcela da população teve seu envolvimento aprofundado com diversas práticas que buscavam, através da preservação, valorizar traços, marcar diferenças, resistir com a afirmação das identidades. Entretanto, junto ao aspecto emocional, subjetivo, que se produzia sobre determinado bem, material ou imaterial: era a constituição nos termos da lei que providenciará sua salvaguarda pela via institucional e normativa. Para isso, era fundamental que, em Caxias, o grupo preservacionista agisse com veemência sobre os poderes executivo e legislativo de Caxias do Sul com a finalidade de determinar a preservação dos bens juridicamente, além da atribuição de maior importância ao Conselho responsável sobre a temática.

Diante das aparências de um tipo de preservação pela via do “interesse público” frente às festividades do centenário da Imigração, pode-se compreender que aquela ocasião tornou-se ponto de partida para o aprofundamento do debate sobre o patrimônio. Nos anos seguintes, com os casos já avaliados do Arquivo Histórico e da Cantina Antunes, foram abertas novas frentes de proteção cultural. Ao mesmo tempo em um panorama mais amplo, advinham

---

<sup>360</sup> Revista MIRANTE *op.cit.* p. 88.

episódios que se somavam a essa perspectiva: a Carta de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971), as orientações da Unesco (1972), a criação do COMPAHC de Porto Alegre (1976), as leis sobre a criação de Áreas especiais de Interesse Turístico no Brasil (1977) e a criação da 9ª Diretoria Regional do IPHAN em Porto Alegre (1979).<sup>361</sup>

Esse contexto de efervescência preservacionista e de novo olhar estimulou os profissionais do Museu Municipal de Caxias do Sul que, frente às alterações do urbano, buscavam refletir sobre novas possibilidades de fronteiras, motivadas por outras dimensões de pertencimento que não era mais o da nacionalidade.

Assim, em um dos documentos divulgados apresentava-se esse sentimento; segundo o grupo:

[A] preservação histórica é essencial, pois permite ao homem experimentar um sentimento de segurança face às mutações britais da sociedade. O EU pertence a algum lugar reforça os grupos que vieram antes de nós. (...) no lugar do patrimônio surgem edifícios. Esse progresso sepulta as testemunhas vivas de nossas raízes. O Patrimônio serve para humanizar as cidades e melhorar a qualidade de vida<sup>362</sup>.

Grande parte desse discurso atribuía às edificações um caráter de “salvação” de maneira que se pudesse, através deles, restaurar a identidade, a memória, o pertencimento e a humanização que era destruída por um suposto progresso. Ensaiava-se uma nova visão de mundo, na qual o patrimônio mergulhava no universo particular das singularidades locais, que dialogavam com o nacional ao mesmo tempo em que extrapolavam esse recorte. No universo de identidades regionais, existia uma ambiguidade haja vista existir a proteção do Estado Nacional sobre bens que revelam a pluralidade local (ABREU, 2007, P. 73).

Criado pela lei nº 2515 de 15 de outubro de 1979, o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul tinha a atribuição de assessorar a Prefeitura Municipal nos assuntos pertinentes ao Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias do Sul. O objetivo inicial era a preservação e a conservação do patrimônio de forma desvinculada das escolhas do poder executivo, de acordo com as novas perspectivas de patrimonialização, além de criar regulamentação local, pois, até aquele momento, inexistia

<sup>361</sup> Também foram iniciadas linhas de financiamento para preservação, onde nesse processo, criaram-se cursos de formação técnica e de especialistas, incentivando-se a profissionalização no país e no exterior. Para citar alguns exemplos, os centros de formação profissional em bens culturais da América do Sul como o CECRE/BA e o CECOR/MG. Além disso em 1970 o IPHAN atravessa grande mudança na gestão de Aluísio de Magalhães, no qual foi recolocado o espírito de abrangência cultural com as práticas de valorização do patrimônio junto do Centro Nacional de referência Cultural – CNRC e a Fundação Nacional Pró-Memória, executoras das políticas do IPHAN.

<sup>362</sup> Texto produzido pelo Arquivo Histórico e publicado em 1982 no lançamento de um projeto financiado pelo IPHAN que se chamava “Patrimônio Histórico: Caso de vida ou Morte”. Parte das ideias foi compostas pela Carta de Nairóbi da UNESCO de 1976 que falava sobre a importância do Patrimônio.

legislação de tombamento ou lista de bens para salvaguarda. Era necessária uma agenda política de preservação que norteasse as ações públicas.<sup>363</sup>

O Conselho incidiu ainda na institucionalização de um grupo que, desde o final da década de 70, estava envolvido no debate sobre a preservação do Patrimônio. De certa maneira, a criação do Museu e do Arquivo, mesmo que em condições precárias, foi o laboratório para o desenvolvimento de projetos deste grupo:

(...)não tínhamos internet, nossa comunicação era através de telefone e das revistas que nos enviavam sobre o Conselho de proteção criado em São Paulo e algumas outras coisas que chegavam para nós [...] aí pensamos que dava para fazer isto em Caxias.<sup>364</sup>

Nesse sentido, a grande maioria dos integrantes desse grupo estavam envolvidos na preservação do antigo hospital Carbone (Arquivo Histórico), já tendo seu caráter patrimonializador acabado, isto é, selecionavam bens culturais, objetos e práticas, por meio da atribuição de valores de referência cultural para determinado grupo social, (CHUVA, 2012, p.73). O que lhes faltava eram o dispositivo legal municipal e a formulação de um inventário contendo uma relação de edificações para proteção.

Embora o COMPAHC já existisse desde 1979, paralela às disputas pela preservação urbana, a legislação efetiva sobre patrimônio cultural foi regulamentada em agosto de 1987

---

<sup>363</sup> Relatório de esclarecimento Interno das ações da 10ª Secretaria Regional do Sphan/Iphan, 28/11/1986. Segundo este relatório e demais documentos, foi possível confirmar os inúmeros contatos com as Secretarias de Cultura da região com fins de auxiliar na execução das novas propostas de preservação. Diversos convênios foram realizados entre a Prefeitura Municipal e o Sphan/Iphan que tinham como objetivo iniciar um processo de conscientização sobre a preservação do Patrimônio Histórico. Dentre eles pode-se destacar o apoio financeiro sobre a restauração da Cantina Antunes, conforme Ofício nº 147/84 enviado pelo Diretor do Iphan, Senhor Curtis para a câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Também foram relevantes os projetos Eclésia sobre o acervo religioso no valor de Cz 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzados). Em relação a casa de Pedra na cidade de Farroupilha os serviços executados tiveram a contribuição do Sphan/Ophan de 70 % da obra que significava Cz 70.000,00(setenta mil cruzados). Quanto ao Seminário de Antonio Prado foi aplicada a quantia de Cz de 50.000,00(cinquenta mil cruzados novos). Na organização do projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste RS foram destinados Cz 60.000,00(sessenta mil cruzados). Em Caxias houve a exposição “preservação Urbana da Paisagem dos núcleos de Imigração” que contou com o auxílio de Cz 30.000,00(trinta mil cruzados). A execução de painéis, fotos, textos, transporte de material e a visita do Arquiteto Udo Baumann para a região teve a aplicação de Cz 199.000,00(cento e noventa e nove mil cruzados). Outros ofícios durante a década apresentam outros convênios com o mesmo fim.

<sup>364</sup> Fazia parte da administração do museu e foi diversas vezes presidente do COMPAHC. Destacou-se como uma das personalidades relevantes na preservação do patrimônio local. Um aspecto importante foi o apoio do IPHAN que reiteradas vezes auxiliou financeiramente as atividades locais para a organização de palestras, encontros, publicações de materiais, que serviram durante a primeira década de 1980 para chamar atenção do público em geral, bem como na criação de uma consciência preservacionista. Entrevista com Lilian Henrichs.

com a Lei n° 3.152.<sup>365</sup> Entretanto, ocorrera anteriormente a busca por parte do Conselho efetivar ações que pressionassem o poder executivo na melhoria das disposições de lei, nos estudos sobre a modificação morfológica, bem como melhorias nas condições reais de funcionamento do organismo. Dentre as primeiras resoluções do Conselho que foram encontradas, sublinha-se uma solicitação no mês de novembro de 1982, na qual se demonstrava a necessidade de elaborar uma lista de edificações para conservação, solicitando ao GAMAPLAN a consulta em caso de reforma. Nessa solicitação já se demonstra a

(...) defasagem da lista e falta de estudo mais aprofundado sobre a mesma; tem sido mais na base da boa vontade do que no efetivo interesse de preservação.<sup>366</sup>

Entretanto, nada parece ter ocorrido no sentido de solução do problema apresentado. Com inexistente poder de legislar sobre a preservação das edificações, o Conselho realizou nova projeto de Lei, em 1983, propondo alterações no funcionamento do órgão que existia apenas figurativamente. Era um outro embate, paralelo à preservação, de maneira que, em 1984, o Conselho passou a ter atribuições efetivas e vínculo a uma secretaria municipal.<sup>367</sup> Isso decorre da iniciativa de solicitar ao poder público municipal, através da secretaria de obras, uma lista de bens imóveis. No documento consta

[S]olicitação de relação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, a fim de identificar bens históricos preserváveis. E preservá-los. Os problemas verificados foram: o patrimônio não possui nenhum registro atualizado de bens imóveis do Município, tendo anexado somente escritura do prédio da ex-intendência, hoje Museu Municipal.<sup>368</sup>(grifo nosso)

Sequer o Museu da Casa de Pedra, de 1974-1975, estava sob proteção legal do Município de Caxias do Sul<sup>369</sup>. Tal diagnóstico levou a que o Conselho no mesmo resolução interna solicitasse

Levantamento de prédios históricos de Caxias do Sul e análise para fins de inclusão ou não na reavaliação do Plano Diretor Urbano. Sugere-se trabalho conjunto com professores de história para levantamento histórico inicial.

A primeira solicitação nunca fora realizada pela Secretaria de Obras, ficando a segunda sugestão concretizada após dois anos da solicitação<sup>370</sup>, quando os profissionais do

<sup>365</sup> Regulamenta as disposições legais o Decreto n° 6.164 de 22 de dezembro de 1987. Em Anexo a legislação relativa à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul.

<sup>366</sup> RIC 01/82 COMPAHC

<sup>367</sup> LEI n°2.917 de 15 de outubro de 1984.

<sup>368</sup> RIC 01/84 16 de maio de 1984.

<sup>369</sup> A Casa de Pedra seria inscrita no Livro do Tombo do Município de Caxias do Sul em 30 de junho de 2003.

Museu Municipal e do Arquivo Histórico Municipal juntamente com professores e alunos do Curso de Magistério da Escola Estadual Cristóvão de Mendoza passavam a realizar o primeiro inventário de edificações.

Resultado desse trabalho, foi a lista com mais de 90 edificações, que incorporavam prédios de períodos distintos da história da cidade no qual constavam: capelas, casas de vilas operárias, monumentos, edificações de bairros afastados, praças e parques, chamando atenção para os estilos arquitetônicos, a história da edificação e a relação com a comunidade ao seu entorno. Faziam parte do levantamento, fichas de pesquisas que revelam certa atenção profissional, mesmo diante do quadro ainda em aberto por parte da formação dos agentes do COMPAHC. Seguindo a introdução do inventário, pretendia-se:

[...] servir de apoio ao propósito maior de preservação de nosso patrimônio histórico ambiental, dentro de critérios que somente um real planejamento urbano pode estabelecer caso forem levadas em conta as necessidades da população como um todo. Entende-se a conservação de prédios e áreas naturais como forma de contribuir à melhoria da qualidade de vida.<sup>371</sup>

Posteriormente em um vídeo produzido pelo Museu Municipal chamado de “Fio da História”, o professor Juvenino dal Bó recupera parte do processo de formação do grupo destacando a necessidade de sua criação frente ao que ele chama de “o violento processo de destruição da memória”. A narrativa narra e aborda os diferentes modelos de patrimônio que a cidade possui e que estariam sendo destruídos pelo “progresso”, pelo “moderno” e pelo “prático”. Na conclusão da primeira parte do documentário, o professor, adverte

[É] preciso uma ação mais forte para puxar os fios desta história, desta grande corda chamada memória, que flutua nas águas agitadas do imediatismo que nossa sociedade atravessa.<sup>372</sup> (grifo nosso)

Junto a esse material, observa-se que o grupo detém referências quanto aos modelos de proteção ao patrimônio, incluindo o natural. Evidentemente que do processo paralelo que

---

<sup>370</sup> A RIC 04/85 de 02 de maio de 1985 solicitava a Secretaria Municipal de educação e Cultura, a liberação de profissionais de história, para sob a orientação do Museu e do Arquivo, realizar o cadastramento inicial dos prédios de Caxias do Sul.

<sup>371</sup> Patrimônio Histórico de Caxias do Sul. Levantamento Inicial, propostas e sugestões. Juvenino Dal Bó, Liliana Alberti Henrichs e Anelise Cavagnoli. Originais Acervos: Maria Beatriz Pinheiro Machado e Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>372</sup> Documentário o Fio da História. Organizado pelo Núcleo do Arquivo e Museu Municipal e financiado pelo IPHAN.



acontecida referente à proteção do antigo Hospital Carbone já oferecia teor para as práticas subsequentes dos pesquisadores.

No plano internacional, até 1977, a constituição de inventários de patrimônio cultural acontecia de modo eventual em alguns países, com metodologias distintas e, principalmente, sem um conjunto de informações básicas que pudessem oportunizar um diálogo entre os grupos (RHODEN, 1979, p.199). Assim, os inventários propostos naquele momento refletiam as condições socioculturais e os interesses nacionais variados que respondiam às diferentes necessidades em matérias de conservação dos bens culturais.

Nesse contexto, a UNESCO, através do ICOMOS organizou uma série de seminários com o intuito de organizar um manual de gestão de patrimônio cultural, servindo de subsídio para as futuras intervenções<sup>373</sup>. Além disso, em 1982, foi criado o Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia que principia as primeiras formas de organizar as listas de proteção.

No Rio Grande do Sul, havia inventários esporádicos na área de bens imóveis e móveis com apoio do SPHAN/IPHAN. A partir de 1986, com o projeto Caçapava<sup>374</sup>, iniciaram-se os procedimentos metodológicos e conceituais para a criação do primeiro Inventário de Bens Culturais do Estado do Rio Grande do Sul.

Do mesmo modo, o movimento em Caxias, tanto na constituição processual de uma comissão, quanto na inventariação, acompanhava os constantes movimentos de preservação no Brasil e no Ocidente. Essa nova trajetória, entretanto, vinculada a uma nova ordem jurídico-legal, não era um campo pacífico, sem disputas. Pelo contrário, a patrimonialização de bens e práticas culturais promovia a concorrência de distintas visões sobre determinadas áreas da cidade. Por vezes, houve dissensão entre grupos vivenciada através de disputas na luta pela representação, pela apropriação capitalista do espaço, na legitimidade ou por políticas públicas, que redundavam em contenda por recursos direta ou indiretamente (CHUVA, 2012, p.75).

Nesse sentido na cidade de Caxias do Sul, tal como em La Plata, ocorria um fenômeno que atravessava fronteiras (SANT'ANNA, 2003, p.157), na medida em que tornava áreas centrais das cidades simbolicamente importantes conflitando com os setores econômicos e com interesses do capital imobiliário, confundindo valor simbólico com valor de mercado.

---

<sup>373</sup> Em 1977, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) organizou em Varsóvia uma reunião de especialistas encarregados de analisar os diferentes sistemas de inventários utilizados na Europa e América do Norte. Em 1980 ocorreu uma segunda reunião para definir o teor do manual, além da criação de um comitê internacional para inventários do patrimônio.

<sup>374</sup> Revista Fapa UFRGS n°27. 1999.

Dessa forma, o inventário era, além de uma simples lista, algo portador de um discurso que dava significado aos novos lugares, conferindo “status” e abrindo possibilidades de acesso ao desenvolvimento de projetos culturais. Sem dúvida, tratava-se de uma ferramenta ainda em elaboração, especialmente em Caxias, mas, como se observa, com uma concepção de caráter mais histórico e antropológico. Mesmo sem legislação, o ano de 1986 é marcado pelo *Inventário do Olhar*, que procurava desmentir um pouco a cidade ideal, de sistema integrado, procurando, na padronização dos espaços, artefatos que contrariassem esse potencial ordenamento, imaginando uma outra cidade, lendo outra cidade em uma articulação das práticas heterotópicas.

#### 5.4 O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DISCURSIVO NA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

Um inventário pode servir como revelação ou como indagação. A necessidade de o ser humano colecionar objetos indica certa posição que antecede sua própria consciência. O ato de colecionar ou acumular artefatos não é uma invenção moderna, tampouco a preservação desses, enquanto categoria de pensamento que serviu como componente importante para a vida social e mental da coletividade humana (GONCALVES, 2005, p.17). Seu propósito decorre em apreender seus sentidos em relação ao ciclo de vida concentrando-se na busca da permanência do ambiente em relação à compreensão humana sobre seu processo (LOPES, 2010, p. 376).

No Ocidente, com a Modernidade surge da destruição de antigos modelos sociais, na mesma medida em que se tenta preservar indícios como uma maneira de comparar seu empreendimento e desenvolvimento. Para isso, em uma espécie de reflexividade, passa a projetar no passado, de curta duração, um *locus* mais criativo para projetar seu futuro. Nesse sentido, devido à efemeridade das relações, o ato de colecionar e o de preservar é uma fonte de estabilidade, da compreensão de si. A razão pela qual as evidências materiais são preservadas, produz representações individuais e coletivas (HALBWACHS, 1990, p 45).

De forma mais localizada, o inventário de edificações sob a instituição patrimônio cultural foi organizada a partir de uma perspectiva de identificar bens imóveis, como maneira de colecionar uma cidade na qual se expressa um somatório de valores urbanísticos, históricos

e arquitetônicos relevantes para a comunidade. Em princípio, a revelação das memórias pode consistir na compreensão de como foi criada a edificação, quais suas particularidades, seus elementos construtivos, suas alterações ao longo do tempo, servindo para seguir um procedimento metodológico específico para a preparação de um histórico sobre a edificação. Mas em um segundo momento, procede como uma interrogação sobre a cidade, não apenas utilizando-se das edificações como um catálogo que demonstra uma determinada comunidade em pleno desenvolvimento, mas olhando para o passado como um dispositivo na luta pelo futuro.

Essa perspectiva tem sido apresentada pelos inventários e, em Caxias do Sul, ela serviu como um mecanismo de repúdio à realidade social do final do século XX, quando o homem busca colecionar outro tempo através de seus vestígios, porém de onde também é possível indagar que representação ele faz de seu passado. Em uma espécie de experiência da perda ou nostalgia melancólica, procura o que foi perdido para abrandar-se na vivência da hipermodernidade.

A inexistência de uma política e de uma preservação cultural na cidade de Caxias do Sul assim como a transformação rápida da cidade davam mostra de que as evidências do *saber fazer* e suas experiências sociais estavam à iminência de desaparecer. Frente às experiências que ocorriam paralelamente sobre a preservação das edificações, como a Casa de Pedra, o Arquivo Histórico e do complexo de edifícios da Cantina Antunes, apresentava-se um intenso jogo dialético: de um lado o sistema econômico suscitava uma cidade que deveria cumprir com suas funções eminentemente econômicas, explorando a reutilização do solo, já que também inexistia legislação sobre a sua utilização o que auxiliava na afirmação de um universo engendrado nas relações mercantis. Em outro, numa perspectiva Benjaminiana, o mundo construído poderia, pela sua pluralidade de interpretações, reabrir as possibilidades de futuro, redescobrir bons embates esquecidos, reatualizar aspirações, especialmente contestarem o discurso hegemônico do progresso.

Dos inventários, a defesa das edificações emerge como uma exaltação romântica demonstrando a possibilidade de investigar outra cidade. Os grupos que passaram a gerir as políticas municipais de instituições, como o Museu Municipal de Caxias do Sul e o Arquivo Histórico Municipal, estavam envolvidos nos embates sobre a manutenção do prédio da Cantina Antunes e na possibilidade de salvaguardar um dos mais importantes símbolos da cidade, o Teatro Ópera. Assim, foram os responsáveis por organizar a tomada de consciência preservacionista a partir da década de 1970.

Para tal, o grupo sob tutela do poder público municipal teve certa autonomia para pensar uma lista inicial de edificações tentando contribuir para o debate acerca da preservação, bem como instrumentalizar o poder executivo para um planejamento mais adequado em relação à política de preservação dos bens culturais.

Não havia ainda uma legislação específica sobre a preservação em 1986, ano da produção do primeiro inventário de preservação, de tal maneira que, os profissionais do Museu tinham um estreito contato junto às práticas realizadas pelo COMPAHC de Porto Alegre, com o IPHAE e com o SPHAN. Assim, não parece que esse primeiro inventário tenha possuído como característica principal a normatização técnica, da intervenção prática ou das escolhas relacionadas ao campo do patrimônio de acordo com instrumentos legais, mas, sobretudo representava aquilo que Lowy (1992, p. 47) cita como a revolta da subjetividade e da afetividade reprimidas, canalizadas e deformadas com toda a liberdade de seu imaginário. Foi assim que para além do inventário oficial criado pelo poder no final da década de 1990, tornou-se indispensável buscar o primeiro levantamento de edificações, que poderia conter um conjunto de representações junto às práticas novas de fruição do mundo urbano. A menção sobre o inventário existente não oficial foi apresentada como um diagnóstico perturbador sobre o meio urbano, pois revelava que parte expressiva dos bens listados já havia sido extinta. Nas palavras dos autores,

O único inventário existente, não-oficial, realizado na década de 1980, contempla somente o patrimônio edificado no meio urbano, e parte significativa dos bens constantes nele já foi completamente destruído.<sup>375</sup>

Dessa maneira, o ambiente em que foi produzido era o de destruição do patrimônio cultural através da perda de espaço de estratégias preservacionistas. Esse documento surge, portanto, como um mecanismo autônomo, que mesmo sob administração do poder público, servia para chamar a atenção da comunidade devido à ausência de políticas para a cultural Caxias do Sul. Trata-se, contudo, de um documento que resultava do processo preservacionista iniciado ainda em 1979, com o surgimento do COMPAHC, de onde é possível inferir qual o modelo de cidade proposto pelo grupo preservacionista, e como isso refletiu diante dos conflitos de interesses sobre a temática da memória.

---

<sup>375</sup> O conhecimento desse inventário deu-se através de um artigo de autoria dos Profs. Juventino Dal Bó e Maria Beatriz Pinheiro Machado em uma publicação da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciência e Letras (FAPA) - UFRGS no ano de 1999 sob o título: Memória, Educação e Cidadania. Durante a pesquisa sobre o surgimento da preservação patrimonial em Caxias do Sul, o inventário não foi encontrado na Secretaria de Cultura da cidade, tampouco no Arquivo. Dessa maneira, procurou-se entrevistar ambos os professores para tentar identificar o que havia nesse relatório. De maneira surpreendente encontrou-se no Arquivo particular da Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz uma cópia do referido inventário, relevante para essa pesquisa. O inventário com força de lei seria produzido apenas em 2004.

Esse inventário foi realizado, então, por um campo de profissionais que, com certa autonomia, utilizavam essa ferramenta com três propósitos: o primeiro tratava-se de um levantamento inicial das edificações com maior importância, na opinião do grupo, para serem preserváveis; no segundo propósito, introduz-se uma proposta de intervenção sobre as edificações, mesmo que os critérios não tenham ficado claros, pois existia, na possibilidade de escolha, uma certa visão de mundo, que podia ser produto da consagração de valores que iam do nostálgico e romântico e finalizavam na reflexão sobre o modelo de cidade proposto; na última parte, existe uma série de sugestões de ação e uma proposta técnica para o Conselho de Preservação do Município de Caxias do Sul e para o poder executivo elaborando uma nova maneira de gestão do patrimônio.

#### **5.4.1 Edificações como um olhar voltado à autenticidade**

Não se tratava de um levantamento que possuísse força de lei. Para o momento em que fora produzido, 1986-1987, o documento aqui referido como inventário<sup>376</sup>, era uma indicação, fruto de uma trajetória de embates sobre o patrimônio cultural que o antecederam, o qual resultou da necessidade do grupo preservacionista caxiense de constituir rapidamente um relatório-base para apresentar e pressionar a tomada de decisão política do Executivo sobre as políticas públicas de cultura em Caxias. Quando se cita que era um levantamento não-oficial, significa dizer que não tratava apenas do patrimônio oficial, isto é, aquele cujas modificações legalmente eram escolhidas como preserváveis para a posteridade.

Ao contrário, excedia as convenções para uma concepção de patrimônio que sugeria novas reflexões e novos objetos, levando em conta a própria prática da preservação como um fator cultural a ser avaliado, de forma a abranger uma rede de princípios simbólicos que o homem cria em determinado tempo com o espaço em que está inserido. Assim, mesmo que não-oficial, era autêntico.

Do ponto de vista jurídico, o inventário tratava de ser uma ferramenta política para pressionar o poder constituído, legislativo e executivo, para a criação de legislação preservacionista que pudesse salvaguardar o patrimônio não-oficial. Além de ser um documento realizado dentro da esfera pública, intencionava servir de base para o COMPAHC na prática da conservação<sup>377</sup>.

---

<sup>376</sup> O título é PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CAXIAS DO SUL. Anexo/ Quadro 4 e 10.

<sup>377</sup> O relatório final foi redigido em documentação oficial, em folhas timbradas da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. A Museu e Arquivo estava sob coordenação da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal.

A comissão que providenciou o inventário esteve sob a coordenação dos professores e servidores públicos, Juventino Dal Bó e Liliana Henrichs, responsáveis pelo Museu Municipal e Arquivo Histórico Municipal. O levantamento das edificações foi assessorado por Anelise Cavagnoli e por estudantes do Magistério da Escola Estadual Cristóvão de Mendonza, os quais preencheram as fichas com dados dos bens culturais da cidade.

Na apresentação, indicam o objetivo da pesquisa que, para além do conhecimento, também servia como instrumento de criação de uma consciência, deveria convir para valorizar os bens selecionados, informando ao COMPAHC sobre a necessidade de catalogação, diagnóstico e gestão de valor. O sistema de bens culturais dentro da cidade era permanentemente alterado, e, a uniformização do espaço era o resultado da lógica da produção em série. Assim, parecia que uma demanda escapara do caminho da padronização e estetização de massa, sugerindo ao Conselho uma lista de edificações, onde

[V]isando ao conhecimento e registro de prédios históricos de Caxias do Sul, Museu e Arquivo Histórico Municipal propuseram, coordenaram um levantamento para servir de base ao Conselho Municipal de Patrimônio Históricos e Cultural<sup>378</sup>.

Cabe, no entanto, mencionar que essa era a primeira vez em que os conceitos patrimônio e prédio históricos eram apresentados em documentos previamente produzidos e pensados, portando um novo conjunto de significados. Até meados da década de 1970, a compreensão que os poderes e a comunidade caxiense possuíam de seu conjunto urbano era de que se tratava de algo sem valor; peculiar juízo de uma sociedade que ainda pensava o patrimônio como algo congelado no tempo ou fora de seu espaço de experiência. Essa ideia corresponde a duas influências teórica: a primeira versa sobre a formação da identidade nacional, estabelecida no período de Vargas, no qual o caráter de excepcionalidade estava ligado à cultura europeia do colonizador, ainda como assinala Oliveira (2008, p.22), o patrimônio de pedra e cal principalmente ligado ao barroco foi um potente discurso que serviu de narrativa a nação; a segunda consiste sobre a noção de que um conjunto arquitetônico poderia ser preservado se possuísse valor artístico ou histórico (CHOAY, Op. Cit, p. 35). Uma ideia comum, de influência francesa, em que o patrimônio só existiria pela conservação de um valor, porque trazia uma “essência” histórica ou concebia a arquitetura erudita ou arqueologia. Patrimônio, Estado e Valor passam a ser funcionais para dar sentido à prática de colecionar, selecionar, dispor e valorar um bem.

---

<sup>378</sup> Inventário, Patrimônio Histórico de Caxias do Sul, p.2. Anexo/Quadro 4.

A questão da preservação em Caxias do Sul, assim, constitui-se na ideia de não possuir bens de valor nacional, tampouco de valor artístico ou arquitetônico. Foi com as mudanças na criação de uma concepção de bem cultural, ocorridas a partir de 1970, que ocorreu a apropriação o debate sobre a concepção de patrimônio como categoria e dos elementos que poderiam se constituir na seleção dos objetos de memória.

Na introdução do inventário, evidencia-se a existência de um processo importante na relação de edifícios a serem protegidos, embora ocorresse ausência de leis para tal.

[I]sto se deve a fatores como a urbanização do município que nos remete à consideração de seu histórico recente, refletindo-se também sobre a arquitetura, bem como a necessidade de registrar o maior número possível de exemplares diante da ausência de legislação específica de proteção.<sup>379</sup>(grifo nosso)

Os critérios adotados para a seleção das edificações são abrangentes e não seguem necessariamente um modelo técnico. Isso talvez ocorra porque além de não ter um profissional específico para essa tarefa, o inventário é utilizado, narrativamente pelos autores, para destacar a noção de perda sofrida pelo patrimônio. Isso traduz a ideia do desaparecimento de uma cidade imaginada, de onde seria possível repensar a noção de cultural e identidade local além da memória do imigrante.

Esse aspecto dava maior vazão à nova abordagem sendo a própria ação do homem objeto de destaque no documento. Sem limitadores técnicos e com a inexistência de legislação patrimonial municipal, se opta por indicar a maior quantidade de edificações possível, investindo na função memorial que permitia a evocação de uma determinada fruição, abonando uma atribuição de valor. A ideia de valor, não no sentido de único, mas na sua categoria de emocionar, transformando-o em patrimônio.

Corria-se um riso de produzir um *souvenir* ou um patrimônio de caráter propedêutico no intuito de lembrar de uma cidade “que um dia existiu”, como também abria a possibilidade de articular sobre as edificações um caráter afetivo, adequado na produção de uma nova duração das coisas, elemento importante em uma nova história cultural da cidade.

A ausência de referenciais morfológicos, construtivos e de originalidade sobre o núcleo urbano de Caxias e de critérios valorativos para além do artístico e histórico monumental levou os profissionais do Museu a adotarem como ponto de partida, para a escolha das edificações a serem listadas, as imagens de edificações que eram apresentadas em

---

<sup>379</sup> Inventário, *idem*, p.3

periódicos da primeira metade do século XX ou que falassem sobre o período<sup>380</sup>. Ou seja, a escolha se deu sobre imagens já escolhidas, selecionadas e produzidas do início do século XX as quais não enfatizavam a região central de Caxias que passava constantemente por obras e medidas de embelezamento, saneamento, melhoramento construtivo e introdução de estilos arquitetônicos classificados de modernos<sup>381</sup>. A pressa em inventariar a maior quantidade possível de edificações, incidia sobre o abrangente critério de “antiguidade” para a época. A construção da imagem de Caxias a ser preservada estava pouco ligada a uma perspectiva autêntica,<sup>382</sup> sendo a cidade moderna patamar de idealização que garantia permanência frente à desagregação do final do século XX.

Na medida em que o trabalho de seleção passou a ser efetivado, as edificações foram divididas em áreas: prédios particulares, prédios públicos, templos e capelas, estabelecimentos escolares, parques e praças, monumentos<sup>383</sup> e obras artísticas.

A sistematização dos edifícios contava com um modelo de fichas constando o Arquivo Histórico Municipal como empreendedor junto do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e utilizando em sua capa o título de *Levantamento de Bens Culturais*, no qual havia uma abrangência dos vestígios relacionados. Parece, em especial, que o grupo introduz um elemento muito importante na identificação do patrimônio, pois engloba uma quantidade de objetos, artefatos, construções que surgiram a partir da intervenção do homem no meio ambiente, em uma clara alusão ao *Saber Fazer*.<sup>384</sup>

Esse modelo de olhar o patrimônio readequa o vestígio para uma rede de significados no qual se entrelaçam o objeto, a capacidade de invenção e a ressonância junto à comunidade.

---

<sup>380</sup> Os álbuns do 50 e 75 anos da imigração italiana, 1925 e 1950, respectivamente. Jornais “A Época” (1938-1956), “O Momento” (1922-1951), História de Caxias do Sul de João Spadari Adami (1966-1970). Cabe ressaltar que a pesquisa não sugere que tenha utilizado como fonte o Álbum do Centenário da Imigração Italiana, de 1975. Depois de analisar o álbum, pode-se hipotetizar que isso se deveu ao fato de a publicação não possuir nenhuma imagem sobre edificações antigas de Caxias do Sul, tampouco de alguma seção que fizesse menção a memória coletiva que pudesse servir de embasamento. No geral, o álbum trata de estabelecer uma imagem de cidade moderna para seu centenário destacando empresas e personalidades locais.

<sup>381</sup> Os Códigos de Posturas e as gestões de Penna de Moraes, Dante Marcucci e Celeste Gobatto foram as mais expressivas em matéria de ordenamento e constituição da ideia de cidade moderna durante as décadas 20, 30 e 40. Além disso, as imagens da cidade se reportam quase em sua totalidade para a região central e de edificações feitas de alvenaria. Na gestão de Celeste Gobatto, por exemplo, foi proibida a utilização de madeira como material construtivo das fachadas das residências familiares da av. Júlio de Castilhos, na região central de Caxias. Entretanto, mais de 90% da cidade eram feitos com aquele tipo de material que era tinha custo reduzido. O recorte dessas fontes demonstra que na maioria das publicações era o centro - Praça Central, Av. Júlio de Castilhos na extensão até o Tronco Ferroviário - da cidade, o foco da representação, ficando às regiões periféricas, em princípio reportadas em álbuns de família.

<sup>382</sup> Inerentemente harmoniosa, equilibrada e auto-satisfatória. In. GONÇALVES, 2005, p.30.

<sup>383</sup> Trata-se de uma criação deliberada, cuja destinação foi pensada *a priori*.

<sup>384</sup> Esse é conceituado como as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível ou Imaterial.



Aproxima a proposta de Gonçalves (2005) ao indicar como interposição os aspectos da cultura, classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos”, resultantes do permanente esforço do sentido de auto aperfeiçoamento individual e coletivo (GONÇALVES, 2005, p.28).<sup>385</sup>

Dessa forma, o patrimônio selecionado no inventário avança sobre esses conceitos e propõe nas edificações um sentido mediador entre as formas tradicionais de cultura e aquilo que escapa às redes de discursos oficiais articulados pelas instituições. Nesse caso, propõe-se que sejam preservados pelos órgãos oficiais, edificações que servem como uma porta que possibilita imaginar, negociar sentidos e ir para diferentes mundos, tempos e espaços na história urbana local (CHAGAS, 2005, p. 16).

Para iniciar o inventário, escolhe-se uma abordagem que utiliza dos métodos tradicionais como a catalogação, através de fichas compreendendo: 1- a data de inauguração; 2- se houve alteração na edificação; 3- a localização; 4- o arquiteto responsável pela obra; 5- classificação da obra; 6- dados construtivos; 7- altura; 8- o estado de conservação; 9- período da construção; 10- fotos da época e fotos atuais – uma perspectiva comparativa; 11- a utilização e a descrição da edificação.<sup>386</sup>

Outra característica quanto à forma de dados nesse levantamento original, incluía um novo conceito para o campo patrimonial caxiense, que se tratava do ambiental. No texto introdutório, cita-se

[A]inda em desenvolvimento, este trabalho já tem demonstrado sua eficácia tanto para consultas de interessados junto ao Arquivo Histórico Municipal como para servir de apoio ao propósito maior de preservação de nosso patrimônio histórico ambiental...<sup>387</sup> (grifo nosso)

Ou seja, inclui procedimentos oficiais para discorrer sobre a importância do patrimônio no processo de formação das subjetividades individuais e coletivas. Em princípio, o inventário faz considerações sobre a possibilidade de arrolar elementos pertencentes à natureza convergindo de forma que

[D]entro de critérios que somente um real planejamento urbano podem estabelecer caso forem levados em conta as necessidades da população como um todo. Entende-

<sup>385</sup> Concepção de cultura como forma clássica, na qual ela é um processo de aperfeiçoamento humano. De outro, na concepção moderna, as culturas seriam expressões orgânicas da identidade dos diversos grupos humanos.

<sup>386</sup> As demais fichas sobre monumentos e obras artísticas tinham outros tipos de dados a serem descritos tal como, material, proveniências, artista, marco comemorativo e ou reformas. Anexo/Quadro nº 5.

<sup>387</sup> Inventário, idem, p.4.

se a conservação de prédios e áreas naturais como forma de contribuir à melhoria da qualidade de vida.<sup>388</sup>(grifo nosso)

A apresentação do estudo realiza um diagnóstico breve sobre a morfologia urbana, com intuito de imputar aos prédios e ambientes qualidade necessárias para um modo de vida distinto do que se vivia até então, ou até mesmo proteger parte de uma cidade antes que outro modelo irrompesse e a tornasse sem experiência ou sem ressonância. Mesmo que o estudo utilize mecanismos que enfatizem modelos pré-arranjados da imagem de Caxias, ainda que se estabeleça a separação de determinadas áreas e divisões de edificações da região central de Caxias, onde se romantiza uma época da cidade em detrimento de outras; ainda que algumas edificações tradicionais sejam mantidas nesse levantamento, deve-se reconhecer que existe um embate no processo de atribuição de valor.

Com a elaboração de novos conceitos a serem constituídos como bens culturais e patrimônio ambiental, inclui-se o confronto. Em primeiro momento, ocorre a crítica de um modelo de cidade que perdia significado, uma crítica da cultura urbana hipermoderna, ou como Benjamin (1986, p.197) apontava, um século antes, “a perda da experiência” como característica da modernidade. Para isso, essa crítica demonstra que o confronto se propõe de um lado no julgamento ao modelo pronto de vida urbana, e de outro no modelo em aberto a ser constituído por novos eixos e práticas sob os aspectos da imaginação, de estratégias do conhecimento de suas condições iniciais para dirigir-se a um novo destino. Como indicava Lefebvre (2013, p. 105), o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados estão intrinsecamente ligados.

Ao iniciar a seleção de edificações, os autores produzem um texto que, em sua abertura, faz um convite ao leitor na tentativa de imaginar a cidade. Lê-se, no subcapítulo B, intitulado *Caminhando pelas ruas de nossa cidade*, a dinâmica que a modernização da urbe provoca em um duplo sentido, ativando o leitor a avaliar novos dilemas que resultam das modificações geradas pela transformação urbana. Como se o autor estivesse em um passeio, esse relato pode ser considerado como uma espécie de indagação urbana de onde se olha a cidade. Tomando o patrimônio como discurso, e esse, como prática, utiliza-se dessa listagem em forma de gênero narrativo como estilo de interrogar a cidade e suas representações.

Como numa caminha pelas ruas de Caxias do Sul, mas aberto ao que a história, as janelas, portas, pessoas podem contar, vamos encontrando no seu coração, a Praça

---

<sup>388</sup>Inventário, p.4.

Ruy Barbosa e, em volta dela, algumas casas que tem acompanhado gerações...outras já substituídas por construções padronizadas. (Grifo nosso)

Em todo artefato ou vestígio complexo e resistente, como a cidade, há um princípio de agitação, desmentindo a idealização da integração. Essa idealização se dá por vezes pela planificação e pelo planejamento urbano, os quais, nesse caso, se centram na competição para ocupar materialmente os edifícios e a terra. Analisando se o discurso nesse conjunto, a ordem do mercado imobiliário aparenta ser muito mais forte que a dinâmica pública, pois na transcrição do “passeio” sobre Caxias, são recorrentes os termos: “sobreviveu”, “demolição”, “estado precário”, “destruído”, “descaracterização veloz”, “conservação e substituído”. O cronograma do passeio se dá através de uma divisão entre as ruas da cidade onde se apresentam os prédios públicos e privados; após citam-se os templos religiosos, as escolas, os parques, praças, monumentos, obras de artistas que se encontram em exposição em algumas das edificações do poder público municipal e edificações de áreas rurais.

Assim passam a ser organizados e hierarquizados pelas intuições de memória em torno da história que as edificações podem servir. Nesse quesito, se observa que as áreas incorporadas são espaços que podem contribuir à qualidade de vida da cidade.<sup>389</sup> Ao mesmo tempo em que se discorre sobre uma diversidade de edificações, frente à modificação da forma urbana, o relatório apresenta algumas sugestões de intervenção junto ao entorno do conjunto arquitetônico no sentido de valorizar espaços que estavam fora da área urbana

[P]reocupa, contudo, sua descaracterização frente à urbanização, tornando necessário proteção específicos entornos, através do Plano Diretor. (...) poderia abrigar um Museu Sacro, preservando-se e revalorizando-se o conjunto histórico e artístico(...)<sup>390</sup>

Nas edificações que são apontadas, acompanham-se, por vezes, históricos das respectivas residências e templos, constando a data de sua criação. Em alguns casos há a chamada de atenção para a necessidade de um planejamento do poder público a fim de proteger a trama urbana, pois até então

(...)a falta de orientação por parte dos órgãos competentes da Prefeitura foi uma lacuna sentida; levando em conta o patrimônio que representa a Casa de Pedra, a

<sup>389</sup> ANEXO. Quadro nº 6 e10. Sobre o referido documento, preferiu-se, no momento da pesquisa, tabelar todas edificações conforme as especificidades das rua e áreas, facilitando a análise.

<sup>390</sup> Inventário, *idem*, p. 17. Nota-se aqui a tentativa de enquadrar a arte religiosa em um dos critérios de valor, tradicionais, para preservação. Como se afirma, é uma fase de transição, onde permanências e adaptações ocorrem na medida em que a legislação e os processos de intervenção para salvaguardar patrimônios permanecem nas pautas culturais dos organismos internacionais e do Estado Nacionais.

necessidade de preservar seu entorno, a urbanização e descaracterização da área deveria ser pensado uma solução global para aquela área.<sup>391</sup>

Nas áreas verdes, os parques também sofrem, segundo o relatório, com o abandono, dando um sentido que explora as consequências da destruição da cidade. Chamam a atenção das autoridades para que pudessem refletir sobre as condições de maneira que cumprissem seu papel da preservação das áreas de lazer, pois elas serviriam de acesso de cultura à sociedade. Mais uma vez, no término da narrativa de uma das seções, o texto reafirma

[F]az-se necessário uma política administrativa[sic], que conduza a comunidade a perceber seu próprio especo de vida e a importância da preservação e utilização, em seu benefício, destas áreas.<sup>392</sup>

O exame do referido inventário em sua primeira parte fica claro a necessidade de afirmar a cidade perfeita. Ela se constituía como um sonho proferido pelo narrador enquanto passeava e apresenta seus vestígios, incorporando ao relato sua destruição como forma de demonstrar que a urbe, anteriormente imaginada, teve sua concepção limitada e destituída de seu princípio básico como projeto; isto é, os homens pensaram uma cidade para o futuro, mas ao chegar nele, temeram sua efemeridade e voltam constantemente ao passado para se refugiarem de sua própria criação.

Até nos casos excepcionais em que a cidade real se ajusta a um programa prévio, a defasagem entre o projeto e a cidade é a própria chave do problema de sua construção. Escrever a cidade e desenhá-la pertencem ao ciclo da figuração, de alegoria ou da representação. A cidade real, por sua vez, é construção, decadência, renovação e, sobretudo, demolição.

Dos efeitos causados pela hipermodernidade sobre a cidade real, tal como em outras cidades brasileiras, emana o embate travado pelos grupos preservacionistas. Em Caxias, parece que o modelo de cidade até a década de 1970 aproximava-se desse complexo de múltiplas facetas: a industrialização, o desenvolvimento rápido e conjugado da ciência e da tecnologia, a hegemonia do mercado, a propriedade privada, a racionalização, a burocratização, a secularização, a reificação. Esses aspectos foram hegemônicos. É o que trata a segundo propósito do inventário.

Nos embates que antecederam a produção do inventário, isso fica claro: a “antipatia” dos grupos preservacionistas partem dessa mesma realidade para propor uma oposição. Na produção dos periódicos, a linguagem romântica é designada para protestar contra a (hiper) modernidade.

---

<sup>391</sup> Inventário, p. 18, 19.

<sup>392</sup> Idem, p. 20

No texto, aparecem sugestões e pareceres de intervenção, percebendo-se que existe uma seção simples em que é abordado o efeito dos aspectos modernizantes sobre a zona rural do município, e sobre áreas urbanas de onde poderia haver chances de potencial turístico. A crítica é feita devido os efeitos desestruturantes da paisagem cultural.

[A] capela Nossa Sra. Da Rocca, de forma apressada e grosseiramente foi reformada por elementos da comunidade vizinha, numa ante restauração. Devido ao avanço da urbanização e localizada num dos pontos mais pitorescos de Caxias do Sul, deveria constituir-se num atrativo histórico e turístico, desde que sofresse um verdadeiro processo de restauração.

O passado passa a ser objeto de uma nostalgia que trata as edificações de forma mitológica. Para utilizar uma das categorias apropriadas, considera-se que muitas das edificações foram imbuídas de significados mágico-religiosos e sociais, constituindo-se em verdadeiras entidades, dotadas de espírito, personalidade, vontade (GONCALVES, 2005,p.18). Na continuação, os autores do inventário sugerem pensar antigas residências do período da imigração e posterior industrialização em que

[O] ex-distrito de Galópolis, além do conjunto de casas operárias na quadra central, pela acidentada geografia, exigiu soluções arquitetônicas dignas de registro. Para este atual bairro de Caxias do Sul foi feito um estudo e sugestão para planejamento urbanístico pela 10 Delegacia Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)

Na materialidade do conjunto de edificações da região de Galópolis, forma indicadas para recuperação exemplares de edificações que serviam tanto a tendência positivista da história de Caxias como, era possível reinterpretar a arqueologia urbana local. Por um viés a visão romântica tomava as edificações como resultado de um passado real, no qual as características da modernidade apresentavam-se de diferentes maneiras. Serviam de inspiração à imagem de um futuro sonhado, para além do real que inscreve as *cores tumultuosas* da hipermodernidade. Em suma, as edificações servem como uma resposta ativa ou uma tentativa de reencontrar ou recriar um estado ideal que desapareceu.

Como propõe Löwy (2015, p. 45) pode-se procurar uma idealização na infância-nesse caso da cidade- esperando encontrar os valores que permeavam a sociedade adulta. Assim, em plena sociedade da especulação imobiliária, se procurava nos conjuntos arquitetônicos, valores qualitativos, respaldados pela ressonância em oposição ao valor de troca, ou, como assinalava Georg Simmel (1998, p.109). ao se referir ao “individualismo qualitativo” sendo a contrapartida à fragmentação da coletividade gerada pela modernidade.

#### 5.4.2 A instauração da catalogação dos bens culturais

A proposta de intervenção possui um caráter inovador, pois estabelece propostas e sugestões de intervenção para determinadas áreas e regiões. Apresenta outros encaminhamentos específicos para a área de patrimônio e ainda uma avaliação da ação do COMPAHC. Junto dela, há imagens que têm a função de legitimar e conferir autenticidade à narrativa do passeio e no encontro do autor com as edificações.

As imagens tencionam fazer uma descrição do esvaziamento deixado pela hipermodernidade, pela urbanização que transforma a morfologia urbana. Nesse sentido, não ocorre a representação de Caxias por monumentos que versam sobre a memória da imigração, e sim pelo que reforçam o olhar e reconhecem outro ponto do passado, numa tentativa de reinterpretar o passado em uma comparação com o presente. Possivelmente, os profissionais do Museu tentam indicar um movimento contra o esquecimento, contra a destruição deliberada que foi inspirada pela vontade de destruir.

O trabalho de catalogação, inventariação e diagnóstico das mudanças morfológicas de Caxias se inseria no mesmo contexto do processo de instalação da preservação do Hospital Carbone, da Cantina Antunes e da instauração do COMPAHC. A formulação desse documento, portanto, é o resultado de uma política de embate pela memória na medida em que tinha, segundo seu texto, a intenção de pressionar o poder público para que fosse criada legislação preservacionista.

Para tanto, era necessário a existência de um inventário que, após aprovação de preservação, passasse a ter força de lei automaticamente. O inventário, era uma prática, portanto, um discurso sobre o modelo de cidade que se objetivava, bem como uma crítica à (hiper) modernidade que se transportava a impor-se nas modificações da forma urbana, de acordo com a especulação, como o próprio documento assinala.

O trabalho de inventariação parecia ser realizado com eloquência e empolgação: sabia-se que, pelas evidências, havia muito trabalho a ser realizado pelo conjunto de profissionais que estavam à frente da tarefa de preservação, tanto no Museu e Arquivo Municipal, quanto no grupo da Universidade de Caxias do Sul, em especial, dos historiadores e sociólogos, além os arquitetos estudantes, jornalistas, professores, e público de forma mais ampla que estiveram envolvidos com a temática desde a data do centenário da cidade.

Se introduz uma linguagem preservacionista como momento do reconhecimento da história do município para além das estratégias formais de estudos sobre a imigração. A preservação parecia desligar-se da ênfase da questão institucional, que produzia uma memória

estruturada com as hierarquias e classificações. Na finalização do inventário, dá-se a observação de que *nem tudo pode ser preservado*, aludindo que não se deve partir para a preservação influenciado pelo “complexo de Noé” que tende a abrigar na “arca patrimonial” todo o conjunto de edificações antigas. O critério de escolha, no entanto, sugere que deve ser pensado democraticamente objetivando escapar da constituição de uma memória coletiva por imposição, que sempre foi utilizada pelo poder executivo no sentido de positivar a coesão social pela adesão afetiva do grupo, como até hoje se realiza nas comemorações da Festa da Uva.

A memória estava em disputa. Não se cabia afirmar, no entanto, que as escolhas do novo inventário fossem privilegiar uma memória coletiva dos verdadeiros atores que intervieram no trabalho de constituição e de formalização da cidade. Porém, esses sujeitos partem do ponto em que os objetos escolhidos têm memórias concorrentes. O presente analisa o passado a partir dos problemas do presente, de maneira que o documento afirma que *não pode ser preservado pelo fato de ser antigo*, mas os bens culturais, poderiam demarcar determinada época. Essa forma de apreensão passa a indicar as edificações como produto de um processo de valoração onde a dimensão histórica é operativa neste método. Cabe mencionar que isso foi possível a partir da atuação do grupo de profissionais que estavam ligados a questão patrimonial desde a década de 1970 e que culminaram com essa nova fase interpretativa da cultural marcando o inventário como “discurso competente” (CHAUI, 1993, p.39) acerca do patrimônio.

Os vestígios da imigração, por exemplo, passam a ser avaliados como um novo caminho para a compreensão da História Cultural de Caxias, mesmo que a temática estivesse em fase de afirmação. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, passa a se constituir em vozes da comunidade de maneira que se tornava objeto das novas intervenções culturais. Assim, a prática da inventariação servia como resistência ao excesso de discursos oficiais, das relações entre grupos minoritários e da sociedade globalizante.

A compreensão do patrimônio pela via do desenvolvimento tecnológico acompanha uma tomada de consciência pelas condições técnicas da transformação da sociedade industrial e da necessária modificação espacial que ela implica. Importa observar que aqueles que defendem a preservação o fazem porque, mesmo no interior de uma sociedade que tem a ideia hegemônica de estar sujeita ao devir histórico, têm seus modos de perceber a relação entre passado, presente e futuro, modificados pelos fenômenos do final do século XX, quando

[P]ara salvaguardar bens culturais que possam demarcar época as técnicas e formas construtivas de viver e bem morar, demonstrando as novas gerações, efetivamente, que a história é processo<sup>393</sup>.

Se avalia que em certo momento o texto parece conter um cunho propedêutico a fim de demonstrar que o progresso técnico molda o mundo, conferindo ao espaço urbano novas funções. Não deixam de utilizar seus elementos como um papel pedagógico com intuito de criar consciência através da crítica em que

Suplantam-se os testemunhos vivos de épocas passadas que são os bens arquitetônicos, quais as referências, a ponte de junção entre passado e presente mais evidentes?

A indagação do documento leva a uma lógica própria das cidades de curta duração, no caso de La Plata e Caxias. A preservação patrimonial é um evento de curta duração dentro de cidades que têm pouco tempo de existência. Os discursos promovidos em sua defesa transportam a defesa de um padrão organizado de arquitetura que permite, depois de algum tempo, com certa distância, considerar o passado e avalia-lo com o presente de cada sociedade. Dessa maneira, se vê no passado um conjunto e, apesar das intensas rupturas causadas pela (hiper) modernidade, tenta-se construir metonimicamente, através das edificações, uma ponte que possibilite engendrar uma unidade. Busca-se identidade, construção moderna dentro da própria tragédia hipermoderna.

#### **5.4.3 Inventário como preservação jurídica das áreas históricas**

Na medida em que a conclusão do inventário avança para sugerir propostas de intervenções, outras reflexões aparecem em tom crítico para o estado de degradação que Caxias acabou chegando. A noção mecanicista, unida à ideia de progresso técnico não assegurava o desenvolvimento da cidade.

Construir uma cidade nova em cima de uma cidade velha e não deixando nada para contar? Uma cidade, um município que se quer turístico, a cada dia torna-se mais e mais patronizado, feio e poluído como qualquer outro.<sup>394</sup>

A especificidade da cidade moderna, anteriormente utópica, agora é denunciada como velha e sem voz, e estava sendo lentamente substituída. Aqui, o conceito de progresso recua, já que a vida moderna dessa cidade, crivada de impulsos e potencialidade contraditórias, gera descontentamentos e ansiedades urbanas, destruindo qualquer vestígio do passado. Nem da

---

<sup>393</sup> Inventário, p.15.

<sup>394</sup> Inventário, p. 16.



forma mais tradicional, é possível pensar os traços da cidade “antiga” de Caxias para utilização turística, relacionando interesse histórico e cultural, identificação e patrimônio.

A falta de projeto para o turismo cultural como forma de valorização patrimonial é outra crítica lançada no documento, chamando a atenção para a padronização, que na década de 1990, nas grandes cidades, se tornaria um *frisson* devido à chegada do Shopping-Center (PADILHA, 2006, p.63) e, devido ao potencial ambiental que foi prejudicado com o crescimento urbano do século XX. O caráter padronizador da cidade se baliza pela ideia de todo agente que a engendra deve mantê-la próxima dos estilos arquitetônicos célebres, e o que destoia dessa ideia de senso comum é considerado “feito”. Embora deva-se pensar o conceito de acordo com cada época, trata-se aqui de fazer Caxias aproximar-se das metrópoles.

A cidade de Caxias teve em seu desenvolvimento urbano as evidências de regulamentações urbanísticas efetivas, consequência de uma lógica de visão global da organização do território. A partir da década de 1960, e após a permanente mudança dos códigos de postura voltados a estabelecer um conjunto de reguladores qualitativos urbanos, a imagem de cidade consolida-se. Em princípio, o discurso criado sobre sua forma coincide com o crescimento econômico e industrial acelerado. Contudo, esse conjunto de acontecimentos incentiva a concentração das indústrias e o aumento do setor terciário, sendo ínfimas quaisquer medidas para frear o abandono das zonas rurais (MEMOLI, 2012, p. 75).

Ao se pronunciar sobre a preservação dos bens edificados, na década de 1980 e, através da catalogação, o inventário expõe uma preocupação sobre outro modelo de qualidade de vida da cidade, dessa vez voltado ao desenvolvimento regulador qualitativo<sup>395</sup>. O documento inclui a listagem de diversas praças e parques que eram vilipendiados pela incúria pública e pelo planejamento estratégico. Em um rápido processo de degradação, gerava-se o aumento das áreas periféricas, destoando-se da urbe imaginada que oferecia lentamente espaço à segregação dos espaços públicos e à sua rejeição. Esse conjunto de fatores instituído em Caxias no final do século XX gera uma demanda por qualidade de vida através de uma estreita relação entre bens culturais, natureza e urbanização. No encerramento do diagnóstico, o texto aponta a importância do

---

<sup>395</sup> Uma das conclusões lógicas a partir das mudanças das cidades no final do século XX era de que apareceriam prenúncios de uma “inversão cultural”: os habitantes das zonas rurais idealizaram a vida na cidade e, assim que pudessem, mudavam-se para elas. Entretanto, já no século XXI, os moradores das cidades pertencentes às classes médias, vinculados ao modo de vida urbano por razões econômicas e sociais, começam a apreciar a vida no campo. Esses elementos intervêm na constituição de centros antigos abandonados pelas classes médias, que se dirigem para as zonas residenciais (enclave) favorecem a resultante desvalorização de parte da cidade.

(...) real planejamento integrado, propondo alternativas concretas, onde [sic] tranquilamente, os bens históricos passam estar ao lado da preocupação com áreas naturais, abastecimento da água e loteamentos populares.

Mais uma vez, a noção de patrimônio cultural integrador<sup>396</sup>, surgido na década de 1970, aproxima o campo da preservação a uma visão antropológica atribuindo valor e significado à concretização territorial e ao patrimônio ambiental. Questiona-se ainda sobre o processo de verticalização da cidade causando

As diferenças na paisagem urbana, propiciadas por altas e baixas construções, com detalhes e estruturas diversas, não fariam melhor a vida de seus habitantes? Sem falar na ampliação do número de parques e praças, ocupando-se terrenos ociosos ou mesmo desapropriando quando fosse o caso. (Grifo nosso)

Incide, dessa forma, em Caxias, desde o processo de divisão dos lotes para efetiva venda, um modelo de planejamento voltado à especulação imobiliária. No final do século XX, tende-se a maximizar o lucro desses investimentos em escala global, engendrado em diferentes países da América e Europa como “espaço edificável para gerar incessantemente novas diferenças de atratividade entre os lugares, de modo a aumentar a renda fundiária da



Figura 55: Reprodução de um dos edifícios mais altos do Estado: o Parque do Sol. Construído em 1972 é identificado no Álbum do Centenário da Imigração, 1975. A celebração da imagem moderna de Caxias do Sul. Fonte: Álbum do 100º Centenário da Imigração Italiana em Caxias do Sul

<sup>396</sup> A classificação patrimônio integrado diverge de *bens integrados* que surgiu, ainda segundo Lygia Martins Costa, para atender a uma demanda prática, relacionada ao cuidado dos bens que são, em última instância, móveis; porém, devido às suas grandes dimensões e às suas características construtivas, apresentam mobilidade reduzida e tornam necessária a intervenção arquitetônica para sua conservação/ restauração.

construção, quanto a renda absoluta e a renda diferencial” (BRONZONI E JACOBELLI, 1981, p.8).

A possibilidade de desapropriação fica identificada como algo perverso e prejudicial ao proprietário. Isso é comum do campo patrimonial do Ocidente, sendo um dos fatores que impede o surgimento de legislação específica para o uso do solo. De forma geral, comprometia as áreas marcadas pelo inventário, já que as edificações passaram a portar um valor histórico, frente à proposta de revalorização exercida pela especulação.

Esse era o ambiente em que o campo preservacionista caxiense se circunscrevia após uma década de seu centenário, quando o relatório/inventário enunciava uma prática voltada ao modelo de cidade integrada à proteção da sua história urbana. Mesmo que consagrada tradicionalmente através dos monumentos, festas e datas comemorativas voltadas à imigração, não parece ser predominante na listagem produzida, a mesma ideia. Seus enunciados exigiam a salvaguarda e a proteção da estrutura urbana formada durante o período do século XX, particularizando as décadas de 1920 e 1930, sem perceber o cotidiano urbano pelo viés das construções provenientes do processo imigratório, mas do momento em que se constitui sobre Caxias uma imagem de cidade moderna.

Dentre as sugestões o documento em sua parte final, dá maior ênfase ao mapeamento dos imóveis. Ainda, são oferecidas outras sugestões como medidas de urgência para a efetivação do projeto de proteção como; isenção ou redução de impostos municipais para conservação dos bens edificados; impedimento, através de multa da demolição dos prédios; diminuição do índice de altura da zona central da cidade; redução da lucratividade por área vertical construída (descrita no relatório); rigor na fiscalização impedindo alterações de fachada nos prédios considerados históricos<sup>397</sup>; aprovação de legislação de proteção ao patrimônio (ainda não existia o tombamento municipal); urgência no tombamento pelo IPHAE das edificações do Museu, da Casa de Pedra, da Catedral, da Casa canônica, da Igreja são Pelegrino, da Igreja Santo Sepulcro, da Capela Nossa. Sra. Aparecida, do Tempo Metodista, do Monumento Nacional Imigrante, da Residência Yves Ungaretti e do Cine Teatro Ópera; desapropriação por utilidade pública, antes que pudessem ser vendidos, dos imóveis que faziam divisa com o Museu e da Igreja de Santo Sepulcro, por fazerem parte das construções de época; estudo sobre o Lanifício Gianella e a área entorno para atividades

---

<sup>397</sup> Esse processo foi concluído com a Lei nº 412 de junho de 2012 que disciplinava a comunicação visual nas fachadas dos edifícios de Caxias. Entretanto, os representantes do comércio local tiveram dois anos para adequarem-se a legislação, passando a retirar definitivamente os materiais no ano de 2014. A partir de então, passa a se observar a deterioração das edificações, que estava encoberta pelo material de propaganda, iniciando um novo debate sobre a responsabilidade de restauro do bem.

culturais e de lazer; preservação da edificação da Cantina Antunes; e início do estudo para preservar o Ópera (Cine-Teatro) e transformá-lo em Fundação Cultural.

Além das edificações pontuais indicadas, um item à parte lembrava a preocupação com a proteção de áreas próximas de Caxias do Sul, aconselhando uma parceria junto ao SPHAN para a realização de levantamento da situação das edificações pelo programa de Proteção, como era o caso: do bairro de Galópolis; da Capela Nossa Senhora da Rocca com fins de evitar intervenções que a descaracterizassem; de Nova Comandólli (Ana Rech com a intenção de debater com a comunidade a realocação do salão de festas, que estava sobre a capela, protegendo-a e transformando-a em Museu de Arte sacra e, com tombamento oficial pelo poder executivo estadual.

Na zona rural também se faz uma lista mínima de elementos arquitetônicos ou naturais que pudessem integrar as zonas de expansão urbana, item que só efetivamente concluído em 2007.<sup>398</sup>

Na conclusão, o relatório/inventário promove um olhar da paisagem e do patrimônio natural propondo a promoção de evento, assim como diálogo com a população com fins de lançar a ideia de patrimônio coletivo ambiental. Isso deveria ser iniciado, segundo a proposta, pelo estudo de viabilidade de abertura à população do Mato Sartori, área verde na região central de Caxias, recomendando mais adiante o levantamento de pontos naturais privilegiados que poderiam servir para integrar uma estrutura turística, produto de uma ação integrada entre a Universidade, a Associações de Bairros e outros órgãos públicos.

O Inventário propôs parte da identificação de uma diversidade de objetos da cultura material de Caxias do Sul, embora necessitasse de uma orientação mais pragmática e teórica. Assim, às edificações, dirige-se diferentes valores patrimoniais: histórico, de antiguidade (década 1930-40), artístico, memorativo intencional, social ou de uso. Na etapa do centenário da cidade, quando se constituía o patrimônio cultural, optou-se por resguardar uma grande quantidade de peças pertencentes a diferentes categorias de bens móveis e integrados, desde pintura e escultura, elementos arquitetônicos, artigos de culto, objetos de mobiliário, fragmentos remanescentes de peças antigas, danças, cantos e as *formas-de-fazer* a cultura local que, embora parecessem desagregados, faziam parte do eixo que integrava uma característica a qual parece ser fio condutor da comunidade durante a primeira parte do século

---

<sup>398</sup> Projeto VICTUR – Valorização do Turismo Integrado à Identidade Cultural dos Territórios. Finalizado em 2007, contém um inventário com mais de 150 edificações das áreas rurais da região onde se encontram os municípios de Caxias, do Sul, Flores da Cunha e Bento Gonçalves. Um projeto iniciado em 2004, sob a coordenação pelos poderes públicos municipais, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Caxias do Sul, com parceria de Associações Latinas e Europeias de Turismo que tiveram a participação do Chile, Uruguai, Espanha e Itália.

XX: num horizonte de expectativa, prosperar e tornar-se desenvolvida. Essa condição explica o motivo pelo qual parte significativa da cidade foi constantemente modificada.

Essa concepção de patrimônio integrado, carregado de um conteúdo antropológico e etnográfico foi basilar na perspectiva da definição dos inventários como ferramenta de identificação do patrimônio cultural brasileiro, que, no ano de 1988, passou a compor a constituição brasileira.<sup>399</sup>

Com apropriada legislação, o inventário pode ser o viés para o conhecimento sistemático e real dos bens culturais, na medida em que serviria para salvaguardá-los. Atualmente, em fase consolidada, esse instrumento possui uma série de particularidades técnicas, de classificação de estilos, histórico, justificativa de intervenção, proposta de reutilização. Sabe-se, no entanto, que, para alcançar essa fase de consolidação, o que não expressa sucesso em preservar, é necessária uma listagem inicial dos bens<sup>400</sup> que, somando-se a outros modelos, possibilita a efetiva proteção patrimonial.

Em Caxias do Sul, a proteção patrimonial de forma contundente ocorreu na segunda metade da década de 1990. Entretanto para alcançar aquele patamar, foram necessários uma série de episódios como: os primeiros estudos sobre a imigração na Universidade de Caxias do Sul, desencadeado pelo centenário da Imigração; o próprio processo de comemoração do centenário de Caxias como forma de iniciar a consciência preservacionista; a embate pela preservação dos primeiros exemplares edificados da cidade; a organização do COMPAHC e da legislação patrimonial; a interlocução entre organismos locais com o estadual (IPHAE) e nacional (IPHAN). O ponto culminante em todo esse processo era organizar um diagnóstico com um catálogo de edificações de caráter propositivo para que se desenvolvessem mais ações de políticas públicas para a preservação cultural em Caxias do Sul.

Assim, entre o processo que se verificou ao longo dos anos e a efetiva preservação patrimonial que ocorreu no final dos anos de 1990 se encontra o primeiro inventário, então analisado, como ponto de referência ao catálogo oficial com força de lei de 2004 além do exemplar produzido pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo<sup>401</sup>. Neles foi possível preparar e estruturar uma listagem com mais de 50 edificações sobre o patrimônio urbano e mais de 150

<sup>399</sup> Artigo 216, inclui os inventários no rol dos mecanismos de promoção e preservação cultural. Reforçando esta função institucional, desenvolveram-se, implicitamente, no âmbito do Iphan, categorias de inventários que se definem pela sua função como instrumento de identificação, estudo ou proteção legal.

<sup>400</sup> Existem três modelos de inventários: inventários de identificação – meras listagens dos bens culturais, inventários científicos – instrumentos para se esgotar o conhecimento dos mesmos e tem uma função principalmente acadêmica, e, os inventários de proteção que necessitam de legislação e efetiva intervenção estatal para preservar o bem.

<sup>401</sup> Inventário Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) – Universidade de Caxias do Sul.

edificações da área rural, lançados no ano de 2004, pela Prefeitura Municipal e Universidade de Caxias, respectivamente. Enfrentando ainda uma série de dificuldades sobre o caráter privado da propriedade e recursos para restauro, os catálogos servem de instrumentos para tombamento e podem ser utilizados como mecanismos para políticas de turismo local.

Contudo, parece que o inventário se trata de um *olhar cambiante* que contempla e sugere ações, com graus distintos de aplicabilidade. Assim, nas linhas finais do registro dentre as diversas ações, indica-se para preservação outro prédio de importância simbólica no meio urbano que unia a ideia de patrimônio integrado, o direito à cidade e o acesso à cultura. Esses três itens, em síntese, aparecem em um dos principais embates do campo patrimonial local, tendo como exemplar a edificação conhecida como o Teatro Ópera.

## 5.5. TEATRO ÓPERA: O PONTO DE CHEGADA?

### 5.5.1 A tentativa de atribuição de valor cultural

A fase da construção do discurso preservacionista em Caxias do Sul teve avanços na constituição de legislação inicial, na organização de inventários e na elaboração de uma consciência preservacionista como fator importante na garantia de uma identidade regional. Entretanto, isso não era algo fácil e se confrontava com inúmeras vozes contrárias ao modelo de preservação as quais se colocavam como defensoras do progresso incessante caxiense.



Figura 56- Após sua construção, década de 1930.  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

A necessidade de eliminar um para que o outro discurso pudesse se constituir foi contundente na primeira metade da década de 1990 e, embora houvesse grandes avanços no

crescimento nas práticas de manutenção de edificações locais, a desvantagem dos preservacionistas ainda era latente, devido a dois fatores: o inventário oficial sobre as edificações não havia sido formulado, quase uma década após os primeiros estudos, bem como as leis de uso do solo sequer haviam sido debatidas pelos poderes executivo e legislativo, de maneira que isso pesaria nos momentos mais importantes da luta preservacionista.

Assim, isso ocasionou uma série de destruições de edificações tão propagadas como símbolos de uma *Caxias Moderna de Outrora* sendo seu ponto auge o alegórico caso de preservação do Cineteatro Ópera, para alguns, o antigo Teatro Apollo<sup>402</sup>.

A edificação já havia sido arrolada no inventário de 1986, sugerida para estudo e formação de uma Fundação, à medida que o instrumento legal para realizar o tombamento já existia. Entretanto, para preservar a edificação, havia uma primeira questão a ser debatida: o apelo à propriedade privada. O jogo especulativo do setor imobiliário foi suficientemente intenso para solapar quaisquer representações da cidade onde houvesse interesse em uma política cultural mais abrangente. Havia, porém, uma parcela significativa da comunidade que estava envolvida com a preservação de diversas edificações na cidade e que via, especificamente naquele prédio, um símbolo capaz de repercutir a demanda por um aprofundamento dos investimentos em uma área específica: a da cultura.<sup>403</sup> Significava que, frente às mudanças do

---

<sup>402</sup> O Teatro Apollo é o nome dado a edificação que existia até a década de 1950, onde após um incêndio, foi reinaugurado como o nome de Ópera. Um século antes, as inovações do mundo moderno não tardavam a chegar na medida em que para escoar a produção local a vila de Caxias atualizava suas técnicas em uma velocidade assustadora. A transformação da “Pérola das Colônias” teve apoio do Estado e passou por sua elevação de categoria de vila à cidade em 1910<sup>402</sup>. Sobre a urbe além da instalação de luz elétrica, do telégrafo, o calçamento das ruas, a inauguração do tronco ferroviário, que conectava Caxias do Sul com Porto Alegre, o que possibilitou maior agilidade nas relações mercantis. Nesse conjunto, é que o embelezamento será sempre uma característica da urbanização e regulação do espaço, com arquitetura eclética. Os países desenvolvidos, a partir do urbanismo criaram concursos de projetos urbanísticos para elaborar ambientes que redescobrissem o caminho da rua. Por outro lado, novas soluções foram criadas com o mesmo fim capitalista da *belle époque* que tinha em seus cafés, confeitarias, lojas, tabacarias, comércio a representação social. Nesse período, assim como em outras localidades, havia a necessidade de espaço de encontro, para o comércio e das relações de capital, local para a devoção religiosa e da distração. Foi ao redor da praça também recém-inaugurada que se estabeleceu a igreja, o café, os bancos e o cinema, uma vez que a ideia de cidade como estilo de vida, em que seu centro relaciona-se com as edificações em seu entorno, passa a seguir como um novo padrão. Assim, propagaram-se as ideias de geometria para a composição do projeto da urbe, na retineidade das vias, separando os tráfegos, já que o caminho dos homens naquele momento era o da linha reta. Suas ideias avançavam na crença nas altas densidades, no zoneamento das funções que eram o habitar, o trabalhar, o recrear e o circular. Na utopia do homem *hodierno* era necessário concentrar para descongestionar, na busca de uma sociedade melhor, limpa, organizada, esteticamente nova para responder às necessidades da sociedade moderna e industrializada.

<sup>403</sup> Tratava-se de uma edificação que também tinha forte referências com a cultura promovida pelo poder público na década de 1920 e 1930 enquanto ainda havia uma ideia de cidade junto da cultura, mesmo que o acesso não fosse amplamente democratizado. Nesse contexto, na década de 1920 é construído o Teatro Apollo de propriedade da firma Frederico Bergmann e Cia. Os registros encontrados dão conta que a empresa já se preocupava com a construção do teatro, porém com respectivo auxílio do poder municipal. Assim, realizou uma solicitação junto ao Intendente para facilitar o empreendimento através de uma barganha entre o poder público e privado. A partir de então, surge a possibilidade de se assistir a uma grande variedade de espetáculos, não apenas

urbanismo hipermoderno, as novas aspirações geravam a renovação da urbe de uma forma distinta, ou seja, daquilo que Certeau (2008, p.174) nomeia como um lugar de transformações e apropriações e objeto de intervenções sem cessar, enriquecido com novos atributos advindos de interesses do cotidiano.

Essa sensação já ocorreu anteriormente quando, em 1952, o Cineteatro Ópera fora reinaugurado com traços mais atualizados para a perspectiva do período histórico. Após a reforma na sua fachada com elementos diferenciados de arte, o edifício foi erigido pela necessidade daqueles que viviam em busca de uma *cidade hodierna*.

A construção simbólica sobre o Apollo/Ópera já aparece em registros como complemento da “evolução” urbana quando João Spadari Adami decide organizar uma obra que narra a história da cidade de Caxias do Sul, datada da década de 60 (ADAMI, 1971, p.36.) A intensificação simbólica, dada essa construção, ampliava-se na medida em que a modernização da cidade ocasionava a destruição de inúmeros exemplares das primeiras décadas do século XX, fortalecendo o discurso da preservação, da memória, da museificação, tal como ocorrera em outras cidades industriais do Ocidente desde o final do século XIX.



Figura 57 - Transformado em cinema, década de 1980.  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

---

como ópera, teatro e outras variedades. O episódio concretizou-se, causando empolgação no público local. Alguns anos mais tarde com o incêndio de 1927, houve a necessidade de sua reconstrução, impulsionada pelos novos proprietários do terreno, que erigiram um novo prédio de alvenaria para 1200 espectadores, inaugurado em 07 de abril de 1928. Entre as trocas de proprietário, Savério Postiglione, Rodolpho Braghirolli, Clube Juvenil, Laurentino Muratore o espaço serviu como referência cultural, recebendo a última intervenção em 1951, sob a direção de Júlio Ribeiro Mendes, passando a denominar-se Cine-Teatro Ópera. Embora já houvesse cinema local desde o início do século na cidade, a quantidade incontável de filmes feitos e distribuídos levou os espaços dos teatros a serem compartilhados entre si para alcançar também lucratividade com o empreendimento. Nesse sentido, já implicitamente observa-se a reutilização do espaço com o objetivo de unir as duas artes paralelas, advindas de dois mundos nem sempre coexistentes: o Teatro e o Cinema. A primeira, arte antiga, que combinava elementos da arte dramática e a comédia que continuou fazendo sucesso na localidade; o outro, a criação da imagem, em velocidade ainda em assimilação cultural do cinema, era constante.



Possivelmente, o Ópera, nome dado pela comunidade, não fosse o único ponto de destaque entre tantas edificações da década de 50 de estilo eclético. Mas foi a representação firmada sobre ele na década de 70 e 80 somada ao processo de amadurecimento do tópico relativo à preservação do patrimônio edificado que despertaram nas pessoas suas memórias, e, portanto, sua preocupação com a edificação.

Dessa forma, nos anos 80, as políticas implantadas em nível federal sobre a preservação obtiveram um alcance grande já que passaram a considerar outros objetos materiais e imateriais de diferentes comunidades do país como passíveis de serem preservados. O objetivo era incorporar as diferentes etnias que contribuíram no processo de desenvolvimento do país em diferentes campos. No entanto, o alcance dessas medidas era restrito uma vez que a própria Constituição de 1988 permitia aos municípios criar leis e formas de proteger seu patrimônio, unindo a ação do poder público ao da comunidade.

Apesar de a cidade de Caxias do Sul, no final da década de 1980, contar com importante legislação sobre a preservação do patrimônio histórico edificado, bem como um Conselho Municipal de Patrimônio Histórico que tratava dessas questões, e diversos convênios com o IPHAN, o processo de preservação permanecia um campo sempre aberto, pois havia lacunas legislativas e programas políticos dissonantes.

Segundo Juventino Dal Bó<sup>404</sup>, o processo sobre o Ópera foi um “marco sobre o assunto do patrimônio na cidade”, pois contava com o envolvimento de uma série de organizações que procuravam ajuizar sobre a possibilidade de tomar as ações necessárias, haja vista que outras edificações, as quais o inventário de 1980 indicava, eram destruídos com certa frequência, aumentando a preocupação com as edificações que permaneciam íntegras.

Uma questão que se soma às edificações é a questão da memória. Como já foi apresentado, a deterioração do modelo racional de cidade, a partir do processo de globalização da década de 1980, foi intensificando-se, e as próprias culturas regionais, de certo modo, discorriam da memória como uma possibilidade de servir como “porto seguro”, isto é, influenciavam a memória como construtora de certa identidade. Muitas cidades modernas, por exemplo, são dominadas por espaços privados, e a perda de espaço público restringiu bastante os lugares onde as pessoas pudessem se encontrar, erodindo assim a liberdade individual e sufocando os meios de satisfazer suas necessidades sociais e psicológicas. O encontro e a cultura local haviam se constituído como algo cooperativo, em que o espaço urbano era aberto

---

<sup>404</sup> Entrevista realizada em novembro de 2007 para a realização da pesquisa de mestrado. Juventino Dal Bó é professor de História e esteve na direção do Arquivo e Museu entre as décadas de 1980-90.

à população de Caxias, resultando na ideia de tombar os edifícios que refletissem suas necessidades e interesses, sobretudo de culturas locais.

Esse era um fenômeno bastante comum que ocorria em diferentes cidades brasileiras sendo a preservação um dos itens relevantes para se pensar um novo tipo de cidade. O ator Juca de Oliveira, em correspondência enviada à Fundação do Teatro São Pedro de Porto Alegre, fazia referências sobre o que ocorria em São Paulo mostrando como o fenômeno incidia de maneira semelhante

Dona Eva: Trata-se hoje em São Paulo uma grande polêmica entre os arquitetos paulistas, a administração pública e o grande mestre Oscar Niemeyer: Tombar ou demolir? [...] <sup>405</sup>

Ao mesmo tempo em que o inventário de Caxias era elaborado, o ator discorria sobre o espaço como algo de *sagrado*. Era como se determinadas edificações representassem a memória como fonte da condição do ser humano

Quando derrubam a casa onde eu nasci, apagam minha história, cortam minhas raízes e minhas referências. Mas quando derrubam os templos, matam a minha alma. E sem alma, sou qualquer coisa. Exceto Homem. <sup>406</sup>

A luta pela preservação ia, também, na contramão das ideias que tomavam as cidades para servirem a interesses capitalistas, o que afetava a interação dos que nela viviam. O momento reorganizava tanto os novos modos de vida, quanto o entretenimento na busca por uma cidade nova em que os cinemas de calçada, os teatros tradicionais, as expressões culturais, que serviram de referência para sociedades anteriores, passaram a ser substituídos pelo paradigma funcionalista, que aplicava a cidade a construção de grandes conjuntos geométricos, torres marcadas pelo anonimato, a homogeneidade do zoneamento monofuncional. Complementando Harvey (1992), Lipovetsky (2015, p. 27) assinala como o período da “renovação-trator” em que a vida na cidade vive na dicotomia insuperável da multiplicidade dos estilos *versus* homogeneização industrial, arte *versus* produção de massa, vanguarda *versus* pacotilha kitsch.

---

<sup>405</sup> Carta de Juca de Oliveira endereçada a Sra. Eva Sopher, Presidente da Fundação Teatro São Pedro. Maio de 1986. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>406</sup> *Idem*.

### 5.5.2 A edificação como elemento cultural de identidade *versus* a cultura do capitalismo empreendedor

A perigosa hegemonia da visão de mundo que se volta ao progresso como fim único, era reelaborada de acordo com o seu tempo, como o da tecnologia na qual, em última escala, o elemento humano não seria mais necessário, a não ser para consumir. Dessa, um poder considerável passa a ser concedido àqueles que detêm e controlam os espaços urbanos: os arquitetos, os planejadores, os intelectuais e os políticos.

Um dos exemplos mais conhecidos desse processo, que contrasta com a preservação do Cineteatro Ópera, é o “Shopping Malls”. Em Caxias do Sul, às vésperas da inauguração do seu primeiro *Shopping Center*, em 1993, os articulistas dos periódicos locais afirmavam que “finalmente os caxienses só têm a ganhar”, uma vez que estrearia na cidade uma instalação de tal porte de maneira que a sucessão dos dias seria alterada<sup>407</sup>.

A importância dada a esse tipo de empreendimento já vinha desde a década de 1980 onde se venerava constantemente. Por meio deste, criaram-se fortes elementos referenciais para a população urbana, atingindo um ponto muito maior a que o imaginário social teria aspirado: havia a construção da fantasia. Essa ilusão era utilizada nessa nova ambientação das praças e das ruas, a partir de suas alegorias, para representar os espaços urbanos. Em coluna do mesmo jornal, o colunista Luiz Carlos Correa fazia uma campanha permanente sobre as atribuições de um novo centro comercial na região central da cidade, traduzindo a estetização das massas, em um discurso velado de subserviência do público ao privado:

Sou absolutamente a favor da prorrogação para que a Grendene construa seu *shopping* na antiga Cooperativa Madeireira Caxiense. E de que a Câmara (de vereadores) não se curve, não se agache, não se abaixe, não se entregue. E assumo seu papel livre e democrático.<sup>408</sup>

Parece que os novos modelos de distribuição da produção em velocidade do mundo capitalista passaram a ter influências sobre a opinião dos formadores de opinião. No *Shopping Center*, onde se pode encontrar tudo em tempo recorde, o grande foco de *marketing* transforma a atração do lugar. A diversidade de produtos no mesmo estabelecimento cria determinado *frisson*, no qual tudo é possível, podendo andar sem ser importunado já que dispõe de interior com ambientes agradáveis de convívio que se traduzem em beleza, na

<sup>407</sup> Jornal Folha de Hoje. Coluna Política, 14/03/1994. p. 6. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>408</sup> Jornal Folha de Hoje. Coluna de Luiz Carlos Correa. 14/03/1994. p. 6. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

tranquilidade, na sensação de riqueza, na atmosfera que envolve o transeunte e ainda produz para as áreas ao seu redor uma valorização no mercado imobiliário.

Dessa forma, enquanto se moldava a necessidade de novos entretenimentos, a preservação do patrimônio cultural da cidade e, no caso, do Teatro permanecia lenta. Solicitada ainda no inventário das edificações da década de 80, o único recurso possível era decretar a edificação como utilidade pública.<sup>409</sup> Em 1985 a edificação foi, então, apontada como alternativa para a instalação de um local específico para apresentações culturais já que a própria casa municipal de cultura não conseguia atender a demanda.<sup>410</sup>

Após cinco anos, a edificação ainda permanecia sem uma solução de fato. Paralelamente, as modificações na cidade ampliavam-se de forma acelerada reduzindo áreas que poderiam servir de iniciativa da vida cultural caxiense como os cinemas de calçada que foram sendo fechados, permanecendo apenas alguns remanescentes como o Cine Vêneto, o Cine Imperial e o Cine Ópera. Quanto ao último, que carregava grande estima por arquitetos, estudantes, historiadores, jornalistas e cidadãos em geral, houve o desenrolar do processo de preservação em 1991, quando se estabeleceu uma agenda de ações que procuravam chamar a atenção da sociedade referentes à identificação do seu patrimônio histórico.

A comissão de Educação, Cultura e Turismo organizou a realização do 1º Seminário Regional sobre Patrimônio Histórico na cidade que deliberou a necessidade de inventariar os edifícios históricos da cidade, implantar a educação patrimonial, explicar as vantagens aos proprietários em caso de tombamento, além de propor alternativas para o funcionamento do Cineteatro na busca de salvuardá-lo.<sup>411</sup>

Diante da possibilidade em torno da demolição pelo proprietário da edificação do Cineteatro Ópera, o Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul, Nelson Vasquez, solicitou um parecer do IBPC

---

<sup>409</sup> DECRETO n° 5681. Declaração que torna a edificação do antigo cineteatro Ópera em utilidade pública com fins de desapropriação. Assinado pelo Prefeito Victório Trez. (PMDB) Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>410</sup> Jornal O Pioneiro. Caderno Cultura. Edição de 24 de dezembro de 1985. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Em virtude do porte da edificação, sua tecnologia implantada e os inúmeros acontecimentos que foram processados durante a modernização da cidade, surgiram diversos agentes favoráveis à preservação da edificação. Mesmo que a construção não estivesse vinculada à memória da imigração ela estava associada ao estímulo que despertaria a memória individual para então fazer-se presente na memória coletiva de um grupo. Havia já um modelo diferente de se relacionar com a cultura local que não precisava ter necessariamente relação com o processo imigratório.

<sup>411</sup> Correspondência remetida pela Comissão de educação, cultura e Turismo da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul a Coordenação do IBPC-Porto Alegre RS. 28/08/1991. O Encontro foi realizado no dia 09/08/1991. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

(IPHAN) sobre a possibilidade de utilizar a legislação local para preservar a edificação<sup>412</sup>. Tal solicitação levou o coordenador regional do órgão, Sr. Luís Antonio Volcatto Custódio, a visitar a cidade e desenvolver um relatório que foi enviado ao Presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural na cidade do Rio de Janeiro,<sup>413</sup> questionando sobre a implicação jurídica do tombamento da edificação via legislação municipal. No mesmo dia, a resposta dava condições para que o Município efetivasse o tombamento:

Existe o entendimento de que o Município pode legislar sobre o tombamento, respeitando as normas gerais federais. Objetivamente, é dever do poder público municipal promover através de tombamento a proteção do patrimônio cultural.<sup>414</sup>

O duelo em torno da edificação agravou-se. Os proprietários realizaram junto ao Poder Público Municipal um pedido de licença para a demolição. Em razão das dúvidas quanto à utilização da legislação de salvaguarda do COMPAHC, o promotor de Justiça do Ministério Público, Júlio César Costa da Silveira, executou uma ação cautelar em defesa do patrimônio histórico-artístico-cultural de Caxias do Sul<sup>415</sup>. Na ação remetida contra a prefeitura e donos da edificação, pediu-se a suspensão da apreciação da licença para a demolição, indicando claramente o que o antigo teatro significava para a comunidade:

Extrapolou o significado individual, projetando-se na dimensão social [...] consciência coletiva motivada pela defesa de suas raízes históricas [...] mas a repercussão de um significado cultural plasma no prédio do velho teatro.<sup>416</sup>

Nos meses seguintes, os contatos entre o COMPAHC e o IBPC/IPHAN mantiveram-se frequentes na tentativa de confirmar o poder do município sobre o tombamento, visto que existia uma discussão quanto ao caráter de interferência no direito de propriedade que poderia colocar em risco a preservação<sup>417</sup>, consequência imediata da falta de legislação sobre a

<sup>412</sup> OFÍCIO n° 197/91/12° 28/08/1991. CR IBPC. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>413</sup> OFÍCIO n° 198/91/12° 28/08/1991. CR IBPC. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>414</sup> OFÍCIO PROJUR/RJ/n° 002/91. 28/08/1991. De procuradoria jurídica IBPC Rio de Janeiro para IBPC Porto Alegre. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>415</sup> Ação Cautelar em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural a Artístico de Caxias do Sul. Do: Ministério Público (promotoria de Justiça). Para: Juiz de Direto - Vara Civil da Comarca de Caxias do Sul. Cópia. 30/08/1991. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>416</sup> *Idem*.

<sup>417</sup> OFÍCIO 203/91/12° CR 05/09/1991. De: IBPC RS Para: IBPC Rio de Janeiro Sede – Setor de Assessoria Jurídica; Ofício PROJUR/IBPC/RJ/N° 003/1991 de 09/09/1991. De: Procuradoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro Para: IBPC RS a/c Coordenador Sr. Custódio. A própria assessoria jurídica no Rio de Janeiro, por meio

utilização do uso do solo, sintetizando os processos de preservação em torno da desapropriação via tombamento. Embora não houvesse interferência, por tratar-se de expedientes jurídicos distintos, essa informação não era explicitada de forma apropriada pelos órgãos competentes ao público, gerando um dúbio debate sobre as questões da propriedade privada.

Os próprios meios de comunicação, em especial os jornais locais, criavam certa confusão na elucidação desses conceitos, pois, nas linhas de seus principais articulistas, afirmavam que determinadas edificações “não tinham relação com sociedade de cultura e modernizada”, confirmando que essa nova era da comunicação possibilitava ao público entender que a cultura era fundamental ao funcionamento e à manutenção do sistema (WILLIAMS, 2007, p.13).

Do processo de debate surgiu um projeto de lei municipal que permitiria criar um fundo para compra da edificação, bem como a lei sobre os índices construtivos<sup>418</sup>. Em dezembro de 1992, foi aprovada a lei que criava um fundo especial para captação de recursos para restauração do cinema. Em dezembro de 1992, o prefeito Mansueto Serafini Filho sancionou a lei “de solo criado” com fins de angariar recursos para utilizá-los na compra e no restauro de edificações tombadas pelo município<sup>419</sup>. O IPHAN, que há dois anos sugeria o tombamento do prédio, poderia intervir nas edificações apenas quando os processos fossem efetivados.

A lei instituía que parte do solo seria vendida na forma de índices construtivos e autorizava o poder executivo a adotar medidas administrativas necessárias para o cumprimento da lei. Entretanto, a lei dava conta que os recursos só poderiam ser implantados

---

da responsável pelo setor, Sr. <sup>a</sup> Maria Teresa da Silva informou acerca da impossibilidade de uma resposta mais concreta, em face da insuficiência de dados na consulta realizada. Solicitou o envio de todo o processo para uma análise mais segura. Ressaltava que as intervenções não podiam ferir os direitos constitucionais; Ofício N° 256/91 de 10/10/1991. De: IBPC RS Para: Coordenadoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro. Arquivo da 12° Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>418</sup> A definição de Índice construtivi se origina como uma contribuição à manutenção do bem tombado, no qual o Município oferece: isenção do IPTU e potencial de índice construtivo: - a utilização deste Potencial poderá ser feita no próprio terreno, cujo projeto deve ser avaliado pelo órgão competente, a fim de harmonizar-se com o bem tombado; - o potencial Construtivo pode ser transferido para outro local e/ou para outro interessado, por meio de venda; - a transferência para outro local implica na consulta prévia à Secretaria do Planejamento que controla a densidade de ocupação por zona urbana; a transferência por venda deve ser buscada junto a uma assessoria imobiliária que informará sobre possível comprador e oferta de preço; o índice de Potencial Construtivo somente se transforma em "moeda" quando é emitido um Certificado de Potencial Construtivo Transferível, pela Secretaria da Fazenda; para concretizar a transferência, o proprietário de bem tombado deve protocolar um requerimento à Secretaria da Fazenda / Tesouraria, anexando os seguintes documentos: Declaração de Tombamento Histórico; Certificado de Tombamento Histórico; Cópia do Contrato Social (para empresa).

<sup>419</sup> DECRETO n° 3.963 e Lei Complementar n°3.964 de 29 de dezembro de 1992. O prefeito na ocasião era Mansueto de Castro Serafini Filho e estava no fim de seu mandato. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

se o poder público adquirisse o prédio do cinema.<sup>420</sup> O prefeito em exercício declarava que não pretendia dispendir recursos normais para a aquisição do prédio e, além disso, houve veto do Executivo Municipal a determinadas partes do projeto, que só voltaria a debate na câmara legislativa no ano seguinte com o novo executivo e legislativo.

### 5.5.3 O último ato ou a afirmação de uma sociedade sem espetáculo

Quanto ao antigo teatro, a ação passou a envolver uma parcela significativa da sociedade urbana, enquanto outra parte preferiu o silêncio. Na realidade, foi um movimento urbano que envolveu mais de 44 entidades organizadas da sociedade civil, que abarcavam estudantes, arquitetos, associações de bairros, sindicatos, editoras, museus, direções de escolas, câmara de indústria e comércio, comissões legislativas, clubes Lions, clubes sociais, sociedade de Artes.<sup>421</sup> Segundo o promotor público, havia um *despertar cultural* da sociedade civil organizada que tomava uma série de ações em torno da preservação:

Toda a ação pressupõe que as circunstâncias exijam medidas imediatas, e essas já estão sendo tomadas pela comissão integrada por representantes das entidades caxiense.<sup>422</sup>

Preocupados em mobilizar mais ainda a sociedade, o Arquivo Histórico, o Museu e as entidades organizaram uma apresentação no palco do antigo teatro a partir da apresentação da ópera “o Barbeiro de Sevilha”. Vieram integrantes de grupos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, do Teatro Guaíra de Curitiba e do Teatro Cólón de Buenos Aires o que contabilizava mais de 100 pessoas entre músicos, cantores, solistas, o balé sob comando de Lenita Ruschel e, ainda, o coral da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi produzida um modelo de cartaz que reproduzia a trajetória do Cineteatro e que foi entregue a cada pessoa

<sup>420</sup> LEI COMPLEMENTAR 3.964 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992. O prefeito em exercício em 1992 era Mansueto de Castro Serafini Filho. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>421</sup> Relação das Entidades participantes da comissão para tombamento do Cineteatro Ópera. Documento Oficial da SEAAQ. Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>422</sup> Jornal FOLHA de HOJE Caderno Cultura. p.1. Entrevista com promotor público Júlio Cesar Costa da Silveira em maio 1993 sobre o processo de preservação do Ópera. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

que assistir à peça. Segundo o professor Juventin Dal Bó, o teatro ficou completamente lotado.

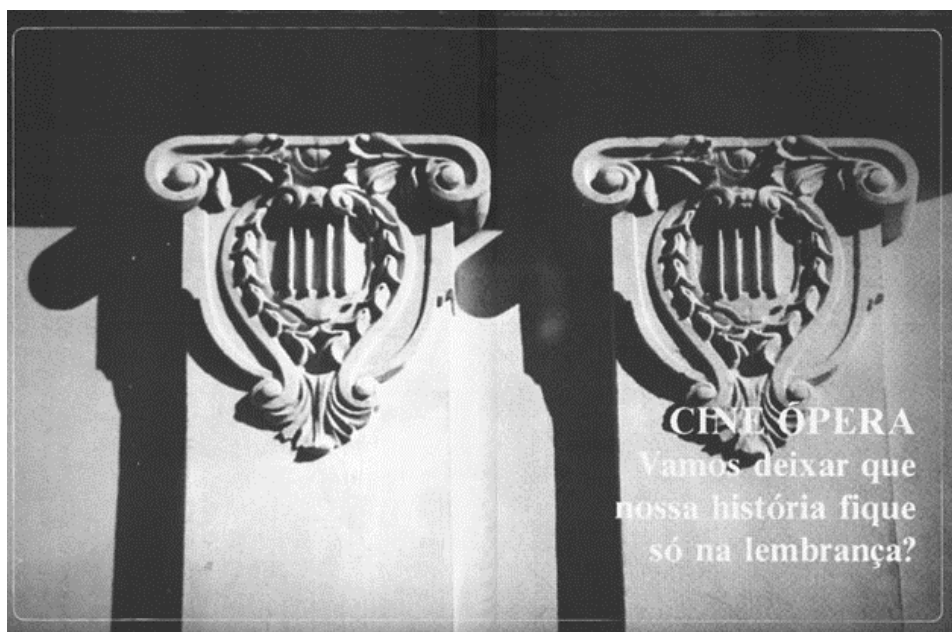


Figura 58 - Encarte entregue aos espectadores do teatro.  
Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

Nesse contexto, a mobilização foi ainda mais intensa de maneira que ocorreram diversas manifestações e debates a favor da preservação tendo como ato máximo simbólico o “Abraço ao Ópera”.



FIGURA 59: Movimento pela preservação: o Abraço ao Ópera em 3 de setembro de 1991.  
Fonte: Gilmar Gomes, banco de dados/Pioneiro



Esse ato paralisou o centro da cidade, chamando a atenção do restante da população. Ainda assim, da mesma forma que a Cantina Antunes, o poder público não se manifestou sobre o tombamento de imediato. Esse movimento fez com que a promotoria pública solicitou-se um laudo técnico ao IBPC-IPHAN para ter ciência exata do estado no qual se encontrava a edificação e sobre a possibilidade de utilização para outro fim<sup>423</sup>. Diante da pressão criada em torno do tema, determinadas personalidades regionais resolveram se pronunciar. Entre elas, algumas foram escolhidas para fazer parte do periódico produzido pelo Museu Municipal que fora entregue à população, objetivando chamar atenção do assunto em questão. O Reitor da UCS, professor Ruy Pauletti reiterava a ligação do edifício com a cultura e com a própria Universidade:

[O] Cine Ópera é uma das expressões mais fortes da alma de Caxias. Ele não apenas marcou o seu passado cultural, mas especialmente, foi sede dos grandes acontecimentos que impulsionaram a cidade e a região, entre elas a instalação da Universidade de Caxias do Sul, em mil novecentos e sessenta e sete.<sup>424</sup>

O discurso que atribuía à edificação um caráter de invenção cultural e de preservação da memória local foi do arquiteto Paulo Iroquez Bertussi que havia concretizado o projeto para os Pavilhões da Festa da Uva em 1975. Embora tivesse em seus projetos uma inspiração na arquitetura modernista<sup>425</sup>, sempre se envolveu nas questões relativas à preservação desde o antigo Carbone, passando por inventários até a análise dos elementos da arquitetura da colonização local. Para Bertussi

[A] demolição do Cine Ópera não representa destruir o passado, mas fundamentalmente, de impedir a construção do futuro. A subtração de um monumento como este não implica somente apagar o que o antigo Theatro Apollo representou socialmente para os caxienses, com seus filmes, bailes, shows e peças teatrais, o apagar da memória arquitetônica um prédio, cujas linhas já pronunciavam seriamente o fim do ecletismo, mas representa a impossibilidade futura de usufruirmos de um espaço de alta qualidade em termos técnicos e artísticos e nos restará mais uma marca em nossas consciências da impotência de dirigirmos nosso futuro, segundo nossos desejos. Principalmente quando estes desejos representam os da coletividade. A saída, me parece está na criação de uma Fundação Cultural de direito público com participação de cotas da iniciativa privada administrada por um conselho eleito pelos associados da fundação.<sup>426</sup> (grifo nosso).

<sup>423</sup> OFÍCIO Nº 235/93/12ºCR/IBPC. 24/06/1993. De: IBPC – RS Para: Geni Pettefi Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Ofício acerca da realização de laudo sobre a preservação do Antigo Cine-Teatro Ópera. Solicitava a contratação de vistoria para avaliação do potencial Cenotécnico do Cine-Teatro. Arquivo da 12º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>424</sup> Depoimento de Ruy Pauletti no boletim PÁGINAS MEMÓRIA. Depoimento publicado em Boletim produzido pelo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, 1992, contracapa. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Este boletim teve em suas diversas publicações incentivo financeiro do IPHAN.

<sup>425</sup> Não se trata aqui de utilização de arquitetura modernista na forma pejorativa.

<sup>426</sup> Depoimento de Paulo Bertussi no boletim PÁGINAS MEMÓRIA. 1992. Foi um arquiteto engajado desde a década de 80 na preservação local. Fez parte da comissão que interpelou ajuda na preservação do Hospital Carbone. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Sua referência engloba aspectos importantes do edifício. Remete ao anseio por modelo de cidade de futuro que disponha de espaços culturais, atravessando o estilo arquitetônico de períodos anteriores. Buscava a garantia da identidade local além de observar o grau de qualidade da edificação e ainda propunha alternativas para sua realização. Quanto ao professor e escritor Pozenato, ele situava a questão da valorização em critérios românticos

Você já imaginou Milão sem o Scala, o Rio sem o Teatro Municipal, Porto Alegre sem o Teatro São Pedro? Não dá pra imaginar, eles fazem parte da personalidade dessas cidades. Também não dá pra imaginar Caxias sem o Ópera, e pela mesma razão.<sup>427</sup>

Durante muitos anos, o Ópera foi palco de inúmeras peças de teatro que deram vida aos desejos modernos de parte dos cidadãos, já que nem toda a população podia usufruir de tal divertimento com inúmeros espetáculos que geralmente se apresentavam nas regiões mais ricas do estado como Porto Alegre e Pelotas durante o início do século XX, de forma que a chegada do tronco ferroviário a Caxias facilitou o recebimento de diversas atrações. Havia sido naquele local que em 1967 ocorreu a assinatura que criava a Universidade de Caxias do Sul. A historiadora Loraine Slomp Giron explica que

[O] Ópera foi o espaço artístico da cidade que nascia. Constituiu-se em marco de um tempo no qual a arte tinha voz e vez. Do fundo de seu poço de orquestra ainda ressoam sons de espetáculos inesquecíveis. Melodias que tem sido enterrada em ouvidos de mercadores. Com a destruição do Ópera a cidade vai encerrar o principal capítulo da história de sua arte.<sup>428</sup>

Ainda em 1992, houve a repercussão no editorial do periódico A Folha de Caxias. Embora opinasse a favor da destruição do Ópera como se fosse um ente vivo, seus colunistas tinham opinião completamente diferentes de seu tom brando e romântico

[S]e o Guarany (cinema) representou uma época, o Ópera é a única casa que incorpora toda a grandiloquência da nossa trajetória como sociedade amante da arte e da cultura. Não só de filmes resplandece a glória do Ópera. [...] O Ópera e seus “mezzaninos”, onde só se entrava com a devida licença, compõe o caleidoscópio da história de

<sup>427</sup> José Clemente Pozenato no boletim PÁGINAS MEMÓRIA, 1992. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>428</sup> Loraine Slomp Giron no boletim PÁGINAS MEMÓRIA, 1992. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Caxias. Quem teria a coragem de abrir mão de um bem deste quilate? Eu não. E acho que o lado consciente desta cidade também não.<sup>429</sup>

O resultado da solicitação da promotoria pública foi sintetizado no laudo técnico<sup>430</sup> do IPHAE e IBPC (IPHAN) que tinha como objetivo fornecer subsídios para a realização do tombamento da edificação. Em consonância com as recomendações internacionais da UNESCO e com a nova orientação para promover diferentes artigos de patrimônio cultural na preservação, o IPHAN argumentava que a edificação tinha real valor no aporte da memória nacional. Tratava-se, segundo o documento, de “edificação que representava a identidade e a memória de um grupo formador da sociedade brasileira”. O laudo discorria de forma extensa sobre vários aspectos: técnicos, culturais, arquitetônicos associados aos valores evocativos, funcionais, históricos, de referencial urbano, de uso coletivo.

A historicidade estava em diversos elementos artísticos, decorativos que representavam os diferentes “estilos” que caracterizava a arquitetura local da metade do século da cidade de Caxias do Sul. Os pilares da edificação eram da primeira fase da construção da década de 30 e estavam, segundo o laudo, em *excelente estado de conservação*.

A conclusão era de que, além da preservação, deveriam ser tomadas medidas em caráter de urgência, pois a incúria dos poderes público e privado poderia trazer danos irreparáveis à memória local se houvesse a destruição de tal edificação. Para as arquitetas, Ana Lúcia Goelzer Meira (IBPC), Maria Cristina Hofer (IBPC) e Miriam Sartori Rodrigues (IPHAE), a decadência desse estilo de teatro representava bem o momento conduzido pela indústria cultural e pelas as diversas formas de entretenimento. No documento referido, explicitam no diagnóstico que:

[...] a crise está em todas as casas de exibição do país. Com a concorrência da televisão, videocassete [...] reduziram a frequência e muitas casas de exibição como era o caso do Cine-Teatro Ópera, submeteram-se às exigências do mercado.<sup>431</sup>

<sup>429</sup> Depoimento de Paulo Cancian no boletim PÁGINAS MEMÓRIA. 1992. Era naquele período editor do jornal FOLHA de HOJE. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>430</sup> LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE-TEATRO ÓPERA EM CAXIAS DO SUL. MINISTÉRIO DA CULTURA – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural 12º Coordenação Regional e SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Arquitetas Ana Lúcia Goelzer Meira (IBPC), Maria Cristina Hofer (IBPC) e Miriam Sartori Rodrigues (IPHAE). Porto Alegre, 30 de junho de 1993. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>431</sup> Laudo Técnico. P. 12.

O laudo chama a atenção para a referência aos espaços da edificação. Mesmo parecendo paradoxal, incluía na “cultura material”. Assim, é possível ler o “texto” urbano e, para uma cidade desenvolvida, a preservação seria uma forma de “melhorar a qualidade de vida”, visto que, à medida em que a cultura possibilitava corrigir as distorções do mundo moderno, ela também possibilitaria o resgate da cidadania. Assim, a história cultural, passava pelo estudo dos processos de suas edificações como resguardo da memória, retoma um pouco do discurso da modernidade como realização plena da libertação do sujeito.

O documento preparado pelas arquitetas aborda certa visão de mundo, afirmando a importância que a identidade local, caracterizada pela edificação serve ao grupo de: “[...] referência para a vida cotidiana de todos, pois está perdendo os parâmetros de ordem moral, ética, política, econômica, enfim a qualidade de vida”.<sup>432</sup>

Certo de que a abordagem vai além das questões relativas à legislação patrimonial, o documento serviu também como um libelo frente a um modelo de sociedade em fragmentação daquele momento e à perda de sua memória em nível regional e global, indicando os interesses de políticos e econômicos de grupos diversos ao silenciarem sobre a preservação:

Certos grupos conseguem, até certa medida impor seus gostos e padrões, decidem o que é melhor para os outros ou privam a maioria da população e as gerações futuras de ter acesso a bens culturais privilegiados.<sup>433</sup>

No documento são referidos os valores arquitetônicos e estilísticos eram de ordem cultural e de diferentes épocas da história da cidade, carregando em sua composição, díspares técnicas que traduziam no espaço a pretensão construtiva de cada época, e que se integrou ao estilo do teatro (WEIMER, 1989, p. 78).<sup>434</sup>

Um dos construtores de destaque na cidade de Caxias do Sul que influenciou a arquitetura local foi Silvio Toigo<sup>435</sup>, que é enfatizado por Günter Weimer como um marcante agente dos projetos locais, incluído o Cine teatro Ópera.

---

<sup>432</sup> Idem. P. 10.

<sup>433</sup> Idem. p. 10.

<sup>434</sup> No Rio Grande do Sul, conforme o arquiteto Günter Weimer as ideias da década de 20, em Porto Alegre, coincidem com a formação das primeiras fortunas industriais, que fomentaram até 1928, uma arquitetura extremamente elaborada, destacando-se uma variada aplicação formal, o artesanato escultórico, vitrais, interiores e mobiliário. Esse estilo é freado com a crise. No entanto, muitos estilos locais tentam “refazer” após a 2ª guerra, a década de 20.

<sup>435</sup> Silvio Toigo – Natural de Beluno – Itália. Nascido em 09/05/1889. Realizou curso de construtor na Alemanha, além de ter intensa atividade política desde cedo, participando de movimentos sindicais até 1920 quando saiu da Itália e veio para o Brasil. Ao chegar a Caxias do Sul, no dia 1º de maio de 1922, logo adquirindo a licença de construtor - posto máximo que um estrangeiro poderia assumir na área da construção civil daquela época. Toigo era um dos “imigrantes tutelados”. Silvio Toigo esteve inserido em um contexto em que existia

Havia outro aspecto destacado no laudo técnico do IPHAN que atendia à funcionalidade, citando os diversos teatros que, reformados, reativaram a cena cultural de suas localidades. Além disso, o referencial urbano dava conta do potencial evocativo e afetivo que despertava as memórias coletivas locais, servindo de *locus* para recuperação da atividade cultural local a qual apresentava poucas opções de espaços para apresentações de diversos matizes. A edificação servia de marco urbano que se tornaria referência da comunidade, uma tradição datada da antiguidade em que a cidade configurava-se como um sistema de informação e comunicação com funções culturais e educativas. Segundo o professor Monteiro, essa referência estava sendo perdida em Caxias do Sul:

[...] a preservação de prédios e ambientes urbanos do patrimônio cultural de uma comunidade é essencial para a consolidação da identidade cultural de uma sociedade [...] em nome de uma mentalidade progressista e modernizadora, Caxias do Sul, vem apagando perigosamente suas pegadas do seu percurso histórico [...] o que pode levar a sociedade caxiense à perda de referências próprias para a manutenção de sua identidade. (MONTEIRO, 1993, p.23)<sup>436</sup>

A repercussão nos meios de comunicação local chamava atenção para a responsabilidade com a edificação, pois qualquer espécie de lacuna na composição do documento significava a destruição de parte da história local, podendo ser diferente com a possibilidade de sua preservação.<sup>437</sup>

A coesão de argumentos indicava a preservação como uma luta contra o esquecimento, contra a especulação imobiliária e os interesses de lucro excessivo pelo ramo da construção civil e não silenciou quanto à responsabilidade do poder municipal no tombamento. Fazia críticas duras às réplicas que substituíram edificações destruídas nos últimos tempos e que “deprimem a imagem da cidade”, além de destacar os setores que

---

uma facilidade para o seu ramo de trabalho, incluindo uma boa relação com as autoridades locais. Dava-se, sobretudo porque na época (década 20 em diante) era realizada a urbanização do centro da cidade, a construção de prédios (modernização) e também porque, por outro lado, havia a atividade no *fascio*, a qual liderava, ganhando inclusive atenção da Igreja. Segundo o próprio Silvio em depoimento à polícia em maio de 1944, sobre sua participação no Partido Fascista e suas atividades como arquiteto: “Logo após a minha chegada pus-me à procura de trabalho na minha profissão. Travando conhecimento com as autoridades municipais [...] foi-me confiada a construção de Coluna da Liberdade, comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, a qual está localizada na Praça Ruy Barbosa, nesta cidade. ” Inventário de Sílvio Toigo. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

<sup>436</sup> Depoimento do professor Charles Monteiro. In. Informativo do Grêmio estudantil Leonardo da Vinci – junho 1993. In LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE TEATRO ÓPERA EM CAXIAS DO SUL. MINISTÉRIO DA CULTURA. p. 23.

<sup>437</sup> Foram destacadas as inúmeras atividades realizadas naquela edificação desde a década de 20, expondo seu valor de uso coletivo sobrepuja as questões relativas à identidade regional e que as formas de enlace comunitário estavam sendo “suplantadas pelo individualismo exógeno que corrompe e degrada sem se preocupar com aquilo de mais valioso que se pode receber do passado. ” Sua conclusão final é praticamente um esforço na tentativa de assegurar a ideia de progresso cultural na cidade na medida em que constituiu um teatro para seu emprego cultural.

apoiavam o tombamento, bem como a legislação para fazê-lo, e o potencial sociocultural que criaria estímulos à economia e ao turismo local.

Ainda, constava em anexo o parecer técnico do engenheiro Eugen Stumpf, que, mais tarde, fora enviado à Promotoria Pública, no qual considerava a “reestabilização” da edificação “perfeitamente viável sob o ponto de vista técnico”, embora se esquivasse de postura mais apaixonada referente à edificação complementando que: “Naturalmente, não me cabe opinar, nem tomar posição, sobre aspectos de caráter jurídico, econômico, filosófico, psico-emocional ou similar”.<sup>438</sup>



FIGURA 60: A fachada do Ópera no final dos anos 1960.

Fonte: Acervo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, divulgação

Entretanto, enquanto a edificação ia sendo cercada por tapumes, o que aparentemente pouco era esperado foi a solicitação de um novo laudo técnico. Em 16 de julho de 1993, foi apresentado um parecer<sup>439</sup> divergente ao do IPHAN que questionava o caráter “histórico” e

<sup>438</sup> PARECER TECNICO DE 01 DE JULHO DE 1993. ANEXO do Engenheiro Civil Eugen Stumpf. CREA 53942 RS. Foram encontradas anexadas as fotografias que foram utilizadas para compor o parecer técnico. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>439</sup>PARECER TÉCNICO DE Luiz Carlos Cunha. Era doutor em arquitetura pela UFRGS e professor livre-docente e coordenador do curso de extensão e Planejamento da PUC. Havia participado de projeto como a recuperação do viaduto Otávio Rocha, Parque Cívico da cidade de Porto Alegre, recuperação do Mercado Histórico de Porto Alegre estudo para o aproveitamento do Edifício Solar dos Noronha – tese para preservar uma obra de valor histórico e também naquele período estava envolvido no projeto Porto Alegre 2000. O parecer

“artístico” da edificação. Publicado pelos jornais locais com ampla cobertura, o documento dava conta de posição contrária à preservação e continha um discurso díspar de um laudo de tal abrangência.

Em visita a cidade de Caxias no dia 04 daquele mês, Luiz Carlos Cunha, organizara o laudo e enviara ao promotor, contestando o valor creditado à edificação. Nesse apontamento, foi apresentada uma comparação de diversas ordens. O primeiro tratava de questionar o currículo das arquitetas do IPHAN e do IBPC que anteriormente tinham afirmado em seu parecer técnico que o Ópera estava passível de tombamento. Entre as 100 páginas do documento, é possível indicar a comparação entre edificações que dão conta da noção de valor do arquiteto. Segundo, ele em uma comparação anacrônica, o Scala, construído pelos milaneses em 1776 em relação ao Ópera:

[...] o primeiro foi resultante de um movimento cultural, econômico, artístico, erudito, enquanto o segundo foi comercial, econômico, vulgar e simplório. (grifo nosso)

Ainda, no mesmo documento, utiliza-se de maneira anacrônica o contexto histórico de 1923, para inferir que o prédio daquele período havia sido feito de madeira e, portanto, era ultrapassado. Aproveitava, de maneira anacrônica, em sua análise do fato do poder público, na década de 20, não se interessar pela construção do Teatro. Complementa que, após sua reforma, tratava-se de identificar

[...]um desmerecimento em relação à obra. No original, havia uma unidade despreziosa. Era uma construção escoreita. A reforma, com acréscimo da marquise na conexidade da esquina, tornou-a uma emenda pior que o soneto”.

Sobre os equipamentos de projeção da década de 40, o novo laudo observa estarem “caducos”, além de afirmar sobre as arquitetas que

[E]las não se afoitaram em uma previsão simplíssima sobre os destinos do Cine Ópera tombado por lei, imporá aos proprietários manter a função para conservá-lo. Isto que a vida presente e os próprios empresários do velho galpão desistiram há muito tempo. Isto que a própria municipalidade vem se negando a fazer nestes anos. Isto que o reitor da UCS também se exime assumir, e o promotor Júlio César Costa da Silveira, num rompante improvisado, pensa descarregar pelo tombamento histórico e artístico, a Viúva e suas três filhas.”

O parecer do arquiteto segue em uma continuidade de agressões que não iam ao encontro das questões relativas à preservação do Patrimônio diretamente. Sequer levavam em conta as novas indicações, da própria constituição brasileira, bem como a nova política do IPHAN que naquele momento, buscava organizar e mapear todo o patrimônio relativo à diversidade cultural,<sup>440</sup> formadora da identidade nacional, bem como as regionais.



FIGURA 61: Edificação abandonada, 1993  
Fonte : Giancarlo Mantovani

Para o professor Cunha, o patrimônio acabaria se tornando um “inferno” ou num “castigo”, que definiu na expressão valor empregado um “um assalto à propriedade” e a tentativa de isentar o poder público de qualquer comprometimento:

Coagir a autoridade municipal a investir seus escassos recursos num simulacro de patrimônio é crime. Quem responderá às gerações futuras por esse engodo, este tombamento da Ópera bufa? (grifo nosso)

Consta ainda anexada no parecer uma série de depoimentos locais que questionavam o valor histórico do referido prédios.<sup>441</sup>

Ficava, assim, aberta a questão do patrimônio. Longe da imagem idealizada de que Caxias amava e preservava suas origens, os processos de salvaguarda sempre foram medidos

<sup>440</sup> PARECER TÉCNICO DE Luiz Carlos Cunha.

<sup>441</sup> Anexados ao laudo estavam o depoimento do Arquiteto Paulo Fontana, do historiador Mário Gardelin, que questionava o valor histórico da edificação e do ex-presidente da Aliança Francesa, Ely Andreazza, que assegurava que em nenhum momento ter apresentado qualquer espetáculo no Cine Ópera. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.



segundo a compreensão de que os proprietários<sup>442</sup> não podiam ser lesados financeiramente, mesmo que, desde 1992, estivesse valendo a lei de índices que poderia colher recursos para a reforma, juntamente da lei criada em 1987, a qual promovia a indenização aos donos de propriedades que fossem consideradas bens culturais da cidade. Portanto, não é um aspecto predominante o fato de que existe uma real preocupação com a herança recebida pelas gerações anteriores sem preocupação financeira.



FIGURA 62: Mesmo sem destino definido, propriedade começa a ser cercada por tapume.  
Fonte: Arquivo Histórico, divulgação

O debate, por vezes, também entrou no campo das questões técnicas para prejudicar a salvaguarda da edificação. No primeiro parecer técnico, em que constava haver condições necessárias para tal reforma. Em informativo, a Associação de Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Químicos e Geólogos de Caxias do Sul (SEAAQ) corroborava que também havia feito um levantamento entre seus associados sobre a necessidade da preservação da edificação. O documento era incisivo:

[E] agora, o Ópera? Bem, a novela continua. Basta saber se a decisão será política ou técnica. E você? Quer respeito político ou técnico pela nossa profissão? <sup>443</sup>

Quanto à verba para utilização do edifício disponibilizado pela lei de solo, o prefeito já adiantava que: “Ópera com dinheiro público, só obrigado. Por vontade minha, nenhum

<sup>442</sup>A família Muratore, que estava no meio da disputa, não dispunha de recursos para mantê-lo. Uma das herdeiras, Gilse Muratore, tentou buscar verbas com a prefeitura e instituições, sem sucesso.

<sup>443</sup> SEAAQ. Ano III n° 15 outubro de 1993. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

centavo”.<sup>444</sup> A última sessão ocorreu em 3 de janeiro de 1993 e partir de então intensificam-se a movimentação para preservá-lo e torna-lo um bem cultural de Caxias do Sul.

A Fundação do Teatro São Pedro somou à campanha de preservação do Teatro, justificando que a acústica era muito boa, podendo ser considerada uma das melhores do Estado do Rio Grande do Sul. A Sra. Eva Sopher afirma categoricamente em seu discurso que diante das diferentes visões de mundo que sobre a cultura da cidade, a que traz o progresso seria aquela ligada:

Não é mais uma indústria nem mais um quilômetro de estrada que leva o nome de cada município para fora, mas sim nossos espaços culturais. Os artistas são nossos embaixadores, os depoimentos deles engrandecem nossa cidade. O desaparecimento do Cine Teatro Ópera empobreceria sem dúvida o tão desejado e comentado progresso de Caxias do Sul.<sup>445</sup>

A discordância do valor solicitado pela proprietária do imóvel e o poder executivo municipal que não tinha interesse em adquirir o prédio levou a proprietária, no dia 1º de abril de 1993, a determinar o desmonte de toda a parte interior do Teatro, o que descaracterizou a edificação e implicou problemas para manter sua estrutura.

O laudo da Universidade de Caxias do Sul, solicitado pela Prefeitura Municipal, apontava a proprietária como responsável pela perda da estrutura e afirmava que a situação era irreversível.<sup>446</sup>

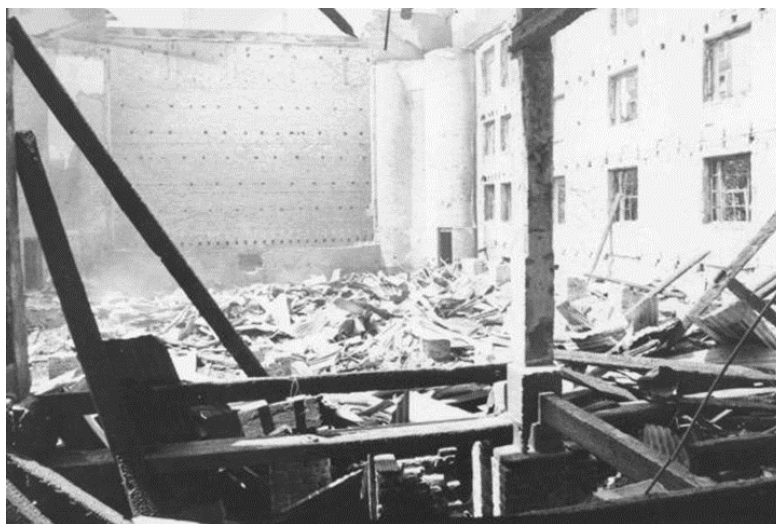


FIGURA 63: Estrutura do teatro antes do incêndio, 1994  
Foto: Gilmar Gomes / Reprodução

<sup>444</sup> Prefeito Municipal Mário David Vanin. In: Jornal Folha de Hoje. Julho de 1993.

<sup>445</sup> Documento em Apoio a Preservação do Teatro Ópera. Eva Sopher – Presidente da Fundação Teatro São Pedro. Este documento foi comentado por entrevistas e durante algumas conversas sobre o tema da pesquisa. Porém, não foi encontrado no Arquivo Municipal e Museu, bem como o processo da edificação. Essa documentação foi encontrada na conclusão da pesquisa no Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS.

<sup>446</sup> Tardiamente, o projeto do solo criado foi desengavetado dias após, em decreto válido pelo município. Decreto nº 7.700 de 19 de abril de 1993. O prefeito era Mário David Vanin (Partido da Frente Liberal - PFL).

Mesmo com todo o envolvimento acendido nos últimos anos para a preservação do patrimônio, além das normas técnicas e apoio da comunidade para manter o edifício do Ópera como parte integrante do cenário urbano de Caxias do Sul, faltou efetivamente a intervenção da municipalidade. A polêmica em torno da demolição do prédio do teatro levou os conselheiros do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural a entregar seus cargos como forma de protesto, mediante o descaso do poder público municipal diante do processo de preservação.

Assim, em meio as polêmicas, na madrugada do dia 24 de dezembro de 1994, as chamas consumiram o edifício os 600 metros de área construída. Não houve tempo para salvar a estrutura, pois a mesma não recebeu manutenção durante três anos.

s peritos da polícia civil que visitaram no dia seguinte o local, garantiram que o incêndio não teve origem em curto circuito e foi iniciado com combustível não definido. Para alguns o incêndio havia sido criminoso, como explica a historiadora Loraine Slomp Giron, vizinha do prédio. Em depoimento à polícia declarou

[L]embro bem: ouço barulho (estouro) e vou ver pela janela. Daí vejo chamas no terceiro andar do prédio. Para o fogo estar naquela altura deveria ter sido usado muito material de combustão. Na esquina, vi três homens pulando os tapumes. Eles não eram mendigos, vestiam calças escuras e camisas sociais. Em seguida, tudo pegou fogo.<sup>447</sup>

---

<sup>447</sup> Jornal o Pioneiro, 25 de dezembro de 1994.

**Litoral investe no turismo**

O projeto deve ser entregue quarta para o governo do Estado

**Caderno de Região**

**SEGUNDA-FEIRA**

**26 DE DEZEMBRO DE 1994**

**Escolhida a seleção do Futsal**

Maxel Tobias eleito melhor ala direita

**Caderno de Esportes**

**Brigada apreende armas**

Operação descobre também cocaína e maconha em bairro de Caxias

**Página 11**



**PIONEIRO**

DIÁRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

CAXIAS DO SUL  
ANO 47  
Nº 5.942

R\$ 0,50  
EDIÇÃO COM  
24 PÁGINAS

# Incêndio destrói o cine Ópera

**Maitelli pode ser o Chefe de Polícia**

Porto Alegre — O delegado Valter Maitelli tem nova reunião hoje com o futuro secretário estadual da Justiça e Segurança, José Fernando Eichberg, e o governador eleito Antônio Brito para discutir detalhes de sua confirmação como chefe de Polícia. Valter Maitelli já teve três encontros com Eichberg desde quinta-feira passada e pretende obter a garantia de um aumento salarial para agentes e uma sinalização de que terá condições adequadas de trabalho na Polícia Civil. **Página 11**

**Trabalhadores vão à Justiça contra 13º**

Caxias do Sul — Trabalhadores do setor metalúrgico, bancário e comerciais do município vão pedir na Justiça que a primeira parcela do 13º salário, paga ainda no primeiro semestre deste ano, seja convertida pelo IURV de 30 de junho (CR\$ 2.750,00), proporcionando um adicional de aproximadamente 40%. Os advogados ligados a estes sindicatos estão trabalhando na montagem dessas ações, as quais serão encaminhadas à Justiça logo após o recesso feriado de janeiro. **Página 9**

**Indicadores**

**PRORR**

F: 223-4190

Bóler (23/12)	
Paralelo	8.8530,886
Taritemo	8.8150,846
Comercial	8.8510,886
Flóje	
Posseja	1,1623%
TR	2,7962%
Ufr	R\$ 3,6616

**O ano passado a limpo nas páginas do caderno especial Retrospectiva 1994. Dia 30 no Pioneiro**

**Medragada: a ocorrência mobilizou 14 soldados e quatro viaturas do Corpo de Bombeiros de Caxias**



**Ameaça: há perigo de desabamento do prédio**



**Investigação: peritos deverão apurar as causas**



FIGURA 64: Capa do Jornal Pioneiro dia 26/12/1994

Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul

Era o arremate de um duelo de mais de uma década em torno do antigo teatro-cinema e que, para algumas personalidades envolvidas no processo preservacionista desde 1979, acompanhando de perto a dificuldade e a evolução do patrimônio cultural em Caxias, o

processo do Teatro Ópera foi o marco da desilusão preservacionista, fechando a primeira parte dos anos de 1990.



FIGURA 65: Teatro após o incêndio. Às vésperas da demolição em 1995.  
Fonte: Arquivo Histórico

O jornalista e documentarista André Costantin que acompanhou as mobilizações anteriores pela preservação e esteve no momento do incêndio decretava

Não sou preservacionista, mas o que aconteceu é o retrato da palhaçada com a cultura da cidade. Quem defendia a manutenção ficou desgastado. O fogo encerrou de vez qualquer perspectiva.<sup>448</sup>

Essa falta de perspectiva realmente parece ter abalado a comunidade, os acadêmicos e profissionais público e privados ligados à área de preservação patrimonial, de forma que ao contrário da mobilização do final da década de 1980 e início dos anos 1990, o desfecho do inquérito sobre o incêndio não despertou interesse do próprio grupo<sup>449</sup>. O restante das paredes

<sup>448</sup> Jornal O Pionero, 24 de dezembro de 2014.

<sup>449</sup> Não há documentos arquivados ou anotações precisas sobre o trabalho que tentou estabelecer se o fogo foi obra de criminosos ou acidente — as causas permanecem sob um manto de dúvidas até hoje. Oito fatores que travaram a investigação da Polícia Civil sobre o incêndio no Ópera: 1-Para combater o fogo no prédio do antigo Cine Teatro Ópera, os bombeiros usaram muita água. As chamas derrubaram vigas, pisos e paredes internas. Se havia material empregado intencionalmente para propagar o fogo, tais provas se perderam entre escombros ou foram carregadas pelos jatos d'água; 2- Testemunhas relataram que pessoas estiveram no prédio do Ópera na noite do incêndio. Inclusive, três homens teriam sido vistos pulando o edifício no momento em que o fogo começou. A polícia ouviu testemunhas, mas jamais localizou esses homens ou estabeleceu se eram moradores de rua ou incendiários; 3-Apesar de ser de interesse público, o prédio histórico estava fechado havia três anos e não contava com guardas. Tapumes bloqueavam a fachada, o que não impedia invasões. Meninos de rua dormiam ali à noite. Portanto, qualquer pessoa tinha acesso ao edifício; 4-Após o incêndio, o prédio não foi isolado para preservar a cena. Se havia suspeita de crime, os autores tiveram liberdade para entrar no prédio posteriormente e



Figura 66 – No lugar do Teatro, um estacionamento  
A Garagem Ópera, 2007.

foi demolido e, no atual terreno, foi construído um edifício que serve de estacionamento rotativo.

Por fim, o caso da preservação em Caxias ocorre em duas décadas de um contexto conturbado para o *modus urbano* e comportamental de seus gestores. Se a cidade imaginada pelos primeiros colonos se constituíra da *Utopia da cocanha*, que embora na prática tenha se demonstrado um tanto adverso, ao chegar a década de 1990 os gestores de políticas públicas aparentam possuir uma distopia da racionalidade instrumental. Subsiste um empobrecimento cultural que fornece substrato para aquilo que os historiadores chamam de crise urbana. O funcionamento das justificativas para as ausências de intervenções preservacionistas se mesclam ao pensamento simplista, funcionalista sendo o caso do Cine Ópera uma ilustração

---

remover provas; 5-A Polícia Civil esteve no prédio na noite do incêndio e levou um perito para coletar informações. Mas anunciou na época que só abriria investigação se houvesse indício de crime. O caso ficou em segundo plano nos primeiros dias e só avançou a pedido do Ministério Público, que exigiu a abertura de inquérito; 6-Peritos responsáveis pelo caso, Cláudio e Solange Piazza Machado confirmaram que o incêndio não foi causado por curto circuito (não havia ligação de energia no prédio). Também concluíram que houve emprego de material combustível não definido, mas os especialistas não puderam afirmar se foi acidental ou intencional; 7-A Polícia Civil esteve no prédio na noite do incêndio e levou um perito para coletar informações. Mas anunciou na época que só abriria investigação se houvesse indício de crime. O caso ficou em segundo plano nos primeiros dias e só avançou a pedido do Ministério Público, que exigiu a abertura de inquérito; 8-Em 1994, Caxias do Sul não tinha estrutura tecnológica para investigações sofisticadas, e não houve interesse em aprofundar a perícia técnica com auxílio de um cromatógrafo. Esse aparelho detecta substâncias químicas em tecidos, por exemplo. A perícia apreendeu garrafas vazias de bebida alcoólica chamuscadas, mas não se descobriu qual o conteúdo que havia dentro. I. Jornal Pioneiro, dia 24 de dezembro de 2014.

ao momento em que a excessiva expansão dessa mentalidade é incorporada, na qual a Utopia desaparece.

Em seu lugar mantem-se a segregação, a fragmentação e manutenção do abandono dos centros históricos já configurados e pelo descaso da investigação de uma possível arqueologia urbana. O paradoxo da cidade brasileira, e talvez, da cidade latino americana é retratado em Caxias, onde sob efeito da globalização, a vida cultural é relativizada pelas classes de consistente poder aquisitivo, detetoras do poder político. Assim, diante da especulação imobiliária residencial e da especulação econômica resta o discurso da imagem como alento para visitar, de forma pitoresca, cenários ausentes. Tal como um problema da sociedade hipermoderna, Caxias do Sul não se coloca como exceção, ao contrário, revela-se uma cidade onde a memória só pode ser obtida pela imagem (congelamento do instantâneo) ou por edificações que ainda permanecem. Seja qual for a escolha, Caxias continua como uma cidade de fachada.

## 6. CONCLUSÃO

O que resta atualmente das áreas urbanas fundacionais tão celebradas em festividades centenárias de La Plata e Caxias do Sul? Ambas as cidades tiveram inventariação de patrimônio cultural edificado produzida no último quarto do século XX. Adicionam-se, especialmente, ao modo como esses relatórios serviram para instrumentalizar o poder público no objetivo de preservar determinados exemplares ou áreas de edificações, a divulgação e a criação de uma consciência preservacionista em plena fase comemorativa de suas histórias. A ação, entretanto, do poder público, foi diversa.

Para pensar como se chega a esse quadro, coube essa pesquisa examinar os indícios. A primeira cidade analisada, a argentina La Plata, desenvolveu seu processo preservacionista entre 1977 e 1999, partindo da mobilização de preservar o emblemático prédio do Teatro Argentino (1977) que finda, após seu incêndio, em sua demolição. Associado aos primeiros estudos sobre o traçado urbano (1978), celebra-se, alguns anos mais tarde, a imagem de “cidade das diagonais”. O centenário de fundação, em 1982, serve como suscitador na criação de um inventário particular para a identificação das áreas de edificações do traçado urbano. Nesse primeiro estudo morfológico, tecem-se críticas às mutações urbanas e defende-se a permanência de edificações através da constituição de conjuntos construtivos (áreas). Assim, em um processo de difícil abordagem, a proposta do inventariar as edificações monumentais e demais exemplares por zoneamento foi abandonada até o momento em que serviu de suporte metodológico para a candidatura da cidade à patrimônio mundial da Unesco (1999), finalizando em insucesso, devido ao grau de modificação da forma urbana de La Plata.

A segunda cidade, a brasileira Caxias do Sul, entre 1975 e 1994, celebrou o aniversário de povoamento (1975) do núcleo regional com a rápida proteção de edificações *Casa de Pedra*, tornando-a um Museu (Prefeitura) e a criação de um fórum de debates sobre o processo imigratório e o desenvolvimento da cidade (Universidade). A partir dali, estabeleceu-se uma série de eventos pela preservação do Patrimônio Histórico local como o Hospital Carbone (1979), culminando na organização de um campo preservacionista formado por representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais e agentes públicos – estudantes de História, Profissionais da Secretaria da Educação, professores da universidade local, Grupos de Arquitetos. Dessa forma, devido à urgência em (re)conhecer o patrimônio local, por iniciativa dos servidores públicos, esse processo culmina na primeira inventariação de exemplares de edificações locais que recomendava ações para preservação e restauro. As incursões sobre a preservação ganham adeptos da comunidade, assim como



operam com intensidade sob orientação do IPHAN e IPHAE. Isso é feito a tal ponto que parte do proposto pelo inventário começa a ser posto em prática. Após a criação pelos poderes executivos e legislativo caxienses de uma Comissão para preservação do Patrimônio, exige-se uma legislação voltada para atender as demandas dessa área. Esse processo suscitou episódios nas quais alguns exemplares foram tombados, ao mesmo tempo que recuou na passagem de salvaguarda do Cineteatro Ópera, intensamente aludido para preservação no inventário. O caso resultou em incêndio e demolição, decorrentes da incúria pública e do interesse da especulação imobiliária.

Os eventos em ambas as cidades se vinculam à emergência no Ocidente de diferentes maneiras de experimentação do tempo e do espaço, no contexto de várias formas de consumo hipermodernas, de flexibilização da acumulação de capital, de reorganização da arquitetura pela imposição do domínio estético e a consequente influência do complexo imobiliário-financeiro, gerando uma luta para os grupos que reinvestem no universo simbólico e material das edificações. Esse campo preservacionista, formado no final do século XX, rearticulou a rede de atribuições das edificações para além dos critérios de valor monumental histórico ou erudito-estético, formando sobre os registros culturais

O campo interdisciplinar estabelecido com a História Comparada, abordado nesta tese, compreende o ato de inventariar como processo intencional de preservar, buscando desvendar qual era a projeção realizada pelo campo do patrimônio de cada cidade sobre o mundo construído. A dificuldade dos grupos preservacionistas na efetivação da preservação resultando em contradição dos agentes públicos e privados que, ao mesmo tempo, propalavam a comemoração centenária de suas cidades, sem buscar preservá-las efetivamente.

Assim, a tese é devedora de uma abordagem que considera a preservação patrimonial como maquinaria patrimonial, pois, ao se tratar de casos latino-americanos e em especial de países do Conesul, a patrimonialização sequer chegou ao grau de espetacularização ou de competitividade na rede global de cidades turísticas, pois ainda é recorrente a falta de políticas públicas para esse setor. Ocorre que, tanto no Brasil quanto na Argentina, as Comissões Nacionais de Patrimônio e a legislação sempre foram utilizadas pelo Estado na produção de um discurso de identidade nacional durante quase todo o século XX. Desde 1910, na Argentina, e 1937, no Brasil, houve um modelo de política patrimonial que foi transformado apenas na década de 1970 com a formulação da categoria de bem cultural englobando as mais distintas expressões culturais. O que poderia ser um fenômeno paralelo em cada país, torna-se uma problemática contemporânea, sem fronteira delimitada pelo conceito de nação. Nesse contexto, as experiências patrimoniais a que estão sujeitas La Plata e Caxias do Sul mostram-

se em seu desenvolvimento próximas e sincronizadas à ação das mesmas grandes causas, que restauram origens em comum: o crescente interesse de estudos históricos da cidade; a multiplicação de organismos que estudam a problemática urbana de diversos pontos de vista; e a necessidade de preservar para indagar e compreender o lugar onde se vive na tentativa de dar sentido ao presente.

Concorda-se, entretanto, com a ideia de Jeudy que o marketing e a venda da imagem das cidades ainda são, nos casos analisados, uma das maneiras pelas quais é possível convencer o setor privado e público em conservar, ativando a lógica, mesmo que incipiente, do consumo cultural. Para não correr o risco de museificação das cidades e homogeneização dos centros históricos, ainda falta um longo caminho a ser percorrido em virtude de que os inventários produzidos na década de 1980 precedem do “direito à cidade”. Além disso, combinando os aspectos cultural e histórico junto dos movimentos sociais urbanos, resulta-se um projeto de revalorização do urbano frente à ideia de progresso constante pela via da reconfiguração da cidade.

Dessa forma, o eixo que norteia a problemática foi construído sob alguns eventos semelhantes: comemorações centenárias, resultando na avaliação da escassez de patrimônio; o estudo de agentes das Universidades locais sobre a história urbana; a criação pelas Municipalidades de legislação e comissão específicas de patrimônio; a inventariação realizada por agentes do campo preservacionista; e a incúria pública na aplicação dos instrumentos na proteção jurídica do bem cultural. No caso de La Plata, faltava a ação sobre o uso do solo e a efetivação das áreas de preservação. Em Caxias, de forma peculiar, a despreocupação pode ser atestada nos episódios da Cantina Antunes e finaliza com o Caso do Teatro Ópera.

No recorte cronológico, privilegiou-se a curta duração histórica nos casos examinados, permitindo incluir a análise sobre os inventários em seus respectivos contextos. Assim, a proposta tratava de viabilizar uma avaliação dos processos que permitiram o surgimento desses documentos, bem como de que forma essas listagens produziram efeito sobre o desenvolvimento da política de patrimônio nas cidades após a década de 1990.

Como exemplo proposto nesse recorte, a crítica parte das relações simbólicas estabelecidas pelo campo preservacionista sobre a edificação *Teatro* (La Plata) e finaliza na luta de outro grupo pela manutenção da edificação, também enunciada de *Teatro* (Caxias do Sul). Independentemente do estilo arquitetônico, existe uma busca dupla, orientada pelo sentido de ressonância que o edifício pode propor: olhar as edificações do passado com um instinto de sobrevivência da comunidade que se vê ameaçada pela possibilidade de perda do sentido e do apagamento de sua própria continuidade; em outro sentido, análogo, vê-se, diante

da reconfiguração ininterrupta da urbe, a procura do Teatro, signo emergente da busca da cultura no plural, no qual se permite a representação das forças artísticas criativas, valorizando a subjetividade criadora frente à racionalização do progresso. Em síntese, ambas sofrem um processo dicotômico opondo a metamorfose versus a planificação racional moderna.

Se no final do século XX, a preservação do patrimônio cultural edificado perde seu caráter limitado e relativo, permitindo pensá-lo, através da inventariação, para além da paralisação da cidade no tempo, compreendendo suas mudanças como resultado da recuperação dos sentidos, da experiência de vida e inclusão social da multiplicidade de linguagens.

Anota-se a organização, a pesquisa e a produção desses inventários como um ponto culminante da história da preservação em La Plata e Caxias do Sul. Embora não fosse escopo produzir uma história do processo de preservação, não se pode ignorar o que precedeu a organização dos referidos estudos, já que a inventariação não surgiu repentinamente e esteve circunscrita em uma rede de episódios que culminaram tanto na preservação, quanto na destruição de edificações em ambas as cidades. Para avaliar todo o processo seria uma tarefa demasiado complexa, já que abarcar toda a dinâmica desse processo poderia proceder em equívocos, pois nem sempre foram acessíveis os debates, as contradições e os interesses em jogo. Mesmo assim, eram agudos os indícios que indicavam a preservação como um assunto sintomático.

Assim, na tese, refere-se ao processo prévio à confecção do inventário por entender-se que essa documentação reuniu um *corpus* bastante extenso, contendo: uma bibliografia aprofundada da história das cidades avaliadas; as leis e os decretos gerais produzidos entre a década de 1970 e 2000; a legislação criada especificamente para preservação; artigos em periódicos, documentação dos organismos de patrimônio nacional como o IPHAN (Brasil) e CNMMYLH (Argentina) e correspondências entre os organismos municipais sobre a preservação; e entrevistas com personalidades envolvidas no processo de confecção do inventário.

Em específico era manifesto duas alterações substanciais no campo do patrimônio para efetivar a proteção cultural: a legislação e os inventários. No primeiro, a constituição das legislações em ambas as cidades teve como referência o conceito geral de patrimônio cultural e natural, resultado da Conferência Geral da Unesco, em 1972. Os países integrantes, entre eles Brasil e Argentina, tinham como orientação a proteção de seus bens nacionais de relevância cultural e natural. Assim, a constituição do conceito de cultura estava na pauta, de

forma geral, das iniciativas teóricas daquele período. O próprio documento da UNESCO dava conta de indicar que o desenvolvimento rápido das condições de vida se transformava aceleradamente e, portanto, cabia, para o desenvolvimento humano, manter intactos os testemunhos deixados por grupos sociais anteriores como fundamento da preservação coletiva. Essas observações serviam de recomendação para que os Estados-Membros organizassem sua própria política de preservação, sem colocar em risco o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, impera o modelo no qual o Estado atribui relevância ao bem cultural para ser reconhecido e preservado através de critérios pré-estabelecidos. Ocorre que esses critérios são produtos culturais de determinadas épocas e contextos, podendo ser alterados conforme as demandas sociais.

É dessa forma que, no final do século XX, mesmo sob a ditadura militar em ambos os países na qual as representações para salvaguarda baseavam-se em aspectos da história político-militar, ocorria sutilmente a troca de gestões preservacionistas comprometidas com uma nova abordagem de patrimônio. Nela, o bem tombado deveria estar a serviço da comunidade, caso das gestões de Renato Soeiro e Aloísio Magalhães no IPHN-Brasil, repercutindo no âmbito regional de Caxias do Sul. Na Argentina, o estilo de reflexão sobre a cultura e seu papel no cenário nacional começou a ser alterado ainda no contexto ditatorial, no qual a pauta de discussões sobre a questão da necessidade de intervenção do Estado no campo da cultura, não nos moldes da censura, foi uma das maneiras de reconstrução do campo aniquilado do espectro político da direita e do autoritarismo. A partir de então, promovia-se um debate e uma rearticulação do conceito de cultura, bens móveis e imóveis, visíveis na cidade de La Plata nas manifestações pela preservação do Teatro Argentino em 1977.

As justificativas presentes nos projetos de lei e decretos fazem menção, sobretudo, às orientações da UNESCO, prevendo a criação de órgão público especializado para promover a proteção, preservação e restauração do patrimônio, que ocorreu em 1981 em Caxias, com o COMPAHC, e, em 1982, em La Plata, sob a denominação de Comissão de Preservação de La Plata. Essas medidas deveriam contar com pessoal especializado e de caráter técnico.

Em La Plata, a proposta de preservação se deu por duas vias: em primeiro momento, na década de 1980, houve a criação de legislação propondo a preservação do traçado da cidade, por sua excepcionalidade. A outra, após a década de 1990, era indicação do traçado da cidade para compor a lista da UNESCO como patrimônio da humanidade.

A preservação das edificações em Caxias buscou empregar a proteção do IPHAE e IPHAN<sup>450</sup>. Por não se tratar de patrimônio suficientemente extraordinário para inventário de ambos os organismos, a alternativa foi a proposição de um inventário para efetivar sua proteção legal pela Comissão recém-organizada. Em La Plata, de maneira semelhante, a *Comisión* tratou de organizar um inventário para que o poder executivo tomasse as medidas legais para a preservação.

A segunda modificação substancial seguiu junto da legislação: a inventariação. Partindo da comparação dos inventários como ponto de observação para olhar os casos que ocorreram antes de sua organização e compreender o que sucede após seu contexto de produção, abre-se a possibilidade de diálogo e de rompimento com o isolamento dos fenômenos, analisando o ato de inventariar como um contraponto do elemento humano, cultural frente à intencionalidade do poder executivo em citar a rememoração de La Plata como exemplo do “orgulho Nacional” (La Plata-1982) ou “orgulho regional” da imigração em Caxias do sul (identidade italiana-1975).

Ao inventariar, inicia-se um processo de salvaguarda dos edifícios, demonstrando implicitamente o questionamento da transitoriedade como verdade, devido à aceleração da destruição da cidade. Questiona-se também a intolerância recíproca dos homens que administram as cidades sem se preocuparem, como figuras públicas, com o conjunto de significações culturais. Além disso, discute-se a manutenção do discurso de progresso como único viés da representação do desenvolvimento da qualidade de vida. Descobre-se, por fim, o ponto de contato entre os inventários das cidades analisadas, onde seus edifícios podem ser elementos “eternos e imutáveis” em meio às disrupções radicais.

Os inventários possuem diferenças. Trata-se de submeter ambos os casos a um conjunto de variáveis, mas reunir as características que eles apresentam em comum. Nesse sentido, o inventário de La Plata trata-se de um trabalho técnico provindo de uma organização sistematizada de acordo com alguns preceitos da arquitetura. Isso se deve ao fato existir na cidade um potencial grupo de arquitetos ligados à Universidade Nacional, pensando-a a partir do planejamento racional. O caso de Caxias, por sua vez, se trata de mais um levantamento com justificativa histórica dos exemplares apresentados em sua maioria na região central da cidade.

Resguardadas as dessemelhanças, suas similaridades e diagnósticos estruturam sua linguagem e suas propostas para um único e mesmo fim: a preservação cultural edificada.

---

<sup>450</sup> O IPHAN teve participação ativa na cidade de Antônio Prado no ano de 1987 e o IPHAE teve participação relevante na preservação da região próxima à cidade de Bento Gonçalves, devido ao conjunto de leis de 1978.

Nesse aspecto, promovem uma revalorização da memória urbana, que, mesmo de forma técnica, como o caso de La Plata, defende o desenvolvimento cultural. Em suma, as palavras se apresentam na conclusão para dar sentido aos projetos que, ora mais técnicos, insistem no social, na história e na cultura.

Assim, a problemática da preservação do patrimônio, em especial do cultural arquitetônico, possui, no final do século XX, uma nova abordagem, na qual os critérios de historicidade e estética foram dividindo espaço com a predominância da ideia de diversidade cultural. Nesse sentido, sobre o espaço construído, incluíram-se novos critérios, que, em períodos democráticos, possibilitaram à sociedade refletir sobre as edificações e suas fronteiras. Motivadas por outras dimensões que nem sempre foram atreladas ao estabelecimento da nação, as memórias nos inventários se reconfiguraram em tempo de globalização como uma necessidade de constituir legitimidade e atribuir valor de referência cultural para as representações de grupos afastados desse processo da prática preservacionista antes de 1970, em uma tentativa de evidenciar o espaço não-consagrado e da busca pelo direito à memória e à cidade.

Em outra instância, o inventário pode ser um novo exame sobre as mesmas edificações, que, em distinto contexto, revelam uma nova narrativa sobre a urbe. Se o sentido cíclico conferido à conservação patrimonial é o da manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas, infere-se que, frente aos riscos da desestruturação provocados pela era hipermoderna, seu campo produz a dinâmica política da preservação, bem como a resistência pela consagração cultural dos vestígios da história de determinado grupo.

A partir dos documentos chamados nessa tese de *inventários* foram redigidos sob distintos títulos: um, o *Estudo de La Evolución de la Ocupación del territorio en el partido de La Plata* e, o outro, *Patrimônio Histórico da Cidade de Caxias* serviram de *corpora* para identificar em primeiro momento o espaço construído, pela via da descontinuidade. Através dessas descontinuidades é possível pensar a intervenção de uma forma diferente daquela aplicada pelo código do planejamento urbano, ou pelas regras habituais dos organismos de Estado, na qual a singularidade das edificações serve para postular novas situações culturais, antes à margem da preservação. Em segundo, essas edificações passam a ser incluídas, não pelo critério monumental, mas como construções temporais sensíveis, refletindo outros comportamentos, guiando um novo olhar e constituindo esses espaços de um valor de referência cultural com capacidade de reunir distintos grupos sociais e sua alteridade.

Ao compará-los, estabeleceram-se semelhanças e diferenças, assim como constituíram-se analogias que são naturalmente ações familiares ao historiador no diálogo

com suas fontes. Dessa maneira, o início do exame parte precisamente do final dos documentos, onde se encontra uma convergência relevante, a qual serve de inspiração para a nomenclatura *inventários*. Fica clara a catalogação de edificações como forma de preservá-los em plena fase de transformação urbana.

Na crítica sobre os documentos, avalia-se uma analogia de sentidos, dentre os quais a classificação inscrita na conclusão dos dados deveria subsidiar as políticas públicas sobre o plano cultural das cidades, em especial da preservação de seu patrimônio cultural edificado. Ao alcançar um nível de observação mais sistematizado, pode-se captar um novo texto emergente em que se revelou o método utilizado pelos distintos campos patrimoniais para classificar suas edificações, tornando-se, portanto, um novo tipo de olhar sobre a urbe.

De forma direta ou metafórica, a cidade é julgada pelo olhar, pela palavra e pelo gesto daqueles que a utilizam e a representam. Assim, isso parecia subjetivamente ir ao encontro da afeição representando as expectativas dos grupos preservacionistas e de parte da população sobre determinado conjunto arquitetônico. Para dar conta desse processo de sentimento de pertença, a reflexividade, a ressonância e autenticidade encontram-se em ambos os inventários como premissas para a reelaboração do patrimônio de cada cidade.

Em síntese, os próprios conceitos de patrimônio e preservação foram reconstituídos pela via legal das comissões, leis e inventariação, revelando o caráter do pensamento dos grupos o qual manifestava-se alegoricamente nas edificações, denunciando a perda de um projeto de cidade, de um desejo de cidade, frente à sua descaracterização e à sua constante transformação.

De forma análoga, os inventários buscam representar uma amostra de cidade esboçada em que fosse possível pensar a multiplicidade construtiva como patrimônio integrador. Ao examinar esse elemento, o texto indica os problemas provindos da urbanização, da especulação imobiliária e dos diferentes interesses de grupos sociais frente o poder de mobilização como fatores fundadores da destruição de edificações e da representação da cidade. No final de ambos os documentos, propõe-se preservar através de inventariação, apresentada pela primeira vez, em ambas as cidades.

Esse ponto de contato entre os “inventários” advém do momento do crescimento desenfreado das grandes cidades latino-americanas demarcados nos anos de 1970-1990 e, portanto, subscrito naquilo que os especialistas chamam de “fragmentação urbana”. O campo preservacionista, afastado pelo recorte espacial, pois cada cidade possui seus próprios contornos na ação reformadora do patrimônio, aproxima-se do recorte temporal, em 1986, para enunciar a mesma problemática sobre seu patrimônio cultural edificado: os malefícios

dos mercados sobre o espaço urbano combinados à mundialização construtiva e à exaustiva estetização levam determinados exemplares arquitetônicos à fatalidade da degradação da estrutura física, do empobrecimento cultural, da indiferença social.

Não há, entretanto, nenhuma confirmação de comunicação ou interinfluência entre as duas sociedades afastadas espacialmente, o que não significa que não partilhassem das mesmas diretrizes sobre a preservação. No processo de pesquisa da mentalidade dos agentes que produziam os diagnósticos urbanos, encontrou-se a referência das Cartas Internacionais de Preservação do Patrimônio, resultado das conferências organizadas pela UNESCO, como por exemplo a Carta de Veneza (1964) em que se privilegiou o bem patrimonial enquanto documento. Ainda, citam as Cartas da Convenção de Paris (1972), recomendação de Nairóbi (1976) e a Carta de Burra, resultado da convenção australiana em 1980.

O referencial teórico dos grupos preservacionistas afiançava o ato de catalogar como forma de dar conhecimento de algo que não era visto pelas sociedades, tanto platense como de caxiense e, posteriormente, instituído pelo poder público de cada município como uma ferramenta para estabelecer a salvaguarda das edificações. Abria-se a possibilidade de analisar em sociedades contíguas o que pode ser considerável interrogar localmente e iluminar de maneira recíproca, as causas, as inter-relações ou as motivações internas de um fenômeno.

Diante do exame sobre o texto de apresentação dos documentos, também foi possível identificar outra semelhança sobre a preservação em ambos os países: escolhia-se o modelo de preservação francês, no qual o papel do Estado é fundamental como instituidor de políticas públicas, da regulamentação, da ação centralizadora em desenvolver o conceito de patrimônio, do atendimento ao público em suas demandas de culto ao passado ou do reconhecimento do passado através das demandas do presente. A importância dada ao poder executivo denotava, através do processo de desconstrução do texto, uma constante responsabilização pela ineficiência desse mesmo Estado quando deixava de exercitar seu poder na produção de leis ou na efetiva proteção das edificações catalogadas por integrantes do próprio corpo público nas cidades de Caxias do Sul e de La Plata.

Ainda assim, não se aplica um sistema geral da preservação ocidental que abranja totalmente os casos avaliados dando-lhes sentidos. Pode-se inferir que, sob uma perspectiva universalizadora, existiam elementos comuns nos casos examinados com certa unicidade em seus processos históricos.

Outra questão bastante importante na similaridade dos fatos era a escolha de edificações como ponto de partida para a preservação, assim como fonte de atração da população que gerava determinadas posturas e alianças entre grupos preservacionistas. O



incidente do Teatro evidenciava uma mudança na visão sobre a cidade e sobre o que poderia ser considerado patrimônio. Paralelamente a esse processo, na Universidade Nacional de La Plata, no curso de Arquitetura e Urbanismo, eram organizados estudos sobre o traçado histórico, mas com indicações da necessidade de uma avaliação mais profunda sobre o que ocorreu nas edificações desse traçado. Assim, diversos profissionais e estudantes de arquitetura mobilizaram-se para efetuar tanto os procedimentos de catalogação, quanto a formação de grupos que objetivavam a preservação, tal como o Grupo “DEFENDAMOS LA PLATA” que, atuante até os dias de hoje, recebe apoio logístico de diferentes partes da sociedade civil. Em Caxias do Sul, estudantes do Ensino Médio do Colégio Cristovam de Mendonza estiveram imbuídos no trabalho de inventariação, quando mais tarde se vincularam estudantes dos cursos de História e Sociologia da Universidade de Caxias do Sul, organizando manifestações em apoio à preservação das edificações até 1994 ao formarem o Grupo “ABRAÇO AO ÓPERA”.

Na indicação dos estudos morfológicos sobre a importância dos centenários das cidades, cabe destacar que a lógica encontrada foi distinta da promovida pelos poderes públicos. O aniversário de La Plata tratava da comemoração da fundação de cidade, que seria povoada durante todo o século XX, já que muitos dos imigrantes que trabalharam na sua construção moravam em áreas do partido de La Plata ou em zonas periféricas da cidade. Contudo, no inventário, o centenário que servira para nobilitar o traçado e não exatamente as pessoas, seria recuperado como forma de demarcar as zonas e as áreas da cidade de acordo com sua população e com o método de mapeamento das edificações que se encontravam fora do Eixo-Monumental, mas que serviriam para celebrar a relevância cultural de outros grupos sociais.

Em Caxias, o apelo ao enaltecimento do trabalho, como condição de desenvolvimento e progresso foi deixado de lado no inventário, no qual a catalogação incluiu bens culturais que apresentavam efeitos ressonantes junto à população próxima dessas edificações. Pensava-se o progresso pelo viés da preservação do bem cultural como produto dos grupos sociais circunscritos no tempo e de acordo com a identificação das edificações junto às comunidades. Entretanto, o inventário registrado e apresentado pelo poder público ocorreria apenas no ano de 2004, após um longo processo de embates sobre a relevância das edificações locais que foi utilizado de referencial pelo poder público para proceder a candidatura de Caxias à Capital Nacional da Cultura no ano de 2007.

De forma sucinta, ambos os levantamentos não foram utilizados pelo poder público no momento de sua finalização, devido às mudanças no cenário político e à lógica do espaço-

mercadoria geradora de uma autofagia nas cidades onde se expropria o cidadão da experiência vivida e da memória coletiva. Dentre os exemplos citados, a inexistência da legislação do uso do solo foi sempre um fator preponderante.

A publicação do estudo/inventário de La Plata ocorreu apenas em 1991, e foi utilizada nos anos seguintes como uma estratégia de políticas públicas com o propósito de candidatar a cidade à patrimônio mundial da UNESCO, resultando em insucesso, devido à transfiguração da forma urbana. A partir de 2000, nova legislação sobre o Ordenamento Urbano foi avaliada, e a questão do zoneamento passou a ser um elemento importante na constituição de áreas preservadas da cidade.

Isso leva a ponderar que, por um lado, em Caxias, os exemplares de edificações foram importantes representações dos grupos que pensavam o projeto de cidade diferente do arquétipo do desenvolvimento pelo viés da industrialização. Já em La Plata, existia concentração de bens culturais onde se optou pela estratégia de zoneamento. Ainda em Caxias, o processo era salvaguardar formas edificadas como uma construção simbólica na qual se lutava contra os efeitos negativos do fenômeno urbano. Assim, sobre as edificações constituídas no tempo e no espaço, poderiam ser evocadas construções imaginárias de uma outra história das cidades. De outro lado, deve-se considerar que o campo do patrimônio é palco de permanentes disputas que incidem diretamente sobre a dinâmica entre a lembrança e o esquecimento.

Ao compararmos o processo entre dois recortes espaciais distintos que eram apresentados na produção dos inventários, evidencia-se como eles correspondiam ao anseio de cada grupo preservacionista e de como a ideia sobre o espaço construído nem sempre tinha concordância. Numa repetição do ideal de progresso, os administradores das cidades provavam a deficiência de suas políticas, dentre as quais: a inexistência da relação do bem e seu entorno, causando desqualificações; a lacuna de legislação e normatização sobre os prédios listados; e a ausência de políticas de cultura voltadas para o futuro das áreas e ou exemplares.

O resultado leva a uma incessante especulação imobiliária na qual se vê, na ideia de revalorização dos espaços, um perigo à livre iniciativa. Esse é o mesmo movimento que bloqueia direitos, propondo a hegemonia da propriedade individual e escriturada como a única garantidora de desenvolvimento. Em tese, são os mesmos grupos que geram novas opções de lazer e cultura, excluindo as camadas menos favorecidas, tal como Puerto Madeiro ou talvez na revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre – ainda a saber.

Na prática, trata-se das mesmas investidas de grupos que promovem a máquina da exclusão territorial e da linguagem do valor econômico, em que, no caso da Argentina no período da ditadura, produzia junto da destruição do patrimônio cultural, a remoção de mais de 200 mil pessoas do tecido urbano devido ao processo de gentrificação, fazendo com que se confunda o final do século XX com o XIX, pois a maioria da população ainda passa pelas mãos dos reformadores.

Apesar disso, embora os estudos morfológicos e a inventariação provenientes dos esforços de um campo patrimonial nas cidades de La Plata em Caxias não tivessem sido efetivamente utilizados no período histórico de sua elaboração, eles são registros de uma nova concepção de patrimônio, do estabelecimento de novos objetos para análise, na formação de um marco legal dentro da história da preservação que envolveu formas variadas de atores e ações sobre a temática da preservação.

Além disso, esses estudos representam a categoria de patrimônio em um novo contorno semântico, no qual o bem é preservado na medida em que encontra respaldo ou reconhecimento junto a setores da população, não dependendo apenas da vontade e das exigências do Estado. Nesse caso, o bem cultural passou ter o poder de evocar no espectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde ele emergiu e, as comunidades percebem sua condição de portadores de bens culturais, sendo necessário que o Estado apenas confira, através de legislação, a proteção desses bens.

Esses pontos comuns que convergiram no surgimento de uma inicial legislação, na formação de um grupo preservacionista, na concepção do Estudo/inventário, o qual enumera a necessidade de preservar a terra, que em toscano significa tanto o solo terrestre como a cidade, promove uma revalorização do urbano, incluindo a apropriação do passado pela narrativa presente da permanência de sentido.

Por fim, respondendo à pergunta que abre essa conclusão, ainda resistem áreas ou exemplares urbanos dos períodos fundacionais de La Plata e Caxias. Espaços nem sempre foram incluídos em comemorações, mas que, sob olhar antropológico da luta coletiva da memória e da história contra o esquecimento, contra a apropriação capitalista do espaço e contra a impossibilidade de formulação de um horizonte de expectativas, conseguiram estabelecer a permanência, construir locais de memória e valorizar diferentes temporalidades e matrizes culturais e sociais do fenômeno urbano.

Convém, entretanto, que sejam investigadas novas problematizações acerca desse processo: as lutas coletivas preservacionistas conseguirão resistir aos programas turísticos guiados essencialmente ao consumo e pelo mercado? Descaracterizariam a proposta de

preservação pela chamada revitalização? Ou, em outro panorama, as edificações se tornariam simples símbolos perdidos no meio de uma selva urbana ou teriam novos significados?

Ruínas ou não, a forma encontrada pelos homens para responder a essas perguntas, seja em propostas intervencionistas, de inventariação ou de princípios regulatórios, servirão a outros historiadores, que no futuro, examinarão as contradições, desejos e utopias desta época.

## REFERÊNCIAS

### INVENTÁRIO E ESTUDOS MORFOLÓGICOS

Estudio de La Evolucion de la ocupación del território em al partido de La Plata. Área de Preservación del Patrimônio Arquitectonico y Urbanistico. Municipalidad de La Plata, 1989.

Patrimônio Histórico de Caxias do Sul. Levantamento, Propostas e Sugetões. Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1986.

### ÁLBUNS IMPRESSOS

ÁLBUM BODAS DE ORO, CINQUENTENÁRIO DA CIDADE DE LA PLATA; 1932.

LIVRO LA PLATA A SU FUNDADOR, Província de Buenos Aires, La Plata, 1939.

REVISTA EL Escudo de armas de la ciudad de La Plata de 1941;

CIUDAD IDEAL, La Plata, província de buenos aires, 1941.

ÁLBUM de vista locaes e das obras projectadas para a edificação da nova cidade. Comissão Construtora da Nova Capital. La Plata, 1882.

LA PLATA: UMA OBRA DE ARTE – 1882-1982. Livro Comemorativo do Centenário de Fundação da cidade de La Plata. Municipalidade, Governo Provincial e Universidade Nacional de La Plata.

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 50º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: s/e, 1925.

ÁLBUM COMEMORATIVO DA 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Globo, 1950.

ÁLBUM COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Globo, 1975.

### ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS

Vistas de La Plata. Tomás Bradley, 1883. Vistas de La Plata desde su fundación. Noviembre de 1882 a junio de 1884. Tomás Bradley. Vistas de La Plata y obras del puerto. Agosto de 1885, segunda edición. Tomás Bradley.

### LIVROS, ARTIGOS E TESES

ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul Tomo I 1964-1970, Caxias do Sul, Ed. Paulinas, 1971.

\_\_\_\_\_. História de Caxias do Sul: 1864-1962. Caxias do Sul: São Miguel, v.1,s.d.

ABREU, Capistrano. Capítulo da história colonial. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1932.

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. São Paulo Moderna, 2003.

ARENDDT, João Claudio. PAVIANI, Cinara Ferreira. A Anti-Utopia da Imigração Italiana. In: *Revista Conexão-Comunicação e Cultura*, UCS, V.5n.9. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: papyrus, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARRUDA, Rogério P. *Cidades-Capitais Imaginadas Pela Fotografia: La Plata e Belo Horizonte, 1880-1897*, UNICAMP. 2011.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL/SEC/DAC, 1975.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi. Vol.1. Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.

BADANES, Badenes, Daniel. *Un pasado para La Plata. Producción editorial y disputa de sentidos sobre la historia de la ciudad en su centenario -1982-*. Tese de Mestrado.. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2012.

BARDET, Gaston. *O urbanismo*. Campinas: Papyrus, 1990.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa/Portugal: Editora 70, 2004.

BARROS, José D'Assunção Barros. *História Comparada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.

BAUDELAIRE, Charles In. BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. A modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMER, Franklin. A História do Pensamento Moderno Europeu. Lisboa: Ed. 70, 2000.

\_\_\_\_\_. A História do Pensamento Moderno Europeu Volume II. Lisboa: Ed. 70, 2000.

BEAUDRILLARD, Jean. Os sistemas dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENEVOLO, Leonardo. A história da arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1967.

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido se desmancha no ar. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

BERLIN, Isaiah. As raízes do Romantismo. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

BERTUSSI, Paulo. In Weimer, Günter (org.). A arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

BJERG, María. Historias de la Inmigración em la Argentina. Buenos Aires: ed. Edhasa, 2010.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, s.d.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 1987.

BOSI, Alfredo. A dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRACCO, Mercedes González. Entre la renovación edilicia y la preservación patrimonial: cien años de planificación urbana en la ciudad de Buenos Aires, 2012. Trabalho apresentado na IX Jornada de Investigações do Departamento de História da Universidade de Mar del Plata, 2012.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. Lisboa: Presença, 1986.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*, Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CALVINO, Ítalo. CIDADES INVISÍVEIS. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CALABI, Donatella. História do Urbanismo Europeu: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio histórico e cultural. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMPOS, Cândido Malta. Os rumos da cidade: urbanização e modernização de São Paulo. São Paulo: Senac, 2000.

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro. V.23, p.117-125, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço Urbano*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. In: Tempo. Revista do Departamento de História UFF-V. 1 n°2, Rio de Janeiro: Relime-Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_ (Org). VAINFAS, Ronaldo (Org). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CARTA DE PARIS. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, UNESCO, 1972.

CARTA DE PELOTAS. In: Patrimônio Ambiental Urbano. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1978.

CARTA DE VENEZA. Documento produzido pelo ICOMOS. Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Cartas Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos históricos, 1964.

CARVALHO, Taisa Soares de. AMARAL, Luís Cesar Peruti. Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento. In. *Anais 9º Seminário Docomomo Brasil. Brasília*, 2011. Acesso em [www.docomomobsb.org](http://www.docomomobsb.org).

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: paz e Terra, 1999.

CASTRO, Sônia Rabello de. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro, Renovar, 1991.

CATTARUZZA, Alejandro, Los usos del pasado. La historia y la política argentinas puestas en discusión, 1910-1945. Buenos Aires, Sudamericana.2007.

CATROGA, Fernando. In. SMOLKA, Ana Luíza. A memória em questão. Educação e Sociedade, Campinas, 2000.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. V.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



CHASTEL, André; BABELON, Jean Pierre. La Notion de Patrimoine. Revue de l'art, Paris, n°49, p. 21 In: FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro, UFRJ; Minc-Iphan, 2005, p. 21.

CHARTIER, Roger. A história Cultural. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

CHARLES, Sebastien (org.). É possível viver o que eles pensam? São Paulo: Barcarolla, 2006.

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo. UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. O urbanismo: utopias e realidades. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n° 34, Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

COELHO NETO, José Teixeira. Moderno e pós-moderno. São Paulo: Iluminus, 1998.

COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Cultura. Rio de Janeiro: MEC, n° 34. Abril- 1970.

CORREIA, Telma de Barros. A construção do habitat moderno no Brasil – 1879-1950. São Paulo: Rima 2004.

CONSTANTINO, Núcia, S. de. O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.

COSTA, Lucio Costa. Documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

COSTA, Ana Elísia da. A Evolução do edifício industrial em Caxias do Sul. Caxias do Sul: s/e, 2001.

\_\_\_\_\_. (Coord). (Projeto pesquisa). Modernidade e cultura de morar na serra gaúcha. Caxias do Sul: UCS, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república. São Paulo: Difel, 1985.

COSTA, Lygia Martins. De museologia, Arte e políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

COSTA, Rovílio. BATISTTEL, Arlindo. Assim vivem os italianos. Porto Alegre: EDUCS/EST, v.1 e v.2, 1983.

DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sérgio. RS: Cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

\_\_\_\_\_. RS: Economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

\_\_\_\_\_. RS: Imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

DE BONI, Luiz A. COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: UCS/EST, 1982.

DECLARAÇÃO DE TLAXCALA – 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental – Revitalizações das pequenas aglomerações- ICOMOS – México. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1982.

DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI. UNESCO Novembro de 1976. In *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995.

DEVOTO, Fernando J. Historia de los italianos en la Argentina. Buenos Aires: Biblos, 2006.

DE PAULA, Alberto S.J. La Ciudad de La Plata: suas terras y su arquitectura. Buenos Aires, Editora Banco de La Provincia de Buenos Aires, 1987.

DE URRAZA, Estanislao (1981). La Plata Ciudad de Mayo. La Plata: Colegio de Abogados Dpto. Judicial La Plata / Ramos Americana, 1981.

DÍAZ, Benito. La Plata, una obra de arte 1882-1982. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1982.

DICKENS, Charles. Um conto de duas cidades. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2010.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso ou progresso como ideologia. São Paulo: Unesp, 2012.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Departamento de Memória e Patrimônio Cultural. Caxias do Sul, Ed. Maneco, 2004.

FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS. Educação e Patrimônio Histórico Cultural n° 25. Porto Alegre: Fapa, 2000.

FANON, Frantz In PIMENTEL, Ary. A invasão do labirinto: a casa e a cidade na literatura argentina. In: Anais do Congresso Brasileiro De Hispanistas, São Paulo, 2002.

FAUSTO, Boris (Org). Fazer à América. São Paulo: EDUSP, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Luzes e sombras na construção da Nação Argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRIZZO, Leoni Massochini. *Industrialização de Caxias do Sul: da gênese as exportações*. São Paulo: USP, 1997. Tese de doutorado em Geografia.

FREITAG, Bárbara. *Dialogando com Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

GARNIER, Alain (1992). *El cuadrado roto. Sueños y realidades de La Plata*. La Plata: Municipalidad de La Plata y Laboratorio de Investigaciones del Territorio y del Ambiente (LINTA-CIC), 1992.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Litório. O fascismo no RS*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

\_\_\_\_\_. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1977.

\_\_\_\_\_. e BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de Negócio: 125 anos da Imigração Italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul, EDUCS, 2001.

GLICAS, Demetrio. *Antecedentes Históricos de la Ciudad de Berisso*. La Plata, Instituto Cultural de la província de Buenos Aires, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos Gonçalves. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como patrimônios*. In. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n°23, p.19.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. IN ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Org.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Brasília: IPHAN, 1999.

GUIA DIDÁTICO DA ARQUITETURA DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul, EDUCS, 2004.

Guía turístico. *La Plata 100*. La Plata: Sociedad de Arquitectos de la Plata, 1982.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura Y Urbanismo En Iberoamerica*. Madrid: Ed. Cátedra, 2010.

HABERMAS, Um projeto inacabado. In: ARANTES, O; ARANTES, Paulo. Um ponto cego do projeto moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. Arquitetura moderna e pós-moderna in: novos estudos. São Paulo: CEBRAP, 1987.

\_\_\_\_\_. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Problemas de legitimação no estado moderno. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEREDIA, Antônio Carlos Guimarães. O humanismo de hoje. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

HERÉDIA, Vânia Beatriz M. A economia imigrante no desenvolvimento regional in: GIRON, Loraine Slomp & RADÚNZ, Roberto. (org.) Imigração e Cultura. Caxias do Sul, EducS, 2007.

\_\_\_\_\_. Processo de Industrialização da Zona Italiana. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. Nações e nacionalismo desde 1780. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *A era das revoluções*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

HUBERMANN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Arquitetura da Modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio- Cidades, n°23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio - Cidadania, n°24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio - Museus, n°31. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. CARTAS PATRIMONIAIS. Brasília: IPHAN, 1995.

INSTITUTO CENTRO-BRASILEIRO DE CULTURA. Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural. Goiânia: ICBC, 2004.

IOTTI, Luiza Horn (Org). Imigração e colonização: legislação – 1747/1915. Porto Alegre: EDUCS, 2001.

\_\_\_\_\_. O olhar do poder. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do Social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

\_\_\_\_\_, Espelho das Cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais do tombamento e escrita da história. Curitiba: UFPR, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Por amor as cidades: conversas com Jean Lebrun. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_ & NORA, Pierre. História: novos problemas. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LERANGE, Catalina. La Plata: Ciudad milagro, La Plata: Sociedad de Escritores de la Provincia de Buenos Aires, Ediciones Corregidor, 1982

LEWGOY, Bernardo. A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado - RS. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFRGS, 1992.

LINCH, Kevin. A imagem das cidades. São Paulo Martins Fontes, 2005.

LIPOVESTKY, Gilles. A era do vazio. Lisboa, Relógio d'água, 1990.

\_\_\_\_\_. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2002.

\_\_\_\_\_. A Cultura-mundo: Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. A estetização do Mundo: Viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOPES, Maíne. O Museo Nacional de la Inmigración: história, memória, representação. Buenos Aire, 1985-2003. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

LÖVY, Michael. SAYRE, Robert. Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.

LOWENTHAL, David. El pasado ES um país extraño. Madrid: Akal Universitária, 1998.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *A condição Pós-Moderna*. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed José Olympio, 2008.

MACHADO, Maria Abel. Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul. Caxias do Sul, Maneco Editora, 2001.

MARTINS, Maria Helena (Org). Fronteiras culturais. Cotia/SP: Ateliê, 2002.

MASSA, Ricardo La ciudad de las calles numeradas. La Plata: Banco Platense, 1982.

MEIRA. Ana Lúcia Goelzer. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX. Tese doutorado do PROPUR – Faculdade de Arquitetura UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O patrimônio Cultural: entre o público e o privado. In: Direito a Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. Departamento do patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura. São Paulo. DPH, 1992.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A problemática do imaginário urbano: reflexões para um tempo de globalização. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v.55, 1997.

MILL, Stuart C. In WEFFORT, Francisco (org). *Os clássicos da política*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MOCELLIN, Maria Clara. A distinção pelo Trabalho: trajetória e identidade de empresários na região nordeste do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado Unicamp, 2008.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. In.: Revista brasileira de História – ANPUH, vol. 27, nº53, jan.-jun.,2007.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In.: ENGERS, Maria Emília A. Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação: notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MOROSI, Julio A. Reflexiones sobre el proceso urbanístico de la creación de La Plata. La Plata: Ministerio de Educación, Subsecretaría de Cultura, Dirección de Coordinación de

Acción Cultural, Museo y Archivo Dardo Rocha, 1978.

\_\_\_\_\_. Documento Avance No 1 “Morfología Urbana Platense”. La Plata: Ramos Americana Editora, 1980

\_\_\_\_\_. Documento Avance No 2 “Micromorfología Urbana Platense”. La Plata: Ramos Americana Editora, 1980.

\_\_\_\_\_ Documento Avance No 4 “Influencia del elemento vegetal”. La Plata: Ramos Americana Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. “Algunos aspectos arquitectónicos y urbanísticos en los orígenes de La Plata”, en Revista de la Universidad, N° 26, La Plata, Universidad Nacional de La Plata, 1980.

\_\_\_\_\_ . Algunos aspectos arquitectónicos y urbanísticos en los orígenes de La Plata. II. Una faceta arquitectónica”, en Revista de la Universidad, N° 27, La Plata, Universidad Nacional de La Plata, 1981.

\_\_\_\_\_. “Los médicos higienistas en la génesis de la traza de La Plata”, en Quirón, vol. 12, N° 1 y 2, enero/junio de 1981.

\_\_\_\_\_ DE TERÁN, Fernando, “La Plata: formación de un espacio urbano singular”, en Ciudad y Territorio, N° 3, Madrid;, 1981.

\_\_\_\_\_. Documento Avance No 3 “Micromorfología Urbana Platense. Canales Urbanos”. La Plata: Editorial Universidad Nacional de La Plata, 1982.

\_\_\_\_\_. “Inserción de La Plata en el contexto urbanístico mundial”, en Revista de la Universidad, N° 28, La Plata, Universidad Nacional de La Plata, 1982.

\_\_\_\_\_. LA PLATA Ciudad nueva, ciudad antigua. Historia, forma y estructura de un espacio urbano singular. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local/España y Universidad Nacional de La Plata/Argentina, 1983.

\_\_\_\_\_. Documento Avance No 6. “Conclusiones Generales y Recomendaciones”. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1984.

\_\_\_\_\_. Documento Avance No 7. “Bibliografía sobre La Plata”. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1984.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história. Martins fontes: São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins fontes, 2008.

MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (org.). Interpretar o Patrimônio: Um exercício do Olhar. Belo Horizonte: UFMG - território Brasília, 2002.

NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. A Formação urbana de Caxias do Sul. Caxias do Sul, EDUCS, 2009.

NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NISBET, Robert. História da Ideia de Progresso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o papel na construção do conceito de patrimônio no Brasil. Cadernos do CEOM – Ano 21 nº 29 – Bens Culturais e Ambientais.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: histórias e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1994.

PADILHA, Valquíria. Shopping Center: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. J. In Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH, vol.27, nº53, jan.-jun., 2007.

\_\_\_\_\_. (Org). Imagens urbanas: diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997

PIRES, Maria Coeli Simões. Da proteção ao patrimônio cultural. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PIQUET, Rosélia (Org). RIBEIRO, Ana Clara Tomas. Brasil: território da desigualdade/descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009

RAMA, Angel. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAPOPORT, Mario. Historia económica, política y social de la Argentina (1180-2003). Buenos Aires, Emecé, 2012.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. Festa e Identidade: como se faz a festa da uva. Caxias do Sul: EducS, 2002. P.194.

\_\_\_\_\_. Como se faz a festa da uva. Caxias do Sul, EDUCS, 2002.



\_\_\_\_\_. (org). POZENATO, José Clemente. Cultura, imigração e memória: percursos e horizonte/ ECIRS. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

RICOUER, Paul. A memória, a história e o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1998.

\_\_\_\_\_. Guerra dos lugares, São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSSI, Aldo. Arquitetura da cidade. São Paulo: Martins fontes, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROVEDA, Fernando. Memória e identidade: Antônio Prado. Porto Alegre: Metrópole, 2003.

RUSKIN, John. As sete lâmpadas da memória. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_, As pedras de Veneza. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RYKWERT, Joseph. A sedução do Lugar: A história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SANT'ANNA, Marcia. A Cidade- atração. Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90.in. Monumenta Seminário Internacional "Museus e Cidades" (org.) SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. KESSEL, Carlos. GUIMARAES, Ceça. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. A Cidade como um jogo de cartas. Rio de Janeiro: EDUFF, 1985.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SARAMAGO, José. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHÁVELZON, Daniel. Mejor olvidar. Buenos Aires: Ed De Los Quatro ventos. 2008.

SCHIAVO, Cléia. ZETTEL, Jayme (org.). Memória, Cidade e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rodrigo e o Sphan. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: FNPM, 1987.

SEGAWA, Hugo. Modernidade Pragmática: Uma arquitetura fora dos manuais. Revista Projeto. São Paulo: Ed. Projeto, n° 191, 1995.

\_\_\_\_\_. Arquiteturas no Brasil- 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 1997.

SIMMEL, George. In. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SILVA, Leonardo, FONTES, Paulo, MENEGUELLO, Cristina. *Patrimônio Industrial e especulação imobiliária: o caso da Lapa, São Paulo*. Portal Vitruvius ano 9. vol.11, junho 2009.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Do rural ao urbano: Demografia, migrações e urbanização (1930-85)*. In. GOLIN Tau. GERTZ, René. *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Mértiros, 2007.

SOLER, Ricardo (1982). *100 años de vida platense*. La Plata: El Día – Sociedad Impresora Platense, 1982.

SOUZA FILHO, Carlos Marés de. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal, Unidade Editorial, 1999.

SOUZA, M. de M. *Parati: A cidade e as festas*. Rio de Janeiro: FUNART/Instituto Nacional do Folclore, 1998.

TERÁN, Fernando. *Revista "Urban"*. Madrid, Editora Akal, 1980.

\_\_\_\_\_, e Morosi, Julio A. *La Plata: espacio urbano singular.* "Ciudad y territorio: revista de ciencia urbana" (n. 3); 1981.

\_\_\_\_\_. *El Problema urbano*. Madrid: Editora Aula Abierta Salvat, 1985.

\_\_\_\_\_. *Prólogo. La Plata : ciudad nueva ciudad antigua: historia, forma y estructura de un espacio urbano singular*. In: "La Plata : ciudad nueva ciudad antigua : historia, forma y estructura de un espacio urbano singular". Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid, 1983.

\_\_\_\_\_. *Revista "Cidade e Território"*. Madrid: Editora Akal, 2009

TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en Argentina. Diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2008.

TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organizacion federal a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: UNIPE Editora Universitaria, 2013.

TERUEL, ANA. BOVI, María Teresa. Aportes al estudio de la conformacion de la propiedad moderna em Argentina. In.: Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma organização comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

TINOCO, Livia Nascimento (Org). O Ministério Público e a proteção do patrimônio cultural. Goiânia: ICBC, 2004.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. São Paulo: Loyola, 2004.

UNIVERSIDADE DE SANTYA CRUZ DO SUL. História e Teoria da Arquitetura no Rio Grande do Sul: O modernismo (1940-1970). Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, edição 1999.

WEIMER, Günter. Tese de doutorado: Arquitetura Erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul. São Paulo: FAU/USP, 1989.

\_\_\_\_\_. Arquitetura: história, teoria e cultura. Porto Alegre: UNISINOS, 2000.

\_\_\_\_\_ (Org). Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_ Origem e evolução das cidades rio-grandenses. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

WILLIAMS, Raymond. Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

## RELATÓRIOS, MEMÓRIAS OFÍCIOS E CORRESPONDÊNCIAS GERAIS.

### LA PLATA – ARGENTINA

ARGENTINA. Constituição (1853). Constitución Nacional Argentina 1853 y reformas. Disponível em: <<http://www.biblioteca.jus.gov.ar/constitucionargentina1853.html>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

ARGENTINA. Ley declarando capital de la republica argentina á la ciudad de Buenos Aires. Belgrano, 21 de setiembre de 1880. In: ALBERDI, Juan Bautista. La república Argentina consolidada en 1880, con la ciudad de Buenos Aires por capital. Buenos Aires: Imprenta de Pablo E. Coni, 1881. Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/larepblicaargen01albegoog#page/n8/mode/2up>>. Acesso em: 01 07. 2013.

BUENOS AIRES. CENSO DE LA PLATA. (Capital de la Provincia de Buenos Aires.)

Población, comercio e industria. Levantado el 25 de marzo de 1884. Buenos Aires: Ministerio de Gobierno, Oficina de Estadística General, 1884.

BUENOS AIRES. RESEÑA Estadística y descriptiva de La Plata capital de la Provincia de Buenos Aires. Publicada bajo la dirección del doctor Emilio R. Coni. Buenos Aires: Ministerio de Gobierno, Oficina de Estadística General, 1885.

DOCUMENTOS para estudio de la Fundacion de La ciudad de la Plata. Publicado pelo Museo e Archivo Municipal dardo Rocha, 1956.

INFORME sobre el nuevo Código de Ordenamiento Urbano (cou) de La Plata en relación con el Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico de la ciudad, 2007.

MEMÓRIAS DE FAMILIAS TOSCANAS. Cofundadoras de la ciudad de La Plata, 1883-1890. La Plata: UCLP, 2003.

MEMORIA presentada por el Ministro secretario en el Departamento de Gobierno á la Honorable Legislatura de la Provincia. Años 1881-1882. Buenos Aires, 1882.

MOROSI, Julio A. Reflexiones sobre el processo urbanístico de creación de La Plata. In. Ciudad de La Plata: Três décadas de reflexiones acerca de um singular espacio urbano. Buenos Aires, ed. LITA, 1978. Texto da Conferência dos Cem anos de La Plata organizado pelo Arquivo Municipal de La Plata Dardo Rocha.

LA PLATA: Memoria Visual de la fundación y construcción de la ciudad de Dardo Rocha (1882-1890). Andres Rivelli. Buenos Aires: El Remanso, 2007.

### CAXIAS DO SUL - BRASIL

RELATÓRIOS da Intendência 1893, 1920, 1927, 1948.

CÓDIGO DE POSTURAS do Município de Santa Thereza de Caxias. Decreto nº10 de cinco de março de 1893. Capítulo: “As construções”. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO. Promulgado por Ato do Intendente Municipal, Coronel J.Penna de Moraes, sob nº9, de sete de dezembro de 1920.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO. Prefeitura Municipal de Caxias. Diretoria Geral de Obras e Viação. Parte Referente a Construções. Prefeitura Municipal de Caxias Edital fevereiro de 1927.

CÓDIGO ADMINISTRATIVO. Prefeitura Municipal de Caxias. Diretoria Geral de Obras e Viação. Parte Referente a Construções. Edital agosto de 1927.

OFÍCIO nº 38/89 – GAMAPLAN – 02 de agosto de 1989.

OFÍCIO nº52/91 – 12 de junho de 1991.

PARECER TÉCNICO Sobre o Ópera. de Luiz Carlos Cunha. Era doutor em arquitetura pela UFRGS.

Arquivo da 12ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN/Porto Alegre/RS:

OFÍCIO nº 30/79 do Museu Municipal para Diretoria Regional do Iphan Porto Alegre em 19/06/79.

CORRESPONDÊNCIA do dia 08/02/1984 enviada pelo Coordenador Regional IPHAN para Cel. Sérgio Secretaria Geral.

CORRESPONDÊNCIA do dia 15/02/1984 enviada pelo Deputado Vitor Faccioni para Tenente Coronel Ludovico, Assessor-Chefe Especial da Presidência da República. Palácio do Planalto Brasília DF. Gobatto repassou para o Ministério da Cultura.

CORRESPONDÊNCIA do dia 15/02/1984 Encaminhada pelo General Ruben Ludwig. Ministro-Chefe Casa Militar Presidência da República. Encaminhada a Luiz Henrique Abreu de Moraes e para o Professor Marcos Vilaça – Secretaria de Cultura Brasília DF.

COMUNICADO INTERNO do SPHAN-Pró-Memória. 18 de agosto de 1986.

CORRESPONDÊNCIA remetida pela Comissão de educação, cultura e Turismo da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul a Coordenação do IBPC-Porto Alegre RS. 28/08/1991.

OFÍCIO nº 197/91/12º 28/08/1991. CR IBPC.

OFÍCIO nº 198/91/12º 28/08/1991. CR IBPC.

Ofício PROJUR/RJ/nº 002/91. 28/08/1991. De procuradoria jurídica IBPC Rio de Janeiro para IBPC Porto Alegre.

OFÍCIO 203/91/12º CR 05/09/1991. De: IBPC RS Para: IBPC Rio de Janeiro Sede – Setor de Assessoria Jurídica.

OFÍCIO PROJUR/IBPC/RJ/Nº 003/1991 de 09/09/1991. De: Procuradoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro Para: IBPC RS a/c Coordenador Sr. Custódio.

OFÍCIO Nº 256/91 de 10/10/1991. De: IBPC RS Para: Coordenadoria Jurídica IBPC – Rio de Janeiro.

CORRESPONDÊNCIA de Sérgio Pasquali aos cuidados do Senhor Curtis, diretor da 10ª DR SPHAN RS. 1991.

CORRESPONENCIA de Juca de Oliveira endereçada à Srª Eva Sopher, Presidente da Fundação Teatro São Pedro. Maio de 1986.

LAUDO TÉCNICO SOBRE O CINE TEATRO ÓPERA EM CAXIAS DO SUL. MINISTÉRIO DA CULTURA – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural 12ª Coordenação Regional e SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Arquitetas Ana Lúcia Goelzer Meira (IBPC), Maria Cristina Hofer (IBPC) e Miriam Sartori Rodrigues (IPHAE). Porto Alegre, 30 de junho de 1993.

PARECER TECNICO DE 01 DE JULHO DE 1993. ANEXO do Engenheiro Civil Eugen Stumpf. CREA 53942 RS.

Ofício N° 235/93/12°CR/IBPC. 24/06/1993. De: IBPC – RS Para: Geni Pettefi Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Ofício acerca da realização de laudo sobre a preservação do Antigo Cine Teatro Ópera. Solicitava a contratação de vistoria para avaliação do potencial Cenotécnico do cine-teatro.

CORRESPONDÊNCIA - TEXTO original de Júlio Posentato, encontrado na Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul.. Número de registro: 72:325.54(450:816.5)P855a 1982.

#### LEIS, DECRETOS e ORDENANZAS

#### CAXIAS DO SUL

DECRETO N° 1607 de 1° de junho de 1910. Assinado no Palácio do Governo em Porto Alegre pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Carlos Barboza Gonçalves Protásio Alves.

DECRETO Municipal n° 3712 de 07 de agosto de 1974. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Caxias do Sul.

DECRETO Municipal n° 4046 de 05 de agosto de 1976.

DECRETO Municipal n° 4047 em 05 de agosto de 1976.

DECRETO n° 80.978. Promulgado pelo Presidente da República Ernesto Geisel em 12 de dezembro de 1977.

DECRETO Municipal n° 5681

LEI n° 2.750 de 22 de setembro de 1982 e Lei n° 2.899 de 17 de agosto de 1984.

PROCESSO Tombamento N° 4.370/86.

PORTARIA n° 299 de 19 de setembro de 1988.

AÇÃO CAUTELAR em Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural e Artístico de Caxias do Sul. Do: Ministério Público (promotoria de Justiça). Para: Juiz de Direito - Vara Civil da Comarca de Caxias do Sul. Cópia. 30/08/1991.

DECRETO n° 3.963 e Lei Complementar n°3.964 de 29 de dezembro de 1992.

LEI COMPLEMENTAR Municipal 3.964 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.

DECRETO Municipal n° 7.700 de 19 de abril de 1993.

#### LA PLATA

Leis Diretas a formação da Comissão de Patrimônio e início da preservação oficial em La Plata

CÓDIGO de edificação de 1932.Municipalidad de La Plata.

ORDENANZA N° 40/1924; Municipalidad de La Plata.

ORDENANZA N° 9/1932, Municipalidad de La Plata.

LEI n° 5336, 1948. Municipalidad de La Plata.

DECRETO n° 27.365 de 13 de noviembre de 1948

ORDENANZA N° 1943/49, Municipalidad de La Plata. “Nuevo código de edificación mantiene los criterios generales de la ordenanza de 1932 e introduce un principio de conservación al especificar que el trazado urbano de La Plata es histórico y no podrá modificarse quedando obligado el ejecutivo a velar por su conservación”.

ORDENANÇA N° 3001 de 1963, Municipalidad de La Plata. Declara de interés municipal al Trazado Urbanístico de la Ciudad de La Plata.

ORDENANZA N°4495/78. Adequava as leis platenses à lei provincial de ordenamento territorial e uso do solo, Municipalidad de La Plata.

DECRETO N° 271 Provincia de Buenos Aires, março de 1981.

DECRETO MUNICIPAL N° 17192/82 Criação da Comissão de Preservação do Patrimônio do Partido de La Plata, Municipalidad de La Plata.

ORDENANZA N° 5338/82, Municipalidad de La Plata. Em edifícios cuya data original sea anterior al año 1930 inclusive, no se autorizan demoliciones, ampliaciones, câmbios de uso y/o refacciones parciales o totales que alteren las principales características, sn la conformidad previa de la Comisión de Preservación del Patrimonio.

DECRETO n° 17211/82 4 de noviembre de 1982. Intendente (Prefeito) Abel Dias Roman.

ORDENANZA 5442/83

El departamento Ejecutivo, a travpes de la Secretaria de Obras e Servicios Públicos, no autorizara demoliciones, ampliaciones, cambios de uso y/o instalaciones bajo cualquiera de sus formas, em edifícios de propiedad municipal, ni modificaciones em sus áreas verdes, plazas, plazoletas, ramblas, boulevares, sin la conformidad previa de la Comisión de Preservación del Patrimonio Arquitectónico, Monumental y Urbanístico del Partido de La Plata.

DECRETO N° 257/1985, Municipalidad de La Plata.

DECRETO N°162999/1985, Municipalidad de La Plata.

DECRETO N° 1629/85; Municipalidad de La Plata.

ORDENANZA 6374/86 Declárese Patrimonio Cultural y Urbanístico, de interés municipal, los recursos florestales comprendidos em toda el área del partido de La Plata.

ORDENANZA N° 6486/86, Municipalidad de La Plata.

DECRETO n° 1794/86 Declárase de Interés Municipal, como pertenecientes al PATRIMONIO Urbanístico de la Ciudad a los siguientes parques, plazas, plazoletas y ramblas.

DECRETO N°695/86, Municipalidad de La Plata.

ORDENANZA N° 6485/86, Municipalidad de La Plata.

ORDENANZA N° 9231. La Plata. Código de Planeamiento Urbano. Noviembre de 1999.  
Censo de La Plata 1909. Municipalidad de La Plata.

### VERBETES

CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PROVINCIA. In: DICCIONARIO de la Lengua Española. Disponible em: <<http://buscon.rae.es/draeI/>>. Acceso em: 13 mar. 2014.

SOL. In: CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

### ALMANAQUES, JORNAIS, REVISTAS

ALMANAQUE: Ciclo de conferencias “Cien años de La Plata. Sus realizaciones, su cultura y su gente”. Museo y Archivo Dardo Rocha (1978-1982).

BOLETIM PÁGINAS MEMÓRIA, Arquivo Histórico de Caxias do Sul, década de 1980.

EL CIUDADANO, Buenos Aires, 22 nov. 1882.

EL DIA, La Plata, 11 nov. 1885.

EL DIA, La Plata, 6 dez. 1885.

El Dia, La Plata, 1° de junho de 1979.

EL PAÍS, La Plata, Artigo de Fernando de Terán. Urbanismo y posmodernidad, "El País", 1984.

GUIA DE LA EXPOSICIÓN. REVISTA SEMANAL Ó SEAN NOTICIAS SUSCINTAS SOBRE LA EXPOSICION CONTINENTAL DE 1882. 2 ed. Buenos Aires, por Francisco Ruiz.



GRAN GUIA DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, Hugo Kunz y Cia., Buenos Aires, 1885.

Jornal O Correio do Povo, 23/06/1979.

Jornal Folha de Caxias 28/05/1984.

Jornal Folha de Caxias 28/05/1984.

Jornal Folha de Caxias 22/10/1988.

Jornal Folha de Caxias 1989: 02/09; 16/12

Jornal Folha de Caxias 1990: 02/02; 03/02; 01/04; 30/04; 19/07; 29/09; 06/10; 11/12.

Jornal Folha de Caxias 1991: 03/01; 11/03; 04/04; 26/07; 27/07; 01/08; 12/08; 04/09; 05/07; 20/11.

Jornal Folha de Caxias 1993: 09/07; 17/07; 21/06; 06/07; 20/07; 21/06; 16/04; 24/04; 14/07; 19/07.

Jornal O Pioneiro. 1974 - 1975.

Jornal O Pioneiro. 30/03/1968.

Jornal O Pioneiro, 14/12/1974,

Jornal O Pioneiro, 20/11/1974.

Jornal O Pioneiro. 24/12/1985.

Jornal de Caxias. 7/09/1979.

Jornal Folha de Hoje. 14/03/1994.

Jornal FOLHA de HOJE 1993 – 1994.

LA EPOCA, La Plata, 13 nov. 1886, ano I, n. 92. LA FRONDA, Buenos Aires, 13 jun. 1933,

L'AVVENIRE ITALO-PLATENSE, Buenos Aires, 28 nov. 1886, ano I, n. 18.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°1, 1999.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°2, 2003.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°3, 2003.

MIRANTE Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°4, 2003.

MIRANTE: Caderno do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul. Maneco Editora, n°5, 2003.

REVISTA Ambiente (arquitectura, urbanismo y planificación), N° 32, Centro de Estudios y Proyección del Ambiente (CEPA), La Plata, junio de 1982.

REVISTA de Colegio de Escribanos de la Provincia de Buenos Aires, La Plata n° 867, 1983.

REVISTA Homenaje al Centenario de la Fundación de La Plata. La Plata: Instituto de Historia del Notariado - Universidad Notarial Argentina, 1982.

REVISTA de la Universidad, números 26, 27 y 28. Universidad Nacional de La Plata.

REVISTA Económica, Año XXVIII, N° 3, Facultad de Ciencias Económicas de la UNLP, La Plata, septiembre-diciembre de 1982.

SEAAQ. Informativo Ano III n°15 outubro de 1993.

### SITES

ACERVO DA COMISSÃO CONTRUTORA DA NOVA CAPITAL DE MINAS. Disponível em: <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/default.htm>>.

Listado Alfabético de Fotógrafos. Disponível em:  
<[http://www.geocities.com/uruguay\\_fotografos\\_siglo\\_xix/planillafotografosinterior.htm](http://www.geocities.com/uruguay_fotografos_siglo_xix/planillafotografosinterior.htm).  
Acesso em: 25 jul. 2013.

Urbanismo e arquitetura. Fernando de Terán. Disponível em:  
<[http://oa.upm.es/view/creators/Ter=E1n=3AFernando\\_de=3A=3A.html](http://oa.upm.es/view/creators/Ter=E1n=3AFernando_de=3A=3A.html)>. Acesso em 13 jul.2014.

<<http://elblogdefarina.blogspot.com.br/2009/08/entrevista-con-fernando-de-teran.html>>  
Acesso em 15 set.2015.

